

anais de
história de
além-mar

XVIII

ANO 2017

CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM

UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

anais de história de além-mar

XVIII
2017

PERIODICIDADE	Anual
DIRECÇÃO	João Paulo Oliveira e Costa
COORDENAÇÃO	João de Figueirôa-Rêgo
SECRETARIADO	Cátia Teles e Marques
CONSELHO DE REDACÇÃO	Alexandra Pelúcia (CHAM / NOVA FCSH) Cátia Teles e Marques (CHAM / NOVA FCSH) Edite Alberto (CHAM / NOVA FCSH) George Evergton Salles de Souza (Universidade Federal da Bahia) João de Figueirôa-Rêgo (CHAM / NOVA FCSH) José Javier Ruiz Ibáñez (Universidad de Murcia) Rui Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; CHAM / NOVA FCSH)
CONSELHO CONSULTIVO	Ana Isabel Buescu (CHAM / NOVA FCSH) André Teixeira (CHAM / NOVA FCSH) Ángela Domingues (Universidade de Lisboa/CH) Angelo Alves Carrara (Universidade Federal de Juiz de Fora) António de Almeida Mendes (Université de Nantes) Avelino de Freitas de Menezes (CHAM / Universidade dos Açores) Barbara Karl (Textilmuseum St. Gallen) Cátia Antunes (Universiteit Leiden) Fernando Bouza Álvarez (Universidad Complutense de Madrid) Hervé Pennec (Centre national de la recherche scientifique) Ines G. Županov (Centre national de la recherche scientifique) István Rákóczi (Eötvös Loránd Tudományegyetem) José da Silva Horta (Universidade de Lisboa) João José Reis (Universidade Federal da Bahia) José C. Curto (York University) José Damiano Rodrigues (Universidade de Lisboa) Leonor Freire Costa (Universidade de Lisboa) Malyn Newitt (King's College London) Miguel Ángel de Bunes Ibarra (Consejo Superior de Investigaciones Científicas) Miguel Metello de Seixas (Universidade Lusíada de Lisboa; IEM / NOVA FCSH) Nuno Senos (CHAM / NOVA FCSH) Pedro Cardim (CHAM / NOVA FCSH) Pedro Puntoni (Universidade de São Paulo/Cebrap) Rogério Miguel Puga (CETAPS / NOVA FCSH) Tonio Andrade (Emory University) Zoltán Biedermann (University College London)
EDIÇÃO E PROPRIEDADE	CHAM — Centro de Humanidades Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa Universidade dos Açores
SEDE ADMINISTRATIVA	Av.ª de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa anais.cham@fcsch.unl.pt http://www.cham.fsch.unl.pt
REVISÃO DE TEXTO	Margarida Baldaia
CAPA E PROJECTO GRÁFICO	Patrícia Proença
COMPOSIÇÃO	Edições Húmus
IMPRESSÃO	Papelmunde – V. N. Famalicão
TIRAGEM	300 exs.
ISSN	0874-9671
DEPÓSITO LEGAL	162657/01

anais de história de além-mar

XVIII
2017

CHAM – CENTRO DE HUMANIDADES

**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

CHAM
Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade dos Açores

Lisboa • Ponta Delgada

REFEREES 2016-2017

Os artigos publicados nos *Anais de História de Além-Mar* são submetidos a arbitragem científica, em regime de *double blind peer-review*. A fim de garantir o anonimato na edição para a qual colaboram, os árbitros são apresentados a cada dois volumes.

Adone Agnolin (Universidade de São Paulo)	Eduardo França Paiva (Universidade Federal de Minas Gerais)	(Universidad Iberoamericana Ciudad de México)
Adriano Bittencourt Andrade (Universidade Federal da Bahia)	George Bryan Souza (University of Texas at San Antonio)	Maria de Deus Beites Manso (CICP / Universidade de Évora)
Alan Mikhail (Yale University)	Glen Goodman (University of Illinois at Urbana-Champaign)	Maria Jordan (Yale University)
Alexandra Curvelo (IHA / NOVA FCSH)	Gloria Espinosa Spinola (Universidad de Almería)	Maria Paula Diogo (CIUHCT / NOVA FCT)
Ana Carolina Hosne (University of Heidelberg)	Guillaume Gaudin (Université Toulouse 2)	Maria Waldinger (London School of Economics)
Andréa Viana Daher (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Jacqueline Hermann (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Mariano M. Schlez (Universidad Nacional del Sur)
Ângela Domingues (Universidade de Lisboa)	James H. Thomas (University of Portsmouth)	Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo)
Artur H.F. Barcelos (Universidade Federal do Rio Grande)	Jean Luiz Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)	Nuno Martins Ferreira (Instituto Politécnico de Lisboa)
Arun Saldanha (University of Minnesota)	Joan-Paul Rubiés (ICREA – Institució Catalana de Recerca i Estudis Avançats)	Nuno Senos (CHAM / NOVA FCSH)
Augusto Alves Salgado (CINAV / Escola Naval)	Jodi Bilinkoff (University of North Carolina at Greensboro)	Paulo Possamai (Universidade Federal de Pelotas)
Beatriz Catão Cruz Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Jorge Silva Riquier (Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo)	Paulo Silva Pereira (Universidade de Coimbra)
Carlos Alberto Ribeiro Zeron (Universidade de São Paulo)	José Manuel Azevedo e Silva (Universidade de Coimbra)	Ronald José Raminelli (Universidade Federal Fluminense)
Célio Juvenal Costa (LEIP / Universidade Estadual de Maringá)	José Manuel Morais Lopes Cordeiro (Universidade do Minho)	Rui Loureiro (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; CHAM / NOVA FCSH)
Chandra Mallampalli (Westmont College)	José Manuel Santos Pérez (Universidad de Salamanca)	Sergio Quezada (Universidad Autónoma de Yucatán)
Delphine Tempère (Université Jean Moulin Lyon 3)	Margarida Sobral Neto (Universidade de Coimbra)	Silvia Espelt-Bombín (University of St Andrews)
Eberhard Crailsheim (CCHS / Consejo Superior de Investigaciones Científicas)	Maria Augusta Lima Cruz (Universidade do Minho; CHAM / NOVA FCSH)	Sumit Guha (The University of Texas at Austin)
Eduardo Descalzo Yuste (Universidad Nacional de Educación a Distancia)	María Cristina Torales Pacheco	Tobias Brandenberger (Georg-August-Universität Göttingen)

Os *Anais de História de Além-Mar* estão referenciados e indexados nas seguintes bases de dados internacionais:

AERES	ERIH Plus	MIAR
America: History and Life	Fonte Academica	Qualis Capes
CARHUS Plus	Historical Abstracts	Scopus Elsevier
CIRC	Latindex (catálogo)	SHERPA/RoMEO
classifICS	MEDLINE PubMed	SJR
		Ulrich

O CHAM — Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UID/HIS/04666/2013.

Índice

- 7 Nota de Abertura
João Paulo Oliveira e Costa
-

ARTIGOS

- 11 El paisaje y la construcción de la identidad en las comunidades locales portuguesas del siglo XVIII
María José Ortega Chinchilla
- 37 La manipulación de la memoria andina en la evangelización del Virreinato del Perú
Ricardo González
- 63 “Retórica da Epidemia”: discursos, negociações e tensões políticas que orbitavam o uso da mão-de-obra indígena no Grão-Pará, 1748-1750
Antonio Otaviano Vieira Junior
- 99 A idade de ouro da Bahia: circuito econômico e formação social nas vilas auríferas do Sertão Baiano (1710-1735)
Hélida Santos Conceição
- 143 Identidade e tecnologia: o caminho de ferro da Suazilândia (1900-1914)
Hugo Silveira Pereira
- 177 Dos proyectos de creación de una estructura centralizada de abastecimiento del estanco español de tabacos (1620-1717). Estudio institucional
Santiago de Luxán Meléndez
- 207 Framing Identity: Bombay’s East-Indian Community and its Indo-Portuguese historical background (1737-1928)
Sidh Daniel Losa Mendiratta
- 249 Memories of a “Christian Past” in Japan: the Museum of the Twenty-Six Martyrs in Nagasaki
Hitomi Omata Rappo
- 283 Memories of a travelling painter: Fausto Sampaio and the Portuguese Empire
Maria João Castro

DA CRÍTICA À CONTRA-CRÍTICA

- 315 Réplica a «Discussão do artigo “Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?”», de Luís Filipe F. R. Thomaz», de Fernando Branco
Luís Filipe F. R. Thomaz
- 369 Notícia
- 375 Recensões | Book reviews
- 383 Procedimentos & Normas editoriais | Editorial Process & Guidelines

Nota de Abertura

Neste volume dos *Anais de História de Além-Mar* voltamos à matriz eclética da revista. Por circunstâncias fortuitas não incluímos um dossiê, ao contrário do que sucedeu nas últimas edições, e os estudos publicados variam amplamente tanto nos seus focos geográficos como nos limites cronológicos. Ainda assim, o leitor encontrará facilmente uma linha que une os artigos em torno do conceito de identidade, visto em formas diferenciadas, desde o relacionamento de uma cultura com o seu envolvimento ambiental até às resistências aos proselitismos religiosos, passando pela formação de comunidades coloniais ou pela memória de comunidades desestruturadas.

Este volume é, assim, mais uma peça que se acrescenta à ciência produzida no âmbito do projecto estratégico que tem vindo a ser desenvolvido pelo CHAM desde 2015 dedicado ao tema geral das fronteiras (FCT UID/HIS/04666/2013). São as delimitações que geram sentimentos de identidade dentro de certas comunidades e é o quebrar desses mesmos limites que geram encontros que tanto podem ser destrutivos como redefinidores ou simplesmente enriquecedores das identidades que se cruzam ou que chocam.

À semelhança de outras ocasiões, os AHAM voltam a ser palco de debate historiográfico. O tópico da discórdia é a figura sempre controversa de Cristóvão Colombo. A voz cabe aos autores que esgrimem aqui os seus argumentos dentro de um espírito crítico próprio da academia.

O multilinguismo da revista e as origens variadas dos autores tanto de um ponto de vista institucional como de nacionalidade são decerto um reflexo do esforço contínuo do CHAM em ser um centro universitário internacional aberto a todas as identidades e capaz de vencer todas as fronteiras.

João Paulo Oliveira e Costa



artigos



El paisaje y la construcción de la identidad en las comunidades locales portuguesas del siglo XVIII

María José Ortega Chinchilla*

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 11-36. ISSN 0874-9671

Resumo

Este artigo explica, em primeiro lugar, como a categoria do ambiente físico – paisagem – é introduzido, a partir da psicologia ambiental, como um elemento constitutivo da identidade social dos indivíduos e dos grupos. A partir desta consideração, analisamos os argumentos que se referem à paisagem proporcionada pelos representantes das câmaras dos conselhos municipais no processo de reforma das comarcas nos finais do século XVIII em Portugal. A paisagem, quando vista sob as chaves desta teoria – onde os processos psicossociais de categorização, comparação e identificação desempenham um papel essencial –, assume um novo significado, muito mais relevante e inspirador.

Palavras-chave: paisagem, identidade social, percepção, concelhos, Portugal, século XVIII.

Data de submissão: 29/10/2016

Data de aprovação: 10/11/2017

Abstract:

This article explains, firstly, how the environmental psychologists introduced the category of the landscape as a constituent element of the social identity. From this consideration, we analyze the arguments about the landscape provided by the municipal councils cameras in the territorial reform process that is intended to implement in the late eighteenth century in Portugal. These arguments, when they are observed under the keys of this theory – where the psychosocial processes of categorization, comparison and identification play a fundamental role – acquire new meaning, much more relevant and inspiring.

Keywords: landscape, social identity, perception, councils, Portugal, XVIII century.

Date of submission: 29/10/2016

Date of approval: 10/11/2017

* CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. Bolseira de pós-Doutoramento da FCT (SFRH/BPD/76452/2011). *E-mail:* chinchilla@ugr.es .

El paisaje y la construcción de la identidad en las comunidades locales portuguesas del siglo XVIII

María José Ortega Chinchilla

El paisaje como signo identitario de los grupos sociales

1. El concepto de identidad social

La complejidad que entraña el concepto de *identidad* nos obliga, primero, a acotar desde el principio de este trabajo el ámbito disciplinar desde el que lo vamos a abordar y, segundo, a concretar la significación que adquiere esta noción vinculada a dicho ámbito o parcela científica. De este modo, la psicología social, psicología ambiental y la geografía delimitarán, en este caso, los marcos de referencia de este análisis, y el concepto de *identidad social* particularizará los significados que nos interesa subrayar de esta noción tan extraordinariamente controvertida.

Aún nos queda, sin embargo, una cuestión más que apuntar en esta breve exposición de premisas fundamentales: la historicidad del concepto de identidad. Nos encontramos ante una noción que debe ser considerada como una construcción cultural o, si queremos, un producto histórico. Nos movemos en el ámbito de las representaciones sociales en las que los significados que se dan a determinados conceptos, fenómenos, dinámicas y prácticas, están en constante proceso de construcción, reconstrucción o revisión –otra cosa serán los ritmos, velocidades, resistencias, rupturas y continuidades que se den en dicho proceso– e ineludiblemente determinados por condicionantes culturales y temporales.

Desde que el psicólogo social británico Henri Tajfel sentara las bases de lo que más tarde John Turner y Roger Brown definieron como la Teoría de la Identidad Social, este concepto ha ido evolucionando y enriqueciéndose con aportaciones posteriores¹. Tajfel, en la década de los 50 del pasado

¹ Una magnífica recopilación de los estudios realizados sobre la identidad social, desde su formulación por Tajfel hasta las propuestas más actuales, la podemos encontrar en el artículo de Bárbara Scandroglio, Jorge S. López Martínez y M.^a Carmen San José Sebastián (2008). Aquí recogemos, no obstante, los trabajos más significativos en esta evolución: Tajfel, Henri. 1957. "Value and the perceptual judgement of magnitude". *Psychological Review*, no. 64: 192-204; Tajfel, Henri. 1985. "Social categorization and the self-concept: a social cognitive theory of group behaviour". En *Advances in group processes: theory and research*, editado por E. J. Lawler vol. 2, 77-122; Turner J. C., Hogg, M. A., Oakes, P.J., Reicher, S.D. y Wetherell, M.S. 1987. *Rediscovering the social group: a self-categorization theory*, Oxford: Blackwell Publishers; Turner, J. C., Reynolds y K.J. 2001. "The social identity perspective in intergroup relations: theories, themes and controversies», en *Blackwell Handbook of Social Psychology: intergroup Processes*, editado por Rupert Brown y Samuel L. Gaertner, Oxford: Blackwell Publishers.

siglo, intentó dotar a sus estudios sobre las relaciones intergrupales y sus mecanismos de discriminación de una visión más amplia incorporando la perspectiva social; para ello desarrolló la hipótesis de la *categorización* en función de la cual los individuos se clasifican a sí mismos y a los demás en categorías cuya finalidad sería *denominar* en un primer paso para pasar seguidamente a la *diferenciación* y *discriminación*. Este proceso de categorización a partir del cual los grupos se perciben a sí mismos y definen/representan a los *otros*, comporta una serie de efectos: la acentuación de las semejanzas entre las personas que forman parte de una misma categoría y, en consecuencia, la articulación exagerada de diferencias entre individuos pertenecientes a categorías distintas a través de un proceso psicosocial de comparación.

A través de la comparación social realizada sobre diferentes dimensiones, el endogrupo establece su diferenciación respecto de los posibles exogrupos, tendiendo con la contribución del *principio de acentuación* a hacer mayores las diferencias intergrupales, especialmente en aquellas dimensiones en las que el endogrupo destaca positivamente (Scandroglio, López y San José 2008, 83).

Junto a la *comparación social*, la *identificación* sería el otro proceso psicosocial clave para entender la articulación de las identidades sociales. A pesar de la relevancia de este constructo para comprender la Teoría de la Identidad Social, no existe, sin embargo, un consenso a la hora de definirlo. La confusión y la ambigüedad dominan en los trabajos que tratan de definir esta noción de identificación debido, fundamentalmente, a que se ha prestado mayor atención a los procesos de exclusión e inclusión social originados por el fenómeno psicosocial de la comparación. No obstante, de una forma muy escueta, podemos definir la identificación como el proceso mediante el cual el individuo se identifica con aquellas categorías que le permiten salir favorecido de la comparación, es decir, aquellas que le proporcionan una *identidad social positiva*.

Comparando el propio grupo en dimensiones valoradas positivamente con los diferentes exogrupos y generando la percepción de superioridad en dicha comparación, el individuo adquiriría una distintividad positiva y, consecuentemente, generaría una identidad social positiva en comparación con el exogrupo (Scandroglio, López y San José 2008, 83).

Más adelante comprobaremos cómo el paisaje será una de las dimensiones empleadas por determinadas comunidades locales –en las que un

entorno físico favorable es considerado como un valor positivo— para establecer comparaciones con otros grupos y, en consecuencia, adquirir una distintividad positiva con respecto a estos últimos.

La categorización, comparación e identificación son las claves que nos permiten entender el funcionamiento o la dinámica relacional que se establece entre los grupos sociales. La importancia de definir esta lógica en las relaciones intergrupales viene dada por el hecho de que, desde la Teoría de la Identidad Social se le asigna un papel fundamental a los grupos sociales en la génesis y desarrollo de la identidad individual. En este sentido, la imagen que un individuo posee de sí mismo en relación con el entorno físico y social que le rodea viene conformada en buena medida por los rasgos de identidad que le aporta el grupo social al que pertenece. Dicho de otro modo, para H. Tajfel, parte del auto-concepto de un individuo estaría conformado por su *identidad social*, es decir, por «el conocimiento que posee un individuo de que pertenece a determinados grupos sociales junto a la significación emocional y de valor que tiene para él/ella dicha pertenencia» (Tajfel 1984, 255). El grupo social sería, pues, la categoría que viene a conformar los rasgos de la identidad social de un individuo.

Estudios posteriores han demostrado, sin embargo, que no es la única. De hecho, en las páginas que siguen nos dedicaremos a comprobar este hecho basándonos en la afirmación de que el entorno físico o el paisaje constituyen, de hecho, un elemento fundamental en la génesis y desarrollo de dicha identidad.

A pesar de que algunos de los postulados de esta Teoría de la Identidad Social definida por Tajfel, Turner y Brown se han matizado, relativizado, revisado y ampliado —por ejemplo, incluyendo, como decimos, la categoría del entorno físico, socio-físico, o si queremos, paisaje—, siguen estando vigentes en los estudios psicosociales sobre la auto-percepción de los grupos y las relaciones que establecen entre ellos. Sus propuestas continúan siendo relevantes para la psicología social actual en tanto que contribuyen a comprender cómo funcionan las relaciones entre los diferentes grupos sociales. En este sentido, y puesto que nuestro objeto de estudio son un conjunto de comunidades locales, creemos que este marco teórico (basado en la categorización, comparación social, identificación y la distintividad positiva) resulta muy pertinente para determinar sus mecanismos de auto-percepción grupal. A él sumaremos los aportes teóricos de la psicología ambiental para comprender el proceso en función del cual el paisaje acaba convirtiéndose en estas comunidades en

una categoría portadora de identidad –según se deduce de los escasos pero significativos testimonios que conforman la fuente histórica objeto de nuestro estudio–.

2. El entorno físico como categoría constitutiva de la identidad social

Los sucesivos trabajos que se fueron desarrollando sobre la identidad social durante las décadas de los 80 y 90 pusieron de manifiesto que la pertenencia a un grupo o categoría social no bastaba para comprender la génesis y desarrollo de los rasgos identitarios de un individuo, y por extensión, de una comunidad. De este modo, a partir de los trabajos de Tajfel se gestaron una serie de investigaciones en las que el concepto de identidad social se fue haciendo cada vez más complejo al introducir nuevas categorías de análisis. La categoría del entorno físico introducida por los psicólogos ambientales sería una de ellas.

A las categorías sociales de etnia, religión, nacionalidad o profesión, los psicólogos ambientales sumaron la del entorno físico. Este comenzó a ser considerado y tratado como una categoría más de cuantas participan en la génesis, desarrollo y mantenimiento de la identidad social de individuos y colectividades.

Sergi Valera señala que el objeto de la psicología ambiental es «estudiar y comprender los procesos psicosociales derivados de las relaciones, interacciones y transacciones entre los hombres, grupos sociales o comunidades y sus entornos sociofísicos»² (Valera 1993, 4). Entre las preocupaciones de los psicólogos ambientales, el análisis del componente o dimensión espacial en la conformación de la identidad social de individuos y grupos

² Sergi Valera es uno de los principales representantes de la psicología ambiental en España. Tiene numerosos trabajos destinados a esclarecer los fundamentos teóricos y metodológicos de dicha disciplina dentro del panorama científico de las Ciencias Sociales. Asimismo ha profundizado en el análisis de algunos de los conceptos claves que fundamentan a la Psicología Ambiental, tales como la noción de lugar, sentido del lugar, apego o apropiación del espacio. La definición de la disciplina que recogemos en el texto, aunque la elaboró hace ya más de 20 años, en su tesis doctoral (Varela 1993), sigue vigente en sus disertaciones más actuales.

ocupa un lugar destacado³ (Aragonés y Valera 2014, 296). En este sentido, Valera junto a Enric Pol apuntarán que los escenarios físicos en los que el individuo desarrolla su vida cotidiana juegan un papel fundamental en la configuración de su identidad social.

Son varias las dimensiones que dotan de contenido a los espacios o entornos físicos para que éstos acaben convirtiéndose en signos de identidad social para los individuos: la dimensión sociocultural de dichos espacios o la dimensión psicosocial y conductual, pero, sobre todo, la dimensión territorial y simbólica.

Respecto a la dimensión territorial, los límites geográficos y las características o particularismos ambientales o físicos son factores que contribuyen a definir la identidad de un espacio y, por ende, a los grupos que lo habitan y se *identifican* con él. Esto ocurre porque la identidad de dicho espacio –ahora convertido en *lugar*– entendida como el conjunto de cogniciones referentes a lugares o espacios donde la persona desarrolla su vida cotidiana y en función de los cuales el individuo puede establecer vínculos emocionales y de pertenencia a determinados entornos, es considerada como un elemento de continuidad de la propia identidad del individuo o del grupo (Valera y Urrutia 1994). En cuanto a la dimensión simbólica, el conjunto de significados, de asociaciones simbólicas, contenidos ideológicos, etc. asociados a esos *lugares* configuran estos escenarios físicos como *espacios simbólicos* para la comunidad y, en consecuencia, garantes de su propia identidad.

En otras palabras, un espacio, para que sea generador de identidad debe contar con «unas características físicas y estructurales tales que tengan la capacidad de proporcionar a los sujetos una imagen mental vigorosa, vívidamente identificada y poderosamente estructurada» (Valera 1997). Esto es a lo que Kevin Lynch llamaba la *imaginabilidad ambiental* de los espacios (Lynch 2015). Junto a ella, debe existir además una *imaginabili-*

³ En un trabajo publicado por Sergi Valera y Juan Ignacio Aragonés en 2014 se hace un registro de las unidades temáticas en las que se agrupan los trabajos de los psicólogos ambientales españoles y portugueses presentados en diversas reuniones científicas en las últimas tres décadas. Estas unidades son las siguientes: 1 Teoría, conceptos y método (mapas cognitivos, percepciones, emoción, identidad del lugar-apego, evaluación ambiental, preferencias paisajísticas, metodología y técnicas), 2 Medio construido (ambientes residenciales-vivienda, entornos urbanos, entornos específicos –aulas, prisiones, etc.-), 3 Medio natural y Psicología de la conservación (educación ambiental, voluntariado, participación, preocupación y conducta proambiental), 4 Riesgo y desastres (catástrofes, inseguridad). (Aragonés y Varela 2014)

dad social, entendida como el conjunto de significados subyacentes a dicho espacio.

Resumiendo, para los psicólogos sociales, una parte importante de la identidad del individuo estaría conformada por su identidad social, esto es, por la conciencia que posee de pertenecer a un determinado grupo o categoría social. Los psicólogos ambientales introducirán más tarde la categoría del entorno como otro de los elementos que conforman esa identidad social de los individuos y los grupos⁴. Es decir, la identidad social también puede derivarse del sentimiento de pertenencia o afiliación a un entorno concreto significativo. Es a través de su dimensión territorial (características y particularismos físicos y medioambientales) y simbólica que estos espacios se acaban convirtiendo en *lugares* significativos para el individuo en tanto que se identifican y reconocen en ellos. Veíamos que, junto a la comparación social, la identificación era otro de los procesos psicosociales más importantes en la articulación de las identidades sociales. Decíamos que la identificación es el proceso a través del cual el individuo se identifica con aquellas categorías que le permiten salir favorecido de la comparación, lo que le proporciona una identidad social positiva. Mediante esta identificación con sus entornos, los individuos se reconocen en sus paisajes, se apropian de sus particularidades y las hacen suyas, enfatizando las singularidades de dichos espacios para establecer una comparación que les sea favorable.

Llegados a este punto es necesario indicar que estos investigadores cuando analizan el papel del entorno en el proceso de construcción de identidades sociales se refieren fundamentalmente a los entornos urbanos –al menos el grueso de sus trabajos están dedicados al estudio del simbolismo urbano, o mejor dicho, al análisis de determinados elementos urbanos cargados de simbolismo social–. Sin embargo, es posible ampliar esos espacios simbólicos a los entornos rurales.

Desde la psicología ambiental se analiza la cuestión del simbolismo espacial desde dos perspectivas. Por una parte se afirma que todo espacio «posee un simbolismo que es inherente a la percepción, representación o interpretación que los individuos hacen del mismo». Este simbolismo

⁴ Hablamos ya de identidad social de grupos o comunidades y no sólo de individuos porque cuando incorporamos la categoría del entorno, los significados que se le asignan a estos espacios para acabar convirtiéndolos en signos identitarios, no son nunca individuales sino sociales. Se trata de significados contruidos o elaborados por la comunidad en su conjunto, ya que nuestras percepciones sobre el espacio, a pesar del componente subjetivo, se construyen sobre la base de las representaciones sociales colectivas en las que el individuo se desarrolla como ser social.

implícito o inherente a la percepción humana puede tener implicaciones a nivel individual o a nivel social «en tanto en cuanto determinados significados son compartidos por un número considerable de sujetos». Dicho significado puede derivarse de las características físico-estructurales del espacio, de su funcionalidad ligada a las prácticas sociales que se desarrollan en él, o bien ser fruto de las interacciones que a nivel simbólico se dan entre los sujetos que ocupan o utilizan dicho espacio. Por otra parte, «hay determinados espacios o entornos que tienen la capacidad de aglutinar determinados significados en su seno, es decir, tienen la capacidad de cargarse de significado simbólico» (Valera 1996, 63-65). Este es siempre un significado social en tanto que es socialmente elaborado, valga la redundancia, por la propia comunidad que lo habita, o bien por los individuos que utilizan este espacio o se relacionan con/en él –aunque en este caso, como veremos más adelante al hablar del fenómeno de *habitar*, se dan matices diferentes en esa significación–.

Para nuestro estudio, el del paisaje rural que habitan las comunidades locales portuguesas analizadas en este trabajo, nos interesa esa segunda perspectiva, esto es, la que hace referencia a los lugares cargados de significados simbólicos construidos y compartidos por el conjunto de la comunidad –significado social– a partir de la consideración positiva de sus características físicas, estructurales y ambientales, así como de las prácticas –económicas, fundamentalmente– ejercidas por el grupo en dichos espacios.

Hay determinados elementos del paisaje rural, tales como los cursos de agua o las elevaciones montañosas, que ostentan un mayor valor simbólico para la comunidad: porque los significados e interpretaciones que se le asignan son reconocidos ampliamente por el grupo y porque generan implicaciones emocionales o afectivas más fuertes. En este sentido, nos resulta interesante rescatar como ejemplo la investigación que realizó el geógrafo francés Yves Luginbühl a finales de los años 70 en una comunidad campesina vitícola de Borgoña, en Francia. Luginbühl encuestó a los habitantes de dicha zona sobre lo que ellos llamaban «la montaña», una pequeña meseta de unos 500 metros de altura que se elevaba frente a las llanuras ocupadas por sus viñedos. Durante siglos y hasta bien entrado el siglo XX los pequeños viñadores –con pocos recursos–, fueron relegados a este espacio donde cultivaban algo de viña, sembraban cereal, criaban animales en rebaños colectivos y recogían los productos que el monte les proporcionaba. En la década de los 70 estas zonas de montaña estaban desiertas –aunque conservaban claramente las huellas del trabajo secular

de los agricultores–, sin embargo, a través de las encuestas pudieron comprobar el alto valor simbólico que ese espacio conservaba para la comunidad. «La montaña era y sigue siendo el paisaje de la libertad». El espacio del refugio, la memoria, los mitos y las leyendas locales. Es el lugar «donde se reencuentran con ellos mismos y con su historia» (Luginbühl 2008, 175-176).

En la documentación histórica que analizaremos en la segunda parte de este estudio, entre las respuestas que dan los habitantes a los representantes de las cámaras concejiles tras ser consultados por las modificaciones territoriales que se estaban planteando desde la administración central (en los años de 1790-91) –cambios de capitalidad, de jurisdicción, de agregación/separación de otras entidades poblacionales–, podemos reconocer las referencias a esta dimensión territorial y simbólica de sus espacios o paisajes cotidianos. Los paisajes son colocados por los habitantes de estas comunidades y de sus representantes concejiles, en no pocas ocasiones, en el centro de sus argumentaciones y disertaciones sobre la reforma territorial que se pretendía implantar. Situándonos en un plano más abstracto, los integrantes de esas comunidades se *identifican* con sus paisajes –fértiles, amenos, prósperos, estratégicos, abundantes, saludables– en tanto que les proporcionan una *identidad social positiva* y por ende una *distintividad* también positiva respecto al resto de comunidades locales con las que establecen comparaciones.

Antes de pasar a dicho análisis, aún hemos de desentrañar otro problema teórico-conceptual: la trasmutación del entorno físico o espacio en paisaje.

3. Del entorno físico al paisaje como signo identitario

Hasta aquí hemos dado por supuesta la conversión casi automática del entorno físico en paisaje. Es la trampa de las palabras que nos trasladan de un concepto a otro de forma imperceptible aún cuando sus significados son totalmente distintos. Es lo que ocurre con los términos de entorno físico y paisaje. No son sinónimos y, por tanto, no hemos de considerar sus significados como intercambiables ya que tras esa correspondencia que tan ligeramente se establece, se esconde un proceso de construcción cultural muy complejo.

Como apuntábamos al principio, el tercer pilar de este estudio desde el punto de vista teórico es –junto a la psicología social y psicología ambien-

tal–, la geografía humana y cultural. Sus postulados teóricos más fundamentales subyacen en el planteamiento que vamos a realizar a continuación.

Entre las innumerables definiciones que podemos encontrar para el fenómeno del paisaje en el ámbito de la geografía cultural –otra cosa bien distinta descubriríamos si nos situáramos en el campo de la historia del arte, la ecología, la biología, geología, arquitectura, etc.⁵–, sentimos especial predilección por la que realiza Joan Nogué: el paisaje es «una construcción social y cultural, siempre anclada –eso sí– en un substrato material, físico, natural»:

La naturaleza existe *per se* mientras que el paisaje no existe más que en relación al ser humano, en la medida en que éste lo percibe y se apropia de él. El paisaje está vinculado a un lugar y personalizado por este lugar [...]. Al hablar de paisaje estamos hablando de una porción de la superficie terrestre que ha sido modelada, percibida e interiorizada a lo largo de décadas o de siglos por las sociedades que viven en ese entorno. El paisaje está lleno de lugares que encarnan la experiencia y las aspiraciones de la gente, lugares que se convierten en centros de significado, en símbolos que expresan pensamientos, ideas y emociones varias (Nogué 2010).

La percepción es la clave para entender, por tanto, la transformación del entorno físico en paisaje. La percepción de la realidad por parte del hombre no consiste simplemente en el registro pasivo de los estímulos externos sino que es un proceso complejo que implica al pensamiento. Como afirma R. Arnheim, el conjunto de operaciones cognitivas que llamamos pensamiento no son un privilegio de los procesos mentales situados por encima y más allá de la percepción, sino que son «ingredientes esenciales de la percepción misma» (Arnheim 1998, 27). Percibir la realidad significa, pues, explorarla activamente, seleccionar la información registrada, captar su estructura esencial, simplificarla, abstraerla, ponerla en relación, situarla en su contexto, compararla, analizarla, sintetizarla y por último y más importante, asignarle significados y valores.

Por lo que respecta a la percepción del paisaje entendido como entorno vital del individuo, que es la que aquí nos interesa, es de nuevo la psicología ambiental la ciencia que nos ofrece las claves para comprender sus mecanismos. La percepción del paisaje sería el resultado del proceso psicológico por el cual las diversas sensaciones se organizan e integran para configurar

⁵ En un magnífico artículo de síntesis, Jean Marc Besse nos habla de las cinco maneras de pensar/investigar el paisaje en el mundo científico contemporáneo (desde el ámbito de la filosofía, la historia, historia del Arte, geografía, ecología, biología, arquitectura, etc.) (Besse 2006).

un cuadro coherente y significativo del entorno o de una parte de él. Es decir, al hablar de percepción ambiental o del paisaje, habría que incorporar los aspectos cognitivos, interpretativos y valorativos. En este orden de cosas, la percepción ambiental se efectúa en distintos niveles relacionados entre sí: el primero de ellos lo constituye la respuesta afectiva registrada en términos de valoración personal; el segundo, la respuesta de orientación (posición respecto a ese espacio); los siguientes niveles o tareas perceptivas serían las de la categorización, sistematización de sus elementos y finalmente, la manipulación o uso a nivel cognitivo⁶ (Corraliza 2010, 62).

Como acabamos de apuntar, el primer nivel que se detecta en la interacción entre el individuo y su entorno se vincula a la respuesta emocional y sería sobre esta respuesta o experiencia emocional de un lugar que se conforma el proceso de atribución de significado.

En este sentido, la valoración emocional y la atribución de cualidades afectivas al marco físico en el que la persona se desenvuelve tiene como consecuencia el que las variables espaciales y físicas se conviertan, en función de la implicación del individuo, en un ambiente de significado simbólico. De esta forma, los elementos objetivos del ambiente (formas, distancias, aspecto, etc.) se convierten en un conjunto de elementos significativos, que para el sujeto le resultan «grandes» o «pequeños», «agradables» o «desagradables», «bonitos» o «feos», «aburridos» o «divertidos», etc. (Corraliza 2010, 63).

En definitiva, el sustrato natural existe *per sé*, pero al ser percibido por el hombre con toda la carga interpretativa que conlleva el proceso perceptivo, aquél se transmuta en una realidad diferente: el paisaje. Delimitadora, selectiva y culturalmente mediatizada, nuestra mirada sobre la realidad espacial provoca una transformación, o mejor dicho, un desplazamiento de lo inabarcable a lo concreto, de lo material a lo inmaterial, de lo objetivo a lo subjetivo. A la vez que delimita y selecciona unidades aisladas de esa entidad global que es la naturaleza, la mirada revela significados en unas formas que ahora se presentan fácilmente aprehensibles para los sentidos y el intelecto. Es la mirada la que marca una trayectoria que, desde la materialidad de la realidad tangible, nos conduce al universo inmaterial de las emociones, valores, sentidos y significados. Es la que nos proyecta, además, como sujetos en los objetos percibidos, la que es capaz de conjugar los estímulos externos del entorno con esa representación mental que albergamos en nuestro interior dibujada a partir de nuestras experiencias y

⁶ Dicha clasificación la toma de la elaborada por William Ittelson en 1973, uno de los psicólogos ambientales pioneros en el estudio de la percepción.

expectativas. Recordemos, en este sentido, lo que supone percibir desde una perspectiva fenomenológica y que aparece muy bien expresado en las palabras de Raffaele Milani, «una manera de proyectarse sobre una realidad concreta, sintetizarla o interiorizarla y representarla a través del espacio y el tiempo» (Milani 2007, 21).

En íntima correspondencia con esta respuesta emocional del individuo ante su entorno, a partir de la cual se produce el proceso de adjudicación de significados, nos encontramos la variable de *relación*. De hecho, el tipo de vínculo que el sujeto establece con el medio que le rodea va a determinar en gran medida el significado, las asociaciones simbólicas y, en definitiva, la interpretación asignada a dicho medio.

La variable de relación está estrechamente ligada a las características individuales y sociales del sujeto: extracción social, sexo, edad, profesión, etc. Asimismo, se trata de una cuestión que tiene también mucho que ver con el tiempo. La fugacidad de la experiencia perceptiva del turista que recorre el pueblo o la ciudad en unos días o incluso en pocas horas, la del fotógrafo o la del viajero, poco tiene que ver con la experiencia prolongada del lugar que posee el habitante. El paisaje como espacio vivido es algo que escapa al tiempo efímero del recorrido fugaz, de la visita esporádica o de la ojeada pasajera del viajero. Conlleva una comprensión del paisaje, una interpretación del mismo que, inevitablemente, será diferente a la del transeúnte o el visitante ocasional.

Habitar un lugar supone un vínculo relacional en el que la respuesta emotiva hacia el entorno percibido se haría aún más intensa. Proporciona una perspectiva perceptiva distinta a la de aquél que se posiciona pasivamente ante él para contemplarlo en la distancia –muchas veces, desde instancias de poder ajenas a la realidad–. Los sentimientos de pertenencia, posesión y apropiación, incluso el proceso de identificación con el paisaje, darán como resultado una interpretación muy particular del mismo.

Aunque estemos hablando de percepciones subjetivas del paisaje, construidas en el plano individual, dependientes de las características del sujeto, no nos olvidemos que las significaciones, interpretaciones o valoraciones que realizamos –todas ellas constitutivas del proceso perceptivo– nunca son exclusivamente subjetivas o individuales sino que se construyen en consonancia con las representaciones sociales colectivas de la comunidad a la que el individuo pertenece⁷.

⁷ Para profundizar en estos temas, consúltense las obras de: Corraliza 1987; Íñiguez Rueda y Urrutia 1996.

Por tanto, los significados simbólicos de los espacios siempre son contruidos socialmente y, en concordancia con esta afirmación, poseen una historicidad irrefutable. El paisaje es un fenómeno marcado por el dinamismo y el cambio no sólo de sus perfiles y contenidos físicos sino de los significados que se le otorgan. Es decir, las representaciones y concepciones mentales no permanecen constantes ni en el tiempo ni en el espacio. Aunque sea posible detectar ciertas categorías espaciales que se repiten en el proceso de percepción espacial –límites, nodos, sendas–, ni el peso ni los significados de éstas permanecen estáticos. De ahí que sea posible elaborar un discurso histórico sobre la percepción del paisaje. Nos hacemos eco de las palabras de E. Martínez de Pisón para quien la verdadera historia del paisaje debería ocuparse del estudio sobre las diferentes maneras en que las sociedades lo han percibido (Martínez de Pisón 2007). Las percepciones son distintas porque los observadores también lo son. Esos «actores territorializados» han establecido y establecen relaciones distintas y variables con el medio influidas, por una parte, por las propias características físicas del entorno y, por otra, por los condicionamientos políticos, económicos, ideológicos, etc. fijados por su propia cultura. Es una relación hombre/territorio marcada sustancialmente por las diferencias culturales que se trazan no sólo a través del espacio sino también del tiempo.

En consecuencia, como señalábamos al principio de estas líneas, el concepto de identidad social que se nutre de estas categorías y del entramado de significados que se le asignan, no puede más que considerarse como un producto histórico, una construcción cultural.

Paisaje e identidad en las comunidades locales portuguesas del siglo XVIII

Paul Claval apuntaba hace ya algunos años que los geógrafos e historiadores habían dedicado demasiados esfuerzos a estudiar –en virtud del privilegio concedido a la usual identificación entre paisaje rural y espacio agrícola– a los propietarios de la tierra, a los campesinos y sus estrategias económicas, y ningún esfuerzo a indagar en el papel que juega el paisaje rural –como espacio físico y simbólico– en la construcción de las identidades sociales. No se entiende esta restricción de perspectivas cuando se constata que el paisaje es utilizado por las comunidades rurales occidentales, sobre todo a partir del siglo XVIII, como un medio de diferenciación social con respecto a comunidades vecinas (Claval 2004). Claval mantiene que durante los siglos XVIII y XIX las ciudades comenzaron a ejercer una

importante influencia en su hinterland rural. Esto llevó a las poblaciones rurales a iniciar un proceso de construcción de su propia identidad frente a los influjos del medio urbano y frente a otras comunidades colindantes. En dicho proceso las comunidades rurales tomarán al paisaje como fuente de particularismos y singularidades. Conformarán su propia imagen como colectivo a partir de aquellos atributos físicos, naturales o ambientales que la caracterizan y, por ende, la diferencian. Enfatizan la dimensión natural del paisaje rural al considerarlo expresión de su propia identidad, de manera que un determinado rasgo ambiental, físico o morfológico acaba convirtiéndose en signo identitario de esas poblaciones.

Ya hemos argumentado teóricamente ese proceso en la primera parte de este artículo; ahora nos resta ilustrarlo desde la perspectiva histórica a través del análisis de la fuente que presentamos a continuación.

1. La *Lei da Reforma das comarcas de 1790*

Esta disposición marcaba las pautas para una reorganización territorial ligada a una reforma del sistema judicial. Como afirma Ana Cristina Nogueira da Silva, era la primera vez que se exponían los fundamentos para una reforma global de todo el territorio portugués. Con ella se pretendía racionalizar –haciéndola más uniforme– la justicia regia y la administración del territorio, acorde con el ideario político de la Ilustración y en el mismo tono en el que se venía dando en países como España y Francia (Nogueira da Silva 1988, 55 y ss.).

La reforma de la administración de justicia conllevaba, ineludiblemente, una modificación de las circunscripciones territoriales. Para entenderla se hace necesario explicar, brevemente, la estructura territorial y administrativa de Portugal en el siglo XVIII.

El *concejo* constituía la unidad espacial mínima en este organigrama. Su gobierno recaía en las *cámaras* e impartían justicia en primera instancia a través de los jueces ordinarios o bien a través de los llamados *juízes de fora*, jueces letrados nombrados por el rey –a diferencia de los anteriores, que no eran letrados– en aquellos casos en los que los concejos tenían jurisdicción incompleta. La principal característica de estas circunscripciones administrativas era su desigualdad en términos de extensión y población. Muchos de estos concejos tienen un origen bastante antiguo –en comunidades naturales de carácter patriarcal-comunitario, como ha señalado António Manuel Hespanha (1986) –, anterior a la reconquista y, por tanto, anterior a su confirmación como entidades territoriales por parte del poder central.

Las *oidorías* eran aquellas circunscripciones que dependían de una casa señorial. Podían estar constituidas por uno o más concejos. El *oidor* era un oficial encargado de atender la justicia en segunda instancia –los recursos presentados por los jueces ordinarios o de fuera–. Aunque los corregidores reales podían por ley entrar en estas circunscripciones para vigilar y controlar las actividades de estos oficiales señoriales, el funcionamiento de las cámaras, etc., algunas de estas oidorías gozaban del privilegio de *isenção de correição*, en virtud de la cual, se les prohibía a los corregidores entrar en dichas demarcaciones.

Por último, las *comarcas* o corregimientos eran circunscripciones civiles de carácter administrativo y judicial sometidas a la acción del corregidor. Su actividad era, fundamentalmente, de carácter tutelar: vigilar la acción de los oficiales concejiles, inspeccionar el gobierno local de los concejos, supervisar las rentas de las cámaras, etc. El territorio de estas comarcas o corregimientos era poco homogéneo tanto en población como en superficie; irregular y discontinuo en su configuración territorial debido, principalmente, a la proliferación de las oidorías –el mayor obstáculo para el desempeño de las actividades del corregidor–.

Uno de los objetivos fundamentales de este proceso de reforma de la administración de justicia –y por ende, de la reforma territorial– era la restricción del poder señorial –concretamente de la justicia señorial–. Para ello se imponía en la ley de 1790 la extinción de las oidorías (tribunales de segunda instancia) y del privilegio de las *isenções de correição* –acabar con el veto a los corregidores en las circunscripciones señoriales–. El fin último era conseguir una administración de justicia más uniforme y justa y un diseño del territorio más racional⁸. Así lo expresa el corregidor de Tavira

⁸ Mucho se ha escrito sobre la compleja y confusa organización territorial durante la Edad Moderna en países como Portugal, España y Francia; pero pocas veces se leen testimonios directos sobre las gentes que sufren las consecuencias negativas de una ilógica división administrativo-territorial. Reproducimos aquí una cita donde se describe la localidad de Póvoa de Varzim (en el distrito de Oporto) y en la que se da cuenta de esa irracionalidad: «Su parroquia se extiende fuera del término por la parte norte, por donde el término de Barcellos (...), acorta por medio de las calles, continúa por las de la población y lugares suburbios, e incluso hasta acorta por el medio de diminutas casas de forma que los moradores estando en el medio de la sala o de la cocina están en ambos términos (...). Por estar esta villa y población de la Póvoa de Varzim de la forma expuesta, cortada así en las casas, calles, como en los lugares suburbios y de la parroquia, resulta haber no sólo opresión y confusión en los moradores y en la administración de la justicia, sino también da ocasión a que en las mismas calles y casas, con un pie estén en un término y con el otro en otro término, se insultan y enfrentan y la mayoría prosiguen sus excesos desordenados quedando impunes, se practican desobediencias y desprecio de la justicia». Documento 11, caja 147, mazo 101, ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR DE LISBOA [AHP].

en la carta que escribe a la reina: «la nueva división de las comarcas es para beneficio y brevedad en resolver las necesidades de justicia a los pueblos y que no tiene por objeto hacer comarcas para corregidores sino corregidores para las comarcas, pidiéndolo así la utilidad pública»⁹.

Para hacer más uniforme e igualitaria la administración de justicia se planteó crear distritos judiciales compuestos por varios concejos que compartirían un solo juez: los llamados juzgados de vara blanca o juzgados de *juízes de fora*. La creación de estos distritos obligaba a realizar una reorganización administrativa de los concejos: unos pasarían a ser cabeza de distrito judicial, otros dejarían de serlo, algunos concejos más pequeños se tendrían que anexas a otros de mayor tamaño, tampoco faltaban los que se desgajaran de circunscripciones territoriales anteriores.

Pues bien, la implementación de esta reforma judicial y territorial quedó recogida en un ingente conjunto documental que se custodia en el Archivo Histórico Parlamentar de Lisboa. Fue profundamente estudiado por Ana C. Nogueira da Silva, lo que dio como resultado una magnífica obra donde se recoge el modelo territorial de Portugal en el siglo XVIII. Para este trabajo hemos revisado y releído dicha documentación primaria situando nuestro foco de atención en los argumentos esgrimidos por las cámaras concejiles para reivindicar cambios territoriales o para rechazar los que se pretendían imponer.

Lo interesante de este procedimiento legislativo es que las cámaras concejiles consultaron a los habitantes de sus respectivos términos los cambios planteados por el poder central en función de las propuestas realizadas por los jueces demarcantes. Estos eran oficiales enviados a las distintas provincias con el fin de estudiar la realidad territorial vigente y formular soluciones más adecuadas a la lógica racionalizadora que se pretendía instaurar¹⁰. Gracias a estas consultas contamos con testimonios –recogidos de forma indirecta por los representantes de las cámaras pero fieles a las manifestaciones de los vecinos– en los que se evidencia, bajo diferentes fórmulas, la percepción del paisaje por parte de la población local portuguesa de finales del siglo XVIII.

En esta fuente nos encontramos, pues, la confluencia de dos discursos sobre el espacio: el del poder central y el de las élites locales. Ambos

⁹ Documento 3, caja 145, mazo 100, AHP.

¹⁰ Según se recoge en la documentación generada por la Ley de 1790, «su trabajo se dirige a descripciones claras de lo local y a informaciones de los intereses que dentro de lo local deben averiguar, para bien de las demarcaciones y de sus comisiones». Documento 15, caja 145, mazo 100, AHP.

se constituyen con ideas comunes, de carácter general, sobre un espacio que se concibe como un territorio susceptible de ser ordenado geométricamente, donde se impone la lógica matemática. Lo podemos comprobar en las propuestas de los jueces demarcantes así como en las contra-propuestas de centralidad y uniformidad de las élites locales. Sin embargo, entre los argumentos de estas últimas encontramos, tras una lectura pormenorizada, una concepción del espacio más subjetiva, o si queremos, más efectiva y afectiva. Sobre todo, cuando reproducen en sus peticiones y relaciones las opiniones de los habitantes de los concejos. Es en esas palabras donde el paisaje como categoría generadora de identidad se hace visible.

2. El paisaje como argumento

Hemos usado esta documentación en otras investigaciones para analizar la percepción que los habitantes de diferentes poblaciones portuguesas poseían de los elementos del entorno ubicados en lo que llamábamos *paisajes de incertidumbre* (Ortega Chinchilla 2016). Trazábamos entonces una especie de geografía del miedo al resaltar los aspectos negativos de los componentes paisajísticos que eran concebidos como incómodos o peligrosos por las comunidades que limitaban con dichos espacios. Ahora nos fijamos en el paisaje que se esgrime como argumento positivo. Frente a esos elementos paisajísticos que quedaban fuera de sus escenarios de desenvolvimiento cotidiano –en esos paisajes de frontera, de transición e intransitables–, nos centramos ahora con un paisaje que forma parte de sus escenarios de vida y que es esgrimido como factor favorable para la comunidad. Se subrayan las ventajas de poseer un paisaje rural saludable, fértil, con buenos y abundantes recursos hídricos, próspero y un paisaje urbano con edificios suntuosos que ostentan valores simbólicos positivos (honorabilidad, tradición, continuidad, solidez, etc.), a partir de los cuales se define y consolida la identidad de estas comunidades a finales del siglo XVIII.

Lo que los psicólogos ambientales afirman desde la teoría, lo comprobamos en unos testimonios en los que se vislumbra esa percepción del paisaje como fuente de particularismos que se conjugan para conformar una identidad positiva de las comunidades que los habitan. En virtud de ellos construyen sus argumentos a favor de erigirse en cabezas de distrito o en contra de anexionarse a otras comunidades que presentan menos ventajas geográficas, ambientales y, en última instancia, sociales.

Los argumentos esgrimidos por las cámaras concejiles para desestimar o apoyar algunas de las propuestas de reorganización espacial son de naturaleza variada. Destacan las que hacen referencia al número de habitantes, a la distancia entre poblaciones, al tiempo invertido en los desplazamientos o al coste de los mismos, a la reproducción de comportamientos espaciales, a la perpetuación de rutinas que se convierten en hábitos y costumbres y, por supuesto, ocuparán un lugar nada desdeñable las alusiones al paisaje rural y urbano.

No son pocas las relaciones en las que se menciona la situación amable, deliciosa o amena de la localidad y la fertilidad de sus tierras como ventajas a tener en cuenta a la hora de calificar un determinado concejo como el más idóneo para situar la nueva capitalidad o mantenerla si ya gozaba de ella. En este sentido se pronuncia la villa de Ovar:

Una de las más populosas del Reino, que excede el número de 3000 vecinos, como se muestra del atestado que ha hecho su párroco. Está adornada de buenos edificios y magníficos templos; es saludable, bien situada, es deleitosa por contar con un gran y provechoso río donde se han formado muelles¹¹.

Igualmente ilustrativas resultan las palabras del escribano Manoel Ignacio Veras de Oliveira quien además de hacer referencia a la benignidad de los aires de Sintra, escribe lo siguiente:

Esta villa es de las más antiguas del Reino. Ella fue cabeza de comarca del almojarifazgo de las Sisas abajo mencionadas, tiene voto en cortes y está muy poblada de nacionales y extranjeros que a ella concurren por la amenidad de su país, y se halla ennoblecida con un suntuoso y magnífico palacio que muchas veces ha sido habitación de los gloriosos monarcas de este Reino¹².

Las referencias a la salubridad de los lugares, a la buena calidad de sus aguas y la benignidad de sus aires –también las encontramos en la villa de Fornos, por ejemplo– son comunes en una época en la que la corriente higienista ocupaba un lugar notable en el pensamiento médico y científico. Los tratados médicos y de higiene de los siglos XVIII y XIX, de clara influencia hipocrática, establecen una relación directa entre las condiciones medioambientales y sociales de los lugares y el desarrollo de las enfermedades que

¹¹ Documento 20, caja 145, mazo 100, AHP.

¹² Documento 21, Caja 145, mazo 100, AHP.

comúnmente se dan en ellos. Las características de las estaciones, la pluviosidad, los vientos, etc., influirían claramente en la salud y personalidad de los habitantes¹³. El carácter divulgativo que adquieren estas obras médicas a lo largo de los siglos XVIII y XIX conlleva que sus postulados principales penetren en el ideario de las gentes a través de diversos canales de comunicación. Prueba de ello son estas alusiones a la relación ambiente/salud que hallamos entre las respuestas de las cámaras.

No quiero dejar de apuntar que, aunque es en este contexto cronológico –finales del siglo XVIII– cuando las teorías que relacionan ambiente y salud alcanzan su máximo apogeo a través de la literatura médica, estas apreciaciones las podemos encontrar con anterioridad en otros géneros, tales como las corografías, pues son fruto de un saber construido a partir de la experiencia.

Un ejemplo más lo encontramos en la villa de Estremoz, cuyos representantes alaban las excelentes condiciones de la localidad:

Es Estremoz una de las principales plaza de armas de Alentejo; está situada en el centro de las que más defienden a dicha provincia [...]. Su natural y ventajosa situación, su conocida fertilidad y abundancia de agua hicieron que la escogieran para cuartel general en todas las guerras pasadas [...]. Es su término abundante de frutos, porque su terreno es fertilísimo¹⁴.

Los representantes de la cámara de Bemposta argumentan igualmente que esta villa debería ser elegida como cabeza de distrito por ser de «noble situación» y por gozar de buenas comunicaciones, entre ellas, el camino real¹⁵. Aprovechamos para apuntar –aunque no tenga relación directa con el argumento del paisaje– que el disponer de buenas comunicaciones así como contar con una población numerosa serán dos de los motivos más comunes de cuantos se van a exponer.

Similares razones son las que manifiestan los representantes de la cámara de Agueda para ser elegida capital de distrito: «la situación de Agueda es una de las más cómodas y fértiles que se conocen en aquella

¹³ Las topografías médicas son las obras que mejor reflejan este pensamiento higienista de carácter ambientalista. Tienen como referencia fundamental la obra de Hipócrates *Sobre los aires, aguas y lugares*. Uno de los trabajos más completos sobre las topografías médicas de cuantos se han escrito en los últimos años, donde podemos encontrar no sólo la definición de este tipo de obras médicas, sino un catálogo detallado de la gran mayoría de ellas para el ámbito español es el de Casco Solís, Juan. 2001. “Las topografías médicas: revisión y cronología” *Asclepio*, LIII, no. 1: 213-244.

¹⁴ Documento 34, Caja145, mazo 100, AHP.

¹⁵ Documento 19, caja 145, mazo 100, AHP.

comarca de Aveiro, por la óptima cualidad y disposición que tiene para el comercio»¹⁶. Se detienen en explicitar las virtudes del río que discurre por su término, el Vouga: «navegable, con fácil transporte de todos los géneros que producen las tierras», así como del camino real que va «de esta corte para la ciudad de Oporto y provincia de Minho y Tras os Montes»¹⁷. Interesante también es la alusión que hace a los campos de las villas de Recardães –una de las parroquias o barrios de Agueda–, que por su situación inmediata a la villa, «no sólo hacen aquel sitio muy apacible y vistoso sino también abundante»¹⁸.

La percepción del paisaje rural por parte de la población fluye entre las nociones de lo bello y lo útil. Campos fértiles que hermocean a la localidad, ríos navegables que favorecen los cultivos y dibujan paisajes amenos y deleitosos, valles hermosos y fructíferos, ubicaciones estratégicas y saludables.

En cuanto al simbolismo de los espacios, palacios, monasterios, monumentos, edificaciones antiguas civiles y religiosas así como jardines o quintas, aportan honorabilidad a la villa, la ennoblecen a la par que la embellecen. La naturaleza simbólica de estos espacios los convierte en hitos urbanos cargados de significados honoríficos. Se erigen, junto a los elementos naturales del paisaje en signos distintivos, en portadores de identidad. Son la expresión más tangible de su trayectoria histórica. Los privilegios o títulos concedidos a dichos espacios urbanos son constitutivos también de la identidad social de los grupos que las habitan. La población se identifica y reconoce en todos esos atributos de sus paisajes naturales y construidos, a la vez que se usan como proyección de sí mismos. Todo ello lo comprobamos en la descripción de la villa de Arouca:

Es una de las más principales, regular y poblada que tiene esta comarca de Lamego [...]. Tiene un monasterio de religiosos del Císter magnífico en lo monumental y formal, que causa expectación en toda la monarquía, y tiene casa de misericordia de protección real. También tiene edificios antiguos y quintas que ornan no sólo la villa, sino que hacen más vistoso su término [...] quedando la villa en el medio de una extensión con un valle hermoso de tierras fértiles en todas sus producciones¹⁹.

¹⁶ Documento 54, caja 145, mazo 100, AHP.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Documento 73, caja 145, mazo 100, AHP.

Se podrían citar muchos más ejemplos de poblaciones que enfatizan las virtudes de sus paisajes naturales y construidos como argumento de valor para defender sus posiciones. De hecho, se expresan en términos muy similares. Rescatamos uno más, el de Castelo Novo, porque incorpora un componente más relacionado con la noción de las identidades sociales de las que venimos hablando: la descalificación del exogrupo –la unidad social con la que el individuo no se identifica o de la cual no forma parte–:

Castelo Novo es una villa a la que por ningún principio de equidad y de justicia debe quedar sujeta la villa de Atalaya porque ésta es un país muy agradable, situado en una planicie del litoral, rodeada de edificios y abundante de todo lo necesario para la vida de los hombres, está en la misma carretera, la más frecuentada que hay en aquellos países. [...] Castelo Novo es un país cuyos moradores siempre fueron enemigos de los moradores de Atalaya y tierras vecinas, de un genio muy intrigante, asolador y vengativo²⁰.

No queremos terminar sin hacer alusión a un par de descripciones de localidades en las que encontramos algo más que vagas referencias a la fertilidad y prosperidad de sus paisajes rurales. En ellas se enumeran detalladamente las producciones locales más destacadas, su calidad y cantidad. Podemos poner en relación esta cuestión con la noción de distintividad positiva de la que hablábamos en la primera parte de este trabajo. Asimismo, estas relaciones pueden ser utilizadas como fuentes complementarias al análisis de los grandes censos para el estudio de la producción a escala local a finales del siglo XVIII en Portugal, junto a los libros de viajes, las corografías o las topografías médicas, por ejemplo. Por otra parte, las cuestiones de la producción, el consumo y preparación de alimentos son fenómenos que se relacionan incuestionablemente con el concepto de identidad social. De hecho, los comportamientos alimentarios son interiorizados por los integrantes de un grupo como elementos constitutivos de un sistema sociocultural determinado, que permiten las interrelaciones dentro del grupo y que, por tanto, construyen y recrean la identidad grupal²¹ (Medina 1997, 205-206). No es el momento de desentrañar esta problemática, pero creo que es de recibo traerla a colación a propósito de la utilización del argumento de la abundancia de productos alimenticios

²⁰ Documento 85, caja 146, mazo 100, AHP.

²¹ Medina, Francisco Xavier. 1997. "El comer como instrumento. Alimentación e identidad entre los emigrantes vascos" *Revista de dialectología y tradiciones populares*, LII, no.1: 205-216. La alimentación no está vinculada únicamente a la identidad cultural sino que su papel en la identidad grupal es indiscutible, como apunta Medina.

como prueba del valor añadido de estas comunidades, como factor ventajoso frente a otras entidades poblacionales menos fértiles.

Es el caso de la villa de Chaves cuya cámara manifestará en 1791 lo que sigue: «la fertiliza una dilatada y significativa vega [...]; es tan productiva de todos los frutos de esta provincia, no la deja en clase inferior en comparación con la más productiva de aquella». Sus hermosas y prósperas quintas abastecen a la población de buenos vinos, frutas y hortalizas, de copioso aceite. Se destacan los lugares del distrito que según «sus diferentes climas» producen aceite, castañas y –los de la Ribera del Duero– «exuberantísimos» vinos de los que «se extraen muchos aguardientes para la Compañía del Alto Duero». En todos ellos, excepto en los de la Ribera del Duero, «por estar ocupados sólo con vinos, se fabrica y recoge mucho trigo, centeno y cebada y todos los demás frutos industriales además de frutas»²².

Por supuesto no podemos olvidar la dimensión más cotidiana de este fenómeno. Es decir, además de los criterios simbólicos e identitarios, las cuestiones que aluden a la productividad y fecundidad de las respectivas poblaciones no puede desvincularse de los esfuerzos de las autoridades locales por alcanzar el autoabastecimiento o subsistencia alimentaria.

Concluimos con las palabras de la cámara de la villa de Vilarinho de Castanheira, en la comarca de Moncorvo, por la magnífica descripción que realizan de su localidad en la que se constata la utilización de las nociones de belleza, fertilidad, prosperidad y abundancia de sus paisajes como rasgo diferencial y positivo, a razón del cual se pretende «no dejar de gozar lo que gozaron nuestros antepasados»:

La cámara de la villa de Vilarinho de Castanheira, comarca de Moncorvo

Es tierra fría por estar situada en una de las más altas montañas de este reino. Tiene para la parte de poniente matorrales antiquísimos en los cuales se crían ciervos bravos, lobos y otros animales silvestres. Es abundante de pan y legumbres, tiene mucho aceite en un valle llamado la Oliveira, en el cual también se crían extensas viñas que producen sabrosas uvas. En las riberas de Lovazim en las márgenes del río Duero que dista una legua para la parte del septentrión tiene espesas matas de olivos de los cuales se extrae uno de los mejores aceites del reino [...] tiene islas fértiles que producen mucho maíz, habichuelas, sandías y melones y mucho buen lino y cáñamo [...], tiene mucha criazón de gusanos de seda, extensísimos castaños, viñas, caza menuda y grande, mucho aceite [...]. La villa es fertilísima de manantiales pues tiene 12 fuentes de excelentísimas y frescas aguas [...]; las cuales aguas son tan abundantes que además del pueblo sacar aquella que precisa

²² Documento 11, caja 147, mazo 101, AHP.

para su uso, riegan campos donde hay muchas hortalizas que haciendo la tierra mimosa por su producto la hacen también agradable a la vista [...] Abunda de deliciosos prados muchos de los cuales dan hierba con tanta fertilidad que todos los años le cortan 3 y más crecidas. Tiene mucha criazón de ganados laníferos de especial cualidad, miel, muchos higos, melocotones, granadas, peras, manzanas, cerezas, castañas en gran cantidad y todas las más cualidades de frutas ella produce en gran abundancia y muy particular gusto²³.

Cuando se leen estas referencias al paisaje rural –sus características geográficas, sus condiciones ambientales, la fertilidad de sus tierras y la abundancia de cultivos– y al simbolismo de algunos de sus elementos urbanos –palacios, conventos, iglesias, edificaciones antiguas, etc.–, bajo las claves teóricas que la psicología social, la psicología ambiental y la geografía cultural nos proporcionan sobre la cuestión de la identidad social, todas esas cuestiones adquieren una relevancia y un significado nuevos. Dejan de ser meras alusiones al entorno mediante las cuales las cámaras justifican sus reivindicaciones de carácter territorial para convertirse en argumentos significativos para las comunidades en tanto que se erigen en elementos constitutivos de su identidad social a partir de los cuales se perciben a sí mismos, se representan y proyectan frente a los demás grupos. Estos testimonios reflejan muy bien cómo el sentimiento de pertenecer a un entorno físico concreto, con unas características medioambientales, productivas, históricas y sociales singulares, juega un papel determinante en la conformación de la identidad de los individuos y grupos.

²³ Documento 83, caja 146, mazo 100, AHP.

Bibliografía

- ARAGONÉS, Juan Ignacio, y Sergi Valera. 2014. “Evolución de la Psicología Ambiental en el contexto de la PSICAMB Análisis de las contribuciones a los congresos entre 1986-2013”. *Psico*, 45, no. 3 (julio-septiembre): 292-298.
- BESSE, Jean Marc. 2006. “Las cinco puertas del paisaje. Ensayo de una cartografía de las problemáticas paisajeras contemporáneas”, en *Paisaje y pensamiento* editado por Javier Maderuelo, 145-172. Madrid: Abada.
- CAPELA, José Viriato et al. 1998. *O município Português na História na cultura e no desenvolvimento regional*. Braga: Universidade do Minho.
- CLAVAL, Paul. 2004. “The languages of Rural Landscape”, en *European Rural Landscape. Persistence and Change in a Globalising Environment* editado por Hannes Palang y Helen Sooväli, 11-40. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- COELHO, Maria Helena y Joaquim Romero de Magalhães. 1986. *Poder concelho das origens às Cortes Constituintes*. Coimbra: CEFA.
- CORRALIZA, José Antonio. 2010. “Emoción y ambiente” en *Psicología Ambiental* editado por J. Ignacio Aragonés Tapia y María Américo Cuervo Arango, 59-76. Madrid: Pirámide.
- CORRALIZA, José Antonio. 1987. *La experiencia del ambiente: percepción y significado del medio construido*. Madrid: Tecnos.
- HESPAÑA, António Manuel. 1986. “Centro e periferia nas estruturas administrativas do Antigo Regime”, *Ler História*, nº 8: 35-60.
- ÍÑIGUEZ Rueda, Lupicinio y Enric Pol Urrutia. 1996. *Cognición, representación y apropiación del espacio*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- LUGINBÜHL, Yves. 2008. “Las representaciones sociales del paisaje y sus evoluciones”, en *Paisaje y territorio* editado por Javier Maderuelo, 143-180 Madrid: Abada.
- MADERUELO, Javier. 2009. *Paisaje e historia*. Madrid: Abada.
- MARTÍNEZ DE PISÓN, Eduardo. 2007. “Paisaje, cultura y territorio”, en *La construcción social del paisaje*, editado por Joan Nogué, 327-337. Madrid: Biblioteca Nueva.
- MATTOSSO, José. 1997. *Historia de Portugal. O Antigo Regime (1640-1807)*. Lisboa: Estampa.
- NOGUEIRA da Silva, Ana Cristina. 1988. *O modelo espacial do Estado Moderno. Reorganização territorial em Portugal nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa.

- NOGUÉ, Joan. 2007. *La construcción social del paisaje*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- NOGUÉ, Joan. 2010. “El retorno al paisaje” *Enrahonar: an international journal of theoretical and practical reason*, no. 45: 123-136.
- SCANDROGLIO, Bárbara, Jorge S. López Martínez y M.ª Carmen San José Sebastián. 2008. “La Teoría de la Identidad Social: una síntesis crítica de sus fundamentos, evidencias y controversias” *Psicothema*, 20, no. 1: 80-89.
- TAJFEL, Henri. 1985. “Social categorization and the self-concept: a social cognitive theory of group behaviour”, en *Advances in group processes: theory and research* editado por E. J. Lawler, vol. 2.
- TURNER, J. C. y K.J, Reynolds. 2001. “The social identity perspective in intergroup relations: theories, themes and controversies”, en *Blackwell Handbook of Social Psychology: intergroup Processes* editado por R. Brown y S. L. Gaertner, Oxford.
- TAJFEL, Henri. 1984. *Grupos humanos y categorías sociales*. Barcelona: Herder.
- VARELA, Sergi. 1993. *El significado social del espacio. Estudio de la identidad social y los aspectos simbólicos del espacio urbano desde la Psicología ambiental*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- VALERA, Sergi y Enric Pol Urrutia. 1994. “El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la psicología social y la psicología ambiental”, *Anuario de Psicología*, no. 62: 5-24.
- VALERA, Sergi. 1997. “Estudio de la relación entre el espacio simbólico urbano y los procesos de identidad social”, *Revista de Psicología Social*, no. 12: 17-30
- VALERA, Sergi. 1996. “Análisis de los aspectos simbólicos del espacio urbano. Perspectivas desde la Psicología Ambiental”, *Revista de Psicología Universitat Tarraconensis*, 18, no. 1: 63-84.



La manipulación de la memoria andina en la evangelización del Virreinato del Perú

Ricardo González *

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 37-62. ISSN 0874-9671

Resumo

Este trabalho analisa várias táticas promovidas pelos evangelizadores do vice-reinado do Peru, tendendo à criação de espaços ou rituais narrativos comuns capazes de integrar a população indígena na prática cristã, a partir das suas próprias expectativas e experiências e através da simbiose de personagens da história evangélica com eventos americanos ou a sobreposição de marcas cristãs em objetos de adoração andina. Finalmente, analisam-se algumas maneiras pelas quais a população nativa reformulou a religião imposta, de acordo com os seus próprios parâmetros plásticos e funcionais.

Palavras-chave: evangelização, Peru, memória, culto.

Data de submissão: 31/10/2016

Data de aprovação: 14/10/2017

Abstract

This paper analyzes various tactics promoted by the evangelizers of the Viceroyalty of Peru tending to create common narrative or ritual spaces able to integrate the indigenous population into Christian practice because of their own expectations and experiences by the symbiosis of characters of the gospel history with American events or the superimposition of Christian marks on Andean objects of worship. Finally, it discusses some of the ways in which the native population reprocessed the imposed religion according to its own parameters, as well in plastic as in functional terms.

Keywords: Evangelization, Perú, memory, worship

Date of submission: 31/10/2016

Date of approval: 14/10/2017

* Universidad de Buenos Aires, Argentina. *E-mail*: ricardogonzalez@filo.uba.ar .

La manipulación de la memoria andina en la evangelización del Virreinato del Perú

Ricardo González

Los discípulos de Cristo en los Andes

El proceso de evangelización americano, particularmente en aquellas regiones en las que el desarrollo de las culturas locales había generado sistemas religiosos estables y elaborados que impregnaban la vida y el trabajo, como ocurría en los virreinos de Nueva España y de Perú, requirió de sofisticadas estrategias de persuasión por parte de los frailes encargados del adoctrinamiento indígena en la organización reduccional. Necesariamente apoyadas en la interpretación del otro, estas estrategias exigían cierta flexibilidad hacia la visión que se intentaba erradicar y consecuentemente implicaban una heterodoxia controlada que oscilaba entre la permisividad o aún el fomento de ciertos aspectos y elementos de la memoria religiosa americana, la represión de los francamente incompatibles con el nuevo credo y, entre ambos fenómenos, los esfuerzos por introducir la doctrina cristiana.

En el Virreinato del Perú estas especulaciones generaron tempranamente empresas sorprendentes, que involucraban no solo a los frailes dedicados directamente a la evangelización sino a veces también a las jerarquías eclesiásticas. En este trabajo repasaremos algunas de estas acciones sustentando la hipótesis de que la manipulación de la memoria fue una táctica para introducir el cristianismo en los Andes. Intentaremos al mismo tiempo explicar algunas de las actitudes de los indígenas hacia esta simbiosis simbólica que en la práctica propuso recontextualizar –para usar la expresión de Verónica Salles-Reese (Salles-Reese 1997, *passim*)– los objetos de culto, explotando la indeterminación de las formas o su capacidad para fomentar lecturas múltiples. Dicho de otro modo: ver la manera en que los signos permitieron la proyección de perspectivas conceptuales y afectivas diversas en torno a un conjunto de objetos, personajes, narraciones y rituales unívocos. Paradójicamente, la multiplicidad de sentidos permitió el establecimiento del culto, si no la uniformidad de la concepción: lo mismo es lo otro y más aún, es justamente la diferencia la que convoca a la integración. Este proceso no se debió exclusivamente a alguno de los actores culturales del mundo colonial sino a todos y particularmente a los

modos de relación establecidos entre ellos. Tanto los religiosos que llevaron adelante la evangelización como los indígenas, produjeron o fomentaron estas resignificaciones, sólo que la intencionalidad o la espontaneidad con que lo hicieron varió en razón de la intencionalidad de los agentes, oscilando entre ser un producto genuino de la acción intercultural o una herramienta de la imposición.

Una de las formas que adoptó el fomento de la simbiosis entre mitos indígenas y doctrina cristiana fue establecer afinidades (el verbo es descriptivo, ya que estas afinidades resultan evidentemente forzadas) o conceptos análogos, a veces coincidentes, a veces contrapuestos, entre algunos de los relatos de los dioses andinos y aspectos de la doctrina o la historia cristiana. Una de las más comunes fue el hallazgo de parecidos entre las deidades locales y los santos: así Acosta señala que Ticsiviracocha era “un varón insigne parecido a nuestros castellanos [...] ilustre en virtudes y obras” y vestido de modo “parecido a nuestros santos” quien luego de una enseñanza infructífera “fue coronado del martirio” (Acosta 1954, 397). Ramos Gavilán afirma remitiendo a Acosta que

...los indios tenían un ídolo llamado Tangatanga, del cual decían que en uno eran tres y tres en uno [...] Al mismo modo en la isla del Titicaca, adonde estaba el principal templo del Sol, tenía tres estatuas, introduciendo el demonio trinidad, nombrábanlos por aquestos nombres, Apuinti, Chiripunti, Intiguanqui, que quiere decir el padre, el señor Sol, el hijo Sol y el hermano Sol. Afirmando que era un solo Dios (Ramos Gavilán 1976,78).

Antonio de la Calancha retoma esta genealogía con algunas variantes: “en otros territorios tenían tres estatuas del Sol, el hijo Sol y el aire o espíritu hermano del Sol” y rematando con sarcasmo dice: “el Demonio les persuadió [...] y a fuerza de tres soles, les abrasó el ánima” (de la Calancha 1639, 323). Como vemos, mientras que en algunos casos se alude a personajes semejantes a los santos, en otros se asigna a la analogía un carácter opuesto en sentido, aunque semejante en la forma, a la hipóstasis trinitaria.

Otro modo común de enlazar la historia andina con la cristiana fue el relato de la aparición de discípulos de Cristo llegados a comienzos de la era cristiana a predicar el evangelio en América. Fueron particularmente los agustinos quienes introdujeron y difundieron los relatos sobre la predicación americana anterior a la conquista. En su *Historia de Nuestra Señora de Copacabana*, Alonso Ramos Gavilán dedica cinco capítulos al discípulo de Jesús llegado al Perú. Su prueba son “algunos lugares de la Sagrada Escritura”, citas de Isaías, Moisés y David, en las que se compara la doctrina con

las nubes y la lluvia, que llegan a todos los rincones de la tierra: “*in omnem terram exivit sonus eorum*” (Ramos Gavilán 1976, 27).

Con estos fundamentos y algunos ejemplos de este hecho en diversas regiones, Ramos introduce las travesías del apóstol en dos historias que en algunos puntos parecen superponerse y aún refundirse. La primera es la del Santo Discípulo de Cristo llamado también según el cronista, Tunupa, nombre de la deidad andina que representaba al rayo y que fue tempranamente identificada con personajes de la historia cristiana, como lo ha mostrado Teresa Gisbert (Gisbert 2008, 40-46). Dice Ramos

[...] entre los indios se trata, de que se vio un hombre nuevo y jamás otra vez visto, el cual hacía grandes milagros y maravillas, por lo cual le pusieron por nombre (según afirman algunos indios antiquísimos) Tunupa, que es lo mismo que decir gran Sabio y Señor (Mateo, 9). Pues aqueste glorioso Santo por su predicación fue perseguido y finalmente martirizado (Ramos Gavilán 1976, 29).

El discípulo había tratado infructuosamente de convertir a los indios que intentaron apedrearlo en Cacha, donde fue defendido por fuego del cielo y había seguido viaje hacia el Titicaca con el fin de conocer y destruir el adoratorio del Sol. Los naturales lo vieron descender del cielo en medio de una celebración, “blanco y zarco, casi en el traje y vestido de que ellos usan”. A modo de héroe civilizador, el discípulo lleva el vestido de los indios con quienes mantiene una relación ambigua que según el agustino oscilaba entre el aborrecimiento por sus reprensiones y la veneración, llegando a llamarlo “Taapac” o Hijo del Creador, en un evidente paralelo con Jesús. Sin embargo, era preciso por razones históricas indisimulables, que la conversión fracasase y esto se da en el relato con la irritación de los indios por su persistencia en la prédica a la que sigue el martirio del empalamiento con una vara de palma. Para dar realismo a la historia, Ramos describe el empalamiento, no mítico sino efectivo, del agustino Diego Ortiz. El cadáver del Discípulo, puesto sobre una balsa surcó el Titicaca llegando a Chacamarca donde formó el cauce del Desaguadero, terminando en los aullagas o bien en la costa de Chile (Ramos Gavilán 1976, 30-32).

A continuación Ramos inserta la narración de un segundo Discípulo de Cristo, quien había introducido en el Collao la Cruz de Carabuco que había estado enterrada junto a la laguna 1500 años. Como es corriente en estos relatos, la prédica silencia los oráculos y para recuperarlos, los indios quemaron infructuosamente el madero y ante la imposibilidad de hacerlo, lo entierran, escondiéndolo. Durante la celebración del Corpus, que los

indios aprovechaban para “a sombra de nuestra religión, disimular la suya” (Inti Raymi) (Ramos Gavilán 1976, 34) la noticia de su enterramiento llega al cura quien descubre la reliquia, que es luego dividida para dar una parte a la catedral de La Plata. El predicador tiene las mismas características que el Santo Discípulo del Titicaca y como él es torturado y atado entre tres piedras (¿huacas?) en las afueras del pueblo, pero liberado por aves o ángeles se va por la laguna sobre su capa marcando una senda en el totoral, que los indios venerarían. En otra versión cuando el Discípulo llega desde Sica-Sica a Carabuco los indios comienzan a construir una iglesia para poner en ella la cruz, pero inducidos por el demonio quemaron el icho recogido para el techo donde dormía el predicador, que salva milagrosamente la vida. Aquí el discípulo es atado a una balsa y liberado por una bella señora que se va con él hacia el Desaguadero, donde se pierden o bien reaparecen luego en Puno. El santo era también llamado Tunupa (aunque algunas declaraciones afirman que ese era el nombre de un mago enemigo suyo), se alojaba en cuevas, realizaba milagros y

[...] por ser la gente de ella muy dada a la idolatría, se dice por cosa indubitante, que el Santo puso la Cruz en el lugar donde los hechiceros solían hacer sus juntas, y todo el tiempo que estuvo puesta allí enmudecieron los demonios, cesando de dar respuestas, de ahí tomaron motivo los idólatras de lanzar la Cruz en la laguna (Ramos Gavilán 1976, 41).

Las historias se superponen y el mismo cronista propone que el discípulo de Carabuco haya ido a otro paraje del lago Titicaca donde sería martirizado. En todo caso, la narración propone una preexistencia del cristianismo que, si no fue correspondida por los indios entonces, sienta un antecedente de la voluntad de evangelización e incluso algunos resultados, ya que en una de las versiones unos pocos indios adoptaron el cristianismo y son por eso martirizados por sus compañeros.

El paso de Santo Tomás se registró desde México (Cuadriello 2004, 325) a Perú y Antonio de la Calancha consigna basándose en Betanzos, que “Santo Tomás Apóstol fue el que paso a predicar a estas Indias del Perú” (con un discípulo). Calancha atribuye al discípulo la ambigua identidad propuesta por Ramos Gavilán, Tunupa, y al acompañante la de Taapac, también él, hijo del Creador (de la Calancha 1639, 316-320).

En estos relatos pretendidamente históricos y según los cronistas vivos en la memoria de los indios y en su quipus, se trasluce la resignificación de las celebraciones (Corpus/Inti Raymi) y de los sitios rituales (cruz/junta de hechiceros), así como se establece, mediante la presencia de los discípulos

de Cristo, un lazo precedente con las poblaciones de la zona, evidentemente señaladas por la voluntad divina para el bautismo.

Las huellas de los apóstoles y la “cristianización” de huacas y deidades

Más allá de estos antecedentes narrativos, la afinidad se vio también plasmada en huellas materiales dejadas por los mismos apóstoles americanos. Las reliquias de la Cruz de Carabuco son un ejemplo, pero más interesantes son los numerosos hallazgos líticos de esas huellas. En 1581 el futuro santo Toribio de Mogrovejo asumió el arzobispado de Lima, para el que había sido designado dos años antes. Dedicó la parte sustancial de su gobierno a largas visitas por el interior del virreinato tomando contacto con las culturas locales y algunos de los episodios sucedidos han sido recogidos por los cronistas del siglo XVII. En 1584 inició una visita desde Lima hasta Cajamarca, al norte del país. Al llegar a Chachapoyas, al este de Cajamarca, supo que por el pueblo de San Antonio de Colinap había pasado antiguamente un hombre predicando a Cristo, episodio recogido por Ramos Gavilán y repetido luego por Calancha en su *Crónica moralizada del orden de San Agustín en el Perú*¹. La historia remite al paso de predicadores cristianos anteriores a la llegada de los españoles y según el agustino uno de estos santos había llegado adonde está una losa grande en el pueblo de Colinap,

donde viven dos huellas (sic) de dos pies juntos de 14 puntos y dos concavidades como güecos donde entraron dos rodillas y otra larga concavidad en figura de bordón. El santo arzobispo de los Reyes don Toribio de Mogrovejo, en cuya diócesis caía entonces la Provincia de Chachapoyas hizo cuando fue a visitar con gran acuerdo y prudente cuidado averiguación de la verdad, ocasionado de la voz común, y de la gran devoción que con la peña y huella tenía toda la comarca, y halló por antiguas tradiciones y asentada opinión, que el que allí dejó aquellas pisadas, rodilleras y bordón, era un hombre que predicó la ley de Cristo, blanco, barbado con el traje que usan los indios y que sobre aquella peña predicaba parado y rezaba de rodillas y descansaba las noches obrando prodigios [...] al primer toque dejaban señal, pareciendo cera lo que era peñasco. El santo Arzobispo aprobó la devoción de los fieles [a la piedra] [...] y autorizó el respeto y yendo él y besando las pisadas y concavos del bordón y rodillas, y tras el todos sus clérigos y demás gentío, hizo hacer una capilla donde quedase la losa² (de la Calancha 1639, 329).

¹ Él mismo autor aclara en la introducción de su libro “si leyeren en esta obra algunos sucesos, o antigüedades, que se diferencian en algo, o se encuentran en todo con lo que refieren otros escritores, adviertan, que solo las pongo porque he visto sus yerros en testimonios auténticos” (de la Calancha 1639, 4).

² Medida que equivale a 0,016 mm.

La noticia del arzobispo y su séquito instaurando el culto a una huaca, apenas travestida con las huellas del supuesto apóstol, que naturalmente nadie conoció, aunque las narraciones en boca de cronistas abundaban y se especulaba con que había llegado desde Brasil o Paraguay, es decir, desde el este, se completaba con otras recomendaciones: el mismo Mogrovejo (en la versión de Ramos Gavilán el gobernador indígena, con la aparente anuencia del arzobispo) “mandó la adorasen al tiempo que saliese el Sol”, convalidando así las formas del ritual prehispánico (Ramos Gavilán 1976, 38; de la Calancha 1639, 329).

El procedimiento empleado por el arzobispo, *i.e.*, la puesta en boca de los indios de un relato que testimoniaba la antigua presencia del cristianismo en América, fue un procedimiento común que enlazaba la evangelización con la historia y las leyendas locales al mismo tiempo que generaba un espacio ambiguo en el que los signos andinos se refundían con los cristianos en un todo en cierto modo indiscernible. Mediante la ceremonia arzobispal y la construcción de la capilla en torno a la peña sagrada se creaba una especie de culto integral en el que los elementos de la tradición americana servían de apoyatura al de los antiguos apóstoles itinerantes. Es difícil conjeturar hasta qué punto el relato recogido por Mogrovejo y su puesta en escena consiguieron inculcar a los pobladores de Colinap conciencia de la nueva identidad de su huaca, pero evidentemente los efectos parecen dudosos.

Fuesen o no efectivas, estas narraciones eran relativamente corrientes. El mismo Calancha cita otras piedras con signos apostólicos (en Frías, en Conlanama) (de la Calancha 1639, 329) y aún incluye en algún caso mitos locales entrelazados con las historias cristianas sobre el soporte material y conceptual de las piedras-huacas. Las informaciones provienen siempre de los naturales aunque son luego difundidas por los sacerdotes. El jesuita Juan Vázquez supo por indios de Calango, a 15 leguas de Lima, que:

[...] en antiquísimos tiempos había venido un hombre blanco alto y barbado [...] predicando una ley que enseñaba el camino del cielo [...] dormía y echábase a reposar un poco de la noche en una piedra que está el valle arriba, donde estampó todo el cuerpo por la espalda, cerebro y pantorrilla; y en otra losa junto al pueblo se subía a predicar contra los ídolos [...] y donde los demonios daban ordinarias respuestas y continuos oráculos, desde que una vez los mandó callar este hombre nunca más hablaron y para siempre enmudecieron. En esta piedra dejó una vez señalada la huella del pie izquierdo y unas letras que pintó con el dedo. La otra huella dejó en otra piedra grande de la banda del río donde predicaba a la multitud (de la Calancha 1639, 326).

La peña de Calango³ era según Calancha una piedra blanca y bruñida que resplandecía con el sol “como si fuera de plata” y estaba en la ladera de un cerro sobre unos andenes junto a la iglesia. Según el testimonio de 1615 de un dominico doctrinante de Calango que el cronista agustino reproduce, la piedra tenía una huella “como de 14 puntos [2,24 cm] en ella hundida como si fuera blanda cera, y a una parte muchas letras en renglones, unas griegas y otras hebreas, en el carácter griego solo conocí la X y la Y.” Los signos fueron enviados a descifrar a Lima pero nadie pudo explicar que decían. El cronista había averiguado que la piedra había sido tenuta “de tiempos inmemoriales en suma veneración, como cosa en que dejó aquel milagroso hombre sus vestigios.” El agustino añade un relato moralizado a la historia de la piedra:

burlando su estimación le fueron un indio y una su concubina al acto venéreo, y estando en su lasciva sensualidad, a vista de otros cayó un fuego del cielo (estrella dicen los indios) y no es tierra donde truena ni caen rayos, y sobre la piedra quedaron muertos los sensuales y en cenizas sus huesos; quedó el terror en los asistentes y el miedo en los sucesores y figura con una como estrella junto a la pisada del santo para memoria del castigo (de la Calancha 1639, 326-327).

El cacique Juan Pachao y otro indio viejo habían confesado “ser tradición de sus antepasados, que en la lengua general se llamaba aquella piedra Coyllor Sayana, que quiere decir piedra donde se paraba la estrella” mientras que en la lengua de la parcialidad era llamada Yumisca Lantacaura que significaba “vestidura o pellejo de estrella,” nombre que aludía al episodio de los sensuales. El cronista agustino hace una interpretación valorativa del relato, aludiendo a la “lascivia de los indios”, un reclamo contante de los religiosos. Pero los indígenas sacaban conclusiones muy diferentes y afirmaban que habiendo caído la estrella cuando la pareja miraba al cielo mientras tenía relaciones sexuales, era conveniente, además de respetar a la piedra, no “intentar en tales actos mirar a las estrellas”. La figura de la estrella dibujada junto al pie para recordar el hecho se denominaba Cantacaur y, vinculando el mito de la piedra con la aparición apostólica Calancha señala que el hombre que predicaba allí “daba rayos de sí como estrella y porque castigó con estrella y fuego” (de la Calancha 1639, 327-328).

También el visitador del arzobispado Duarte Fernandez había hecho en 1625 averiguaciones sobre la piedra e incluso entrevistado a un indio de

³ También aquí Calancha sigue a Ramos Gavilán (Ramos Gavilán 1976, 38).

147 años, que era “ya cuando entraron los españoles indio grande que corría los chasquis” con quien fue hasta la Iglesia vieja junto a la que estaba “la piedra de que tantas antigüedades dicen las tradiciones” y que describe como de “un mármol azul y blanco luciente”. Tenía 6 varas y media de largo [5,59 m] y cuatro y media de ancho [3,87m] y 2 varas y cuarta [1,93 m] en la parte más alta “por la una cabeza” y “figurada e impresa una planta de un pie izquierdo de más de 12 puños”⁴ a más de las señales o letras (que el visitador dibuja y Calancha reproduce) y más abajo “unos círculos y otras como llaves, no quisieron decir los indios su origen. Están en este pueblecillo que es todo idólatra los Sacerdotes de los ídolos y los maestros de hechicería; en 37 adoratorios se pusieron 37 cruces el año de 1611”, según informa Ávila. Duarte señala igualmente que “todos los contornos de la piedra en larga distancia estaban cercados de colcas” con entierros subterráneos “algunos con cuerpos frescos de menos de un año”. Con realismo, el visitador “temiendo que indios tan idólatras donde hay súcubos, adoraban supersticiosamente aquella piedra”, le hizo picar las figuras” (de la Calancha 1639, 327-328).

Además de Coyllor Sayana, había en las afueras del pueblo otra piedra junto a un sembradío de coca, la que también tenía según afirma Calancha “una señal y figura de uno como cuerpo grande que está amortajado, porque tenía juntos los pies, y señalaba solo los carcañales, las pantorrillas los muslos, las posaderas, las espaldas, los codos, pescuezo y cabeza,” que a su vez, y según relato de los caciques y gobernadores indígenas correspondían a un antiguo predicador blanco que dormía mirando el cielo en la piedra “y dejó para memoria figurado allí su cuerpo.” También él había escrito con el dedo unas letras en la piedra “dándoles a entender, y para comprobar, que el dios a quien él predicaba era poderoso y su ley verdadera” (la escritura en piedra maleable como cera es un lugar común de estos relatos). Había aún una tercera peña-huaca, que el agustino no visitó (de la Calancha 1639, 326-327).

La narración de estos hechos, como la adoración a la huaca por parte de Toribio de Mogrovejo, deja a la vista el ingente esfuerzo realizado por los religiosos para refundir los sitios sagrados americanos con episodios de la prédica cristiana, aún con hechos que no guardaban el menor fundamento histórico, como era la jornada americana de los apóstoles. También en Calango, como había ocurrido en Colinap, los padres dotan de un entorno arquitectónico a las huacas para destacar su significación, mandando que

⁴ Medida cuya magnitud no he podido averiguar.

se hiciesen ramadas sobre las tres losas para garantizar su “mayor veneración” (de la Calancha 1639, 327). Tampoco parece casual que la iglesia vieja hubiese sido edificada junto a la huaca principal situada en el mismo pueblo, acercando así los espacios de culto o si se quiere agregando al destinado al ritual propio –que por los comentarios de los religiosos seguía plenamente vigente– el de los conquistadores.

Hay que notar que este cambio radical se produce sobre la misma materialidad: el signo de lo sagrado permanece aunque recibe otra significación, sacralidad marcada por el tránsito semántico en el interior del objeto. Los resultados de este artilugio son, nuevamente, dudosos. El mismo cronista afirma que los 50 tributarios del sitio habían sido “siempre muy idólatras y ahora no todos muy católicos”. Por otra parte el relato pone en evidencia la simbiosis producida en la piedra, sitio de los continuos oráculos devenida púlpito improvisado del hombre blanco y barbado que enseñaba el camino del cielo. En ese marco, el silencio de los demonios que sigue a la acción del apóstol reinstaura el orden de Dios por su mandato y al mismo tiempo, como ocurre en numerosas narraciones cristianas, pauta el sistema de poderes.

El jesuita Juan Vázquez consigna como en la piedra de Calango “donde los demonios daban ordinarias respuestas y continuos oráculos, desde que una vez los mandó callar este hombre nunca más hablaron y para siempre enmudecieron” (de la Calancha 1639, 326). Como Francisco en Arezzo, el predicador silencia y expulsa a los demonios y restablece así la correcta jerarquía del mundo, que los diablos habían trastrocado. Era un tema de la tradición cristiana, dirigido a poner a la vista el verdadero orden. Ramos Gavilán –en paralelo con el silencio de los ídolos andinos– señala que Suidas refiere la negativa del oráculo de Apolo a responder a los sacrificios de Octaviano Augusto:

Un niño, que su nación
Es Hebrea, ya mis Dioses
Los gobierna y manda a coces
Me tiene puesto en prisión.
Derribome cual me veis,
y al fuego voy vivo y crudo,
ya jamás me preguntéis,
Que soy oráculo mudo
(Ramos Gavilán 1976, 28).⁵

⁵ La misma historia es recogida por Bernard de Fontenelle en su *Histoire des Oracles* (Fontenelle 1721, 152).

Las ventajas de la anticipación

Como afirma Jérôme Bruner (Bruner 2003, *passim*), estos relatos no sólo están dirigidos a contar historias sino también a proponer ciertas categorías de interpretación de esas historias que se apoyan en una forma de comprensión de los acontecimientos y en la explicitación de un orden dado. No solo cuentan sino que al mismo tiempo modelan. Al hacerlo sobre la base de la religiosidad andina el procedimiento muestra un conocimiento pormenorizado de las concepciones y rituales locales, pero también una perspicaz manipulación de la perspectiva indígena apoyada en la anticipación de su propia lectura. Los personajes cristianos, y particularmente María son introducidos en amalgama con las representaciones líticas o naturales comunes en la religiosidad de los Andes y al hacerlo se integran a un espacio de culto común que, si implicaba un relajamiento de los límites doctrinales, permitía al mismo tiempo un acercamiento que la experiencia mostraba trabajoso por medios más ortodoxos.

La reutilización en clave cristiana de las huacas líticas evidencia la familiaridad de los evangelizadores con las modalidades representativas de lo sagrado en los Andes. Las huacas líticas constituían la forma común, aunque no única, de materialización de las deidades, particularmente las huacas generatrices que representaban a los fundadores del linaje, íntimamente ligadas a la etnogénesis y que tenían prioridad en el culto de cada comunidad. La litificación de los ancestros fue descrita por numerosos cronistas ya desde el siglo XVI: “El primero que de aquel lugar nació, allí se volvía a convertir en piedras” afirma Molina del Cuzco señalando que “ponían ídolos de piedra dándole el nombre a cada huaca que ellos entendían había tenido aquél de quien se jactaba proceder” (de Molina 1989, 9-10; de Betanzos 1880, 64; Cobo 1890-1893, t.3, 312 y 316; de Albornoz 1989, 179). Cada grupo étnico tenía su propia huaca generatriz, incluyendo a los incas, cuyo ancestro remoto, Ayar Oche o Ayar Cachi se había convertido en piedra en el cerro Huanacauri luego de volar hasta el Sol para ser instruido sobre el poblamiento del Cuzco (Betanzos 1880, 14; Cieza de León 1880, 20-21; Sarmiento de Gamboa 1943, 125).

La lista de huacas relevadas por Cristóbal de Albornoz apoya esta preferencia por el material lítico: de las 167 piezas o sitios que consigna 98 eran de piedra (58,68%) mientras que 21 eran cerros, 8 eran puquíos u ojos de agua, 7 eran cuevas, 4 imágenes, 2 árboles y las 10 restantes diversos elementos (Albornoz 1989, 179-191). Estas huacas tenían otros rasgos comunes. Arriaga, con noticias propias o de otros extirpadores como Hernández

Príncipe, señala que “de ordinario son de piedra y las más de las veces sin figura ninguna”. Las descripciones de las piezas requisadas en las visitas de extirpación reiteran la idea de una figuración lábil: “era de figura de un indio sin brazos ni pies” o “un gigante de piedra, aunque sin brazos” (Arriaga 1910, 14 y 60). Hay pues un tránsito, entre configuraciones abstractas y figurativas que guarda relación con el gusto por la simplificación de las formas y con la intención de alejar a estos seres sobrenaturales del carácter humano que en vida tuvieron. Contrariamente a la tendencia del cristianismo a humanizar la divinidad de Jesús y el carácter de María y de los santos, los dioses andinos evitan el naturalismo y se refugian en un hermetismo distante, una tendencia que, como veremos, reaparece a menudo en la escultura cristiana indígena colonial. Esta distinción de lo sagrado es claramente expresada por la observación del jesuita Bernabé Cobo sobre la escultura indígena:

En esta grande diversidad de ídolos he notado una cosa particular, y es, que los que tenían forma de animales y legumbres eran comúnmente más bien obrados e imitaban con más propiedad lo que significaban; pero los de figura humana tenían de ordinario tan feos y disformes gestos, que mostraban bien en su mala catadura ser retratos de aquel en cuya honra los hacían, que era el Demonio; el cual debía gustar de hacerse adorar en figuras mal agestadas, pues en las que destas solía dar respuestas, eran las más fieras y espantosas (Cobo 1890-1893, t. 3, 345-346).

Cobo señala claramente el hecho de que mientras los temas corrientes (animales y legumbres) eran “bien obrados”, esto es, naturalistas, las imágenes con prestigio oracular eran “las más fieras y espantosas,” asignando así la estética a la concepción religiosa y no a las preferencias de estilo o a la técnica. También Garcilaso señala la habilidad para “contrahacer” (imitar) las plantas de maíz que adornaban los jardines de Coricancha o los animales que se usaban en la decoración doméstica (Garcilaso de la Vega 1939, 162) y quizás no curiosamente Manuel Toussaint apunta para la estatuaría de culto mexicana la relación directa entre monstruosidad y divinidad (Toussaint 1983, XII). La lejanía con el naturalismo de la figuración llevó incluso a confusión a los españoles. Como dijimos, la huaca generatriz de los incas era Huanacauri. Aparece en la lista de huacas de Cobo como una “piedra, la cual era mediana, sin figura y algo ahusada”. En la crónica de Polo de Ondegardo se la describe como una piedra natural y Molina la presenta como “una peña grande, figura de hombre” (Molina 1989, 22 y 34), discrepancia que parece aludir a un lenguaje laxamente figurativo.

Cobo cuenta que cuando los españoles saquearon el adoratorio, llevando los metales y objetos de valor, “no repararon en el ídolo por ser, como he dicho, una piedra tosca” (Cobo 1890-1893, t. 4, 36).

La utilización de las huacas como herramienta introductoria por los religiosos cristianos no se limitó a la reasignación de identidades que mostramos. También en el plano de las formas y de los materiales hallamos signos de ese intento de acercamiento a través de la propia visión indígena. Algunos pasajes de Ramos Gavilán abordan extrañas disquisiciones en las que las piedras y el sol adquieren un papel que, aunque ligado a aspectos de la metáfora tradicional cristiana⁶, resultan una relación inesperada en el contexto americano del siglo XVII si no se las enmarca en su alusión a la visión andina. El capítulo XVIII de su Historia comienza con esta afirmación: “A la producción de todas las cosas materiales concurre el Sol [con mayúscula] aún hasta a la de la más excelente criatura, que es el hombre” (Ramos Gavilán 1976, 154). “Es Dios el Sol de justicia”, dice el agustino a continuación y al decir “es Dios el Sol” formula un enunciado figurado pero muy próximo a su inversión, “el Sol es Dios”, con que podría expresarse el culto incaico. En el borde de la tradición simbólica cristiana, el cronista desarrolla la idea de los santos como piedras (de la Iglesia): “[Dios] “ha hecho y hace infinitas piedras para que sirvan en su iglesia para edificarla”. Son las piedras que vio Juan en el Apocalipsis y también las piedras de los apóstoles, para concluir con un pasaje sugestivo:

Todas estas piedras participan del Sol de Justicia CHRISTO, unas más que otras, pero cual un rayo y cual menos (sic), pero aquella piedra divina MARÍA, tiene en sí todos los rayos, es el monte donde salió aquella piedra sin pies y manos, esto es CHRISTO, Señor Nuestro; “*Petra autem erat CHRISTUS*”. Sin pies y manos, esto es sin resistencia en las manos ni huída en los pies, para evitar los golpes que habían de darle. Es piedra sin pies cortada de aquel divino monte de María, que como tuvo el Sol presencialmente participó más luz que todas las demás piedras” (Ramos Gavilán 1976, 154).

Ramos Gavilán parece estar proponiendo una fusión sincrética al hablar de Dios en términos del Sol y de Cristo como una piedra sin pies ni manos (esta sí, una imagen novedosa e impactante). Una piedra sin pies ni manos era, según dejan claro las descripciones que mencionamos más arriba, una

⁶ Esta metáfora está basada justamente en la influencia del neoplatonismo sobre los filósofos bizantinos como el Pseudo Dionisio y aparentemente también sobre San Juan y a su descripción de la Jerusalén celeste en términos lumínicos (Apocalipsis, 21), en cuya perspectiva la luz solar opera como referencia figurada de la divinidad, metáfora que sería retomada por Escoto Erígena y Suger en la Edad Media y reciclada por el Barroco.

huaca. Si quedasen dudas sitúa el origen de esa piedra en el monte, que es María. Como se sabe los cerros eran el sitio de ubicación más común de las huacas y según lo señala la reseña de Albornoz, eran en sí motivo de culto. Todo el pasaje puede entenderse casi como una ékfrasis de la forma corriente de las huacas y por lo tanto como una presentación de los personajes cristianos en términos de la concepción andina, quizás como un modo de facilitar a sus compañeros de labor pastoral una imagen útil para hacer viable la introducción de la historia cristiana en el contexto andino.

Tanto la promoción de cierto paralelismo entre concepciones típicamente cristianas como la de la Trinidad con discutibles atribuciones míticas andinas, las historias de los predicadores apostólicos tempranos y su simbiosis con relatos propios de las huacas, la superposición de ambos cultos o las descripciones de los personajes cristianos en términos afines a los de los dioses andinos, parecen apuntar a un mismo objetivo que es el de estimular los vínculos, reales o ficticios, entre la religión de los conquistadores y la de los conquistados. Esta perspectiva, que colisiona con la ortodoxia dogmática y el sentido excluyente del cristianismo, puede hallar su explicación en cierto pragmatismo impuesto por las circunstancias a los evangelizadores. Las campañas de extirpación de idolatrías que se desarrollaron en los años que estamos tratando –entre 1580 y 1620– muestran claramente las enormes dificultades enfrentadas para imponer el cristianismo y sobre todo, para lograr que las culturas andinas dejen de lado sus propias tradiciones. Los mismos extirpadores, en contacto directo con los adoratorios, los cultos y los ídolos lo percibían y los más inteligentes no dejaban de hallar cierta lógica en la aborrecida idolatría de los indios. El jesuita Pablo de Arriaga en su libro sobre esa experiencia, lo expresa claramente: “están repitiendo las cosas que aprendieron con la leche y que son conforme a su capacidad y inclinación” (Arriaga 1910, 46). José de Acosta, uno de los observadores más agudos de la labor pastoral en Perú lo dice retomando palabras de Juan Crisóstomo: “Muy difícil es dejar la naturaleza y las costumbres inveteradas y transformarse adquiriendo hábitos nuevos y no agradables al gusto y al sentido” situando así el problema en la perspectiva de la historia cristiana, que desde sus principios había debido convivir con los cultos precedentes y en cierto modo, adaptarse a ellos. Según su cita de Gregorio: “Toda la Antigüedad enseña que fue no pequeño trabajo de los maestros del evangelio acomodar a las reglas de la fe las costumbres viejas de los hombres [...] los usos patrios gentílicos poco a poco debía enmendarlos y tolerarlos entre tanto con paciencia” (Acosta 1954, 413). La conclusión a que arriba el provincial jesuita es que solo

la persistencia y cierta aceptación de los hechos podrán con el tiempo resolver los problemas:

No hay pues que desanimarse ni levantar el grito al cielo, porque todavía los indios bautizados conservan muchos resabios de su antigua fiereza y superstición y vida bestial, sobre todo siendo sus ingenios rudos y no siendo nuestra diligencia comparable con el trabajo de los antiguos. Las costumbres poco a poco van cambiando en mejores (Acosta 1954, 414).

Naturalmente, las dificultades para transformar estas tradiciones ligadas a “su capacidad e inclinación” obligaban a adoptar posturas menos inflexibles que las deseadas y que conllevaban una perspectiva más matizada del proceso evangelizador. Es evidente que en los hechos la imposición forzada del cristianismo convivió con políticas de acercamiento más sutiles que operaban desde una visión realista del proceso, utilizando el análisis de la visión indígena o el desciframiento mental del otro como una herramienta de redireccionamiento de la memoria por medio del cual se intentaba crear un espacio común de religiosidad que, conteniendo de modo subyacente o encriptado elementos de los antiguos cultos locales, abriese las puertas a la comprensión y adopción de “la verdadera fe”. La subsistencia de las religiones locales, el culto a las huacas y el conjunto de rituales que los españoles sintetizaban en las palabras “idolatría” o “supersticiones” son un lugar común en las consideraciones sobre los indios y en las lamentaciones de los frailes, sobre las que no es necesario abundar.

Más interesantes son en cambio, las políticas seguidas por los padres para poner en relación esas persistencias innegables con sus objetivos finales. Quizás el punto central de estas tácticas resida en la comprensión del carácter flexible de las religiones andinas, nuevamente, el aprovechamiento del conocimiento del otro para operar sobre él. Tal como ocurría en el terreno político mediante lo que John Murra llamó el “mando indirecto” (Murra 197, 178), la articulación interreligiosa en el mundo andino tenía un carácter integrador antes que confrontativo. Acosta señala que Coricancha, el templo del Sol en Cusco, era una especie de Panteón romano en el que los incas incorporaban las imágenes y aún el culto con sus propios sacerdotes de las etnias conquistadas:

[...] pusieron los reyes incas los dioses de todas las provincias y gentes que conquistaron, estando cada ídolo en su particular asiento y haciéndole culto y veneración los de su provincia con su gasto excesivo de cosas que se traían para su ministerio (Acosta 1954, 46).

La contraparte de esta absorción de los dioses locales en el centro del imperio era la adopción de los dioses centrales en la periferia. Como lo señala Cristóbal de Albornoz, cada parcialidad tenía, antes de ser dominados por los incas, sus huacas particulares “pacariscas” [pacarinas] las que estaban ligadas a la génesis de la comunidad. Eran, como lo dice el cronista los “criadores de sus naturalezas” (Albornoz 1989, 169-170). Pero a estas “huacas generatrices” (González 1996, 93-94) propias de cada grupo se sumaban “otras particulares y sin las generales que los incas les pusieron” (Albornoz 1989, 169-170). Había así diversos niveles de deidades que interactuaban complementariamente y sin conflicto. Las huacas propias o generatrices, como vimos litificación de los ancestros, las particulares, que podían estar destinadas a la protección de los diversos cultivos y ganados, las domésticas o conopas y las generales impuestas por las expansiones imperiales, de las que nos son bien conocidas las que difundieron los incas con el Sol como figura tutelar. El interés de estas consideraciones para nuestro tema es que esta “flexibilidad religiosa,” que guardaba una relativa homogeneidad en el aspecto ritual y operativo, de carácter ofrendático, y en las motivaciones teleológicas –condiciones favorables, particularmente para las cosechas y los ganados– permitía la incorporación libre de deidades, que se superponían sin excluirse. En una concepción de este tipo, la adopción de nuevos operadores cristianos no sólo no excluía el culto tradicional, sino que incorporaba a él nuevos mediadores, cuya eficacia podía resultar muy útil. Dicho de otro modo, la incorporación de Jesús, María, los apóstoles y los demás santos como posibles figuras de culto no sólo no implicaba en el marco religioso andino un problema conceptual ni práctico, sino que daba continuidad a su propia experiencia histórica en la que el culto debido a deidades pertenecientes a los grupos dominantes era moneda corriente. Esto era evidente para los evangelizadores, que veían con desánimo como los indios pueden hacer a dos manos.

Y así sé yo donde de la misma tela, que habían hecho un manto para la imagen de nuestra Señora hicieron también una camiseta para la Huaca, porque sienten, y dicen que pueden adorar a sus Huacas, y tener por Dios al Padre y al Hijo, y al Espíritu Santo y adorar a Jesucristo; que pueden ofrecer lo que suelen a las huacas y hacer su fiestas y venir a la iglesia, oír misa y aún comulgar (Arriaga 1910, 47-48).

Es evidente que se trata de concepciones religiosas diversas, que los padres percibían: “todavía los indios bautizados conservan muchos resabios de su antigua fiereza y superstición”, dice Acosta, aunque como vimos

no dejaba de ser optimista respecto a la evolución futura. Los encargados de inculcar la doctrina cristiana en el Perú no dudaron, pese a las contradicciones que acarrearía la cuestión, en aprovechar esta diversidad para introducir a los personajes cristianos en el culto andino, aún a riesgo de que el resultado tendiese más a promover la andinización del cristianismo que la cristianización ortodoxa de los indios. El límite era la doctrina –lo dice Acosta al juzgar inocuas algunas tradiciones indígenas–, pero justamente la ambigüedad de los signos o de los personajes dejaba un espacio cuya imprecisión permitía soslayar la heterodoxia y aún la infidelidad, envueltas en el manto opaco de lo incierto. ¿A quién adoraban los indios cuando rendían culto a la huaca con las huellas del apóstol? Es evidente que la respuesta variará según el interlocutor, pero cada uno podía dar por válida la suya. La historia cristiana venía entonces en apoyo de estas tesis adaptacionistas aportando una perspectiva más amplia que consideraba desde los avatares de los apóstoles con los paganos hasta el complejo proceso del cristianismo en España como llamados a la persistencia en América.

Al apelar a la ambigüedad del reconocimiento, los evangelizadores recreaban y redirigían el universo simbólico andino. Las piedras marcadas por la sacralidad de los apóstoles venidos a América dejaban en cierto modo de ser quienes eran y adoptaban una identidad superpuesta a la historia. Así, la re-presentación de viejos objetos de culto recicló entidades propias del mundo americano travistiéndolas en objetos cristianos, sea en su materialidad específica, como ocurría con la fusión de huacas y santos, sea en forma de relatos míticos que sintetizaban historias de dioses andinos con andanzas de apóstoles cristianos. Finalmente, reproduciendo en la narrativa mítica local la historia del sacrificio de Cristo y de los mártires o proponiendo la analogía de algunas de las deidades andinas con las figuras del Padre y del Hijo o de la Trinidad.

La reelaboración indígena de las imágenes cristianas

El desarrollo precedente intenta probar la manera en que la memoria simbólica andina fue manipulada por los evangelizadores con el fin de introducir el cristianismo. Pero el cuadro estaría incompleto sin considerar también la actitud de los indígenas americanos en relación con este proceso. Mi hipótesis al respecto es que, en razón de su misma flexibilidad religiosa (*cf. supra*), las poblaciones andinas participaron activamente de la ambigüedad, aunque contrariamente a la manipulación deliberada, la asignación de valores propios a las imágenes cristianas fue un proceso

espontáneo producido según el concepto escolástico de que la recepción amolda el mensaje a sus propias formas: *quidquid recipitur ad modum recipientis recipitur* (de Aquino 1265-1274, 1 parte, cuestión 14, artículos 1-3, cuestión 75, artículo 5).

La modalidad que toma este proceso es la interpretación de las imágenes cristianas en clave propia –esté ésta referida a los aspectos formales, iconográficos o funcionales– y el resultado es el establecimiento de un sistema peculiar de preferencias o una asimilación selectiva de la oferta europea, que toma de ella lo que mejor se aviene a la semántica americana. El caso más evidente es, me parece, el de la hermetización y desanatomización de las formas que el gusto indígena opera mediante el común uso “llovido” de la tela encolada o el vestido de las imágenes, procedimiento que si bien tiene también antecedentes en los arreglos de las imágenes marianas de adoración, se convierte en la región andina en un procedimiento casi de regla y extendido a otros personajes, aún masculinos. En la iglesia de la Asunción de Juli se hicieron hacia 1600 o poco después, dos retablos de mampostería que, a más de representar muy bien la retablistica temprana en el virreinato de Perú, exponen dos programas jesuíticos cuyas imágenes son seguramente los “Mártires de la Compañía de Jesús” mencionados en los inventarios de la expulsión (Gutiérrez 1978, 343). Las esculturas, que fueron calificadas por Harold Wethey como “*primitive indian pieces*” (Wethey 1949, 212), efectivamente lo son, y muestran muy bien el tipo de reelaboración indígena de los prototipos españoles. La espacialidad moderna ha desaparecido, los brazos se han plegado sobre el tronco o aparecen rígida y simétricamente dispuestos en oración, la composición deja de lado los escorzos tridimensionales y la gestualidad teatral para concentrarse en un bloque frontal, hierático y regular, casi triangular, enmarcado por el manto, las vestiduras adoptan un ritmo mecánicamente reiterado que resta naturalismo a la imagen y evita toda evidencia de anatomía viva. Esta ahusada forma inmóvil, inexpresiva y de diseños impenetrables es indudablemente producto de la memoria de las huacas sobre la producción cristiana colonial, como lo muestra la comparación de una escultura española de la época con uno de los santos jesuitas de Juli y la reconstrucción de la típica forma de una huaca por un artista en Lima (fig. 1). Su humanidad ha sido desplazada y ocultada en tanto esto ha resultado posible. Sólo la cabeza, las manos y las proporciones generales, es decir, los elementos de los que la fórmula representativa cristiana no podía prescindir para cumplir su función en una iglesia jesuítica, han sido trabajadas con realismo, mientras que todas las demás características de la elocuente,



1 San Francisco, Martín de Andújar, España, santo jesuita, Juli, Huaca homenaje a Taulichusco, Lima.

teatral y movida escultura de comienzos del siglo XVII han sido traducidas a las familiares formas herméticas que hacían presente la noción de lo sagrado en los Andes. El interés naturalista que presentaba a los santos, a Cristo o a María como persuasivos hombres en acción que interactuaban con el fiel ha sido reemplazado por esta presencia críptica y distante a la que se puede adorar sin entrar en contacto con su mirada ni recibir un gesto de aproximación humana. Renunciando a la actitud teatral y dialógica de las imágenes españolas del periodo, las representaciones americanas, y particularmente las de Cristo, suelen estar dotadas de una cierta *“terribilità divina”* muy distante del espíritu de sus homónimas europeas. Parecen reflejar así la dualidad propia de las deidades andinas y el consiguiente temor que inspiraban. Asimismo el uso abundante de sangre en las imágenes del Crucificado, como en las del Señor de la Columna y algunas otras, parece remitir a la aspersión con sangre sacrificial de que eran objeto las huacas en el proceso ritual. Finalmente, las imágenes cristianas eran y son todavía vestidas en los Andes para las celebraciones de un modo particular que, incorporando prácticas europeas, tal vez retome también la antigua costumbre de arrojar las huacas con telas expresamente tejidas y de sentido ritual, como era el cumbi y el adorno de plumas, aditamentos de plata y flores que las acompañaban.



2 San Pedro Nolasco,
Livi-Livi (Bolivia).

Estas fórmulas, que traducen a una forma simbólica⁷ expresiva para la cultura andina los modelos iconográficos europeos, se reitera en cuanto lugar los artistas pertenecían y estaban imbuidos de la cultura local, hecho que no alcanza a todos los artífices de origen indígena, ya que se trata de una pertenencia cultural y no solamente étnica. Donde la influencia de los talleres europeos se diluía y el espíritu propio seguía vivo y podía manifestarse, aparecen las formas heterodoxas que hacen presentes y dan materialidad a la concepción propia de lo sagrado. Está demás decirlo, en las innumerables imágenes de María, pero también en la vasta producción de santos dispersa en sitios distantes, como lo atestiguan ejemplos del templo mercedario de Livi-Livi (fig. 2). Aún en las formas que adopta la imagen poco maleable de Cristo semidesnudo, como ocurre en las crucifixiones, en algunos Cristos de la Columna o en ciertos Ecce Homo realizados en enclaves indígenas, como la provincia de Chucuito (fig. 3). A pesar de los requerimientos representativos de la iconografía y el tratamiento formal de la anatomía y los mantos estas obras transforman los modelos europeos en seres dotados de un carácter muy diverso al original.

Pero donde más claramente opera esta relectura es en el terreno de la funcionalidad, apoyada en la notable permanencia del sentido del ritual

⁷ Recurso al criticado pero a mi ver útil, a pesar de su carácter genérico, concepto de Ernst Cassirer.



3 Cristo de la Columna,
La Asunción, Chucuito (Perú).

y de la teleología que le es propia. Las imágenes cristianas presiden las ofrendas y las danzas rituales dirigidas a obtener su benevolencia en cuestiones específicas, como el control meteorológico, el rinde de las cosechas o el multiplico del ganado y al hacerlo toman el lugar de las deidades locales que, en sus diferentes niveles, cumplen un rol similar. Hace años comparé en un trabajo la fiesta andina de la marca del ganado o Señalada con la que se celebraba en favor de Santa Lucía en un oratorio del campo de Casabindo (provincia de Jujuy), a fines del siglo XX, resultando evidente la analogía del procedimiento ritual y de los fines perseguidos en ambos casos (González 1993, 338). Esta misma analogía impulsa la relectura iconográfica, haciendo que determinados santos sean considerados, por sus atributos, relatos u otras circunstancias, como protectores de determinadas especies y gocen de gran popularidad en razón de este rasgo. San Juan Bautista, a modo de ejemplo, cumple la función de proteger al ganado lanar en razón de su atributo y en la Puna de Jujuy San Antonio protege a las llamas. Finalmente ha sido reconocido por distintos investigadores, pero particularmente por Teresa Gisbert, la identificación de ciertos santos cristianos con dioses prehispánicos, siendo las más conocidas la de la Virgen con la imagen del cerro (fig. 4), sede sacral telúrica y la de Santiago con Tunupa/Illapa (Gisbert 2008, 17). Esta producción de signos eclécticos, debida a los indígenas está indudablemente fundada en el ejercicio propio de la memoria que retiene las experiencias ancestrales. Los escultores



3 Virgen del Cerro,
Museo Casa de la Moneda Potosí.

indígenas reproducen en sus obras algunos de los rasgos característicos de las formas simbólicas sagradas andinas, y tal como ocurre en el ritual y en la ofrenda, los personajes cristianos toman sin conflicto el papel de las antiguas deidades. Así, la identificación entre imágenes y conceptos mantiene su unidad en este espacio de intermediación, en el que las formas cristianas se *andinizan* tanto como sus figuras son asimiladas a funciones y patrones rituales muy distantes de su sentido original. Si las formas simbólicas inherentes al arte europeo daban cuenta de la percepción cristiana moderna, la reelaboración de sus modelos en tierras americanas bajo una perspectiva cultural y religiosa diversa no podía dejar de transformar los rasgos del estilo hasta dotar las imágenes de significantes formales capaces de expresar su nuevo sentido, un sentido que, aún en su silencio narrativo, resulta elocuente para sus devotos seguidores andinos.

Quiero resaltar que, aunque estas reinterpretaciones podrían equipararse o formar parte de la misma mecánica de producción de signos ambiguos, las modalidades e intencionalidades con que operaban los agentes eran absolutamente diversas y por lo tanto es pertinente señalarlos como procesos divergentes, si bien se basan en un hecho común, que es el carácter flexible de la religiosidad andina y su facilidad para asignar potestades similares a deidades diversas. Desde la perspectiva española esta característica fue aprovechada para introducir el cristianismo en contextos rituales

indígenas mediante una tarea de anticipación mental o un cálculo de las reacciones posibles del otro inferidas del propio conocimiento de su cultura. Naturalmente, nada de esto pasaba visto en perspectiva local, pero la concepción abierta andina llevó a integrar las imágenes cristianas en el cuadro funcional con estatus similar a las propias o a las de otros conquistadores americanos precedentes. La polisemia inherente a los signos artísticos –y en definitiva a toda interpretación– permitió que este desfase se mantuviera disimulado bajo la superficie y que al fin, cada quien rindiera bajo un mismo ritual culto a su dios o a su idea del mismo, más allá de las identidades aparentes. En este espacio de contacto de semiosferas diversas, el arte y el ritual aparecen como elementos capaces de alentar experiencias genuinamente multiculturales.

Bibliografía

- ACOSTA, José de. 1954 (1588). “De promulgando Evangelio apud barbaros, sive De procuranda Indorum salute”, en *Obras del P. José de Acosta*. Biblioteca de Autores Españoles. Madrid: Ediciones Atlas.
- ALBORNOZ, Cristóbal de. 1989 (1588). “Instrucción para descubrir todas las huacas del Perú y sus camayos y haciendas”. En H. Urbano y P. Duviols *Fábulas y mitos de los incas*. ed. Crónicas de América 48. Madrid: Historia 16.
- AQUINO, Tomás de. (1265-1274). *Suma Teológica*, 1parte (<http://hjpg.com.ar/sumat/a/c14.html#a14> y <http://hjpg.com.ar/sumat/a/c75.html>). Consultado el 14.10.2017.
- ARRIAGA, Pablo de. 1910 (1621). *Extirpación de la idolatría del Perú*, Buenos Aires.
- BETANZOS, Juan de. 1880 (1551). *Suma y narración de los Incas*. Madrid: ed. Jiménez de la Espada.
- BRUNER, Jérôme. 2003. *La fábrica de historias. Derecho, literatura, vida*. México: FCE.
- COBO, Bernabé. 1890-1893 (1653). *Historia del Nuevo Mundo*. Sevilla: ed. Jiménez de la Espada.
- DE LA CALANCHA, Antonio. 1639. *Crónica moralizada del orden de San Agustín en el Perú*. Barcelona: Pedro Lacavallería.
- CIEZA de León, Pedro. 1941 (1553). *La crónica del Perú*. Madrid.
- 1880 (s/f). Segunda parte de la crónica del Perú. Madrid: ed. Jiménez de la Espada.
- CUADRIELLO, Jaime. 2004. *Glorias de la república de Tlaxcala, o la conciencia como imagen sublime*. México: Instituto de Investigaciones Estéticas, UNAM – Museo Nacional de Arte, INBA.
- GARCILASO de la Vega, Inca. 2014 (1609-1616). *Comentarios reales*. Arequipa: Ed. El Lector. Gisbert, Teresa. 2008 (1980). *Iconografía y mitos indígenas en el arte*. La Paz: Gisbert.
- MURRA, John. 1975. “Autoridades étnicas en el alto Huallaga”, en *Formaciones económicas y políticas del mundo andino*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.
- GONZÁLEZ, Ricardo. 1993. “Imágenes y poder en el mundo andino”, en *Arte y Poder*. Buenos Aires: CAIA – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- GONZÁLEZ, Ricardo. 1996. “Tradición y cambio en la estética andina. Huacas y dioses en las crónicas del Perú”, en *Segundas Jornadas Estudios e Investigaciones*

- en Artes visuales y música*. Buenos Aires: Instituto de Historia y Teoría del Arte Julio Payró, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.
- GUTIÉRREZ, Ramón. 1978. *Arquitectura del Altiplano Peruano*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica.
- MOLINA, Cristóbal de. 1989 (1573). “Relación de las fábulas y ritos de los Incas”, en H. Urbano y P. Duviols (ed.)
- FÁBULAS y mitos de los incas*. Crónicas de América 48. Madrid: Historia 16.
- RAMOS Gavilán, Alonso. 1976 (1621). *Historia de Nuestra Señora de Copacabana*. La Paz: Academia Boliviana de la Historia.
- SALLES-REESE, Verónica. 1997. *From Viracocha to the Virgin of Copacabana. Representation of the Sacred at Lake Titicaca*. Austin: University of Texas.
- SARMIENTO de Gamboa, Pedro. 1943 (1572). *Historia de los incas*, Buenos Aires.
- TOUSSAINT, Manuel. 1983. *Arte colonial en México*. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Wethey, Harold. 1949. *Colonial Architecture and Sculpture in Peru*. Cambridge-Massachusetts: Harvard University Press.



“Retórica da Epidemia”: discursos, negociações e tensões políticas que orbitavam o uso da mão-de-obra indígena no Grão-Pará, 1748-1750

Antonio Otaviano Vieira Junior*

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 63-98. ISSN 0874-9671

Resumo

Entre os anos de 1748-1750 a capitania do Grão-Pará no estado do Maranhão vivenciou um surto que atingiu privilegiadamente a população indígena. Nesse intervalo temporal uma série de correspondências foram trocadas entre diferentes agentes coloniais e a metrópole, com a intenção de expor os impactos causados pelo contágio e seus desdobramentos. Nas entrelinhas das argumentações eram gestados discursos aportados num conjunto de tensões políticas que envolviam administradores, moradores, religiosos e a Coroa. Nosso artigo pretende avançar sobre a análise da construção da “retórica da epidemia” e o embate entre diferentes projetos para a exploração da mão-de-obra indígena; de um lado, os defensores da intensificação da escravidão do índio, do outro, aqueles que apostavam na inserção de contingentes externos de trabalhadores.

Palavras-chave: epidemia, Grão-Pará, discursos.

Data de submissão: 12/06/2017

Data de aprovação: 30/10/2017

Abstract:

Between 1748 and 1750, the Grão-Pará captaincy in the state of Maranhão experienced a pandemic that affected the indigenous population. In this temporal interval a series of correspondences exchanged between different colonial agents and the metropolis, with the intention of exposing the impacts caused by the disease. The argumentations were generated speeches brought in a set of political tensions that involved administrators, residents, religious and the Crown. Our article intends to advance the analysis of the construction of the “retórica da epidemia” and the fights between different projects for the exploitation of indigenous labor, on the one hand, defenders the intensification of indigenous slavery and, on the other hand, those who bet on the insertion of other contingents of workers.

Keywords: epidemic, Grão-Pará, speeches.

Date of submission: 12/06/2017

Date of approval: 30/10/2017

* Universidade Federal do Pará, Brazil. *E-mail:* otaviano@ufpa.br .

“Retórica da Epidemia”: discursos, negociações e tensões políticas que orbitavam o uso da mão-de-obra indígena no Grão-Pará, 1748-1750

Antonio Otaviano Vieira Junior

Apresentação

Analisaremos a construção polifônica de discursos relacionados à epidemia que assolou a capitania do Grão-Pará no estado do Maranhão, entre os anos 1748-1750. Marcada por reclamações, denúncias e reivindicações, a doença criou uma trilha sedimentada em estratégias retóricas que envolviam diferentes vozes e atores sociais¹. Nesse sentido, exploramos uma série de correspondências entre a Coroa, autoridades coloniais e moradores do Grão-Pará, cujo tema central era o surto e suas consequências no desenvolvimento econômico, na defesa e no povoamento da capitania. Enfatizamos o discurso em si como um acontecimento histórico e buscamos analisar as disputas, estratégias políticas e sociais que o envolvem (Muniz 2007). Não é nossa intenção avaliar a gravidade e o alcance efetivo da doença (Chambouleyron *et al.* 2011, Vieira Jr. e Martins 2016). O empenho é investigar imagens associadas ao avanço e às consequências do contágio, onde a colonização da América setentrional também ganhava contornos a partir de uma “retórica da epidemia”².

Ao longo do século XVIII se esboçou o interesse do olhar médico em se debruçar sobre as epidemias e a relação destas com as condições de vida da população. Ao valorizar uma medicina preventiva, em especial a partir da segunda metade do Setecentos, a preocupação com a cura e prevenção das doenças dos escravos paulatinamente foi posta enquanto obrigação cristã, e ao mesmo tempo uma forma de resguardar os investimentos econômicos dos senhores. A saúde deixava de ser concebida enquanto problema individual e apreendida como fato social, uma questão de Estado. Soma-se a esta proposição a ideia de que a Coroa também seria afetada, pois os escravos eram uma das principais riquezas do Império (Abreu 2007, 762-771).

As reformas econômicas e administrativas, iniciadas no reinado de D. José I, atrelavam-se aos estudos de uma elite letrada empenhada em

¹ Ao ser o discurso esteio analítico da pesquisa, o compreendemos como conjunto de práticas enunciativas e historicamente produzidas (Foucault 2005).

² Agradecemos ao professor Rafael Chambouleyron a sugestão do termo “retórica da epidemia”.

atenuar a alta mortalidade causada por doença na escravaria (Abreu 2007, 762-771). No estado do Maranhão³ a epidemia de 1748-1750 evidenciou uma preocupação com o grande número de óbitos entre escravos indígenas e ao mesmo tempo fomentou uma série de falas que corriam no sentido de apontar vítimas, alegar problemas e propor soluções. Mas havia um tom diferencial; se a epidemia era apontada como problema que alcançava toda a capitania e com desdobramentos em Lisboa, não se propunha uma ação preventiva da doença e nem mesmo medidas de cura. Era sublinhada apenas a importância do combate aos efeitos, qual seja, a diminuição na oferta de trabalhadores.

Diferentes agentes coloniais colaboraram para a construção dessa retórica, entre eles o então governador do estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, administrador que não poupou esforços em defender a relação entre a epidemia e a suposta precariedade econômica enfrentada pelo Grão-Pará. A trajetória de sua vida foi marcada por longa experiência militar e administrativa, como fidalgo, cavaleiro da Ordem de Cristo e detentor de diferentes patentes militares: soldado, alferes, tenente, capitão de cavalos, agregado ao Regimento de Infantaria da Praça de Peniche e capitão-mor da Paraíba (1729-1734)⁴. Posteriormente, veio a ser governador da Ilha da Madeira (1737-1747) e seguidamente governou o estado do Maranhão nos anos de 1747-1751 (Santos 2009). Os resumidos dados biográficos nos ajudam a pensar Francisco Gurjão como um homem atrelado ao esforço de governabilidade do Império, um elo entre regiões, situações e tempos de diferentes possessões lusitanas (Fragoso *et al.* 2000) – o que incluía a construção de uma memória administrativa.

No tempo do “formidável contágio”⁵ (expressão usado pelo próprio Gurjão), o governador procurou conciliar interesses de diferentes sujeitos, tramados sob o espectro do povoamento, da conquista e da exploração econômica da mineração, agricultura e drogas do sertão. Considera-se a primeira metade do século XVIII como um período de revalorização da América por parte da Coroa portuguesa e a mineração como principal motor dessa mudança (Boxer 1969, 159-162). Na década de 1740 o estado

³ O estado do Maranhão, nesse período, era composto pelas capitanias reais do Maranhão, Pará, Gurupá e Piauí, além das capitanias privadas de Tapuitapera, Caeté, Camutá e Cabo Norte. A partir de 1751 passa a ser chamado de Estado do Grão-Pará e Maranhão, composto pelas capitanias do Rio Negro, Grão-Pará, Maranhão e Piauí, cuja capital era Belém.

⁴ Agradecemos aqui as informações disponibilizadas pelo professor Nuno Monteiro, dispostas em base de dados do Projeto Optima Pars.

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate [AHUPR], Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2982.

do Maranhão vivenciava pressões metropolitanas articuladas principalmente com a delimitação das suas fronteiras, matizadas sob a égide do Tratado de Madrid (Couto s/d) e da tentativa de normatizar a produção e o escoamento do ouro produzido nas capitanias de Mato Grosso e Goiás.

Nesse contexto o governador Francisco Gurjão tentaria apresentar a epidemia como principal causa da decadência econômica e das dificuldades administrativas relativas à capitania do Grão-Pará. E o faz principalmente a partir de abril de 1749, através de um conjunto de cartas enviadas ao rei D. João V, ao real secretário particular Frei Gaspar da Encarnação e ao Conselho Ultramarino. Entretanto, o governador não seria o único a se queixar da doença: moradores⁶, religiosos, índios, anônimos, administradores locais e vereadores corroboraram o argumento. Vozes que reivindicavam ações administrativas, denunciavam conflitos e se posicionavam politicamente ao convergirem no sentido de destacar as consequências do contágio. Os supostos efeitos também eram alvo de embates sustentados por silêncios e ênfases, se efetivando a epidemia enquanto pontual estreitamento da comunicação entre as demandas da colônia e as proposições metropolitanas (Fragoso 2017, 83) – com foco no uso e importância do labor indígena.

O contágio iniciou em 1748, atingiu o ápice de sua mortalidade no ano de 1749 e se arrastou até 1750 (Vieira Jr. e Martins 2016): “não houve Tapuya, ou quem dele tivesse sangue, que não padecesse a força do contágio”⁷. Diante desse cenário o governador reivindicou auxílio através de missivas destinadas ao rei, ao “Reverendíssimo” Gaspar da Encarnação, este último tratado familiarmente como “amigo”. Nelas descrevia o surto e fazia sugestões para atenuar o seu impacto. Suas correspondências também ecoariam nas análises feitas por membros do Conselho Ultramarino⁸, que se dedicaram a consubstanciar soluções e alternativas à escravidão dos índios e ao incremento do povoamento da Amazônia portuguesa.

⁶ Moradores: habitantes de uma circunscrição administrativa, “formam um conjunto de pessoas de diferentes qualidades institucionais definidas” que também possuem propriedades (Vainfas 2000, 409). Embora na maioria dos casos o termo se referisse a brancos, ele não é necessariamente racial, ainda que fosse étnico (Almeida 2005, 21-33).

⁷ Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], Notícia verdadeyra do terrível contágio, que desde Outubro de 1748 ate o mez de Mayo de 1749 tem reduzido a notavel consternação todos os Certões, terras, e Cidade de Bellém, e Grão Pará, extrahida das mais fidedignas memorias / [Manuel Ferreira Leonardo].

⁸ O Conselho Ultramarino foi criado com a intenção de ampliar a presença do rei em suas possessões do Ultramar. Mas, ao longo do século XVIII, há indícios do ostracismo do Conselho e do fortalecimento das Secretarias de Estado (Bicalho e Costa 2017, 139-141).

A respeito do “mal contagioso”⁹, a primeira queixa (que encontramos) elaborada por Francisco Gurjão foi datada de 26 de abril de 1749 e dirigida ao rei D. João V; na composição da carta era estratégica a apresentação dos desdobramentos da doença. O ponto de partida da argumentação foi descrever a capitania do Grão-Pará como palco de constantes e sucessivas doenças, que atingiram privilegiadamente os indígenas. Para tanto, o governador investiu na construção de um breve histórico, recuou ao ano de 1743, ao tempo em que a cidade de Belém do Grão-Pará fora atingida pela bexiga (Braudel 1997, 59-77) supostamente trazida por índios do sertão do Rio Negro. Esta epidemia durou três anos e “com grande mortandade, tanto de índios, como mestiços e alguns brancos nacionais”¹⁰. A presença da bexiga se alongaria até 1746¹¹.

Francisco Gurjão destacou o fato de ter o contágio ocorrido antes de sua nomeação enquanto governador do estado do Maranhão, entretanto lhe deixou uma influente herança: diminuição na oferta da principal fonte de trabalho da região, a saber, os índios. Afirmou também que no ano de 1747 ainda se sentiam seus efeitos, pois os sobreviventes do surto (1743-1746) foram acometidos por uma série de achaques, “falecerão bastantes pessoas de catarrões, plurizes [inflamação das pleuras pulmonares] e diarreas de sangue”¹².

O viés argumentativo seguia no sentido de construir a imagem da década 1740 como um contínuo da presença de doenças. Nas palavras do governador o ápice ocorrera em 1748, por ocasião da chegada do “mal nunca visto antes”¹³, um “mal” que, além da gravidade em si, atingia um território já debilitado por epidemias. Em setembro do citado ano haviam chegado à cidade de Belém alguns moradores nas canoas “q tinham ido à colheyta das Drogas do Sertão, deste trouxerão *novvo* [grifo nosso] mal contagioso”¹⁴. O contágio mais uma vez viria no sentido oeste-este, iniciado nas “aldeias dos mestiços” situadas na Ribeira do Amazonas e depois contaminando “toda esta cidade [de Belém] e suas capitancias”¹⁵.

⁹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

¹⁵ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910. Destacamos ainda que, junto à capitania do Grão-Pará, havia capitancias particulares, como as de Cameté, Caeté, Cabo Norte e Ilha de Joanes, criadas no século XVII e extintas entre os anos de 1743 e 1754 (Reis 1993, 27-29).

A ideia do Oeste como área carente de efetiva colonização, marcada por doenças e pela ameaça estrangeira não era novidade e fora tema recorrente nos anos do governo filipino na região. A criação do estado do Maranhão em 1621 significou o estabelecimento de uma base administrativa que permitiria o avanço sobre os sertões do Amazonas e Belém como ponto mais avançado das conquistas lusitanas no norte da América. O domínio espanhol da região por ocasião da união entre os reinos (1580-1640) fomentou a conquista portuguesa a oeste do delta do rio Amazonas (Ugarte 2009, 96-97). Continuado no reinado de D. João IV, o avanço sobre o ocidente da região não foi apenas uma obra missionária, mas significou também jornadas ao sertão, expedições militares e ocupação de novas áreas onde a preocupação era combater a presença holandesa (Cardoso 2012, 336-337).

Após a Restauração portuguesa (1640), esse movimento teve ampliada a forte resistência no outro lado da fronteira exercida pelos hispano-peruanos, que estavam preocupados com os desdobramentos comerciais dessa empreitada (Cardoso 2012, 336-337). Apesar de escaramuças pontuais, na década de 1740 os portugueses tinham supremacia entre os europeus no comércio e circulação nos sertões. Entretanto isso não significava o fim das ameaças às suas posses territoriais, pois os exploradores lusitanos continuavam encontrando em vários povos indígenas resistência militar (Carvalho Jr. 2005, 54) – embora, outros povos locais fossem seus aliados na ocupação do espaço e na exploração dos recursos naturais da floresta. Nos anos da epidemia o governador ainda convivia com o sentido de perigo atrelado ao sertão do rio Amazonas, uma área que insistia em resistir ao controle da Coroa e as empreitadas dos moradores.

Deslocando-se a oeste, em dezembro de 1748 o governador partiu da “cabeça” (São Luís) do estado do Maranhão com destino à Belém. No caminho encontrou com o capitão da Casa Forte do Rio Guamá, Luiz de Moura, que lhe descreveu um terrível cenário: “nunca aqui visto estrago de mortandade de Índios, e Mestiços o que chamão Mamelucos, e Cafuzos, sem exceção de idade ou sexo”¹⁶. Ao continuar sua jornada se deparou com uma cidade cujas ruas estavam invadidas pela contrição¹⁷. Belém era palco das preces, procissões e autoflagelação dos mercedários, capuchos e carmelitas. No princípio de 1749 as empreitadas para atenuar a “vingança

¹⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

¹⁷ A ideia da peste como fruto da vontade de um Deus encolerizado também foi recorrente e difundida entre o clero português durante o século XVII (Delemau 2006, 113). O mesmo aconteceu em Lisboa, por ocasião do agravamento da doença de D. João V (Silva 2006, 140-143).

divina” continuariam: era tempo de distribuição de esmolas feitas pelo bispo do Grão-Pará (Miguel de Bulhões) e de sermões feitos pelo jesuíta Gabriel Malagrida em meses intensos de diálogo com o sagrado¹⁸. A descrição desse cenário de penitências e súplicas corrobora a construção de uma “retórica da epidemia”, sintonizando-se com o discurso do governador ao apresentar uma cidade marcada pela morte e pelo medo.

A retórica partia do lado americano do Atlântico e construía pressões políticas que alcançavam a sede do Império, instigava a Coroa a aceitar o problema e a propor soluções. O sentido era enfatizar a necessidade de auxílio ao Grão-Pará, colocando-o em pauta nas instâncias administrativas superiores. Efetivamente diferentes indivíduos criavam outras possibilidades para a difusão do tema em Lisboa. Por exemplo, o padre Gabriel Malagrida retornou a Portugal em 1750 e logo foi chamado à presença de Sua Majestade (Malagrida 2012, 103-104). Frei Gaspar da Encarnação recebera uma cópia da carta do governador enviada ao rei. Numa série de correspondências destinadas ao Conselho Ultramarino, os vereadores de Belém também se empenharam em noticiar o estado calamitoso da capitania do Grão-Pará. O discurso que partia da capitania encontrava uma Lisboa marcada por orações e demonstrações públicas de fé, na intenção de invocar o auxílio divino ao moribundo rei (Silva 2006, 132).

Quem e como foi atingido pela epidemia?

No estado do Maranhão a epidemia alcançou muitos indivíduos. Atingiu o existir destas pessoas, obrigando-as a desenvolver estratégias para lidar com a morte de familiares, tratar da doença, obter alimentos, continuar a exploração das drogas do sertão, comercializar, mover moendas de engenho ou tornar viável a ocupação e a colonização do espaço. O contágio não teve consequências homogêneas, mas foi experimentado a partir de vários matizes sociais e econômicos. A construção da “retórica da epidemia” faz emergir diferentes percepções das relações entre a doença e os múltiplos agentes integrantes desse universo colonial. Num jogo que envolvia vitimização e troca de acusações, o discurso de tais agentes convergia num ponto: os índios foram os que mais morreram.

E justamente por isso as argumentações partiam da premissa de que a base da existência material dos colonos, do povoamento e da defesa da região estava ameaçada. Na consulta do Conselho Ultramarino ao rei

¹⁸ *Noticia verdadeyra do terrivel contagio...*, op. cit.

D. João V foi anexada uma relação dos mortos pela pestilência: “abatidos 3061 tapuias mortos [e] 35 brancos, ficão 3026 q repartidos estes por 257 fogos...”¹⁹. Esse anexo foi produzido pelo governador Francisco Gurjão, com o objetivo de “Dá conta do deplorável estado q se achão reduzidas aquellas capitánias pela falta de Índios os quaes devorou o contagio q ali contaminou...”²⁰. O papel discursivo da listagem não era destacar quem numericamente fora mais “devorado” pela doença, mas reforçar e legitimar as consequências do alcance do “devorar”; “o deplorável estado” que ficaram as capitánias do Grão-Pará e anexas.

As narrativas registradas pelo jesuíta José de Moraes corriam num sentido diferente. Apoiadas no assento de óbitos da doença em 1748 na aldeia Coaby, suas descrições foram além dos números e dos apelos vinculados pelo governador. A estratégia do religioso era apresentar o impacto do surto através de casos concretos vivenciados por indígenas. Narrava que a “rapariguinha” Cosma, filha de Estêvão e Artemia, com o uso de cascas de árvores, apresentava recuperação quando inesperadamente teve a fatal recaída. A “inocente” índia Florência acabou morrendo desamparada por ter perdido a mãe para a doença. Outra “inocente”, do povo ariqueme, chamada Escolástica também perdeu sua mãe e por isso ficou sob os cuidados de uma índia “pagã”, que matou Escolástica “antes do tempo para enterrar de noite na sua casa, antes de fugir para o mato com medo das doenças”. E noticiou a morte de Antônio, o “Principal” dos Japoraz, ocorrida logo após este se confessar e ir trabalhar nas roças²¹.

Segundo ainda o missionário, os índios que fugiam das aldeias buscando “pussangas” (remédios) acabavam sofrendo mais, pois nos aldeamentos se “padecem menos do mal”. Contraditoriamente, esta suposta proteção não era suficiente para amenizar o impacto da mortandade causada pela pestilência, fato apontado quando o jesuíta reclamou por não ter gente necessária para abrir as sepulturas e enterrar os mortos. E ainda não deixou de noticiar “que coração mais duro que diamante, se não abrandará à vista de tantas lastimas! Bebendo o triste Missionario o veneno pelos olhos; vendo totalmente extinta huma Aldea em pezo”. Declarou que todos estavam

¹⁹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 16 de setembro de 1750, cx. 31, doc. 2976.

²⁰ Idem. Trecho extraído da última página do documento, o que nos parece ser a indicação da origem do número de mortos pela epidemia. Indicação encaminhada ao Conselho Ultramarino.

²¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Ministério do Reino, maço 598, doc. 34.

humilhados diante da justiça divina, e pediam a Nossa Senhora de Nazaré sua intercessão para a obtenção da misericórdia de Deus²².

A narrativa do religioso José de Moraes integrava um conjunto de documentos copiados e anexados pelo Bispo do Grão-Pará, Miguel de Bulhões. A documentação tratava dos argumentos manifestados pelo Vice-Provincial da Companhia de Jesus na oposição contra o fim da participação jesuítica na administração espiritual e temporal das aldeias²³. Criava um subtexto onde o uso da mão-de-obra indígena fora dos aldeamentos tornaria os índios mais suscetíveis à morte pela doença. Esforço compreensível quando considerada a longa e constante pressão exercida pelos colonos e autoridades leigas locais contra os religiosos. E se insere num contexto que culminou tanto na designação de administradores leigos para as aldeias, quanto na expulsão dos jesuítas por D. José I (Souza Jr. 2010 e Sobral 2004, 98-104). Para atenuar a força do contágio, o missionário procurava enfatizar que caberia aos religiosos a intermediação entre as demandas terrenas e os desígnios divinos.

O jesuíta José de Moraes valorizou a precariedade causada pelo surto. No entanto, o uso político da retórica caminhava no sentido contrário aos interesses dos moradores e vereadores da cidade de Belém. Revigorava discursivamente a importância do controle dos índios pelos religiosos, sendo hipoteticamente os aldeamentos um espaço de sobrevivência, proteção, remédio e diálogo com o divino. Veremos mais adiante que a argumentação de administradores leigos locais foi no sentido inverso, apontando os missionários como intensificadores da crise causada pela epidemia.

A narrativa do missionário não apenas reforçava as queixas de Francisco Gurjão, ia além ao evidenciar aspectos não pontuados pelo governador. Não se resumia ao destaque dos índios como alvo privilegiado das mortes pela epidemia ou ao fato de a ausência destes trabalhadores colocar em xeque a sobrevivência dos colonos. Mesmo de maneira tendenciosa, a fala do religioso apontava para dramas concretos vivenciados pelos índios. Incluindo a morte de pais, mães e filhas, crianças assassinadas, fugas para o sertão, morte de Principais e a quase extinção de toda uma aldeia. Os índios deixavam de ser contabilizados apenas em seu potencial de trabalho, e ganhavam nome (Cosma, Estêvão, Artemia, Florência, Escolástica e Antônio), origem (povos ariqueme e japoraz), religião (católica ou pagã) e

²² ANTT, Ministério do Reino, maço 598, doc. 34.

²³ Idem.

status entre os pares (Principal). Um relato diferente da posição dos camaristas da cidade de Belém.

A câmara significava um importante mecanismo de organização institucional e defesa de grupos privilegiados, sendo uma ferramenta de oposição ao poder central do Império (Hespanha 2001). Nesse sentido, moradores que se engajavam na câmara de Belém buscavam fomentar uma elite política preocupada em manter os privilégios e hierarquias sociais locais (Feio 2013). Os camaristas de Belém também se manifestaram acerca da epidemia e seus desdobramentos. Por exemplo, em 1749 os vereadores enviaram uma carta ao rei, e nela destacavam a mortalidade na “escravatura” e seu desdobramento na fragilização da exploração econômica e sustento dos proprietários. Diferentemente da narrativa do jesuíta José de Moraes, o documento se empenhava em valorizar os moradores da capitania como os principais atingidos pelo contágio.

Embora referendassem a ideia de que a maior parcela dos mortos estava entre os índios, a missiva caminhava para uma diferenciação entre mortos e necessitados. Os falecidos, no caso os indígenas, poderiam ser substituídos através das Tropas de Resgate²⁴. Segundo os vereadores, o estado de “miseria e penúria” da capitania era fruto do “maior estrago na escravatura”. Não seriam os índios os necessitados de amparo, mas sim os moradores. Caberia a Coroa auxiliá-los, “pois a mayor parte das fazendas hoje se achão despovoadas”²⁵. Nesse esforço de reivindicação do apoio de Lisboa, a ênfase da crise produtiva da capitania ganhava outro desdobramento: a decadência da real fazenda. Ou seja, a Coroa passava a figurar como potencial vítima da epidemia. E o era justamente por depender da iniciativa dos moradores para se fazer presente e explorar o norte da América.

Nesse sentido, os vereadores reclamaram da demora na resposta do rei: “já em monção passada de 1749 escreverão os oficiais da câmara deste senado a V. Mag^c dando conta do lamentável estado em q se acha esta cidade e suas anexas por cauza de hua rigorosa epidemia...”²⁶. Em 1750, diante da coroação do novo monarca, enviaram outra missiva a Lisboa e mais uma vez denunciaram o estado precário da cidade de Belém “e suas anexas”. Reforçavam o argumento de ser o maior estrago na “escravatura”

²⁴ Tropas de Resgates eram expedições militares que visavam negociar com algumas tribos aliadas índios que haviam sido presos em guerras intertribais, os chamados “índios de corda”. Com o passar dos anos, tais tropas passaram a ser simplesmente de apreensão de índios dispersos na floresta, fossem ou não “índios de corda” (Guzman 2012).

²⁵ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 30 de maio de 1749, ex. 31, doc. 2917.

²⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 15 de setembro de 1750, ex. 32, doc. 3001.

e conseqüentemente teriam suas “culturas e lavouras” sem “benefício algum”²⁷. E mais, a fazenda real efetivamente encontrava-se afetada. O discurso invocava a “devida providência q esperamos [os vereadores] na Real protecção”²⁸. Ainda segundo a carta, se os moradores e a real fazenda emergiam enquanto vítimas da epidemia, os “religiosos” seriam acusados de monopolizarem a mão-de-obra sobrevivente e com ela continuarem a exploração do cacau, cravo, salsa e manteiga de tartaruga²⁹.

A fala dos camaristas seguia no sentido de opor dois grupos que vivenciavam de maneiras diferentes o mesmo surto. De um lado os religiosos, que continuavam a explorar a força de trabalho indígena e a comercializar, no outro estavam os moradores com a escravaria diminuta e conseqüentemente uma reduzida capacidade produtiva. As duas cartas elaboradas em 1749 e 1750 discursivamente apresentavam a mortalidade indígena como incremento das lutas entre moradores e religiosos. E estabeleciam uma conexão entre as demandas dos moradores e os interesses da Coroa. Assim, construíam um subtexto onde o monopólio do trabalho indígena pelos religiosos não seria apenas um inimigo dos moradores, mas uma ameaça a fazenda real. Poucos anos depois, durante o reinado josefino, assistiríamos o empenho metropolitano em garantir a administração leiga dos aldeamentos e a expulsão dos jesuítas da Amazônia. No entanto, não reforçamos a ideia de que tais medidas josefinas foram fruto exclusivo da epidemia, pois seria negligenciar séculos de tensões na região e a política metropolitana para além do estado do Maranhão (Domingues 2000 e Maxwell 1996, 69-76). No entanto reforçamos a ideia de ser o contágio um ponto de comunicação e interesse comum entre metrópole e colonos do Grão-Pará, num esforço de transformar o monarca em aliado diante do cenário discursivamente construído – era preciso aproximar o rei da epidemia.

O ponto fulcral da argumentação era os desdobramentos da alta mortalidade indígena, foco que se justificava em parte pelas especificidades da região. Diferentemente do Estado do Brasil, o estado do Maranhão na viragem da primeira para a segunda metade do século XVIII se apoiava prioritariamente no trabalho indígena (Souza Jr. 2011 e Coelho 2005). O sucessor de Francisco Gurjão e irmão do futuro Marquês de Pombal não deixou de registrar a importância desses trabalhadores: segundo Francisco Xavier de Mendonça Furtado, “a subsistência das fazendas depende de

²⁷ Idem.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

gente para a sua cultura”. Os índios eram essa “gente”, fundamentalmente os que estavam sob a tutela dos missionários que administravam as aldeias e povoações³⁰.

Morador no Grão-Pará entre 1741 e 1757, o jesuíta João Daniel corria nessa mesma linha de argumentação ao destacar a força de trabalho indígena no provimento das mesas de colonos e religiosos, na grande qualidade do trabalho manual de artesãos, ferreiros e tecelões; na necessidade de deslocamento de colonos e missionários pelos rios amazônicos ou na manipulação de plantas medicinais (Daniel 1975, 224). Corroborou esta percepção Miguel de Bulhões, pois seu testemunho destacou as ações desesperadas de alguns moradores diante da “Lei de Liberdade Geral do Índio”; uns se suicidaram e outros fugiram para Caiena³¹.

Ao considerar o quadro de dependência em relação ao labor indígena, à disputa pelo controle da exploração desses braços e à alta mortalidade causada pelo contágio, Francisco Gurjão buscou ter audiência com religiosos e moradores de Belém: “ouvi dos Religiosos os lamentáveis efeitos da epidemia, q havia devorado grande parte dos índios das Aldeyas e quase todos os escravos de todas as fazendas dos Monocaes”. Dos moradores também ouviu lamentações:

*Hera mayor o clamor dos moradores [grifo nosso], porque dos escravos q possuião ficarão tão exaustos os que tinham muitos, como os q se servião com poucos; porque algumas fazendas populozas / como eu [Gurjão] testemunhei no Rio Guamá por onde passey recolhendo-me à Cidade / ficarão quaze despovoada, e mesmo sucedeu nas cazas desta Cidade ...*³²

A narrativa criava a imagem da epidemia com repercussões que alcançavam diferentes grupos e interesses. Seu texto agregava declarações de um administrador local, de religiosos e de moradores. Mas, embora vários interesses e declarações fossem citados, ao longo da composição de outros documentos o governador pontuaria grupos que se beneficiariam da epidemia e outros que necessitavam do auxílio real.

As vítimas e o real auxílio

A produção discursiva da epidemia nos coloca a possibilidade de problematizarmos pontualmente a relação de poder entre metrópole e América

³⁰ Carta de 28 de novembro de 1751 (Mendonça 2005, 115).

³¹ BNP, Coleção Pombalina, F. 318, 13 de outubro de 1755.

³² AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

lusitana. No início dos anos 2000 ganhou força na historiografia a ideia de um Sistema Corporativo marcado por decisões jurídicas pautadas em sensibilidades locais, que muitas vezes poderiam se distanciar do que era praticado no reino (Hespanha 2007, 57). Essa percepção da esfera jurídica fomentou análises de historiadores que tendiam a ressaltar uma fragilidade da presença da Coroa no domínio de sua “periferia”, como também valorizava trajetórias de enriquecimento e políticas que passavam ao largo do centro do Império, naquilo que se chamou de “Antigo Regime nos Trópicos” (Fragoso *et al.* 2001). Por outro lado, a negociação entre reino e conquistas, “centro e periferia”, não ocupava um lugar formal dentro da estrutura administrativa do Império; ou seja, em Lisboa os colonos ou seus representantes não tinham voz ativa – caso diverso do Império Hispânico (Fragoso 2017, 83).

A construção da “retórica da epidemia” nos mostra que a presença do rei era reivindicada pela “periferia” e nos apresenta outra possibilidade de comunicação, não limitada a uma estrutura formal. O contágio era um viés não linear de comunicação e pressão política exercida por moradores, vereadores e administradores locais. Uma polifonia de reivindicações e respostas pode ser visualizada no conjunto de correspondências trocadas entre os dois lados do Atlântico. Não apenas missivas, mas resoluções reais mostravam a Coroa reconhecendo a gravidade do problema. Entretanto, as soluções propostas não eram as solicitadas por parte dos moradores da capitania, em especial no que concerne a resistência do monarca à intensificação da captura e escravidão indígena.

Havia um continuado esforço de convencer Lisboa de que os domínios reais estavam sob ameaça e que se fazia necessário a real intervenção. Por outro lado, a epidemia em si era vista pelas autoridades metropolitanas como oportunidade de fortalecimento das diretrizes do reino. Nas palavras da instrução secreta ao novo governador do Maranhão, Francisco Mendonça Furtado, que vieram diretamente do rei: “a Epidemia que matou tantos Índios, os anos passados; dá ocasião a mudarem de método, e facilitar-se a pratica do que vos acima aponto [convencer os moradores a utilizarem escravos africanos], com o qual os Índios possuem gozar da sua liberdade nos poucos que Restão daquele grande contagio [...]”³³. A liberdade dos indígenas já havia sido matéria de “varias leys pelos Senhores Reys meos Predecessores”³⁴, mas, até então não acatada. Era ocasião para efetivá-la.

³³ BNP, Coleção Pombalina, F. 348, 30 de maio de 1751.

³⁴ Idem.

A análise das missivas trocadas entre Belém e Lisboa nos aproxima de um formato de relação de poder da administração hispânica na América, pois, pelo menos até a primeira metade do século XVIII, a autoridade espanhola não fluía do centro para as periferias e sim constituía um conjunto de negociações e barganhas que envolviam ambos os lados (Phelan 1960). E por mais “auto-suficientes” que fossem as colônias, estas não estariam fechadas em si mesmas e constituíam uma imbricada rede de relações internas e externas. Mesmo com o aparente fortalecimento da elite administrativa local, o poder central criou formas de intervir em suas colônias, e tais intervenções muitas vezes eram solicitadas pelas próprias autoridades locais – espaço onde o rei se beneficiava para governar (Ceballos 2009).

Esse relativo equilíbrio de forças e forma de assegurar a ingerência do rei foi redimensionado com o reinado dos Bourbon, empenhado na modernização da economia e das instituições espanholas. Apresentando um esforço centralizador, Madrid intensificou a pressão para que as colônias trabalhassem diretamente para a Coroa e limitou os privilégios da América. Concomitantemente, as tensões entre metrópole e colônias espanholas foram reforçadas por fatores associados às epidemias e à alta mortalidade indígena. Com a crise na oferta de mão-de-obra houve queda na produção de alimentos e o conseqüente aumento de preço destes, gerando nas cidades revoltas políticas que corroboravam o cenário de instabilidade política favorável a independência americana (Bethell 1991).

Para termos de comparação lembramos que por ocasião da epidemia também houve a denúncia do aumento nos preços dos alimentos no Grão-Pará: “e por esta causa [a epidemia] se tem experimentado huma fome de farinhas [...] e nesta proporção todos os mais viveres se reduzirão mayor carestia...”³⁵. Não encontramos referência de revolta relacionada diretamente aos desdobramentos do contágio no Grão-Pará. Para este fenômeno especulamos que a própria perspectiva de o socorro vir de Lisboa atenuaria o clima de insatisfação com a Coroa.

De uma maneira mais geral, a descrição de argumentos sustentados nas cartas do governador Francisco Gurjão, vereadores e moradores justificava que a doença criara um grupo de necessitados do amparo real: os colonos. E este socorro deveria vir na forma do incremento na oferta da mão-de-obra, principalmente através de expedições de “Resgate” e secundariamente do envio de trabalhadores externos, os africanos.

³⁵ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2982.

A partir do que havia visto e ouvido pessoalmente, o governador reivindicava o amparo de D. João V. Propunha o financiamento pelo erário régio da entrada de carregamentos de escravos vindos da Costa da Mina, de Guiné e de Cacheu. Este fornecimento deveria ser financiado por três ou quatro anos e os moradores pagariam posteriormente os escravos adquiridos – caso não pudessem, teriam hipotecadas suas fazendas. Segundo ele, os “pretos” seriam mais resistentes aos contágios do que os índios³⁶. Em 1750, o Conselho Ultramarino se manifestou e acatou a suposta gravidade das consequências da epidemia no estado do Maranhão e os escravos africanos como solução – com indicação de financiamento pelo capital privado³⁷.

Entretanto, Francisco Gurjão não acreditava na solução por ele mesmo apontada. Em carta escrita em setembro de 1750 ao secretário Gaspar da Encarnação, o governador dizia textualmente que mentiu:

[...] na dita carta não fallo em Tropa [de Resgate], por q sey que no Conselho [Ultramarino] falarse hoje nesta matéria he, além de infrutífera deligencia, arriscar muito o credito, pois entendem que so serve para utilidade dos q governão, e por esta cauza só aponta o meyo dos prettos da Costa da Mina [...]³⁸.

Talvez tentasse contornar as diretrizes associadas ao Conselho Ultramarino e buscar apoio direto de D. João V, manobra que não seria novidade na administração joanina – o monarca com bastante frequência não seguia as orientações do Conselho (Silva 2006, 173). Porém, devemos salientar que, a partir do decreto de 23 de maio de 1742, o governo do Império foi formalmente entregue à rainha e na prática exercido pelo cardeal da Mota, depois sucedido pelos padres Carbone e Marco Antonio de Azevedo Coutinho (Silva 2006, 204). Os dias iniciais do governo de D. José I significaram a perda da influência de Gaspar da Encarnação (Monteiro 2006, 50-51), sendo setembro justamente o mês da aclamação do novo rei. Ou seja, a estratégia de Francisco Gurjão errou no *timing* em relação a importância de Encarnação, mas não a intensificação da perda de influência do Conselho e a valorização das Secretarias de Estado (Bicalho e Costa 2017, 139-141).

³⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, ex. 31, doc. 2910.

³⁷ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 16 de setembro de 1750, ex. 31, doc. 2976.

³⁸ ANTT, Ministério do Reino, maço 597, doc. 02.

Não era apenas um representante real, no caso o governador, a recorrer à Coroa como instância última de auxílio e responsável por medidas para atenuar as supostas consequências do surto. Também havia religiosos, como o bispo Miguel de Bulhões que solicitou auxílio real e ao mesmo tempo criou a imagem do clero secular como mais uma vítima da epidemia. Em carta ao rei afirmou que encontrara a catedral de Belém em estado precário, feita de madeira e coberta com palha. A obra da reforma havia sido iniciada anteriormente, mas fora interrompida ainda em 1748, “sendo a causa dela parar a epidemia universal, que padecerão os Índios desta cappitania...”³⁹. Por isso, solicitava à Sua Majestade recursos para a continuação da construção da Igreja Matriz, pois sem dinheiro não teria como adquirir os escravos necessários para o “adiantamento da obra”, e destacava que as aldeias não poderiam socorrê-lo pelo “lamentável estado que experimentarão os Índios com esta epidemia...”⁴⁰. O bispo fez um novo pedido de recursos ao rei através de outro documento do mesmo ano:

Como o suplicante talvez em castigo das suas abomináveis culpas, chegou ao seo Bispado [do Pará] em huma conjuctura tão funesta, que achou todo este Estado reduzido a ultima miseria, por cauza de huma universal Epydemia, razão porque são tantas as petições dos pobres, que já não tem com que socorrer [...].⁴¹

O religioso também se apoiava na pestilência para fazer solicitações e se apresentar como dedicado administrador: “[...] porque entre tanta miséria, fome e pobreza, que depois da epidemia tem padecido esta terra, não parou a obra da Sé [...] com admiração de todo o Povo, que no meyo de tanta consternação, julgava por impossível a subsistência da obra”⁴². O bispo destacava a epidemia enquanto ameaça à propagação da fé católica na região e as dificuldades encontradas para a construção do significativo monumento da presença da Igreja. Mesmo fazendo uma rápida menção a incapacidade das aldeias em fornecer trabalhadores, avançava salientando principalmente os problemas enfrentados pelos seculares em Belém. Nessa perspectiva, os missionários combatiam os efeitos da epidemia dentro dos aldeamentos; já o clero secular enfrentava os desdobramentos da doença que literalmente batiam à porta da igreja nas vilas e na cidade. A imagem de administrador empenhado e súdito fiel ao rei parece que lhe

³⁹ ANTT, Ministério do Reino, maço 598, doc. 01.

⁴⁰ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 20 de setembro de 1749, cx. 31, doc. 2927.

⁴¹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 20 de setembro de 1749, cx. 31, doc. 2925.

⁴² ANTT, Ministério do Reino, Maço 598, doc. 01.

rendeu frutos, pois em 2 de outubro de 1754, quando Mendonça Furtado partiu rumo a Mariuá no Rio Negro nas expedições delimitadoras de fronteira, Miguel de Bulhões assumiu provisoriamente a sede do governo, com prerrogativa de tomar decisões urgentes sem a anuência do governador do estado.

A câmara de vereadores de Belém também reforçava a ideia de calamidade causada pela epidemia e a necessidade do auxílio real. No ano de 1749, em carta ao rei, os vereadores foram taxativos sobre o estado da capitania do Grão-Pará: “mizeria e penúria”⁴³. O discurso enfatizava a principal consequência da epidemia: “o maior estrago é na escravatura”. Segundo os camaristas, a carência na oferta da mão-de-obra gerava uma crise produtiva nas fazendas, onde as roças não seriam cultivadas e as drogas do sertão ficariam sem colheita. Esta crise por sua vez significaria a decadência da capitania e da fazenda real. Diante deste cenário pediam a autorização do monarca para repovoar as fazendas com escravos obtidos através das Tropas de Resgate. E “como este Remedio não seja ainda bastante para a reforma de tantos milhares de escravos q perecerão nesta peste, rogamos a V. Magestade se digne [grifo nosso] mandar alguns navios de Pretos escravos”⁴⁴. Os escravos africanos deveriam ser financiados pela Coroa e distribuídos entre os moradores e deveria ser dado um prazo de “alguns annos para a satisfação do valor”⁴⁵.

Os vereadores reforçavam a ideia dos moradores como vítimas da epidemia. Ao mesmo tempo, suas argumentações oscilavam entre a súplica e a ameaça ao rei. Em 15 de setembro de 1750 a câmara reiterou sua queixa e pedidos. No entanto o requerimento foi mais agressivo na descrição das tensões entre moradores e missionários, e nele o monarca sofreria uma ameaça velada: se “este pio e justo requerimento [de Tropas de Resgate] hê serto, por V. Magestade a todo este povo em uma grande consternação, q poderia desertar já como desexperado...”⁴⁶. O despovoamento, na iminência de acontecer, significaria uma ameaça ao domínio de Portugal na região.

A viragem da primeira para a segunda metade do século XVIII foi marcada pela assinatura do Tratado de Madrid, que versava sobre a relação entre posse da terra e colonização. Era preciso garantir as fronteiras, não

⁴³ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 30 de maio de 1749, cx. 31, doc. 2917.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 15 de setembro de 1750, cx. 32, doc. 3001.

apenas com incursões militares ou fortalezas, mas com a criação de vilas. A posse de um território tendia a ser confirmada por ocupação, apoiada na presença de colonos e na exploração econômica da região. Na elaboração do acordo, frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão foram figuras destacadas nas negociações entre Portugal e Espanha (Couto s/d). O primeiro havia recebido uma carta do governador Francisco Gurjão, cujo conteúdo pontuava o perigo do despovoamento pela epidemia. Já o segundo, que compunha o Conselho Ultramarino nos anos finais do reinado joanino, sugeriu ao rei que intensificasse o processo de colonização do Maranhão, e mais especificamente da área atingida pelo contágio: para tanto, indicava a entrada de carregamentos de escravos e de casais açorianos⁴⁷. Definitivamente o ano de 1750 não era um bom momento para que os moradores abandonassem suas fazendas e engenhos. E não apenas pela assinatura do Tratado de Limites, mas também pela subida de D. José I ao trono e pelo esforço de seu gabinete em redimensionar as bases desse Tratado (Couto s/d, 1605 e Sobral 2004, 75).

Aos olhos do recém-coroadado monarca, os missionários continuariam sendo acusados de se beneficiarem da epidemia. O eixo central da acusação era de que em meio a mortalidade os regulares permaneciam a comercializar, e o monopólio da produção permitiria um aumento nos preços dos gêneros. Denunciavam a manutenção das canoas destes religiosos abastecidas de 60, 70 ou 80 índios, “para as facturas de cacao, cravo, salça e cravo fino e tartarugas, manteygas e peixes secos”⁴⁸. Acusavam os missionários de quererem o “povo, para lhe tirarem o sangue”⁴⁹. A epidemia teria criado um contexto, segundo os vereadores, onde “só os Religiozos he q tem excravos além das Aldeyas q lhe estão subordinadas”⁵⁰.

Francisco Gurjão corroborava a citada denúncia. Na carta ao rei D. João V, o governador foi sutil ao pontuar que os moradores sofriam mais com os efeitos da epidemia que os religiosos. Mas, em carta de 14 de setembro de 1750, destinada ao “amigo” e confidente “Reverendíssimo” Gaspar da Encarnação⁵¹, não poupou críticas aos “religiosos”, pois estes “presentemente são senhores de tudo”. E o eram pelo controle da mão-de-obra indígena: “por que com a epidemia [...] ficarão estes moradores tão distituidos

⁴⁷ AHUPR, Capitania do Maranhão, 15 de maio de 1750, cx. 31, doc. 3213.

⁴⁸ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 15 de setembro de 1750, cx. 32, doc. 3001.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ ANTT, Ministério do Reino, Maço 597, doc. 02.

de servos, q nem os tem para lhe plantarem o annoal sustento”⁵². Esta carência de plantações fazia com que os moradores tivessem que comprar nos Conventos “a Farynha, Legumes, Azeytes, Manteygas, Peyxes, e Tartarugas por avultados preços, por q quando os moradores tinham os seus escravos, por estes se acostumarão prover, e por esta forma vem a ficar todo o dinheiro, q circula neste Estado em poder dos Relligiosos”⁵³. E ainda afirmou que os responsáveis pelas aldeias de índios não forneciam trabalhadores para que os moradores equipassem suas canoas e partissem para a colheita das drogas no sertão. E por isto se “tem os Relligiosos feyto absolutamente senhores das drogas [...] como bem poderá provar examinando a todos os sugeytos, que agora carregão, cacau, café, cravo e salsa e óleos, q confeçando a verdade afirmão q tudo comprarão ou por outra forma haverão dos Conventos”⁵⁴. Acusava os missionários de não cumprirem o Regimento das Missões (Mello 2009) ao terem mais de 25 índios disponíveis aos seus interesses particulares. Denunciava os padres da Companhia de Jesus, que não obedeciam a real ordem de destinar índios para a condução de gado para o açougue e vendiam a carne no Colégio Santo Alexandre com preços superiores ao do açougue⁵⁵.

Francisco Gurjão buscou apoio numa destacada figura dos dias finais do reinado joanino. Ação que ganhava mais sentido quando se consideram as tensões entre Gaspar da Encarnação e os padres da Companhia de Jesus – opositores, principalmente pela querela “sigilista” (Monteiro 2006, 43). Num texto de circulação mais privada, o governador enveredava por argumentos que nos ajudam a perceber diferentes relações e alcances da epidemia. Em primeiro lugar, o índio não era considerado em sua própria existência, mas somente enquanto força de trabalho. Seu contágio só era apresentado enquanto problema quando significava a diminuição da produção de alimentos e da colheita de drogas do sertão. Os moradores se viam acossados pela fome e impossibilitados de explorarem suas fazendas e os sertões. Os religiosos, que no decorrer do texto são atrelados aos missionários e em especial os padres da Companhia, foram apresentados como aqueles que se beneficiavam da epidemia.

O discurso avançava sobre diferentes administradores, moradores, vereadores, religiosos até alcançar a Coroa, que supostamente também

⁵² Idem.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Idem.

estaria ameaçada pelo contágio. Era preciso convencer o rei e transformá-lo em aliado, um rei distante fisicamente, mas que se constituía enquanto figura fundamental nos jogos de poder na capitania. Francisco Gurjão, no que foi seguido pelos vereadores, se esforçava em destacar que os problemas causados pela doença poderiam atravessar o Atlântico e ancorar na sede administrativa do Império:

Desta futura decadência a q este Povo fica sujeito resultará as Rendas de V. Magestade hua tal diminuição, que nesta Provedoria não haverá com q suprir aos pagamentos ordinários a q está aplicado o Rendimento dos Dízimos, q costumão sair da colheyta; que fazem os moradores [...] e como muy importante aos Reais Dominios de V. Magestade nesta America o manter estas capitánias com os prezídios necessários, e abundancia de moradores, q formão os Corpos Auxiliares para deffença da Marinha por ser este Estado confinante com Colonias de potencias estrangeyras [...].⁵⁶

O trecho citado enfatizava os perigos que a epidemia poderia causar à Coroa. Podemos destacar ainda o tempo verbal utilizado por Francisco Gurjão ao designar tais ameaças, o futuro: “resultará”, “não haverá” ou mesmo a expressão “desta futura decadência”. Ou seja, ainda era possível que o rei tomasse providências e “socorrer com seo poderoso brasso a este aflitíssimo Povo...”⁵⁷. As fronteiras da Amazônia lusitana e a queda econômica da região estavam ameaçadas pela pestilência, no entanto eram ainda passíveis de salvação. Explicitamente a relação de dependência entre o rei e seus súditos era reforçada: cabia ao monarca promover o auxílio para aqueles que na prática lhe garantiriam a posse do território e o fomento da fazenda real.

Números, natureza e povoamento

Francisco Gurjão avançava em evidenciar quanto devastadora seria a doença para a exploração e povoamento da capitania; para tanto marcou boa parte da documentação que produziu com os números dos índios mortos. Denunciou os missionários como grupo empenhado em atenuar diante do Conselho Ultramarino a gravidade da epidemia e com isso impedir a intervenção real através da montagem de Tropas de Resgate. Seguiu afirmando que tal permissão significaria o fim do monopólio comercial dos religiosos⁵⁸.

⁵⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ ANTT, Ministério do Reino, Maço 597, doc. 02.

Evidenciava uma preocupação relacionada à precisão dos números, como instrumento para combater as “sinistras informações” que tentavam minimizar o quadro de mortos causado pela epidemia. O que lhe fez entrar “na diligencia de saber formalmente o número de pessoas que morrerão...”⁵⁹. A contagem do alcance da mortalidade se transformava em arma argumentativa, uma forma de angariar apoio e resistir aos que atenuavam as cores da pestilência.

Após sua chegada à Belém no início de 1749, Francisco Gurjão *não* se deslocou para outras áreas da capitania, o que lhe fez experimentar o auge da epidemia dentro da perspectiva dos habitantes da cidade. O esforço de mensurar o alcance da doença foi traduzido em número de mortos e privilegiou a capital do Grão-Pará. A contagem ocorreu durante a Semana Santa, época em que muitos colonos deixavam suas fazendas e engenhos e se recolhiam às suas casas na cidade. Lembrava ainda um documento anônimo que muitos moradores só retornavam a elas em duas datas ao ano; durante a Quaresma e no período de chegada dos navios da Corte⁶⁰.

Em abril de 1749, aproveitando uma dessas ocasiões, o governador ordenou aos oficiais militares que fizessem a contagem de mortos a partir dos fogos de Belém. Descreveu que das 900 casas apenas 450 estavam habitadas, indício da preferência dos moradores em se isolarem nas suas fazendas. E lhe foi apresentado o número de 4900 pessoas falecidas na cidade e nas roças. Atribuiu as distâncias e a continuação da doença como pontos que dificultavam a exatidão no cômputo dos mortos. A distância, por exemplo, impediu a vinculação da quantidade de óbitos de toda a capitania do Grão-Pará. Soma-se a esta imprecisão de informações os dados relacionados às capitanias de Cameté e Caeté. Francisco Gurjão afirmava que continuaria esperando números mais precisos⁶¹.

No ano seguinte, o governador parecia ter mais confiança no numeramento de mortos como instrumento de refutação à ideia de que o “contagio não tinha sido com aquela veemência”. Valorizaria a elaboração de listas organizadas por religiosos responsáveis pelas aldeias e que registraria nomes e números de índios mortos. Passaria a apresentar um repertório maior e mais detalhado de informações: nas fazendas dos religiosos da cidade de Belém e nas aldeias que enviaram a listagem de mortos, somaram-se 10 777 mortos; que deveriam ser somados aos 7600 óbitos relaciona-

⁵⁹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, ex. 31, doc. 2917.

⁶⁰ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 19 de fevereiro de 1750, ex. 31, doc. 3182.

⁶¹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, ex. 31, doc. 2910.

dos aos moradores da mesma cidade. No entanto, destacava que não foram contabilizadas as mortes “nas inumeráveis fazendas desta Capitania, nem nas villas da Vigia, Cayeté e Camutá, e as mais pessoas q andão desperças pelo Certão, q fazendo hua proporcionada conta, ou orsamento a todos hão de chegar a quarenta mil...”⁶². Eis o número que o governador passou a estabelecer como ponto de referência: 40 000 mortos pela epidemia. Este número foi repetido pelo mesmo governador em carta ao Frei Gaspar da Encarnação: “q por *exactas* (grifo nosso) informações q tirei, conta morrerão no contágio mais de quarenta mil pessoas...”⁶³.

Francisco Gurjão arremataria discursivamente a gravidade da epidemia a partir desse número, segundo o qual estava “bem certo q todos os sujeitos que nesta matéria /como Eu [Gurjão]/ falarem sem mais paixão q a verdade não há diferir desta conta”⁶⁴. Como viés para tentar se apropriar discursivamente das consequências do contágio (Matos e Silveira Sousa 2015), sua argumentação tratava o número como garantia de verdade e ausência de interesse⁶⁵.

O Conselho Ultramarino anexou e enviou ao rei uma das relações de mortos produzidas pelo governador⁶⁶. A busca da precisão contida nessa específica relação foi mais intensa. E o foi por trazer o nome de diferentes moradores e discriminar quantos escravos cada um havia perdido, incluindo também, em alguns casos, os membros da família que faleceram pelo contágio.

Outras estimativas conviveram com a proposição do governador, o que criou vários quadros de mortos. Segundo as *Notícia verdadeyra do terrível contagio* houve um esforço de mensuração dos que morreram: “Dezejosos todos de saberem o numero dos mortos, principiarão a extrahir memorias dos Reverendos Parochos das duas Freguezias, a Sé, e o Rosario da Campina [em Belém]...”⁶⁷. Ainda segundo a *Notícia Verdadeyra*, a contagem não considerava “todos os escravos dos Conventos, da Vigia, Cameta, como também das fazendas dos Rios Guamá, Guacará, Moju, Majuaai, Capim, e

⁶² AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

⁶³ ANTT, Ministério do Reino, Maço 597, doc. 02.

⁶⁴ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2917.

⁶⁵ Massimo Livi-Bacci (Livi-Bacci 2012, 143-161) destaca a dificuldade de contagem demográfica da população indígena dispersa e ao mesmo tempo questiona o papel protagonista da varíola na diminuição do contingente populacional indígena na América. Antonio Otaviano Vieira Junior e Roberta Martins (Vieira Jr. e Martins 2015) avançam na análise sobre o impacto populacional da epidemia, incluindo a dispersão espacial e temporal das mortes.

⁶⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 16 de maio de 1750, cx. 31, 2976.

⁶⁷ BNP. *Notícia verdadeyra do terrível contagio...*, op. cit.

outros muitos”⁶⁸. O número estimado pela Notícia foi de quinze mil mortos, nos anos de 1748-1749, “com a mayor certeza”. No entanto chamava a atenção para a impossibilidade de considerar os mortos nos sertões, que não poderiam ser contados devido à “impenetrabilidade dos matos”, o que tornava “impossível fazer especifica memória” (cf.: Livi-Bacci 2012, 143). Em fevereiro de 1750 o rei D. João V receberia uma carta anônima dando sugestões para a administração do estado do Maranhão; no documento destacava: “na occazião de hua epidemia em que se julga morrerão mais de vinte mil índios de ambos os sexos entre escravos e livres”⁶⁹. Posteriormente, o jesuíta João Daniel, ainda na década de 1750, ao lembrar-se do efeito devastador da doença fizera referência a uma estimativa de 30 000 índios mortos nas missões: como “testemunhou um governador [Francisco Gurjão]” (Daniel 1975, 283). Frei João de São José Queiroz, bispo do Grão-Pará entre os anos de 1760 e 1763, ao falar da diminuição do plantel de escravos de um proprietário, lembraria: o “sarampo matou mais de 600 000 almas”⁷⁰. Os números eram divergentes, mas em comum buscavam destacar a intensidade do alcance da epidemia.

Os números também fortaleciam aspectos da “retórica da epidemia” atrelados à preocupação com o despovoamento da região. O surto faria a capitania assistir a diminuição da sua população, incluindo a cidade de Belém: “[as casas desta cidade] aonde as mais bem livradas, apenas ficarão só com os Senhores dellas, tratando dos poucos enfermos q lhe restavão, e depois de enterrarem a dez, vinte e mais escravos de q se servião”⁷¹. O discurso reverberava no próprio Conselho Ultramarino em Lisboa. Por exemplo, o conselheiro Fernando José Marques Bacalhau, em maio de 1750, ao tratar dos danos causados pela epidemia afirmou: “Todos os povos de Portugal que se transplantasse ao Estado do Maranhão poderão povoar mal a extenção de duzentas e outenta Legoas de circuito [...] quanto mais cresce a povoação nas nossas colônias, tanto mais se diminue nas nossas terras...”⁷². A fala entrava em sintonia com as preocupações do governador Francisco Gurjão.

O discurso do governador, aliado muitas vezes aos moradores, corria no sentido de destacar que o já delicado processo de colonização do estado do Maranhão sofreria um recuo, em especial na capitania do Grão-Pará.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ AHUPR, Capitania do Maranhão, 19 de fevereiro de 1750, ex. 31, doc. 3182.

⁷⁰ (*Memorias de Frei João de São Joseph Queiroz Bispo do Grão-Pará* 1868, 198).

⁷¹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, ex. 31, doc. 2910.

⁷² AHUPR, Capitania do Maranhão, 15 de maio de 1750, ex. 31, doc. 3213.

Este retrocesso se revelava a partir da diminuição dos habitantes da capitania e na crise na produção agrícola. Segundo Francisco Gurjão, fazendas que tinham mais de 50 anos e que com “grande trabalho se fizerão” suas plantações, se viam predispostas a produzirem somente “matto” e se reduzirem “no breve espaço de dous anos [...] a espessura serrada, só capaz de habitação de feras”⁷³. Esta conclusão fora tirada a partir da conjunção de alguns fatores: o primeiro deles era a falta de “operários para a cultura das plantas” e o outro era a “qualidade e constituição do clima”⁷⁴.

Ao mesmo tempo, no discurso do governador era feita referência à agricultura. Francisco Gurjão se mostrava preocupado com as fazendas, onde o cultivo do solo significou muito trabalho e por longo tempo – “mais de 50 anos”. Ao apontar para problemas relacionados ao plantio, valorizava a agricultura e não apenas o extrativismo. Esforço materializado no investimento no plantio de cana-de-açúcar e do tabaco, ou nas fazendas voltadas aos seus cacauais, que foram incentivadas pela Coroa desde o século XVII, ressaltamos ainda que a partir da década de 1730 o cacau passou a ter grande destaque na pauta de exportação do estado do Maranhão (Chambouleyron 2010). Nos anos posteriores a 1750, o delta do rio Amazonas se configurará como área de produção agrícola, em especial da rizicultura (Marin 2005). O governador presenciou e interagiu com a composição de um cenário onde a agricultura se firmava como destacada atividade econômica.

Por insistir em voltar ao seu estado original, a natureza traduzida nas palavras “clima” e “matto” era outro obstáculo para efetivação da colonização, só vencido a custa de “grande trabalho”. Era preciso continuada exploração das terras, apoiada nos braços indígenas para vencê-la⁷⁵. Seguindo o discurso do governador, a natureza se tornaria vitoriosa ao não ser explorada por colonos. Francisco Gurjão denunciava que pela “falta de índios” os moradores não poderiam explorar as drogas do sertão, que “ficarão perdidas sem poderem servir a utilidade publica”. O trabalho indígena, ou a ausência dele, colocaria em xeque o desenvolvimento da região e a vitória sobre a natureza. Acusava o governador “como já succedeo o presente anno [1749], q alem de não poderem subir [os moradores] aos Rios do Sertão e aproveitar a safra nem ainda os fructos produzidos nas suas fazendas poderão colher e as vistas dos seus próprios olhos integralmente

⁷³ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ A ideia de uma generosa natureza que necessitava da intervenção do trabalho indígena para tornar a vida melhor na Amazônia estava na fala de alguns religiosos, bem como no discurso do jesuíta João Daniel (Costa 2007) e na noção de natureza na Amazônia (Kettle 2010).

se arruinarão”⁷⁶. Sem labor a empreitada de colonização e exploração da capitania estaria ameaçada (Alden 1968, 87). Este cenário levaria aos moradores a duas opções: “abandonar o paiz desesperados ou se desporão a acabar nelle na ultima miseria”⁷⁷.

A valorização da agricultura e o enfrentamento da natureza também poderiam ser difundidos pelos moradores da capitania do Grão-Pará. Por exemplo, Luiz Correia da Fonseca reclamou ao rei a falta de escravos, em agosto de 1748; sua fala apontava para a diminuição de trabalhadores como resultado de “lhe terem morrido huns e fugidos outros, cauzado tudo pelos grandes contágios de Bexiga que na terra tem havido...”⁷⁸. Ao apontar a epidemia como problema, também propôs a solução: descer do sertão cem casais de índios a sua própria custa, se comprometendo a assumir o pagamento de salário e a educação destes: “trazellos para os seus Engenhos, como Pessoas Livres isentas de todo o cativoiro, com a obrigação tão somente de assistirem e trabalharem nos tais Engenhos”⁷⁹. Ao reivindicar esta autorização, Luiz destacava que era proprietário de um Engenho Real de açúcar, localizado no “rio Guajará” capaz de produzir três mil arrobas de açúcar, “em que V. Magestade que Deos guarde, ou seus rendeiros podião ter mais de trezentas arrobas de asucar de dízimos anualmente além da ampliação do comercio...”⁸⁰. As possíveis vantagens proporcionadas pela produção do Engenho estariam ameaçadas. Caso não houvesse a permissão real para os descimentos, o Engenho estava fadado a ser tomado pelo “mato, e tem custado muito ao suplicante a por o dito engenho no estado em que se acha moente e corrente”⁸¹. Ou seja, travando uma batalha contra o “mato”, o morador chamava atenção ao fato de que a natureza parecia querer retomar a posse do Engenho, avanço este que só poderia ser combatido com o dispêndio de recursos que viabilizasse a inserção de novos braços. Mais uma vez a epidemia era utilizada para justificar a intensificação da utilização do trabalho indígena, mesmo sob o eufemismo do suposto pagamento de salário e da “educação” destes trabalhadores.

Em outra carta, que foi enviada ao então Secretário de Estado e dos Negócios do Reino Pedro da Mota Silva, Francisco Gurjão reiteraria a epidemia como inimiga da efetivação de diretrizes vindas de Lisboa. E mais

⁷⁶ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, ex. 31, doc. 2910.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 29 de agosto de 1748, ex. 30, doc. 2887.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Idem.

precisamente deixava claro que não poderia obedecer as ordens reais de viabilizar expedições delimitadoras de fronteira. E o não poderia pelo fato de as expedições de reconhecimento envolverem um número significativo de pessoas, incluindo geógrafos e engenheiros, que exigia “a factura de Rossas para sustento de muita gente”⁸². E era “quazi impossível, em Razão da falta q se experimenta nos Índios por cauza do Contágio próximo, q matando a mayor parte deles [Índios] reduzio tudo a consternação quase invencível”⁸³. Aqui, não apenas os esforços associados as tensões gestadas pelo Tratado de Madrid sofreriam a suposta interferência da epidemia; também o governador usou o surto como justificativa para o descumprimento de uma ordem real direta⁸⁴.

Gurjão destacou ainda que haveria uma redução nas rendas reais, o que impossibilitaria o pagamento das custas administrativas. O despovoamento seguido da diminuição da produção, do avanço do “mato” e da fuga dos moradores significava uma ameaça: aos “Domínios de Vossa Magestade nesta America o manter estas Capitánias com os prezídios necessários e abundancia de moradores q formam os Corpos Auxiliares para a defeza da Marinha”⁸⁵. Pairava a sombra da invasão estrangeira “q poderão se aproveitar da debilidade de nossas tropas para se animarem para algum projeto que perturbe nossa conservação”⁸⁶. As tropas reduzidas e as tensões de fronteiras com problemas de demarcação reforçavam a perspectiva de território ameaçado.

No jogo argumentativo para destacar a gravidade do mal, os vereadores da cidade de Belém também utilizaram a ideia de fragilização da posse do território e a diminuição dos dízimos reais. Em maio de 1749, numa carta ao rei D. João V, os camaristas destacavam a decadência do real erário como desdobramento do estado das fazendas que “hoje [30 de maio de 1749] se achão despovoadas...”⁸⁷. Um ano depois, os mesmos vereadores reiteraram suas queixas e solicitações, mais uma vez corriam no sentido de apontar a “grande falta e prejuízo a real fazenda de V. Magestade...”⁸⁸, causada pela

⁸² AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 02 de setembro de 1750, cx. 32, doc. 2988.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 26 de abril de 1749, cx. 31, doc. 2910.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 30 de maio de 1749, cx. 31, doc. 2917.

⁸⁸ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 15 de setembro de 1750, cx. 32, doc. 3001.

epidemia, que deixou “a mayor parte dos Engenhos e mais fazendas se vem hoje [15 de setembro de 1750] despovoadas...”⁸⁹.

Ainda em 1750, um mês antes da missiva dos vereadores, o governador enviou ao rei um documento onde descrevia que a epidemia continuava afligindo “todos os moradores desta capitania [Grão-Pará]”, pois a morte dos escravos os impedia de “apanhe[ar] os fructos das fazendas, q são todos os seus haveres [dos moradores] ... nem que lhes faça as mais lavouras, q nestas terras não se pode dispençar...”. Continuaria expondo o estado específico das fazendas situadas no rio Guamá: “achei q na mayor parte delas se tinha perdido o cacao, e café por falta de servos...”⁹⁰. Francisco Gurjão apontou para o despovoamento de trabalhadores, fruto da epidemia, que colocava em xeque os dois principais gêneros de exportação da capitania à época: cacau e café. Desenhava-se uma queda na produção de gêneros para exportação e alimentação, na arrecadação alfandegária e na capacidade de defesa militar do território lusitano no norte da América.

Finalizando...

Apresentar, escrutinar e duvidar dos argumentos que compuseram uma suposta “retórica da epidemia” foi tarefa que nos impusemos nesse artigo. Através do governador Francisco Gurjão até o rei, passando por moradores, vereadores, religiosos, anônimos, administradores locais, Conselho Ultramarino e o bispo Miguel de Bulhões, assistimos o recrudescimento da longa luta pelo controle da mão-de-obra indígena. O acirramento das tensões se justificava em parte pela alta mortalidade da principal força de trabalho da região, gerada nos três anos de surto.

A disputa pelo monopólio do trabalho indígena e sua inserção dentro da dinâmica de povoamento da Amazônia se arrastavam desde o início do século XVII – um conflito originado um século antes da epidemia, e já noticiado logo nos primeiros anos após a fundação de Belém (1616). Em 1625, por exemplo, a cidade fora tomada por uma série de tumultos ocasionada pela resistência dos moradores à proibição de administrarem as aldeias indígenas. Poucos anos depois, entre 1647 e 1649, os colonos se contrapuseram as novas diretrizes impostas por D. João IV, que visavam acabar com a escravidão indígena: silenciosamente adotaram estratégias que transformaram em “letra morta” a legislação vinda de Lisboa. Na década de 1680 um novo decreto real fortalecia as tensões entre os moradores e

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 13 de agosto de 1750, cx. 31, doc. 2982.

a Companhia de Jesus: os descimentos (expedições que visavam assentar em aldeias índios que viviam nos sertões) ficaram sob o monopólio dos jesuítas e o sistema de repartição dos índios tornava apenas um terço dos descidos destinados aos colonos. Na mesma década, mais precisamente em 1686, foi criado o Regimento das Missões que assegurava o controle religioso dos aldeamentos e o dividia entre diferentes ordens, medidas que tentavam diminuir o tráfico clandestino de trabalhadores indígenas e proibir a moradia de colonos nos aldeamentos – o Regimento gerou uma nova onda de insatisfação por parte dos moradores (Souza Jr. 2011). A partir dos exemplos citados podemos concluir que a epidemia não inaugurou tensões sociais relacionadas ao controle dos braços indígenas. Mas trouxe novos matizes para tais disputas.

No que concerne a epidemia de 1748-1750, a análise de 80 listas de mortos produzidas por diferentes párocos de diferentes vilas ou lugares apontou para 16 494 mortos pela doença⁹¹. Um impacto brutal na oferta de trabalhadores no Grão-Pará, considerando que a maior população indígena aldeada da capitania, entre 1770-1797, não excedeu 22 000 índios (Anderson 1999). A alta e rápida mortalidade significou a intensificação do velho problema da oferta de trabalhadores na América portuguesa setentrional.

A Coroa mantinha-se informada acerca do estrago causado pela epidemia. Tinha clareza que o surto poderia significar uma possibilidade de viragem na organização da utilização da mão-de-obra indígena e na inserção de outros grupos de trabalhadores. A epidemia não significava apenas a possibilidade de pressão por parte de moradores para o fortalecimento do uso do trabalho do índio, com a permissão e financiamento para formação de Tropas de Resgate. Mas, paradoxalmente, servia para o poder central metropolitano fortalecer a inflexão na política de uso do labor indígena, com a proibição da sua escravidão e a inserção de um novo contingente de trabalhadores vindo compulsoriamente da África. Em resumo, o rei tinha clareza da importância de uma “retórica da epidemia” para convencer os moradores a aceitarem o fim da escravidão indígena e ao mesmo tempo a imposição de um sistema produtivo baseado no trabalho africano.

A construção de um discurso apoiado muitas vezes em hipérboles e/ou omissões, aponta para aceitação do impacto da mortalidade do surto e a necessidade de medidas que atenuassem a suposta crise de mão-de-obra. Apesar de o conflito não ser novo, a pestilência trouxe novos matizes para

⁹¹ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 15 de setembro de 1750, cx. 32, doc. 3001.

a dinâmica produtiva do trabalho na região. E o fez ao opor claramente dois projetos.

De um lado postavam-se a Coroa nos anos finais da administração de D. João V e no início do reinado de D. José I, o Conselho Ultramarino, o Marquês de Pombal e o governador do estado do Maranhão, Mendonça Furtado. Esse grupo apostava numa “solução externa”, ou seja, na inserção de escravos vindos da África e de colonizadores açorianos. Ambas as sugestões eram fundamentalmente propostas pela Coroa, sendo recomendações aventadas por conselheiros joaninos e implementadas nos primeiros dias do reinado josefino. A “retórica da epidemia” pontualmente serviu como ponto de continuidade entre reinados diferentes, pois, embora o problema e as proposições de soluções tenham sido engendrados num reinado, suas execuções foram efetivadas em outro. E não apenas continuidade, também uma possibilidade de se redimensionar políticas e ingerências metropolitanas na “Amazônia”. Em 1756, concomitantemente a proibição da escravidão de índios, sob os auspícios da recém-criada Companhia de Comércio, chegava à Belém o primeiro carregamento de escravos africanos com 90 indivíduos; no total, até o ano de 1778, foram embarcados 14 224 cativos⁹². Tais dados apontam para a intensificação e consolidação da linha de tráfico que ligava o norte da América ao continente africano. Não devemos esquecer que em 1777, na capitania do Grão-Pará, havia uma população escrava negra de 11 674 indivíduos e de 19 573 índios aldeados, dado que nos leva a pensar na parcial efetivação da política metropolitana⁹³. Essas ações não foram motivadas exclusivamente pela epidemia de 1748-1750, mas ganharam força nos argumentos e na diminuição da população indígena por ela causada.

Outra resolução tomada por Lisboa foi o estímulo da imigração açoriana para o Grão-Pará. Em 1750 os conselheiros encaminharam a solução mais prontamente executável, diga-se de passagem, que não fora sugerida pelos moradores e nem pelo governador do estado do Maranhão:

Ao Conselho parece que o meio que se pode tomar para fornecer as Capitânicas do Grão-Pará e Maranhão de cultores que supram a falta dos índios que o Governador da conta é de o facilitar naquelas capitânicas a introdução dos pretos da África [...]. E como Vossa majestade permitiu se contratasse o transporte de quatro mil casais das Ilhas dos Açores para o Brasil pode ser servido permitir o contrate mais o transporte de mil casais das mesmas Ilhas

⁹² A contagem foi feita a partir dos Livros de Carregações da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. ANTT, CGCPM, Livros 45-52.

⁹³ AHUPR, Capitania do Grão-Pará, 01 de janeiro de 1777, cx. 76, doc. 6368.

e da Madeira que se transportem com a maior brevidade para as capitanias do Maranhão e Pará...⁹⁴

Um dos aspectos interessantes dessa solução é que ela não foi pensada especificamente para o Grão-Pará. Mas emerge como desdobramento das providências organizadas para o Estado do Brasil, em especial para a região sul – em curso desde 1747. Nesse caso um ponto de destaque é que a vinda de mil “casais”⁹⁵ açorianos para a Amazônia portuguesa foi sugerida nos últimos dias do reinado de D. João V, mas sua efetivação ocorreu durante a administração de D. José I.

Outro grupo composto por parte dos moradores e administradores locais se contrapôs ao projeto da Coroa para a inserção de contingentes externos de trabalhadores. Uma carta anônima, escrita provavelmente no primeiro ano de governança de Mendonça Furtado, 1751, apontava que a solução do rei era “inapropriada”. O autor se posta permanentemente contra a vinda de africanos e diz que a proibição das Tropas de Resgate só piorava a situação da capitania: primeiro, pelo preço e quantidade de escravos africanos necessários, que não daria para atender a demanda de todos os moradores; e segundo, porque “os pretos não servem mais que para trabalharem com hua fouce, e machado dandolhe bem de comer, por não terem habilidade para caçar, e pescar, como fazem os tapuyas para sy, e seus senhores, q estando nas suas fazendas se sustentão e toda família de peyxe e caça [...]”⁹⁶.

Em outro documento, também anônimo, este datado de 11 de novembro de 1751, mais uma vez o problema da mão-de-obra é retratado e nos parece escrito por uma autoridade local. O autor da carta destaca ter doze anos de experiência na região, na maior parte do tempo andando pelos sertões; nas entrelinhas diz que conhece bem a realidade local... sua Majestade não. Apresenta “hum estado [do Maranhão] mais miserável que nunca”, cuja causa é “o contagio passado e por outras Razões”⁹⁷. E afirma categoricamente que as medidas reais de pouco adiantarão: “Os pretos que dizem S. Majestade há de mandar, e os Ilheos povoadores ajudão alguma cousa, mas muito pouco, e devagar, e de presente talvez mais prejudicão”⁹⁸.

⁹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, Pará, 16 de maio de 1750.

⁹⁵ Partiram dos Açores 984 imigrantes para o Grão-Pará entre 1751 e 1754 (Vieira Jr. 2017).

⁹⁶ ANTT, Ministério do Reino, maço 597, doc. 03.

⁹⁷ ANTT, Ministério do Reino, Maço 597, doc. 05.

⁹⁸ ANTT, Ministério do Reino, Maço 597, doc. 05.

Dois projetos opostos que ganhavam força a partir de uma mesma “retórica da epidemia”. Musicalmente a polifonia é a composição sonora onde várias vozes mantêm o mesmo caráter melódico sem perder suas individualidades. A epidemia que atingiu o Grão-Pará entre os anos de 1748 e 1750 gerou uma polifonia de discursos, que em parte foi registrada numa série de documentos escritos no estado do Maranhão e em Lisboa. A melodia era baseada na suposta relação entre alta mortalidade indígena e decadência produtiva da região. No entanto, os interesses de diferentes agentes coloniais geraram a tentativa do uso político e econômico dessa melodia.

Bibliografia utilizada

- ABREU, Jean Luiz. 2007. “A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa”. *Revista História, ciências e saúde-Manguinhos*, vol. 14, n. 03, jul-set: 761-778.
- ALDEN, Dauril. 1968. *Royal Government in colonial Brazil*. Los Angeles: University of California Press.
- ALMEIDA, Maria. 2005. “A Falácia do Povoamento: ocupação portuguesa na Amazônia setecentista”. In *Meandros da História*, org. Coelho, Mauro Cezar, 21-33. Belém: Ed. UNAMAZ.
- ANDERSON, Robin. 1999. *Colonization as Exploitation in the Amazon Rain Forest, 1758-1911*. Florida: University Press of Florida.
- ANNA, Timothy. 1991. “La Independencia de Mexico y América Central.” In *História de América Latina*, ed. Bethell, Leslie, 41-74. Barcelona: Editorial Crítica.
- BETHELL, Leslie. 1991. *História de América Latina – vol. 5*. Barcelona: Ed. Crítica.
- BICALHO, Fernanda e Costa, André. 2017. “O Conselho Ultramarino e a Emergência do Secretário de Estado na Comunicação Política entre o Reino e Conquistas”. In *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*, org. Fragoso, João e Monteiro, Nuno, 137-158. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BOXER, Charles. 1969. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Ed. 70.
- BRAUDEL, Fernand. 1997. *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes.
- CARDOSO, Alfírio Carvalho. 2012. “Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)”. Tese de Doutorado, Universidad de Salamanca.
- CARVALHO Jr., Almir. 2005. “Índios Cristãos: a conversão do gentio na Amazônia (1653-1769)”. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- CEBALLOS, Rodrigo. 2009. “A Margem do Império: autoridades, negociações e conflitos – modos de governar na América Espanhola (séculos XVI-XVII).” *SAE-CULUM – Revista de História*, [21], jun-dez: 161-171.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. 2010. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Ed. Açáí.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. 2011. “Formidável contágio: epidemias, trabalho e recrutamento na Amazônia colonial (1660-1750)”. *Revista História, ciências e saúde-Manguinhos*, vol. 18, n. 4: 987-1004.

- COELHO, Mauro Cezar. 2005. "Do Sertão para o Mar: um estudo sobre a experiência da América, a partir da Colônia; o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)". Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.
- COSTA, Kelerson Semerene. 2007. "Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel". *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, supl.: 95-112.
- COUTO, Jorge. s/d. "O Tratado de Limites de 1750 na perspectiva portuguesa". In *Actas do Congresso Internacional de História, V Centenário do Tratado de Tordesilhas*. Lisboa, 1593-1610.
- CROSBY, Alfred. 1993. *Imperialismo Ecológico*. São Paulo: Cia. das Letras.
- DANIEL, João. 1975. "Tesouro descoberto no Rio Amazonas". In *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 95, tomo I.
- DELEMAU, Jean. 1996. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras.
- DOMINGUES, Ângela. 2000. *Quando os Índios eram Vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil, na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional de Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FEIO, David Salomão. 2013. "O Nó da Rede de 'Apaniguados': oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)". Dissertação de História, Universidade Federal do Pará.
- FOUCAULT, Michel. 1995. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- FRAGOSO, João, Bicalho, Maria, e Gouvêa, Maria. 2001. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRAGOSO, João. 2000. "Uma Leitura do Brasil Colonial: bases da materialidade e da governabilidade do Império". *Revista Penélope*, Oeiras, n. 23: 67-88.
- FRAGOSO, João. 2017. "Poderes e Mercês nas Conquistas Americanas de Portugal (séculos XVII e XVIII): apontamentos sobre as relações centro e periferia na monarquia pluricontinental lusa." In *Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico*, org. Fragoso, João e Monteiro, Nuno, 49-99. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUZMÁN, Décio. 2012. *Guerras na Amazônia do século XVIII: resistência indígena à colonização*. Belém: Estudos Amazônicos.
- HESPAÑA, Antonio Manuel. 2001. "A constituição do Império Português: Revisão de alguns enviesamentos correntes". In *O Antigo Regime nos Trópicos*, org. Fragoso, João, Bicalho, Maria, e Gouvêa, Maria, 164-188. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- HESPAÑA, Antonio Manuel. 2007. “Depois do Leviathan.” *Almanack braziliense*, n. 05: 55-66.
- KETTLE, Wesley. 2010. “Um Súdito Capaz no vale Amazônico (ou Landi, esse conhecido): um outro significado da descrição das plantas e animais do Grão-Pará”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará.
- LIVI-BACCI, Massimo. 2012. *Amazonia: L'imperio dell'acqua 1500-1800*. Bologna: Mulino.
- MALAGRIDA, Gabriel. 2012. *Cartas e Escritos*. Belém: Paka-Tatu.
- MARIN, Rosa Elizabeth. 2005. “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial”. *Novos Cadernos NAEA*, vol. 08, n. 01(jun): 73-114.
- MATOS, Paulo Teodoro e Silveira Sousa, Paulo. 2015. “A Estatística da População na América Portuguesa, 1750-1820”. *Memorias. Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, Ano 11, n. 25 (Enero-Abril): 72-99.
- MAXWELL, Kenneth. 1996. *Marquês de Pombal, paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MEMORIAS de Frei João de São Joseph Queiroz Bispo do Grão-Pará*. Porto: Livraria Nacional, 1868.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro. 2005. *Amazônia na Era Pombalina*. Brasília-DF: Senado Federal, tomo I.
- MONTEIRO, Nuno. 2006. *D. José*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MUNIZ, Durval. 2007. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: Edusc.
- PHELAN, John Leddy. 1960. “Authority and Flexibility in the Spanish Imperial Bureaucracy”. *Administrative Science Quarterly*, vol. 5, n. 1 (jun): 47-65.
- REIS, Arthur César Ferreira. 1993. *A Política de Portugal no Valle Amazônico*. Belém: SECULT.
- SANTOS, Fabiano Vilaça. 2009. “Da Paraíba ao Estado do Maranhão: trajetórias de governo na América Portuguesa (séculos XVII e XVIII)”. *Revista de História*, n. 161 (jun-dez): 59-83.
- SILVA, Maria Beatriz. 2006. *D. João V*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SOBRAL, Maria da Luz Brás Lopes. 2004. “Colonização e Desenvolvimento Econômico da Amazônia na 2.^a Metade do Séc. XVIII. A Intervenção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)”. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa.

- SOUZA Jr., José Alves. 2010. "Jesuítas, colonos e índios: a disputa pelo controle e exploração do trabalho indígena". In *T(r)ópicos de História: geste, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII-XXI)*, org. Alonso, José Luis Ruiz-Peinado e Chamboleyron, Rafael, 47-64. Belém: Editora Açaí.
- SOUZA Jr., José Alves. 2011. "Índios: mãos e pés dos senhores da Amazônia colonial". *Fronteras de la Historia*, vol. 16-2: 365-391.
- UGARTE, Auxiliomar. 2009. *Sertões de Bárbaros*. Manaus: Ed. Valer.
- VAINFAS, Ronaldo. 2000. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. 2012. *Cativos do Reino: a circulação dos escravos entre Portugal e Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Alameda, Belo Horizonte: FAPEMIG.
- VIEIRA Jr., Antonio Otaviano e Martins, Roberta. 2015. "Epidemia de Sarampo e Trabalho Escravo no Grão-Pará (1748-1778)". *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 32, (2): 293-311. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982015000000017>.
- VIEIRA Jr., Antonio Otaviano e Martins, Roberta. 2016. "Epidemia y Esclavitud en la Amazonia (1748-1778)". *Obradoiro Historia Moderna*, n. 25. <http://dx.doi.org/10.15304/ohm.26.3228>.
- VIEIRA Jr., Antonio Otaviano. 2017. "Dona Maria Gil e Família: possibilidades e imigração entre Açores e o Grão-Pará do século XVIII". *Revista Acervo*, v. 30, n. 01: 74-88.



A idade de ouro da Bahia: Circuito econômico e formação social nas vilas auríferas do Sertão Baiano (1710-1735)

Hélida Santos Conceição*

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 99-142. ISSN 0874-9671

Resumo

Este artigo tem por objetivo central demonstrar a formação do circuito do ouro na capitania da Bahia na primeira metade do século XVIII. A abertura das minas de ouro através de um indulto régio de 1720 foi um processo inevitável, pois as atividades de extração aurífera já estavam em ritmo acelerado nos distritos de Jacobina e Rio de Contas. Estas circunstâncias transformaram a economia e a estrutura política dos sertões baianos, aumentou a arrecadação fiscal e criou novas possibilidades de prestação de serviços à Coroa. O circuito econômico do ouro aumentou as trocas mercantis através da circulação de colonos e da fixação de novos moradores nas vilas mineiras. Todos esses fatores contribuíram para a integração política e jurisdicional dos sertões do Estado do Brasil ao Império ultramarino português.

Palavras-chave: Império ultramarino português; sertão da Bahia; mineração; hierarquia social.

Data de submissão: 05/12/2016
Data de aprovação: 11/11/2017

Abstract:

This article aims to demonstrate the formation of the gold circuit in the captaincy of Bahia in the first half of the 18th century. The opening of the gold mines through a royal order in 1720 was an inevitable process, because the gold mining activities were already accelerating in the districts of Jacobina and Rio de Contas. These circumstances transformed the economy and political structure of the Bahian sertões, increased the tax collection and created new possibilities of service to the Crown. The economic circuit of gold increased mercantile exchange through the circulation of settlers and the establishment of new residents in the towns. All these factors contributed to the political and jurisdictional integration of the sertões of the State of Brazil to the Portuguese overseas Empire.

Keywords: Portuguese overseas Empire; sertões of Bahia; gold mines; social hierarchy.

Date of submission: 05/12/2016
Date of approval: 11/11/2017

* Universidade do Estado da Bahia, Brazil. Bolsista da Capes. Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – 88881.133666/2016-01. *E-mail:* helidas@gmail.com .

**A idade de ouro da Bahia:
Circuito econômico e formação social nas vilas auríferas do Sertão
Baiano (1710-1735)**

Hélida Santos Conceição

**O Sertão da Bahia e o circuito do ouro no Império ultramarino português:
Renovando perspectivas e abordagens**

O conjunto de representações que se construiu sobre os sertões da América portuguesa raramente contemplou o desenvolvimento e a complexidade de sua formação humana, social e geográfica. Conhecido por estar sempre além das fronteiras estabelecidas e aquém da capacidade dos colonos de conhecer, povoar e ocupar, nos relatos coevos, o sertão era referenciado sempre como um lugar hostil, habitat de grupos indígenas dispersos e itinerantes, muito embora estivesse conectado à economia atlântica através do fornecimento de gado e couro que abasteciam as principais cidades do Império ultramarino, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

No século XVIII, devido aos achados de aluviões auríferos, a presença de portugueses e brasílicos no interior tornou-se mais expressiva. Aqueles descobrimentos induziram uma ocupação crescente nos sertões dos Cataguas, do Caeté, do rio das Velhas, do Serro do Frio e do rio das Mortes, locais onde simultaneamente foram descobertas minas entre 1697 e 1704 (Resende 2007, 25-53). Na Bahia, durante o governo de D. João de Lencastre, as informações sobre o descobrimento de minas começaram a ser difundidas em 1701, assinalando possibilidades de exploração não só de ouro, mas também de prata e salitre.

A Bahia não tem sido estudada pela sua produção de ouro, uma vez que o principal expoente de sua participação no comércio atlântico ocorreu sobretudo com o comércio do açúcar e do tabaco utilizados no tráfico de escravos. Mesmo assim as minas baianas contribuíram com uma importante parcela de recursos em ouro e moedas, dinamizando economicamente os circuitos do comércio interno, tanto quanto as relações com Minas Gerais, Rio de Janeiro, Lisboa e os portos da costa da África. Nesse sentido, entende-se como relevante desmistificar a ideia construída na historiografia de que houve apenas um rápido surto aurífero na Bahia. Se considerarmos o fato de que as minas baianas estiveram ativas por toda a primeira metade do século XVIII, tanto quanto o período áureo das Minas

Gerais, não parece recomendável ignorar a sua dinâmica e funcionamento, ainda mais se considerarmos que a Bahia foi responsável por 16,1% das remessas de ouro efetuadas para Lisboa entre 1720 e 1807, ficando atrás do porto do Rio de Janeiro que no mesmo período enviou 76,6% e a frente de Pernambuco, que participou com a cota ínfima de 2,8% (Costa, Rocha e Souza 2013, 60).

Os consideráveis descaminhos, tidos como um dos motivos para a efemeridade das minas da Bahia, devem ser vistos, ao contrário, como um fator que aponta para a permanência desse fenômeno, revelando-se como um indício da importância e participação da Bahia na produção do ouro. Como se mostrará mais adiante, outros aspectos também deverão ser considerados para uma leitura mais atenta do significado desse fenômeno na primeira metade do setecentos. Portanto, faltou à historiografia integrar ao período aurífero da Bahia uma leitura mais aprimorada do significado da mineração no sertão baiano.

Este artigo aborda a participação da Bahia no circuito de exploração aurífera no século XVIII, questão ainda pouco investigada pela historiografia brasileira. Buscou-se lançar uma nova interpretação sobre esse fenômeno a partir de um inédito conjunto de fontes. Boa parte da documentação que nos permitiu explorar o universo das hierarquias sociais das vilas auríferas da Bahia foi retirada de registros paroquiais ainda não conhecidos pelos pesquisadores. Apresentaremos na primeira parte desse artigo a documentação produzida pelos párocos da igreja matriz da freguesia de Santo Antônio de Jacobina, principal jurisdição eclesiástica do sertão baiano na primeira metade do século XVIII. Dessa forma foi possível dar um tratamento estatístico aos assentos de casamentos relativos aos anos de 1686-1757, tanto quanto aos róis de confessados dos anos de 1718 e 1720. Registro de caráter extremamente raro, em se tratando de uma localidade periférica do Império, estes apontam para especificidades das dinâmicas sociais dos moradores do sertão. Nesses documentos pode-se mensurar a posse de escravos e as configurações dos domicílios na área de estudo.

Em se tratando de uma vila mineradora, outro documento foi de extrema pertinência para entendermos a relação da população local com a extração do ouro. Estamos nos referindo a *Lista dos mineiros de bateias*, ou seja, um arrolamento dos indivíduos que trabalham diretamente na exploração do ouro. Mais uma vez, esse especial registro nos permitiu analisar com maior rigor a composição da mão-de-obra de livres e escravos, tanto quanto dos arrematantes das datas de mineração, que empregavam escravos nas atividades de bateia. Todos esses dados receberam tratamento

estatístico e permitiram vislumbrar tanto a hierarquia social, quanto a dinâmica das minas do sertão.

Ampliando a escala de análise, lançamos mão de uma seleção de fontes presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, composta basicamente da comunicação política efetuada entre a coroa e o vice-rei do Estado do Brasil. Nas provisões, ordens, editais e regimentos, emitidos pelo Rei D. João V, buscou-se compreender como a coroa estabeleceu o controle fiscal e político nas vilas onde ocorria a exploração de ouro. Do outro lado do Atlântico, as cartas, bandos e ordens emitidas pelo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses nos ajudaram a perceber, no outro polo da comunicação política, as peculiares condições sociais da produção aurífera nos sertões baianos.

Dessa forma argumentamos que, para os objetivos desse artigo, foi necessário realizar o cruzamento de fontes produzidas a nível local com outro corpus documental de natureza diversa, nomeadamente a comunicação política que atravessou o Império ultramarino português. O sentido desta abordagem metodológica é demonstrar a relevância social e econômica das vilas do ouro nos sertões da Bahia. Mais do que um estudo de história local, este artigo buscou esclarecer, à luz da renovação da historiografia contemporânea, as conexões entre a dinamização demográfica ocorrida nos sertões e suas relações com a política fiscal da coroa na arrecadação dos quintos.

A concessão do indulto régio para a exploração das minas baianas

Desde o século XVI as bandeiras paulistas saíam de São Paulo até o Rio de São Francisco. Este caminho antigo era conhecido como o *Caminho Geral do Sertão* e poucos anos depois foi suplantado pelo *Caminho Novo*, que descia do Rio de Janeiro por Parati por onde conduziam-se viajantes por cerca de vinte dias até alcançar o rio das Mortes nas Minas Gerais¹ (Sampaio 2003, 148-151).

¹ Antônio Carlos Jucá de Sampaio demonstra o impacto que a capitania fluminense teve com a descoberta do ouro, pois, embora nas décadas iniciais do século XVIII, o porto carioca ainda tivesse uma fraca movimentação mercantil, se comparado ao porto de Salvador, o efeito mais rápido da mineração naquela praça foi criar um mercado consumidor que redefiniu o lugar do Rio de Janeiro nos quadros do Império. Isso só foi possível pelo fato de que o porto fluminense era local estratégico para a entrada e saída de produtos direcionados às minas. Sobretudo a abertura do *Caminho Novo* aumentou o fluxo de mercadorias vindas do reino e levadas até as minas, mas coube a Bahia continuar sendo a principal fonte de abastecimento de escravos africanos para a mineração, devido ao domínio do tráfico com a Costa da Mina. Sampaio 2003, 148-151.

Na Bahia as informações sobre o descobrimento de minas ocorreram em 1701, ainda no governo de D. João de Lencastre. Em 1696 este governador-geral estabeleceu uma fábrica de exploração de salitre próximo à capitania de Sergipe d’El Rei. No entanto, o parco aproveitamento dessas minas, a dificuldade de transporte e de mão-de-obra, tanto quanto o insuficiente domínio de habilidades técnicas que as tornassem proveitosas, desestimularam a continuidade dessa fábrica². Contudo, o saldo positivo daquelas primeiras expedições, foi ter proporcionado a diversos agentes algum domínio sobre os caminhos que ligavam o recôncavo da Bahia ao sertão do Rio de São Francisco.

Nas duas primeiras décadas do século XVIII a Coroa proibia terminantemente a exploração do ouro, pois ainda não se sabia ao certo sobre as potencialidades das minas baianas. Contudo, o movimento inicial de extração aurífera, ainda que realizado por paulistas, o foi também pelos moradores que viviam de suas roças e criação de gado nos sítios do sertão. Tais proibições resultaram em inúmeros debates entre as autoridades do governo-geral e o senado da câmara de Salvador, esferas de poder por excelência comprometidas com os interesses da açucarocracia baiana. Naquelas circunstâncias, parecia dificultoso para a Coroa administrar as minas da Bahia, no momento mesmo em que paulistas e emboabas disputavam a ferro e fogo a primazia de exploração das Minas Gerais (Romeiro 2007, 537). Além disso, o desgoverno e violências que recorrentemente chegavam ao conhecimento do monarca e do Conselho Ultramarino mostravam que os expedientes de justiça para reverter tal situação ainda eram insuficientes para controlar as insurgências e insultos nos arraiais auríferos. Enquanto isso, os distritos das Minas de São Paulo (mais tarde Capitania das Minas Gerais) já estavam em franco processo exploratório.

² O coronel Pedro Barbosa Leal foi nomeado, por provisão régia de 15 de março de 1697, administrador da fábrica de salitre com 150\$000 réis de ordenado a cada ano. Na carta de nomeação escrita pelo governador-geral do Brasil, D. João de Lencastro, pode-se ler: «[Por ser] muito capaz desta sua ocupação de que eu o julgo benemérito pelas experiências que tenho do seu zelo, inteligência, atividade e bom procedimento, o que tudo mostrou acompanhando-se com criados, escravos, cavalos à sua custa na jornada que foi ao descobrimento das ditas minas, onde no ensaio que mandei fazer para tirar salitre o dito Pedro Barbosa sem nunca o ter visto fazer, vendo a forma com que ordenava-se fabricasse o fez logo muito perfeito.» A fábrica não ficou em atividade durante muito tempo, tendo logo sido fechada, pois o custo com fabricação e funcionários era mais alto do que os lucros advindos da extração de salitre. Esta nomeação foi o primeiro documento que indica a passagem do Coronel Barbosa Leal em expedição pelo sertão; imaginamos que este foi o início de sua trajetória como sertanista. «Provisão pela qual D. João de Lencastro nomeia o Coronel Pedro Barbosa Leal com o ofício de Administrador da Fábrica de Salitre.» In Accioli 1925, 293-294.

Seus arraiais abrigavam levas de portugueses recém-chegados aos portos do Rio de Janeiro e de Salvador. Ali conviviam com homens vindos de várias outras partes do Brasil, todos eles movidos pelos desejos de seguir em direção às minas.

O historiador Charles Boxer, analisando as correspondências trocadas entre a Coroa e os governadores da Bahia e do Rio de Janeiro, afirmou que as autoridades coloniais percebiam a corrida do ouro como um processo ambivalente. D. João de Lencastre via a descoberta das minas de forma auspiciosa para o engrandecimento dos cofres régios. Apesar disso, já alertava para o temor de que tais riquezas se esvaíssem para pagar importações para outras nações europeias. Enquanto isso, o perigo mais iminente consistia nas levas de aventureiros de «vida licenciosa e nada cristã» (Boxer 1963, 54-55) que invadiam as zonas de mineração.

Nas duas décadas que antecederam a abertura das minas baianas, o processo de exploração aurífero já estava em curso. Tal como procedeu em relação a Minas Gerais, a Coroa resolveu transformar os arraiais em vilas; dessa forma ordenou a edificação de uma câmara com oficiais, corpos de ordenanças e aparato fiscal, instalando assim melhores condições para administrar a justiça, as minas e a arrecadação dos quintos. Os efeitos mais imediatos seriam tentar promover o bom governo dos povos de forma a amenizar as constantes tensões e distúrbios que comprometiam o controle dos distritos auríferos do sertão da Bahia. De acordo com uma carta régia de D. João V, era urgente que vilas fossem instaladas, «porque era imprescindível cuidar-se das minas e do imposto dos quintos, que trariam resultados imediatos em pecúnia»³. Assim, em 5 de agosto de 1720, por decreto régio as minas baianas foram franqueadas, quando significativo número de mineiros já faiscava nos leitos dos rios Itapicuru, Pindobaçu, Figuras, Ouro Fino, Almas e Rio das Contas, localizados entre as vilas de Jacobina e Rio de Contas.

O indulto que autorizou os moradores da Bahia a extrair ouro foi expedido logo no início do governo de Vasco Fernandes César de Meneses, vice-rei do Estado do Brasil (1720 e 1735). Este vice-rei aportou no Brasil em um dos momentos críticos da mineração baiana e o tema do ouro esteve presente em boa parte da documentação produzida durante sua

³ Carta régia de 10 de outubro de 1721. In Costa 1951, 270.

administração⁴. O domínio do território e o controle da mineração na Bahia evidenciavam novos desafios para o vice-rei, mas também para a Coroa. As implicações da abertura da mineração na Bahia, para além de serem vistas por Vasco Fernandes como um desafio político, subscrito no reconhecimento da Coroa, foi também entendido como um projeto pessoal, tal qual ele próprio anunciou, quando enviou instruções para o coronel Pedro Barbosa Leal proceder a averiguação de minas no sertão.

Voltando vossa mercê dos descobrimentos em que anda, irá para a parte da freguesia a examinar os riachos, e as serras, em que estão as três betas de ouro, e agradeço a Vossa mercê mandar desentupir a Mina de cobre para me remeter as suas amostras, relação dos ribeiros, serras, e lavras: e suponho que assim este trabalho, como a isenção com que Vossa Mercê se há nesta, e nas mais matérias pertença a Sua Majestade o remunerá-la, contudo, sempre me reconheci obrigado à sua atenção, **porque deste projeto precisamente me há de resultar a maior vaidade** [grifo nosso].⁵

Seguindo ordens régias, o vice-rei nomeou o coronel Pedro Barbosa Leal como superintendente de todas as minas, recomendando-lhe que executasse as diligências de encaminhar a arrecadação dos quintos desde o ano de 1720, organizar a extração do ouro e repartir as datas de mineração; e tão logo achasse sítio conveniente, deveria erigir as vilas de Jacobina e Rio de Contas. Nesse sentido a Coroa agiu rapidamente no intuito de estabelecer de forma estratégica a criação de três vilas no sertão: Santo Antônio da Jacobina (1722), que ficava a 80 léguas da cidade de Salvador; Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas (1725), distante em

⁴ Administração e governo são os termos discutidos por Pedro Cardim em excelente artigo sobre o significado de governar e administrar nas práticas políticas do Antigo Regime. Segundo a compreensão semântica da época, o termo 'administração' vinha sempre acompanhado do que se administrava. «Assim, falava-se em administrar a casa, administrar um sacramento, administrar uma cidade, administrar a justiça, um dote, um reino ou um patrimônio». Dessa forma, ainda segundo a definição do autor, não existia «*uma* mas sim *muitas* administrações», uma vez que faziam referências às várias esferas de coletivos presentes no interior do corpo político que era a monarquia. Já «governo» evocava as atividades técnicas e de gestão, mas também a presença de uma ação de comando ativa, projetiva e «confiada a um conjunto bem individualizado de órgãos estatais». Esta palavra também fazia referência a esfera doméstica, o governo da casa, liderado pelo *pater familias*. A Coroa incorporou este sentido do imaginário doméstico, por entender que os princípios éticos e políticos necessários para o governo da casa também o eram para a república. No contexto em análise, pode-se verificar nas fontes o uso do termo 'administração' indicando as possíveis decisões 'técnicas' necessárias para pôr em funcionamento nas minas o regime de 'governo' da monarquia, que passava pela ideia de governar a população local. Cfr. Cardim 2005, 51-54.

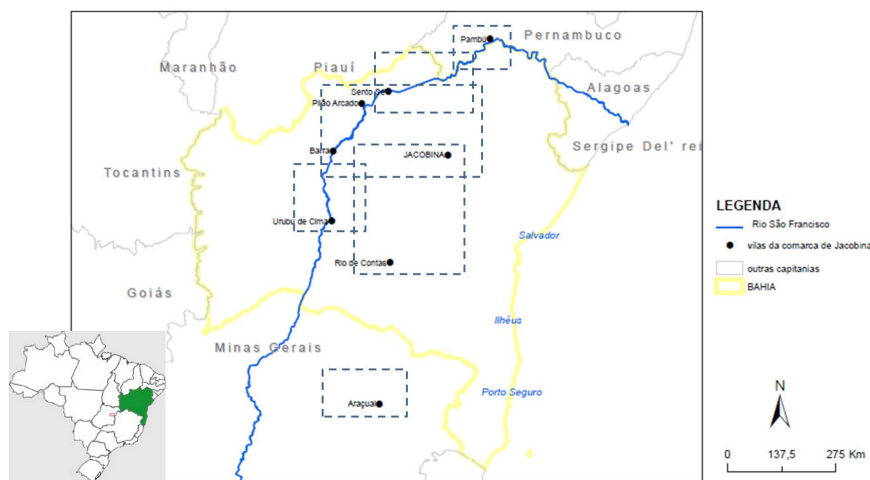
⁵ Documentos Históricos da Biblioteca Nacional [DHBN], Volume XLIV, Carta dos Governadores (1720-1722), 147.

torno de 100 léguas do litoral. Poucos anos depois a vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas de Araçuaí ou Fanado de Minas Novas foi erigida por ordem régia de 21 de setembro de 1729. As Minas Novas, que distavam 120 léguas da cidade de Salvador, tinham sido descobertas pelo paulista Sebastião Leme do Prado, próximo ao Rio das Velhas e Serro do Frio, território que em 1759 passou para a capitania de Minas Gerais. Estas três vilas conformavam o circuito aurífero dos sertões baianos e tiveram atividades de lavras por toda a primeira metade do século XVIII. No caso em estudo, serão analisados com mais detalhe os eventos ocorridos em torno da criação e ocupação demográfica da Vila de Jacobina, por ser à época o mais importante local de exploração do ouro, mas sobretudo por ter legado o maior conjunto documental para a investigação da mineração na Bahia. O mapa a seguir mostra o território que compreendia a comarca da Bahia da Parte do Sul, ou comarca de Jacobina, criada em 1734 e que tinha outras vilas sob sua jurisdição.

À abertura das minas baianas e fundação das vilas, seguiu-se, em 1724, a construção de uma estrada real que conectava Jacobina ao Rio de Contas e depois as minas de Tocambira e Minas Novas de Araçuaí⁶. O trecho que ligava Salvador a Jacobina, nomeado caminho do Ouro Fino⁷, foi constantemente utilizado como circuito mercantil para levar escravos, conduzir gado e ouro (Neves; Miguel, 2007). Por outro lado, a mineração fez com que os territórios do sertão se tornassem, de uma forma diversa do que ocorreu no século XVII, um espaço de ‘fronteira negociada’, já que envolvia diferentes agentes, com distintas visões de mundo. Essa perspectiva coaduna com as conclusões demonstradas na tese de Márcio Roberto dos Santos (2010), que revisou a matriz historiográfica que tem como pressuposto

⁶ O já citado coronel Pedro Barbosa Leal foi o responsável pela abertura do trecho baiano da estrada real que ligava Jacobina a Rio de Contas. Durante os quase cinco anos de andanças pelo sertão, produziu uma série de narrativas sobre as rotas usadas pelos mineradores e comboieiros. Em carta escrita a 22 de agosto de 1722 ao vice-rei expõe os detalhes da abertura do caminho da estrada real. Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 15, doc. 1338. (CARTA do [vice-rei e governador-geral do Brasil] Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] comunicando as diligências em que mandou efetuar o Coronel Pedro Barbosa sobre os particulares e dependências de Jacobina, Bahia, 26 de agosto de 1722).

⁷ Esta rota do ouro contribuiu para a criação de uma rede de estradas que eram controladas com postos de passagens nas quais se pagava uma taxa sobre as mercadorias que entravam e saíam dos distritos das minas. Entre os séculos XVIII e XIX, ficaram conhecidos como os caminhos do sertão e a partir da construção de caminhos, vilas e cidades. Ver a importante publicação de Erivaldo Neves e Antonieta Miguel (Neves e Miguel 2007).



Mapa de Jurisdição da Comarca de Jacobina – Séc. XVIII

o avanço contínuo e integrador da expansão luso-brasileira sob o território da América portuguesa. Ele afirmou que o processo de ocupação territorial sofreu recuo em diversos momentos, pois as zonas de ocupação dos luso-brasílicos constantemente recebiam as pressões externas das áreas tapuias ainda não conquistadas. O que chamamos aqui de ‘fronteira negociada’ é um conceito que objetiva operacionalizar a complexidade das relações que envolviam a Coroa, a administração da capitania, os potentados do sertão, os mineiros (livres e escravos) e as populações indígenas. Estes agentes possuíam interesses divergentes e atuaram em contextos diversos para assegurar o usufruto daquelas áreas. Assim, a simples ideia de expansão contínua e irreversível, seja das jurisdições coloniais ou dos agentes individuais, não clarifica a heterogeneidade dos seus modos de atuação, aspectos a serem considerados na administração de um território vasto e complexo como eram os sertões baianos no século XVIII.

À vista disso, a mineração baiana foi um elemento novo, que obrigou a Coroa a reorganizar a frágil presença das instituições coloniais no sertão. Se por um lado contemporizou a ambição de homens dispostos a agenciar-se em explorações de minas, por outro, teve como efeito reverso o aumento dos descaminhos dos quintos do ouro. Se a conquista de áreas recentes incentivou o combate aos índios não aldeados, também recebeu como resposta a pressão dos grupos *tapuias* que resistiram ao avanço colonial. Se o governo estabeleceu modos de fiscalização das minas, baseado no uso do poder de

coação dos poderosos da terra, favoreceu também margens de autonomia aos potentados dos sertões, que, atuando na rede clientelar formada pelas ordenanças, permitiram-lhes igualmente agir nas brechas do sistema. Objetivamente, a mineração ao longo do XVIII criou uma constante interação entre os poderes/poderosos locais, que ora atuavam em prol de seus interesses, ora faziam acordos com o governo colonial e com a Coroa.

Esses acordos traduziram-se em expedientes de governabilidade através da prestação de serviços à Coroa, fossem nos postos das ordenanças, na fiscalidade dos quintos, como oficiais nas casas de fundição ou mesmo nos assentos das câmaras estabelecidas nas vilas do sertão. Entre as décadas de 1720 e 1750 viram-se as minas baianas em pleno funcionamento. Conforme será demonstrado a seguir, nesse período, houve um intenso esforço das autoridades da Coroa e do Brasil para prover uma organização fiscal e social nos distritos das minas. Na seção seguinte veremos como a demografia da vila foi afetada com o surto exploratório do ouro, influenciando sobretudo o mercado matrimonial e as escolhas das noivas disponíveis na comunidade.

Naturalidade, classificações sociais e escolhas matrimoniais na freguesia de Jacobina

A imigração portuguesa para o Brasil no século XVIII ainda não recebeu a atenção devida por parte da historiografia brasileira. Só mais recentemente alguns trabalhos têm se dedicado a levantar aspectos da trajetória de reinóis que emigraram nas mais variadas épocas para as possessões ultramarinas. O que estamos falando é de trabalhos que se dediquem a perceber que a imigração reinol formou um tecido social indispensável à construção do Império ultramarino, considerando que causou um forte impacto nas pequenas vilas e cidades portuguesas que forneceram os homens que escolheram viver no ultramar (Polônia 1999). Da mesma forma, a presença de homens portugueses no Brasil interferiu nas escolhas matrimoniais, algo possível de ser percebido sobretudo entre as famílias da elite, que preferiam casar suas filhas com os forasteiros.

As principais capitâneas costeiras eram o destino preferido dos imigrantes reinóis. Por conta da abundância de terras, podiam tornar-se meeiros ou lavradores em importantes canaviais, casar-se com filhas de proprietários já estabelecidos, ou mesmo viver às custas de seu trabalho como oficiais mecânicos ou negociantes. Logo que podiam remediavam suas necessidades comprando um ou dois escravos iniciando aí uma trajetória de êxito.

Apesar de terem mais oportunidades de prosperarem nas cidades litorâneas, na primeira metade do século XVIII, uma considerável parcela desses imigrantes reinóis se aventurou pelo interior, aproveitando-se das novas frentes de exploração econômica proporcionada pelo ouro e pelo comércio entre os portos do litoral e dos sertões. Obviamente que os poucos conhecimentos sobre a natureza hostil de áreas desconhecidas, além da ameaça de negros aquilombados e de populações indígenas ainda não conquistadas, constituíram-se como importantes entraves para o incremento desses fluxos migratórios, mas nem por isso as lonjuras do sertão deixaram de receber levas desses imigrantes.

Por outro lado, os aventureiros que conseguiram estabelecer-se no interior, desde o final do século XVII, fixaram-se nas áreas onde existiam currais e pequenos arraiais com populações que viviam às custas de criação de gado e lavoura de subsistência. A análise dos assentos de casamentos registrados na freguesia de Jacobina atestam a presença de imigrantes que se estabeleceram na região, buscando ali o esperado êxito que alimentava a emigração portuguesa para o novo mundo. No território das conquistas, dado o caráter das sociedades de Antigo Regime, nota-se o relevante prestígio e honra associados as patentes recebidas nas ordenanças e milícias. Esses títulos, muitas vezes de caráter honorífico, reiteravam a hierarquia social baseada na honra e no prestígio da prestação de serviços ao rei (Hespanha 1998; Xavier 1998, 340; Olival 2001; Loureiro 2015; Raminelli 2006; Silva 2007).

Dessa forma a presença portuguesa nas áreas periféricas teve relevância demográfica e social. Esse fenômeno portanto não foi exclusivo das cidades mais importantes da América, como Salvador, Recife, Rio de Janeiro e São Luiz. Levantar documentação para este tipo de análise não é das tarefas mais fáceis, por conta do desaparecimento de livros de registros paroquiais das freguesias do sertão⁸. Foi possível, contudo, localizar um

⁸ Cândido da Costa e Silva apresentou uma relação completa das freguesias do Arcebispado de São Salvador da Bahia no período de 1549 a 1889 e indica que a freguesia de Santo Antônio da Jacobina, a primeira a ser criada no sertão de cima, foi fundada em 1657. Já Afonso Costa, no texto *Vida Eclesiástica (História de Jacobina)*, afirma que a freguesia velha, como era conhecida, foi criada entre os anos de 1683-1686, na ocasião do governo do Arcebispo D. Fr. João da Madre de Deus, que chegou na Bahia em 20 de maio de 1683. Controvérsias historiográficas à parte, o fato é que os mais antigos assentos paroquiais que encontramos para essa pesquisa estão arquivados no Convento de São Francisco, antiga vila de Santo Antônio da Jacobina, atual cidade de Campo Formoso. Os primeiros registros datam do ano de 1682. Isso indica que, se a freguesia tinha sido criada em meados do século XVII, ela só nos legou registros a partir da década de 1680. Ver Costa 1952; Silva 2000.

livro de assento de casamento referente à freguesia de Santo Antônio da Jacobina⁹.

De acordo com o levantamento feito entre 1682 e 1757, foram registrados 312 casamentos na igreja matriz da freguesia de Santo Antônio de Jacobina. Entre os anos de 1704 e 1757 houve 55 (17,6%) arranjos matrimoniais entre homens naturais de freguesias do reino com 31 mulheres naturais da freguesia de Jacobina; outros 24 casamentos ocorreram entre os noivos reinóis e mulheres de diversas freguesias baianas. Ainda que modesta, essa amostra confirma que o sertão da Bahia, na primeira metade do setecentos, foi o destino de naturais do reino e das ilhas atlânticas para estabelecer vínculos matrimoniais. Com certeza houve mais casamentos que seguiam esse padrão, no entanto não foi possível computá-los aqui devido ao avançado estágio de deterioração do livro de assentos de casamentos. Dos 312 assentos analisados, em 221 não consta a naturalidade do noivo, ou então está ilegível, dificultando assim a ampliação da nossa análise. De qualquer forma, esta amostra tem a intenção de flexibilizar a interpretação de que somente aventureiros se dirigiam para o sertão em busca das lavras de ouro e mostrar que havia uma tendência de fixação portuguesa nas áreas sertanejas na primeira metade do século XVIII. O quadro abaixo indica a naturalidade dos noivos forasteiros:

Naturalidade	Noivos
Lisboa	7
Porto	5
Braga	25
Ilhas	9
Outros	9
Total	55

1. Origem dos noivos

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina, anotados na Igreja de Santo Antônio do Sertão da Jacobina. 1682-1756. Custodiado no arquivo do Convento de São Francisco. Campo Formoso – Bahia.

⁹ Arquivo do Convento de São Francisco [ACSF]. Campo Formoso – Bahia. Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina, anotados na Igreja de Santo Antônio do Sertão da Jacobina. 1682-1756.

Naturalidade	Noivas
Freguesia de Santo Antônio da Jacobina	31
Arcebispado da Bahia	4
Rio de São Francisco	1
Freguesia de Santo Amaro (Recôncavo)	1
Freguesia de Itabaiana (Sergipe d'El Rei)	2
Freguesia do Porto	1
Não identificado	15
Total	55

2. Origem das noivas

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina, anotados na Igreja de Santo Antônio do Sertão da Jacobina. 1682-1756. Custodiado no arquivo do Convento de São Francisco. Campo Formoso – Bahia.

Os casamentos chamam a atenção por demonstrar que havia intenção de consolidação de vínculos dos imigrantes reinóis na vila de Jacobina e que certamente casar com as filhas das melhores famílias da localidade garantiria uma ascensão social pelo estabelecimento de vínculos com a elite local. Isso é atestado pelo fato de que sete dos noivos forasteiros casaram-se com mulheres que eram filhas de homens com patentes das ordenanças de Jacobina (capitão-mor e coronel), o que nos leva a supor que eram chefes das melhores *casas*¹⁰ da freguesia¹¹.

Temos certeza de que esses dados são uma pequena amostra das práticas de consolidação de imigrantes portugueses no sertão e que, não obstante, muitos acorreram para aquela localidade esperando auferir riquezas com a extração do ouro; mas o interesse no comércio e na criação de gado também foi motivo para os que preferiram estabelecer-se no sertão. Outro dado interessante apresenta-se ao contabilizarmos os casamentos por décadas, indicando o crescente número de forasteiros que foram casando, mas também confirmando a constante chegada de reinóis entre as décadas de 1720 e 1750, justamente no período mais intenso da mineração. Certamente

¹⁰ O conceito de casa é aqui tomado de empréstimo de João Fragoso, quando este autor a define como sendo um «conjunto formado por parentelas, aliados, moradores, agregados e escravos». In Fragoso 2014, 161.

¹¹ Detetamos apenas um caso onde o noivo reinol, Joseph da Cunha da Vide, possuía já a patente de capitão-mor quando consagrou seu matrimônio em 1731; ou seja, certamente ele já estava estabelecido no local, entretanto nada mais foi possível saber sobre seu matrimônio, devido ao avançado estágio de deterioração da folha onde estava registrado o seu assento de casamento. Ver. ACSC, *Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina...* fl. [72v].

à medida em que os laços foram estabelecidos, tornavam-se um ponto de rede para a vinda de outros imigrantes.

Anos	Total
1700-1709	2
1710-1719	3
1720-1729	14
1730-1739	11
1740-1749	21
1750-1759	4
Total	55

3. Casamentos de homens reinóis por décadas

Fonte: Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina, anotados na Igreja de Santo Antônio do Sertão da Jacobina. 1682-1756. Custodiado no arquivo do Convento de São Francisco. Campo Formoso – Bahia.

Por esse quadro pode-se perceber que as décadas de 1720 a 1750 foi o período no qual ocorreram mais casamentos, resultante do crescimento da importância econômica e política da vila. Em alguns casos é possível rastrear através das fontes informações sobre a vida daqueles indivíduos. Como no espaço desse artigo não é possível citar todos, serão mencionados somente dois exemplos de trajetórias que ilustram a criação de vínculos desses forasteiros com a sociedade de Jacobina.

Dentre os assentos de casamento está registrado o de Antônio Silveira Leal, homem de negócios, português, natural dos Açores, casado com Teodora Maria do Espírito Santo em 26 de janeiro de 1723. No início da década de 1720 ele viajou para o Brasil e logo depois foi exercer o ofício de tabelião na vila de Jacobina. Em 1759 foi denunciado por Domingos Duarte Meira, natural e morador da Cidade da Bahia. Este contou para os comissários do Santo Ofício que o dito Silveira Leal contraiu núpcias pela segunda vez na vila de Jacobina, quando sua primeira esposa, Rosa Maria Clara, ainda era viva. O crime de bigamia foi descoberto, por que Rosa Maria, a primeira esposa, intentando mandar seu filho para a Bahia enviou uma carta de Lisboa na qual tinha escrito «Ao meu marido o senhor Antônio Silveira Leal»¹². A carta seria entregue por um negociante que vivia em Salvador e conhecia Silveira Leal. Depois da denúncia, como era de praxe, foram ouvidas testemunhas na vila de Jacobina. Os depoentes atestaram

¹² Arquivo Nacional Torre do Tombo [ANTT], Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 08647.

o casamento e a vida marital do tabelião com a esposa baiana, com a qual tivera quatro filhos. O interessante desses processos de bigamia, e esse não foi o único encontrado, é que uma rápida análise sobre o perfil das testemunhas demonstra que todos em sua maioria eram portugueses e estavam há mais de uma década vivendo em Jacobina. Além disso estavam providos em ofícios como o de juiz dos órfãos, juiz ordinário, capitão e sargento-mor, sem dúvida, homens importantes na localidade.

O caso de José da Cunha da Vide, natural da freguesia de Santos, na cidade de Lisboa, é um dos muitos casos que ilustram a trajetória ascensional nos sertões da Bahia. Em 1728 ele foi provido pelo vice-rei no posto de capitão-mor da freguesia de Jacobina no lugar de Manoel Lopes Chagas, que era capitão-mor e em 1723 havia se retirado para as Minas Gerais sem autorização do governo, deixando vago o posto. Em 1731 José da Cunha da Vide contraiu núpcias com uma noiva natural de Jacobina¹³. Em 1732 recebeu provisão régia para continuar no ofício de tabelião, escrivão da câmara, órfãos e almotacaria, tendo pago pelo ofício o valor de 20\$500 réis¹⁴. Continuou no cargo até o ano seguinte, e em 1735 enviou ao Conselho Ultramarino sua folha corrida de prestação de serviços ao rei¹⁵. A presença de portugueses no sertão com certeza não era um acontecimento incomum; dessa forma os exemplos citados permitem afirmar que houve oportunidades para os imigrantes reinóis estabelecerem-se nas instituições locais como a câmara da vila, as companhias de ordenanças e a exploração de ouro.

Outras inferências também podem ser realizadas sobre as escolhas matrimoniais no sertão. Um dado que chama a atenção é o registro de casamento de escravos. Pudemos identificar 48 casamentos nos quais o noivo estava na condição de escravo, e mesmo assim fizeram questão de assegurar um matrimônio católico. Dentre esses casamentos, registrou-se que 6 noivas eram forras, 42 escravas, 15 noivas eram de origem africana, a maioria natural da Guiné. Desses arranjos, 31 foram apadrinhados por homens proeminentes da vila, alguns senhores dos noivos, o que mostra mais uma vez a existência de relações de compadrio estabelecido entre senhores e escravos (Fragoso, Guedes, Sampaio, 2014).

¹³ O rol de casamentos não permitiu a identificação do nome de sua mulher, dado o avançado estado de deterioração da documentação. Ver: ACSE, *Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina...* fl. [72v].

¹⁴ DHBN, *Vol. LXXVII – Provisões, Portarias e nomeações (1731-1732)*, 1939, 173.

¹⁵ AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 32, doc. 2952; AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 52, doc. 4543.

Os livres predominaram nos assentos do livro de casamento: 88 foram registrados com essa condição, dos quais nenhum casou-se com escrava, somente houve um caso onde a noiva era forra. Outra condição que apareceu com frequência foi a de filho legítimo ou filho natural, atestando que todas essas classificações importavam na hora de registrar para a eternidade os enlaces matrimoniais.

Essas inferências pretenderam demonstrar a riqueza dos registros paroquiais e a multiplicidade de vínculos possíveis de serem apreendidos a partir de um único livro de assentos de casamento. Denota também a posição dos indivíduos no momento em que realizaram o casamento, não deixando de considerar as características estruturais que condicionavam escolhas matrimoniais numa sociedade de Antigo Regime. Quando nos debruçamos sobre estas, percebemos que as alianças estabelecidas, sobretudo as de elite, pretendiam consolidar ou fortalecer vínculos entre famílias, reiterando assim as hierarquias costumeiras que eram reforçadas, por exemplo, com o prestígio advindo do casamento de mulheres baianas com noivos reinóis.

Entre a «arraia miúda», ou seja, escravos, forros, pretos e pardos, pode-se aventar que os casamentos eram endogâmicos às suas condições sociais, ou seja, muitas vezes previstos nas lógicas inerentes ao mundo da escravidão. Verificou-se que todos os escravos que se casaram possuíam o mesmo senhor. A formação de família escrava, em tese, ofertava mais segurança para os senhores, ainda mais em uma zona de produção de ouro, onde os escravos saíam para fiscoar em lugares distantes da vila por dias a fio, sem que os senhores pudessem exercer efetivo controle sobre eles. Os assentos de casamentos da freguesia de Jacobina assim representam um microcosmo de uma sociedade calcada nos valores do Antigo Regime.

Hierarquias e dinâmica social na Vila de Jacobina

O padre Joseph Monteiro assistiu na paróquia da freguesia por 27 anos. Entre 1718 e 1720 registrou na época da quaresma um rol de confessados que, para além dos assentos de casamentos, nos ajudam a estimar a população da freguesia no início da exploração do ouro. Assim, através dessa fonte, pode-se realizar uma estimativa demográfica para o período, visto que não foi possível localizar nenhuma outra informação demográfica para as vilas mineiras da Bahia¹⁶. Desta forma a tabulação dos indivíduos

¹⁶ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. [IHGB]. LEAL – DL 970.3, Lata 5, doc. 15, fls. [123-155].

listados no rol de confessados indicou que em 1718 a população total da freguesia de Santo Antônio da Jacobina foi estimada em 1492 fregueses, distribuídos por 113 sítios de moradia. Nesse ano foram registrados 1067 homens (71,5%) e 425 mulheres (28,5%). Essa população, que englobava livres, escravos e forros, residia em propriedades de diversos tipos e tamanhos, tais como grandes fazendas destinadas a pecuária, sítios com roças de subsistência e pequenos núcleos com maior concentração de casas e construções, todos eles fazendo parte do termo da freguesia.

Em 1720, o pároco registrou 2113 fregueses, desses 1421 eram homens (67,3%) e 692 mulheres (32,7%), residentes em 88 localidades¹⁷. Em termos de estatuto jurídico, veremos que os livres conformavam 820 pessoas (38,8%), enquanto os escravos eram 1257 (59,4%) e os forros 36 (1,7%). Especialmente os forros, chamam a atenção, posto que se encontravam como agregados em algumas residências ou mesmo constituindo domicílios independentes. Diante desses dados, pudemos calcular que a taxa de crescimento da população sofreu um acréscimo de 41,6%; ou seja, em dois anos, 621 moradores passaram a circular pelos distritos mineiros da vila de Jacobina. Este súbito aumento populacional era sabido em várias partes da Bahia e tornou-se fonte de preocupação para o governo do Estado do Brasil, conforme pode ser visto nas correspondências emitidas pelas autoridades da capitania. A título de comparação, em 1780 a população da freguesia da Vila de Jacobina foi estimada em 5325 pessoas¹⁸; muito embora não sejam conhecidos dados que permitam inferir o aumento da população livre e escrava para esse período, destaca-se que em 60 anos houve um crescimento de 152%, um ritmo razoável em seis décadas se comparado com o *boom* populacional ocorrido nos dois anos (1718-1720) para os quais temos informações. Isso indica que, após a década de 1750, com a mineração já em período de declínio, a população flutuante diminuiu, sendo plausível que ela voltasse a crescer em um ritmo mais lento do que aqueles vistos na

¹⁷ Interessante notar que alguns locais somem da lista de população, enquanto outros aparecem com muito mais gente morando em sítios que não tinham sido listados anteriormente em 1718.

¹⁸ AHU. *Conselho Ultramarino*, Eduardo de Castro e Almeida, Bahia. Cx. 55, doc. 10.700-10.701. No “Mapa de enumeração da gente e povo desta capitania da Baía pelas freguesias de suas comarcas...1780”, a Comarca de Jacobina e Minas estava composta pelas seguintes freguesias: Santo Antônio da Vila de Jacobina, Santo Antônio da Jacobina, Santo Antônio da Vila do Urubu de Cima, Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, São José do Cento Sé e Santo Antônio do Pambu. Nesse mesmo ano a população total da Comarca de Jacobina ou Comarca da Parte do Sul da Bahia que envolvia seis freguesias foi estimada em 24 103.

década de 1720. Boa parte desses moradores estavam envolvidos em atividades ligadas ao ouro, e é isso que pretende-se analisar no item seguinte.

Em 1723 o Capitão Constantino Gomes Vitória, um proeminente morador da Vila de Jacobina, comandava a extração de ouro em cinco ribeiros nos entornos dela. Sob o poder do seu regimento, ele fiscalizava a atividade de 62 mineiros que trabalhavam nos ribeiros da Jacobina, Canavieira, Itapecuru, Jaboticabas e Jenipapo. Esses eram sem dúvida os ribeiros mais importantes de Jacobina, e sua atuação na região lhes rendeu o prestígio de auxiliar o superintendente das minas na arrecadação dos quintos devidos a S. Majestade. O capitão Constantino Gomes possuía a expressiva quantidade de quinze pessoas trabalhando diretamente em suas bateias. Desse quantitativo, dez eram escravos de bateia, três eram agregados em sua casa e dois eram escravos de Guilherme, igualmente seu escravo. Fato curioso esse, pois Guilherme foi o único escravo a ser citado nominalmente na *Lista das Bateias dos mineiros da Jacobina de 1723*¹⁹.

Assim como Guilherme, que era cativo do Capitão Constantino Gomes Vitória, outros 597 escravos exerciam atividades de bateias nos ribeiros do ouro de Jacobina. A análise da distribuição da mão-de-obra nas bateias é um item de alta relevância para ampliar a discussão sobre a composição populacional e a dinâmica produtiva nas vilas do ouro. No ano de 1723, 171 pessoas estavam no comando de trabalhadores de bateias que exerciam atividade nos ribeiros de mineração e nas propriedades agrícolas nos entornos da vila. Estes indivíduos foram arrolados a partir de sua condição (livres, forros e escravos), qualidade social (patentes, ocupações), cor (pardos, negros e pretos), e em seguida foram anotadas a quantidade e a ocupação dos escravos que pertenciam a cada senhor (bateias, trabalhos com roça, gado e outros não especificados). As mulheres (livres e escravas) e os escravos menores e incapazes também foram distinguidos na referida lista. Abaixo relacionamos o padrão de posse de escravos arrolados na *Lista das Bateias dos mineiros da Jacobina de 1723*, onde encontra-se a indicação da quantidade de escravos que cada proprietário tinha empregado nas atividades de bateia, roças e outros.

¹⁹ IHGB. LEAL – DL 970.3, Lata 5, doc. 15.

Quantidade de escravos	Número de proprietários
1	42
2	13
3	23
4	10
5	7
6	7
7	5
8	3
9	4
10	1
12-15	6
34	1

4. Padrão de posse de escravos de bateia por proprietários – 1723

Fonte: IHGB. LEAL – DL 970.3 Lata 5, Doc. 15. Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730

A análise dessa tabela indica que, dos 122 proprietários listados, 88 destes possuíam entre um e quatro escravos; ou seja, nos anos iniciais da mineração a disponibilidade de cativos ainda era pequena, o que é atestado pela ausência de grandes plantéis. Percebe-se também que os 78 indivíduos que tinham entre um e três escravos declararam que todos estavam empregados nas atividades de bateias; ou seja, investiam toda a mão-de-obra escrava na extração do ouro. Dentre os escravos arrolados pelos senhores, não havia indicação daqueles que exerciam ofícios urbanos, o que reforça ainda mais a tendência em concentrar a mão-de-obra escrava na mineração. É possível supor que livres e forros trabalhassem como artesãos e ganhadores no centro da vila.

A fonte é lacunar no que diz respeito a informações para a origem dos cativos, no caso de serem africanos ou crioulos. O que consta nos registros são os designativos ‘negro’ e ‘preto’, que pode nos fazer supor que ‘negro’ podia corresponder a escravos nascidos no Brasil e ‘preto’ estava sendo usado como designativo para os africanos. Dos 28 proprietários de bateias arrolados na lista e que tiveram sua cor indicada, três eram negros, dez eram pretos, 14 eram pardos e um era crioulo; juntos possuíam 32 escravos. Constituíam-se assim a «arraia miúda» da mineração (Neves 2006, 125-147), mas se foram computados com certeza estavam obrigados a pagar os quintos na arrematação fiscal.

Apesar de ser possível afirmar que havia mão-de-obra indígena no sertão sendo utilizada nas mais diversas atividades naqueles anos iniciais da década de 1720, não há referências a índios, mamelucos ou gentios da terra empregados nas bateias²⁰, o que é bastante suspeito, pois a vila foi edificada bem próxima da Missão do Bom Jesus da Glória, à época administrada por franciscanos. Por outro lado, essa ausência, ou melhor, a oclusão de informações nas fontes que indiquem a presença de índios na mineração da Bahia, merece uma investigação mais minuciosa. Sabe-se ainda que no final dos seiscentos os índios da região tinham sido utilizados como mão-de-obra na extração das minas de salitre que estavam próximas à região de Jacobina. Apesar disso, outras fontes informam que os índios serviam nos princípios do século XVIII como guias para indicar caminhos e lugares pelas serras da região. Há também em algumas correspondências a indicação de que os índios estavam sendo empregados nos trabalhos de construção de edificações na vila, como a Casa de Fundação e a Casa da Câmara que foram construídas às expensas dos moradores.

Os dados a seguir nos permitem visualizar mais detidamente a posse de escravos de acordo com a ocupação declarada dos proprietários, indicando as patentes nas ordenanças para aqueles que a possuíam. Assim, os dados mostram que existia uma concentração de escravos nas mãos de poucos indivíduos, em contraste com a grande maioria dos pequenos mineradores, que, apesar de serem numericamente mais expressivos, detinham individualmente menos cativos. Esse era um aspecto marcante da hierarquia social nos primórdios da mineração em Jacobina.

²⁰ IHGB. LEAL – DL 970.3, Lata 5, doc. 15; AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 15, doc. 1338.

Ocupação social declarada pelos donos de escravos de bateias	Quantidade	Escravos	%
Capitão-mor	1	13	1,50%
Coronel	1	17	2,00%
Tenente-coronel	1	9	1,00%
Tenente	1	2	0,23%
Alferes	2	30	3,55%
Capitão-de-cavalos ²¹	2	13	1,50%
Sargento-mor	2	16	1,90%
Religiosos	3	18	2,13%
Ajudante	4	36	4,20%
Roceiro	4	12	1,42%
Capitão	8	45	5,30%
Mineiros	37	37	4,37%
Sem Ocupação	171	597	70,60%
Total	237	845	100%

5. Posse de escravos de bateia de acordo com a ocupação declarada dos senhores

Fonte: IHGB. LEAL – DL 970.3 Lata 5, Doc. 15. Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730.

Outra observação diz respeito ao fato de que, se forem contabilizados apenas os indivíduos com patentes, veremos que eles conformam um rol de 22 (9,2%) proprietários que detinham a posse de 181 (21,4%) escravos. Pode não parecer muito, mas, considerando-se a capacidade produtiva dessas bateias, veremos que era um número substancial para o aproveitamento das lavras. Os 10 capitães concentravam o maior plantel (6,8%), em relação aos demais grupos. Os 37 que se declararam como mineiros detinham 37 escravos, já que cada um possuía um escravo; obviamente que eram os com menor capacidade de extração do ouro e é certo que viviam de faiscar em um e outro ribeiro, não tendo condição de arrematação de datas. Essa informação foi confirmada em um relato coevo, no qual o autor da carta afirmou que:

²¹ Das patentes arroladas na tabela acima, a única que pertencia à tropa paga era a de Capitão-de Cavalos. Optamos por incluir no quadro toda e qualquer referência que acompanhava o nome dos indivíduos listados na fonte. Nesse sentido, ‘ocupação’ e ‘condição social’ são tomadas como categorias intercambiantes e denotadoras da hierarquia social que distinguia os indivíduos. Cf.: [IHGB]. LEAL, Lata 5, Doc. 15. Lista das bateias dos mineiros da Jacobina Companhia do Capitão Constantino Gomes Victoria no ano de mil e setecentos e vinte e três.

[...] porque se deve considerar que sendo muito os mineiros que tiram ouro são poucos os que tem lavras abertas, e certa por que os mais deles trazem os seus negros a faiscar, isto é dizer aos negros que lhes hão de dar cada dia meia oitava de ouro de jornal, e que vão trabalhar donde quiserem.²²

Dentre os 845 escravos declarados pelos senhores, percebe-se que 492 estavam empregados somente nas atividades de bateia, o que demonstra a tentativa de aproveitar ao máximo a utilização de mão-de-obra disponível. Os 171 indivíduos sem ocupação declarada perfaziam a grande maioria dos donos de bateias – mas em geral a média de posse de escravos era muito baixa (3,4) – e possuíam entre um e quatro escravos, quase nunca extrapolando essa faixa. Vide o fato de que juntos possuíam 379 escravos de bateias e 218 empregados em outras atividades, inclusive a de roça e criação de gado. Esses pequenos proprietários eram os que investiam tanto em roças, quanto no ouro, mas, mesmo possuindo poucos escravos, buscavam diversificar à medida do possível sua subsistência.

Entendemos que os indivíduos com patentes perfaziam a elite social e econômica de Jacobina, pois, além de terem um plantel maior de escravos, muitos deles estavam envolvidos também nas atividades de fiscalização das lavras e tinham assentos na câmara, o que lhes conferia privilégios, controle efetivo das datas e mais prestígio social. Esta era uma elite de pequena monta, que não investia seu capital produtivo em outra atividade que não fosse a mineração; por isso, praticamente inexistiam escravos seus em atividades de roça. Estes dados apontam para uma concentração econômica nas mãos de reduzidas pessoas, que agregavam ao prestígio social a possibilidade de concentrar trabalhadores nas bateias. A título de comparação, eles possuíam 146 escravos de bateia e somente 35 empregados em outras atividades, sendo que desses somente seis cativos estavam em atividades de roça.

Em 1723 tínhamos 16 locais onde havia a extração de ouro comandada por sete capitães ligados a companhia de ordenanças da vila²³. O quadro 6

²² IHGB, DL 865.2. («Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e secretário de Estado ao conde de Sabugosa»), fl. [11].

²³ Todas os quadros foram construídos com base no seguinte documento: IHGB, LEAL, Lata 5, Doc. 15. *Autos de Justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos, superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal*. Salvador, 30 de outubro de 1730. 694f; entre os fólios 113 a 155 constam quatro listas de população para a vila de Jacobina e seu termo: *Rol das pessoas que satisfizeram ao preceito na confissão e sagrada comunhão este presente ano de mil e setecentos e dezoito nesta matriz de Santo Antônio da Jacobina; Rol das pessoas que satisfizeram ao preceito da confissão e sagrada comunhão nesta Matriz de Santo Antônio da Jacobina esta quaresma de mil e setecentos e vinte; Lista das datas que se deram das quais se devem as dízimas a saber; Lista das bateias dos mineiros da Jacobina Companhia do Capitão Constantino Gomes Victoria no ano de mil e setecentos e vinte e três*.

demonstra a quantidade de pessoas alocadas nas datas de mineração sob a fiscalização dos capitães das companhias de ordenanças na vila.

Companhia	Ribeiros	Mineiros	Escravos
Capitão Antônio Moniz Barreto	Mocambo	31	115
Capitão Antônio Moniz Barreto	Figuras	14	80
Capitão Constantino Gomes Victoria	Jaboticabas	18	53
Capitão Constantino Gomes Victoria	Itapecuru	18	38
Capitão Constantino Gomes Victoria	Jacobina	8	31
Capitão Constantino Gomes Victoria	Genipapo	3	20
Capitão Constantino Gomes Victoria	Canavieira	12	16
Capitão Domingos Pereira Lobo	Ouro fino	12	55
Capitão Domingos Pereira Lobo	Palmar	7	28
Capitão Domingos Pereira Lobo	Brito	8	22
Capitão Domingos Pereira Lobo	Santo Inácio	4	9
Capitão Francisco Barboza	Cachoeira	11	20
Capitão Francisco de Souza	Mocambo	9	25
Capitão Gaspar Alvarez da Silva	Missão do Bom Jesus	57	236
Capitão Gaspar Alvarez da Silva	Malhada da Pedra	4	9
Capitão Ignacio Cardozo	Cahem	20	97
Total		236	854

6. Distribuição de mineiros e escravos por ribeiros

Fonte: IHGB. LEAL – DL 970.3 Lata 5, Doc. 15. Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730

Os sete capitães das ordenanças da freguesia fiscalizavam o trabalho de 236 mineiros e 854 escravos de bateia que faiscavam nos ribeiros acima indicados. Por essa tabela pode-se fazer um mapeamento sobre o alcance social desses capitães; na sua maioria, ocupavam postos na câmara da vila, faziam parte da rede clientelar do vice-rei que os proveu nos postos das ordenanças e consolidavam a esfera de influência da Coroa. Desta forma, garantiam a reprodução da hierarquia social, prestando serviço a sua Majestade no sertão da Bahia. Essas trajetórias permitiram perceber um fenômeno já apontado por Ronald Raminelli (2006) de que a nobilitação dos súditos iniciava-se primeiramente no âmbito local e dessa forma contribuía tanto para o governo da república, quanto para a produção política da economia.

Na década de 1730, Jacobina, além de ser um importante entreposto comercial para o gado vindo dos currais do rio de São Francisco, era também um ponto de passagem para as Minas Gerais. Por outro lado, para os que ficaram e começaram a fazer parte daquela recente formação social, tornou-se importante ocupar os espaços do governo da república, através dos postos da câmara, ou mesmo como juízes ordinários e outros ofícios de menor importância na comarca da Jacobina que foi criada em 1734.

Estes dados pretenderam analisar o panorama de posse dos donos de bateias e observar a hierarquia e classificação social que os designava. Ainda que sejam referentes apenas à década de 1720, já oferecem pistas para melhor conhecer o perfil da população dos homens e mulheres, livres e escravos, que estavam povoando o termo da vila de Jacobina e entender como se organizavam em torno dos meios de produção disponíveis naquele espaço. A composição populacional é variada, e mesmo com lacunas e limitações das fontes foi possível perceber que os moradores procuravam concentrar seu capital na posse de escravos voltados para as bateias. Não investiam em compra de terras, mas acabavam por alimentar o tráfico atlântico e ofertavam receitas para a Fazenda Real, pois eram taxados sobre as atividades que exerciam nas lavras.

A arrecadação dos quintos e o descaminho do ouro nas minas do sertão

Quando as minas do sertão da Bahia foram franqueadas, algumas medidas tornaram-se necessárias para a organização e distribuição das datas de mineração, uma vez que as mesmas já estavam sendo exploradas. Para isso o vice-rei Vasco Fernandes proveu no cargo de Superintendente das Minas de Jacobina o sertanista e coronel Pedro Barbosa Leal. No ano de 1721 ele, às suas expensas, arrematou um comboio e dirigiu-se para os distritos das minas. Na altura sua missão seria criar as vilas com câmara e magistrados, tarefa nada fácil para um sertanista, já que, por norma, as vilas deveriam ser edificadas por um magistrado. Na impossibilidade de o ouvidor da comarca da Bahia seguir viagem até o sertão, pois o mesmo havia contraído uma moléstia quando estava a caminho, a tarefa ficou realmente sob o comando desse sertanista.

No que diz respeito ao ouro, o sertanista superintendente publicou um edital que estipulava como seria a demarcação das datas e a tributação dos quintos, deixando claro para os mineiros que até as mercadorias que entravam e saíam das minas deveriam pagar os impostos. Sabia-se, e tal situação já estava prevista no *Regimento das Minas de 1702*, que nas minas

o grosso do comércio se fazia mediante a troca de mercadorias por ouro em pó; por isso, o edital ordenava que o ouro que se recebia no comércio deveria pagar o imposto. Esse procedimento era obrigatório na chegada e na saída dos distritos minerais, tanto para os que se dirigiam ao Recôncavo, quanto para os que seguissem subindo para o sertão do Rio São Francisco ou para o Piauí. Por esse edital foi estabelecido que, de cada cinco oitavas, os mineiros deveriam pagar uma oitava de todo ouro que tirassem. Além disso, determinava que toda pessoa que entrasse para comerciar «gados, farinhas, e todos os mais gêneros comestíveis, e bebidas, fazendas, secos e de todos os mais gêneros e mercadorias de que fizerem comércio»²⁴. Este documento integra um conjunto de notícias enviadas pelo coronel Barbosa Leal para o vice-rei, onde encontram-se evidências sobre o cotidiano das minas e a dinâmica da arrecadação fiscal. Da mesma forma nos fornece pistas interessantes sobre o uso do poder e as relações estabelecidas entre a administração das minas e a arraia miúda que faiscava no sertão.

Foi esse *Regimento* que orientou o procedimento administrativo dos anos iniciais da mineração em Jacobina. Logo que chegou ao sertão, o coronel fez o reconhecimento dos ribeiros onde se tirava ouro; tal como mandava o *Regimento*, após separar-se as destinadas a S. Majestade, seguiu-se a arrematação das restantes em praça pública, onde cada mineiro pagou de três a sete oitavas e meia por data. A divisão não era equitativa, sendo que a cada um era dado o que lhe competia por mérito, leia-se, o tamanho de cada data recebida estava de acordo com a capacidade do arrematador para empregar escravos. Para os que possuíam acima de 12 escravos, era possível ter uma de 30 braças de quadra – essas ficaram para os mais potentados da vila; para os outros, as menores. Ao final, em 1721, foram divididos 12 ribeiros, em 156 datas e arrecadado 304 oitavas, $\frac{3}{4}$ e 40 réis.

O sistema de arrecadação que obrigava os mineiros a pagarem por bateias foi mantido até a publicação do segundo *Regimento das Minas de 1725*. Não obstante, a baixa arrecadação dos quintos foi fonte de constante reclamação por parte da Coroa, constantemente pressionando o vice-rei para expedir providências mais enérgicas para coibir os descaminhos. Diante de tais cobranças, o vice-rei buscava justificar as dificuldades de impor aos mineiros a obrigação de pagar os direitos reais e desculpava-se alegando que os caminhos dos sertões eram largos e de difícil controle, motivo pelo qual, em determinados anos, justificava-se o baixo rendimento daquelas minas.

²⁴ AHU, *Conselho Ultramarino*, Cx. 15, doc. 1338.

A negociata de ouro não quintado feita pelos homens de negócio que circulavam entre o litoral e o sertão já era conhecida em toda a capitania, pois a prática era corrente, não obstante houvesse esforços de fiscalização para tentar amenizar o contrabando. Em diversas situações o descaminho fez parte da lógica de manutenção dos mercados no Império colonial português. Isso era sabido pelas autoridades do Brasil e do reino; portanto eram práticas generalizadas que não eram uma exclusividade do circuito do ouro na Bahia. Ademais, faz-se necessário relativizar as medidas tomadas pelos oficiais régios para tentar barrar o contrabando, uma vez que este sistema estimulava e alimentava o circuito mercantil. Leonor Freire Costa resumiu de forma precisa a relação do mercado com o descaminho quando afirmou que «o mercado (mesmo que inscrito na matriz do monopólio) e o contrabando perfazem um binômio inspirador de mudanças na orgânica da administração da fazenda, no Reino e no Brasil» (Costa 2014, 91).

Analisando as remessas de ouro feitas por agentes do Brasil para o reino no ano de 1751, a autora demonstra como a possibilidade de enriquecimento rápido com a economia mineira fragilizava as relações de confiança e credibilidade assentes nos circuitos mercantis atlânticos. Segundo conclui, «os anos de esplendor da economia mineira imprimiram uma inusitada fluidez nos grupos mercantis» (Costa 2014, 116); veja-se que a autora está analisando a década de 1750, quando a sociedade das Minas Gerais, por exemplo, já havia consolidado uma elite econômica, que difere em muito daqueles desclassificados e aventureiros do início do século XVIII. Ao mesmo tempo, evidencia a importância da figura social do ‘comissário volante’ nas duas margens do Atlântico, que pode nos servir de exemplo para pensarmos os agentes mercantis entre o litoral e o sertão.

A correspondência entre as autoridades do reino e das colônias explicita um conjunto de questões desencadeadas com a mineração baiana. Boa parte dessa correspondência indica problemas com relação a evasão de divisas dos cofres régios, apontando as dificuldades de fazer valer a soberania da Coroa diante dos interesses dos mineiros que normalmente conflitavam ou faziam letra morta das ordens régias. Tentaremos sintetizar os principais pontos de conflito, seguindo o ritmo das correspondências trocadas na década de 1730 entre o vice-rei Vasco Fernandes e D. João V, momento especial para análise da implantação de direcionamentos políticos e orientação dos expedientes de administração das minas baianas.

A prova mais cabal deste fato pode ser encontrada em uma carta escrita pelo próprio rei D. João V e destinada Bernardo Freire de Andrade, na ocasião primeiro comandante da frota que partiu da Bahia em 1730. A carta,

que também foi enviada para o vice-rei, continha uma instrução sobre como evitar os danos que se seguiam ao comércio ilegal com o ouro em pó remetido pela frota real para Lisboa. A situação era tão grave que o próprio rei confirmava que o metal era desviado dos cofres das naus pelos mesmos oficiais e soldados das fragatas e navios mercantes. Além disso, constatou-se que os oficiais:

[...] comprando quase publicamente o ouro em pó, tomando também a troca das fazendas que levam do reino e chegando a oferecê-lo aos donos para trazê-lo e entregá-lo a salvo nesta corte pelo prêmio que estipulas, sendo tal a sua indústria que até as armas de fogo trazem carregada de ouro.²⁵

Essa passagem comprova que o comércio com o ouro não era só feito pelos homens de negócios, posto que as transações a miúdo eram frequentes e realizada por qualquer um, de forma a ser conhecida até pela maior autoridade do Império, quiçá pelas autoridades da capitania. O ouro, por ser material de fácil condução, permitia aos interessados fazerem comércio em diversos portos atlânticos, apesar da explícita legislação que o proibia. Na mesma missiva estava posto que os homens das fragatas levavam fazendas do reino e que nos portos a trocavam por ouro em pó, pois estes já tinham compradores certos quando desembarcavam com suas fazendas e mercadorias enviadas por negociantes das praças portuguesas.

A carta, vale frisar, escrita de punho régio, instruía o vice-rei na publicação de um bando com a proibição de que nenhum oficial ou soldado pudesse comprar ou trocar ouro em pó por fazendas e nem levar moedas ou peças de ouro para o reino no valor acima de vinte mil réis. A pena para o desencaminhador seria a perda do posto, do tempo de serviço e ainda o degredo por dez anos para Angola. Se o contrabandista fosse soldado ou pessoa de origem inferior, seria igualmente condenado às galés pelos mesmo dez anos. Ordenava ainda a vistoria das naus incentivando a denúncia em segredo; como recompensa, o denunciante poderia ser premiado com a metade de todo ouro achado com o desencaminhador. Estas e outras punições tornavam-se letra morta diante do fato de que sempre havia formas de trazer ouro das minas para negociar na praça da cidade de Salvador e em outros portos atlânticos.

Na resposta o vice-rei comprometia-se a fazer valer as instruções régias, mas ao mesmo tempo alertava que «desta [instrução régia] pouco

²⁵ IHGB, DL 865.2. Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e Secretário de Estado ao Conde de Sabugosa. fl. [1-2].

ou nenhum fruto resultará»²⁶, e dizia que haveria prudência em não publicar o bando proibindo o comércio, para não chamar atenção dos infratores, pois ele visava pegá-los de surpresa quando houvesse inspeção nos navios.

Outra instrução régia recomendava que o vice-rei impedisse a presença de ourives no território das minas, pois este ofício aumentava a possibilidade de fundição de ouro, sem que o mesmo tivesse sido quintado nas casas de fundição. A principal recomendação régia, entretanto, incidia sobre um sistema unívoco de arrematação dos quintos do ouro, tanto nas Minas Gerais quanto na Bahia. No caso desta última capitania, o sistema de arrecadação que vigorou entre 1720 e 1728 foi o sistema de pagamento por bateia; ou seja, cada mineiro deveria pagar o imposto de três oitavas e meia por cada escravo empregado na atividade de mineração²⁷. Como ainda não havia casa de fundição na vila, o ouro seria registrado pelo guarda-mor e enviado à casa da moeda em Salvador para ser fundido. A casa de fundição de Jacobina só foi erigida em 1728, e as vilas de Rio de Conta e Minas Novas de Araçuaí também receberam fundição a partir de 1730. Essas três casas tiveram vida útil até 1735, quando passou a vigorar o sistema de capitação que perdurou até 1751. A partir deste ano retornou-se ao regime de tributação das casas de fundição; entretanto, somente Jacobina, que era cabeça da comarca, teve a fundição reativada. Esta manteve-se funcionando somente por mais quatro anos até 1754, devido às grandes despesas da fazenda real com a manutenção desse expediente de fiscalização. Mediante uma representação da câmara de Minas Novas de Araçuaí, a qual solicitou ao rei que a casa de fundição dessa vila fosse reativada, o rei ordenou a transferência da fundição de Jacobina para Araçuaí, uma vez que só poderia haver uma casa de fundição por comarca. O ouro de Jacobina, assim como o do Rio de Contas, passou a ser enviado para a casa da moeda de Salvador. Em Araçuaí, com a casa de fundição reaberta, somente o ouro retirado naquela região seria quintado (Almeida 2012, 46-51).

Por esse breve resumo pode-se perceber que durante as décadas de 1720 a 1750 três regimes de quintos vigoraram na Bahia – bateias (1720-1728),

²⁶ IHGB: DL 865.2. Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e Secretário de Estado ao Conde de Sabugosa. fl. [4].

²⁷ Essa informação está registrada na certidão que Francisco das Neves, escrivão da administração do Guarda-mor das minas da Jacobina, fez em 28 de novembro de 1730. Na ocasião ele certificou a veracidade da lista dos mineiros que tiravam ouro nos ribeiros do termo da vila e indicou que havia um livro no qual se registravam as atividades mineradoras. Esse livro não foi encontrado, mas a lista dos mineiros e dos arrematantes de data constam no seguinte documento: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IHGB, LEAL – DL 970.3, Lata 5, Doc. 15, fl. [82, 82v.]

casas de fundição (1728-1735/1750-1754) e capitação (1735-1750) – e esses não seguiram exatamente o mesmo ritmo do estabelecido para Minas Gerais²⁸. Essa diferença diz muito sobre as condições de extração que se faziam nas minas baianas, e aí reside uma grande diferença entre os distritos mineiros de uma e outra capitanias. Enquanto nas Minas Gerais a arrecadação dos quintos era recolhida a partir de uma cota estabelecida – em alguns anos essa cota chegou a ser de 30 arrobas de ouro –, na Bahia ainda vigorava um sistema de taxação dos mineiros a partir da capacidade individual de extração e de posse de escravos. Isso comprometia sistematicamente os valores dos quintos baianos, que aos olhos da Coroa eram sempre aquém da capacidade de arrecadação das minas. Sabedores desse sistema, os mineiros estavam sempre em constante deslocamento, tentando fugir da fiscalização régia e aproveitando-se da largueza do território, por onde se buscavam novos caminhos para burlar o sistema do fisco.

A arrematação dos quintos sempre foi a grande dificuldade da Coroa. Nas correspondências emitidas pelo vice-rei Vasco Fernandes, podem-se rastrear as remessas dos quintos das vilas mineiras da Bahia, embora saiba-se que esses rendimentos registrados na casa da moeda da Bahia não atestam de forma completa a extração que se fazia nas minas do sertão, uma vez que os descaminhos, conforme mostram as correspondências, eram uma realidade pungente no período. Os valores dos quintos das minas baianas precisam ser vistos dentro das especificidades de sua produção, pois, de acordo com a troca de correspondência entre o governo da Bahia e a coroa, percebe-se que o vice-rei e seus prepostos – guarda-mor, superintendente das minas, sertanistas – nem sempre conseguiam convencer os mineiros a pagar os quintos; por isso essa arrecadação fiscal oscilava bastante e parecem ter sido arrecadados ao sabor de circunstâncias, não totalmente sob o controle da fazenda real²⁹. A tabela abaixo, indicando os valores dos quintos remetidos pelo vice-rei da Bahia pelas frotas do reino, revela a oscilação dos valores, assim como

²⁸ Sobre o sistema de arrecadação dos quintos nas Minas Gerais. Faria, Simone Cristina. 2015. «A “matéria dos quintos” e os “homens do ouro”: a dinâmica da arrecadação dos quintos reais na capitania de Minas Gerais e as atribuições, atuação, perfil e relações dos cobradores dos quintos (c. 1700-c. 1780)». PhD diss., Universidade Federal do Rio de Janeiro, 48-53.

²⁹ Albertina Vasconcelos, em sua dissertação de mestrado, fornece três quadros com valores para a arrematação dos quintos das minas baianas. Segundo notifica, as tabelas foram retiradas de Borges de Barros (1933) e Edelweis (s/d). Como não tivemos a possibilidade de checar as fontes usadas por esses autores, preferimos incluir na tabela dados retirados da correspondência do vice-rei com a Coroa presentes no AHU – Projeto Resgate e nos livros da Secretaria de Estado do Brasil custodiados no Arquivo da Universidade de Coimbra na Coleção Conde dos Arcos. Também optou-se por indicar os valores dos quintos, tais como foram expressos nos documentos consultados. Cfr. Vasconcelos 1998, 142-150.

a variedade de origem do ouro recolhido. Somente após 1751, quando foi instituída a Intendência Geral do Ouro, é que temos valores registrados com mais regularidade. Entretanto isso já extrapola o contexto de análise deste texto. Abaixo uma exposição dos quintos arrecadados nas minas baianas.

Data	Marcos	Onça	Oitavas	Grãos	Réis	Cruzados	Vintena	Local de origem
1720/08/05			663					Jacobina
1721/08/05			548					
1723/09/18					6:490\$800			Jacobina
1723/09/18					9:121\$800			Rio das Contas
1724/08/08			5000					Rio das Contas
1725/12/01						38:371\$794	822\$726	Rio das Contas/ Jacobina
1726/06/17			153					Jacobina
1726/08/17					8:177\$000			Rio das Contas/ Jacobina
1728/04/08			1533		2:225\$824			Rio das Contas
1728/09/06			6936		9:697\$174		510\$377 réis	Rio das Contas/ Jacobina
1729/05/28			3250 e 1/2 e 1/4					Jacobina
1729/05/28			1662					Jacobina
1729/05/28					1:760\$800			Jacobina novos descobrimentos
1729/10/08	13	4	6	24				Jacobina
1729/10/09			13 556					Minas Novas
1731/10/05	108	4	7					Minas Novas
1731/12/04	178	6	7		2:360\$000			Minas da Bahia
1733/11/06	19	4	5	36				direito das entradas de Jacobina
1733/11/06					765\$300			direito das entradas do Rio das Contas
1734/05/24	54	3	6	50				não informa
1734/05/24		1	22	50				apreendido no caminho das minas
1735			5558					Jacobina/Rio de Contas

7. Quintos arrecadados nas Minas baianas referentes aos anos de 1720-1735

Fonte: Arquivo da Universidade de Coimbra. Coleção Conde dos Arcos. Livro Governo da Baía: 1720-1728 – Cota – VI-III-1-1-11; 1729-1735- Cota – VI-III-1-1-12; AHU – Projeto Resgate. Avulsos, Bahia. Cx. 15, D. 1338.

Em todo o período encontramos documentação que atesta os diversos estratégias e insubordinações dos mineiros para não comparecerem com os impostos régios. Todos os esforços dos funcionários da Coroa pareciam ser insuficientes quando o assunto era o pagamento dos valores devidos à

fazenda real. Em uma carta enviada ao vice-rei em 1722, o coronel Pedro Barbosa Leal contou que:

[...] vim correndo examinando todas as minas, lavras e ribeiros trazendo em minha companhia o guarda-mor, seu escrivão e tesoureiro com o cofre, por que me resolvi a vir pessoalmente principiar a cobrança dos ditos quintos pelas lavras, por entender ser de maior efeito a minha presença na consideração de estarem todos renitentes em pagar os quintos e quererem somente fazer uma convenção que os desobrigasse deste encargo.³⁰

Por esse trecho pode-se perceber a labuta que era canalizar o ouro dos rios do sertão para os cofres da fazenda real. Quando a casa de fundição foi aberta, as dificuldades continuavam e os oficiais pouco ou nada conseguiam fazer diante da renitência dos mineiros em introduzir os quintos nas casas de fundição. Pelo menos é o que pode-se aduzir das correspondências trocadas entre o governo da Bahia e a Coroa. Uma alternativa seria acionar o ouvidor geral da comarca da Bahia, mas o próprio vice-rei denunciou a D. João V a má vontade desse oficial em dirigir-se às vilas do sertão para realizar devassas e correições entre os mineiros.

A casa da fundição da Jacobina, senão tem remetido quintos há muitos meses, e pela cópia inclusa da conta que me deu o escrivão da receita saberá V. Majestade o motivo; e porque se deve conhecer daquela extração, por todos os princípios escandalosa, para se impor a pena da lei aos transgressores dela, determino mandar o Ouvidor geral da comarca a esta diligência, e também porque aquela vila, não foi corre[i]gida mais que no ano seguinte a sua criação, e bom será que não encontre no dito ouvidor geral, a mesma renitência que teve quando lhe ordenei, fosse a vila da Abadia corregê-la e tirar algumas devassas de casos atrocíssimo.³¹

Está demonstrado por esse trecho um dos motivos para a criação da Comarca da Bahia da parte do Sul ou Comarca da Jacobina em 1734, um ano após o vice-rei enviar essa carta a D. João V. A possibilidade de nomear um ouvidor geral para o sertão tornaria mais eficiente a aplicação da lei junto aos distritos mineiros, diminuiria as desordens e tornaria mais efetiva e regular a cobrança dos impostos sobre a extração do ouro.

³⁰ AHU, *Conselho Ultramarino*, Bahia, Cx. 15, doc. 1338.

³¹ AHU, *Conselho Ultramarino*, Avulsos, Bahia, Cx. 45, doc. 4030 (Carta do [vice-rei e governador-geral do Brasil] conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes ao rei [D. João V] de que por meio do escrivão da receita ficou sabendo que a Casa da Fundição da Jacobina não vem remetendo os quintos reais. Bahia, 2 de maio de 1733).

A carta a qual o vice-rei havia se referido tinha sido enviada pelo escrivão da conferência da casa de fundição da Jacobina. Nesta ele relatou que, tendo feito uma pública súplica aos moradores para que entrassem com os quintos devidos, estes responderam-no dizendo que, «enquanto achassem quem lhes pagassem pela oitava de ouro a mil duzentos e oitenta, lhe faria maior conveniência que metê-lo em casa de fundição»³².

A resposta dos mineiros frente as pressões para o pagamento dos quintos incidia sobre uma questão crucial, que era o valor que as oitavas de ouro possuíam no mercado local. Enquanto na casa de fundição a oitava era comprada por 1\$200 réis, na mão dos negociantes cada oitava valia 1\$280 réis, mostrando inelutavelmente que essa diferença incentivava o ímpeto dos mineiros para desencaminhar o ouro. Sabia-se largamente que o ouro em pó nos distritos das minas corria como dinheiro, obviamente por haver escassez de moeda e por causa sobretudo da dinâmica das transações comerciais locais.

Segundo alegavam os moradores, os contratos daquelas minas eram livres: nem o escrivão nem pessoa alguma os podiam obrigar a fundir o ouro, e o único modo seria impedir a saída dos que trocavam o ouro por aquele preço. Sabemos que os negociantes, tanto quanto os mineiros e faiscaidores, lucravam com o descaminho do metal, pelos vários modos que tinham de fugir dos arraiais mineiros. Na carta o escrivão ainda aponta que naquelas circunstâncias era do ribeiro de São Miguel das Figuras de onde saía a maioria dos homens de negócios e negociantes para a cidade de Salvador, levando consigo boa parte do ouro. Tal situação aponta para um momento de fragilidade do poder do governo em obrigar os mineiros a pagar o imposto e controlar de forma ostensiva os diversos locais onde ocorria a exploração aurífera. Naquelas circunstâncias o descobrimento de esmeraldas nas Minas Novas de Araçuaí foi outro fator com o qual o governo da capitania também teve que se preocupar.

A narrativa mais interessante sobre o sistema de descaminho do ouro praticado no sertão baiano encontra-se numa outra carta escrita pelo coronel Pedro Barbosa Leal. No ano de 1730, já velho de suas andanças pelo sertão, ele relatou todos os tipos de estratégias usados pelos mineiros para fugir ao fisco. Em resumo ele afirmou que a largueza do sertão, a possibilidade de evadir-se por matos e picadas, a facilidade de esconder o ouro e de trocá-lo a preços convidativos por produtos levados pelos negociantes às minas tornavam quase impossível uma sistemática eficiente na

³² AHU, *Conselho Ultramarino*, Avulsos, Bahia, Cx. 45, doc. 4030.

arrecadação dos quintos. A citação é longa, mas merece ser transcrita pela pertinência de seus detalhes:

Nem ainda dentro das Minas se pode dar legítima arrecadação na extração do ouro, porque se deve considerar que sendo muito os mineiros que tiram ouro, são poucos os que têm lavras abertas e certas, por que os mais deles trazem os seus negros a faiscar, isto é dizer aos negros que lhes hão de dar cada dia meia oitava de ouro de jornal, e que vão trabalhar donde quiserem. Estes faiscadores vão pelas lavras velhas onde na lavagem sempre fazem jornal, e outros se metem por entre as serras, e por entre as brenhas, e pelos córregos que não estão conhecidos, e os vão escalando e dando suas escavações donde tiram ouro, fazendo os seus jornais e vêm aos sábados dar conta aos seus patronos, e lhes fica o mais ouro para o seu comércio. Muitas vezes se passam quinze dias que seu senhor não sabe deles; e assim ainda quando se quiserem pôr olheiros pelas lavras que rejeitassem o ouro diariamente, que é a mais miúda arrecadação que se podia pôr, não é meio adequado, por que além de necessitar de um grande número de olheiros, senão podia praticar com os faiscadores, como também com muitas pessoas que não têm escravos que bastem para abrir lavra, se botam pelo tempo das águas a minerar pelas bastadas das serras e poucos regos incógnitos aonde tiram ouro, sem tirar carta de data, e sem serem conhecidos por mineiros.³³

A origem da carta do coronel Barbosa Leal foi uma consulta efetuada por D. João V ao vice-rei Vasco Fernandes, nessa época já Conde de Sabugosa, sobre as possíveis vantagens de se fazer na praça da Bahia um contrato de arrematação dos quintos por particulares, tal como se dava com o *Contrato das Entradas* de mercadorias nas minas. O vice-rei prontamente coloca a questão sob consulta ao coronel que era um experiente sertanista, tendo prestado mais de 40 anos de serviços à Coroa. A resposta do coronel foi absolutamente enfática de que tal sistema causaria grandes distúrbios nas minas e que, se os mineiros se recusavam a pagar os quintos contrariando as leis máximas de S. Majestade, quais seriam os motivos que os fariam arrecadar junto a um contratador? Resumindo, essa alternativa seria inviável.

Analisando outra correspondência entre Vasco Fernandes e D. João V, é notório que havia por parte do Conde de Sabugosa uma forte relutância em relação à arrematação de contratos, sobretudo quando estes diziam respeito às minas baianas. Tal problemática traz em seu bojo uma longa discussão acerca da tríade que regulava o governo do Brasil, que pode ser resumida na sobreposição de poderes referentes às jurisdições de con-

³³ IHGB. DL 865.2. Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e secretário de Estado ao Conde de Sabugosa. fl. [03-04].

selhos palatinos, tal qual era o Conselho Ultramarino, da capacidade do vice-rei de fazer valer sua autoridade diante de governadores de outras capitanias e da posição majestática do rei para ao mesmo tempo dirimir conflitos e assegurar a soberania de suas ordens nas conquistas. A denúncia do vice-rei pode ser interpretada a partir do que conclui Pedro Cardim (2005) quando analisa a dilatação das funções desses órgãos e o conflito de jurisdição que atravessou a consolidação de sua atuação junto ao ultramar.

Pedro Cardim discute com bastante precisão esse tipo de conflito, que já podia ser percebido no século XVII, quando analisa uma contenda entre o Conselho Ultramarino e o Desembargo do Paço. Ele chama a atenção para o fato de que os conselhos palatinos tinham em sua origem a função de apoiar a vontade régia, mas à medida que o faziam buscavam alargar o seu campo de jurisdição, posto que «muitas vezes não se comportavam propriamente como fiéis intérpretes dos desígnios régios, uma vez que, como é sabido, o *ethos* dos magistrados propiciava o surgimento de sentimentos de independência operativa e de autonomia decisória» (Pedro Cardim 2005, 62).

Tal interpretação nos parece apropriada para entendermos as queixas contidas na longa missiva do vice-rei. O mote central da carta era colocar a Coroa a par da situação das minas baianas sob sua administração e de como o Conselho Ultramarino não respeitava a sua autoridade, infligindo as próprias ordens régias que deveriam ser observadas. Sobre tal questão, configurou-se aí a contradição entre as funções do Conselho Ultramarino, que cada vez mais queria ampliar a sua capacidade executiva, muitas vezes contrariando as decisões régias e interferindo em assuntos da fazenda real, como será visto adiante. Nas palavras do vice-rei, o Conselho Ultramarino, a partir de seus expedientes, queria se sobrepor às suas decisões como autoridade máxima do Estado do Brasil³⁴.

Na sequência ele explica que o tal negócio dizia respeito à arrematação dos Contratos das Entradas das Minas Novas de Araçuaí (local onde na década de 1730 havia um surto de exploração aurífera) e que o Conselho sem lhes fazer consulta ou ter atenção às suas resoluções sobre a matéria deliberou da forma como lhe convinha. A opção de arrematação dos ditos contratos na praça de Lisboa tinha sido feita à sua revelia e tal negócio só tinha a finalidade de favorecer aos homens de negócios interessados nos

³⁴ AHU, *Conselho Ultramarino*, Brasil, Bahia. Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 3, Doc. 346. (Carta do Conde de Sabugosa, referindo-se entre outros assuntos às resoluções do Conselho Ultramarino, geralmente tomadas sem as prévias e necessárias informações dos Governadores..., Bahia, 23 de agosto de 1730).

avultados lucros com as entradas das minas, pagando por esse direito um ínfimo valor. Na opinião do vice-rei, tal estado de coisas lesava a fazenda real, e dizia que «estas considerações me fazem muitas vezes obrar contra o que entendo, vendo que o Conselho Ultramarino pode tudo, por que tudo resolve sem dependência, nem ainda informação»³⁵.

O rendimento das minas baianas era auferido na arrecadação dos quintos, mas também na arrematação dos contratos das *Entradas das Minas*, para os quais se cobravam o preço de cinco mil réis por escravo que para estas passavam. Além disso os gêneros de secos e molhados também eram taxados nas passagens dos caminhos. Na carta ele denunciou que, se a arrematação dos contratos tivesse sido feita nas praças baianas, se poderia fazê-lo por um preço maior «pelos muito lançadores que costumam haver em qualquer contrato»³⁶. Os lançadores da praça da Bahia tinham restrições de duas ordens para concorrer às arrematações: ou por não ter cabedal suficiente, ou então por que temiam serem lesados pelos procuradores da praça de Lisboa. Isso atesta que, para além da produção interna da colônia, continuou havendo uma proeminência dos portugueses nos tratos mercantis (Monteiro 2005, 98) 37. Ainda na carta ele revela que um tal André Marques já pela terceira vez havia arrematado contrato com o conluio do Conselho Ultramarino que se deixava enganar por certidões de quitação das obrigações do contrato, que não tinham sido feitas e com isso subtraindo dos cofres da fazenda real.

De acordo com os contratos, cada *comboieiro*³⁸ que levava os escravos para as minas, quando vinham desembarcados pelo porto de Salvador ou do Rio de Janeiro para seguir pelo caminho do sertão, deveria deixar nos postos de registros o preço de 4\$500 réis. Ademais em 1722, respeitando aos interesses dos mineiros, ele resolveu que se dobrasse o valor do contrato e que após sua resolução o mesmo contrato fosse arrematado por 50 000 cruzados anuais. Quando ele dobrou o valor da passagem dos escravos, o acréscimo disso ficou para a fazenda real, que dessa forma teria lucrado duas

³⁵ AHU, *Conselho Ultramarino*, Brasil, Bahia. Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 3, doc. 346.

³⁶ AHU, *Conselho Ultramarino*, Brasil, Bahia. Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 3, doc. 346.

³⁷ Nuno Monteiro resume a questão afirmando que, enquanto as elites terratenentes eram cada vez mais consolidadas a partir de homens naturais da terra, a “classe mercantil permanecia essencialmente europeia”. Ver Monteiro 2005, 98.

³⁸ De acordo com Júnia Furtado, “Comboieiros eram aqueles que viviam, prioritariamente, do transporte de negros do litoral para o interior”. Ver a designação que esta autora traz para *Tratantes, viandantes e comboieiros*. (Furtado 2014, 151-175).

vezes. No segundo triênio se arrematou o contrato por 215\$000 cruzados. Já o terceiro triênio foi arrematado na praça de Lisboa por 4\$500 cruzados e 10\$000 réis. No novo contrato feito pelo Conselho Ultramarino, cada escravo que passasse para as minas teria que pagar 3\$500 réis de direitos, valor menor do que anteriormente tinha sido efetuado. Segundo afirmou, o conhecimento do novo contrato e seus valores só foi conhecido quando recebeu a notícia pela frota. Ele ainda diz que mandou cobrar o preço de 10 tostões por cada escravo que viesse da costa da Mina, para que com esse valor se construísse e sustentasse a feitoria de Ajudá que ele mandou construir em 1721, demonstrando que às custas do ouro baiano que demandava escravos se intensificou a presença portuguesa naquela feitoria africana.

A reclamação do vice-rei tem por um lado o justo intuito de justificar as dificuldades de arrecadação da fazenda real na Bahia, mediante a denúncia que faz da interferência do Conselho Ultramarino na arrecadação tributária, tentando mostrar que se fazia ao máximo para evitar a exiguidade e penúria econômica da capitania, no momento em que o ouro e os escravos eram as fontes mais imediatas de arrecadação fiscal.

Analísado por outro ponto de vista, sua queixa também faz uma importante avaliação sobre as condições de arrecadação dos quintos do ouro, tal como exigia a Coroa, sendo certo que os arrematadores da praça da Bahia haviam sido preteridos diante da prioridade de se fazer a arrematação dos contratos das entradas via a capitania das Minas Gerais. Por isso ele apontava que o rápido esgotamento do ouro nos veios dos rios, o abandono das datas, a dinâmica de transumância pelo sertão, o alto preço dos escravos que inflacionou o custo de obtenção da mão-de-obra, tudo isso tinha servido de «grande prejuízo ao rendimento dos quintos sem quanto se cobravam por bateias por se não acharem os que deviam quando os procuraram para os pagar»³⁹.

Os termos do documento deixam transparecer que, para além da questão econômica, o real motivo da queixa seria as significativas divergências políticas envolvendo o vice-rei Vasco Fernandes e o governador das Minas Gerais D. Lourenço de Almeida, o qual não prestava contas de suas ações à autoridade máxima do governo do Brasil. D. Lourenço foi imputado de favorecer alguns indivíduos na arrematação dos Contratos das Entradas das Minas, lesando com isso os valores a serem pagos à fazenda real. Vasco Fernandes escreveu nos seguintes termos:

³⁹ AHU, *Conselho Ultramarino*, Brasil, Bahia. Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 3, doc. 346.

Pela secretaria recebi a cópia das ordens, em que V. Ex.^{cia} me fala pertencentes as Minas Gerais, donde não tenho nunca notícias, que as que me participa o governador do Rio de Janeiro, e se divulgam nesta cidade, porque Dom Lourenço de Almeida desde que tomou posse do governo, se pôs em divórcio comigo, entendendo que seria menos governador, se fosse subordinado, porém nenhum dos seus antecessores seguiu esse tão grave desordenado sistema, o qual continua sem embargo de El rei o advertir há quatro anos, em carta firmada pela sua Real mão, ordenando-lhe me desse conta de tudo quanto acontecesse na sua jurisdição, e executasse prontamente as minhas ordens, não tendo outras em contrárias de S. Majestade, e confesso a V. Ex.^{cia} que nada sinto, a falta desta correspondência, porque são tais os progressos deste fidalgo, que justo é que ninguém mais que ele tenha parte nos seus acertos.⁴⁰

A carta é contraditória pelo fato de que, se por um lado reclama do Conselho Ultramarino que estava em conluio com alguns homens de negócio, em outros momentos admite que age contra o seu entendimento por ceder à pressão dos arrematadores dos contratos, ou seja, os tais homens de negócios, para evitar danos maiores à fazenda real. Ainda assim, revela que também adotava medidas políticas explícitas para suavizar as pressões fiscais que incidiam sobre os mineiros e evitar que houvesse distúrbios coletivos nos distritos das minas. Vasco Fernandes tentava mostrar-se como um habilidoso negociador diante dos embates entre as dificuldades locais e as exigências da Coroa.

Diante de tantos fatores, sabemos que o dinheiro recolhido dos quintos, em certas circunstâncias, era usado para saldar a folha de funcionários da Coroa no ultramar, como sucedeu em 1735, quando esse vice-rei, já em seu último ano de governo, recebeu mais de 9:955\$722 réis dos rendimentos dos direitos dos quintos e das entradas das minas de Jacobina e usou parte deste montante para pagar duas folhas de ordenados dos oficiais da casa de fundição e dos comissários das fragatas das naus do comboio da frota real. Para isso ele alegou que a fazenda real estava sem fundos para saldar a folha de funcionários⁴¹. No ano seguinte, em 1736, já no governo do Conde das Galveias colocava-se novamente a necessidade de usar os rendimentos dos quintos da Jacobina para saldar as despesas das casas de fundição e dos quintos das Minas Novas de Araçuaí para pagar o trabalho

⁴⁰ AHU, *Conselho Ultramarino*, Brasil, Bahia. Coleção Eduardo Castro e Almeida. Cx. 3, doc. 346.

⁴¹ AHU, *Conselho Ultramarino*, Avulsos. Bahia. Cx. 54, doc. 4659. (Parecer do Conselho Ultramarino sobre o vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil, conde das Galveias, André de Melo e Castro dá conta do dinheiro que remete do produto do rendimento do donativo e quintos da Jacobina e da despesa com as duas naus do comboio da Índia, Bahia, 2 de janeiro de 1736).

das tropas de linha daquela vila, já que o rendimento advindo do registro das entradas tinha sido arrematado por um contratador das Minas Gerais⁴².

Considerações finais

Este artigo pretendeu levantar novas interpretações sobre as vilas auríferas do sertão baiano; para isso buscou-se analisar um conjunto variado de fatores que fornecessem novos indícios sobre essa dinâmica de ocupação. As fontes paroquiais trazem informações relevantes para o entendimento das hierarquias sociais da área de estudo, demonstrando a distribuição de livres e escravos na dinâmica da mineração. A sistematização desses dados permitiu observar a paisagem demográfica do sertão, quando aquele espaço estava sendo incorporado ao mapa da administração do Império ultramarino português. Nesse sentido, não é possível entender o sertão no século XVIII sem considerar a especificidade da extração do ouro; e nem entender o ouro, sem perscrutar a dinâmica interna e as hierarquias sociais vigentes nas principais vilas auríferas do sertão baiano.

Subsidiado por um *corpus* documental ainda inédito, buscou-se neste artigo apontar quais foram as dinâmicas de formação social das áreas mineadoras. Ao analisar os fluxos da comunicação política adotados entre o centro e a periferia do Império, nomeadamente, entre a coroa, o governo da capitania e os poderes locais, procurou-se enfatizar os direcionamentos políticos e os termos que regiam o governo das minas. Igualmente constatou-se que este foi um tema relevante para a administração ultramarina nas duas margens do Atlântico. A elevação de alguns arraiais à condição de vilas proporcionou um novo estatuto político ao território sob a jurisdição das câmaras recém-criadas. Ademais, estas circunstâncias atraíram uma imigração reinol, impactando os antigos moradores das povoações, sobretudo no que diz respeito às dinâmicas das escolhas matrimoniais. À coroa interessava sobremaneira o assentamento de colonos no sertão; por isso, a regulação da vida eclesiástica, civil e judicial, apresentou-se como um projeto de efeito prolongado, assegurando para a monarquia a consecução de seus interesses em núcleos de povoamento.

Pelos dados apresentados, o presente artigo demonstrou que a participação da Bahia na economia do ouro do século XVIII não ficou restrita

⁴² AHU, *Conselho Ultramarino*, Avulsos. Bahia. AHU. Avulsos. Bahia. Cx. 56, doc. 4808. (Carta do [vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil] André de Melo e Castro, [conde das Galveias] ao rei [D. João V] sobre a aplicação dos quintos reais para o estabelecimento das Casas de Fundição das Minas da capitania da Bahia. Bahia, 5 de Julho de 1736.)

somente ao fornecimento de produtos de subsistência para Minas Gerais. A sistemática exploração do ouro foi um evento de dimensões ambivalentes para o Brasil e para Portugal. Por um lado, no discurso das autoridades coloniais, a corrida do ouro despertou a sanha dos exploradores, tendo provocado a afluência de muita gente para o sertão; por outro, foi justamente a necessidade de dar forma à arrecadação fiscal que condicionou a criação das câmaras e das vilas do interior. Para isso, foi necessária a intervenção constante da Coroa e do governo do Brasil, no sentido de dar suporte ao processo de organização social, econômica e política nos distritos das minas. Em termos de geopolítica local, coube ao vice-rei, mesmo no embate com outras instituições atuantes no ultramar, mobilizar a sua rede clientelar principalmente entre as companhias de ordenanças e os sertanistas, para promover a administração das minas e garantir o funcionamento do aparelho judicial e fiscal nas áreas de mineração.

Referências bibliográficas

- ACCIOLI, Ignácio de Cerqueira e Silva. 1925. *Memórias históricas e políticas da Bahia*, v. 2. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. *O Trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras.
- BOXER, Charles. 1963. *A idade de Ouro do Brasil. Dores e crescimento de uma sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARDIM, Pedro. 2005. «Administração» e «governo»: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. *Modos de governar. Ideias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX*. Editado por Fernanda Bicalho e Vera Ferlini, 45-68. São Paulo: Alameda.
- COSTA, Afonso. 1952. «Vida Eclesiástica. (História de Jacobina)». *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. 31 agosto 1952, 4.
- COSTA, Afonso. 1951. «De como nasceu, se organizou e vive a minha cidade». *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 175-384. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Departamento de Imprensa Nacional.
- COSTA, Leonor Freire, Maria M. Rocha e Rita M. de Souza, eds. 2013. *O Ouro do Brasil*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- COSTA, Leonor Freire, Maria M. Rocha e Rita M. de Souza, eds. 2014. «Entre o açúcar e o ouro: Permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII)». *Nas rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Editado por João Fragoso, Manolo Florentino, Antônio J. de Sampaio, Adriana Campos, 89-122. 2.^a ed. Vitória: EDUFES.
- FRAGOSO, João. 2014. «Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII». *Coleção o Brasil Colonial, 1720-1821*. Editado por João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, 159-240. Vol. 3, 1.^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FRAGOSO, João, Manolo Florentino, Antônio J. de Sampaio, Adriana Campos, eds. 2014. *Nas rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2.^a ed. Vitória: EDUFES.
- FURTADO, Júnia. 2014. «Teias de negócio: Conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII». In *Nas rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, ed. João Fragoso et al., 151-175. Vitória: EDUFES.

- HESPANHA, A. M. Xavier. A. B. 1998. *História de Portugal. O Antigo Regime*. Vol. IV. José Mattoso (direção). Lisboa: Editorial Estampa.
- LOUREIRO, Guilherme Maia de. 2015. *Estratificação e mobilidade Social no Antigo Regime em Portugal (1640-1820)*. Lisboa: Guarda-Mor.
- MONTEIRO, Nuno. 2005. «Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII». In *Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português – Séculos XVI-XIX*, ed. Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini, 93-118. São Paulo: Alameda.
- NEVES, Erivaldo e Antonieta Miguel, eds. 2007. *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia.
- NEVES, Erivaldo. 2006. «Almocafre, bateias e gente de pequena esfera: o ouro no povoamento e ocupação econômica dos sertões da Bahia». *Revista do IGHB* 101: 125-147.
- OLIVAL, Fernanda. 2001. *As ordens militares e o estado moderno: Honra, mercê e venedade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar.
- POLÓNIA, Amélia. 1999. «Vila do Conde: um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista». Ph.D. diss., Universidade do Porto: FLUP.
- RAMINELLI, Ronald. 2016. «Serviços e mercês de vassalos da América Portuguesa». *Revista Historia y Sociedad* 12: 107-131.
- ROMEIRO, Adriana. 2007. «A Guerra dos emboabas: novas abordagens e interpretações». *História das Minas Gerais: As minas setecentistas*. Editado por Maria E. L. de Resende e Luiz Carlos Villalta, 529-548. Belo Horizonte: Autêntica – Companhia do Tempo.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. 1998. «Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808». *Revista Brasileira de História* 18 (36): 187-250.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. 2005. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. 2010. «Padrões de colonização no Império Português». A *Expansão marítima Portuguesa, 1400-1800*. Editado por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 171-206. Lisboa. Edições 70.
- SAMPAIO, A. C. Jucá de. 2003. *Na encruzilhada do Império. Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. 2010. «Fronteiras dos sertões baianos: 1640-1750». Ph.D. diss., Universidade de São Paulo.

- SILVA, Cândido da Costa e. 2000. *Os Segadores e a Messe: O Clero oitocentista na Bahia*. Salvador. ECT: Edufba.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. 2007. «A Coroa e a remuneração dos Vassalos». *História das Minas Gerais: As minas setecentistas*. Editado por M. E. L. de Resende e Luiz Carlos Villalta, 191-219. Belo Horizonte: Autêntica – Companhia do Tempo.
- VASCONCELOS, Albertina Lima. 1998. «Ouro: Conquistas, tensões, poder, mineração e escravidão – Bahia do século XVIII». Ph.D. diss, Universidade de Campinas.

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]

“Mapa de enumeração da gente e povo desta capitania da Baía pelas freguesias de suas comarcas...1780”, AHU_Bahia. Cx. 55, Doc. 10.700-10.701.

Projeto Resgate

- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 15, D. 1338.
- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 32, D. 2952.
- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 52, D. 4543.
- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 45, D. 4030.
- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 54, D. 4659.
- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 56, D. 4808.
- AHU_ACL_CU_005, Bahia, Cx. 51, D. 4478.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 08647.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional [BNRJ]

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Vol. LXXVII – Provisões, Portarias e Nomeações (1731-1732). Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1939, p. 173.

Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. Volume XLIV – Carta dos Governadores (1720-1722). Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1939, p. 147.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [IHGB]

LEAL – DL 970.3 Lata 5, Doc. 15; Autos de justificação em que são partes o capitão Manoel Francisco dos Santos superintendente das conquistas e o Coronel Pedro Barbosa Leal. Salvador, 30 de outubro de 1730.

DL 865.1 – Livro de provisões e cartas de S. M. e do secretário de estado a que se respondeu o vice-rei do Brasil – 1727-1728.

DL 865.2. – Lista de cartas e provisões de Sua Majestade e secretário de Estado ao Conde de Sabugosa.

DL. 56.1-3. – Bahia administração colonial. Códice de registros de cartas régias.

Arquivo do Convento de São Francisco. Campo Formoso – Bahia/Brasil

Livro de Casamentos da Freguesia de Jacobina, anotados na Igreja de Santo Antônio do Sertão da Jacobina. 1682-1756.



Identidade e tecnologia: o caminho de ferro da Suazilândia (1900-1914)

Hugo Silveira Pereira*

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 143-176. ISSN 0874-9671

Resumo

Em inícios do século XX os governos portugueses tiveram a preocupação de manter a identidade nacional dos caminhos de ferro que construía nas colónias, depois de más experiências com concessionários e empreiteiros estrangeiros, tanto no Continente como no Ultramar. Assim, quando surgiu a oportunidade de construir uma nova linha no distrito de Lourenço Marques até à Suazilândia, os responsáveis portugueses esforçaram-se por manter o caminho de ferro inteiramente nacional. Neste artigo analisaremos o processo de decisão e construção desta via-férrea, usando a metodologia dos large technological systems transnacionais/*cross-borders* e o conceito de technodiplomacia no tratamento de fontes arquivísticas portuguesas e britânicas.

Palavras-chave: Suazilândia, Lourenço Marques, technodiplomacia, caminhos de ferro, identidade tecnológica, *cross-borders*.

Data de submissão: 02/08/2016

Data de aprovação: 03/11/2017

Abstract

In the beginning of the 20th century the Portuguese governments worried about maintaining the national identity of the railways they projected in the colonies, after several bad experiences with foreign companies and contractors, both in the mainland and in the overseas territories. When an opportunity to build a new line from Lourenço Marques to Swaziland arose, the Portuguese authorities strived to keep the railroad entirely Portuguese. In this paper we aim to examine the process of decision-making and construction of this railway. We will use the methodology of the cross-borders/transnational large technological systems and the concept of technodiplomacy to analyse Portuguese and British archival sources.

Keywords: Swaziland, Lourenço Marques, technodiplomacy, railways, technological identity, cross-borders.

Date of submission: 02/08/2016

Date of approval: 03/11/2017

* CIUHCT, Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Institute of Railway Studies, University of York, UK. Bolseiro de pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/95212/2013).

E-mail: hugojose.pereira@gmail.com .

Identidade e tecnologia: o caminho de ferro da Suazilândia (1900-1914)

Hugo Silveira Pereira

Introdução, metodologia e fontes

A história do Longo Século XX (1850-2000) foi marcada pelo papel decisivo da tecnologia e pelo advento de grandes sistemas tecnológicos (Schot e Scranton 2014, X). Em África a construção de grandes infraestruturas técnicas reforçou a já existente superioridade europeia e incentivou o domínio do continente negro naquilo que Headrick (2010, 1-2) chamou de *New Imperialism* (Diogo e Laak, 2016, cap. 4).

Aqueles sistemas possuíam também uma forte componente simbólico-política e sobre eles se faziam as mais diversas representações (Moscovici 2005; Chartier 1992): representavam a vitória do génio humano e da racionalidade técnico-científica sobre a natureza (Darian-Smith 1999, 5), a superioridade ocidental sobre as demais civilizações (Adas 2006), a bitola pela qual se media o valor civilizacional das diferentes nações (Adas 1989), em suma, representavam o progresso (Kerr 2003, 296).

Constituíam igualmente instrumentos de construção e reforço de identidade nacional, como demonstrou David Nye para o caso norte-americano (Nye 1999, 68 e ss.) e Tiago Saraiva e Marta Macedo para o caso europeu, em particular o português (Saraiva 2007, 263-273; Macedo 2009, 8-9).

Uma tecnologia em concreto desempenhou um relevante papel neste processo: o caminho de ferro. Em Inglaterra contribuiu para a construção da identidade do *rural Englishness* (Paynton 1996, 17). Na Suíça o túnel de Saint Gotthard, aberto em 1882, foi durante gerações «a symbol of the country's independence, defiant and able to defend itself» (Schueler 2006, 82-87). Na Índia a estação terminal de Bombaim representava poder, orgulho e uma naturalização do sistema ferroviário imposto pela Inglaterra (Kerr 2003, 291). No contexto africano a tecnologia ferroviária, estabelecida desde portos controlados por europeus até ao seu *hinterland*, foi instrumento de afirmação de direitos de soberania e de europeização do território, durante o período histórico do *scramble for Africa* (Blanchard e Lemaire 2003, 23-27; Diogo 2009, 471-482; Diogo e Laak 2016, cap. 4; Hall 2002, 10-14; Lee 1999, 15; Pakenham 2011).

O potencial *nacionalizante* identitário da ferrovia podia passar por vários níveis. Não era suficiente que pertencesse formalmente a um país.

Convinha que a sua operação fosse igualmente feita por essa nação, que nacional fosse o capital investido e que nacionais fossem os materiais e os *experts* que a criaram/operaram.

No início de Novecentos, Portugal conhecia já bem esse potencial e as consequências do seu descuro. No continente, nas décadas de 1850-1860, as exigências de diversos investidores franceses e ingleses e as ameaças de, em conluio com os respetivos representantes diplomáticos, impedirem o acesso português aos mercados financeiros tinham lesado a soberania e as finanças públicas nacionais (Pereira 2016, 223-239). Mais preocupante era a situação nas colónias, territórios cobiçados por outras potências europeias, onde a identidade e a soberania nacionais não estavam cabalmente implementadas, apesar dos milhares de contos investidos em caminhos de ferro ultramarinos.

Em Goa uma companhia inglesa (West of India Portuguese Guaranteed Railway), de capital britânico, sediada em Londres, manobrando máquinas inglesas numa via fabricada em Inglaterra, ligava desde 1888 o porto de Mormugão à rede indo-britânica, sem, contudo, promover o progresso da colónia portuguesa. Graças a combinações de tarifas por parte das companhias vizinhas, a exploração era pouco lucrativa, obrigando o governo a despendar anualmente cerca de 73 mil libras (328,5 contos) com a garantia de juro que concedera à concessionária. Em 1903 Portugal entregara à companhia mais do que havia custado toda a obra (Pereira 2015).

Em Angola a linha de Ambaca fora construída e era explorada desde 1899 por uma empresa nacional (Companhia Real dos Caminhos de Ferro Através de África); no entanto, o seu capital era maioritariamente inglês. Uma vez que a companhia portuguesa vivia em perenes dificuldades financeiras, o receio de ter de entregar a linha aos interesses estrangeiros da companhia era uma preocupação constante, muito embora tal estivesse vedado pela lei geral ferroviária de 31 de dezembro de 1864 (Marçal 2016, 246-247; Pereira 2012, 324-334).

Em Moçambique dois caminhos de ferro colocavam também em causa a afirmação da identidade nacional na região. Em Manica o caminho de ferro da Beira à Rodésia (Zimbabwe), que já fora uma imposição britânica à luz do tratado de 11 de junho de 1891, fora adjudicado, via companhia majestática de Moçambique – dominada por capital estrangeiro (Serrão e Marques 2001, 492-496) –, a uma companhia inglesa na órbita da British South African Company e construído por um empreiteiro inglês (George Pauling) sem qualquer tipo de fiscalização por parte das autoridades nacionais (Baxter 1998; Teixeira 1991, 56-71). Em 1896 Aires Ornelas, ao acompanhar

uma força militar britânica à Rodésia, fazia um retrato tristonho da ação do caminho de ferro: a língua usada na exploração era o inglês, inglesas eram as medidas empregadas (pé, jarda, milha), bem como inglesa era a maior parte da propriedade limítrofe à linha. A ferrovia era assim «verdadeira via dolorosa desde a Beira á fronteira», antevendo-se «difficil tornar de facto portugueza uma região que hoje apenas o é no nome» (Ornelas 1896, 264).

Em Lourenço Marques a concessão da linha até ao Transval ao americano McMurdo (1883) embrenhou o caminho de ferro em tais peias burocrático-diplomáticas que adiou a sua ligação transfronteiriça. A solução para o imbróglgio passou pela rescisão do contrato e nacionalização da linha (1889), que obrigou o governo em 1900 ao pagamento duma indemnização de um milhão de libras (4500 contos) por uma via-férrea que custara um terço (Telo 1991, 163-166).

Estas e outras interferências externas tinham contribuído para uma sacralização do Império e para uma crescente intimidade entre o projeto colonial e a identidade nacional (Alexandre 1995, 46-51). Assim, no início do século XX, quando Portugal pretendeu construir novos caminhos de ferro, os governos nacionais, além dos usuais detalhes técnicos e económico-financeiros, preocuparam-se também com questões de identidade tecnológica, uma prevenção partilhada pela elite técnica nacional. Já em 1897 Costa Serrão, que classificava de «desastroso o processo das concessões» de linhas coloniais, aconselhava «o processo de construcção por conta do Estado»¹.

O caminho de ferro não era apenas um instrumento económico ou que estendia a ação administrativa do Estado (Alexandre 2000, 184); contribuía ademais para a construção da identidade nacional, sobretudo pelo valor das representações que lhe estavam associadas (Nye 1999, 53 e ss.). Esta premente preocupação afetou indelevelmente todo o processo de decisão e construção da linha de Lourenço Marques à Suazilândia, analisado neste artigo.

Este caminho de ferro foi pensado como um segundo escoadouro do tráfego do Transval (e naturalmente da Suazilândia) em cooperação com a linha de Ressano Garcia (de Lourenço Marques a Pretória via Ressano Garcia e Komatipoort)², o que implicava portanto uma ligação com o território

¹ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 492 1F, 23-24.

² Inicialmente chamada linha de Lourenço Marques. Para evitar a repetição da expressão *Lourenço Marques*, optamos por usar a moderna designação de linha de Ressano Garcia.

vizinho. Por este motivo teremos em conta os modelos desenvolvidos por Faye *et al.* e por Vleuten & Kaisjer para a análise de *large technological systems* transnacionais (Faye *et al.* 2004, 31-69; Vleuten 2006, 279-314). Os primeiros analisam a posição dos *landlocked countries*, países sem acesso ao mar; contudo, as suas conclusões podem também ser aplicadas aos países vizinhos com comunicação marítima, mas cuja vida económica depende do movimento de mercadorias das regiões sem portos. Era o caso de Lourenço Marques, cuja principal fonte de rendimento era o tráfego do Transval e o fornecimento de mão-de-obra às suas minas. Ambos os modelos identificam aspetos-chave para o sucesso de movimentos transfronteiriços entre diferentes territórios:

- a) infraestruturas com características técnicas comuns;
- b) boas relações políticas;
- c) paz;
- d) uniformização de estruturas económicas e jurídicas;
- e) uniformização de processos administrativos para trânsito transfronteiriço.

Para os efeitos deste estudo, focar-nos-emos nos aspetos *b)* e *d)*. Tere-mos especialmente em conta a feroz competição que se estabeleceu em África entre redes de transportes das potências coloniais, visando a expansão imperialista de cada uma delas (Diogo e Laak 2016, cap. 4).

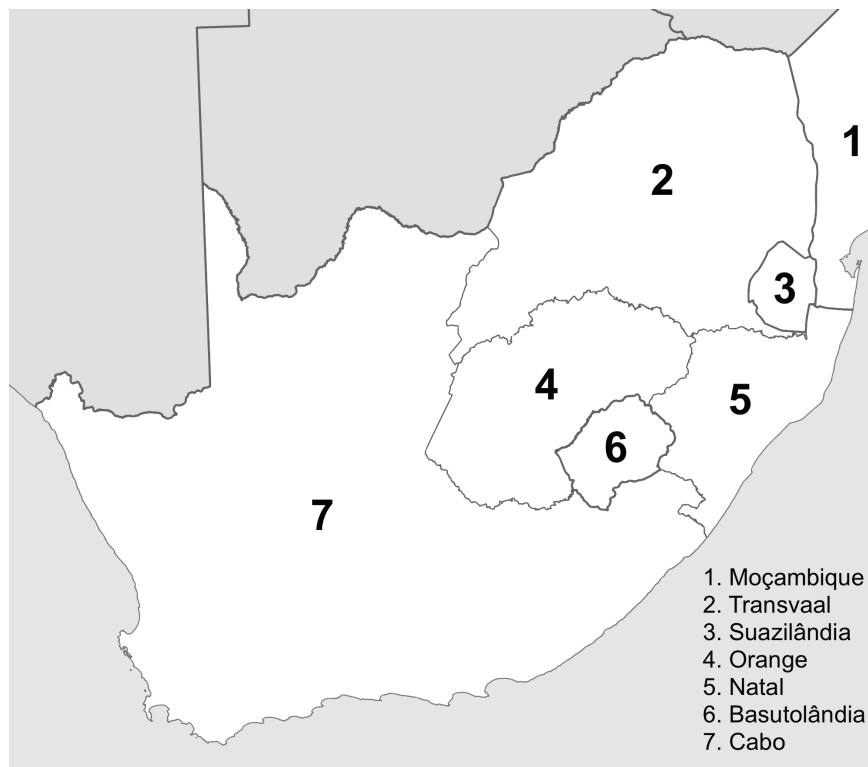
Previamente ao estabelecimento da infraestrutura transfronteiriça, as regiões envolvidas teriam de encetar negociações para determinar os detalhes da ligação. Para o exame deste processo teremos em conta o conceito de *technopolitics* – designadamente na sua vertente de uso da tecnologia «to constitute, embody, or enact political goals» (Hecht 2009, 15 e 89) – e mais especificamente o de *technodiplomacy*. Este termo foi usado originalmente por Schweitzer, que o definiu como a arte/prática de conduzir negociações entre nações com interesses tecnológicos antagónicos (Schweitzer 1989, V); neste artigo – e inspirando-nos na definição de Hecht – tomaremos *technodiplomacy* também como o uso da tecnologia para impor objetivos diplomáticos (Pereira 2017). Como é sabido, não existe uma divisão estanque entre o técnico e o social, antes ambas as dimensões se modelam mutuamente (Bijker e Law 1992, 201-204). Neste caso o social será substituído pelo diplomático e o nosso objetivo será saber qual das dimensões se sobrepôs à outra.

O estudo será completado com uma análise das consequências técnicas, político-diplomáticas e económicas do investimento.

Quanto às fontes, recorreremos a correspondência diplomática guardada no Arquivo Histórico-Diplomático e em The National Archives e a relatórios de construção e exploração à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino.

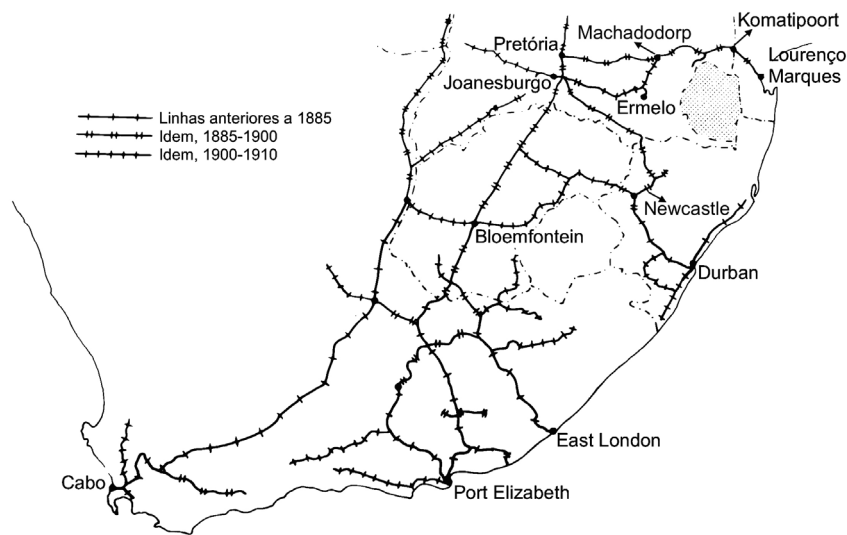
Lourenço Marques e África do Sul em inícios do século XX

Após a Segunda Guerra dos Boers (1899-1902) o Transval e o Orange passaram para a órbita inglesa, sob administração do alto-comissário Alfred Milner. Milner era partidário da federação das colónias sul-africanas (Natal, Cabo, Transval e Orange) e consequentemente dos seus sistemas ferroviários; no entanto, o tratado de paz estipulou que tal projeto só avançaria após as antigas repúblicas boers obterem o *self-government* (Poel 1933, 106-107; August 1985, 3).



1 A divisão política da África do Sul em inícios do século XX (Google Maps e elaboração própria).

Com o aproximar do fim do conflito esperava-se uma retoma e até um aumento do movimento ferroviário do Transval (devido ao esforço de reconstrução). Em virtude da sua proximidade àquele território, antecipava-se que Lourenço Marques absorvesse uma boa parte desse movimento. Mas a passagem da antiga república para o domínio britânico podia pôr em causa estas expectativas, já que seria plausível que o alto-comissário inglês forçasse uma preferência pelos ancoradouros do Cabo e Natal (Cabo, Durban, Port Elizabeth e East London – ver figura 2).



2 A rede ferroviária sul-africana e as ligações do Transval aos portos sul-africanos (Best 1966, 17, adaptado)

Todavia, a posição de Lourenço Marques foi assegurada com o *modus vivendi* assinado entre Milner e o governador de Moçambique em 18 de dezembro de 1901, que garantia ao porto português uma percentagem do tráfego do Transval em troca dum fornecimento regular de mão-de-obra moçambicana às minas transvalianas, cuja falta perigava a continuação da mineração, que representava para os capitais ingleses um investimento de 52 milhões de libras (Phimister 2002, 74). O acordo era também benéfico para os caminhos de ferro boers, que tinham um maior percurso em direção a Lourenço Marques do que em direção ao Natal ou ao Orange: 341 milhas contra 49 e 178 milhas, respetivamente (Bouene e Santos 2006, 243-246 e 260-261). Cabo e Natal eram os grandes prejudicados, pois perdiam 30%-

50% do tráfego do Transval para Lourenço Marques. Relembremos que antes da abertura da linha de Ressano Garcia, e ainda com um Transval independente, o Cabo absorvia 75% do movimento da república, valor que desceu para 30% depois da ligação daquela via ao sistema férreo transvaliano em 1895. Aliás, a questão ferroviária fora um dos fatores que levara ao eclodir da Segunda Guerra dos Boers (Alexandre 2008, vol. 1, 189-190; Bouene e Santos 2006, 246-247; Katzenellenbogen 1982, 32-33; Pélissier 2000, vol. 1, 145; Poel 1933, 102-110; Teixeira 1991, 71; Wilburn Jr. 1991, 36-37).

Após a guerra, a operação da linha de Ressano Garcia atingiu recordes históricos (figura 3). Ainda em 1902 os comboios transportaram 250 mil toneladas de mercadorias, valor que quase duplicou no ano seguinte. A média do triénio 1903-1905 (475 mil toneladas) foi 2,6 vezes superior à média do triénio anterior à guerra (178 mil toneladas). Estes valores refletiram-se igualmente no resultado líquido da exploração.

Ano	Mercadorias transportadas (t)	Receitas totais (contos)	Resultado líquido (contos)
1896	175 595	679,445	291,525
1897	189 583	727,092	95,478
1898	168 988	617,607	199,833
1899	174 428	621,298	217,810
1900	63 646	272,461	-59,541
1901	134 031	582,560	257,640
1902	249 670	699,354	347,401
1903	453 904	1260,684	607,125
1904	469 180	1094,354	316,955
1905	499 968	1385,926	653,926

3 Dados de operação da linha de Ressano Garcia, 1896-1905 (Ministério das Colónias 1913)

Assim começaram a surgir alvitres para construir uma via-férrea através da Suazilândia para auxiliar a linha de Ressano Garcia. Tal caminho de ferro tinha ainda a vantagem de diminuir o percurso entre Pretória e Lourenço Marques, evitar a cremalheira de Waterval nessa rota (Marçal 2016, 316) e servir o comércio suazi. Os próprios britânicos reconheciam que «the construction of an alternative route via Swaziland to the Transval [...]

would make Lourenço Marques more worthy of the natural advantages it already possesses»³.

Porém, o projeto chocava contra a política ferroviária do Cabo e do Natal de atrair o trânsito transvaliano para os seus portos, sendo assim mais um exemplo da concorrência ferroviária que se estabeleceu em finais do século XIX e inícios do século XX entre as colónias africanas. Neste sentido o conceito de tecnodiplomacia assenta como uma luva, pois a linha em causa era transnacional e implicava uma negociação diplomática entre administrações com objetivos tecnológicos diferentes: Portugal pretendia atrair mais tráfego para Lourenço Marques (através duma linha inteiramente portuguesa), enquanto as colónias sul-africanas tencionavam desviar esse movimento para os seus próprios ancoradouros; por seu lado, Inglaterra ainda não tinha perdido de vista o controlo do acesso ferroviário a Lourenço Marques, baldado com a nacionalização da linha de Ressano Garcia uns anos antes.

O esquema *Karri Davies*

A ideia da ligação ferroviária do Transval a Lourenço Marques através da Suazilândia não era nova, tendo sido estudada na década de 1870 pelos engenheiros Machado, Hall, Farrell e Moodie (Best 1966, 20-24; Katzenellenbogen 1982, 16-19; Poel 1933, 4; Lima 1905, 107-113 e 129-143). Contudo, atritos tecnodiplomáticos impediram a sua realização. Após a Primeira Guerra dos Boers (1879-1881) a Inglaterra anexou a Suazilândia e o traçado do caminho de ferro desviou-se daquela região para norte, pois o Transval exigiu que a linha passasse exclusivamente por território português e boer (Lima 1971, vol. 1, 61-93; Telo 1991, 42-48).

Todavia, o traçado pela Suazilândia não foi esquecido. Na década de 1890 António José Araújo, um especialista em assuntos moçambicanos (Marçal 2016, 39), elogiou a linha pela sua diretriz mais curta até ao Transval por reforçar a posição de Lourenço Marques contra os planos portuários do Natal em Sodwana Bay (250 km a sul de Lourenço Marques), dos quais se falava pelo menos desde 1892⁴, e por desviar o tráfego suazi de Durban⁵. Surgiram assim algumas propostas de empreendedores privados (António

³ Parliamentary Papers, no. 3067, Report for the year 1902 on the trade of Lourenço Marques, 4-8.

⁴ *The Railway Times* 18.6.1892, 800.

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2674 1B (Miscelânea, Caminho de ferro da estação de Pessene da linha de L. Marques para a fronteira da Swazilandia).

Serpa, Joaquim Matos, barão Matalha), mas nenhuma se concretizou. As convenções da Suazilândia assinadas entre Inglaterra e Transval (1890-1894), se não vedavam a construção da via-férrea, colocavam-na sob controlo inglês, o que chocava contra os interesses boers (Best 1966, 45-51). Por outro lado, a linha entrava na zona de exclusivo prevista no contrato do caminho de ferro de Ressano Garcia, pelo que a concessão durante a litigância da sua rescisão era imprudente.

Até que em 1902, já com o Transval sob domínio britânico e já com a ferrovia de Ressano Garcia na posse do Estado português, surgem três propostas para construir a linha até à Suazilândia. Em agosto Vasco Câmara requeria ao governo a concessão sem qualquer subsídio dum caminho de ferro desde Pessene (na linha de Ressano Garcia) até à fronteira. Em dezembro João Escórcio fazia o mesmo, comprometendo-se a formar uma companhia inteiramente portuguesa num projeto que assegurava inutilizar os esforços natalenses de construir um porto novo em Sodwana Bay⁶.

Dois meses antes um tal Walter David *Karri* Davies apresentou a Martin Gosselin, representante diplomático britânico em Lisboa, um projeto para construir uma linha desde Matola, na baía de Lourenço Marques, até às minas de carvão da Suazilândia e eventualmente até Joanesburgo. Davies era um australiano de 42 anos, natural de Karridale (Austrália Ocidental), comerciante de madeira *karri* (daí a sua alcunha), que lutara do lado inglês durante a Segunda Guerra dos Boers⁷. Segundo Gosselin, era recomendado por Milner e pelo embaixador português em Londres, o marquês de Soveral (Best 1966, 57)⁸.

Davies pretendia os privilégios usuais em negócios desta natureza (concessão por 99 anos, cedência de terrenos e isenções fiscais, mas nenhum subsídio direto) e ainda obter a ilha de Inhaca, ao largo da costa de Lourenço Marques, e 1-2 mil hectares de terra para desenvolver um comércio de gado, carne congelada e madeira. Em troca aceitava entregar ao governo uma verba por cada tonelada de carvão/madeira transportada, parte do lucro líquido ou uma redução de tarifas, na condição de a linha nunca sair do seu controlo. O seu maior argumento era cimentar a posição

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2674 1B (Miscelânea, Pedidos de concessão de caminhos de ferro, 1889 a 1908).

⁷ *Sidney Morning Herald* 1.12.1926, 15. Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2674 1B (Miscelânea, Pedido de concessão de Walter Karri Davies).

⁸ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofício de 5.11.1902.

de Lourenço Marques e inutilizar os esforços do Natal para alargar o porto de Durban⁹.

Apesar de o esquema contrariar o objetivo de desviar o tráfego entre o Transval e Lourenço Marques, contava com o apoio de Joseph Chamberlain, secretário de Estado das Colónias britânico¹⁰. O Sul de Moçambique era uma área de extraordinária importância geopolítica, como já tinha sido demonstrado na nacionalização da linha de Ressano Garcia, que, mais que uma questão financeira, fora uma questão de domínio territorial de Lourenço Marques (Telo 1991, 163-166). Já em 1900 uma publicação britânica intitulada precisamente *The key to South Africa* considerava que a tomada de Lourenço Marques «will insure to us our proud position as the Paramount Power in South Africa» (Jessett 1900, 7-8). O controlo dum novo caminho de ferro por um capitalista inglês podia assim cimentar a posição britânica no Sul de Moçambique. Aliás, por norma, o imperialismo informal inglês em África exercia-se através da colaboração do governo metropolitano com a iniciativa privada (Darwin 2002, 44-52; Hanes III 1991, 46-48; Robinson 1991, 189-190). Davies seria mais um agente dos interesses coloniais ingleses.

Contudo, Chamberlain, ciente do desagrado que uma nova concessão a um britânico podia causar em Portugal, recomendava sigilo: «if there is any premature disclosure the people in Lisbon may be afraid to go on with the matter»¹¹.

Do lado português a proposta de Davies foi a única que mereceu consideração (as de Câmara e Escórcio ficaram sem resposta), talvez por o proponente ter o patrocínio do *Foreign Office*. Aparentemente havia apoio ao projeto e também preocupação em o manter confidencial, tal como acontecia nas negociações com Robert Williams para a linha de Benguela (Marçal 2016, 408-409). Segundo Gosselin, o ministro da Marinha e Ultramar Teixeira de Sousa havia-lhe demonstrado «how anxious I am to do business with your countryman». A Davies o mesmo estadista aconselhara a «lie low, and in order to avoid all unnecessary gossip, to leave Lisbon» até que tivesse oportunidade de conferenciar com Rafael Gorjão, governador de Moçambique – sugestão que foi aceite por Davies. Gorjão mostrou-se também favorável ao esquema, sobretudo se o caminho de ferro fosse

⁹ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofício de 22.11.1902. Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2674 1B (Miscelânea, Pedido de concessão de Walter Karri Davies).

¹⁰ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofícios de 12.11.1902 e 13.11.1902. The National Archives, Foreign Office 179/387, ofício de 19.1.1903.

¹¹ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofício de 13.11.1902.

prolongado até Joanesburgo. A mesma posição mostrou o presidente do conselho Hintze Ribeiro, que revelou a Gosselin estar desejoso de agir «in Africa and elsewhere in complete harmony with His Majesty's Government»¹².

Não foi assim sem surpresa que Gosselin e Davies tomaram conhecimento de que um mês depois daquelas entrevistas (a 16 de janeiro de 1903) Teixeira de Sousa apresentara ao parlamento uma proposta que autorizava o governo a construir a linha de Lourenço Marques à Suazilândia (e a fazer melhoramentos no porto). Segundo o diploma, o caminho de ferro devia responder ao desenvolvimento de atividade no Transval após a guerra; à necessidade duma ligação mais curta de Lourenço Marques ao *hinterland* transvaliano; às intenções do Natal de construir novas linhas-férreas que atraíssem o movimento da antiga república; às necessidades de transporte das minas suazis; à missão civilizadora de Portugal em África e ao reforço da sua posição em Lourenço Marques, que «tomará então uma situação unica na Africa do Sul, dará os meios para a transformação do resto da provincia e compensará os sacrificios ja feitos pela metrópole»¹³.

Davies ficou obviamente descontente com a situação, sobretudo por o governo só se ter interessado pela linha depois de ele a sugerir e por a proposta ter sido apresentada enquanto ele estava fora do país, como lhe sugerira o ministro¹⁴.

Teixeira de Sousa tinha outra explicação: o caminho de ferro já era pensado desde a década de 1870; a proposta de Davies consistia num caminho de ferro paralelo ao de Ressano Garcia (começava na Matola e não na estação de Lourenço Marques), acabando assim por competir com o porto de Lourenço Marques ao invés de concorrer para a sua prosperidade; por fim, uma vez que era uma linha de curta extensão, assente numa região de relativamente fácil construção, caberia nas capacidades financeiras do Tesouro (o seu orçamento era de 1100 contos, aos quais acresciam os 2200 contos previstos para o porto, que seriam suportados pelos aumentos dos rendimentos das alfândegas, do próprio caminho de ferro de Ressano Garcia e da receita de diversos impostos)¹⁵.

Além disto poucas semanas antes (a 28 de novembro de 1902) o governo tinha entregue o caminho de ferro de Benguela a mais um britânico, Robert Williams, sócio de Cecil Rhodes, o que gerara uma onda de

¹² The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofícios de 25.11.1902, 2.12.1902, 13.1.1903 e 20.1.1903.

¹³ *Diario da Camara dos Deputados* 16.1.1903, 25-28.

¹⁴ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofício de 28.1.1903.

¹⁵ *Diario da Camara dos Deputados* 16.1.1903, 25-28.

críticas (Marçal 2016, 411-413), não sendo «sem dolorosa surpresa, que se viu com tal concessão [...] [entregar] à influência predominante do capital inglês um caminho de ferro, um porto, as minas de uma extensa zona de Angola» (Teixeira 1934, 486-487). Esta interpretação dos factos era também partilhada por engenheiros estrangeiros. Assinado o contrato, o francês Ernest Renty questionava a capacidade portuguesa de continuar a fazer valer a sua soberania sobre a região, a qual rebatizava inclusivamente de *Robertsia* (Renty 1903). Assim, entregar outro caminho de ferro a outro estrangeiro com ligações a Inglaterra seria politicamente impraticável.

Por outro lado, havia também a importante questão da identidade nacional da linha, sobretudo numa zona muito sensível do ponto de vista geo e tecnopolítico. Ao contrário do que acontecia em Benguela, onde a presença tecnológica de Portugal era inexistente e só podia ser realizada através duma parceria internacional – em virtude da extensão e custo da projetada linha (Marçal 2016, 410) –, em Lourenço Marques Portugal já possuía um caminho de ferro, e aquele que então se planeava cabia nas capacidades do Tesouro, não convindo assim permitir a penetração de interesses estrangeiros na área. No jogo tecnodiplomático Gosselin percebeu que a construção da linha pelo governo reforçaria a posição portuguesa na região, pelo que tentou convencer Hintze Ribeiro do «bad effect which would result on the good understanding now happily existing between the British and Portuguese local administrations» com a negativa dada ao esquema Davies¹⁶, que não só contrariaria as pretensões inglesas, como podia ser encarada como um falhanço da política colonial britânica.

Seguiram-se algumas tentativas de acordo entre Davies e o governo português, envolvendo uma terceira parte, a firma Eckstein & Co., proprietária de minas na Suazilândia, que deveria construir nesta região a continuação da linha que vinha de Lourenço Marques. Todavia, as negociações revelaram-se infrutíferas, ficando a sensação de que Teixeira de Sousa negociara para não chegar a acordo. O próprio Davies indicou ao *Foreign Office* que, perante algumas sugestões do ministro, «he hardly believed his own ears»¹⁷. Best indica a exigência dum depósito astronómico de 100 000 libras¹⁸ e garantias de tráfego muito superiores ao potencial das minas suazis (Best 1966, 60). Frustrado, Davies abandonava Lisboa a 17 de fevereiro

¹⁶ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofício de 28.1.1903.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Cerca de 450 contos. Williams depositara 560 contos, mas a sua linha media mais de 1000 km. Antes o depósito mais elevado fora de 180 contos, para a concessão da linha de Ambaca (Ministério da Marinha e Ultramar 1908, vol. 1, 129-146).

de 1903, deixando uma sugestão ao governo inglês: «what ought really to be done was to bring the British frontier up to the northern point of the Inyak [Inhaca]»¹⁹.

Intervenção do Estado e negociações com Inglaterra

Encerrada a questão com Davies, Portugal virou-se para Inglaterra e para Alfred Milner, então governador do Transval e Orange, tendo em vista a necessária negociação tecnodiplomática para garantir a continuação do caminho de ferro em território suazi. Milner aceitou em princípio o prolongamento da linha até às minas da Suazilândia, na condição de Portugal levar primeiro a ferrovia à fronteira. Considerou também provável a extensão até Joanesburgo, até porque no Transval a linha de Joanesburgo (Springs) a Ermelo e Machadodorp (atual eNtokozweni) tinha também sido aprovada (ver figura 2)²⁰.

Machadodorp era uma estação do caminho de ferro de Pretória a Lourenço Marques, que assim se veria assoberbado com mais um ramal alimentador de tráfego. Contudo, se a via-férrea, em vez de ir a Machadodorp, buscasse diretamente a Suazilândia desde Ermelo, poderia distribuir o trânsito por dois canais antes de chegar a Lourenço Marques.

Em 12 de maio de 1903 o governo enviava o engenheiro Lisboa de Lima ao Sul de Moçambique para estudar o território por onde deveria passar a linha da Suazilândia e para se entender com os seus colegas ingleses sobre o ponto de travessia da fronteira. A diretriz devia ser barata, atravessar regiões ricas ou suscetíveis de o serem e ter condições técnicas iguais às da linha de Ressano Garcia (Ministério da Marinha e Ultramar 1908, vol. 2, 1358-1359; Lima 1904, 271)²¹.

A 1 de junho de 1903 iniciava-se a discussão parlamentar da proposta, que durou apenas dois dias, nos quais a oposição do Partido Progressista criticou o que considerava falta de informações por parte do governo; as diferenças existentes entre a proposta do ministro e o parecer das comissões de Fazenda e Ultramar; o método de financiamento (que iria sobrecarregar as finanças nacionais); e a incerteza da sua continuação na Suazilândia. Por seu lado, o governo enfatizou a necessidade duma nova linha no Sul de

¹⁹ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofícios de 11.2.1903, 17.2.1903 e 28.2.1903.

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2464 1B, ofícios de 20.2.1903 e 21.2.1903. The National Archives, Foreign Office 179/401, ofícios de 21.2.1903 e 9.3.1903.

²¹ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2698 1B (Caminhos de ferro de Lourenço Marques e da Swazilandia, Caminho de ferro da Swazilandia, Correspondencia de 1903), ofício de 9.5.1903.

Moçambique, com a qual «mais se accentue a confiança [...] do Transval quanto á iniciativa e á energia da nossa administração colonial»; que os rendimentos de Moçambique eram suficientes para fazer face aos encargos da construção; que a linha só seria iniciada na certeza de ser continuada na Suazilândia; e que – numa altura em que Davies renovava o interesse na linha²² – o caminho de ferro nunca sairia das mãos do Estado²³. O diploma não subiu à câmara dos Pares (e portanto não foi aprovado), mas o governo, usando da latitude concedida pelo artigo 15.º do Ato Adicional de 1852 (Marçal 2016, 77), autorizou por decreto de 15 de julho de 1903 a execução da obra por conta do Estado, usando as receitas de Moçambique diretamente para a construção ou para a contração dum empréstimo (Ministério da Marinha e Ultramar 1908, vol. 2, 1375-1378; Lima 1971, vol. 1, 275-276).

A decisão de decretar o caminho de ferro sem um acordo formal com Inglaterra foi uma forma de usar a tecnologia (ou a expectativa de a obter) para forçar a negociação e tentar oficializar o compromisso de continuação da linha que Milner assumira informalmente meses antes. Seguidamente, o embate tecnodiplomático continuou em dois palcos: Portugal e na própria Suazilândia.

Em Lisboa Gosselin mantinha a esperança de ver a linha adjudicada a um sindicato britânico e manifestava ao governo português que, se o caminho de ferro fosse construído pelo Estado, dificilmente os capitalistas ingleses estariam interessados na sua construção e extensão. Venceslau de Lima e Rafael Gorjão (ministros dos Negócios Estrangeiros e da Marinha e Ultramar) mantiveram firme a convicção de construir a linha pelo Estado, assegurando que Portugal tinha crédito suficiente para o fazer²⁴. A questão era também técnica: a linha da Suazilândia entroncaria ou teria um troço comum com a linha de Ressano Garcia, podendo ser explorada pelo mesmo material e pessoal com maior eficácia. Mas mais importante era a preservação da identidade nacional: o governo pretendia manter as novas linhas coloniais sob controlo português, sobretudo no ponto estratégico de Lourenço Marques e sobretudo após o enorme esforço que fizera para nacionalizar a linha de Ressano Garcia²⁵. Para piorar a posição britânica, na

²² The National Archives, Foreign Office 179/387, ofício de 30.6.1903; 63/1444, ofício de 2.7.1903.

²³ *Diario da Camara dos Deputados* 1.6.1903, 28-31; 2.6.1903, 12-16.

²⁴ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofícios de 19.7.1903, 23.7.1903, 30.7.1903, 31.7.1903, 4.8.1903 e 13.8.1903.

²⁵ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofícios de 13.10.1903 e 16.12.1903; 179/401, ofício de 6.5.1904.

contracosta Robert Williams não conseguia angariar o capital necessário para o início da linha de Benguela (Esteves 1999, vol. 1, 89-110). Por tudo isto uma nova concessão a estrangeiros era impraticável.

No Sul de Moçambique a discussão incidia sobre o ponto da fronteira que a linha deveria cruzar: Lisboa de Lima preferia a portela do Umbeluzi, para que o caminho de ferro fosse mais curto, mais barato, atravessasse melhores terrenos e tivesse melhores condições de tração; já os engenheiros britânicos preferiam a portela do Maputo, que assegurava uma construção mais fácil na Suazilândia. O engenheiro português acreditava que a preferência inglesa era de boa-fé e motivada apenas por razões técnicas. Em todo o caso, os ingleses acabariam por aceitar a portela do Umbeluzi como ponto de ligação dos caminhos de ferro (Lima 1904, 273-281; Lima 1905, 112-114; Best 1966, 61; Lima 1971, vol. 1, 276-278.)²⁶. Do ponto de vista tecnodiplomático, o acordo era um importante passo para a realização da obra: os engenheiros tinham-se entendido e dado o mote para os diplomatas.

De volta a Portugal, Lisboa de Lima entrou também no jogo tecnodiplomático, tentando demonstrar que a linha da Suazilândia não interferiria com a divisão de tráfego do Transval. Em conferência na Sociedade de Geografia (junho de 1904), que foi decerto conhecida por Gosselin, afirmava que o caminho de ferro de Ressano Garcia era suficiente para dar vazão ao tráfego do Transval e que a via da Suazilândia não carecia duma ligação a Joanesburgo para se tornar viável. Justificava-se, sim, por servir «uma grande e magnífica zona do nosso território, hoje completamente por explorar por falta de comunicações, e [...] a Suazilândia, que não tem forma prática de começar a aproveitar-se das grandes riquezas que possui» (Lima 1904, 227).

Pela mesma altura o parlamento inglês concordava que a linha cruzando a Suazilândia «will have a vitalising effect on the agricultural and mineral resources of the district»²⁷ e «will constitute a new and easier route to that great harbour [Lourenço Marques]»²⁸.

Mas, por outro lado, Lisboa de Lima reconhecia que «ha a perspectiva de um dia, quando o movimento do Transval augmentar extraordinariamente [...], ser o caminho de ferro da Swazilandia prolongado até Ermelo

²⁶ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 1576 1L (Caminho de ferro da Swazilandia, relatórios), ofício de 31.7.1903.

²⁷ Parliamentary Papers, Correspondence relating to affairs in the Transval and Orange River Colony, 1904, 40.

²⁸ Parliamentary Papers, Commercial mission to South Africa, 1904, 28.

para se ligar a Joanesburgo» (Lima 1904, 270). Num artigo publicado em 1905 ia mais longe, afirmando que no caso de essa ligação se efetivar «influirá sensivelmente na percentagem que do movimento do Transwaal possa vir a caber áquelle nosso porto [Lourenço Marques]» (Lima 1905, 108). E ainda neste caso

nunca seria por tão extenso caminho que esta vasta região [Suazilândia] poderia ligar-se ao mar em Durban. 75 kilometros apenas separam Lourenço Marques da fronteira pelo vale do Umbeluzi [...]. De Durban a Joanesburgo, e d'aquí á nossa fronteira, via Ermelo, a distancia total a percorrer [...] não seria inferior a 743 milhas. A diferença de distancias [...] é mais eloquente do que tudo quanto a este respeito se pudesse dizer. Mas ainda mesmo que, para fazer unir Durban á Swazilandia, se pretendesse ligar este paiz ás linhas ferreas do Natal [...] por New-Castle (*sic*) ou Charleston [*sic*] [...], nunca se obteria distancia inferior a 400 ou 500 milhas (Lima 1904, 268-269).

Por outras palavras Durban não só ficava com mais um concorrente pelo tráfego do Transval como ainda podia deixar de ganhar o movimento da Suazilândia (ver figura 2). Toda a questão era «de interesses entre colónias inglezas; a do Transval a procurar tratar de si e só de si, o Natal e o Cabo a desejarem ter o maior quinhão possível de lucros no desenvolver d'aquella colonia, ainda que isso alguns sacrificios custe ao Transval» (Lima 1904, 224).

De facto, a negociação tecnodiplomática do caminho de ferro da Suazilândia estava intimamente ligada ao debate sobre a revisão do *modus vivendi*, a divisão do tráfego do Transval e o papel de Lourenço Marques como concorrente dos portos sul-africanos.

A conferência ferroviária de Bloemfontein (1903), que deveria conciliar os interesses dos diferentes sistemas ferroviários sul-africanos, em nada resultou. Milner promoveu então a criação dum Conselho Intercolonial para fomentar políticas ferroviárias comuns entre as colónias britânicas, acentuando a pressão sobre o caminho de ferro de Ressano Garcia e sobre a negociação da linha da Suazilândia (Poel 1933, 119-125).

Entretanto, em Lisboa, por parecer de 28 de fevereiro de 1905, a Comissão Superior Técnica de Obras Públicas do Ultramar aprovava o projeto (Marçal 2016, 317) e o governo convidava os bancos nacionais a apresentar propostas para um empréstimo de 2000 contos, sendo a base de licitação a anuidade a pagar pelo Tesouro. A manutenção da identidade nacional do caminho de ferro seria assim continuada com o emprego de capital português, o que respondia também à necessidade de contrariar a perencionada desnacionalização das colónias pela invasão de capital

estrangeiro (Alexandre 2008, vol. 1, 185-189). A escolha recairia sobre o Banco Lisboa & Açores (contrato de 10 de março de 1905 aprovado por decreto de 16 de março de 1905), que pedia uma anuidade de pouco mais de 100 contos (Ministério da Marinha e Ultramar 1908, vol. 2, 1488-1490; Lima 1971, vol. 1, 275-276)²⁹. O governo garantia não só o financiamento da linha, mas também que o capital seria nacional. Isto, contudo, não impediu as críticas da oposição ao negócio feito pelo ministro da Fazenda Afonso de Espregueira, que simultaneamente era membro do conselho fiscal do banco (Moreira 2005-2006, 66-68) e que preferiu defender-se no parlamento com o silêncio³⁰.

No mesmo dia da assinatura do contrato era também aprovado o projeto definitivo da linha (datado de 30 de novembro de 1904). Dias mais tarde, por portaria de 28 de março de 1905, o ministro da Marinha e Ultramar Moreira Júnior criava a Direção dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques e das Obras do Porto para gerir o assentamento e futura operação da linha da Suazilândia (Ministério da Marinha e Ultramar 1908, vol. 2, 1488-1502; Durão 1911). Garantia-se assim que a construção e a exploração não saíam de mãos nacionais, evitando-se os problemas que no passado Portugal tantas vezes experimentara (e perdera) com empreiteiros e concessionários estrangeiros. Era também uma oportunidade para os engenheiros portugueses reafirmarem o seu papel no projeto civilizador nacional e obterem novas oportunidades de carreira, que no início do século XX só pareciam existir em África (Diogo 2009). Apenas se permitia que casas inglesas pudessem fornecer o material (tinham preferência a par de fornecedores nacionais)³¹, o que era uma pequena compensação para Inglaterra: não ficava com o controlo do caminho de ferro, mas podia investir na sua construção e impedir que materiais alemães entrassem em Moçambique.

De qualquer modo, as decisões portuguesas espantaram os britânicos. Em 6 de maio de 1905, poucas semanas antes do início da construção e depois de nova tentativa falhada de revisão do *modus vivendi*, o alto-comissário para a África do Sul Arthur Lawley escrevia ao governador de Moçambique Azevedo Coutinho, alertando-o para a baixa probabilidade de a linha ser prolongada na Suazilândia (Poel 1933, 128-129)³².

²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 504 1F (Caminho de ferro da Swazilandia, 1).

³⁰ *Diário da Camara dos Deputados* 6.5.1905, 3-8.

³¹ The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofícios de 11.3.1905 e 13.5.1905.

³² The National Archives, Foreign Office 63/1444, ofício de 6.5.1905.

Construção

Apesar da falta de cooperação britânica, a construção iniciou-se em 15 de maio de 1905, sob direção de Lisboa de Lima, simultaneamente diretor do caminho de ferro de Ressano Garcia e das obras do porto de Lourenço Marques. Com o início dos trabalhos esperava-se convencer Inglaterra a fazer o mesmo do outro lado da fronteira. Segundo o próprio Lisboa de Lima, «para acabar de vez com uma tradição de desconfiança que no estrangeiro nos persegue [...] necessitamos ser os primeiros a romper as dificuldades e abrir caminho com a nossa acção e decisão» (Lima 1904, 282). A sua tarefa não foi fácil, desde logo pela acumulação de funções que o sobrecarregavam. O material de construção era também insuficiente, e o de maior qualidade era aplicado na renovação da linha de Ressano Garcia. Para a da Suazilândia, vinha depois o material usado naquela. Havia também as usuais questões dos processos concursais de fornecimentos, do incumprimento dos empreiteiros, da insalubridade, pluviosidade e falta de água potável da região, da carência de mão-de-obra qualificada e indiferenciada (a maioria dos nativos preferia migrar para o Transval, obrigando o engenheiro-diretor a recrutar trabalhadores zambezianos, que, contudo, não se adaptavam ao clima menos quente de Lourenço Marques), e os desafios específicos da travessia dos Libombos e da passagem dos rios Matola e Umbeluzi (Caminhos de Ferro de Lourenço Marques 1907)³³ – ver figuras 4 e 5³⁴.

³³ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 504 1F (Caminho de ferro da Swazilandia, 1), diversos relatórios; caixa 1576 1L (Caminho de ferro da Swazilandia), diversos relatórios; maço 2545 1B, diversos relatórios; maço 2498 1B, diversos relatórios; maço 2698 1B (Caminhos de ferro de Lourenço Marques e da Swazilandia, Material do Caminho de ferro da Swazilandia, correspondência de 1907), diversos ofícios.

³⁴ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2698 1B (Caminhos de ferro de Lourenço Marques e da Swazilandia, Caminho de ferro da Swazilandia, Relatório dos trabalhos executados desde o início da construção em 15 de Maio de 1905 até 31 de Março de 1906). Agradeço ao Arquivo Histórico Ultramarino a autorização para publicação das fotos incluídas neste artigo.



4 Comboio sobre ponte

Do lado inglês as boas notícias não apareciam: a 20 de julho de 1905, J. G. Baldwin, cônsul britânico em Lourenço Marques, escrevia ao novo alto-comissário William Palmer (Earl of Selborne), participando que o engenheiro Price informara oficiosamente Lisboa de Lima de que, considerando as novas linhas em construção na África do Sul, o caminho de ferro de Ressa-no Garcia seria suficiente para dar vazão ao tráfego do Transval, pelo que não se iria investir qualquer capital na ferrovia da Suazilândia. Uma semana depois Selborne comunicava informalmente a Azevedo Coutinho que o Conselho Intercolonial sul-africano não tinha intenção de votar despesa para a extensão da linha em território britânico³⁵. A linha corria o risco de se tornar *dead metal*.

³⁵ The National Archives, Foreign Office 367/18, ofícios de 20.7.1905, 28.7.1905 e 7.8.1905.



5 Traçado no rio Umbeluzi: a) passagem provisória; b) restabelecimento de traçado; c) não identificado; d) ponto atingido pelo rio nas chuvas anteriores

Esta questão tecnodiplomática ocorreu ao mesmo tempo que o Cabo e o Natal, com o apoio de Selborne, procuravam forçar o Transval a rever o *modus vivendi*. O problema não era apenas económico, mas sim altamente político, pois a sua irresolução deteriorava as relações entre as colónias sul-africanas, ameaçando o projeto de federação gizado pelo alto-comissário britânico. Além disso, colocava Inglaterra «at the capricious mercy of the Portuguese Government and the position is very humiliating» (*apud* Bouene e Santos 2006, 246-253). Ninguém descrevia mais bem a situação que a *Railway Gazette* ao escrever: «it is difficult if not impossible, to speak of railways in South Africa without dragging in politics, as all the trunk lines are State concerns and are used as political levers»³⁶.

Naturalmente as negociações da linha da Suazilândia e do *modus vivendi* entrelaçaram-se. Os representantes ingleses ponderaram que, se o governo

³⁶ *The Railway Gazette* 1.5.1908, 416.

português tivesse alguma garantia da extensão da linha, talvez se sentisse mais inclinado a aceitar uma revisão do *modus vivendi* sem suspender o fornecimento de mão-de-obra ao Transval (Bouene e Santos 2006, 256)³⁷. Seria uma tentativa de usar a tecnologia ferroviária para cativar Portugal para os objetivos diplomáticos ingleses na África do Sul, que de facto se consubstanciou simbolicamente em 3 de março de 1906, durante a inauguração das obras da ponte sobre o Matola, quando o duque de Connaught, sétimo filho da falecida rainha Vitória, bateu a primeira pancada nas fundações da obra (figura 6).



6 «1ª Estaca nas fundações da ponte do Matolla. A 1ª pancada foi batida por Sua Alteza Real o Duque de Connaught em 3 de Março de 1906». Realce para as bandeiras portuguesas perfiladas com o *Union Jack*³⁸.

³⁷ The National Archives, Foreign Office 367/18, ofício de 26.3.1906.

³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2698 1B (Caminhos de ferro de Lourenço Marques e da Swazilândia, Caminho de ferro da Swazilândia, Relatório dos trabalhos executados desde o início da construção em 15 de Maio de 1905 até 31 de Março de 1906).

Contudo, o governo do Natal era também contra a via da Suazilândia, que podia competir com as suas linhas até Durban³⁹; por outro lado, o *modus vivendi* era uma forte garantia de tráfego para Lourenço Marques. Trocá-lo pelo caminho de ferro da Suazilândia seria não só trocar o certo pelo incerto, mas sobretudo trocar um acordo favorável por um corredor férreo que poderia ser drenado de tráfego através duma política tarifária hostil (como acontecera anos antes na linha de Mormugão). Por estas razões a linha da Suazilândia foi afastada da negociação do *modus vivendi*.

Imune a estes desenvolvimentos, a construção avançava, sendo os primeiros 49 quilómetros inaugurados em 31 de julho de 1907 pelo príncipe real D. Luís Filipe, que lançou também a primeira pedra da ponte sobre o Umbeluzi (Lima 1971, vol. 1, 281)⁴⁰. Embora a inauguração fosse somente uma etapa da estadia do infante em Moçambique, a sua presença era incomum. Outras linhas de superior importância (como as de Mormugão ou Ambaca) tinham sido inauguradas na sua totalidade apenas pelas autoridades locais. No caso da Suazilândia, contou com a presença do herdeiro do trono e apenas para a estreia duma secção do traçado, o que terá sido uma tentativa de virar a negociação tecnodiplomática a favor da continuação do caminho de ferro na Suazilândia, em vão.

Em junho de 1908 a via estendia-se por 64 quilómetros, faltando apenas oito quilómetros para atingir a fronteira. No mês seguinte a obra era visitada pelos governadores de Moçambique e do Transval e pelo alto-comissário Selborne⁴¹, no que foi uma última tentativa de angariar o interesse britânico para uma ferrovia que poderia beneficiar ambas as regiões. Contudo, a posição tecnodiplomática inglesa não se alterou e tornara-se ainda mais inflexível após a unificação dos sistemas ferroviários sul-africanos em junho de 1908. Na altura reconheceu-se que os interesses económicos sul-africanos «could be properly served only by a transport system free from the artificial restraints of political boundaries» (Poel 1933, 145). Lourenço Marques simplesmente ficava do lado errado da fronteira.

O governador de Moçambique ainda tentou cativar novamente a firma Eckstein para prolongar a linha, mas a companhia revelou estar de mãos atadas: não só era necessário obter autorização do alto-comissário (algo que dificilmente aconteceria), como era ainda preciso conseguir do governo do

³⁹ The National Archives, Foreign Office 367/18, ofícios de 28.2.1906, 29.4.1906 e 4.8.1906.

⁴⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 1576 1L (Caminho de ferro da Swazilândia, relatórios de Julho e Agosto de 1907).

⁴¹ Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 1576 1L (Caminho de ferro da Swazilândia, relatórios de Junho e Agosto de 1908).

Transval uma garantia de juro à exploração e assegurar que esse privilégio seria mantido caso a união política das colónias sul-africanas se efetivasse⁴². Porém, o maior problema residia no lado moçambicano da fronteira, onde a linha se encontrava fora do controlo britânico.

Por fim o governo português percebeu que perdera a batalha tecno-diplomática e em 15 de dezembro de 1908 o diretor-geral do Ultramar Arnaldo Novais ordenava a Lisboa de Lima que não continuasse a construção para lá do km 64 (Ministério das Colónias 1911, 86; Lima 1971, vol. 1, 281), precisamente a parte mais difícil e dispendiosa (Lima 1905, 135-136). Apesar disto a linha cresceria mais cinco quilómetros até Goba, onde estacou em 1912 (Marçal 2016, 319). Pensou-se inclusivamente em dismantelar a linha, mas prevaleceu a opinião de a manter em funcionamento, com a esperança de se obter a breve trecho a ligação ao Transval (Marçal 2016, 321). Por esta altura Portugal investira já 1750 contos (mais 650 contos que o orçado), despendidos da seguinte forma:

Ano	Pessoal		Materiais	Total
	Dirigente	Operário		
1904-1905	6,0	6,2	10,8	23,0
1905-1906	60,8	175,8	160,8	397,4
1906-1907	57,9	185,3	163,4	406,7
1907-1908	46,9	208,0	263,7	518,7
1908-1909	22,1	118,0	261,0	401,2
Total	193,8	693,5	859,8	1747,3

7 Custos de construção da linha da Suazilândia em contos (Durão 1911, 38-47)

Tratava-se duma pequena fortuna (pela qual o Estado pagava uma anuidade de 100 contos), desembolsada num caminho de ferro desenhado com boas condições de tração⁴³, para altas velocidades⁴⁴ e um grande trá-

⁴² Arquivo Histórico Ultramarino, maço 2698 1B (Caminhos de ferro de Lourenço Marques e da Swazilandia, Caminho de ferro da Swazilandia, Correspondencia de 1908), officio de 5.9.1908.

⁴³ Bitola de 1067 mm, 85% da sua extensão em reta, 40% em patamar, com rampas até 12 mm/m (mas apenas em 13% do traçado) e curvas de raio mínimo de 250 m (Lima 1905, 137-138). Eram valores semelhantes aos praticados nas linhas transnacionais metropolitanas, que, porém, tinham uma bitola mais larga (1667 mm). A linha da Beira Alta, tida como a verdadeira linha internacional, tinha apenas 58% da sua extensão em reta e os declives atingiam os 15 mm/m (em 27% do traçado), se bem que o raio de curva mínimo fosse de 350 m (Pereira 2012, anexo 20).

⁴⁴ Segundo a *Ilustração Portuguesa*, os comboios podiam atingir a velocidade de 60 km/h (Soveral 1908, 22).

fego internacional, que exigiu grandes movimentos de terra e importantes obras de arte (pontes, viadutos, etc.), que começava num excelente porto (Lourenço Marques), mas terminava em lugar nenhum... Obviamente a sua exploração foi deficitária (figura 8). O caminho de ferro da Suazilândia foi assim «um filho que custa caro ao pai», nas palavras do governador de Moçambique Álvaro de Castro⁴⁵.

Ano	Receita	Despesa	Resultado líquido
1907	2,70	10,98	-8,28
1908	7,84	s/d	s/d
1909	7,76	26,69	-18,93
1910	4,40	39,61	-35,21
1911	9,65	22,59	-12,94
1912	8,01	25,20	-17,19
1913	8,37	31,59	-23,22
1914	11,88	38,88	-27,00

8 Resultados da exploração em contos (Ministério das Colónias, 1913)⁴⁶

Novas negociações com a República

A República tentou ressuscitar a questão depois de o governo ter recebido representações de Lourenço Marques nesse sentido em outubro de 1912 (Marçal 2016, 321-322). Todavia, tais esforços esbarraram nos mesmos obstáculos tecnodiplomáticos de sempre: tratava-se do prolongamento dum caminho de ferro não inglês, até um porto não inglês, que drenava o tráfego do Transval de portos e caminhos de ferro ingleses (nos quais se tinha investido de tal forma que a rede melhorara substancialmente as suas condições de tração e duplicara de extensão desde o início de Novecentos⁴⁷). Para piorar a situação, em futuras negociações tecnodiplomáticas Portugal já não jogava com colónias desavindas, mas com uma entidade única: a União Sul-Africana, formada em 31 de maio de 1910 (Marçal 2016, 319).

De facto, em 17-18 de outubro de 1912, numa reunião das associações de comércio da África do Sul, a de Lourenço Marques pregou sozinha no deserto: ao seu pedido de construção da linha de Ermelo (Breyten) até à fronteira da Suazilândia, as suas congéneres responderam que tal só pode-

⁴⁵ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 504 1F (Caminho de ferro da Swazilandia, Prolongamento em territorio inglez da Linha da Swazilandia), officio de 13.3.1916.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ *The Railway Gazette* 20.12.1912, 726.

ria ser realizado depois de o *modus vivendi* expirar⁴⁸. Era admitido que o novo corredor seria de extrema utilidade para a própria Suazilândia, que se via então sem meios de comunicação eficazes, contudo, prejudicaria os demais caminhos de ferro e portos da União. Aliás era esse o prognóstico da *The Railway Gazette*, para a qual a linha da Suazilândia assim que construída e mantendo-se sob a moldura económica do *modus vivendi* se tornaria o principal tronco de comunicação com o Transval de tal modo que se pagaria a ela própria⁴⁹.

Em todo o caso, o governo português voltou à carga na negociação tecnodiplomática, determinado a triunfar onde os executivos monárquicos tinham falhado estrondosamente (Teixeira 1991, 66). A 26 de novembro de 1912 Teixeira Gomes, representante em Londres, contactava Edward Grey, chefe do *Foreign Office*, para o convencer a encetar o projeto. Os argumentos tinham tanto de novo como de persuasivo: Portugal gastara uma pequena fortuna, com base na informal palavra de Milner no início do século, e da falta de ligação da linha à rede sul-africana perdia não só Portugal como a Suazilândia⁵⁰. Sem surpresa, Grey não adiantava mais do que aquilo que Lawley dissera em 1905: a linha da Suazilândia não era prioritária nem estava nos planos dos governos colonial e imperial, e Portugal operara por sua conta e risco ao decidir construir a ferrovia⁵¹. A única solução seria o governo arrendar a Inglaterra o porto e caminho de ferro de Lourenço Marques, proposta que foi naturalmente repelida pelas autoridades republicanas (Marçal 2016, 322).

Em desespero de causa o diretor-geral das Colónias Cerveira Castro sugeriu ao ministro titular a hipótese de com capitais portugueses internar a linha vinte quilómetros na Suazilândia (até às minas de carvão)⁵². Lisboa de Lima ainda introduziu na questão o argumento militar: noticiando um motim na Suazilândia, sugeriu que «talvez se possa tirar algum partido dessa revolta, no sentido de se conseguir o prolongamento da nossa linha ferrea»⁵³. Debalde. O eclodir da Primeira Guerra Mundial conduziu a linha

⁴⁸ *The Railway Gazette* 25.10.1912, 481.

⁴⁹ *The Railway Gazette* 4.10.1912, 413.

⁵⁰ Arquivo Histórico Ultramarino, maço 504 1F (Caminho de ferro da Swazilandia, 2), ofício de 16.11.1912.

⁵¹ Arquivo Histórico-Diplomático, processo 76, sala 12, estante 15, prateleira 2, número 75547, ofício de 27.5.1913.

⁵² Arquivo Histórico Ultramarino, maço 504 1F (Caminho de ferro da Swazilandia, 2), ofício de 25.3.1914.

⁵³ Arquivo Histórico-Diplomático, processo 76, sala 12, estante 15, prateleira 2, número 75547, ofício de 4.6.1914.

ao esquecimento. Seria necessário esperar mais 50 anos até que a via atravessasse a fronteira em 1964 (Best 1966, 238 e ss.).

Conclusão

No esforço de manter a identidade nacional do caminho de ferro da Suazilândia, Portugal acabou por invalidar uma necessária cooperação política com Inglaterra – o ponto *b*) do modelo de Faye *et al.* e Vleuten & Kaisjer. Como vimos, o próprio Gosselin chamou a atenção de Hintze para o mau efeito que a nega a *Karri Davies* teria sobre as relações luso-britânicas. De facto, a partir do momento em que Portugal insistiu em manter a identidade nacional daquela via-férrea praticamente anulou o seu carácter internacional.

Malgrado a simbiose de interesses económicos entre Lourenço Marques e o Transval – mão-de-obra em troca de tráfego ferroviário (Bouene e Santos 2006, 261-263) –, a posição portuguesa foi fragilizada pelo contexto de concorrência entre caminhos de ferro na África do Sul pelo movimento das minas transvalianas, hostil à construção de novas ligações entre aquelas duas regiões (Diogo e Laak 2016, cap. 4). No fundo faltou uma uniformização de estruturas económicas (ponto *d*) do modelo seguido), até porque o *modus vivendi* respeitava apenas à linha de Ressano Garcia. Sem nunca perigar a manutenção da paz (alínea *c*)), a falta de cooperação natural entre os sistemas ferroviários da região não estimulou uma cooperação tecnodiplomática entre as partes envolvidas, pelo contrário acentuou as diferenças entre os seus objetivos tecnológicos.

Na ausência duma prévia cooperação económica e tecnodiplomática, a mera existência da infraestrutura material (a linha da Suazilândia) com processos administrativos uniformes (pontos *a*) e *e*)) não se concretizou.

A Inglaterra argumentou que um caminho de ferro pela Suazilândia não era prioritário (pois a região era uma mera reserva indígena, com uma economia pouco diversificada e com comunidades europeias longe da prevista diretriz da via), mas a verdadeira razão foi a insistência portuguesa em não permitir o controlo inglês da sua parte da linha, que proporcionasse aos britânicos uma maior influência sobre Lourenço Marques e a posse de um potencial concorrente à linha de Ressano Garcia (recordemos que a ferrovia pela Suazilândia constituiria uma ligação mais curta entre o Transval e a costa). Aliás, entre 1905 e 1915 foram assentes na África do Sul 3600 milhas de novas vias. A ligação de Ermelo à fronteira suazi-moçambicana não significava mais que umas dezenas de quilómetros de carris. O investimento

era diminuto, mas só seria feito 50 anos depois num contexto completamente diferente (Best 1966, 63-65; Marçal 2016, 319-320).

Portugal insistiu na manutenção da identidade nacional do seu caminho de ferro, pois compreendera que «railways were girders of empire, weapons used to revitalize imperial hegemony» (Wilburn Jr. 1991, 29). A estratégia portuguesa foi premeditada e teve em conta as desilusões passadas com outras ferrovias coloniais dominadas por britânicos. Foi até contra um procedimento que tinha desonerado o Tesouro e merecido os elogios de várias autoridades ferroviárias coevas – falamos do caminho de ferro de Mormugão, cuja exploração, assim que passou para as mãos da companhia que o continuava na Índia Britânica, passou a ter muito mais movimento e a não ser um encargo tão pesado para as finanças públicas. Aliás, tinha sido Teixeira de Sousa a negociar esse acordo em 1902, mas a recusar o mesmo modelo para a Suazilândia em 1903 (Pereira 2015, 260-261).

No final do processo Portugal ficou de facto com um caminho de ferro exclusivamente português, cuja identidade e controlo nacionais não podiam ser postos em causa. O preço a pagar foi, contudo, elevado e saldou-se por uma via não internacional, cuja exploração acumulava défices.

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico-Diplomático, processo 76, sala 12, estante 15, prateleira 2, número 75547 (Relações comerciais e marítimas entre as colónias portuguesas de África e possessões inglesas do sul da África).

Arquivo Histórico Ultramarino, caixa 1576 1L (Caminho de ferro da Swazilândia).

— maço 492 1F (Missão de estudos de Caminhos de Ferro no sul de Angola).

— maço 504 1F (Caminho de ferro da Swazilândia).

— maço 2464 1B (Caminho de ferro da Swazilândia).

— maço 2498 1B (Caminho de ferro da Swazilândia).

— maço 2545 1B (Comissão do Caminho de ferro da Swazilândia e Porto de Lourenço Marques).

— maço 2674 1B (Miscelânea).

— maço 2698 1B (Caminhos de ferro de Lourenço Marques e da Swazilândia).

The National Archives, Foreign Office 63/1444 (Lorenzo Marques Swaziland Railway).

— Foreign Office 179/387 (Swaziland Railway Scheme).

— Foreign Office 179/401 (Swaziland Railway).

— Foreign Office 367/18 (African Department, General Correspondence from 1906).

Fontes impressas

Periódicos

Diário da Camara dos Deputados, 1903 e 1905.

Sidney Morning Herald, 1926.

The Railway Gazette, 1908 e 1912.

The Railway Times, 1892.

Compilações

Ministério da Marinha e Ultramar. 1908. *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro ultramarinos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Ministério das Colónias. 1913. *Estatística dos Caminhos de Ferro das Colónias Portuguesas de 1888 a 1911*. Lisboa: Tipografia Eduardo Rosa.
- 1911. *Legislação e disposições regulamentares sobre caminhos de ferro das colónias*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Parliamentary Papers, Commercial mission to South Africa, 1904.
- Report for the year 1902 on the trade of Lourenço Marques.
- Correspondence relating to affairs in the Transval and Orange River Colony, 1904.

Monografias

- Caminhos de Ferro de Lourenço Marques. 1907. *Construção do caminho de ferro da Swazilândia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DURÃO, Higinio. 1911. *Relatório sobre o caminho de ferro da Swazilândia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- JESSETT, Montague. 1900. *The Key to South Africa: Delagoa Bay*. Londres: Fisher Unwin.
- LIMA, Alfredo Augusto Lisboa de. 1904. «O caminho de ferro da Swazilândia.» *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 22(7-8): 222-241 e 265-282.
- LIMA, Alfredo Augusto Lisboa de. 1905. «Projecto do caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Swazilândia.» *Revista de Engenharia Militar* 10: 107-113 e 129-143.
- ORNELAS, Aires. 1896. «O caminho de ferro da Beira e a passagem das tropas imperiaes inglezas em Julho de 1896.» *Revista do Exercito e da Armada* 7: 257-264.
- RENTY, Ernest Amédée de. 1903. *Les chemins de fer coloniaux en Afrique*. Paris: [s. n.].
- SOVERAL, A. de. 1908. «Africa do Sul. Caminho de ferro da Swazilândia.» *Ilustração Portuguesa* 106: 20-24.

Bibliografia

- ADAS, Michael. 2006. *Dominance by Design: Technological Imperatives and America's Civilizing Mission*. Cambridge: The Harvard University Press.
- ADAS, Michael. 1989. *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*. Ithaca: Cornell University Press.
- ALEXANDRE, Valentim. 1995. «A África no imaginário político português.» *Penélope* 51: 39-52.

- ALEXANDRE, Valentim. 2000. *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento.
- ALEXANDRE, Valentim. 2008. *A Questão Colonial no Parlamento 1821-1910*. Lisboa: Assembleia da República, D. Quixote.
- AUGUST, Thomas G. 1985. *The Selling of the Empire. British and French Imperialist Propaganda, 1890-1940*. Londres: Greenwood Press.
- BAXTER, Antony. 1998. *The Two Foot Gauge Enigma. Beira Railway, 1890-1900*. Norwich: Plateway Press.
- BEST, Alan C. G. 1966. *The Swaziland Railway: A Study in Politico-Economic Geography*. East Lansing: Michigan State University Press.
- BIJKER, Wiebe E. e John Law. 1992. «What Next? Technology, Theory, and Method». In *Shaping Technology/Building Society: studies in sociotechnical change*, editado por Wiebe Bijker e John Law, 201-204. Cambridge: The MIT Press.
- BLANCHARD, Pascal e Sandrine Lemaire, eds. 2003. *Culture coloniale. La France conquise par son Empire*. Paris: Éditions Autrement.
- BOUENE, Felizardo e Maciel Santos. 2006. «O *modus vivendi* entre Moçambique e o Transval (1901-1909). Um caso de “imperialismo ferroviário”». *Africana Studia* 9: 239-269.
- CHARTIER, Roger. 1992. *El mundo como representación. Historia cultural: entre práctica y representación*. Barcelona: Gedisa.
- DARIAN-SMITH, Eve. 1999. *Bridging Divides. The Channel Tunnel and English Legal Identity in the New Europe*. Berkeley: The University of California Press.
- DARWIN, John. 2002. «Globalism and Imperialism: the Global Context of British Power, 1830-1960». In *Gentlemanly Capitalism, Imperialism and Global History*, editado por Shigeru Akita, 43-64. Houndmills: Palgrave-MacMillan.
- DIOGO, Maria Paula. 2009. «Domesticating the Wilderness: Portuguese Engineering and the Occupation of Africa». In *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, editado por Ana Matos, André Grelon, Irina Gouzévitch e Paula Diogo, 471-482. Lisboa: Colibri.
- DIOGO, Maria Paula e Dirk van Laak. 2016. *Europeans Globalizing: Mapping, Exploiting, Exchanging*. Houndmills: Palgrave-Macmillan.
- ESTEVES, Emmanuel. 1999. «O caminho de ferro de Bengela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952)». Tese de doutoramento, Universidade do Porto.

- FAYE, Michael L., John W. McArthur, Jeffrey D. Sachs e Thomas Snow. 2004. «The challenges facing landlocked developing countries». *Journal of Human Development* 5(1): 31-69.
- HALL, Catherine. 2002. *Civilising Subjects: Metropole and Colony in the English Imagination 1830-1867*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HANES III, W. Travis. 1991. «Railway Politics and Imperialism in Central África, 1889-1953». In *Railway Imperialism*, editado por Clarence B. Davis, Kenneth E. Wilburn Jr. e Ronald E. Robinson, 41-69. Nova Iorque, Westport, Londres: Greenwood Press.
- HEADRICK, Daniel R. 2010. *Power over peoples. Technology, environments, and Western imperialism, 1400 to the present*. Princeton: Princeton University Press.
- HECHT, Gabrielle. 2009. *The Radiance of France. Nuclear Power and National Identity after World War II*. Cambridge: The MIT Press.
- KATZENELLENBOGEN, Simon E. 1982. *South Africa and Southern Mozambique. Labour, railways and trade in the making of a relationship*. Manchester: Manchester University Press.
- KERR, Ian J. 2003. «Representation and Representations of the Railways of Colonial and Post-Colonial South Asia». *Modern Asian Studies* 37(2): 287-326.
- LEE, Robert. 1999. «Potential railway world heritage sites in Asia and the Pacific». *Working Papers in Railway Studies*, 5: 14-28.
- LIMA, Alfredo Pereira de. 1971. *História dos Caminhos de Ferro de Moçambique*. Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique.
- MACEDO, Marta Coelho de. 2009. «Projectar e construir a nação. Engenheiros e território em Portugal». Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra.
- MARÇAL, Bruno J. Navarro. 2016. «Um império projectado pelo 'silvo da locomotiva'. O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)». Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa.
- MOREIRA, Fernando. 2005-2006. «Manuel Afonso de Espregueira (1833-1917)». In *Dicionário Biográfico Parlamentar*, editado por Maria Filomena Mónica, 66-68. Lisboa: Assembleia da República, Instituto de Ciências Sociais.
- MOSCOVICI, Serge. 2005. *Representações sociais. Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- NYE, David. 1999. *American Technological Sublime*. Cambridge: The MIT Press.

- PAKENHAM, Thomas. 2011. *The Scramble for Africa, 1876-1912*. London: The Folio Society.
- PAYNTON, Philip. 1996. «An English cross-country railway”: rural England and the cultural reconstruction of the Somerset and Dorset Railway». *Working Papers in Railway Studies* 2: 17-25.
- PÉLISSIER, René. 2000. *História de Moçambique. Formação e oposição, 1854-1918*. Lisboa: Editorial Estampa.
- PEREIRA, Hugo Silveira. 2012. «A política ferroviária nacional (1845-1899)». Tese de doutoramento, Universidade do Porto.
- PEREIRA, Hugo Silveira. 2015. «Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho de ferro de Mormugão». *Revista Portuguesa de História* 46: 237-262.
- PEREIRA, Hugo Silveira. 2016. «Markets, Politics and Railways: Portugal, 1852-1873». In *“Markets” and Politics. Private interests and public authority (18th-20th centuries)*, editado por Christina Agriantoni, Christina Chatziioannou e Leda Papastefanaki, 223-239. Volos: Thessaly University Press.
- PEREIRA, Hugo Silveira. 2017. «The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century». *History and Technology* 33(2): 175-195.
- PHIMISTER, Ian. 2002. «Empire, Imperialism and the Partition of Africa». In *Gentlemanly Capitalism, Imperialism and Global History*, editado por Shigeru Akita, 65-82. Houndmills: Palgrave-MacMillan.
- POEL, Jean van der. 1933. *Railway and Customs Policies in South Africa 1885-1910*. Londres, Nova Iorque, Toronto: The Royal Empire Society, Longmans, Green & Co.
- ROBINSON, Ronald E. 1991. «Conclusion: Railways and Informal Empire». In *Railway Imperialism*, editado por Clarence B. Davis, Kenneth E. Wilburn Jr. e Ronald E. Robinson, 175-197. Nova Iorque, Westport, Londres: Greenwood Press.
- SARAIVA, Tiago. 2007. «Inventing the Technological Nation: the Example of Portugal (1851-1898)». *History and Technology* 23(3): 263-273
- SCHOT, Johan e Philip Scranton. 2014. «Making Europe: An Introduction to the Series». In *Building Europe on Expertise. Innovators, Organizers, Networkers*, editado por Martin Kohlrausch e Helmuth Trischler, IX-XVI. Basingstoke: Palgrave-MacMillan.
- SCHUELER, Judith. 2006. «Travelling towards the ‘mountain that has borne a state’. The Swiss Gotthard Railways». In *Networking Europe. Transnational Infrastruc-*

- tures and the Shaping of Europe, 1850-2000*, editado por Erik Vleuten e Arne Kaijser, 71-96. Sagamore Beach: Science History Publications.
- SCHWEITZER, Glenn E. 1989. *Techno-diplomacy. US-Soviet Confrontations in Science and Technology*: Nova Iorque, Londres: Plenum Press.
- SERRÃO, Joel e A. H. de Oliveira Marques, dirs. 2001. «O Império Africano 1890-1930». In *Nova História da Expansão Portuguesa*, editado por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 11. Lisboa: Editorial Estampa.
- TEIXEIRA, Alberto de Almeida. 1934. *Angola Intangível*. Porto: Edições da 1.^a Exposição Colonial Portuguesa.
- TEIXEIRA, Maria Luísa Norton Pinto. 1991. «The Railways of Mozambique – A Regional or Colonial Project? 1895-1950». Tese de mestrado, Concordia University.
- TELO, António José. 1991. *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Cosmos.
- VLEUTEN, Erik van der. 2006. «Understanding Network Societies. Two Decades of Large Technical System Studies». In *Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000*, editado por Erik Vleuten e Arne Kaijser, 279-314. Sagamore Beach: Science History Publications.
- WILBURN Jr., Kenneth E. 1991. «Engines of Empire and Independence: Railways in South Africa, 1863-1916». In *Railway Imperialism*, editado por Clarence B. Davis, Kenneth E. Wilburn Jr. e Ronald E. Robinson, 25-40. Nova Iorque, Westport, Londres: Greenwood Press.

Dos proyectos de creación de una
estructura centralizada de abastecimiento
del estanco español de tabacos (1620-1717).
Estudio institucional*

Santiago de Luxán Meléndez **

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 177-206. ISSN 0874-9671

Resumo

No início do século XVII, a Coroa espanhola realizou um ensaio sobre o estanco do tabaco, que não teve continuidade, tendo como centro de operações a cidade de Cartagena das Índias e como “factor” principal o sevilhano Diego Pinelo. Um século depois, por volta de 1717, a cidade de Havana foi estabelecida como um porto redistributivo, de maneira estável, e como uma feitoria que controlaria o carregamento de tabaco para a metrópole. Neste trabalho, realizamos um exercício de contextualização das duas realidades e sua viabilidade.

Palavras-chave: História do Atlântico, estanco do tabaco, Cartagena das Índias, Havana

Data de submissão: 31/07/2016

Data de aprovação: 26/05/2017

Abstract

At the beginning of the XVII century the Spanish Crown tried to build up a tobacco monopoly with Cartagena of the Indies as the centre of operations and the Sevillian Diego Pinelo as its main representative. However, this attempt was unsuccessful as it did not get continuity. One century later, around 1717, the city of Havana was erected as a stable redistributing harbour responsible of controlling the shipment of tobacco to the capital. Along this assay we contextualize both realities and analyse their viability.

Keywords: Atlantic History, Havana, Cartagena de Indias, Tobacco monopoly

Date of submission: 31/07/2016

Date of approval: 26/05/2017

* Este trabajo forma parte del proyecto de investigación “La configuración de los espacios atlánticos ibéricos. De políticas imperiales a políticas nacionales en torno al tabaco (siglos XVII-XIX)”, HAR2015-66142-R.

** Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, España. *E-mail*: santiago.deluxan@ulpgc.es .

Dos proyectos de creación de una estructura centralizada de abastecimiento del estanco español de tabacos (1620-1717).

Estudio institucional

Santiago de Luxán Meléndez

“conviene que la buena orden que se diere en su principio asegure buenos efectos en lo de adelante”.
REAL CED^A De Instrucción dada en Madrid a 25 de mayo de 1620

Introducción

A comienzos del siglo XVII la Corona española realizó un ensayo de creación de un estanco de tabaco en Indias, sin continuidad en el tiempo, que tenía como centro de operaciones la ciudad de Cartagena de Indias y como agente principal al sevillano Diego Pinelo. Un siglo después, en torno a 1717, la ciudad de La Habana se erigió en el puerto de salida del tabaco al Viejo Mundo, con lo que la factoría de tabaco quedó como responsable de su envío a la metrópoli. En este trabajo realizamos un análisis institucional de los dos proyectos. No vamos a referirnos, sin embargo, a la historia de Cartagena de Indias a comienzos del XVII, ni al puerto de San Cristóbal de La Habana en la primera parte del Setecientos. Nos interesan en tanto que plataformas desde donde se remitía el tabaco a la Península Ibérica, dado que ambos puertos se aprovechaban del movimiento de retorno de las Flotas y Galeones de Indias. En el primero de los casos, el nombramiento de Pinelo es coincidente con la creación de la fábrica de San Pedro en Sevilla (Rodríguez Gordillo 2005, 13-22), circunstancia que será determinante para el desarrollo posterior del estanco de tabaco español. En el segundo, tenemos que referirnos a la creación de la factoría de tabaco de La Habana, que podemos considerar la primera piedra de la extensión de la fórmula del estanco al territorio americano, aunque haya que esperar para que sea una realidad a la segunda mitad del siglo XVIII. De la comparación de ambas instituciones, anotamos que La Habana perdurará como principal núcleo abastecedor del monopolio español, aunque el proyecto que estudiamos, tal y como fue concebido, no saliese adelante (Luxán Meléndez 2015, 41-67). El análisis que presentamos se centra en la *REAL CED^A De Instrucción dada en Madrid a 25 de mayo de 1620* y en el *Discurso sobre el nuevo modo, método, y distribución que podría darse al consumo de tabaco de*

la Habana. De ambos documentos hemos utilizado copias de la *Colección Miscelánea de Francisco de Ayala* –el que fuera archivero de la Secretaría de Estado y del Despacho Universal de Indias en el siglo XVIII– de la Biblioteca del Palacio Real de Madrid. El primero de los documentos, ha sido tenido en cuenta recientemente por Martínez Ruiz (2014) y Luxán Meléndez (2014). El segundo, por la historiografía clásica cubana (Rivero Muñiz 1964-1965 y Marrero 1977, entre otros). No se había realizado, sin embargo, una lectura conjunta de ambos textos. Este tipo de aproximación, nos permitirá tener una visión más completa del proceso de creación del estanco español y de su extensión posterior al mundo americano.

Se pretende presentar los orígenes del monopolio del tabaco español y de los estancos indianos en dos secuencias históricas diferentes (1620/1717). Efectivamente, en ambos momentos se ensaya la creación de una estructura vertical de abastecimiento del estanco del tabaco. Entre estas dos fechas, hay que recordar, se ha instaurado el estanco del tabaco español (1636) y se ha intentado convertir a Sevilla en la cabecera de la distribución del tabaco, tanto a las Indias, como al resto de Europa (1684).

Nuestro enfoque se encuadra dentro del marco de la economía institucional. Es decir, tratamos de valorar las circunstancias que llevan a la Monarquía española a crear dos instituciones (factoría del tabaco de Cartagena y factoría de la Habana), cuya misión era reducir las incertidumbres del abastecimiento de tabaco de la metrópoli, llegando a acuerdos contractuales con los cultivadores¹.

La pretensión, en ambos casos, era conseguir la exclusividad en la compra de la producción agraria, integrando el tabaco en la Carrera de Indias como un monopolio real. Con relación a la factoría de La Habana, sin embargo, a comienzos del siglo XVIII, las circunstancias eran más adversas, puesto que ya existía un mercado mundial de tabaco mucho más desarrollado. Además, se trataba de asegurarse la cosecha de La Habana, dificultando la intervención extranjera, a través de sus compañías privilegiadas radicadas en el Nuevo Mundo (*Joint ventures* franco-española y anglo-española).

En 1620 se elige como zona de producción las islas de Barlovento, Tierra firme y otras partes, pero se centraliza la recogida en Cartagena de

¹ A partir de la 2ª Guerra Mundial, la Moderna Economía Institucional representada por autores como Alchian, Demset, Williamson, North y, sobre todo, por el premio Nobel Ronald Coase con su Teoría del Coste Social, ha producido un giro importante en la concepción de la economía de mercado capitalista a través de lo que se entiende como la Nueva Economía Institucional. Cf. Bergasa Perdomo 2014.

Indias (factoría). El procedimiento a seguir será firmar asientos con los labradores productores de tabaco, de forma individual o mancomunada. En este sistema se integra a Santo Domingo, pero no a Cuba. El experimento no tendrá éxito porque la distribución en la metrópoli no estaba todavía suficientemente desarrollada y tampoco existía el control monopolístico de unos años después. Esa es nuestra hipótesis, aunque el nivel de conocimientos de la primera mitad del siglo XVII hace difícil su verificación.

En 1717, casi un siglo después, el centro principal de operaciones se traslada a la ciudad de La Habana y su distrito, teniendo como zonas secundarias Bayamo, Sancti Spíritus, Trinidad y Santiago de Cuba [en los documentos de la época solo Cuba]. Este nuevo intento tendrá un éxito relativo puesto que, por un lado, será duramente contestado por las sublevaciones vegueras, y por otro, no se conseguirá convertir a La Habana en el centro de un estanco imperial, como se pretendía en el proyecto. Debemos añadir que ni siquiera, a pesar de sus relaciones privilegiadas con la metrópoli, detentará la exclusividad del abastecimiento, puesto que los tabacos de Virginia y Brasil representarán una cuota muy importante del consumo español durante el siglo XVIII. Para poder entender la realidad de la factoría de La Habana hay que tener en cuenta, además, que se creó después de un largo período de funcionamiento del estanco metropolitano (1636-1717) y de ensayos previos de regulación de las compras de tabaco en la citada isla, principalmente en 1684 y 1698.

Del análisis del proceso de creación de ambas instituciones, puede deducirse la importancia de la experiencia histórica previa y la pervivencia, un siglo después (1620-1717), de los modos de actuar de la Monarquía española.

Cartagena de Indias centro neurálgico del tabaco a principios del siglo XVII. Un primer ensayo de monopsonio²

1. El contexto en el que se crea la factoría de tabaco en 1620

La importancia de la historia del tabaco antes de la creación, tanto del estanco español en 1636, como de la extensión del modelo a los territorios americanos en la segunda mitad del siglo XVIII, se acrecienta por la escasez

² Se trata de un monopolio de demanda, por lo tanto de una situación en la que el demandante fija el precio de compra. El nombramiento de un factor por parte de la Corona significaba, entonces, tener un agente de compra con amplios poderes.

de información que ha llegado hasta nuestros días de esta época. Al respecto, señalaba Pietschmann (1986), que todos los estudios parciales sobre el tabaco se limitaban a la época en la cual este producto estuvo estancado y, por tanto, omitían el rastreo de la historia del tabaco en sus fases pre- y posmonopólicas. La abundancia de la documentación generada por el monopolio frente a la escasez de las épocas anteriores justificaba, a su entender, este vacío historiográfico (Pietschmann 1986, 418-425)³. Por este motivo el análisis de la Real Cédula de 1620⁴, cuando todavía el tabaco apenas despunta entre los flujos mercantiles de la Carrera de Indias, reviste especial interés.

Debemos añadir que el documento que vamos a analizar debe ser contextualizado en el período inicial de creación de los espacios tabaqueros por parte de las grandes potencias europeas. Se trataba del primer intento de regulación del tráfico del tabaco con la metrópoli y, aún más, como ha mostrado Martínez Ruíz, del primer ensayo de crear un estanco de tabaco en América en régimen de factoría. Su trascendencia, como antecedente de la creación de la factoría de La Habana un siglo después, es pues evidente.

Esta lectura nos permite constatar un hecho fundamental. Desde el mismo momento en que se vislumbra la posibilidad del negocio del tabaco, se tratará de estancarlo, por lo menos en los puntos de producción, controlando su salida por un puerto único (Cartagena) con destino a Sevilla. Esta medida, acorde con las prácticas exclusivistas de la Carrera de Indias, fue la respuesta directa al contrabando y uno de los principales errores de la Corona española con relación al tabaco (Céspedes del Castillo 1992, 38-43).

La Monarquía Católica siguió una política contradictoria para controlar la producción tabaquera. Optó, en primer lugar, por prohibir el cultivo en

³ La misma idea en Martínez Ruiz, José Ignacio 2014, "El tabaco de las Indias, las Reales hacienda y el mercado inglés en el primer tercio del siglo XVII", Anuario de Estudios Atlánticos, nº 61 <http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aca/article/view/9303>. Este autor analiza la Real Cédula de 1620. Igualmente se ha referido a esta primera experiencia Chaunu, Huguette et Pierre, 1956, *Seville et l'Atlantique*. Tomo VI, vol. 2, París: S.E.V.P.E.N., 575-578, 1956.

⁴ REAL CED^a/De Instrucción dada en Madrid a 25 de mayo de 1620/ a) D^o. Diego Pinelo nombrandole Factor/ y Administrador de Tabaco que se cria y coge en los lugares Marítimos/ y Mediterráneos de las Indias Ocidentales, bajo de 21 Articulos/ para proceder en su gobierno:prescribiendo/ los parages a donde primero debería dirijirse, y el arreglo de precios, con todas las/ demás advertencias para el logro del este importante fin. Biblioteca del Palacio Real de Madrid, BPRM, Miscelánea Ayala, II/ 2889, ff. 21r. -33v. La cédula de su nombramiento en Archivo General de Indias (AGI), Contratación, lib.1 f. 270-271.

determinadas zonas con el fin de no dar ventajas al competidor-contrabandista extranjero y, a la vez, ordenó el abandono de algunas poblaciones. Por otro lado, el reconocimiento de la inutilidad de la medida anterior condujo, ocho años después, a un giro de 180°, es decir, a la proclamación de la libertad de cultivo, acompañada de políticas que impulsasen su fomento, y a la organización de la recogida del tabaco con una factoría –como hemos señalado– que implementase su transporte dentro de la Carrera de Indias. Las alarmas se habían encendido cuando barcos ingleses, holandeses y portugueses comenzaron a “rescatar” tabaco en las costas de Venezuela a comienzos del siglo XVII. La reacción de la Corona fue, como señalábamos, prohibir el cultivo en determinados territorios de Venezuela y en las principales islas caribeñas, en los que se producía dicha planta. En 1606, se aplicó la medida a Cuba, Puerto Rico, Santo Domingo, Isla Margarita y Venezuela, donde se prohibió su siembra. Este es el sentido de la Real Cédula al gobernador de la isla de Cuba (San Lorenzo, 26 de agosto de 1606) y otros territorios, mandando dar orden para que no se cultive tabaco en ella por un periodo de diez años, y que se remita informe en caso de seguirse inconvenientes de ello o, de lo contrario, se haga ejecutar lo dispuesto, publicándola en distintos lugares de la isla, con encargo de poner cuidado en hacer que se guarde y cumpla⁵. En el caso de Venezuela, en este comercio con los ingleses participaron las autoridades de la colonia⁶.

En la prohibición del cultivo hubo que dar marcha atrás en 1614, tiempo suficiente para dar pie al establecimiento de colonias tabaqueras de países competidores en otras partes de América, que muy pronto ampliaron la oferta de tabaco en el mercado occidental, haciendo perder a España las ventajas del *first comers* (Luxán Meléndez y Gárate Ojanguren 2010, 145-175). El cultivo de tabaco en la Bahía de Chesapeake fue la alternativa inglesa al Imperio español y las plantaciones de tabaco en

⁵ AGI, Santo Domingo 869, L.5, f.63r. Para los otros territorios, AGI, Santo Domingo, 869, L.5, ff.61v-63r.

⁶ AGI, Santo Domingo 869, L.6, ff.142r-143r. Real Cédula (Madrid, 9 de mayo de 1612) a Alonso de Velasco, embajador en Inglaterra, mandándole informarse sobre el presunto asiento que hizo García Girón, gobernador y capitán general de Venezuela, con los ingleses Diego de Ovalio y Juan Bernardo, sobre proveerlos de cierta cantidad de tabaco cada año, enviando aviso de lo que averigüe; igualmente, otra con la misma fecha al obispo de Venezuela, mandándole que, luego que llegue a su obispado, procure informarse de personas confidentes sobre el presunto asiento que hizo García Girón; otra sobre el mismo asunto y fecha a Diego Gómez de Sandoval, gobernador, capitán general y presidente de la Audiencia de Santo Domingo, mandándole informarse a través de Sancho de Alquiza u otro confidente sobre el presunto asiento que hizo García Girón, gobernador y capitán general de Venezuela.

Virginia fueron la continuación de la guerra por medios económicos (Norton y Studnicki-Gizbert 2008, 251-273). Antes de que se inicie el siglo XVII, según Céspedes, la economía tabaquera mejor organizada era la de Nueva España. Sin embargo, la salida del tabaco indiano continental resultó frustrada desde el principio, excepción hecha del de Barinas, cuyo tabaco era comprado por los holandeses. Céspedes califica de “comercio de pobres” a estos intercambios iniciales de tabaco y sitúa su punto de salida, no en Cartagena, sino en La Habana. El sistema de flotas y el comercio de esclavos, según este historiador, fueron las principales debilidades que impidieron que el imperio español se convirtiese en el más importante proveedor de tabaco de la economía mundial. El elevado precio del tabaco español, unido a las restricciones temporales de su cultivo, tendría un alto coste de oportunidad, puesto que posibilitaría el cultivo y la entrada del tabaco de Bahía y de Chesapeake, como ya hemos indicado. En estas nuevas circunstancias los portugueses se convirtieron en los principales intermediarios del tabaco durante esos años⁷, controlando el cultivo y la comercialización del tabaco. El establecimiento del estanco en 1636 no rompió su dominio, puesto que controlaron éste como arrendadores (Studnicki-Gizbert 2007, 118-119)⁸. La Real Cédula de 26-VIII-1614, se dictó para reservar el cultivo del tabaco colonial para la metrópoli, desde donde, una vez manufacturado, se podría reexportar al resto de Europa. Por tanto, es en esta resolución real donde podemos situar el comienzo del monopsonio del tabaco indiano, que trató de consolidarse con la creación de la factoría de Cartagena en 1620. El tabaco remitido a Sevilla –leemos en la citada cédula– debía ser obligatoriamente todo el que no se consumiese en los territorios americanos (Rodríguez Gordillo 1994, 63).

El tabaco fue un producto de referencia en la Carrera de Indias desde las primeras décadas del siglo XVII, incluso antes de que las Cortes castellanas lo estanquen en 1636. A una pregunta del Consejo de Hacienda, en 1615, sobre la cantidad de tabaco que viene de las Indias, tanto la Casa de Contratación de Sevilla, como el administrador de los almojarifazgos, o Juan de Gamboa –miembro del propio Consejo de Hacienda,

⁷ Es interesante reflexionar sobre esta competencia de los portugueses, dado que es el momento de la Unión. Fue una de las maneras de aprovecharse de ella. El tabaco sin registro, según informa Pinelo al Consejo de Indias, se llevaba a Lisboa. La correspondencia de Pinelo (AGI, Santa Fe, 67) ha sido estudiada con todo cuidado por Martínez Ruiz, op. cit., pp. 5-10.

⁸ Debe citarse en este sentido el estudio de Sabino Lizana Fernández (1996).

pero residente en la ciudad hispalense— no serán capaces de dar una respuesta precisa:

Por lo que todos respondieron —resume en su consulta el Consejo de Hacienda— consta que la cantidad de tabacos que se trae de la India es mucha y viene de diferentes partes y que el de unas es mejor que el de otras...⁹

La cifra que el Consejo anota en la consulta de 30 de abril de 1615, es que en Sevilla entraron, en el año anterior de 1614, 600 000 libras. Con relación a la calidad, el peor parado en la consulta que estamos citando, será el tabaco de Santo Domingo, que pagaba unos derechos de entrada a su llegada a Sevilla del 2%, frente al 15% abonado por el resto de los tabacos. En carta dirigida al Consejo en 26 de mayo de 1614, antes de que se publique la Real Cédula de libre cultivo, de la que ya nos hemos ocupado, el citado Juan de Gamboa, refiriéndose al tabaco procedente de las Indias y en especial al de Santo Domingo, escribirá:

De las Indias se traerá [tabaco] en cuanto acá tuviese salida, como quiera que en Santo Domingo se ha mandado por buen gobierno que no se siembre y que se queme, lo que se sabrá de cierto por el Consejo de Indias; pero el tabaco de allí es el peor y que en veces se arroja y llega perdido y es lo que menos se saca¹⁰.

Respecto a los lugares de procedencia, la región de Barinas sería la principal abastecedora del mercado sevillano, con aproximadamente un 50% de las llegadas. La concreción, por parte de los agentes sevillanos, para determinar el tabaco que se mandaba a Francia, Flandes o Inglaterra, sin olvidarnos de Berbería, para la que se reservaba el tabaco de peor calidad, no fue tampoco muy precisa. Por certificación de los almojarifes de la aduana del río de Sevilla sabemos que, en 1613, se sacaron fuera del reino 302.498 libras, procedentes de diversas partes de las Indias. Solamente un año después las salidas de tabaco fueron algo más de 100 000 libras.

La adopción del libre cultivo en zonas restringidas, de un lado, y el control de su exportación a la metrópoli, de otro, que son el componente

⁹ Archivo General de Simancas, Consejo y Juntas de Hacienda, leg. 536, estudiado por Martínez Ruiz. Hay copia en el Archivo Histórico Nacional de Madrid, FC_Hacienda, Libro 7388, ff. 204-207: “Consulta del Consejo de Hacienda de 30 de abril de 1615 sobre si conviene o no crecer algún derecho en el tabaco que se saca de estos Reynos para fuera de ellos”.

¹⁰ *Ibidem*, f. 208.

fundamental del viraje iniciado en 1614, fueron decisiones que se tomaron cuando la Corona vislumbró que el negocio del tabaco se estaba desarrollando. Entonces, aparecieron comerciantes que presentaron ofertas para conseguir la exclusividad de su comercio, intentando hacerse cargo del negocio del tabaco con arrendamientos, circunstancia bien vista por algunas personas relevantes, como el conde de Gondomar, a la sazón embajador en Londres. Este último método se dejará abierto en la Real Cédula que comentamos a continuación. Una circunstancia que ayuda a confirmar los argumentos anteriores fue la intervención del duque de Lerma que, en los años de 1615-1616, se mostrará partidario de una subida de derechos a los tabacos que se exportasen, semejante a la planeada por Inglaterra¹¹. En esos momentos la Corona española ya había detectado la capacidad recaudatoria del tabaco, que se presentaba entonces como un recurso con fuerte potencial para poder pagar a los hombres de negocios que cubrían las necesidades de defensa. El resultado fue la Real Cedula de uno de mayo de 1616, en que se imponía un real y medio, por encima de lo que ya se cobraba, en cada libra de tabaco que se exportase. El fomento del tabaco y su reexportación a los mercados europeos tenía también, entonces, una motivación claramente recaudatoria:

[...] Por justas causas y consideraciones que me han movido y para ayuda y socorro de las necesidades que de presente se me ofrecen causadas en defensa de ntra Santa fe Católica y de estos Reynos he tenido y tengo por bien se imponga real y medio que valen 51 mrvds. en cada libra de tabaco que se sacare de estos Reynos para fuera de ellos demás de los drós que se pagan al presente y que se cobran en Sevilla, en los puertos de donde

¹¹ Al respecto tiene un gran interés la información enviada al Consejo por el embajador en Londres Diego Sarmiento de Acuña en 26 de junio de 1615. En ella relata cómo, en paralelo a lo que estaba ocurriendo en España, unos mercaderes ingleses habían ofrecido al rey un asiento, adelantando 14 000 ducados el primer año, que se convertirían en 28 000 ducados en los años siguientes, por recaudar los derechos de los tabacos que entrasen en el reino, fuesen naturales o extranjeros quienes los trajesen. En España no había una situación parecida, argumentaba el embajador, “y estos lo comprarán en España como quisieren no habiendo allí concurso de compradores, y lo venderán aquí como quisieren no habiendo otros que lo traigan”. La propuesta de Gondomar se ceñía a la consideración de que en nuestro país se impusiese a los forasteros unos derechos semejantes a los de Inglaterra. El embajador añadía que ningún vasallo del rey, que el supiera, realizaba operaciones de tabaco con Inglaterra. Finalmente señalaba, lo que nos interesa especialmente, que a los naturales “se les podría hacer favor de moderarles los drós de la entrada, que es lo que ellos pagan, para que no cesen en la labranza de las tierras ni en el trato de esta mercadería, pero es necesario poner gravísimas penas y ejecutarlas en los mercaderes que embarcaron tabaco sin haber pagado los drós y en los maestros de los navíos que los reciben, y lo más seguro será arrendar este dró de salida en Sevilla que es la parte prâl”. AHNM, FC_Hacienda, Libro 7388, f. 209.

se sacaren previniendo el recaudo necesario para que no se defrauden los dichos drôs y que este crecimiento se beneficie y cobre por cuenta aparte y se saque y distribuya en el cumplimiento y pago de las provisiones generales de mi servicio que este año hacen los hombres de negocios que están encargados de ellas dentro y fuera de estos Reynos sin que se pueda convertir en otra cosa.

Que pongáis cobro en la cobranza del dicho drô arrendándolo o administrándolo para la Real Hacienda como lo haceis de las demás mis Rentas [...] ¹².

Vidal Ortega nos ofrece una imagen de Cartagena en las décadas de 1620-1630 que nos ayuda a comprender la elección de este puerto, frente al de La Habana, que tendrá que esperar todavía algunos años para convertirse, no en el entrepôt, sino en el centro de la estructura vertical del sistema de abastecimiento del estanco español. Efectivamente, desde el siglo XVI, Cartagena se había convertido en un lugar estratégico de defensa contra los piratas y en una de las bases logísticas de los Galeones que iban a Portobello y Nombre de Dios, conectando el sistema de flotas con el virreinato del Perú. Durante el reinado de Felipe II, Cartagena compitió con Veracruz como centro principal del tráfico esclavista, superando, gracias a éste último tráfico, la crisis de la minería colombiana del Seiscientos. Los registros contables de Indias hasta 1640 muestran la intensidad y el incremento del tráfico de esclavos y de los flujos de plata procedentes del Perú, que son las bases del mantenimiento del tráfico de la ciudad. El movimiento de mercancías en las flotas de Indias tuvo como principales protagonistas al añil y, en la década de 1620, al tabaco (Vidal Ortega 2002, 95-96). Es el momento del nombramiento de Diego Pinelo y del establecimiento de la primera factoría de tabaco de las Indias en Cartagena, elegida por su posición central, tanto en la Carrera de Indias, como en el área productora de tabaco del Caribe:

Por quanto Yo hé proveído, y nombrado a vos Dⁿ. Diego Pinelo por mi Factor, y Administrador del tabaco que se cría, y coje en algunos lugares Marítimos, y Mediterráneos de mis Indias Occidentales [...] ¹³.

En realidad el encargo de Pinelo, como ocurrirá con posterioridad en Cuba, era firmar un asiento con los cultivadores y organizar después su embarque a la península. Una consulta del Consejo de Indias en 1620, en la que se exponía la necesidad de contar con un factor encargado por

¹² AHNM, FC_Hacienda, Libro 7388, ff. 212-214. El texto legal estaba dirigido al Presidente, al Consejo de Hacienda y a la Contaduría Mayor.

¹³ REAL CED^a/De Instrucción dada en Madrid a 25 de mayo de 1620, f. 22.

cuenta de la Real Hacienda para comprar el tabaco en el punto de origen, daría como resultado el nombramiento de este personaje. Podría entonces pensarse que la Monarquía tenía ya prevista la creación del estanco, que no sería realidad hasta 1636, o sencillamente que esta iniciativa, unida a la creación de la Fábrica de San Pedro en Sevilla (1620), radicando en un solo lugar los antiguos obradores, conduciría al siguiente paso del control de la distribución en régimen de estanco¹⁴. En este caso, debemos tener presente, se formulaba primero el control del abastecimiento antes de la institucionalización del monopolio. La otra posibilidad era que se intentase estancar el tabaco primero en América. De hecho el nombramiento y encargo de Pinelo fue como “fator y administrador del estanco del tabaco”¹⁵.

En otro trabajo formulamos la hipótesis de una creación prematura del estanco en España, puesto que se adelantaba al desarrollo y ensanchamiento del mercado del tabaco y a la instauración de otros monopolios en el resto de Europa. Con más razón, ahora, hay que formular el carácter prematuro de la factoría de Cartagena que se adelantaba también al nacimiento del estanco metropolitano (Luxán y Bergasa 2003). Este argumento debe relacionarse con las consultas del Consejo de Hacienda entre 1615-1616, que tuvieron como resultado la subida de los derechos de exportación del tabaco, a pesar de la posición contraria de la citada institución. Un incremento significaría, según el dictamen de la Casa de Contratación de Sevilla, una reducción del comercio del tabaco y un aumento correlativo del contrabando:

[...] Y que si agora las naciones del Norte embiciados en esta yerba hallándola en estos Reynos a precios moderados la contratan en ellos, con mucho beneficio de la Rl Hacienda, cargándose nuevo derecho sobre ella, se les daría ocasión para que desde el Brasil o Santa Marta lo contraten y asienten fatorías y rescates, inquietando las Indias y los vasallos de V.M. y metiendo por otras partes las mercaderías de las suyas, y destruyendo con esto el trato y comercio y juntamente con él los dros Reales [...]¹⁶

¹⁴ La exclusividad de la fábrica de Sevilla no se alcanzó hasta el período de la administración directa de 1684-1687, por la R.O. de 3-V-1684. Cf. al respecto, Rodríguez Gordillo 2002, 28, y Solbes Ferri 2006, 124-128.

¹⁵ AGI, Panamá 1 N 353.

¹⁶ Archivo Histórico Nacional de Madrid, FC_Hacienda, Libro 7388, ff. 204-207: “Consulta del Consejo de Hacienda de 30 de abril de 1615 sobre si conviene o no crecer algún derecho en el tabaco que se saca de estos Reynos para fuera de ellos”. El Consejo de Indias, por el contrario era partidario de la subida.

Las cifras conocidas de importación de tabaco, en años posteriores a la creación de la factoría de Cartagena, por Inglaterra, Francia o Portugal ponen en tela de juicio desde el punto de vista económico la pertinencia de su creación, si el objetivo era obligar a los ingleses a que adquiriesen el producto en Sevilla. El tabaco descargado, por ejemplo, en el puerto de Londres, procedente de las colonias inglesas, alcanzaba ya, entre 1637-1642, un promedio anual de 1 820 878 libras y, en torno a 1670, 17,6 millones. El mercado francés, en vísperas de ser estancado (1674), disponía de un volumen de maniobra cercano a 1 500 000 de libras. Mientras que el Jardín de Lisboa registraba un almacenamiento para su venta al exterior, entre 1666-1690, de 1 766 110 libras anuales (Gray y Wyckoff 1940; Price 1973; Luxán Meléndez y Bergasa Perdomo 2003).

2. La Real Cédula de 25 de mayo de 1620

En la *Real Cédula De Instrucción dada en Madrid a 25 de mayo de 1620 a Dn. Diego Pinelo*, nombrándole factor y administrador del tabaco, se reconocen los elementos que nos permiten valorar la política de creación de un monopsonio del tabaco en Tierra firme e islas del Caribe, teniendo como centro comprador de última instancia la ciudad de Cartagena, donde se ubicaría una factoría. En la Consulta del Consejo de Indias, donde se vio su pretensión de ocupar la plaza de factor y veedor de Indias tras su salida del puesto de Cartagena, después reconocer su hoja de servicios desde 1604, podemos leer:

Y últimamente se le mandó fuese a Cartagena a servir de factor y administrador del estanco del tabaco y que fuese a todas partes donde se coge a hacer los asientos, y yendo en demanda de su viaje se perdió sobre el cabo de San Román y habiendo escapado fue por tierra a acabar de hacer los dichos asientos en que tardó once meses y el año de 612 (sic) dispuso el tabaco que llegó a Cartagena de cuenta del asiento y lo embarcó en los galeones y dio cuenta a Su Md de los inconvenientes que se le ofrecían para proseguir el dicho estanco mediante lo cual el año de 623 se le envió orden para que volviese a sus dueños todo el tabaco que tuviese recibido en el entretanto que tenía otra orden y aunque cuando le llegó la dicha orden tenía recibido y dispuesto en la forma en que se había de embarcar el tabaco que había llegado de cuenta del asiento lo volvió e hizo recibir en que ahorró a la Real Hacienda más de 200.000 pesos que tuviese de costo y costas y se pusiese a riesgo de perder con la invernada que aquel año tuvieron los galeones en La Habana y el de 625 fue orden para que de todo punto cesase con la dicha administración y no se le pagase el sueldo que gozaba sin que se le hiciese merced ni recompensas al oficio que servía. Y habiendo venido a esta Corte y vistose en el Consejo los papeles que presentó sobre que se le

continuase el salario que gozaba con el oficio que se le quitó hasta que fuese ocupado se respondió que se tendría cuenta con su persona en las ocasiones que se ofreciesen. Y es hijo de Diego López de Herrera 24 de Sevilla que fue administrador de las minas de Guadalcanal en cuyo oficio hizo particulares servicios en beneficio de la Real Hacienda¹⁷.

El contenido de la citada Real Cédula se refería básicamente al sistema de concertación con los productores de tabaco, a los lugares en que debía concentrarse el cultivo, a la forma en que se debía mandar el tabaco a Cartagena y, finalmente, al funcionamiento de la factoría.

Se regulaba, en primer lugar, el procedimiento a seguir para la contratación del tabaco. Se convocaría en régimen de cabildo abierto con presencia del gobernador, a los cosecheros. Estamos ante un claro antecedente de las juntas de cosecheros de Cuba y Nueva España del siglo XVIII. En esta reunión se debía obtener información sobre el sistema seguido anteriormente: formas de pago (al contado o mediante el trueque de mercancías), precio ordinario, arrobas sembradas y recogidas y, lo que es más importante, cuántas se podrían labrar una vez creado el estanco. Finalmente, se procedería a la lectura de la cédula real, en la que se explicaba que el objetivo era evitar la entrada de los extranjeros y el consiguiente contrabando (Lorimer 1978; Hulsman 2012).

La propuesta, que repetía lo dispuesto en la Real Cédula de 26-VIII-1614 ya citada, incluía toda la cosecha excepto la cantidad que gasten los vecinos para su consumo. La función de Pinelo era realizar contratos con los labriegos, individual o mancomunadamente. Se les pagaría a los precios concertados por las Cajas Reales y si no hubiese la cantidad suficiente se haría de modo subsidiario en la Caja Real de Cartagena con certificación del lugar de procedencia. Los pagos se harían con el remanente que los oficiales tuviesen en su poder o el líquido que viniese del Nuevo Reino de Granada y, no siendo suficiente, de la plata consignada al rey que viniese

¹⁷ AGI, Panamá 1, N.353: sirvió en los galeones de la Guarda de las Indias desde el año 1604 y en la Armada Real donde fue alférez durante tres años. Acudió en 1605 al reparo de las pérdidas de los galeones de plata y fue con la flota a la isla Tercera a esperar a las naos que traían la plata de las Indias en la flota de D. Luis Faxardo. Después pasó a Cartagena de Indias a servir de capitán de la galera capitana de D. Francisco Venegas, donde permaneció cinco años escoltando a los barcos de plata que iban a Portobello y Río de Chagre. Cuando se reformaron las galeras el Consejo le consultó en dos cargos de justicia. Después vendría su situación como factor del tabaco. Diego Pinelo falleció en 1630, según se desprende de los Autos sobre bienes de difuntos del capitán Diego Pinelo, factor y veedor del reino de Tierra Firme, natural de Sevilla, hijo de Diego López Herrero y de María Pinelo de Ines-trosa, casado con Francisca Maldonado de Saavedra. Difunto en Portobello, con testamento (AGI, Contratación 957, N.1, R.39).

en los galeones del Perú, “ajustándose la cuenta por vos y mis oficiales”. La lectura del documento deja muy claro, por otro lado, que quedarían fuera del sistema los labradores que no firmasen el asiento. El tabaco contratado debía ser de calidad –en todas las instrucciones posteriores del estanco es un requisito que se repite–, en forma de rollo o manojo (Rodríguez Gordillo 2002, 175)¹⁸. Esta presencia inicial del rollo nos crea el interrogante de que la cédula de creación del estanco español de 1636 se esté refiriendo al “*rolo*” brasileño(Rodríguez Gordillo 2002, 27 n.7)¹⁹, o sencillamente al rollo caribeño. El padre carmelita Vázquez de Espinosa, que trazó la geografía inicial del cultivo del tabaco entre 1612-1626, nos dejó, por ejemplo, el siguiente apunte referido a Trinidad, primera parada de Diego Pinelo:

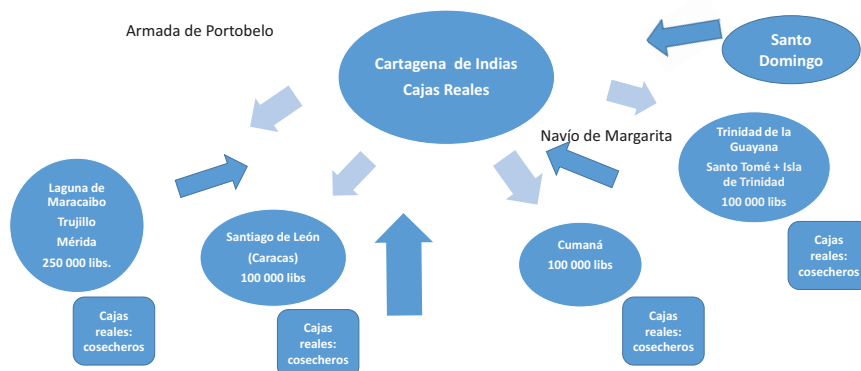
Y luego le van quitando el palillo de en medio, y le van torciendo en ramal o rollo; y ai hombres tan diestros al torno, que en un día tuercen trescientas libras, y más. (Vázquez de Espinos 1948)

Con relación a la formalización y cumplimiento posterior de los acuerdos alcanzados, la Real Cédula quería transmitir confianza a los cosecheros, prescribiendo que las escrituras de los contratos quedarían en manos de los oficiales de la Real Hacienda, para que se cumpliesen y pudiesen cobrar a tiempo el resultado de sus cosechas y para que se mantuviesen las obligaciones contraídas, tanto por la Corona, como por los labradores.

Con relación a los lugares de cultivo y al envío del producto, en segundo lugar, la norma establecía que el tabaco se compraría en Santo Tomé y Trinidad, y Santiago de León, cuya cosecha sería recogida por el barco que va a Margarita. La otra zona productora sería la Laguna de Maracaibo, Trujillo y Mérida que remitirían su cosecha desde los puertos de las Barvacoas y Gibraltar. El tabaco debería embarcarse “empatacado” y liado, encajonado o en pipas. Los cultivadores quedaban autorizados a viajar a Cartagena para realizar las gestiones necesarias para recibir el valor de su producto.

¹⁸ En la Real Cédula de creación del estanco de 1636 se recogía, aunque de modo todavía no muy preciso en cuanto a las zonas de producción, que el tabaco que llegase del otro lado del Atlántico debía ser de polvo, hoja y rollo.

¹⁹ Se refiere a que en la Fábrica de San Pedro en 1620 convivían tres fábricas: la de polvo, la de cigarros y la de rollo. Sobre esta última añade que hay muchas dudas pero que en la documentación se repite la frase “rollos a imitación del Brasil”.



1 Proyecto de creación de un monopsonio de tabaco en Tierra firme con sede en Cartagena de Indias 1620-162. Fuente: *REAL CED^A De Instrucción*

Una tercera parte de la Real Cédula estaba consagrada a Cartagena y su función como factoría del monopsonio de tabacos. Sería la residencia del factor, que tendría voz y voto en el cabildo, y actuaría con independencia de las demás rentas del rey, “sin os embarazar, ni entremeter en las demás cosas tocantes de mi RI Hacienda como se declara en los dhos Títulos”²⁰. Esta autonomía e independencia del tabaco quedará reflejada en la cédula de creación del estanco español en 1636 (Rodríguez Gordillo 2002, 140). Entre las funciones del factor se recogía, en primer lugar, el control y vigilancia de los bajeles que arribasen con tabaco al puerto. Es muy importante anotar, sin embargo, que la factoría desde el punto de vista burocrático se apoyaría en los oficiales reales de Hacienda que llevarían el registro del tabaco con el fin de que hubiese buena cuenta y razón (Contabilidad racional). El factor debería encargarse también del almacenaje del tabaco en las bodegas reales, que si estuviesen ocupadas deberían desembarazarse. La última parte de la gestión del factor era preparar el tabaco para su embarque. Para guardar y transportar el tabaco se utilizarían pipas, que debería ir reuniendo, y si no hubiese suficientes se remitirían en las flotas. Preparado y empipado para el viaje de retorno de la Real Armada, se entregaría por cuenta, razón y peso a la persona indicada.

Un aspecto muy importante de esta estructura vertical, que centralizaba los envíos de tabaco a la metrópoli, era que en el papel integraba a la isla de Santo Domingo. En la Real Cédula se ordenaba al presidente de

²⁰ *REAL CED^A*, op. cit., punto 11.

la Audiencia de Santo Domingo que enviase a Cartagena todo el tabaco que se coja en esta isla para que pueda estar en este puerto en el mes de abril. El factor se encargaría de pagar el flete y la compra la realizarían los oficiales de Cartagena. Si no tuvieran liquidez remitirían certificaciones a los oficiales de la Real Hacienda en México, para que mandasen los fondos correspondientes, junto al situado de la gente de guerra. Estamos, entonces, ante un antecedente directo del situado del tabaco del siglo XVIII.

Finalmente, hay que señalar una variable muy importante. La Real Cédula dejaba indicado que en la Isla de Cuba se haría un asiento del tabaco semejante al de Venezuela. Aunque, en este caso, los tabacos se embarcarían directamente en el puerto de la Habana en las Armadas de retorno. No nos ha llegado, sin embargo, información documental de que, en esas fechas, se intentase un proyecto paralelo al de Cartagena en La Habana.

Un nuevo proyecto de estructura vertical de distribución del tabaco: el puerto de San Cristóbal de La Habana como centro de embarque (circa 1717)

El segundo documento en el que se fundamenta nuestro análisis pertenece también a la *Colección Miscelánea* de Francisco de Ayala²¹. La hipótesis que manejamos es que el autor del discurso, cuyo valor se acrecienta porque no hemos podido localizar la *Instrucción* de creación de la factoría, fue Manuel de León Navarro²². Lo que conocemos documentalmente es que el citado Manuel de León Navarro, comerciante que había vivido en La Habana varios años²³, recibió una instrucción “*para la dirección Genl. de la compra y distribución de tax^{cos} en Sⁿ Christobal de la Habana*”²⁴. El citado

²¹ *Discurso sobre el nuevo modo, método, y distribución que podría darse al consumo de tabaco de la Habana con la exclusión de su compra allí a los extranjeros a quienes debería obligarse se proveiesen de los Almacenes de España, sin que esta, como se experimenta tuviese que comprarlo de Portugal. Propónense Los medios para ello; se regula el consumo respectivo de cada Reyno extranjero, e Islas y Provincias de Indias; se manifiestan las clases de tabacos necesarios para nuestra Península y las demás conducentes al objeto.* Biblioteca del Palacio Real de Madrid, BPRM, Miscelánea Ayala, II/ 2885, ff. 78v. –98v. También puede ser la instrucción anexa a la Real Cedula de la que escriben los historiadores cubanos.

²² “El día 11 de abril de 1717 Felipe V promulgó una Real Cédula disponiendo el establecimiento del estanco del tabaco en la Isla de Cuba, y anexa a este documento se insertó una detallada Instrucción...”. Cf. Rivero Munis 1964, T. I: 91.

²³ Un análisis actualizado de la creación de la factoría, en Luxán Meléndez 2012, 192, 196-206.

²⁴ Archivo Histórico Nacional de Madrid, Estado 4829: Informe de Juan Francisco Venegas a Miguel Fernández Durán. Madrid 30 de diciembre de 1718 “Satisfaciendo con lo que se ofrece en vista de la Ynstrucc^{on} de Don Manuel de León, sobre la compra de tabacos en La Habana”.

comerciante arribó a La Habana formando parte del grupo que acompañó al nuevo capitán general Vicente Raja. El objetivo que se les había encargado era crear una compañía que, según una consulta de Martín de Loy-naz y Felix Davalillos, realizada en los tiempos posteriores del marqués de la Ensenada, fracasó por la falta de experiencia de su director²⁵. La creación de la factoría de tabaco en 1717, en cuyo contexto se sitúa el *Discurso*, tuvo dos antecedentes normativos directos. El primero de ellos fue la Real Cédula de 3-V-1684 (Luxán Meléndez 2015, 54-57)²⁶ y el segundo, la Real Cédula e Instrucción de 12 de abril de 1698, dirigida al contador real de La Habana Manuel García de Palacios (Luxán Meléndez y Luxán Hernández 2014, 77-98)²⁷. En el capítulo 5º de la primera de las cédulas citadas, se señalaba la necesidad de que en Sevilla, o en La Habana, se hiciese un asiento para la provisión de la fábrica de San Pedro de la ciudad hispalense. La Corona intentaba regularizar y dar estabilidad a las compras de tabaco en Cuba, llamada a ser la principal abastecedora del estanco de tabaco. Las instrucciones de compra de 1698 significaron un paso mucho más preciso para institucionalizar el sistema de compras de tabaco en La Habana. Las adquisiciones ajustadas por García de Palacios se hicieron individualmente²⁸. La Real Cédula de 12 de abril de 1698, reiterada por otra de 15 de marzo de 1700, especificaba, además, con más precisión que el *Discurso*, el método de embarque de los tabacos en las flotas de Indias, puesto que ordenaba a

Los generales o gobernadores de las Armadas, Guarda de estas Yn^s y Flota de nueba España que son y fueren que siempre que lleguen a este Puerto de torna viaxe para los Reinos de Castilla, siendo requeridos por su mrd, o por quién le subcediere en dha comiss^{on} para llevar los tabacos que se ubieren comprado, y estubieren almacenados por quenta de su RI haz^{da} en esta Ciu^d lo executen prezissa e imbiolablem^{te} embarcándolos...²⁹

²⁵ AGI, Lima 1229.

²⁶ AHNM, Órdenes Generales de Rentas (OGR), lib. 8009, ff. 337-344.

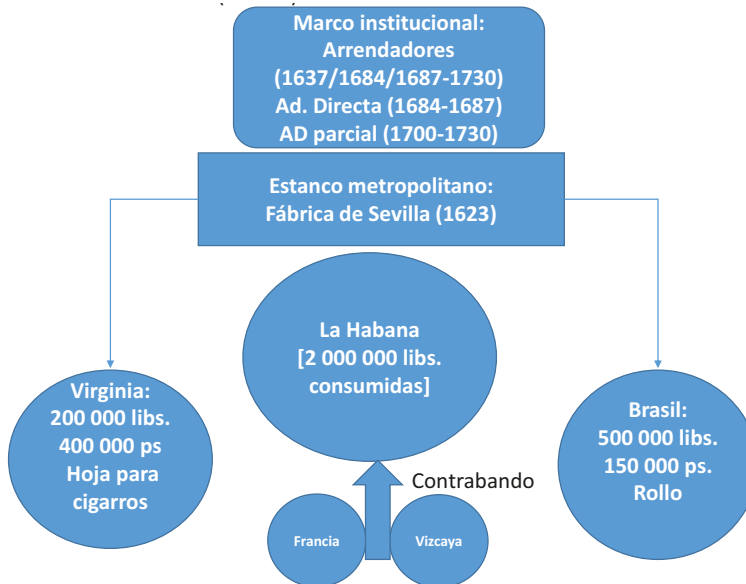
²⁷ AGI Santo Domingo 468.

²⁸ Véase por ejemplo la “Relación de las partidas de tabaco de oja en manojos que el Contador D^o Manuel García de Palacios tiene ajustadas a precio de tres quartos libra con las personas que abaxo yran declaradas devaxo del seguro de las escrituras de obligación afianzadas a entregar enterciado y bien acondicionado en las bodegas que corren de cuenta de Su Mag^d en la cosecha del año que viene de mil y Setecientos que las que son y cantidades que importan es en esta manera”, (La Habana 9-X-1699) en AGI, Santo Domingo 468.

²⁹ AGI, Santo Domingo 468.

1. El tabaco cubano, la metrópoli y el mercado internacional

El abastecimiento del estanco español desde finales del siglo XVII hasta la creación de la factoría de La Habana se realizaba principalmente desde la isla de Cuba, desde las Siete Colonias y desde el Brasil. En la figura siguiente hemos tratado de hacer visible el sistema.



2 El abastecimiento del estanco español antes de la creación de la factoría de La Habana (1717).
Elaboración propia

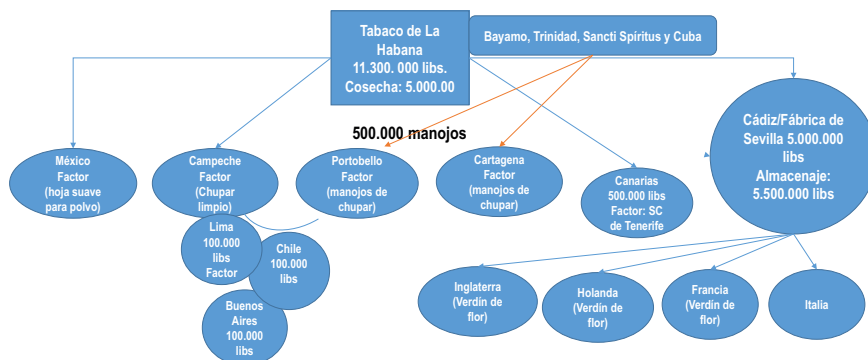
El *Discurso sobre el nuevo modo, método, y distribución que podría darse al consumo de tabaco de la Habana* comienza con una valoración explícita de la calidad del tabaco habanero, al que sitúa por encima de otras labores del mercado mundial. Esta afirmación se repetirá durante todo el XVIII y siglos posteriores desde la isla, pero será, casi siempre, contestada por la fábrica de Sevilla. La excelencia del tabaco habanero, nos explica el autor del texto, justifica que se provean de él Holanda, Francia, Inglaterra y los Reinos e islas de las Indias. Pero ninguno –continúa– ya sea de Santo Domingo, Virginia, Brasil, o de dentro de la isla (Bayamo, Trinidad o Santiago de Cuba), puede competir con el que fertiliza y se cosecha en La Habana. El de Virginia –seguimos leyendo– es de ínfima calidad y solo sirve para misturarlo con el de La Habana. El de Brasil puede directamente sustituirse por el de La Habana. En Santo Domingo se produce

poco y no es apreciable. Finalmente, el de México, que se coge en las villas de Córdoba y Paplanta, solo sirve para el consumo interno, “para chupar en cigarros, no pudiendo molerse por salir mui negro, y de mala calidad”. Este razonamiento nos conduce al mensaje que fundamenta todo el discurso: solo escasea de este género la “Península de España”, de suerte que para su preciso abasto “se ve muchas veces obligada a comprarlo en otros Reynos”.

2. El derecho privativo de la Corona al tabaco de La Habana

El establecimiento de un sistema de monopsonio en La Habana era la respuesta lógica al insuficiente abastecimiento de tabaco que hemos enunciado en el epígrafe anterior. Elegir la Isla de Cuba y, en especial, el distrito de La Habana, manteniendo la exclusividad de la Corona en la adquisición de los tabacos, solo sería posible por la defensa natural, que proporcionaba el mar, y por el establecimiento de un servicio de galeotas y guardacostas, que recorrieran sus costas, que se financiaría con el producto de la carne de la ciudad de La Habana.

Los representantes de la Corona comprarán por Real Orden los tabacos [de La Habana] y harán su repartición a México, Campeche, Cartagena, Portobello, Canarias y Cádiz y, desde esta última, a Inglaterra, Holanda, Francia e Italia.



3 Estructura vertical de la distribución del tabaco desde el puerto de La Habana según el Discurso (1717). Fuente: Discurso sobre el nuevo modo, método, y distribución que podría darse al consumo de tabaco de la Habana

El factor debería cargar los tabacos que tuviere comprados –se señalaba en el *Discurso* con cierta imprecisión– en los navíos que se prevendrá “según las ordenes que se les dieren para las partes que se les señalaren, según la ocasión, destino” etc. Este cometido llevaba aparejado que debía controlar que los dueños de las embarcaciones no cargasen tabaco sin su orden e intervención.

México, que aparece en la estructura que hemos diseñado, tendría, sin embargo, un comercio restringido a su territorio, dificultándose su venta al Perú, puesto que el factor de Veracruz “tendrá la advertencia –leemos en el *Discurso*– de no remitir Tabacos de México a menos que no se le pidan y a venderlos en la Habana a un precio en que los compradores no puedan tener ganancia en volverlos a revender arreglándose con el comúnmente se regle en España a fin de que principalmente no se beneficiare para pasarlo al Perú”.

Los datos numéricos del *Discurso* resultan confusos. Según lo previsto se distribuiría un total de 11 300 000 libs. (El documento señala de modo contradictorio 7 300 000 libs.), más 500 000 manojos de hoja, mientras que la cosecha anual no superaba las 5 000 000 libs³⁰. Se daba, sin embargo, un plazo de ejecución de cuatro años para poder poner en marcha el proyecto, puesto que los mercados extranjeros no superarían hasta pasado un tiempo el montante de 1 500 000 libs. previsto.

Con relación a la financiación, no se menciona el situado de Nueva España, que según la información de que disponemos se había iniciado durante el mandato del marqués de Casas Torres, entre 1709-1711 (Luxán Meléndez, Gárate Ojanguren y Rodríguez Gordillo 2012, 182-183). El *Discurso* consideraba que los gastos se sufragarían con la venta de las mercancías de los navíos que fueran a recoger los tabacos, circunstancia que no tuvo mucho éxito. Debe tenerse presente que Manuel de León y los miembros del grupo del Capitán General Vicente Raja, estaban directamente interesados en este tráfico. Los caudales necesarios para hacer frente a esta negociación de los tabacos se estimaron en 912 000 pesos, de los que un tercio (304 167 pesos) procedería de la venta de telas, harinas y otros géneros. Los otros dos tercios (607 833 pesos) se esperaban recaudar del producto de las ventas en las islas y reinos de las Indias.

³⁰ Un cálculo de 1735, en el momento en que Tallapiedra se hacía con el asiento de tabacos, daba para la isla una producción de 8 000 000 de libras de rama y 250 000 libras de polvo. AGI, Santo Domingo 448: *Computo de cosechas de la Isla de Cuba y sus utilidades*.

3. Regulación de la actividad agraria: establecimiento de los tipos de tabaco

La creación del monoposonio condujo de hecho a la regulación del cultivo y al control de lo que había de producirse por parte de los representantes de la Corona. Se pretendió establecer cuatro tipos diferenciados de tabaco. El de mayor calidad era el Verdín rancio de flor, del que había que producir aproximadamente el 28% del total. Se obtenía del cogollo de la planta y era sujeto, después de quitar a esta la quinta parte de la cabeza, a un secado con mucha limpieza. Después vendrían el tabaco redondo y el de mortero y de hoja, que debían representar algo más de la mitad de la producción (55,54%). El procedimiento era beneficiarlo y secarlo en los cujes, una vez descabezado. El último tipo sería el tabaco de rollo para mascar, que habría que producirlo según la demanda. Restaba un porcentaje de menos del 20% (18,18), que era el tabaco de desecho destinado a quemarse. La clasificación de los tabacos debía corresponderse con los precios que se pagarían a los cosecheros, como se recoge en la correspondiente figura

Hoja	rs. plata/@	rs. plata/lib.	Polvo rs. plata/lib.
Verdín	15	0,6	1,5
tabaco redondo, de mortero y de hoja	11 rs.	0,44	1
Cabezas y desechos	11 rs.	0,44	Quema
Rollo		1 (Portugal 1 ½)	

4 Precios de compra del tabaco por parte de la factoría de La Habana

Fuente: *Discurso sobre el nuevo modo...*

El *Discurso* establecía, a continuación, el procedimiento de recogida del tabaco por parte de la Factoría:

Donde la traerán en sacos sin apretar para que el Vehedor los reconozca, haciéndolos en los pañoles donde se ha de echar, circunstancia que pondrá respeto para que se traigan con aquella limpieza, y legalidad que ba expresada, como también ser necesario recibirlo como va dicho para que se ensaque con el nuevo artificio que está discurrido, de que resultará más del tercio en el ahorro de sus fletes.

4. Puesta en marcha del monopsonio de Cuba y restricciones a la molienda y a la exportación

Como en el caso de Cartagena, el factor comenzaría su actuación publicando un bando a todos los vecinos de La Habana. Se trataba de hacerles entender que todos los tabacos que tuvieran cogidos, o se estuvieren cosechando, tanto de hoja como de polvo, serían adquiridos por el rey. En esta función sería auxiliado por un tesorero y un veedor, encargados de regular los precios que tratarían de conciliar, tanto a los dueños del tabaco, como a las arcas reales. No solo se trataba de la compra del tabaco, sino de impedir y reducir la molinería. En 1712 en la ciudad de La Habana y sus inmediaciones había unos trescientos molinos y una capacidad mayor que la de Sevilla. Bajo rigurosas penas, se decía en el discurso, de modo general no se podría moler. Finalmente, por otro bando se ordenará que no se pueda sacar tabaco alguno, fuese de la calidad que fuese, fuera de la Isla, quedando los vecinos con la facultad de venderlo en el mercado interno.

5. Estructura de la factoría de La Habana

Frente al escaso desarrollo burocrático de la organización del tabaco en Cartagena en 1620, la factoría de La Habana, que sumaba la experiencia del estanco español –en funcionamiento desde 1636– a los procesos de compra de tabaco por oficiales reales desde fines del XVII, surgía con una estructura mucho más definida y compleja.

El *Discurso* quería poner el énfasis, de modo especial, en la importancia del nombramiento del factor:

Esta Factoría es el régimen de toda esta negociación encargada a sugeto de celo, experiencia, aplicación y autoridad pues del manejo de esta únicamente depende el todo de esta negociación.

Factor	4000 ps.
Tesorero	2000 ps.
Veedor	2000 ps.
Oficial del Factor	800 ps.
Dos Oficiales del Tesorero	1600 ps.
Ensacador	En especie
Fabricante de Rollo	En especie
Guarda almacén	800 ps.
Receptor de cabezas e desechos	300 ps.

5 Plantilla de la factoría de la Habana en el momento de la fundación

Fuente: *Discurso sobre el nuevo modo...*

Sería ayudado por un oficial, que se ocuparía de la formación de libramientos, expedición de órdenes, despachos y cartas para los demás factores y personas con quienes deberá tener correspondencia.

Junto al máximo responsable figuraban el tesorero y el veedor. El primero de ellos, acumulaba las funciones del contador y del tesorero de otras instituciones. Debería encargarse, auxiliado de dos oficiales, de la recepción del dinero que fuere a la Habana de cuenta de su Majestad para las compras de tabacos. Del pago de los sueldos de los ministros. De los gastos de almacenes y acarretos. Y de las carenas y ranchos de los barcos “teniendo Libros para la cuenta y razón de los caudales de que se deberá hacer cargo, y de su distribución”. Especial cuidado debería mostrar en la administración y venta de los productos que vinieran de España para financiar con su venta la compra de tabacos, es decir de la:

Recepción y venta de todos los géneros y mercaderías que se enviaren de cuenta de SM en sus Navíos para las compras de Tabacos, procurando no vender los tejidos más que a 4 rs. de plata/la vara y los barriles de harina a 16 ps., y los demás géneros procurando obtener el mayor beneficio sin permitir que ningún vecino los compre por mayor para volverlos a revender.

El veedor, por su parte, jugaba un papel no menos importante pues tenía que reconocer todos los tabacos que se comprasen, según los tipos establecidos.

Figuras especiales eran las del ensacador y el fabricante de rollo. El primero había inventado un artificio de carga de 1000@, por lo que el autor del discurso recomendaba que se le prolongase por tiempo de seis años el privilegio del ensaque, es decir, el empaquetado del tabaco de hoja y de polvo que había de embarcarse.

Un guarda almacén y un receptor de cabezas y desechos, se encontraban en la parte más baja de la estructura funcional de la factoría, como indica su sueldo anual.

6. El funcionamiento de la red de factorías dependientes de la Habana

Llama la atención en primer lugar la división de funciones dentro de la isla de Cuba. Las subfactorías de Tierra adentro, es decir, Bayamo, Trinidad, Sancti Spíritus y [Santiago] de Cuba, suministrarían tabaco de hoja a Cartagena y Portobello que, a su vez, se encargarían del suministro del tabaco, remitido desde Cádiz, para Perú, Chile y Buenos Aires. En el caso de Nueva España, se insistía en el cierre de su mercado, al que no se enviaría por ahora tabaco habanero y se cerraba la salida desde Acapulco al mercado

peruano. Únicamente, a partir de este último puerto, se podrían remitir porciones a China. La factoría de Campeche, en la Capitanía General de Yucatán, sería la encargada de redistribuir en su territorio el producto llegado de La Habana. Finalmente, la Factoría de Lima actuaría de redistribuidora, tanto del tabaco cubano, como del procedente de Cádiz, para Chile y Buenos Aires.

1. Santa Cruz de Tenerife	Recibo y distribución del tabaco en las siete islas. Remisión del tabaco que sobre y del producto del vendido a Cádiz. Prohibición de extracción del tabaco de las Islas bajo penas rigurosas. Correspondencia con La Habana.
2. Factorías de la Isla de Cuba (Bayamo, Trinidad, Santi Spíritu, y Cuba)	Compra de los manojos del género de tabaco que producen los lugares de su distrito para remitirlos a Cartagena, y Portobelo.
3. México (Veracruz). Por ahora no se remitirán tabacos	Deberá correr con la administración, distribución y venta de los tabacos que recibiere de la Habana que deberá ser solo dentro de la Nueva España, excepto las porciones que se le remitirán por dicho Factor de la Habana destinadas a China. Se cesará la remisión de estos géneros por Acapulco al Perú. Cuentas y correspondencia con La Habana.
4. Campeche	Recepción y distribución del tabaco que por el Factor de la Habana se le remite para el abasto de las Provincias inmediatas y rendición anual de cuentas de su consumo y remisión de su producto.
5. Cartagena, y Portobello	Recibo de los tabacos que pidieren a Bayamo, la Trinidad, Santi-Spíritus y Cuba, en virtud de las Ordenes que les diere el principal de la Habana, y del que anualmente se les remitiere de Cádiz para Lima, Perú, Chile y Buenos Aires.
6. Lima	Recepción de los tabacos que se le remitirán de Portovelo (venidos de Cádiz), venta y distribución que se hiciere de ellos, debiendo remitir los caudales al Factor de la Havana por medio del Factor de Portobello. Envío de la cuenta de su Administración a el Ministro de Cádiz. Recepción del tabaco de Chile y Buenos Aires, donde deberá nombrar un Subdelegado para la distribución, y seguir su correspondencia con el de Portobello, y con el Ministro de Cádiz.

6 Factorías de tabaco dependientes de La Habana

Fuente: *Discurso sobre el nuevo modo...*

Conclusiones

Es necesario volver a insistir en la pertinencia de una lectura conjunta de estos dos documentos. Con un siglo de diferencia entre ambos nos muestran la enorme dificultad de articular un sistema centralizado para la recogida de los tabacos de las Indias españolas y, por tanto, para abastecer el estanco metropolitano. Pero nos enseña también que el modo de actuar

por parte de la Monarquía española, aunque ha variado, sigue estando muy influenciado por la decisión inicial tener una cabecera única, en este caso la factoría de Cartagena.

Cuando el mercado mundial del tabaco apenas estaba articulado, a comienzos del siglo XVII, la Corona española intentó formalizar una serie de asientos con los labradores, que llevaban ya un tiempo cultivando tabaco, que le permitiese controlar la mayor parte de la cosecha. El trasfondo de estas medidas era convertirse en demandante único, evitando la competencia del contrabando, que siempre acechaba a la Carrera de Indias y en el que se veían envueltas las propias autoridades. Este es el sentido que tiene el cambio de política por parte de la Monarquía española entre 1606 y 1614. Si hemos de hacer caso de los propósitos enunciados en la Real Cédula de 1620, ésta tiene como objetivo fundamental la creación de la factoría de Cartagena, aunque se deja entrever en la parte final que se seguiría un sistema paralelo en la Isla de Cuba. Por razones no del todo aclaradas, la función prevista de la factoría de Cartagena no se consolidó y Diego Pinelo tuvo que devolver parte de la cosecha almacenada, ahorrando a la Corona, se dice en la documentación posterior, 200 000 pesos.

Hemos dejado apuntado que una de las razones del fracaso pudo ser el que el monopsonio de las Indias no se correspondiese con la existencia de un mercado desarrollado en la metrópoli, donde todavía el tabaco no estaba estancado, sino sujeto a la regulación, como otros frutos de las Indias, de la Casa de Contratación de Sevilla.. Otra razón hay que buscarla en el desarrollo del mercado tabaquero mundial, en el que creció rápidamente la producción de las Trece Colonias y de Brasil.

En 1620, lo que se pretendía era hacer valer el derecho privativo de compra por parte de la Corona y fomentar un producto que se presentaba como una fuente potencial de recursos para la Hacienda, siempre agobiada por las presiones de los asentistas, como pone de manifiesto la intervención del duque de Lerma, los avisos del conde de Gondomar desde su embajada en Londres y las posiciones encontradas del Consejo de Hacienda y la Casa de contratación, de un lado, y del Consejo de Indias, de otro, en 1615-1616.

En el siglo XVIII, sin embargo, las circunstancias han cambiado. En primer lugar, la Real Cédula de 1636, ha dado pie a la creación del estanco del tabaco, que administrado en régimen de arriendo se ha consolidado como una de las fuentes de ingresos más importantes de la Hacienda. La necesidad de un mayor control de esta renta lleva a la Monarquía a ensayar su administración directa (Real Cédula de 3 de mayo de 1684) y a “soñar” con una proyección mayor en las Indias. No obstante, en estos años el

abastecimiento sigue siendo una cuestión no resuelta satisfactoriamente, desde la perspectiva de la administración, puesto que los asentistas, que en 1687 han vuelto a hacerse cargo del negocio, no tienen ningún problema en comprar tabaco de Brasil y de Virginia. El cambio de dinastía, la nueva situación internacional y los propios cambios de la Renta del tabaco conducen a marcar las preferencias por la isla de Cuba y a la pretensión de organizar un nuevo sistema de abastecimiento que tenga a La Habana como protagonista principal. Y es aquí donde entra el segundo documento. En el *Discurso* se deja a un lado el tabaco de otras regiones que, con la excepción del de Barinas cuyo principal demandante será Holanda, apenas tendrá protagonismo posteriormente como abastecedores de la metrópoli, y se apuesta por una nueva estructura, en cuyo vértice está La Habana, pero que integra todo el mercado americano y el Viejo Mundo. Señalemos que, en el caso español, hay que esperar a las *Instrucciones* de 1726, para que la importancia de la exclusividad de La Habana quede recogida. En todos los documentos oficiales hasta llegar al último citado se mencionan como centros abastecedores La Habana y Trinidad de La Habana, Trinidad de la Guayana, Puerto Rico y Santo Domingo. Obsérvese, sin embargo, que ya no se nombran los tabacos de Venezuela y que la posibilidad de que hubiese sido posible contar con dos cabeceras de embarque del tabaco para el mercado metropolitano ni siquiera se contempla.

Como escribíamos, el salto cualitativo y, por supuesto, cuantitativo por las cantidades de tabaco que se manejan, entre un documento y otro (la *Real Cédula* de 1620 y el *Discurso* de 1717), es que, en el segundo, se dibuja una estructura vertical de organización del estanco, con la Habana como cabecera. En este dibujo se incluye el territorio indiano con el añadido de las Islas Canarias, donde habrá una serie de factorías, encargadas de la redistribución del tabaco y el puerto de Cádiz, donde se ha trasladado la Casa de Contratación, como centro expedidor al resto de Europa. Aunque este sistema ideal, que hubiese significado la existencia de un estanco imperial, no funcionase nos ayuda a comprender las vicisitudes y contradicciones posteriores del siglo XVIII. Quizá la plasmación en la realidad de este proyecto hubiese significado el adelanto en la creación de los estancos americanos.

Fuentes Primarias:

Biblioteca del Palacio Real de Madrid,

Colección Miscelánea Francisco Ayala: II/ 2889, ff. 21r. –33v.; II/ 2885, ff. 78v. –98v.

Archivo General de Indias:

Contratación, lib.1 f. 270-271; 957, N.1, R.39

Santo Domingo: 448; 468; 869, L.5, ff.61v-63r.; L.6, ff.142r-143r;

Panamá 1 N 353.

Lima 1229.

Archivo Histórico Nacional de Madrid:

Estado 4829

Órdenes Generales de Rentas, lib. 8009, ff. 337-344.

Fondos Contemporáneos_Hacienda, Libro 7388

Bibliografía

BERGASA Perdomo, Oscar. 2014. “Economía y marco institucional”, En *Economía y marco institucional (siglos XVI-XX)*, dir. Santiago de Luxán Meléndez, 17-36. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación Mapfre-Guanarteme.

CÉSPEDES DEL CASTILLO, Guillermo. 1992. *El tabaco en la Nueva España*. Madrid: Real Academia de la Historia.

CHAUNU, Hugette et Pierre. 1956. *Seville et l'Atlantique*, Tomo VI, vol. 2. Paris: S.E.V.P.E.N..

GRAY, Stanley, y VERTREES Wyckoff J.. 1940. “The international tobacco trade in the seventeenth century”. *The Southern Economic Journal* 7: 1-26.

HULSMAN, Lodewijk, “Escambo e tabaco; o comércio dos holandeses com índios no delta do rio Amazonas 1600-1630”, en *IV Encontro Internacional de História Colonial* Belém, 3 a 6 de setembro de 2012.

LIZANA Fernández, Sabino. 1999. “Administración y administradores de la Renta del Tabaco en la segunda mitad del siglo XVII”. En *Tabaco y economía en el siglo XVIII*, Eds. Agustín González Enciso y Rafael Torres Sánchez, 298-318. Pamplona: EUNSA.

LORIMER, Joyce. 1978. “The English contraband tobacco trade from Trinidad and Guiana, 1590-1617”. En *The westward enterprise: English activities in Ireland, the Atlantic, and America, 1480-1650*, Eds. Kenneth R. Andrews, Nicholas P. Canny, P.H.R. Hair, y David B. Quinn. Liverpool: Liverpool University Press.

- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, y Oscar Bergasa Perdomo. 2003. “La institucionalización del modelo tabaquero español 1580-1636: la creación del estanco del tabaco en España”. *Vegueta* 7: 135-153.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, y Montserrat Garate Ojanguren. 2010. “La creación de un Sistema Atlántico del Tabaco (siglos XVII-XVIII). El papel de los monopolios tabaqueros. Una lectura desde la perspectiva española”. *Anais de História de Além-Mar* XI: 145-175.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, Montserrat Garate Ojanguren y José Manuel Rodríguez Gordillo. 2012. *Cuba-Canarias-Sevilla. El estanco español del tabaco y las Antillas (1717-1817)*. Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones del Cabildo de Gran Canaria.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de. 2014. “La defensa global del Imperio y la creación de los monopolios fiscales del tabaco americanos en la segunda mitad del siglo XVIII”. En *Política y hacienda del tabaco en los Imperios Ibéricos (siglos XVII-XIX)*, Dir. Santiago de Luxán Meléndez, 177-229. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de, y Lía de Luxán Hernández. 2014. “Marco institucional y actividad económica: la creación del estanco imperial español mediatizada por la Compañía inglesa de los Mares del Sur 1684-1739”. En *Economía y marco institucional. (Siglos XVI-XX)*, Dir. Santiago de Luxán Meléndez, 77-98. Las Palmas de Gran Canaria: Fundación Mapfre-Guanarteme.
- LUXÁN MELÉNDEZ, Santiago de. 2015. “El marco institucional del tabaco en el Imperio Español. La especial integración de Cuba en el estanco español, 1684-1727”. En *Tabaco e escravos nos Imperios Ibéricos*, Eds. Santiago de Luxán, João de Figueiroa-Rêgo y Vicent Sanz Rozalén, 41-67. Lisboa: CHAM.
- MARTÍNEZ RUIZ, José Ignacio. 2014. “El tabaco de las Indias, las Reales hacienda y el mercado inglés en el primer tercio del siglo XVII”. *Anuario de Estudios Atlánticos* 61. Disponible en <http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/9303>.
- NORTON, Marcy, y DAVIKEN Studnicki-Gizbert. 2008. “The multinational Commodification of tobacco, 1492-1650: An Iberian Perspective”. En *The Atlantic World and Virginia 1550-1664*, Ed. Peter C. Mancal, 251-273. Chapel Hill: University Of North Carolina Press.
- PIETSCHMANN, Horst. 1986. “Comentario”. En *The economies of Mexico and Peru during the late colonial periode*, Eds. Nils Jacobsen y Hans-Jürgen Pulhe, 418-425. Berlin: Colloquium Verlag.

- PRICE, Jacob. 1973. *France and the Chesapeake. A history of the French Tobacco Monopoly, 1674-1795, and of Its Relationship to the British and American tobacco trades.* Michigan: University of Michigan Press.
- RIVERO Muñiz, José. 1964. *Tabaco. Su historia en Cuba.* La Habana: Instituto de Historia, T. I, 1964.
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. 1994. "El fraude en el estanco del tabaco (siglos XVII-XVIII)". *Hacienda Pública Española* 1: 61-77.
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. 2002. *La difusión del tabaco en España. Diez estudios.* Sevilla: Fundación Altadis; Universidad de Sevilla.
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. 2002. *La creación del estanco del tabaco en España.* Madrid: Fundación Altadis-Ediciones El Umbral.
- RODRÍGUEZ GORDILLO, José Manuel. 2005. *Historia de la Real Fábrica de Tabacos de Sevilla.* Sevilla: Fundación Focus Abengoa.
- SOLBES FERRI, Sergio. 2006. "Abastecimiento y distribución de tabacos en el marco del estanco general español (siglos XVII y XVIII)". En *Tabaco e historia económica. Estudios sobre fiscalidad, consumo y empresa (siglos XVII-XX)*. Eds. Luis Alonso, Lina Gálvez y Santiago de Luxán, 121-148. Madrid: Fundación Altadis-Ediciones El Umbral.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. 2007. *A nation upon the ocean sea. Portugal's Atlantic diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640.* New York: Oxford University Press.
- VÁZQUEZ DE ESPINOSA, Antonio. 1948. *Compendio y descripción de las Indias Occidentales.* Washington: Smithsonian Institution, 1948.
- VIDAL ORTEGA, Antonino. 2002. *Cartagena de Indias y la región histórica del Caribe, 1580-1640.* Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.



Framing Identity: Bombay's East-Indian Community and its Indo-Portuguese historical background (1737-1928)*

Sidh Daniel Losa Mendiratta**

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 207-248. ISSN 0874-9671

Resumo

Em 1739, os Portugueses foram expulsos da Província do Norte do Estado da Índia, deixando para trás uma considerável população indiana católica, para além dos católicos de Bombaim, a viver sob administração britânica desde 1665. Conhecidos atualmente como *East-Indians*, esta comunidade etno-religiosa tem uma presença característica na presente metrópole de Bombaim, embora as suas aldeias, igrejas e bairros tenham sido praticamente submersos pelo exponencial crescimento urbano. Após uma breve contextualização histórica, este texto abordará os temas fundamentais inerentes à construção identitária dos *East-Indians* desde 1737 até 1928, e como isto implicou reequacionar e equilibrar noções de “estranheirismo” e “indianismo”.

Palavra-chave: Mumbai; Portugal; East-Indian; Cristianismo; Igreja; Identidade

Data de submissão: 27/12/2016

Data de aprovação: 28/03/2018

Abstract

In 1739 the Portuguese were expelled from the *Estado da Índia's* Northern Province, leaving behind a considerable Indian Catholic population, adding to the Catholics in Bombay Island living under British administration since 1665. Known today as “East-Indians”, this ethno-religious community has a distinctive presence in the present metropolis of Mumbai, although their churches, neighborhoods and villages have been almost completely submerged by exponential urban growth. Following a brief historical context, this text addresses the fundamental themes that pervaded the construction of East-Indian collective identity from the 1730s until 1928, and how this implied re-equating and balancing notions of “foreignness” and “Indianness”.

Keywords: Mumbai; Portugal; East-Indian; Christian; Church; Identity

Date of submission: 27/12/2016

Date of approval: 28/03/2018

* The research for this text is part of my post-doctoral project “Framing Identity: cityscapes and architecture of Mumbai’s catholic communities (16th to the 20th century)”, based in the Centre for Social Studies, University of Coimbra, in collaboration with the Kamla Raheja Vidyanidhi Institute for Architecture, and funded by Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/89298/2012), and supervised by professors Walter Rossa, Rochelle Pinto and Vikas Dilawari. Throughout this text, the name “Bombay” will be used instead of “Mumbai” because almost all events described took place during the period when the city was under British rule.

** Universidade Lusófona do Porto; CES, Universidade de Coimbra, Portugal. Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT (SFRH/BPD/89298/2012). E-mail: sidh77@gmail.com .

Framing Identity: Bombay's East-Indian Community and its Indo-Portuguese historical background (1737-1928)

Sidh Daniel Losa Mendiratta

Introduction

One July morning in 1864, fr. Mariano Baptista Mascarenhas, parish priest of Culvem – a small village in the northwestern coast of Salsette Island – was shot and killed in his residence adjoining the church. The culprit(s) and motives behind the crime remain unclear, and near-to contemporary opinions on the subject from local residents mention money-lending and property issues, and “a powerful hand behind the assassin”, with “plotters and perpetrators of the crime” being known locally but “shielded” (Hull 1927, 346).

Dedicated to the Sacred Heart of Christ, the church of Culvem had been built only a few years before Mascarenhas' death, by his initiative, and on his land. About 400m towards the north, in Gorai, lay a bigger and older church, Reis Magos, with its own parish and priest. The two structures belonged to two different religious jurisdictions within the Catholic church: Sacred Heart was under the care of the Apostolic-vicar of Bombay directly dependent on the Vatican's *Propaganda Fide*; and Reis Magos was entrusted to the *Padroado Real do Oriente* of the Portuguese Archbishop of Goa. Before founding and shifting to the Culvem church, fr. Mascarenhas had been the parish priest of Gorai.

Fr. Mascarenhas' murder, independently of the exact motivation behind it, is inextricably linked to the larger *Padroado-Propaganda* conflict, being one of its most violent episodes. This ecclesiastic conflict or rivalry lasted, in its broader sense, between the 1620s and the extinction of the *Padroado* jurisdiction in Singapore in 1981. A considerable amount of work has been published on the rivalry, especially on its most virulent phase, lasting between 1834 and 1886 – sometimes referred to as the “Goan schism”. However, most works deal with the finer aspects of canon law, being very often partial to either one of the factions.

Particularly under-researched is the impact of the *Padroado-Propaganda* conflict upon the lives of the various Catholic communities affected by the rival religious jurisdictions, and how this conflict often became intertwined with politics and the dynamics of race, caste, or class affecting those same communities.

Addressing the Indian Catholic community of Bombay and its surrounding areas, known today as the East-Indians¹, I will argue that the religious conflict fuelled – and was fuelled by – preexisting or latent divisions within the community, and antagonist feelings towards other communities. Furthermore, the conflict was crucial in the larger process of re-framing the East-Indian collective identity within British dominated India.

One of the most notable consequences of the *Padroado-Propaganda* conflict and the so-called “double jurisdiction” issue in the region of Bombay was the creation of what I have chosen to designate as “mirror-churches”: the establishment, often within the same village or urban area, of two rival churches under the different religious jurisdictions. The church of Sacred Heart in Culvem mentioned above is one example of this phenomenon (see Map 2).

In order to understand the troubled history of the East-Indians during the 19th century, and focusing on the Island of Salsette, this article presents a brief historical context of the community’s religious history, beginning with their conversion to Christianity under Portuguese rule (1534-1737), when that territory was part of the *Província do Norte* (Northern Province) of the *Estado da Índia*. This is followed by the period of Maratha administration (1737-1774), during which Catholic officiating was re-introduced through priests of Goan origin. Finally, the period of the British Raj ensues, from 1774 onwards.

The text’s main events occur during the times of British colonial administration, as the *Padroado-Propaganda* conflict comes to the foreground and branches into an entangled web of disputes, strongly affecting both the East-Indian and Goan émigré communities in Bombay. The extinction of the *Padroado*’s jurisdiction in Bombay in 1928 signals the end of the intra-Catholic rivalry in the region. However, in the closing notes, I will outline some of the issues faced by the East-Indian community during the subsequent period, leading up to the independence of India in 1947.

The Northern Province, 1534-1739

The Northern Province of the *Estado da Índia* was a productive territory that was under Portuguese colonial administration between 1534 and 1739. Stretching along the western coast of the Indian subcontinent

¹ The designation “East-Indians” should not be confused with “Anglo-Indian” or “Eurasian”. As will be described below, it is applied to a small and relatively well-defined ethno-religious community in Bombay and its surrounding area.

between Daman and Chaul, it occupied an area of about 4500 km², and had its capital in Bassein (Baçaim), present-day Vasai fort. Along this tract of land, the impact of the Portuguese presence and administration varied considerably. It was strongest along the towns and settlements within a densely populated coastal belt, containing the more lucrative crops, including paddy fields, sugarcane plantations and coconut groves. The impact became “thinner” towards the Province’s interior, with its hilly and forested areas and its exposed eastern frontier (Gomes and Rossa 2000, 210-224; Mendiratta 2012, 1-8, 11-40).

Portuguese Catholic missionary activity in the Northern Province dates back to the 1540s, with the work of the Franciscan fr. António do Porto in Salsette Island (part of the Bassein district). The first church was Nossa Senhora da Piedade in the village of Mandapeshwar, functioning by 1548 in a re-consecrated Hindu cave temple (Teixeira 2010, 80-98)². A decade later, the Jesuits joined the field, and founded their first communal missionary village, Trindade, known in British maps as Tirandaz, also in Salsette Island, a settlement predating the famous south-American *reduções*³. Later, the Jesuits were granted the village of Bandra (Bandorá) and the residence became the epicenter of their activity in Salsette Island⁴.

The conversion of the autochthonous Indian population was regarded as essential for the Portuguese to consolidate their hold over the territory. Legislation known collectively as *Provisões a Favor da Cristandade* (Provisions in favor of Christianity) was therefore enacted between 1549 and 1557, contributing decisively towards conversion, and severely restricting the freedoms of Hindu and Muslim inhabitants⁵. Supported by these laws,

² The church of Nossa Senhora da Piedade (Our Lady of Piety) was founded in 1547 by fr. António do Porto and brother João de Goa at Mandapeshwar (Manapacer) (coordinates: 19°14'40"N, 72°51'11"E). It was very probably the first church in the Northern Province outside the towns of Bassein and Chaul (Gomes 2006).

³ Tirandaz (Trindade), approximate coordinates: 19°9'8"N, 72°55'6"E.

⁴ Bandra (Bandorá), coordinates: 19°03'14"N, 72°49'59"E.

⁵ In 1549, the governor of the *Estado da Índia* Jorge Cabral enacted a law ordering that “no person of whatever quality shall rebuild a [Hindu] temple or a mosque” and that “no person shall dare to prevent another from becoming Christian”. In the following year, the bishop of Goa incited the Portuguese missionaries in Bassein to destroy Hindu religious structures in that territory (*Arquivo Português Oriental* 1865, 217-218, 224). More rigorous laws were enacted in March 1555, when the vice-roy Pedro de Mascarenhas ordered various measures against the “gentios” of the territory under Bassein (*Arquivo Português Oriental* 1866, 1569-1570). The *Provisões a favor da Cristandade* also enabled the seizure of orphans from Hindu or Muslim families in order to be converted to Christianity. However, in the Northern Province, this appears to have been enforced only in, or near, the towns (*Provisões a favor da Cristandade*, 18, 39, 61, 64, 68, 72-74, 79, 80).

Franciscans and Jesuits began to expand their missionary activities beyond the experimental field of Salsette Island, creating missions in the subdivisions of: “Cassabé”, surrounding Bassein (Baçaim); Agashi (Agaçaim); Karanja (Caranjá); and the Bombay archipelago⁶. However, as far as we know, the “Provisions in favor of Christianity” were never enforced in the Northern Province’s subdivisions closest to the mainland⁷.

Between ca. 1570 and 1620, Jesuits and Franciscans endeavored to convert a majority of the population of Salsette Island and of the subdivisions of Bassein and Agashi. The Jesuit fr. Manuel Gomes was particularly active in the southern areas of Salsette. Whole villages were converted, normally following the conversion of the respective “matará” or headman, usually from the Prabhu caste, in the case of Salsette Island (Teixeira 2010, 162-172; Mendiratta 2012, 600-601). Christian converts who were farmers or fishermen were meted out particular benefits, while Hindu and Muslim communities that did not convert had to revert to low-key and mostly private religious practices. The first Indian Catholic saint, Gonçalo Garcia (ca. 1567-1597), hailed from the Bassein subdivision area, and was probably of mixed Indian and Portuguese descent.

Christian missionary activity slowed down considerably from the early 17th century onwards. With a couple of exceptions, the dichotomy of Christianized and non-Christianized areas within the Northern Province remained unchallenged⁸. On the other hand, it is also true that large sections of trade in the Northern Province became progressively concentrated in the hands of the Hindu Bania community, who seldom converted (Mendiratta 2012, 181-182).

Also, from the mid-17th century onwards, following the fall of the Portuguese settlements in Sri-Lanka and in the Kanara coast south of Goa, the Portuguese crown began to focus on the economy of the Northern Province, since it was by then the biggest source of revenue and agricultural production within the *Estado da Índia* (Mendiratta 2012, 121-123).

⁶ From the 1560s onwards, Dominicans and Augustinians also opened residences in the Northern Province’s main fortified settlements, but their missionary activity was always weaker when compared to the Franciscans and Jesuits (Teixeira, 2010, 169-186)

⁷ These subdivisions were: Solgão; Caimão (Kaiman); Hera; Anjor (Anjur); Panchena; and Belaflor (Belapur). In fact, if one excludes a handful of chapels intended for the garrisons within fortified outposts, there was practically no presence of the Catholic church in those subdivisions during the whole Portuguese period (Mendiratta 2012, 519-572, 599-614).

⁸ During the 1620s and 1630s, attempts were still made at converting the population of the Karanja (Caranjá) subdivision and also at destroying temples in the Solgão subdivision. This last initiative didn’t result in conversions (Meersman 1971, 236-239; *Gazetteer XIV* 1887, 194; Mendiratta 2012, 94)



Cave temple at Mandapeshwar, adapted to the church of Nossa Senhora da Piedade in the 16th century. (c) Sidh Mendiratta, 2017.

Around 1720, the Catholic population of the Island of Salsette was estimated at 36,824 people, spread over about twenty-five parishes (*Notícias do Arcebispo* 1726, 12v-14). However, this society was hardly united. Rather, it was divided into four main social groups: the European born Portuguese, known as “reinóis”; the descendants of Portuguese born in India, the “casados” or “descendentes”; the converted Indian population, who further retained caste consciousness and divisions, often labelled as “naturais” by the Portuguese; and the converted slave population, overwhelmingly of African origin (Boxer 1977, 329-339).

Together, the first two groups were later on labelled by the British as “White” or “European Portuguese”, while the “naturais” would be designated as “Native” or “Black Portuguese”. Interracial marriages between male “casados” and women from the converted Indian population – predominantly from non-Brahmin background – appear to have been frequent, but remained a vexed issue throughout the Portuguese colonial period in India. By the early 18th century, the number of “reinóis” would have been quite a small percentage of the whole Catholic population of the Northern Province. Collectively, the second and third groups, the “descendentes” and “naturais”, were later designated as “norteiros”, a designation that appears to have generalized only after the downfall of the Northern Province, and used mostly in Goa.

If the lines between these groups, especially between “reinóis” and “descendentes”, appear to us to be thin, Portuguese colonial society in India was very much aware of race and caste issues, and the notion of

“purity of blood” was taken seriously. The distinction between “descendentes” and converted Indians was even deeper. Furthermore, within the Indian converted population, there was deep-rooted caste bias. While the elite cadre of Brahmin converts held aloof from everyone else, rather strong prejudice and discrimination affected the Kunbi cultivators and the Koli fisher folk. The latter lower-caste group normally lived in separate neighbourhoods or villages, known to the Portuguese as “Coloarias” or “Colvarias” – and in Marathi as Koliwadas⁹. All these social prejudices were to remain divisive elements in the future East-Indian community, as addressed below.

These same social divides would also have been present in Bombay when it was ceded to the British crown in 1665, although there, the presence of “reinóis” is highly doubtful. The well-known episode of the transfer of Bombay Archipelago – about 2% of the area of the Northern Province – to the British created a new scenario for the Portuguese territory¹⁰. At the time of transfer, there were four parish churches in Bombay, all of which were founded by Franciscan missionaries, probably in the second half of the 16th century¹¹. The whole non-British Catholic population of Bombay was estimated at about 5,000 (baptized) people (Trindade II 1962, 161; *Materials* III 1894, 525)

Coexistence between the Catholic population of Bombay and the new British colonial administration was far from easy (Khan 1922, 471–545; Teixeira 2010, 218–224). There was a particular enmity towards the Jesuits, who controlled vast estates in Bombay, and who were used to enjoying the numerous privileges afforded to religious orders within the Portuguese empire. Then there was the issue of the jurisdiction of the archbishop of Goa over the religious affairs of the Island’s Catholic population, including

⁹ An example of discrimination along caste-lines against the Kolis can be found in the creation of the church of Santo André in Bandra (Salsette Island), elevated to a parish in 1616. It was specifically built to accommodate the Koli fisher folk: “because of the bad smell of the fish that they continuously are drying under the sun and carry from one place to the other, [the Kolis] were not well received by the others who besides being from another higher caste, are cleaner in dress” (*Goana IX* 1669, 80-80v)

¹⁰ Although the Anglo-Portuguese alliance and marriage between princess Catherine and Charles II was seen as a means to salvage what remained of the *Estado da Índia* from Dutch conquest, the situation of rivalry and past battles in the Indian Ocean tainted the relations between the two allies – made worse by the process of surrendering Bombay itself.

¹¹ The four churches were: Nossa Senhora da Esperança (Our Lady of Expectation) in the town of Bombay; Nossa Senhora da Glória (Our Lady of Glory) in Mazagaon; Nossa Senhora da Salvação (Our Lady of Salvation) in Lower Mahim; and Arcanjo São Miguel (Saint Michael’s) in Mahim.

his probable interference in the nomination of Franciscan missionaries for the churches under their care. Besides, under the *Real Padroado* (Royal Patronage) system, the archbishop of Goa had considerable autonomy from Rome, and his post had a very strong political connotation all over the Portuguese empire in Asia (Figueiredo 1939; Rego 1940; Rego 1978)¹².

Increasingly, British animosity spread to the Portuguese “descendentes” population in general, especially when a couple of quasi-war situations in Bombay tested the allegiance of these subjects – bound to serve in a militia – to the British government. The Portuguese “descendentes” were a minority when compared to the converted Indian population, like the Koli fisher folk, the Kunbi cultivators, the Agri salt-pan workers, or the Bhandari toddy-tappers. But through the structure of the church, answering to the archbishop in Goa, and progressively relying on priests of Goan origin to fill in the ranks of the missionary clergy, the Indian Catholic population of Bombay in general was in many ways controlled by its priests and a small elite. Therefore, the British perceived all Catholics as potentially unreliable or disloyal subjects in times of crisis.

To tackle this situation, the British attempted to progressively dismantle, or at least disenfranchise, the Portuguese *Padroado* religious hierarchy and framework in Bombay Island. They first suspended the jurisdiction of the Inquisition soon after the Island was transferred to the East India Company (*Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* 33–34 1968, 479). By 1690 they had expropriated the Jesuit estates (Mendiratta 2012, 123). In 1720, after years of preparation and secret negotiations, they expelled the whole cadre of missionary priests belonging to the *Padroado* structure, and invited the missionaries of the Carmelite order belonging to the *Propaganda Fide* to take over the spiritual jurisdiction of Bombay¹³. As E. Hull later described, “the Archbishop [of Goa] had the mortification of seeing his own clergy ignominiously expelled by Government, and

¹² The *Real Padroado Português no Oriente* (Royal Portuguese Patronage in the East) was a complex set of royal prerogatives enjoyed by the Portuguese monarchs, obtained through briefs and decrees from the Vatican. Amongst other things, it gave the monarchs the right to choose the bishops of the dioceses of the *Estado da Índia* (Figueiredo 1939; Rego 1940; Rego 1978; Mendeiros 1982).

¹³ The Sacred Congregation of the *Propaganda Fide* was instituted by the Vatican in 1622, and tasked with evangelic enterprise in new dioceses beyond the territories belonging to the Portuguese and Spanish empires. In Asia, it was regarded as a rival institution by the Portuguese monarchs and *Padroado* clergy. The Vicariate Apostolic of the Great Mogol was created in the late 17th century and entrusted to the care of Carmelite missionaries, mainly from Italy.

the Carmelites, by studious pre-arrangement, stepping quietly into their place” (Hull 1927, 223).

The first bishop to occupy the post at Bombay, fr. Maurizio di Santa Teresa, represented to the secretary of the *Propaganda Fide* in Rome his version of the jurisdiction transfer process:

[T]he missionaries of my Order in India have no other nation that protects them and assists them but the English alone, who [...] have orders to favor them, considering and perceiving that the Christians under their [Carmelite] guidance live loyal to the English, whereas the Portuguese Fathers frequently induce them to rebel (*A Chronicle of the Carmelites* 1939, 520-521).

Curiously, a number of priests belonging to the secular clergy, probably of local or Goan origin, were allowed to continue officiating in assistant positions as long as they swore obedience to the new bishop (Hull 1927, 228-229). The expulsion of the *Padroado* priests strained Anglo-Portuguese relations in the Bombay region to the verge of war, and a few skirmishes actually took place in 1722 (Mendiratta 2012, 151-157).

It is difficult to trace back to the two centuries of Portuguese colonial rule notions of collective identity of the local Indian communities that converted to Christianity, beyond those that would have been inherited from pre-conversion times. With probability, a few people were able to access basic instruction and then proceed to Goa to join the secular clergy. Historical sources are mostly silent about Indian Catholics from the Northern Province distinguishing themselves in Portuguese colonial society. Three exceptions stand out in this scenario: the already mentioned saint Gonçalo Garcia; the captain of Infantry, José Pereira de Vasconcelos, who became the Northern Province's first non-European (neither “reinol” nor “descendente”) officer, achieving rank during the 1720s (Mendiratta 2012, 386); and the landed owner António de Sousa Coutinho, “o cole” (of Koli caste), holder of the village of Utan in the mid-17th century (*Junta da Real da Fazenda do Estado da Índia VI* 1638-1688, 177, 221).

Comparing the converted Catholics of the Northern Province to those of Goa, in the 1720s, the archdeacon Bravo de Moraes considered the latter to be “freer, of better countenance, richer and above all better Christians” than the former. As a consequence, Moraes remarked that the churches of the Northern Province were less “flashy” and had less “riches and ornate” than those of Bardez and Salcete in Goa (*Notícias do Arcebispado* 1726, 13).

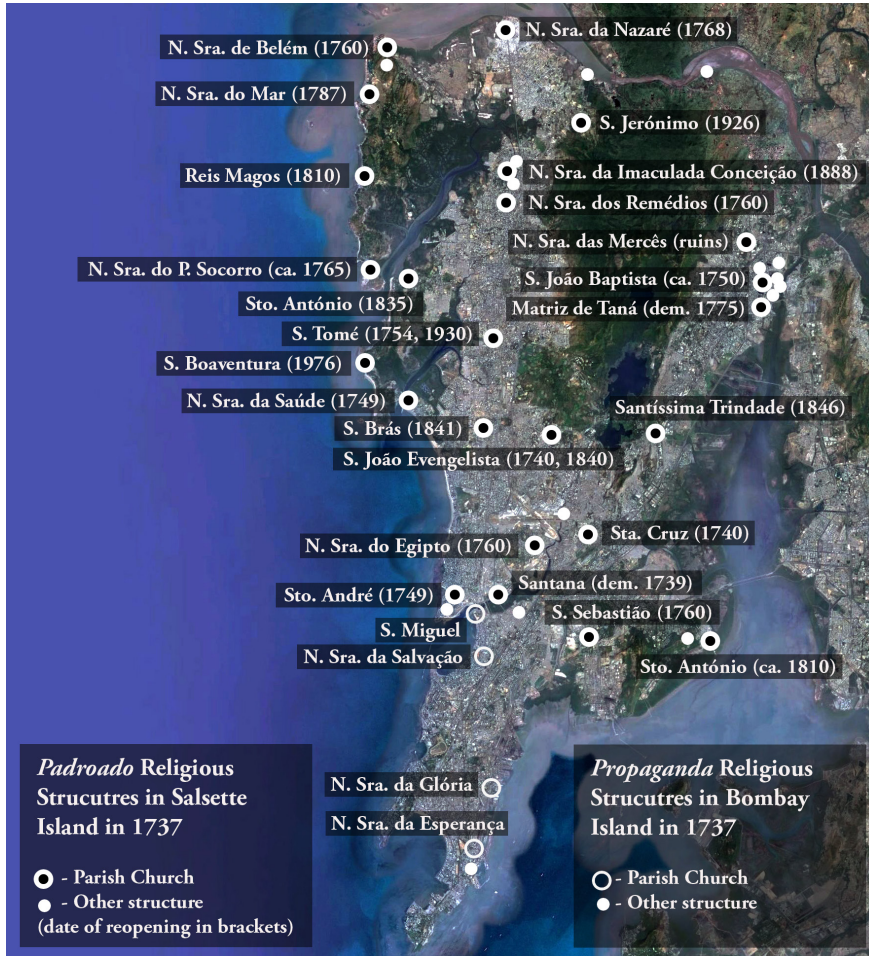
The Maratha period, 1739-1774

Between 1683 and 1737, several conflicts pitching the Maratha kingdom and the Portuguese Empire took place, severely affecting the Northern Province. Also during this period, the activities of the Inquisition escalated, with commissaries visiting the Province and ordering the detention of various Hindu families, and remanding them to the court in Goa. Apparently, influential Hindus in Salsette and Vasai were increasingly perceived as a threat and potential traitors (Mendiratta 2012, 144-145, 181-182). From the 1720s onwards, as the Maratha star rose in the Indian horizon, several Hindus from Salsette Island engaged in plans to oust the Portuguese with the help of the Maratha armies (Pissurlencar 1942, 78-83). This process eventually led to the uprising of part of the population near Thane, on the morning of the 6th April 1737, when the Maratha troops crossed into the Island (Lobato 1965, 168-172; Pissurlencar 1934-1935, 334-335). The Marathas soon defeated the Portuguese in Thane and overran the whole Island, with the exception of Bandra and a couple of other isolated outposts. It was against this backdrop that the population of Salsette awoke, on that same morning, under new sovereignty.

Other subdivisions and fortifications of the Northern Province held out from Maratha besieging forces until mid-1739, when its capital, Bassein (Baçaim), finally fell. Therefore, between 1737 and 1739, all the Portuguese “reinóis” and “descendentes” fled or were expelled from the whole territory – many finding their way to Bombay –, leaving only the Indian converted population behind, besides the other religious groups, mainly Hindus, Muslims and Parsis.

The exodus of all the priests and missionaries from the Northern Province – with one notable exception¹⁴ – led to the abandonment of churches, many of which had already been looted or burned down during the upheaval of war. Within the main towns, votive crosses, pillories and other traces considered “impure” by the Hindu orthodoxy were often wiped out, paving the way for their envisioned repopulating. The Marathas probably managed to bring some Catholics back into the Hindu fold through purifying rites, and economic pressure (Vaupell 1866, 138-139; *Gazetteer XIII I* 1882, 202). Still,

¹⁴ The exception was the convent of Madre de Deus, in the suburban area of Chaul fort. Here, Portuguese Franciscan missionaries were allowed to continue residing in the premises. Why this happened is not yet fully understood, although it might have been a concession in an area where the influence of the successors of Kanhoji Angre held more sway than the Maratha government (Meersman 1971, 448; Mendiratta 2012, 218).



many Indians remained Catholic in the aftermath of the Portuguese exodus, but the lack of priests disrupted religious life.

On the other hand, in Bombay Island, the arrival of numerous “descendentes” refugees during 1737-1739 led to an increase in the Catholic population, since many of the families ended up settling there. Mazagaon village appears to have been a popular choice for these families. These groups maintained their distinction from other converted Indian Catholics already living in Bombay Island at the time, like the Koli fisherfolk community. At any rate, the “Portuguese” community of Mazagaon became

the epicentre of the elite “urbanite” East-Indians, as they were later to be designated¹⁵.

Back in Salsette, the Indian Christians who remained upon the Island were overwhelmingly either fisherfolk or farmers, mostly of Koli, Kunbi or Bhandari castes. Probably in bigger villages like Bandra and Thane, there were also people of Brahmin and Prabhu backgrounds – but they remained in minority. This was one of the main reasons why, later on, the Catholic inhabitants of Salsette Island and Bassein’s subdivisions would be labelled as “rural” or “samvedi” East-Indians.

At the time of Maratha conquest, Salsette Island had about twenty-five parish churches (see Map 1) and about another fifteen religious structures, like residencies, chapels and shrines. The 1739 Maratha-Portuguese peace treaty allowed for five, unspecified, churches to continue operating in the erstwhile Northern Province: three within or very close to Bassein fort, one more in its “Cassabé” subdivision, and another one in Salsette Island (Pissurlencar 1932, 92). However, the Marathas only accepted the return of non-European (or non-“white”) priests to officiate in their lands (Meersman 1971, 448). This led to the churches being handed over to priests of Goan origin, who had been ordained either by the secular clergy or who were missionaries belonging to the Congregation of St. Filipe Neri – the so-called Goan “native” clergy (Meersman 1957, 194-196).

The reestablishment process of the Catholic Church in the erstwhile Northern Province started in 1740, when priests of Goan origin, who had probably fled to Bombay, returned to Kurla (Curlem), then a small fishing village at the southern tip of Salsette Island, close to British territory (*Gazetteer XIII* 1882, 203). From the church of Santa Cruz of Kurla, the Goan priests slowly but steadily reopened and repaired many of the twenty-five parish churches of Salsette Island, like the church of São João Baptista in Thane and the church of Santo André, in Bandra (see Map 1). This process allowed for the reintegration of the Catholic population within the jurisdiction of the Archbishopric of Goa, although the limitation barring

¹⁵ The “descendentes” families of Bombay Island, both those already living there before the fall of the Northern Province and those that settled there in its aftermath, were to be included in the future East-Indian community, when it was labelled as such in 1887: “The Bombay East Indian Community, a community composed of a small number of the descendants of the first Portuguese settlers and the rest composed entirely of the local Catholics of Bombay, Salsette and Bassein...” (*In the Mission Field* 1925, 555) However, other families who were to establish themselves in Mazagaon were of Goan origin, probably from upper-caste converts, such as the family of Miguel Rosário de Quadros or Miguel de Lima e Sousa (Gracias 1895).

“European” Portuguese priests from entering the territory affected the reestablishment process (*Directory* 2004-2005; Gomes 2007, 588).

When the French traveller Anquetil Du Perron visited Salsette, in late 1760, he noticed the various “canarim” priests who were in charge of the functioning churches. “Canarim” was, at the time, a common Portuguese term to describe people of Goan origin. Remarking on the numerous ruined churches and residences, Du Perron described how the once prosperous and productive Island of Salsete had decayed in the aftermath of the Maratha conquest, with lands lying fallow, and communities living in extreme poverty (Du Perron 1771, 385, 413-420). A few years later, a Portuguese “descendente” missionary, fr. Leandro da Madre de Deus, managed to obtain permission to reestablish the Franciscan religious order in Thane. Fr. Leandro was travelling to the Maratha court as a doctor to treat the ruling Peshwa. However, the Franciscan return to Thane was short-lived, and the main church in the village, São João Baptista, returned to the Goan clergy by 1777 (Humbert 1964, 193; Meersman 1971, 452).

At the same time as the Goan priests were repopulating the churches of Salsette, the Catholic inhabitants of Bombay Island were experiencing troubled times, although not for lack of priests. The Portuguese “descendentes” and the influential Indian Catholics upon the island didn’t easily forego their religious connections with Goa, and, through them, with the Portuguese crown and mother country. Various attempts were made to reintroduce the *Padroado* jurisdiction upon Bombay Island, and these eventually matured in 1789, with the so-called “reversion” act by the British Government. But the situation was short-lived, and eventually led to the incongruent “double-jurisdiction” of the Catholic community in Bombay, something that had a lasting effect on East-Indian collective identity, as addressed below.

British Period, 1774-1887

Towards the end of 1774, the British East India Company conquered Salsette Island from the Marathas, together with other areas surrounding the bay of Bombay, like the Karanja subdivision. This brought under the British administration an additional territory with at least ten functioning parish churches and a Catholic population of about 20,000 people, besides many more semi-functional churches and chapels. Early in the 19th century, the British acquired the Bassein subdivision territory, north of Salsette, which included eight functioning churches and a Catholic population estimated at 5000 people (*Further Papers* 1828-1836, 13).

As was mentioned before, these churches were being officiated by the so-called “native” Goan clergy belonging to the *Padroado* structure. For the time being, the British maintained this arrangement, inherited from the previous Maratha administration, and denied the requests made by the Carmelite missionaries in Bombay to take over the spiritual jurisdiction of Salsette’s Catholics (D’Sa 1924, 107-108; Hull 1927, 77, 78, 151-154).

British descriptions of Salsette Island and its population in the first three or four decades of the 19th century paint a somber picture of poverty and economic decline. Some descriptions show that the British were also weary of the *Padroado* priests’ influence over the population (Hull 1927, 322). In a letter sent to London, in 1819, the British administration in Bombay warned against:

[T]he constant communication with and looking to Goa, whereby that portion of the Catholic inhabitants [of Salsette Island] are taught to consider the Archbishop and the Portuguese more their friends than this Government or the English. Hence instead of melting away into the great body of the population, and considering themselves merely as English Catholics (as those subject to the bishop resident in Bombay do) they form a sort of separate caste in the middle of the community, and pique themselves on being Portuguese and on their connection with Goa (Hull 1927, 170).

Further distress among the Indian Christians of Salsette erupted in 1820 and 1821, when epidemic cholera decimated the Island and other parts of the coastlands near Bombay. In desperation, about 3000 Christians rejoined the Hindu fold – something that a British Government report attributed to the lack of “a proper supply of respectable ministers” (*Notes* 1820, 159-166; *Gazetteer* XII II 1887, 512, 523–524)

These remarks might lead us to speculate that the British would have preferred to find only Hindu inhabitants in their newly conquered Salsette Island, and that the Catholic Indians were regarded as problematic subjects, since they were under the religious jurisdiction of the Archbishop of Goa. Although tolerated, this jurisdiction was neither officially sanctioned nor favorably regarded by the administration in Bombay, especially after the transition into the 19th century.

Meanwhile, in Bombay Island itself, after an ephemeral return of the Portuguese Archbishop’s jurisdiction, between 1789 and 1791¹⁶, the

¹⁶ The ephemeral situation of 1789-1791 was essentially triggered by the profound resentment felt towards the *Propaganda Fide*’s clergy by an influential and anglophile “descendente”: Sir Lima de Souza (Hull 1927, 87-90).



Detail of a plan of Bombay from 1756, showing the original location of the church of Nossa Senhora da Esperança. (c) British Library.

Catholic population had been divided into a surprising “double jurisdiction”. The return to the *Propaganda Fide*’s jurisdiction was effected on the 1st of September 1791, through proclamation (*Report from the Select Committee* 1817, 487). And through an agreement, reached upon in 1794, half of the Island’s four parishes churches – Nossa Senhora da Esperança and São Miguel, in Mahim – were retained by the *Propaganda Fide*, while the other half – Nossa Senhora da Glória and Nossa Senhora da Salvação – were ceded back to the *Padroado*’s jurisdiction. However, the agreement also stipulated that the British administration reserved for itself the right to “approve and confirm” priests who were to be chosen by “free election of the parishioners”, both in Bombay and Salsette Islands – a measure “derived from considerations of political security” (*Report from the Select Committee* 1817, 489; Hull 1927, 150-156).

The notion that parishioners could vote in their priests was – and is – in profound contradiction with Catholic canon law, and coupled with the “double jurisdiction” situation, was bound to create further dissensions amongst the Catholic community. Still, this imposition by the British Government clearly points towards one of the fundamental issues that were causing grievances amidst the Indian Catholics of Bombay: the aspiration to a local “native clergy”.

Ever since 1720, there had been an uneasy relation between the Carmelite (European) missionaries and the cadre of so-called “native clergy” who assisted them, and who were both in majority and in subservient positions. Almost all these priests – mostly Goans with a few from Bombay and Salsette – had been ordained by the Archbishops of Goa. During the period between 1789 and 1794, many of these priests “showed their true colors” and shifted back to the allegiance of the *Padroado*. Therefore, the Vicar Apostolic didn’t reinstate some of those priests in their former positions. As a consequence of this mistrust, the proto-seminary for “native” clergy established in Bombay by the *Propaganda Fide* around 1775 was kept understrength, and the cadre of the “native clergy” prevented from expanding. Reporting a few years later to Rome, the Vicar Apostolic Pietro d’Alcantra wrote that “the eleven native priests under” his jurisdiction, some “natives of Goa, some from Bombay and Salsette” didn’t have “good manners”, were fond of “country liquor”, and went “often to feasts at marriages and baptisms” and got “drunk” (Hull 1927, 177). These same priests often held sway over large bodies of parishioners, who would relate more to them than to the handful of European missionaries¹⁷.

The various disputes following the introduction of the “double jurisdiction” in 1794, which will be addressed below, also reflected the grow-

¹⁷ Between 1720 and 1794, before the “double jurisdiction”, there were some priests, belonging either to the “descendente” group or to the Indian population, who were ordained by the *Propaganda Fide*’s bishops and apostolic vicars in the Island, “sub titulo missionis”. Hull mentions a primitive seminary functioning in Bombay, from 1775 onwards, “for a few boys who learned the elements of theology”. Around 1785, the priest in charge of this house was fr. António Pinto da Glória, “a native [Bombay] priest educated in Rome”. Interestingly, fr. Pinto da Glória would shift his allegiance to the *Padroado* a few years later, fomenting “dissensions”. In spite of these difficulties, this was a timid attempt at creating a “native” clergy in Bombay, so as to do without Goan interference, something that was supported by the British administration. This also became, progressively, an aspiration of part of the converted Indian Catholic population of Bombay and Salsette Islands. The institution of a seminary in Bombay under the jurisdiction of the *Propaganda Fide*’s bishop was mentioned in various British letters, and in one dated 1819 we read: “A very trifling sum given to the venerable Bishop [of Bombay] [...] to assist in educating young priests in Bombay for the districts under his Government, instead of sending them to Goa [to be ordained] would [...] break off the foreign connection, and teach them to consider us [Government] in a different light from mere English heretics, as even the European Portuguese are apt to do”. Eventually, sometime between 1819 and 1823, an effective seminary was opened in Bombay by the *Propaganda Fide* structure, and by the early 1840s, most priests officiating in the six parish churches of Bombay Island were described as “Portuguese natives of Bombay”, as opposed to a minority designated as “Portuguese natives of Goa”. The latter were associated to the two parishes then controlled by the *Padroado*: Nossa Senhora da Glória in Mazagaon, and Nossa Senhora da Saúde in Cavel (Hull, 1927, 170, 177-178, 208, 328; Hull 1930, 263)

ing divisions between the most disenfranchised Catholics of Bombay and Salsette, like the Koli fisher folk or the Kunbi farmers, and the upper-caste Catholics and the “descendentes” – all of whom were known then collectively to the British as “Bombay Portuguese”. The “descendentes” community considered themselves to be first and foremost Portuguese – whether living in Bombay, Goa or Calcutta – and were by and large loyal to the *Padroado* jurisdiction and its Goan priests. But the Kolis and other disenfranchised communities were essentially loyal to particular priests, normally those who were from Bombay or Salsette, and increasingly viewed the Goan-born and raised clergy as outsiders¹⁸. An early example of such animosity can be read in a petition to the Government signed by a faction of parishioners from Nossa Senhora da Glória, Mazagaon, in 1812:

“[W]e declare before your excellency that we do not any longer wish our vicars should be natives of Goa but we request that your excellency will grant us the liberty of selecting for ourselves an able and worthy priest, a native of the northward, to be our vicar” (*Report from the Select Committee* 1817, 325).

The local priests naturally aspired to rise among the ranks, and to establish strong support bases in their homeland, and therefore didn't shrink from switching allegiances. In other situations, the Koli community parishioners acted on their own accord and approached either the *Propaganda* or the *Padroado* in order to start a new parish with a priest of their liking. This suggests that a new parish and a new priest were often viewed as opportunities for social improvement or development. By siding with the religious authority associated to “change” and to British rule, the more disenfranchised castes were therefore also acting upon political impulses¹⁹.

Connected to the two preceding issues, there was the sensitive topic of church property and funds in each parish, often leading to two rival bodies of parishioners, organized in confraternities or sodalities, vying for control or precedence within their parish's affairs (Gomes 2007, 577; Castro 1883, 3).

¹⁸ Paulo Varela Gomes has addressed this divide along racial and caste lines, focusing on the period between 1850 and 1890, and the tensions between certain sections of Catholics indigenous to Bombay, and the old families of “descendentes”, like the one of Miguel de Lima e Sousa from Mazagaon (Gomes 2007, 570-583).

¹⁹ Only through an in-depth study of each case, including a background or genealogical study of the protagonists and factions, would one be able to describe patterns and systemically arrive at conclusions. One of the main difficulties is the background identification of some protagonists – whether of Goan or local (Bombay, Salsette or Bassein) descent.

In light of the aspiration to a “native” clergy by many of Bombay and Salsette’s Indian Catholic inhabitants, the growing antagonism between them and the “descendentes” or the Goans, and the quarrelling amongst parishioners about church funds and property, one can better understand the various disputes that followed the introduction of the “double jurisdiction” in Bombay in 1794, including the creation of “mirror-churches”, splitting various parishes in two. These include troubles in Nossa Senhora da Glória, Mazagaon (1794 & 1812)²⁰; Nossa Senhora da Esperança, Bombay (1794); São Miguel, Mahim (1813 & 1818), and even in Santo André, Bandra (1819)²¹.

In Mazagaon, the 1794 dispute apparently hinged on a growing divide between the influential “descendente” or “upper caste” group, headed by the affluent family of Lima e Sousa, and the Koli fisher folk community, who had their own *confraria*, or confraternity, instituted in the church of Nossa Senhora da Glória. In 1794, immediately following the introduction of the “double-jurisdiction”, the latter faction broke away into a mirror-parish, and with the help of the *Propaganda*, funded the chapel of Nossa Senhora do Rosário (Hull 1927, 129-132, 158; Hull 1930, 266; *Report from the Select Committee* 1817, 324).

In that same year, a movement in the opposite direction happened in the parish of Nossa Senhora da Esperança, as its small community of Goan descent was adverse to the jurisdiction of the *Propaganda*. They founded

²⁰ In 1812, there was further turmoil in Mazagaon, when the parishioners of Nossa Senhora da Glória were dissatisfied with the nomination of fr. Francisco Parras for their parish priest, replacing one fr. Donato de Lacerda. The parishioners appealed to the British government, since a faction was prepared to join the *Propaganda* structure in order to keep their old priest. However, since “the party in favour of the Archbishop of Goa, composed principally of persons who have heretofore resided in that Portuguese settlement [of Mazagaon], and who are of more weight and influence than the other, appears to be adverse to the spiritual jurisdiction of a priest of the Carmelite mission, this arrangement has become impracticable”, and fr. Parras was duly elected in by the parishioners, and confirmed by the British authorities. Apparently, there had been a long-standing feud between fr. Lacerda and Mr. Rosário de Quadros, the ward of the parishioners responsible for managing the funds received for the reconstruction works of the church, which happened between 1803 and ca. 1815. Both fr. Parras and fr. Lacerda were described as “natives” of Goa (*Report from the Select Committee* 1817, 325-326; Hull 1927, 129-132, 158; Hull 1930, 266).

²¹ The incidents at the churches of Mazagaon and Mahim spread to Bandra about 1819. Part of the parishioners of the church of Santo André wanted to join the *Propaganda* on account of their election of fr. Francis Pereira not being possible due to the Archbishop’s jurisdiction. The Government approved this transfer, but it was not effectuated due to the scruples of the bishop Pedro d’Alcantra, who refused to accept it without specific instructions from Rome. The sections of the population who “rebelled” against their *Padroado* jurisdiction appear to have been mostly of the Koli fisher folk, or other lower caste groups, directed by a handful of more influential elements (Hull 1927, 168, 169).

a mirror-church – chapel, in this case – in a private hermitage in Cavel, Nossa Senhora da Saúde, which was speedily rebuilt on a bigger scale (Hull 1927, 129-133; Hull 1930, 275, 276).

The dispute in Mahim revolved around a priest, fr. João de Silva e Sousa, and his replacement on the orders of the Archbishop by another prelate. Apparently, a majority of parishioners were opposed to this, and following a vote enforced by Government, the whole parish transferred to the *Propaganda* in early 1813, maintaining fr. Sousa as parish priest, confirmed by the Vicar-Apostolic²².

The *Padroado-Propaganda* religious conflict in India escalated considerably with the publication of the brief *Multa Praeclare* of 1838 by pope Gregory XVI²³. This was met by fierce resistance in Goa, not only by the archbishopric, but also by Goan Catholic elites in general, since by this time, a legion of Goan priests were officiating all over South Asia, and the reduction of the *Padroado*'s jurisdiction in India could potentially entail the loss of hundreds of Goan jobs, besides dealing a huge blow to Portuguese prestige. The timing of these initiatives coincided with a period of civil war in Portugal, which eventually led to the severance of diplomatic ties with the Vatican in 1833, and the abolition of the whole Regular Clergy in the Portuguese empire, in 1834.

Following the rejection of the *Multa Praeclare* and calls to resist it by the *Padroado* hierarchy – signalling the start of the so-called “Goan schism” –, a papal decree of 1839 specifically transferred the Islands of Bombay and Salsette into the jurisdiction of the *Propaganda Fide* and its representative in Bombay. However, the *Padroado* priests in Salsette wrote to fr. Pietro d'Alcantra, the Apostolic Vicar of Bombay at the time, saying that they refused to submit to his jurisdiction, unless directed by their superior in

²² Curiously, by 1818, the parishioners had become dissatisfied with fr. Silva e Sousa, and again appealed to the Government to have him removed. This time, the British administration deemed the petition “to be frivolous”, and advised the parishioners that, unless the *Propaganda Fide* bishop would direct otherwise, they wouldn't entertain petitions of similar nature (Hull 1927, 150, 167).

²³ This document, which practically abolished three *Padroado* dioceses in India – Mylapore, Kochin and Cranganore – and substituted them by Apostolic Vicariates, was promptly rejected by fr. António de Santa-Rita Carvalho, who was then governing the archbishopric of Goa, in a rebellious pastoral letter published on the 8th October 1838 (Carvalho 1838). Furthermore, due to the break of diplomatic relations, Santa-Rita Carvalho himself was not recognized by Rome.

Goa²⁴. The priests of Salsette were soon described as “schismatics” by the *Propaganda Fide* in Bombay. The ground was thus set for a bitter stand-off.

Meanwhile, by the early 1840s, Portugal and the Vatican had reestablished diplomatic relations, and the Pope confirmed the appointment of a new archbishop, fr. José Maria da Silva Torres. However, the jurisdiction of the new archbishop was not officially curtailed in his appointment letters, and while the Pope expected Silva Torres to stamp out the “Goan schism”, the prelate came out to India seeking to restore the crippled *Padroado* structure. This became clear as soon as he arrived in Bombay, in January 1844, and was led in solemn procession to the church of Nossa Senhora da Glória in Mazagaon. To celebrate his visit, an inscription was placed inside the church, mentioning the “enemies of the [Archbishop’s] jurisdiction”²⁵. The bellicose content of this inscription set the tone for Archbishop Torres’ stint in India, which lasted until 1849. He hurriedly ordained a cadre of priests in Goa, and energetically set out to recover lost parishes all over India. The “Goan schism” escalated, with both sides, *Padroadists* and *Propagandists*, now deeply entrenched in religious conflict²⁶.

This conflict reached its most militant phase during the visit of the bishop of Macau, fr. Jerónimo da Mata (1804-1865) to India, in connection

²⁴ In 1833 there were ca. twenty parish churches in Salsette Island, and a Catholic population estimated at 19,569 inhabitants (*Further Papers* 1828-1836, 13).

²⁵ The inscription has since disappeared. It read: “AETERNIT. SACRUM. O EXMO. RMO. SR. ARCEBISPO PRIMAZ D’ORIENTE D. JOSE MARIA DA SILVA TORRES TENDO APOR-TADO A ESTA CIDADE EM 11 DE JAN. 1844, DEPOIS DE CONCLUÍDA A VISITA DAS IGREJAS DESTA ILHA, DAS DE SALSETE, BAÇAIM E CARANJÁ, E COM GERAL EDIFICAÇÃO DOS FIÉIS E CONFUSÃO DOS INIMIGOS DA JURISDICÇÃO, QUERENDO DEIXAR NESTA ONDE PRIMEIRO DESEMBARCOU E EXERCEU AS FUNCÇÕES EPISCOPAES UMA MEMÓRIA DURADOIRA DA SUA AFEICÇÃO PATERNAL PARA COM OS FREGUEZES QUE O ACOLHERAM COM TODO RESPEITO E FILIAL DEVOÇÃO – CONSAGROU ESTA IGREJA DE N. S. DA GLÓRIA EM 14 DE FEB. DO MESMO ANNO. PARA COMMEMORAR ESTA CEREMONIA RELIGIOSA E TRANSMITTIR O SEU CONHECIMENTO Á POSTERIDADE, EM TESTEMUNHO DA GRATA RECORDAÇÃO DAS EMINENTES VIRTUDES DAQUELLE ILLUSTRE PRELADO, SE COLOCOU ESTA INSCRIPÇÃO LAPIDAR IN PERPETUAM REI MEMORIA. AMEN.” (Hull 1930, 271).

²⁶ Meanwhile, and according to E. Hull, between 1848 and 1850 “Bombay was ecclesiastically a regular hell”. Not only was the *Padroado-Propaganda* conflict nearing its the “climax” in the region, but the internal structure of the Apostolic Vicariate itself was also undermined by a tri-partite conflict between the pre-existing Carmelite missionaries, a faction of the Island’s so-called “native clergy”, and a new faction of Irish-British Catholics who gained influence in the city. This eventually led to the expulsion of the Carmelite missionaries, amidst episodes of heightened tension in the Island’s churches, a situation that only cooled down with the arrival, in 1850, of Dr. Hartmann, a Capuchin, and one of the most notable Apostolic Vicars of Bombay (Hull 1927, 371).

to the “gang of four” pro-*Padroado* priests in Bombay: António Mariano Soares, João Brás Fernandes, Gabriel de Silva and José de Melo. Bishop Jerónimo da Mata arrived in Bombay in February 1853²⁷, being joyfully received by the *Padroado* faction. After officiating in the churches of Mazagaon and Cavel²⁸, he visited some of the churches in Salsette, including Kurla, Bandra and Thane. On the way, he stopped near São Miguel, Mahim, a *Propaganda* parish at the time, and met with the parish priest, fr. José de Mello²⁹. Jerónimo da Mata then proceeded to Goa, where he would stay until the end of October 1853. His actions in Bombay and Salsette were seen by Dr. Hartmann, Vicar Apostolic of Bombay in the early 1850s, as a direct threat to his jurisdiction, and he resorted to the pope (Hull 1927, 423-426). By this time, the episcopal visit was amplified by a pro-*Padroado* daily in Bombay, the *Abelha de Bombaim* (pub. 1848-1861), while the side of the Vicar Apostolic was echoed in the *Bombay Catholic Examiner*, established by Dr. Hartmann³⁰.

About a month after Bishop Jerónimo da Mata left Bombay, the parish priest of São Miguel in Mahim, fr. Joseph de Mello, was – ostentatiously – in the midst of a quarrel with a faction of his parishioners due to church property issues. On the 11th March 1853, fr. de Mello informed the Vicar Apostolic Dr. Hartmann that the parishioners as a body had defected to the *Padroado*, and were planning a vote to legitimize their transfer. Dr. Hartmann, arriving at the church of Mahim on the morning of the election day, sat in before the altar with some supporters, and summoning all the parishioners, told them that he would remain in the church, and if necessary die there, before allowing it to fall into *Padroado* hands. Dr. Hartman was effectively walled inside the building,

²⁷ Officially, Bishop Jerónimo da Mata was travelling for health reasons, but his coming to India was also a means to ordain priests, in the absence of a recognized administrator of archbishopric of Goa. Archbishop Torres had left by 1849.

²⁸ Mazagaon was at the time the epicentre of the Portuguese “descendente” community. Visiting the area in, 1856, the secretary of the *Estado da Índia* Joaquim da Cunha Rivara, met “families that in everything are proud of the name Portuguese [...] and who, although British subjects [...] speak Portuguese, call themselves Portuguese, and recognize the King of Portugal as their king” (Rivara 1856, 54-55 (my translation)).

²⁹ The Bishop of Macau also proceeded to ordain six students from the *Propaganda*’s Seminary in Bombay – which at the time was located in Parell – who had been expelled after revolting against Dr. Hartmann. The six seminarists were: André M. Gonsalves; Domingos F. Ferreira; Jerónimo Hilário Dias; João F. Rodrigues; Luís António Pereira; and Dyonisio (?) M. de Souza. To save the Seminary from *Padroado* influence on the wake of Jerónimo da Mata’s arrival in Bombay, Dr. Hartmann had it relocated to Surat for two years (1853-1855) (Hull 1927, 486).

³⁰ See footnote 53.

since the *Padroado* faction, seeing how they couldn't forcibly eject him, decided to close-up the church. According to Hull, Dr. Hartmann's confinement in the church lasted for a fortnight, during which they nearly starved, had it not been for a small opening, through which some food was smuggled in at night. The church was reopened by police orders at the end of March 1853.

After that episode, the situation dragged in the courts, and the verdict delivered in June 1854 was in favor of the *Padroado* faction. Dr. Hartmann had to evict the church on the day the verdict was read, and fr. Joseph de Mello took possession in the name of the *Padroado* (Nazareth 1908, 287). However, about a third of its parishioners, roughly 1000 people, described by Hull as "fishermen", separated themselves into a mirror-parish, and built a new church dedicated to Our Lady of Victories, under the *Propaganda*³¹. This separation probably capitalized on the aspirations of the more disenfranchised parishioners, the Kolis, to gain influence and agency over the affairs of their parish and local milieu.

In May 1853, after learning of the actions of bishop Jerónimo da Mata in Bombay and elsewhere, pope Pius IX emitted the brief *Probe Nostis* directed at the "schismatic" bishop and instructing the four priests, fr. António Mariano Soares, Gabriel Silva, Brás Fernandes and José de Mello, to repair and submit within two months to the religious jurisdiction of the Vicar-Apostolic of Bombay, under pain of being officially declared "schismatics" and thus "suspended *a divinis*" and "separated from Catholic unity", i.e. excommunicated (Hull 1930, 443).

Who were these four priests? While fr. António Mariano Soares was of Goan origin and born in Mapuçá (Nazareth 1908 IX, 286), the other three were described as "Bombay East Indians". Both fr. Joseph de Mello and Gabriel de Silva were "natives of Mahim", and Brás Fernandes was a "native of Bandra", according to Hull. De Mello and de Silva were educated and ordained in the Vicar Apostolic's seminary in Bombay, while Fernandes was first ordained in Goa by Archbishop Manuel de São Galdino, before 1831, and later transferred to the Vicar Apostolic's jurisdiction. They all had grievances directed at Dr. Hart-

³¹ The foundation stone of Our Lady of Victories was laid on 10th December 1855, and by 1860, the church and a Portuguese school were functional, the first parish priest being fr. Pascoal d'Mello. Curiously, in 1870, part of the parishioners applied to return to St. Michael's and the *Padroado*, threatening to "revert to Hinduism" if their wishes would not be met (Hull 1927, 426-433, 482; Hull 1930, 118, 269).

mann, but fr. Mariano Soares appears to have been the leader of the *Padroadoists* in Bombay and Salsette ever since the 1820s, occupying the higher clerical offices (Nazareth 1908, 284-286). João Brás Fernandes, on the other hand, was probably considered to be the leader of a significant community of “Bombay Portuguese”, as they were then known to the British – or “East-Indians”, as they were to be designated later. His trajectory, negotiating between the two jurisdictions, siding with the *Padroado* in its most dangerous days, narrowly escaping excommunication, and then reconciling himself with the *Propaganda* faction in his later years, appears to be an example of a leader embodying the anxieties, hesitations and aspirations of his people. All the four priests threatened with excommunication ignored the 1853 *Probe Nostis* and continued in their posts (Hull 1927, 377-379, 409-420, 427-428, 443-469; Hull 1930, 273; Nazareth 1908, 287)³².

According to Paulo Varela Gomes, the episode of São Miguel of Mahim was the “last straw” that made everyone realize how low the *Padroado-Propaganda* conflict had sunk. Following a few years of appeasement and diplomatic talks between the Vatican and Portugal, a compromise was reached through the “Condordat” of 1857. This agreement threw a lifeline to the *Padroado*, and recognized the churches in Bombay and Salsette in possession of the archbishopric of Goa, effectively reversing the *Multa Praeclare* brief of 1838. However, due to hesitations in implementing certain clauses of the document before the consecration and arrival of a new archbishop of Goa – which only happened in 1862 – the confusion of “double jurisdiction” remained as before (Gomes 2007, 576; Hull 1930, 1-14, 17).

Between the 1840s through to the early 1860s, disturbances and/or jurisdiction transfers occurred in various places in Salsette Island: Bandra

³² Regarding the actions of Brás Fernandes and the other two East-Indian priests in connection to the two churches in Mahim that reverted to the *Padroado's* jurisdiction, E. Hull described them as being “guilty of a flagrant ecclesiastical crime”, especially considering the fact that they were neither “Goans by race nor Portuguese by nationality, but [...] Indian British subjects born on British soil” (Hull 1927, 443-460).

(1840 & 1849-1853)³³; Versova (1840, 1862)³⁴; Mani (1840, 1848 & 1853)³⁵; Juhu (1853)³⁶; Culvem (1856)³⁷ and Kandivali (1861)³⁸.

Although I cannot address here each situation individually, together these disturbances form a pattern, whereby certain elements of each parish, predominantly from the Koli caste, attempted to “vote out” the *Padroado* jurisdiction, and, with the help of the Government, transfer their parishes to the Vicar-apostolic of Bombay. To what extent they were influenced or manipulated by clergymen in their initiatives is difficult to tell. But it seems fair to say that the transfers were seen by some parishioners and

³³ According to Hull, the “Salsette decree” of 1839 seemed “to have made a considerable impression on the certain sections of the [Catholic] people” of the Island, and hence, “it came about that during the year of 1840 some of the parishioners of Bandra, Maney (in Trombay) and Versovah got up a petition to the Vicar-Apostolic [of Bombay], and another to the Collector of Thana, asking to be received under the Propaganda jurisdiction”. However, according to the Collector’s response to a follow-up letter by the Vicar-apostolic, “On inquiry, it has been discovered that the petitions were signed only by the lowest of the community, who had been induced to do so through presents of liquor” and that “neither the majority of the parishioners nor any of the higher classes had expressed any wish for a change of pastors” (Hull 1927, 329-330). Eventually, some of the parishioners of Bandra – “a body of fishermen”, according to Hull – took the step of building a new “chapel with house attached for the education of their children” and in 1849 “withdrew themselves from their Vicar and submitted in writing to the Vicar-Apostolic”. This was the origin of the first *Propaganda* church and parish in Salsette Island, St. Peter’s in Bandra. A second petition, two years later, gathered 1900 signatures of “fishermen”, and the foundation stone of St. Peter’s was laid down in April 1852. Eventually, the church also opened an orphanage, school and seminary (Hull 1927, 330-331; 484).

³⁴ In Versova, some parishioners had already attempted a transfer in 1840, but it had been deemed “irregular” by the British Collector in Thane. Again in 1862, another incident took place, resulting in scenes with violence, when two “seminarians” tried to take possession of the church of Nossa Senhora dos Remédios. This was not sanctioned by the Government, who decided, in November of 1862, in favour of the *Padroado* (Hull 1927, 329-330).

³⁵ In the church of Santo António, Mani, Trombay, the parishioners renewed their movement to join the *Propaganda* jurisdiction in 1853, after the failed attempts of 1840 and 1848. Eventually, after some violence between parishioners, the situation had to be settled in court, and the decision was in favour of the existing *Padroado* faction and parish priest. Therefore, a new church was built in 1859 – curiously, also dedicated to St. Anthony – for the *Propagandist* section (Hull 1927, 484).

³⁶ In the small village of Juhu, a group of 314 parishioners petitioned Dr. Hartmann to be transferred to the jurisdiction of the Vicar-Apostolic, and a chapel dedicated to St. Joseph was promptly built in 1853, with fr. Jaques S.J. being the first parish priest (Hull 1927, 484).

³⁷ This incident was already referred to in the Introduction of this article. In the village of Culvem, Salsette, a new parish was added in 1856 to the *Propaganda* structure, very close to Gorai village, with its own *Padroado* church. A temporary chapel was built in 1856 and entrusted to fr. Mascarenhas, who shifted allegiance (Hull 1927, 485).

³⁸ A fifth parish in Salsette, that of Kandivali (Candolim), with its church of Nossa Senhora da Assunção, was transferred to the jurisdiction of the Vicar-Apostolic of Bombay in 1861, after the parishioners had complained that the visiting *Padroado* priest had neglected them (Hull 1927, 489).



priests as a means of advancement, be it at community or individual level, probably addressing grievances and aspirations that were latent. At any rate, only one structure in Salsette actually “changed hands”, that of the Nossa Senhora da Assunção chapel in Kandivali. But four mirror-churches were built – in Bandra, Mani, Juhu and Culvem – under the *Propaganda*’s jurisdiction (see Map 2) (Hull 1930, 258-259).

In Bombay Island, issues arose in Nossa Senhora da Esperança (1849)³⁹ and Nossa Senhora da Salvação, Mahim (1848 & 1851). The latter disturbance led to the creation of a mirror-church in that parish, dedicated to St. Francis Assisi, in 1855⁴⁰.

The Concordat of 1857 and its implementation in India through Archbishop Amorim Pessoa in 1862 brought the worst phase of the “Goan schism” to an end⁴¹, but failed in its main objective: to define the limits of the jurisdiction of the archbishopric of Goa in relation to the Vicariate-Apostolics of the *Propaganda Fide*. Only with the Concordat of 1886 was that delimitation achieved⁴².

However, before that second agreement came into effect, a new wave of agitation and rumors grasped Bombay with the arrival of the Delegate Apostolic Cardinal Agilardi, in November 1884. Many feared that the Cardinal had arrived in the city to announce the end of the *Padroado*. As a

³⁹ In 1849, a tense situation surrounded the nomination of fr. Gabriel d’Oliveira, a “native secular priest”, as parish priest of the church of Nossa Senhora da Esperança by the Vicar Apostolic Dr. Whelan. Some of the parishioners objected to this, preferring their previous priest, fr. Michael Antonio, an Italian missionary. The church was locked-up and broken into by the supporters of fr. d’Oliveira, and the case was only settled in court (Hull 1927, 415-420). The Vicar Apostolic Dr. Hartmann created, in 1852, a new chapel dedicated to St. Joseph in Umerkhady, filial to Nossa Senhora da Esperança. This chapel was built for a congregation of about 500 people, a “colony of Catholic fishermen and agriculturists who had migrated from Uran” into Bombay city (Hull 1927, 482).

⁴⁰ In the division of 1794, the church of Nossa Senhora da Salvação was the first one chosen by the *Padroado* party, remaining under its jurisdiction until 1813. In that year, it was transferred to the *Propaganda* structure. However, in 1850, the parishioners endeavoured through a legal procedure to withdraw their church from the *Propaganda* structure, and place themselves under the jurisdiction of the *Padroado*, with fr. Brás Fernandes as their priest. Following the court case, which was viewed at the time as a *Padroado* “victory”, a small group of parishioners – about 200 – decided to remain attached to the Vicar-Apostolic, and founded a mirror-chapel dedicated to St. Francis de Assisi near the pre-existing church, which was opened in July 1855. This chapel later became a filial structure to Our Lady of Victories, also built in Mahim (Hull 1927, 415-420, 483; Hull 1930, 269-270, 273).

⁴¹ As soon as he arrived in Bombay in December 1862, the new Archbishop João de Amorim Pessoa acted swiftly, and he had the priests Mariano Soares, Joseph de Mello, Brás Fernandes and Gabriel da Silva sign an act of retraction presented to them by the Apostolic Commissary fr. Saba. After this act and a period of probation, and according to Hull, they returned to their respective churches, but without their former positions of parish priests. This brought Archbishop Pessoa the animosity of many Goans, both in Bombay – who convened in a meeting in May 1863 – and in Goa (Hull 1930, 76-83; Gomes 2007, 586).

⁴² This second Concordat was preceded by the papal brief of 26th August 1884 *Studio et Vigilantia*, wherein the whole *Padroado* structure was abolished outside the territory under Portuguese administration and also the Vicariates-Apostolic of Bombay, Madras and Verapoly. However, before its publication, the brief was suspended by papal order, through a telegram dated 9th November of the same year, due to the beginning of fresh negotiations with Portugal (Hull 1930, 159-161).

consequence, there were gatherings and petitions in Bombay, both against and in favor of the rumoured extinction⁴³. A large number of Goans assembled in the Framjee Cowasji Hall, on the 12th April 1885, and displayed an impassionate pro-*Padroado* stance, which soon circulated in print (*Acta da Assembleia* 1888; 18, Hull 1930, 76-83).

In September 1886, a new “Concordat” was announced. Again, a life-line was thrown to the *Padroado*, but this time, the limits of jurisdiction were clearly defined, and reduced. The archbishopric’s suffragan dioceses were reduced to three: Cochin, Mylapore and the newly created diocese of Daman – under which all *Padroado* churches of Bombay and Salsete were incorporated⁴⁴.

At this juncture, it is important to point out that from the mid-19th century onwards, as Bombay grew and communications improved, emigration had a big impact on the city and its “indigenous” Catholic community. It was, by then, a small minority in the city. By sheer pressure of numbers and wealth, other communities had occupied traditional Catholic neighborhoods and villages, and, to some extent, the Koli fisherfolk had been pushed into small pockets within Bombay’s urban fabric. Also, a steady flux of Goan migrants – overwhelmingly Catholic – settled in the city, maintaining a separate and caste-conscious coexistence with the local Indian Catholics. Both communities often shared the same neighborhoods and churches, and, crucially, often vied for the same jobs (Faria and Mendiratta 2018). These jobs took Goans and local Indian Catholics into the offices, homes and ships of the British colonial society based in Bombay (Baptista 1967, 25). In this context, coexistence was likely to become tense, adding to the existing troubles concerning “native” priests, the “double jurisdiction” and the “Goan schism” (Albuquerque, 2001). The

⁴³ The *Bombay Catholic Examiner* published texts by the Vicar Apostolic fr. Meurin against the *Padroado*, and together with the articles in the pro-*Propaganda India Catholica*, a harsh tone was adopted presenting the extinction of the *Padroado* as inevitable. The tense situation led the assistant editor of the *India Catholica*, Leandro Mascarenhas, to change sides and start his own newspaper, o *Anglo-Lusitano*, in favour of the *Padroado* (first issue published on 8th July 1886). Mascarenhas was of Goan descent. The *Bombay Patriot* also started circulating, in favour of the *Padroado*. And pamphlets from both sides circulated in Bombay during those years. The most noteworthy were by fr. Meurin himself, entitled “The *Padroado* Question” and “The Concordat Question”. Both were immediately met by opposing pamphlets from the *Padroado* faction (Hull 1930, 161; *In the Mission Field* 1925, 451-464).

⁴⁴ The remaining *Padroado* churches outside these territories and Goa were abolished, with a handful of small exceptions. As a concession to Portuguese feelings, the archbishop of Goa was elevated to the symbolic honor of “Patriarch of the East Indies”. But the *Propaganda* bishop of Bombay was also soon elevated to the rank of archbishop.

Goan migrants congregated in the various *Padroado* churches in Bombay, but, at the time, considered as “their own” the chapel of Nossa Senhora da Saúde, in Cavel.

One needs only to read the opinion of the distinguished scholar Gerson da Cunha – Goan émigré in Bombay between the 1860s and 1900 – on the local Catholics of Bassein and the “adjacent country” to see that often the resentment worked both ways. After denying them “the title of Portuguese”, considering it both “ethnologically and politically incorrect”, he defines their ancestry as “the hybrid product or bastard offspring” of “a European soldier and a low-class native woman”. He goes on to describe them as “extremely ignorant” and useful only for “the lower walks of handicraft, such as carpentry” (Cunha 1876, 250). What was the motive for Cunha’s vitriolic rant against the Catholics of Bassein and Salsette? Cunha himself provides a clue for his resentment:

They are as much despised by the dominant [British/European] race as by the Hindus, and might, in fact, have got almost out of sight but for their occasional ebullitions of temper in doggrel [sic] pamphlets against their parish brothers, their minds never rising above the parochial lumber. (Cunha 1876, 250).

Possibly, the “parish brothers” mentioned by Cunha could be the Goans themselves, or the “descendente” community. At any rate, the passage clearly points to the *Padroado-Propaganda* conflict, and this could well have been fuelling Cunha’s deep animosity (Baptista 1967, 25; Albuquerque 2001).

Building on all the accumulating tension and resentment already described in this text, it was the “Goan” meeting of 1885, and the necessity to make their voices heard after the publication of the 1886 “Concordat”, that finally triggered the local Indian Catholics of Bombay, Salsette and Bassein to take a drastic and momentous measure, as we shall see below.

British Period, 1887-1928

To the Goan meeting of 1885 and their subsequent protests against certain limitations of the “Concordat”⁴⁵, the local Indian Catholics responded with their own meeting, on the 26th May 1887. This was not, however, a mass rally, rather, it was a gathering of the “leaders of the community”, numbering about thirty people. Very probably, most of the attendees were anti-*Padroado*, but if some of them were part of the small “descendente” stock, they could have been in its favor. One of the attendees, John de Mello, later recalled how:

[T]he initial purpose [of the meeting], of great importance, was to change the designation ‘Bombay Portuguese’ to ‘Bombay East-Indian’. The first designation confused our people with other classes with the name Portuguese with whom they were intermingled” (*The Bombay East Indian* 1937, 19-20).

The name “East-Indian” was intended to evoke the fact that, ever since the 1660s, the elements of the community had been subjects of the British East India company, having also served in the Island’s militia, thereby emphasizing not only their loyalty to the British government, but also their aspiration to being recognized as “sons of the soil” in Bombay. Also through this measure, and perhaps of more immediate importance, they aspired to separate and distance themselves from the Goans – and Portuguese citizens – living in Bombay, not only in regard to the ongoing *Padroado-Propaganda* conflict, but also in a broader ethno-social sense. By forsaking the label “Bombay Portuguese” and adopting the designation “Bombay East-Indians” the community was in fact reframing its collective identity in a radical manner, severing its traditional allegiance to Portugal,

⁴⁵ The publication of the 1886 “Concordat” led to Goan protests against certain limitations of the document, especially regarding the impossibility of new Goan migrants arriving in Bombay joining *Padroado* parishes after the Concordat’s publication. In 1888, a large gathering of the Catholic community of Bombay Island under the jurisdiction of the Diocese of Daman took place, in order to debate and take action regarding some recent directives from the *Propaganda* limiting the scope of the 1886 “Concordat”. In this meeting, the proceedings were presided by the “venerable” mr. Gemeniano de Souza, in his 90s, and most “respectable member of the Portuguese community” in Bombay. The meeting’s secretary was João Angelo do Rosário, while other eminent participants were: Augusto Cezar Couto, Jerónimo Accacio Gama, Accacio Gabriel Viegas, Leandro Mascarenhas, José Filipe de Menezes (*Acta da Assembleia* 1888, 2). The Goan community eventually had their grievances addressed, and through the “Reversal Notes” decreed in April 1890, it was granted that any Goan arriving in Bombay could join a *Padroado* church, irrespectively if he or she had been listed as a parishioner of one those churches on the date of publication of the “Concordat” (Hull 1930, 224-226).

and proclaiming unequivocally its loyalty to the British. In the same meeting, the “Bombay East Indian Association” (B.E.I.A.) was founded, as was the weekly newspaper *Bombay East Indian*.

De Mello noticed how this step created a strong agitation amongst the Goan community, who attempted to create a “Bombay Portuguese Association”, and also started publishing the *Portuguez Brittanico* newspaper. The divide between Goans and East-Indians became therefore clear for everyone to see (*The Bombay East Indian* 1937, 19-20). By 1890, probably very few or no Goans belonged to *Propaganda* parishes in Bombay, while the East-Indians were divided between *Padroado* and *Propaganda* churches, both in Bombay and Salsette, but would have probably preferred to keep away from the main “Goan” church of Saint Francis Xavier, in Dabul, completed in 1891⁴⁶.

Through the association and platforms created in the 1880s, the East-Indians began vocalizing their collective positions institutionally⁴⁷, and during the first three decades of the 20th century, the community’s elites “campaignned systematically” for the end of the *Padroado* (Gomes 2007, 579). Their main grievances, as described in the 1920s, included “the neglect of education in the districts of Salsette and Bassein”; “the gradual replacement of elected members of the Fabricas of the various churches of the [*Padroado*] diocese by nominees of the Bishop”; and “the paucity of vocations to the priesthood among the [...] community” due to the lack of seminaries (*O Anglo Lusitano* 13-03-1926, 5).

However, there were also “internal dissensions” in the B.E.A.I. While the Bombay or “urbanized” East-Indians became ever-closer to the British – shunning away from all things Portuguese, name, religious affiliation, language – and were as a majority integrated in the parishes under the new Archdiocese of Bombay (the successor-jurisdiction to the Vicariates Apostolic of the *Propaganda*), the East-Indians in Salsette and Bassein remained by and large under the jurisdiction of the *Padroado* and therefore retained some cultural links – however weak – to Portugal.

Publications on the history and heritage associated to the East-Indians, written by people belonging to the community, also made their

⁴⁶ Also in 1887, the whole Catholic population of Bombay Island was estimated at 31,000. 25,000 belonged to the *Padroado* while 6000 belonged to the *Propaganda* (*Acta da Assembleia* 1888, 8)

⁴⁷ A petition to the Delegate Apostolic Ajuti from the Bombay East Indian Association written in 1889 stated “the *Padroado* as an anomalous institution and a sad spectacle of disunion and mischief, [and] should be done away with at as early a date as possible”. Various other pamphlets or publications in Bombay agitated for the end of the *Padroado* (Hull 1930, 223, 226-228).

appearance during the 1920s and 1930s. The research of historian Brás Fernandes stands out, with works on Bandra and Bassein fort providing for significant contributions to the field⁴⁸. While Brás Fernandes was closer to the *Padroado* faction, other East-Indian authors, like the anonymous writer of the 1921 monograph on Mount Poincur (present-day Mandapeshwar), used their publications as platforms to campaign against the *Padroado*. The monograph's author, who describes himself as a Bandrite, launches a long list of complaints against the jurisdiction, and concludes:

The feast of Our Lady of Mount Poincur is approaching, and all our people who go from far and near to this famous shrine – men, women, children, should raise their voices in prayer for the abolition of the *Padroado* and the union of our people in one Diocese (*Mount Poincur* 1921, 21).

The first three decades of the 20th century were also a period of flourishing activity for many East-Indian civic associations, such as the building societies and cooperatives that mushroomed in Salsette Island (Faria and Mendiratta 2018), besides other institutions that probably viewed the B.E.I.A. as their umbrella organization. As many East-Indians left downtown Bombay Island due to the pressure of land speculation, Bandra progressively developed into the cultural heart of the community. The municipality saw extensive building of East-Indian homes under the Salsette Catholic Housing Cooperative Society, besides education and sports facilities destined for Catholics. Still, many East-Indians commuted into the city, accompanying its growth and the development of local governance. As they became deeper integrated into the city's British dominated society, many individuals achieved notable positions in politics, offices and companies (*In the Mission Field* 1925, 553-556; *The Bombay East Indian* 1937, 59-71).

Meanwhile, in Portugal, the 1910 revolution replaced the monarchy with a republic, casting a huge shadow over the whole *Padroado* system, since for even the staunchest supporter it would have been very difficult to conceive the *Padroado*'s existence without a monarch. However, this time the Vatican acted cautiously. Negotiations were once again enjoined, but only after the 1926 coup d'état that installed a military dictatorship in Portugal, was an agreement reached with the Holy See⁴⁹.

⁴⁸ See the Bibliography section below.

⁴⁹ The agreement between Portugal and the Vatican was signed in April and ratified on the 3rd May 1928 by the plenipotentiary minister Augusto Corte Real and the cardinal Pietro Gasparri.

The political shift towards deeply rooted nationalism and conservatism in Portugal – in tune with developments in other European countries – was soon felt throughout its overseas territories. In Bombay, there was a local scandal involving views expressed by the Portuguese consul-general, demonstrating how complex and fragile the relation between nationality, citizenship and race had become for the *Estado da Índia*. In August of 1926, the consul-general complained to the British authorities in Bombay that in official documents and certificates, the designation “of Portuguese race” should be reserved for European or “white” Portuguese. This information was leaked to the general public when the Government of Bombay issued a resolution addressing the consul-general’s grievance, also publishing his original letter (*O Anglo-Lusitano* 8-08-1927).

Naturally, Goans took offense with these views. The editors of the *Anglo-Lusitano* wrote in January 1927 that if there was a “confusion of race with nationality”, the consul-general should have instead requested the British to use the general designation “of Caucasian race” for all those “natives of Portuguese India, for that is the race to which they belong”. Or, the editors argued further, the consul-general should have “asked the Government to substitute” the term “race” for “nationality”, since the right to “describe themselves as Portuguese is guaranteed to the natives of Portugal’s colonies by the Constitutional Charter” (*O Anglo-Lusitano*, 22-1-1927). The editors concluded:

If Goans describe themselves as Portuguese it is merely in the exercise of their undoubted right. If that right is now denied them, then we feel certain that Goans will prefer to call themselves Goans rather than Portuguese Indians. (*O Anglo-Lusitano*, 22-1-1927).

The reactions to the consul-general’s remarks demonstrate how the designation “Portuguese”, after having been used in India to describe a broad range of communities, identities and allegiances, was now being restricted and redefined by the Metropolis according to racist discourses. After Goan authors like Gerson da Cunha had denied the designation “Portuguese” to the local Catholics of Salsette and Bombay, it was now the turn of the Goans themselves to re-equate their “Portugueseness”.

The consul-general’s blunder was another nail on the *Padroado*’s coffin, contributing to alienate its foremost supporters: Goan Catholics. In a final appeal to the Pope, the diocese of Daman produced, in 1925, a significant book called “In the Mission Field”, ripe with apologetic texts and statistics, intended to figure in an exhibition in Rome. The authors

tried very hard to gloss over the whole *Padroado-Propaganda* conflict, but the book couldn't help but confirm how deeply divided the diocese was between the rival jurisdictions and also between the Goan and East-Indian communities. As it turned out, the "Mission Field" was the swan's song of the Daman Diocese. The death of the bishop Sebastião José Pereira, also in 1925, was the cue for new negotiations between the Vatican and Portugal, this time to end once and for all the "dual jurisdiction" in Bombay⁵⁰. On Christmas day 1928, as the new archbishop of Bombay Joaquim de Lima took possession of his office, the *Padroado* jurisdiction in India outside territories under Portuguese administration was officially abolished. In spite of internal fractions, this was undoubtedly the outcome sought by a majority of the East-Indian community at the time.

Closing notes

The years between 1887 and 1928 were crucial for the East-Indian collective identity's shaping process. The various ties with Portugal were severed, and realignment with the British administration and colonial society completed. However, even as this process was coming full circle, another challenge was already looming on the horizon. Even before the demise of the *Padroado*, on Christmas day 1928, the biggest socio-politic issue facing Indian Christian communities in Bombay and elsewhere was already clear: Indian nationalism. Perceived as a "new religion – the worship of Motherland", nationalism was purportedly "breathing hatred [...] against Christianity as it claimed to be a religion of the West". Indian Christians would need to find a place in the new independent India, as its dawning drew inexorably near. The challenge was manifold, and for the Catholic elites, it was fundamental to "change the anti-Christian bias of Indians patriots" by "espousing a healthy nationalism in accordance with Catholic traditions" (*In the Mission Field* 1925, 629).

These notions led to a process that can be loosely defined as the "Indi-
anization" of Christianity, a phenomenon that, arguably, continues until today (Frykenberg 2003, 6-23). This process affected almost all aspects of Catholic religious life in India, from art and architecture to liturgy and missionary enterprise, from dress code to name-giving. The East-Indian

⁵⁰ By 1925, there were 22 parish churches in Salsette and 12 in Bassein subdivision, with a total of about 50,000 faithful, besides about 70 other churches or chapels. In Bombay Island, there were 8 parishes and about 40,000 Catholics. Out of this total population of 90,000 Catholics, about 20,00 belonged to the jurisdiction of the archbishop of Bombay (about 3000 in Salsette and 17,000 in Bombay itself).

community was clearly at the center of this storm. And Joseph Baptista, an East-Indian Home-rule activist, and mayor of Bombay in 1925, is an example of a protagonist navigating these troubled waters⁵¹. Although the discussion surrounding the “nationalization of identity” process affecting East Indians after 1928 will be addressed in a forthcoming text, I will highlight here three crucial themes that were already present at that pivotal date: pre-colonial conversion; language and “nativeness”; and church architecture and image.

Pre-colonial conversion

In his Masters thesis submitted in 1927, centered on the “Indian Christian Community in Bombay”, Mark D’Souza considered “very doubtful” that Christianity in northwestern Indian had began “before the Portuguese acquisition of Bassein’s territory, in 1534” (D’Souza 1927). Three decades later, in her PhD thesis entitled “The Indian Christian Community with particular reference to the East Indians”, Elsie Baptista devoted the first chapter therein to reach the “conclusion that Christianity was first preached in North Konkan by the Apostle St. Bartholomew”, a deduction based on the writings of Ladislav Zaleski, H. Heras and A. C. Perumalil, besides the author’s own examination of “the historical background” of the Christians of Bombay (Baptista 1967). Elsie Wilhelmina Baptista was a prominent East-Indian, and the publication of her thesis was supported by the B.E.A.I.

Although the issue regarding the presence of the apostle St. Thomas in India was an age-old debate, it became progressively central to the narratives about the origins of the East-Indian community. The tradition of the presence of St. Thomas in southern India was generally accepted, as was the notion that Christians – both of the Syriac rite and Catholics – in that region were descendants of people converted in apostolic times. However, regarding the region of Bombay, conversion traditions only went as far back as the 6th century. The idea that St. Bartholomew had undertaken missionary work in Kalyan, first popularized in India by the Apostolic Delegate Ladislav Zaleski (Zaleski 1912), was adopted and expounded by East-Indians, especially after the independence of India and the publication of Elsie Baptista’s work. The notion that there was a pre-Portuguese Christian presence in the region of Bombay, and that the East-Indians’ ancestors had been converted long before Vasco da Gama’s

⁵¹ Joseph Baptista (1864-1930) was an East Indian, whose family hailed from Utan, Salsette Island.

voyage, has since become an essential narrative dominant among “mainstream” East-Indian interpretations of history (Gomes 2001, 589-590).

Language, “Nativeness” and Caste

By the late 1880s, there would have been still a few East-Indians from the “urbanized” or Bombay group who spoke Portuguese. In places like Bandra, Thane, Bassein and Kurla, some of the well-to-do families also spoke Portuguese. Indo-Portuguese creoles were more widespread in Salsette and Bassein and other areas, and survived until later. Portuguese, however, would have been a “home language” – and also, to some extent, a “church language”, since for all the community, English or Marathi – or both – would have been the *lingua franca* (Gomes 2007, 571; Godwin 1972; Clemens 1996, 2; *In the Mission Field* 1925, 63-94). Newspapers exclusively in Portuguese ceased to be printed in Bombay from 1873 onwards, with one short exception in 1894-1898, and even all these publications were mostly Goan initiatives (*In the Mission Field* 1925, 451-464)⁵².

Education for East-Indians was, by the mid-19th century, already a synonym with learning English. If speaking Portuguese in public was shunned upon for socio-political reasons during the *Padroado-Propaganda* conflict is something that is hard to assess. At any rate, the majority of non-educated East-Indians from Salsette and Bassein would communicate either in Marathi or in Indo-Portuguese creole and probably, outside Bandra and Thane, many wouldn't be able to speak fluently in any other languages. During the 1920s and 1930s, there appears to have been a certain revivalism of Portuguese in Bombay, but this was probably limited to the Goan community, who continued to grow exponentially, and who eventually managed to have the language recognized in the Bombay University. Also in Salsette and Bassein, through the efforts of the two bishops of the Daman diocese between 1887 and 1925, there were attempts to start Portuguese schools for young people. But the results don't appear to have been long-lasting.

⁵² Besides the *Abelha de Bombaim*, other newspapers in Portuguese published in Bombay include: *Mensageiro Bombayense*, edited by A. P. Rodrigues, and published in 1831 and 1832.; *O Investigador Portuguez* (1835-1837); *O Pregoeiro da Liberdade* (1836-1846); *O Indio Imperial* (1843-1844); *O Observador* (1845-1848) and *O Oriente Catholico* (1894-1898). Newspapers in Portuguese and English include: *Echo Portuguez* (1873-1874); *O Patriota* (1858-?; 1874-?); *O Anglo-Lusitano* (1886-1927 [conf]); *O Boletim Indiano* (1891-?); *O Povo Goano* (1892-1895); *O Bombaense* (1901-1907); *The Popular Magazine* (1921-?). Newspapers in Konkani and English include: *O Goano* (1908-1919); *O Amigo do Povo* (1916-1920); *The Angelus* (1919-?) (*In the Mission Field* 1925, 451-464).

Progressively, the community ascribed more and more importance to Marathi because of its association of being “native” of Bombay, although this only translated itself into publications and newspapers after the independence of India. The East-Indians were by then solidly couched in their English-Marathi bilingualism, and Portuguese, in decline everywhere in the Northern Province since the early 18th century, didn’t survive for long after the 1887 name change.

Church architecture

Churches remain the East-Indian community’s most visible and valued built-up heritage, having played a pivotal role in the process of framing the community’s collective identity. While some of the churches founded by the Portuguese upon Bombay Island had, by the mid-19th century, endured complete rebuilding or radical renovation interventions, the churches of Salsette still presented the characteristic traits of Portuguese church architecture of the Northern Province. Traditionally, these churches were rather plain and similar in design, perceived by the British as being archaic and quaint, austere and inartistic. Their main façades had nothing of the spectacular mannerist or baroque influenced churches of Goa built during the 17th and 18th centuries. Outside the walls of Bassein and Chaul, the churches of the erstwhile Northern Province had simple façades and basic volumetric configurations, mostly devoid of ornamentation in their exterior. With their high pitched roofs and extensive white-washed walls, these churches were often conspicuous elements in places of great scenic beauty, but often displayed signs of disrepair and ruin.

Paulo Varela Gomes suggests that, generally speaking, during the period in question, neither the Goan nor the East-Indian elites and priests particularly valued the 16th and 17th century “quaint” churches of Portuguese origin in Salsette and Bombay. The city’s cultural atmosphere of the late 19th century, embodied by its neo-gothic landmarks – symbols of progress and “modernity” –, appealed to both Goans and East-Indians (Gomes 2007, 592-594). The so-called “Indo-sarracenic” tendency was also making headway in Bombay, but it was probably deemed by the Catholics to be an incongruous option for church architecture.

Therefore, during the late 19th century and early 20th century, newly built churches or renovation works in churches belonging to the *Padroado*, both in Salsette and Bombay islands, attempted to introduce architectural discourses perceived as “modern” by the general tastes of the time – and

these aspirations often materialized in approximations to the British-exported neo-gothic style.

The first three decades of the 20th century were ripe with building zeal by the two rival prelates Sebastião José Pereira (Bishop of the Damão diocese between 1901 and 1925) and Theodore Dalhoff (Archbishop of Bombay between 1891 and 1906) and his successors. While the new churches of Nossa Senhora do Monte, Bandra (1904), and of Nossa Senhora da Glória, Byculla (1911-1913), represent the two major undertakings on the part of the *Padroado* jurisdiction, the new church of the Holy Name of Jesus at Woodehouse Road (1902-1905), Colaba, is an eloquent example of *Propaganda* building activity. Many other churches and chapels were built, rebuilt or renovated in Bombay and Salsette during this period (Gomes 2007, 590-596).

The new church of Nossa Senhora do Monte, Bandra (1904), was built on the spot of a demolished chapel of Portuguese origin, although there appears to have been some protests regarding this option (Gomes 2007, 593). Both this church and the new Nossa Senhora da Glória, Mazagaon, embraced the fashionable neo-gothic image. Although it was clinging to an ancient tradition for its very survival, the Diocese of Daman wanted to show a “modern” outlook, according to the perceptions of the time.

However, it is also true that outright demolition of churches of Portuguese origin in order to allow for reconstruction was the exception and not the norm during this period. Furthermore, in spite of the various neo-gothic face-lifts applied to various churches all over Salsette and Bombay, there was a common pattern of maintaining traditional elements in the churches’ interior, not only preserving centuries-old altars, statues and pulpits, but also other spatial characteristics of traditional Portuguese churches. Gomes suggests that this can be interpreted as a dichotomist approach, whereby the East-Indian community favored presenting a “modern” and progressive exterior in their churches’ façades, but valued and maintained their traditional Portuguese-influenced atmosphere and appurtenances within their walls (Gomes 2007, 593-594).

Arguably, after the *Padroado*’s extinction, church architecture and religious art constituted one of the last connections between the East-Indian community and Portugal. After the independence of India, more demolitions of heritage buildings were carried out, including the well-known demolition of Nossa Senhora da Salvação, in Dadar. Fortunately, other examples have survived, and represent today valuable elements of Mumbai’s diverse and rich built-up heritage.

Bibliography

- A Chronicle of the Carmelites in Persia*. 1939. vol. I. London: Eyre & Spottiswoode.
- ABREU, Luís Miguel de. 1875. *Viagem de Goa a Bombaim*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- Acta da Assembleia dos Membros da Comunidade Portuguesa de Bombaim...reunida no dia 18 de Novembro de 1888*. 1888. Bombaim: Typographia do Anglo-Lusitano.
- ALBUQUERQUE, Teresa. 2001. "Education in 19th Century Bombay: Indo-Portuguese contribution", *Indica* 38 (1/2): 176-184.
- Arquivo Portuguez Oriental*. 1865. Edited by Joaquim da Cunha Rivara, Fasc. V, pt. I. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- Arquivo Portuguez Oriental*. 1866. Edited by Joaquim da Cunha Rivara, Fasc. V, pt. III. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866.
- Arquivo Portuguez Oriental*. 1876. Edited by, Joaquim da Cunha Rivara., Fasc. VI, Supplementos, Nova Goa; Imprensa Nacional.
- BAPTISTA, Elsie. 1967. *The East Indians, Catholic community of Bandra, Salsette and Bassin*. Bandra: Bombay East Indian Association, The Anthropos Institute.
- BARRETO, Expectação. 1889-1907. *Quadros Biographicos dos Padres Ilustres de Goa*, 2 vols. Bastorá: Tip. Rangel,.
- BOCARRO, António. 1992. *O Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental [1635]*, vol. II, edited by Isabel Cid. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa* 33-34. 1968. Lisboa: Filmoteca Ultramarina Portuguesa.
- BOXER, Charles Ralph. 1977. *O Império Colonial Português*. Madrid: Edições 70.
- CARVALHO, Antonio Feliciano de Santa Rita. 1838. *Pastoral do Arcebispo Eleito de Goa...*, Goa: Typographia Nacional
- CASTRO, António Tomás da Silva. 1883. *Relatório e proposta que apresentou às missões...* Lisboa: Imprensa Nacional.
- Catholic directory of the archdiocese of Bombay 2004-2005*. 2004. Mumbai: Archdiocese of Mumbai.
- CLEMENS, John Clancy. 1996. "The genesis of a language: the formation and development of Korlai Portuguese", *Creole Language Library* 16. Amsterdam: Johns Benjamin.
- Collecção de Tratados e concertos de pazes*. 1885. Edited by Júlio Firmino Biker,, Tom. VI. Lisboa: Imprensa Nacional.

- CUNHA, Gerson da. 1876. *Notes on the History and Antiquities of Chaul and Bassein*. Bombay: Thacker, Vining & Co.
- DOSSAL, Mariam. 1991. *Imperial Designs and Indian Realities. The Planning of Bombay City, 1845-1875*. Oxford: Oxford University Press.
- DU Perron, Anquetil. 1771. *Zend-Avesta, ouvrage de Zoroastre...* Paris: N. M. Tilliard.
- FARIA, Alice Santiago, and Mendiratta, Sidh Losa. 2018. "Goans and East-Indians: A Negotiated Catholic Presence in Bombay's Urban Space". *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora* 7, "Goans on the Move".
- FERNANDES, Brás. 1923. *An Historical sketch of Mount Poinsur*, Bombay.
- FERNANDES, Brás. 1927. *Bandra: its Religious and Secular History*. Bombay: The Fine Arts Press.
- FIGUEIREDO, Niceno de. 1939. *Pelo Clero de Goa. Duas Lendas: O Cisma de Goa e a Ignorância do Clero Goês*. Bastorá: Tipografia Rangel.
- FRYKENBERG, Robert Eric. 2003. *Christians and Missionaries in India: Cross-Cultural Communications since 1500*. Cambridge: Routledge.
- Gazetteer of Bombay City and Island, vol. I*. 1909. Bombay: Government Central Press.
- Gazetteer of the Bombay Presidency, vol. XIII, pt. 1, Thane*. 1882. Bombay: Government Central Press.
- Gazetteer of the Bombay Presidency, vol. XIII, pt. 2, Thane*. 1882. Bombay: Government Central Press.
- Gazetteer of the Bombay Presidency, vol. XIV, Thane: Places of Interest*. 1887. Bombay: Government Central Press.
- GODINHO, Januário. 1924. *The Padroado of Portugal in the Orient, 1454-1860*, Bombay.
- GODWIN, C. S. 1972. *Change and continuity: a study of two Christian village communities in suburban Bombay*. Bombay: Tata MacGraw Publishing Co.
- GOMES, Paulo Varela, and Walter Rossa. 2000. "O Primeiro Território: Bombaim e os Portugueses." *Oceanos* 41: 210–224.
- GOMES, Paulo Varela. 2007. "'Bombay Portuguese'. Ser ou não ser português em Bombaim no século XIX." *Revista de História das Ideias* 28: 567-609.
- GRACIAS, J. B. Amâncio. 1895. *Contemporaneos illustres, Fasc. 1, Perfil de Miguel Rozario de Quadros*. Bombay: Nicol's Print.
- HULL, Ernest R. 1927-1930. *Bombay Mission History and the Padroado Question*, 2 vols. Bombay: Examiner Press.

- HUMBERT, J., 1964-1967. *Catholic Bombay, her priests and their training*, 2 Vols Ranchi: Catholic Press.
- KARKARIA, R. P. 1915. *The Charm of Bombay. An Anthology of Writings in praise of the First City in India*. Bombay: D. B. Taraporevala, Sons & Co.
- KHAN, Shafaat Ahmad. 1922. *Anglo-Portuguese Negotiations Relating to Bombay, 1660-1677*. London: Oxford University Press.
- LOBATO, Alexandre. 1965. *Relações Luso-maratas, 1658-1737*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- Materials Towards a Statistical Account of the Town and Island of Bombay*, 3 vols. 1893-1894. Bombay: Government Central Press.
- MEERSMAN, Achilles. 1957. *The Franciscans in Bombay: history of the Franciscans in the territory comprised within the boundaries of the present Archdiocese of Bombay*, Bangalore: Everybody's St. Anthony.
- MEERSMAN, Achilles. 1971. *The ancient Franciscan provinces in India, 1500-1835*. Bangalore: Christian Literature Society Press.
- MEERSMAN, Achilles. 1972. *Annual Reports of the portuguese Franciscans in India, 1713-1833 collected and annotated*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- MENDEIROS, José Filipe. 1982. "Cunha Rivara e o Padroado Português no Oriente", *Anais da Academia Portuguesa de História* 28: 91-114.
- MENDIRATTA, Sidh Losa. 2012 "Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)." PhD diss., Universidade de Coimbra.
- MESNIER, Pedro Gastão. 1871. *Viagem de Sua Exa. o sr. visconde de Sam Januario ás praças do Norte: Bombaim, Damão, Diu, Praganã e Surrate*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- Mount Poincur and Our People, by a Bandrite*. 1921., Bombay: J. B. C. Noronha..
- NAZARETH, Casimiro Christóvão. 1887. *Mitras Lusitanas no Oriente...* Nova Goa: Imprensa Nacional.
- NAZARETH, Casimiro. 1908. "Mitras lusitanas no Oriente." *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 10 (série 26): 330-337.
- O Anglo Lusitano*, March 13, 1926.
- PERA, L. C. and R. N. Santos. 1925. *In the Mission Field*. Bombay: The Times Press.
- PISSURLENCAR, Panduranga. 1932. "Portugueses e Maratas". *Boletim do Instituto Vasco da Gama* 12: 77-111.

- PISSURLENCAR, Panduranga. 1934-1935. “Maratas em Baçaim”, *O Oriente Português* 7-8-9: 317-425.
- PISSURLENCAR, Panduranga. 1942. “A campanha Luso-marata de Baçaim”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama* 52: 75-120.
- REGO, António da Silva. 1940. *O Padroado Português do Oriente: Esboço Histórico*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- REGO, António da Silva. 1978. *O Padroado Português do Oriente e a Sua Historiografia (1838-1959)*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- Regulamento dado às Irmandades, confrarias e mais associações religiosas do Vicariato Geral do Norte*. 1880. Meliapor: Paço Episcopal.
- “Report from the Select Committee appointed (in Session 1816) to report the Nature and Substance of Laws and Ordinances existing in Foreign States respecting the Regulations of their Roman Catholic Subjects...” 1851. *Reports from Committees* XX. London: House of Commons.
- RIVARA, Joaquim da Cunha. 1856. *De Lisboa a Goa pelo Mediterrâneo...*, Nova Goa: Imprensa Nacional.
- RIVARA, Joaquim da Cunha. 1858. *Reflexões sobre o Padroado Portuguez no Oriente...*, Nova Goa: Imprensa Nacional.
- RIVARA, Joaquim da Cunha. 1862 *O Arcebispo de Goa e a Congregação de Propaganda Fide*. Nova Goa: Imprensa Nacional.
- ROHTAGI, Pauline, Pheroza Godrej, and Rahul Mehrotra, eds. 1997. *Bombay to Mumbai, changing perspectives*. Mumbai: Marg Publications.
- ROSSA, Walter. 1997. *Indo-Portuguese Cities: a contribution to the study of Portuguese urbanism in Western Hindustan*. Lisboa: CNCDP.
- ROSSA, Walter. 2011. “North India”. In *Portuguese Heritage Around the World: architecture and urbanism*, vol. “Asia & Oceania”, edited by José Mattoso and Walter Rossa, 63-69. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SÁ, Manuel de. 1910-1927. *History of the Catholic Church in India*, 2 vols. Bombay: B. X. Furtado.
- SOUZA, Mark D’. 1927. “The Indian Christian Community in Bombay: a Social Study.” Master’s diss., Bombay University.
- TEIXEIRA, André. 2010. “Baçaim e o seu Território: Política e Economia (1534-1665)”. PhD diss., Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Nova de Lisboa.
- The Bombay East Indian Association Golden Jubilee Souvenir*. 1937. edited by Ben R. Mendes, Bombay.

- TRINDADE, Fr. Paulo da. 1962-1967. *Conquista Espiritual do Oriente*, 3 vols. Lisboa : Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- VAUPELL, John. 1866. "Continuation of Desultory Notes and Observations on various places in Guzerat and Western India." *Transactions of the Geographical Society of Bombay* VII: 138-156. Bombay: Times Press.
- VELINKAR, Joseph. [2005] *German Jesuits on the West Coast of India, 1854-2004*. Mumbai: Heras Institute of Indian History and Culture...
- ZALESKI, Ladislao Michael. 1912. *L'apôtre St. Thomas et l'Inde: l'histoire, la tradition, la légende*. Mangalore.

Manuscript Documents

- Provisões a Favor da Christandade*, Ms. 9529, Historical Archives of Goa.
- Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Goa e seus Suffraganeos* [1726], Ms. 176, Biblioteca Nacional de Portugal.
- Goana*, IX. Archivum Romanum Societatis Iesu, Roma.
- Junta da Real Fazenda do Estado da Índia, Livro 6*, 1638-1668, Instituto do Arquivo Nacional / Torre do Tombo.
- Further papers regarding the Catholic Church in the Bombay Presidency – Bombay Government grant increased allowances to certain Catholic priests in Thana District*, [Jan 1828]-Jun 1836, IOR/F/4/1708/68928, India Office Records, British Library.
- Notes Regarding the Roman Catholic Churches and Clergy in Bombay...1820-1827*, IOR/H/59, fls. 159-166, India Office Records, British Library.

Memories of a “Christian Past” in Japan: The Museum of the Twenty-Six Martyrs in Nagasaki

Hitomi Omata Rappo*

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 249-282. ISSN 0874-9671

Resumo

Inaugurados em 1962, o Museu e o Monumento dos Vinte e Seis Mártires são dedicados à memória dos primeiros santos nascidos da missão no Japão: os vinte e seis mártires de 1597 (beatificados em 1627, canonizados em 1862).

Analisando a arquitetura e a natureza das coleções do museu, este artigo demonstra como toda a estrutura foi criada no contexto do pós-guerra Nagasaki, como algo entre um museu e um local de culto, e também como um “lieu de mémoire”, seguindo os modelos da espiritualidade jesuíta, como “*La peinture spirituelle*” de Louis Richeome ou os “*Exercícios Espirituais*”.

Palavra-chave: Mártires, Museu, Relíquias, Japão, Jesuítas, Nagasaki

Data de submissão: 30/06/2016

Data de aprovação: 06/03/2018

Abstract

Inaugurated in 1962, the Museum of the Twenty-Six Martyrs of Nagasaki and its accompanying monument are dedicated to the memory of the first saints born from the mission in Japan: the Twenty-six martyrs of 1597 (beatified in 1627, canonized in 1862).

Analyzing both the architecture and the nature of the collections of the museum, this article demonstrates how the entire structure was created, in the context of post-War Nagasaki, as something between a museum and a place of worship, and also as a “lieu de mémoire,” following the models of Jesuit spirituality, such as Louis Richeome’s “*La peinture spirituelle*,” or the “*Spiritual Exercises*.”

Keywords: Martyrs, Museum, Relics, Japan, Jesuits, Nagasaki

Date of submission: 30/06/2016

Date of approval: 06/03/2018

* Harvard University, USA; Swiss National Science Foundation (SNSF), Switzerland.
E-mail: omata.rappo.hitomi@gmail.com .

Memories of a “Christian Past” in Japan: The Museum of the Twenty-Six Martyrs in Nagasaki

Hitomi Omata Rappo

“La relique donne lieu à son lieu.”
P.-A. Fabre

Introduction

The history of Christendom in Japan has hardly entered the mainstream of Japanese history. Lack of historical documents on this topic after the long period of repression is one reason for this omission, and the actual position of Christendom in Japanese society. In 1962, a museum dedicated to the twenty-six Christian martyrs who died in Japan in 1597 was founded in Nagasaki, the place of their execution.¹ The foundation of this museum can be understood as an attempt at reconstructing their history in Japanese society. Many elements of the museum – the selection of the type of monument for the martyrs, the process of locating the place of their death, the exhibition method... – suggest that this incident has been the subject of a complex rhetoric which gave it a new meaning as a “*lieu de mémoire*.”

This article provides an analysis of the process of the construction of the museum and considers reasons behind the choice of objects exhibited in the museum, especially relics. Different from other historical artifacts, particular relics had functioned not only as objects of religious veneration but also have absorbed a series of social and religious significations. The museum thus fulfills a unique role as both the site of a contemporary scientific display and as a religious reliquary. This leads us to rethink traditional theories about the place of religious objects in museums and to reconsider the nature of such institutions in contemporary Japan. Through this study, I will show how this museum, through its historicization of past events in a contemporary context, acts as a kind of nexus, which links distinct narratives – of Japanese Christians, of the Catholic Church, and even of the Atom bomb – and thus contributes to painting Nagasaki as the martyr city “*per excellence*.”

¹ A description, in English, of the museum can be found in Kawazoe 1963.

Shaping the History of the Twenty-six Martyrs

Twenty-six local Christians and foreign missionaries were executed, on February 5, 1597, in Nagasaki.² The incident itself was nothing exceptional, because the then Japanese sovereign, Toyotomi Hideyoshi (豊臣秀吉 1537-1598), had already demonstrated unfriendliness, even hostility, toward Catholic missionaries. (He officially banished the Christianity already in 1587.)³ The twenty-six that were executed were not historically the first Christian victims killed by the local authorities.⁴ However, in the context of the history of the Catholic Church in Japan, they are remembered as the first Martyrs of the Japanese Christians and the incident is regarded as a particularly important historical event. Indeed, as early as 1627, the twenty-six had been beatified as the first the official "colored" martyrs⁵, and in 1862, they were canonized.⁶ Thus, the death of these twenty-six martyrs is now fully integrated into the history of the Catholic Church. In spite of this, they have not always been a part of Japanese history that is recorded, studied, and read mostly in Japanese. Several reasons can be identified for the gulf between Western and Japanese perception of the same event. First, Christians remain an extremely small minority, statistically less than one percent of the whole population, even today.⁷ Second, the events themselves can be confirmed indirectly through Japanese sources, but the details, like most reports on persecutions in modern Japan, are only known through documents written in European languages.⁸ Through official interdiction and social segregation, many physical sources regarding the twenty-six were destroyed and lost. Although hidden

² For a presentation on the events in an European language, see Jacqueland 2011; Vu Thanh 2017; Omata Rappo 2016; 2018 (forthcoming).

³ Paramore 2009, 56-57. The whole edict was translated in French in Kouamé 2011, 166-168.

⁴ Gonoï 2012, 24-25.

⁵ On their iconography and its implications, see Omata Rappo 2017c.

⁶ Beatification constitutes the first step to the process of canonization. With beatification, a person who died in the Catholic faith is permitted under Papal authority to become an object of public veneration. However, such a cult will be restricted in relation to canonization, through which the person is ranked among the saints. The process of both beatification and canonization involves several steps of preparing official documents to prove the sanctity of the person, his or her local reputation, his or her miracles, etc. See "Beatification and Canonization," in Catholic Encyclopedia. The process itself is therefore understood as an integration of individuals into the larger, global context of Catholic Church's history.

⁷ Catholic Bishops' Conference of Japan 2017.

⁸ For more detail on the sources, see Omata Rappo 2016, 91-95; 2017b; 2018. Also see Fernandes Pinto 2014.

Christian communities barely survived, the story of the twenty-six did not become part of the Japanese collective memory until fairly recently.

However, on the Western side, there are a large number of unedited manuscripts and printed sources based on the twenty-six martyrs. This is mainly because their way of dying – on wooden crucifixes, as ordered by the local merciless “tyrant” – fulfilled wholly the ideal conditions as a perfect “martyr” from the point of view of contemporary Christians.⁹ As a result, they became almost immediately objects of veneration for both local and the remote European societies, and a beatification process was quickly started. This is why from their death to their canonization, the story of the twenty-six martyrs was essentially produced and reproduced in Europe,¹⁰ but in contemporary Japan, it had little impact. To a greater degree than the event itself, the reception of the death of the twenty-six martyrs, elevated it to a level a crucial importance in the historical perception of the Japanese Christianity in European context. They were, however, mostly forgotten in the country itself. Both Westerns and local converts would try to mend this broken historical narrative in the nineteenth century, setting what can be understood as precedents to the foundation of the museum.

The Process of Construction of the Museum – Locating the Historical Site

This process was first undertaken by a French missionary, Bernard-Thadée Petitjean (1829-1884), a priest sent by the MEP, Mission Étrangères de Paris.¹¹ Petitjean is largely known as a leading figure in the reconstruction of Japanese Christendom from the late Edo to the early Meiji period, especially with his “discovery” of the hidden Christians in 1865. More than anything, it seems that Petitjean was focused on finding vestiges of the Japanese Christianity, and especially of the martyrs who were canonized in

⁹ Indeed, their deaths on the cross were the main reason of their exceptional beatification. See Papa 2001, 90.

¹⁰ The most well-known manuscripts were written by the Franciscans: Jerónimo de Jesús, Juan Pobre de Zamora, and even one of the martyrs, San Martín de la Ascensión. Three Jesuits – Pedro Gomez, Pedro Martins, and Luís Froís – also made reports. The one by Luís Froís is now the most famous, because it was published – with the help of Alessandro Valignano – not only as the Annual Report for the Year 1597, but also as a panegyric text translated into Latin, Italian, and German. Regarding secular records, Avila Girón, a local merchant in Nagasaki, left a manuscript. Further, the report of Francisco de Tello de Guzmán – the Spanish governor of Manilla – was printed in Spanish, French, Italian, and German almost immediately after the incident. See Omata Rappo 2016, 90-91; 2018.

¹¹ Beillevaire 2007, 79-105.

the same year as his arrival in Japan, 1862. This is certainly why, after his arrival in Yokohama, he moved to Nagasaki during the next year, and did not go to the capital of Edo. In Nagasaki, Petitjean actively sought traces of the Japanese Christians from the sixteenth and seventeenth centuries. However, he soon discovered that all the monuments related to Christians had been already destroyed, a fact he attributes to the almost 150 years of repression by the government during the Edo period.¹²

However, Petitjean did not give up. He set out to find the "the exact place" where the twenty-six martyrs were executed. In the absence of actual Japanese names in the contemporary descriptions, he had to compare, like all those after him, descriptions of the execution with the actual landscape of Nagasaki. Relying on the descriptions present in what he called "historical studies" such as "The History of the Twenty-six Japanese Martyrs" written by Leon Pagès¹³ or Charlevoix's "History of Japan"¹⁴ (both are in fact late and derivative sources), he proclaimed that he finally had succeeded. The location he chose was the top of a hill known as "Tate-yama" (立山, also called by the locals "Cha'usu yama" 茶臼山), and it stood where traditional execution grounds (called "head tomb," Kubitsuka 首塚) used to be.

Despite Petitjean's affirmation, there was no source indicating that "Tate-yama" was the place of the execution. There were two main grounds to his claim. The first the three trees he found on the hill, which he identified as the remains of the trees planted by the Portuguese at the end of the sixteenth century, in honor of the twenty-six.¹⁵ The second was because it had a good view on the sea.¹⁶

Having located what he thought was the place of the execution, Petitjean constructed a temporary chapel commemorating the twenty-six martyrs on the hill (L'Église des Vingt-Six martyrs).¹⁷ This chapel would later be rebuilt and become the first Church of Nagasaki, now called the Ōura Tenshu-dō. This is precisely where his "miraculous" encounter with the hidden Christians happened a few years later.¹⁸

¹² See the letter from Petitjean to an anonymous priest of the Society of Saint-Sulpice, October 28th, 1863, transcribed in Marnas 1897, 469-474.

¹³ Pagès 1862.

¹⁴ Charlevoix 1754.

¹⁵ Marnas 1897, 472. This is also found in Pagès 1862, 98.

¹⁶ Charlevoix 1754, 88.

¹⁷ Ibid., 473.

¹⁸ Doak 2011, 10.

From Ōura to Nishizaka

The historical documents recording the execution, available today, are all Western sources. None of them mentions the exact name of the place. They simply call it the “Saint’s mountain,” which could basically mean anywhere. None of the available sources provides a Japanese place name, and there is no direct geographical evidence, such as a map.¹⁹ This is why, in the 1910s, a local Japanese priest named Wasaburō Urakawa protested against Petitjean’s proposition.²⁰ His main argument was that if Petitjean chose “Cha’usu yama” (or Tate-yama), it was because he was foreign and lacked basic understanding of the local geography.

Urakawa, who could read French, also tried to locate the place, and he too relied on Pagès. Using exactly the same reasoning as the French missionary, he says that the site was closer to another hill, called “Nishizaka” (西坂, literally the Western slope).²¹ Just like Tateyama, Nishizaka was also visible from the sea; he also affirms that it was closer to the actual execution grounds. His reasoning also includes extremely precise arguments, such as the impossibility of reaching the top of Tateyama on horse.

His opinion was, contrary to Petitjean’s, widely accepted by the local population. One of the first touristic guide books for Nagasaki written in Japanese already describes Nishizaka as the historic site of the execution.²² However, a bureau of the national television (NHK) was already present at Nishizaka, so a piece of land nearby, called Bōzu-iwa (坊主岩), was bought in 1939, with the objective of building a commemorative stele. This new monument was destined to become the new memorial of the twenty-six. After this, even the children of the region perceived the site at Bōzu-iwa, and not Tateyama, as the place where the martyrdom occurred.²³

After the war, ceremonies dedicated to the martyrs were again conducted on Nishizaka.²⁴ The reconstruction of the town provided the opportunity to follow Urakawa’s recommendation and establish a new monument there, and not on Bōzu-iwa. In 1947, Nishizaka was officially

¹⁹ This is the opinion of the local historian, Watanabe Kurasuke (渡辺庫輔 1901-1963). From his unpublished study, “Nijūroku seijunkyō no basho ha doko ni gaitō suru ka (Where is the execution place of the Twenty-six Saint Martyrs?) 廿六聖殉教の場所は何処に該当するか”, cited in Muranaka 1997, 45.

²⁰ Urakawa 1915, 142-147. On this also see Arimura 2014.

²¹ Urakawa 1927, 215-219.

²² Nagasaki koseki meguri kankōkai 1928, 3-5.

²³ Muranaka 1997, 30-38.

²⁴ *Ibid.*, 40-44.

chosen as the construction site by a committee, under the supervision of the public works section of the Nagasaki prefecture.²⁵

The Importance of Nishizaka as a "lieu de mémoire"

As Petitjean's testimony suggests, such symbolism was at first absent from the local community, as all traces of such were wiped out during the Edo period. So, for the Japanese Christians in Nagasaki, locating the exact place where the martyrs died was an extremely important process. It brought historical authentication to the Japanese context. Thus, it established an event described and written almost exclusively in Western languages as a part of the Japanese history. It also allowed the local community to re-link their own communities to this history of Christianity in Japan.

Until now, no archeological proof of the execution of the twenty-six on the particular site of Nishizaka has been found, and the site was chosen mainly through an analysis of secondary sources. However, this would be an issue only for those with an overly positivist view of history. In fact, the absence of material proof does not necessarily induce the conclusion that Urakawa was wrong, and such investigations would be misleading anyway.

In the process leading to the foundation of the Twenty-six Martyrs Museum, Nishizaka would in fact earn even greater signification. Already in some missionary sources, the execution ground of the twenty-six was perceived as a powerful symbol. Later sources called it the "saint hill" ("monte santo"), and many other martyrs were said to have died there.²⁶ It was also a place of devotion for local Christians in the early seventeenth century. Jacinto Orfanel says that a cherry blossom tree was planted as a mark of the execution and a stone, and devotional equipment was also placed around it.²⁷ Pagès mentions a similar story, but he does not give his sources.²⁸

²⁵ Makoto Baba, an employee of the public work sections, and the chief of the Cultural and Public Welfare committee, recalls the events in Baba 1949, pp. 1-8. Moreover, the edition of the 5th May of 2009 of the *Chōshū Shinbun* 長州新聞 journal, says that, before that time, the land belonged to the Higashi Honganji 東本願寺 temple of the Jōdo shinshū school 浄土真宗. After the war, it was later integrated to the General Headquarters of the Supreme Commander for the Allied Powers (GHQ), and finally became municipal property after its restitution.

²⁶ Documents describing the execution of martyrs such as Jordán de San Esteban, which happened in 1634, say it took place at this "monte santo". See for example *Congregatio pro Causis Sanctorum* 1979, 295.

²⁷ Orfanel 1633, 106 recto.

²⁸ Pagès 1862, 98.

This fact was confirmed by the Jesuit priest who would later become the first director of the Twenty-six Martyrs Museum, Diego Pacheco (1922-2008).²⁹ Pacheco was in fact deeply involved in the elaboration of the museum, and he actively sought for historical clues proving the particular meaning that the place of the execution had for Japanese Christians at the time. This led him to find the sources of Pagès's claim, in a report made in Japan during the enquiries conducted around 1620, as a preparation for the beatification of the twenty-six martyrs.³⁰

Pacheco's was clearly trying to provide historical arguments attesting the nature of the execution site as a "lieu de mémoire," as Pierre Nora famously described them.³¹ In an important article published in 1961, he also tied the location of the "monte santo" of the martyrs with Nishizaka.³² While the term "monte santo" might have been a symbolic "topos" linking all the major Japanese Nagasaki martyrs to the same place in the missionaries' discourses, Pacheco actually made the case that several others, including prominent figures such as Carlo Spinola, died on Nishizaka.³³ His interpretation is vastly diffused today, and it became almost official when it was mentioned in the speech Pope John-Paul II gave during his visit to Nagasaki in 1981.³⁴

The architect in charge of the construction of the museum of the twenty-six, Kenji Imai (今井兼次 1895-1987), shared this vision. In fact, on a purely practical level, Nishizaka was not an ideal place to build a memorial, and, initially, Imai complained about its lack of space. He said that it was as spacious as the forehead of a cat, but still acknowledged its historical significance.³⁵ His goal was to turn an ordinary place, previously full of houses and secular buildings, into an exceptional site. As he puts it: "once the complex for the commemoration is achieved and shows its

²⁹ Also known under the name of Yūki Ryōgo 結城了悟, after he took the Japanese nationality. He is also the author of numerous of articles on the history of Christendom in Japan. The official site of the Museum (<http://www.26martyrs.com>) shows an Excel File list of his publication (only in Japanese).

³⁰ Pacheco 1963, 74. He cites a report from Juan Itō, which says the trees, in fact camellias, were later cut by the authorities.

³¹ Nora 1997, 23-43.

³² Pacheco 1960, 361-366.

³³ Pacheco 1967, 30.

³⁴ He said so in the sermons dedicated to the martyrs he gave at the Matsuyama track and field stadium near the Atomic bomb Museum of Nagasaki, and at the Nishizaka itself. Katorikku kōhō iinnkai 1981, pp. 118-128.

³⁵ Imai 2009c, 159.

appearance here, ... this place will be transformed into the appropriate place to praise martyrs, strengthen the faith, and contemplate."³⁶

Right before the actual construction of the museum, in several, mostly well researched, reports, Diego Pacheco stressed the symbolic importance of Nishizaka for the history of martyrs in Japan. According to Imai's testimony, this potential could only be realized through the edification of an extraordinary building. The act of constructing an actual physical landmark was thus crucial in itself, as it underpinned the historical "fact" of the incident, and it gave it flesh (consistence) in the context of post-war Japan. In order to properly perform this function, the building could not be a simple place where diverse objects were displayed. From the outset, it was conceived as an actual "lieu de mémoire," via the reification of the martyrs.

Description of the Museum

To better understand this, I will provide a quick description of the actual appearance of the museum, before returning to its building process. Compared to other national museums, the Twenty-six Martyrs Museum is rather small. It consists of several small rooms, whose construction interestingly blends secular and religious elements. The first big exhibition room is rectangular, with a high ceiling. Its appearance is reminiscent of a small church. Each window is decorated with stained glass honoring the Catholic saints, historically related to the Japanese Christendom. At the far end of the room a sculpture of the crucifixion of Paul Miki is hung on the center of the wall,³⁷ where the crucifixion of Jesus Christ would normally be located in ordinary churches. (Photo 1) The presence of display cases on each side, and not wooden benches, reminds visitors of the true nature of the hall, as a museum.

The second room is located on the upper level. It is called "special exhibition room" in Japanese (Photo 2-4) or "Eikō no ma" (栄光の間 the Room of Glory). This name, as well as the structure of this dimly lit chamber suggests that it acts more as a devotional space, dedicated to the relics of the martyrs. A relief in the form of the cross can be seen on the back of the wall. It displays words from the Bible, which are inscribed vertically

³⁶ Imai 1962, 86.

³⁷ This sculpture is made by Sawada Seikō (澤田政廣1894-1988), a Japanese sculptor famous for his Buddhist deities.



1 View of the first exhibition room. © Arikawa Yoshihiro

in Japanese and horizontally in Latin.³⁸ The relics here are not meant to be displayed as pure works of art, but it is rather a place of contemplation similar to those found in airports.

The following Japanese phrase can be seen on the wooden placard placed on the floor: “this Room of Glory was made in order to admire the virtues of the martyrs and their relics are put inside this altar. The motif on the altar is in the shape of the Japanese apricot blossom appearing in February in Japan, reminding us of the spiritual purity of the martyrs who died in this season.”

Both sides of the room are connected to other smaller rooms, put symmetrically on the left and the right at the entrance of the room. They provide small storage spaces, akin to a closet, where the relics brought relatively recently are displayed. Even though the rooms are clearly assigned to relics, they remain somewhat modest.

³⁸ The text displays two formulas: “Testes Christi” (witnesses of Christ) is a very common way to describe the martyrs. See for example the sermon 335/J by Saint Augustine of Hippo, “In Die Natali Martyrum.” The other is “Kami ha ainari 神は愛なり”, the Japanese translation of “God is love” from 1 John, chapter 4:16 and 4:08.



2 View of the Room of Glory. © Arikawa Yoshihiro



3 View of the Room of Glory. © Arikawa Yoshihiro



4 View of the Room of Glory. © Arikawa Yoshihiro

As a whole, the way the objects are exhibited is clearly different from conventional museums. It does not aim to show the objects as cultural, artistic, or historical artifacts, with complete explanations and bright lighting, so that visitors can take an attentive look at them.

The memorandums or the explanations published by the architect himself underline the peculiar character of the museum. He says he paid more attention to the space management as a whole; not only inside the museum but as the ensemble of three monuments (the museum, a church, and a memorial shrine). Furthermore, he was primarily interested in filling the symbolic details all over the monuments, reminding of the martyrs and their meaning: a bunch of grapes, the pillar and bridge representing the act of martyr, the motifs on the mosaics and concrete wall figuring the Madonna, the Holy Spirit, and the torture inflicted upon the twenty-six...³⁹

According to Imai, the *raison d'être* of the “Eikō no ma” was to make “people’s faith burn so passionately as almost achieving the joy given by God’s grace.”⁴⁰ If the architecture affects the experience of the museum not only through the physical form of the building, but also as a system

³⁹ Imai 2009d, 190-197.

⁴⁰ Imai 2009b, 184.

of spatial perception, as Kali Tzortzi advocates,⁴¹ the Twenty-six Martyrs Museum does succeed in strategically showing itself as the representation of a certain idea of museums that straddles a place of worship and a memorial. This idea is precisely what Imai planned from the beginning.

In 1957, at the request of the Japanese Provincial of the Society of Jesus, Pedro Arrupe (1907-1991), Imai, a famous architect who was also a professor at Waseda University, was charged with the construction of the new memorial.⁴² Imai had a special emotional connection to this endeavor. He was baptized in 1948, as he converted to Catholicism after the death of his Christian wife.

In his conception of the three buildings, which were designed to represent as a whole the process of the martyr of the Twenty-six, Imai was in a way a precursor. Before ICOM gave a definition of museum building, and before the theory and method of space syntax had been developed by Hillier et al., at UCL, from the mid-1970s,⁴³ he tried to transfer the message of honoring the martyrs by organizing the spatial disposition of the three monuments. In doing so, he also kept a particular attention not only to the inside of the building, but also to the decorations outside.

Seeing the Relics – The Museum as a Reliquary

The construction process in itself also suggests that the structure was first imagined as a means to store a very particular type of memorial artifact, the relics of martyrs. After Imai's nomination, the planning process went through drastic changes more than ten times.⁴⁴ When the fourth plan was proposed in 1959, an underground hall was designed. With the next plan, in the same year, this space was expected to act as something similar to the Roman catacombs, one of the main sources of relics in the history of Catholicism. The idea was scrapped in the seventh plan, and it was decided that a chapel dedicated to the Roman martyrs would take the place of the catacombs.

⁴¹ Tzortzi 2015, 2. On the links between architecture and the "sacred" in the context of museums, see Buggeln 2017.

⁴² Imai 2009c, 159. On the process, and also the fund-raising conducted in Mexico for the Church and Museum, see Arimura 2014.

⁴³ Tzortzi 2015, 3-4.

⁴⁴ Imai 2009c, 162.

However, by the end of the year, the idea of an underground part was wholly abandoned,⁴⁵ due to a lack of funds.⁴⁶ Here is what Imai said on the original plan and the meaning of the subterranean part:

(A catacomb) was supposed to be installed right beneath the room housing the relics of the Japanese twenty-six martyrs. It was meant to be a spiritual intersection of the martyrs between the East and the West. A ray of light was planned to illuminate the space commemorating the Roman martyrs through the floor of the Japanese martyrs' room.⁴⁷

This symbolic structure was important to Imai. Even after it became clear that the underground part would not be built, he still hoped to decorate the ceiling with meticulously drawn motifs of the Roman martyrs. He was also forced to give this idea up for financial reasons.⁴⁸

The idea of the Roman catacombs was probably proposed by Diego Pacheco. Kenji Imai was very close to Pacheco, who really seemed to appreciate his work and enthusiasm. Pacheco even said jokingly that the architect was the twenty-seventh martyr.⁴⁹

Despite the fact that no actual catacombs were built, Pacheco still considered that the space inside the museum could be likened to the catacombs as a whole. This can be deduced from the fact that he later wrote that the decorations were made to recall the atmosphere of the catacombs, in order to encourage prayer.⁵⁰

Pacheco was also responsible for gathering the actual content of the museum. He traveled in Europe and South America in order to conduct research related to the twenty-six and obtained the first objects which were exhibited inside.⁵¹ Most of them were in fact relics. Indeed several of such holy remains are exhibited in the museum. They can be seen not only in the special exhibition room but also in the biggest exhibition room on the ground floor with other historical materials. Most of them have been brought from overseas (Europe and South America) and must have

⁴⁵ Imai 2009c, 162.

⁴⁶ *Idem*, 167.

⁴⁷ *Ibid.*

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ Imai 2009a, 201.

⁵⁰ “The interior of the building is an invitation to prayer – It recreates at places the close atmosphere of the catacombs, while rising and expanding everywhere else, the way a hymn ascends into heaven.” Pacheco 1981, 17.

⁵¹ The article on March 1st 1962 of the journal “Catholic Kyōho カトリック教報”, and on January first of 1963 of the same journal, reproduced in Muranaka 1997, 60-61 and 65.

been collected not only with Pacheco's effort, but also are drawn from the accumulation of the objects collected by the hands of the missionaries who came to this place.

The word "Relic" may be today used as a metaphor of fossilized historical objects exposed in museums, but its original meaning in Christian theological context is the remains of a person who died as a saint. The most common, and important, relics are corporal remains, but sometimes relics can take the form of objects closely related to the saint, such as his clothes.⁵² Relics are believed to have a miraculous power brought from the virtue of the saints, as they were sanctified through their contact with them. Therefore, from antiquity, a large cult developed around them, especially in areas under the influence of Christendom.⁵³ The relics of certain powerful saints were believed to have special powers, such as healing and prosperity, and served as the focus of many pilgrimages. They even became the object of theft and were sold at high prices, especially during medieval times.⁵⁴

After the Reformation, the cult and the devotion of saints' relics became the target of scathing criticism from Protestants, who perceived such objects as mere superstition. However, among the Catholic devotion to the relics was renewed with the appearance of new contemporary martyrs in overseas territories where Catholic evangelization had been conducted.⁵⁵ Relics brought from Japan were, hence, extremely popular among the Catholics in Europe, especially after the widely reported execution of the twenty-six in 1597. Even the Bavarian king strongly desired them.⁵⁶ While most of the relics in Japan were destroyed, the ones brought overseas remained as objects of passionate devotion throughout the early modern times.⁵⁷

In Asia, the relic of the Japanese martyrs are conserved mainly in Macao and Manilla. In Macao, apparently there were ceremonies devoted to the relics themselves in the seventeenth century.⁵⁸ In Manilla, there

⁵² George 2013, 33-39.

⁵³ Herrmann-Mascard 1975, 13-21.

⁵⁴ Geary 1990.

⁵⁵ Županov 2005.

⁵⁶ von Collani 2009, 92-104.

⁵⁷ The devotion to the relics of the three Japanese Jesuits among the twenty-six – Paulus Micki (Miki), Jacobus Ghisai (Kisai), and Joannes Goto – was especially obvious among the Jesuits. The ceremonies conducted at the Chiesa del Gesù in Rome are a good example. Omata Rappo 2017a.

⁵⁸ Archivio di Propaganda de Fide, Rome, SOCG. vol. 226, f. 161r-162r (copie f. 183r-184r).

was a procession held at Quinquagesima in 1630, which was organized not only by the Jesuits, but also by the Dominicans, the Franciscans, and the Augustinians there to celebrate the beatification of the twenty-six martyrs in 1627. The Jesuits exposed at this occasion the relics of their three Japanese martyrs, brought from Japan, and authenticated by Pedro Morejón.⁵⁹

Many of the relics found in the Twenty-six Martyrs Museum were transferred from those places to Japan. For example, the ones contained in the reliquary, which used to belong to Bernard-Thadée Petitjean, were taken from the above-mentioned collection in Manilla in 1870.⁶⁰ The first relics from Macao were sent by the Bishop of the city, Paulo José Tavares (1920-1973) directly to the first director of the museum, Diego Pacheco on June 10, 1963, to celebrate the opening of the museum.⁶¹ They were preserved in the small silver box, which is now placed in the small storage room next to the Room of Glory.

Collecting Relics

Diego Pacheco persistently tried to regain a part of the Japanese relics from Macao. In parallel with such efforts, he continued his research on the relics whose identity was not clear. He especially focused on the rest of the bones that were mixed up after the fire of the Cathedral of São Paulo in 1835.⁶² The relics were transferred to the Santo António Church and in 1974 again to the Cathedral of S. Francisco Xavier on the island of Coloane.⁶³ As Tang Kaijian has remarked, martyr relics constituted a crucial part of the identity of the population in Macao.⁶⁴ In a way, they were cultural treasures of the town. In 1995, Diego Pacheco succeeded, despite opposition in Macao, in bringing fifty-nine relics conserved on the island of Coloane. This happened right before the restitution of the Portuguese colony to the Republic of China.⁶⁵

On the occasion of the beatification of 188 martyrs in Japan in 2008, new relics were again offered to the museum. After this event, the collection

⁵⁹ Murillo Velarde 1939, 291-292.

⁶⁰ Marnas 1897, 200-201, note 2.

⁶¹ Pacheco 1995, 1-2.

⁶² On this, see Teixeira 1993, 35-36.

⁶³ Montalto de Jesus 1902, 50.

⁶⁴ Tang 2016. For a list of the relics of Japanese martyrs preserved in Macao, see 127-128.

⁶⁵ See the article of January 12th 1995, in the "Nagasaki Shinbun 長崎新聞" (Nagasaki News), and the article of February 5th 1995, in the "Yomiuri Shinbun 読売新聞" (Daily Yomiuri).

continued to grow, with donations from the Ainoura Church, the Shimabara Church, the Order of the Blessed martyrs of Korea in Macao, and the chapel of the Apostolic Nunciature in Japan.

While most of the relics in the museum came from Asia, some of them are of European origin. This is the case of a tissue which absorbed the blood of the twenty-six martyrs.⁶⁶ The Japanese caption introduces the analysis of scientists, saying it is human blood dating surely back to four hundred years ago. The English text indicates the existence of historical records, according to which many people collected blood of the martyrs at their death.⁶⁷ This item was first conserved in the old Marchena Jesuit College in Spain.⁶⁸ A reliquary with the bones of one the first canonized Japanese Jesuit, Jacob Kisai, is also said to be of Spanish origin.⁶⁹

This policy of the museum can be explained as follows. By collecting relics from all over Asia, and especially places linked to the Catholic mission, the museum acts as a nexus linking all their histories together under the sign of the martyrs. In some cases, this was even extended to Europe. This process of collecting and recollecting relics related to the Japanese Christendom is also reminiscent of the practices of the missionaries in the modern period. Before the total interdiction of Christendom in Japan, the relics of "martyrs" were collected in the Church of "Todos os Santos" in Nagasaki.⁷⁰ Such a gathering of contemporary relics in the same place was a common strategy in Portuguese colonial cities such as Goa and Macao. Ines Županov has analyzed such efforts, establishing that they created new "topoi" for these places, as "reliquary cities ("ville reliquaire") through powerful relics.⁷¹

In the first half of the 17th century, relics operated, in Nagasaki, as a sacred capital, or in other words, as objects which distribute a physically represented virtue. As Pierre-Antoine Fabre has described it, the particularity of the relics as sanctified objects resides in their capacity of

⁶⁶ This tissue is also introduced in the official catalog of the museum. Pacheco 2004, 27.

⁶⁷ The captions for the objects in the museum have often different explanations in English and in Japanese. The records mentioned in the caption are mostly based on Frois and Ribadeneira.

⁶⁸ Marchena was one of the centers of the Inner Mission in Spain. Copete and Bernard 2007, 261-285.

⁶⁹ There is also a photo in the official website: <http://www.26martyrs.com> (the page named "our treasures").

⁷⁰ Omata Rappo 2017c.

⁷¹ Županov 2009, 705-729.

proliferation without losing their spiritual and symbolic value.⁷² They still have a comparable function today, as seen through the Twenty-six Martyrs Museum.

Enshrining/Displaying the Relics

Relics are different from the obviously holy objects with symbolic appearance like crosses for Christians. They lack the evident physical features which would distinguish them from normal objects, at least on the purely visual level. As Cynthia Hahn has indicated, *relics are defined through the recognition by some audience of the presence of power that leads to a certain desirability*.⁷³ Other than the labels, which identify the saint to whom the relics belong,⁷⁴ this most potent way to obtain this kind of recognition lies first and foremost in the reliquary. Such items take most of the time the form of elaborated works of arts, using precious materials (and some can be seen in the museum).⁷⁵ However, here, the museum as a whole also functions as a huge reliquary. It not only provides the labels and the precious boxes containing the relics, but it also gives form to the historical context which authenticates their value. In fact, without such context, the relics would remain nothing but a ordinary human remains.⁷⁶

The way to exhibit the relics as “historical objects” in this museum can be understood as an ambitious attempt to create a new museological discourse. The relics are not placed on altars, as they would have been in a church. Instead, they are displayed together with a series of other items, which are generally considered to be more normal historical evidences, such as hand-written/printed old documents and archeologically unearthed objects through local fieldwork. This scientific mise-en-scene becomes a new altar; at once, this placement authenticates the displayed relics, while keeping their devotional nature.

This can be seen with the display of an archeological discovery realized in 1965, in Koboshiura, a place located in the Kameura village in Nagasaki. It was a box containing a copperplate engraved in the seventeenth century

⁷² Fabre 2009, 669-696.

⁷³ Hahn 2010, 284-316.

⁷⁴ See below, 15.

⁷⁵ Hahn 2012, 9.

⁷⁶ In the above-mentioned, fascinating article, Pierre-Antoine Fabre analyzed the relics of the Sant Ignazio church, whose original providers were quickly forgotten. Fabre 2009.

and the remains of martyrs executed in 1624.⁷⁷ The victims, Tomás Shigorō and his son Domingo were servants to a Spanish Franciscan priest, Francisco de Santa María.⁷⁸ This archeological research was conducted by Diego Pacheco and he proved the identification with historical documents.⁷⁹ The ensemble of the plate and the remains was exhibited as “The only Martyr Relics that remained in Japan.”

In the exhibition, this juxtaposition between the artifact and the label identifying the relics and the place where it was found is crucial. It acts as what is called an “*étiquette*,” which is a label attesting of the authenticity of relics.⁸⁰ Such issues became prominent in the history of Christianity after the Reformation, when critics against the value of relics forced the Catholics to find new ways to assert their validity.⁸¹ The same care for historical evidence can also be seen in the box containing relics received recently from Macao (Photo 5-6), where the saintly remains are accompanied with an attestation provided by the donor and signed by the recipient.



5 & 6 Relics of the Room of Glory © Arikawa Yoshihiro

⁷⁷ Here is a translation of the Spanish caption: “Inside this box are the blessed martyrs are Shigorō Zaemon Tomasu, 72 years of age, and his son Yōsuke Domingo, 37. They were decapitated on the 17th day of the seventh month of 1624, in a village belonging to the mura family, because they refused to abandon their religion. Number 12. This box belongs to the Order of San Dominico in Japan.”

⁷⁸ Their name is recorded in a manuscript found in the Pastrana Archives (caj. 32, leg. 3.), a letter from Francisco de Santa María. “Tomás; Fachizo, degollado en Omura en el mes de Junio de 1625, Tomás y Domingo,” edited in Pérez 1914, 338.

⁷⁹ Pacheco and Katō 1966.

⁸⁰ George 2013, 101.

⁸¹ Olds 2012, 135-184.

The double nature of the museum appears here clearly. It is not a simple reliquary designed for displaying the relics to the devotion of the public. The exhibition itself also serves to further attest to the authenticity of its contents. In fact, by putting some relics whose origins can be historically proved next to others, whose provenance can be more vague, the museum succeeds in creating an impression of sanctity that encompasses all of the objects displayed inside it. This process is quite akin to the fact that items displayed behind glass in traditional museums seem to acquire an additional value, either on the artistic or historic level.⁸² In the Museum of the Twenty-six Martyrs, all objects – relics from Macao or Europe, archeological items found in Japan, copies of paintings... – are connected in a complex symbolic network where they are not only linked to each as “traces” of the martyrs, but are also integrated to the larger history of Christianity in Japan.

A Museum between Temple and Public Space

Relics have actually been a litigious subject in studies in Museology in recent years. In the West, under the influence of the Enlightenment, museums were for a long time expected to be secularized and the objects inside used to be considered as being desacralized from the point of view of the devotees, which questioned the conventional methodology of the exhibition.⁸³ This kind of “secularization” was sometimes interpreted as a deliberate violence to the Church from the government and constituted a symbolic political action.⁸⁴

This does not, however, mean that all museums have denied any religious value to the objects inside them.⁸⁵ In fact, studies from the late 20th century onwards have largely shown that the function of museums should not be seen as a simple de-contextualisation of objects. Such institutions create, through their collections and their curating, a meta-narrative “through which society constructs its own idea of knowledge and reality.”⁸⁶ This has more to do with ritualizing, giving new significance to the objects, and integrating them through social, political, and cultural

⁸² Hooper-Greenhill 2000, 103-123.

⁸³ Gaskell 2003, 148-162.

⁸⁴ It was the case of the museums under the communist regime, see for example Wynot 2004.

⁸⁵ Some actively promote it. For an example, see Arthur 2000. This also shows that, even in the West, some institutions blur the lines between museums and places of worship in a similar way to the Twenty-six martyrs Museum.

⁸⁶ On this see the classic study by Pearce 1992.

mechanisms.⁸⁷ Inside this new point of view, museums can even be seen as a new type of “temple” or “shrine,” which gives a cultural, political, or social value to the objects inside them.⁸⁸

As a reaction to a perceived over-secularization of museums, opinions have also risen stating that denying the “religiosity” of certain objects is an assault, especially in the case of objects obtained from people or countries who had already suffered in history.⁸⁹ However, the exact boundary between “religious” (or “sacred”) and “secular” cannot be applied easily, especially when it comes to the “religious” practice outside the contemporary European or American cultures.⁹⁰ These categories themselves were given birth in parallel with the separation of the Nation and the Churches, which started in eighteenth century Europe.⁹¹ A good example of this discrepancy today can be seen through the Japanese situation. In the country, the secular and religious domains are not clearly separated, as Crispin Paine has observed.⁹² The legal situation of museums in Japan underlines the vagueness of their condition.

In Japan, more than eighty percent of the museums are not granted official status as registered museums based on the Law of Museums (*Hakubutsukan-hō* 博物館法). In fact, even many public museums are juridically considered as “Hakubutsukan sōtō shisetsu (博物館相当施設),” which literally means “institutions equivalent to museums.” This status allows them to pursue profit.⁹³ The Law of Museum also defines museums as institutions which provide the public with historic, artistic, folkloric, industrial, and scientific materials and information on pedagogic purposes, with pursuing at the same time academic research based on their materials. The Law concerns only properly registered museums.

The Twenty-six Martyrs Museum is not strictly speaking a museum. It is classified outside the above-mentioned categories, as it is officially a “Hakubutsukan ruiji shisetu (博物館類似施設),” an “institution similar (and not equivalent) to museums.” Therefore it is, like many similar facilities in Japan, not juridically categorized as a museum. In other words, such

⁸⁷ Duncan 2005, 78-88.

⁸⁸ Duncan 1995, 8.

⁸⁹ Paine 2013, 78. On the treatment of non-Western objects in the West, see, for example, Ames 1994.

⁹⁰ Durrans 2000, 57-70.

⁹¹ Borgeaud 2005, 7-12.

⁹² Crispin Paine 2013, 68-69.

⁹³ The famous Tokyo National Museum, or Tōhaku, and the National Museum of Western Art are also classified in this category. Kanayama 2001, 201.

institutions benefit from a special legal position outside the jurisdiction of the Law. They are therefore independent from governmental guidance or public finances. The Twenty-six Martyrs Museum is therefore not bound to the rigid legislative restrictions that define the practices of official institutions.

In fact, its official name in Japanese, “Nihon nijūroku seijin kinenkan (日本二十六聖人記念館)” literally stands for “Memorial of the Twenty-six Martyrs of Japan.” In its essence, the legal position of this institution itself frees it from the ordinary role of museums, which is limited to educational or pedagogic objectives. Being independent from the Japanese government, it does also not reflect its official message on several issues, and is not directly affected by national propaganda or even the general social demand of secularization. It thus allowed it to create its own meta-narrative through its collection, focused not only on history, but also on the martyrdom of the Twenty-six as a religious experience.

When the construction of the museum was planned, right after the war, it was expected to be a “national” institution.⁹⁴ This can still be seen in its official Japanese name. However, according to a newspaper article from 1958, the Company of Jesus offered its cooperation for the construction of the monuments commemorating the martyrs. It was the Jesuits who proposed the construction of the museum in addition to the monument, which would also serve as “a simple place of worship for the visitors.”⁹⁵ They had already planned to gather and exhibit objects related to the martyrs. As a consequence, the Company agreed to share the financial burden with Nagasaki city.⁹⁶ Indeed, the architect chosen by the Jesuits, Kenji Imai’s understanding of this construction indicates clearly its primal object:

In the museum, several written documents and objects on the saints will be exhibited and it is supposed to be a place where one understands them or reads about them. In my understanding, the museum is thus the place where the twenty-six saints live.⁹⁷

⁹⁴ Article from the “Catholic Kyōhō (Catholic journal),” June 15th, 1948, cited in Muranaka 1997, 51.

⁹⁵ Article from the “Nagasaki min’yū shinbun 長崎民友新聞 (Nagasaki popular news),” November 5th, 1958, reproduced in *Ibid.*, 57.

⁹⁶ Article from the “Katorikku shinbun カトリック新聞 (Catholic news),” March 1st 1959, reproduced in *Ibid.*, 57.

⁹⁷ Imai 2009d, 195.

From its beginnings, the museum was more than a reliquary. It was conceived as a spiritual journey, where each room, item, and image remind the visitor of the heroic deeds of Japanese Christians and missionaries. A recent study of the early planning manuscripts of the complex proves that Imai wanted to render the visit to reflect the prayer of the rosary. The circulation between the rooms was also designed to evoke the road of the martyrs.⁹⁸

The process of the visit as it was conceived by Imai is very similar to the description of the Jesuit Noviciate in Rome given by the famous French Jesuit Louis Richeome (1544-1625), in his "*Spiritual Painting*."⁹⁹ This book is constructed as a journey through a Roman building, which was supposed to be the central pedagogic institution for the Jesuits at that time. The author meticulously describes the images present in each room one by one in order to invite readers to embark on a "spiritual journey" through imagination and visualization of the images of martyrs. The building described in the book itself was designed as a concrete application of the "*Spiritual Exercises*" of Ignatius of Loyola, founder of the Society of Jesuits. Imai, himself was influenced by the "*Spiritual Exercises*."¹⁰⁰ In the light of this, the Twenty-six Martyrs Museum can be seen, in its essence, as a contemporary realization of Richeome's spiritual journey. The attempts seen in the last few years to register Nishizaka as a National Sanctuary, or as an official pilgrimage spot, are in harmony with the architect's ultimate vision.¹⁰¹

Museum as a "Lieu de Mémoire"

Another important dimension of the museum is that it is also connected to what is certainly the most tragic event in the history of Nagasaki. Pierre Nora has described museums as a one of the possible "lieux de mémoire" (memory sites.)¹⁰² In the Twenty-six Martyrs Museum this role is primarily accomplished through the relics. These artifacts are indeed "objects of memory,"¹⁰³ but they also directly embody, through their appearance, the spirit of the act of martyr, the ultimate sacrifice.¹⁰⁴

⁹⁸ Hara and Ishikawa 2010, 1247-1254.

⁹⁹ About this book, see Loach 2013, 153-171.

¹⁰⁰ Agematsu 2012, 260.

¹⁰¹ *Catholic Bishops' Conference of Japan* 2012, 2.

¹⁰² Pierre Nora 1997.

¹⁰³ Borgeaud 2005.

¹⁰⁴ On this, see Fabre 1992.

In the context of Nagasaki, the structure of the museum, the church and the monument can also be seen as a perfect embodiment on Nora's idea. It appropriates and reconnects with the Christian past of the town, repositioning its memories in both a symbolic and devotional sense. It also shares many characteristics with the small scale local museum, as outlined in Amy K. Levin's work. The role of such institutions can be understood as contributing to the formation of the local identities of specific communities.¹⁰⁵

In fact, the history of the martyrdom of the Christian communities in Nagasaki suffered from three acts of neglect and discrimination through the history. First, it was perceived as a dangerous "heresy" under the Edo shogunate regime, until (including) the beginning of the Meiji period.¹⁰⁶ The glory of the "martyrs" was therefore neither recorded in the mainstream Japanese historical sources, nor was it remembered as a part of the national narrative.¹⁰⁷ Second, the people living in the central Christian community in Urakami village had a tendency to be segregated from the rest of the population. Third, because the atom bomb fell precisely on the Cathedral of Urakami, after World War II, Christians were perceived negatively, as victims of a "divine punishment."¹⁰⁸

The memorial process conducted through this structure was thus not limited to the Christian past of the town of Nagasaki; rather, it also evoked its status as a martyr city during the Second World War. The dropping of the atom bomb was explicitly linked to the tragedies of the Japanese martyrs by Catholics in Japan.¹⁰⁹ The lack of an obvious monument of the A-bomb, contrary to the situation in Hiroshima, caused new trauma for the bomb victims.¹¹⁰ Moreover, the Christian aspect of the city was also voluntarily linked to a certain rhetoric of internationalism.¹¹¹ The victims of the A-bomb were elevated to the rank of the "precious sacrifices" ("Hansai 燔祭" in Japanese, which was literally the translation of the term "Holocaust") in an extremely influential novel written by Nagai Takashi (永

¹⁰⁵ Levin 2007, 9-26.

¹⁰⁶ The discourses on martyrs remained mainly historical descriptions given from the Western point of view. See Omata Rappo 2016; 2018.

¹⁰⁷ On this see Omata Rappo 2017b.

¹⁰⁸ In fact, only the Urakami area was destroyed by the bomb, and not the rest of the city. On this issue, and the discrimination problem, see Okamoto 2011.

¹⁰⁹ Wetmore 2002, 103-119.

¹¹⁰ Schoenberger 1989, 1, 8, 9.

¹¹¹ Dichl 2014, 497-516.

井隆1908-1951), who was a victim himself.¹¹² This expression is, in spite of the protestations of many Japanese philosophers and intellectuals, still widely used in relation to the “Martyrs”¹¹³ History of Nagasaki.¹¹³

The museum, the monument and the twenty-six martyrs are thus products of an extremely complex process, resulting from the association of several memorial discourses. With its composite nature as both a place of worship and as a museum and a “*lieu de mémoire*,” it aimed at reconnecting the Japanese Christianity with its largely forgotten history. This structure also, and perhaps more crucially, contributes, although indirectly, to the identification of the city of Nagasaki as the ultimate personification of the act of martyr, through both the persecutions of the modern Era and the Atom bomb of 1945. While the museum itself does not clearly state this connection with the A-bomb, Pope John-Paul II did so in his speech when he visited Nagasaki in 1982.¹¹⁴

Recently, most Western museums have been challenged by the problem of dealing with “religious (or sacred) objects” disconnected from their original contexts.¹¹⁵ However, the Twenty-six Martyrs Museum easily breaks through this barrier. It has done this by becoming a religious context in itself, which stands at the crossroads of Japan and the rest of the world.¹¹⁶ In Japan there has not been a universal application of the typically European, and especially, French concepts of laicity, and the concept of religion itself was an import from the West.¹¹⁷ While most visitors may not perceive the building as church, the Twenty-six Martyrs Museum acts both as a site of learning and of contemplation. At the same time it is part of a pilgrimage and provides visitors with a place of worship. By creating this kind of hybrid structure, the Jesuits have found the best way not only to have it accepted, but also for it to acquire meaning in the Japanese context, and even beyond.

¹¹² *Nagasaki no Kane* 長崎の鐘, published in 1949 (English translation, *The Bells of Nagasaki*, by William Johnston, Kodansha International 1994). See also Shijo 2015, 41-57.

¹¹³ Shijo 2012, 19-33, note 1.

¹¹⁴ On the visit, see Yamauchi 2005.

¹¹⁵ Grimes 1992, 419-430.

¹¹⁶ However, the Museum does not abandon its academic function. In a similar way to the recreated sacred altars in Western museums, it thus blurs the boundaries between history, anthropological approach, devotion and museological concerns. On this type of exhibition, see Nooter Roberts 2017.

¹¹⁷ On this issue, see Josephson 2012.

Bibliography

- AGEMATSU, Yūji 上松佑二. 2012. *Imai Kenji ni okeru kenchiku to shisō ni kansuru kenkyū (Studies on Kenji Imai's Architecture and Thoughts)* 今井兼次に於ける建築と思想に関する研究. Tōkyō: Chō Kōron Bijutsu Shuppan 中央公論美術出版.
- AMES, Michael. 1994. "Cannibal Tours, Glass Boxes and the Politics of Interpretation." In *Interpreting Objects and Collections*, edited by Susan M. Pearce, 98–106. London; New York: Routledge.
- ARIMURA, Rie. 2014. "La iglesia de San Felipe de Jesús y el Museo de los 26 Mártires en Nagasaki: un legado de México." *Hispanica* 58: 113–43.
- ARTHUR, Chris. 2000. "Exhibiting the Sacred." In *Godly Things: Museums, Objects, and Religion*, edited by Crispin Paine, 1–27. London; New York: Leicester University Press.
- BABA, Makoto 馬場誠. 1949. "Nagasaki ni okeru Kirishitan kenkyū (Studies on Christendom in Nagasaki) 長崎におけるキリシタン研究." *Nagasaki dansō* 長崎談叢 35: 1–8.
- BEILLEVAIRE, Patrick. 2007. "Les missions étrangères de Paris et la résurgence de la question chrétienne dans le Japon du XIX siècle." In *Les écritures de la mission en Extrême-Orient : le choc de l'arrivée, XVIII -XX siècles, de l'attente à l'arrivée : Chine, Asie du Sud-Est, Japon : anthologie de textes missionnaires*, edited by Catherine Marin, 79–105. Turnhout: Brepols.
- BORGEAUD, Philippe. 1994. "Le couple sacré/profane. Genèse et fortune d'un concept « opératoire » en histoire des religions." *Revue de l'histoire des religions* 211 (4): 387–418.
- BORGEAUD, Philippe. 2005. "Introduction." In *Les objets de la mémoire : pour une approche comparatiste des reliques et de leur culte*, edited by Philippe Borgeaud, and Youri Volokhine, 7–12. Bern ; Berlin [etc.]: Peter Lang.
- BUGGELN, Gretchen. 2017. "Museum Architecture and the Sacred: Modes of Engagement." In *Religion in Museums: Global and Multidisciplinary Perspectives*, edited by Gretchen Buggeln, Crispin Paine, and S. Brent Plate, 11–20. London; New York: Bloomsbury.
- CATHOLIC BISHOPS' CONFERENCE OF JAPAN, ed. 2012. *Bulletin of the Catholic Bishops' Conference of Japan, Vol. 488*.
- CATHOLIC BISHOPS' CONFERENCE OF JAPAN, ed. 2017. *Statistics of the Catholic Church in Japan (Jan.1, 2016-Dec. 31, 2016)*.
- CATHOLIC CHURCH. Congegatio Pro Causis Sanctorum, ed.1979. *Nagasakien. Seu Macaonen. Seu Manilen. Beatificationis seu declarationis martyrii servorum Dei*

Dominici Ibãñez de Erquicia, O. p. ... positio super introductione causae et martyrio ex Officio concinnata, Sacra Congregatio Pro Causis Sanctorum Officium Historicum vol. 84, Rome.

- CIESLIK, Hubert. 1963. "Nihon 26 seijin junkyō kankei shiryō kaisetsu (Collection British Museum) (Presentation of the documents on the martyr of the Twenty-six saints of Japan at the British Museum) 日本二十六聖人殉教関係史料解説." *Kirishitan Kenkyū* キリシタン研究 8: 111–35.
- CHARLEVOIX, Pierre-François-Xavier de. 1754. *Histoire du Japon; ou l'on trouvera tout ce qu'on a pu apprendre de la nature & des productions du pays, du caractere & des Coûtumes des Habitants, du Gouvernement & du Commerce, des Révolutions arrivées dans l'Empire & dans la religion...*, t. 4. Paris: Rollin.
- COLLANI, Claudia von. 2009. "Die Förderung der Jesuitenmission in China durch die bayerischen Herzöge und Kurfürsten." In *Die Wittelsbacher und das Reich der Mitte 400 Jahre China und Bayern*, edited by Renate Eikermann, 92–104. München: Hirmer.
- COPETE, Marie-Lucie, and Vincent Bernard. 2007. "Missions en Bétique: pour une typologie des missions intérieures." In *Missions religieuses modernes: « notre lieu est le Monde »*, edited by Pierre Antoine Fabre, and Vincent Bernard, 261–85. Rome: École Française de Rome.
- DE LEGÍSIMA, Juan R., ed. 1949. Marcelo Ribadeneira, *Historia de las islas del Archipiélago Filipino y reinos de la Gran China, Tartaria, Cochinchina, Malaca, Siam, Cambodge y Japón*, Madrid: La Editorial Católica.
- DIEHL, Chad. R. 2014. "Envisioning Nagasaki From <atomic Wasteland> to <international Cultural City>, 1945-1950." *Urban History* 41 (3): 497–516.
- DOAK, Kevin M. 2011. "Catholicism, Modernity, and Japanese Culture." In *Xavier's Legacies: Catholicism in Modern Japanese Culture*, edited by Kevin M. Doak, 1–30. Vancouver: UBC Press.
- DUNCAN, Carol. 1995. *Civilizing Rituals: Inside Public Art Museums*. Re Visions: Critical Studies in the History and Theory of Art. London; New York: Routledge.
- DUNCAN, Carol. 2005. "The Art Museum as Ritual." In *Heritage, Museums and Galleries: An Introductory Reader*, edited by Gerard Corsane, 78–88. London; New York: Routledge.
- DURRANS, Brian. 2000. "(Not) Religion in Museums." In *Godly Things: Museums, Objects, and Religion*, edited by Crispin Paine, 57–70. London; New York: Leicester University Press.

- FABRE, Pierre Antoine. 2009. "Le grand reliquaire de la chapelle du Crucifix, recherches sur le culte des reliques dans l'église San Ignazio de Rome (XIV - XIX Siècle)." In *Reliques modernes : Cultes et usages chrétiens des corps saints des Réformes aux révolutions, vol. 2*, edited by Philippe Boutry, Pierre Antoine Fabre, and Dominique Julia, 669–96. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales.
- FABRE, Pierre-Antoine. 1992. *Ignace De Loyola: le lieu de l'image : le problème de la composition de lieu dans les pratiques spirituelles et artistiques jésuites de la seconde moitié du XVI siècle*. Paris: Éd. de l'École des hautes études en sciences sociales : J. Vrin.
- FERNANDES PINTO, Ana. 2014. "« Tragédia mais gloriosa que dolorosa » – O Discurso Missionário sobre a Perseguição aos Cristãos no Regime Tokugawa na Imprensa Europeia." Phd. diss., Universidade Nova de Lisboa.
- GALDÓS BAERTEL, Romualdo ed. 1935. Luís Frois, *Relación del martirio de los 26 cristianos crucificados en Nangasaqui el 5 febrero de 1597*. Roma: Tip. de la Pont. Univ. Gregoriana.
- GASKELL, Ivan. 2003. "Sacred to Profane and Back Again." In *Art and Its Publics: Museum Studies At the Millennium*, edited by Andrew MacClellan, 148–62. Malden, MA: Blackwell Pub.
- GEARY, Patrick J. 1990. *Furta Sacra: Thefts of Relics in the Central Middle Ages*. Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- GEORGE, Philippe. 2013. *Reliques, Le Quatrième Pouvoir : Pour Une Histoire Des Reliques En Europe, Du Moyen Âge À Nos Jours*. Nice: Les Éditions Romaines.
- GONOI, Takashi 五野井隆史. 2012. *Kirishitan no bunka* キリシタンの文化 (The culture of the Kirishitan). Tōkyō: Yoshikawa kōbunkan 吉川弘文館.
- GRIMES, Ronald L. 1992. "Sacred Objects in Museum Spaces." *Studies in Religion/Sciences Religieuses* 21 (4): 419–30.
- HAHN, Cynthia. 2010. "What Do Reliquaries Do for Relics?" *Numen* 57: 284–316.
- HAHN, Cynthia. 2012. *Strange Beauty: Issues in the Making and Meaning of Reliquaries, 400-Circa 1204*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.
- HARA, Iyoka 原衣代果 and ISHIKAWA, Tsuneo 石川恒夫. 2010. "Nihon nijūroku seijin kinenkan shisetsu ni okeru Imai Kenji no shoki kōsō ni tsuite (A Study on the Early Design Stage for Twenty-Six Martyrs Memorial by Kenji Imai) 日本二十六聖人記念館施設における今井兼次の初期構想について." *Nihon kenchiku gakkai keikaku-kei ronbun-shū (The Journal of Architectural and Planning Research)* 日本建築学会計画系論文集 75 (651): 1247–54.

- HERRMANN-MASCARD, Nicole. 1975. *Les reliques des saints : formation coutumière d'un droit*. Paris: Klincksieck.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean. 2000. *Museums and the Interpretation of Visual Culture*. London; New York: Routledge.
- IMAI, Kenji 今井兼次. 1962. "Nagasaki dayori (Letter from Nagasaki) 長崎だより." *Kenchiku bunka* 建築文化 185: 83–86.
- IMAI, Kenji. 2009a. "Budō no fusa (A Bunch of Grapes) 葡萄の房." In *Imai Kenji: kenchiku sōsaku-ron (Imai Kenji: Theory of Architectural Creation)* 今井兼次建築創作論, edited by Tama Bijutsu Daigaku Imai Kenji kyōdō kenkyū-kai (Imai Kenji Study Society Tama Art Univ.) 多摩美術大学今井兼次共同研究会, 197–202. Tōkyō: Kashima shuppan-kai 鹿島出版会.
- IMAI, Kenji. 2009b. "Daiku symphony ni yoru hassō, sekkeisha no ben (My Inspiration From Beethoven's Symphony No. 9 – the Explication From the Architect)." In *Ibid.*, 181–86.
- IMAI, Kenji. 2009c. "Kakiatsume sukechi no oboegaki: Nagasaki ni okeru Nihon 26 seijin kinen kenchiku no sekkei wo oete (Memorandums on the Sketches: After the Construction of the Japanese Twenty-Six Martyrs Museum in Nagasaki)." In *Ibid.*, 159–68.
- IMAI, Kenji. 2009d. "Nagasaki Nihon 26 Seijin Kinenkan no shūkyōteki shokeishō ni tsuite (on the Religious Motifs of the Japanese Twenty-Six Martyrs Museum)." In *Ibid.*, 190–97.
- JACQUELARD, Clotilde. 2011. "Une catastrophe glorieuse : le martyre des premiers chrétiens du Japon, Nagasaki, 1597." *e-Spania [En ligne]* 12: 2–15.
- JESUS, C. A. Montalto de. 1902. *Historic Macao*. Hong-kong: Kelly & Walsh Ltd. Publisher.
- JOSEPHSON, Jason Ānanda. 2012. *The Invention of Religion in Japan*. Chicago: University Of Chicago Press.
- KANAYAMA, Yoshiaki 金山喜昭. 2001. *Nihon no hakubutsukan-shi (History of Japanese Museums)* 日本の博物館史. Tōkyō: Keiyūsha 慶友社.
- KATORIKKU KŌHŌ IINKAI カトリック広報委員会, ed. 1981. *Kyōkō Yohane Pauro nisei hōnichi kōshiki mess gi (The official messages from Pope John Paul II's during his visit to Japan)* 教皇ヨハネ・パウロ二世訪日公式メッセージ. Tōkyō. Chūō shuppansha 中央出版社.
- KAWAZOE, Noboru. 1963. "An Even Greater Life. The Memorial Center of the Twenty-Six Martyrs." *Japan Quarterly*, 10(1): 43-51.

- KOUAMÉ, Nathalie. 2011. “Une « drôle de répression ». Pour une nouvelle interprétation des mesures antichrétiennes du général Toyotomi Hideyoshi (1582-1598).” In *État, religion et répression en Asie. Chine, Corée, Japon, Vietnam (XIII-XXI siècles)*, edited by Nathalie Kouamé, 149–82. Paris: Karthala.
- LEVIN, Amy K. 2007. “Why Local Museums Matter.” In *Defining Memory: Local Museums and the Construction of History in America’s Changing Communities*, edited by Amy K. Levin, 9–26. Lanham: Alta Mira Press.
- LOACH, Judi. 2013. “Jesuit Ekphrastic Meditation: Louis Richeome’s Painting in the Mind.” In *Meditation in Judaism, Christianity, and Islam: Cultural Histories*, edited by Halvor Eifring, 153–71. London; New Delhi etc.: Bloomsbury Academic.
- MARNAS, Francisque. 1897. *La « religion de Jésus » (Iaso Ja Kyô) ressuscitée au Japon dans La seconde moitié du dix siècle. Tome Premier*. Paris, Lyon: Delhomme et Briguet.
- MURANAKA, Kan’ichi 村中寛一. 1997. *Futatabi utsutta Nihon 26 seijin junkyôchi (the Re-Moved Site of the Execution of the Twenty-Six Saints) ふたたび移った日本二十六聖人殉教地*. Nagasaki: Hakuyô-sha 博陽社.
- NAGASAKI KOSEKI MEGURI KANKÔKAI 長崎古蹟めぐり刊行会, ed. 1928. *Nagasaki koseki meguri (Guide to the Historic Sites of Nagasaki) 長崎古蹟めぐり*, Nagasaki: Tachibana shôten たちばな商店.
- NOOTER ROBERTS, Mary. 2017. “Altar as Museum, Museum as Altar: Ethnography, Devotion and Display.” In *Religion in Museums: Global and Multidisciplinary Perspectives*, edited by Gretchen Buggeln, Crispin Paine, and S. Brent Plate, 49–56. London; New York: Bloomsbury.
- NORA, Pierre. 1997. “Entre Mémoire et Histoire : la problématique des lieux.” In *Les lieux de mémoire, T.1*, 23–43. Paris: Gallimard.
- OKAMOTO, Hiroyuki 岡本洋之. 2011. “Nagai Takashi ha naze genbakushi ga kami no setsuri da to kyôchô shita no ka (Beautifully Died in the Atomic Field: Why Did Dr. Nagai Takashi (1908-51) Bless the Catholic Victims of Nagasaki?) 永井隆はなぜ原爆死が神の摂理だと強調したのか” *Kyôiku kagaku semin (Educational Sciences Seminary; The Society for the Studies in Education, Kansai University) 教育科学セミナー* 42: 1–13.
- OLDS, Katrina. 2012. “The Ambiguities of the Holy: Authenticating Relics in Seventeenth-Century Spain.” *Renaissance Quarterly* 65 (1): 135–84.
- ORFANEL, Jacinto. 1633. *Historia eclesiastica de los successos de la christiandad de Japón, Desde El año De 1602*. Madrid: Alonso Martin.

- OMATA RAPPO, Hitomi. 2016. *Des Indes lointaines aux scènes des collèges : les reflets des martyrs de la mission japonaise en Europe (XVI^e–XVIII^e siècle)*. Phd. Diss., EPHE, Université de Fribourg.
- OMATA RAPPO, Hitomi. 2017a. "La quête des reliques dans la mission du Japon (XVI^e–XVIII^e siècle)." *Archives des sciences sociales des religions* 177: 257–82.
- OMATA RAPPO, Hitomi. 2017b. "Les aventures du mot « martyr » entre l'Asie et l'Europe ou les aléas de la traduction." *Mélanges de l'École française de Rome – Italie et Méditerranée modernes et contemporaines* 129 (1).
- OMATA RAPPO, Hitomi. 2017c. "How to Make "Colored" Japanese Counter-Reformation Saints – a Study of an Iconographic Anomaly." *Journal of Early Modern Christianity* 4 (2): 195–225.
- OMATA RAPPO, Hitomi. 2018. *Des Indes lointaines aux scènes des collèges : les reflets des martyrs de la mission japonaise en Europe (XVI^e–XVIII^e siècle)*. Münster: Aschendorff (forthcoming).
- PACHECO, Diego. 1960. "La Colina de los mártires." *Misionalia Hispanica* XVII 361–66.
- PACHECO, Diego (パACHECO・ディエゴ). 1963. "Nihon 26 seijin no tabiji ni kansuru oboegaki 日本二十六聖殉教者の旅路に関する覚え書 (A note of the trip endured by the Twenty-six martyrs of Japan)." *Kirishitan Kenkyū* 8: 40–86.
- PACHECO, Diego, and KATŌ, Tokuo 加藤十久雄. 1966. *Koboshi no ura no junkyōsha: Nagasaki kōgai shutsudo Supein-go dōban no kōshō (Martyrs of Koboshi No Ura: Investigation on the Excavated Copperplate in the Suburb of Nagasaki)* 小千の浦の殉教者：長崎郊外出土・スペイン語銅版の考証. Nagasaki: Nagasaki bunken-sha 長崎文献社.
- PACHECO, Diego. 1967. "El proceso del Beato Pedro de Zuñiga en Hirado (1621), según una relación del Beato Carlos Spinola." *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas* III: 23–43.
- PACHECO, Diego. 1981. "The Martyrs' Hill Nagasaki", A Booklet from Francis Britto, *All About Francis Xavier*.
- PACHECO, Diego (Yūki, Ryōgo 結城了悟). 1995. "Macao kara kaetta junkyōsha no ikotsu (Martyrs' Relics Returned Back From Macao) マカオから帰った殉教者の遺骨." *Nagasaki no sora (Jūhachi ginkō) dai 7 shū* ながさきの空 (十八銀行) October 1995: 1–2.
- PACHECO, Diego, ed. 2004 (5th edition). *Twenty Six Martyrs Museum, Catalogue*. Nagasaki: Twenty Six Martyrs Museum.

- PAGÈS, Léon. 1862. *Histoire des vingt-six martyrs japonais : dont la canonisation doit avoir lieu a Rome, le jour de la Pentecôte 1862 | par Léon Pagés ; extrait de l'histoire générale du Japon encore inédite par le même auteur*. Paris: Benjamin Duprat.
- PAINE, Crispin. 2013. "Religious Objects in Museums: Private Lives and Public Duties."
- PAPA, Giovanni. 2001. *Le Cause di Canonizzazione nel Primo Periodo della Congregazione dei Riti (1588-1634)*. Città del Vaticano: Urbaniana University Press.
- PARAMORE, Kiri. 2009. *Ideology and Christianity in Japan*. London: Routledge.
- PEARCE, Susan M. 1992. *Museums Objects and Collections, a Cultural Study*. Leicester; London: Leicester University Press.
- PÉREZ, Lorenzo. 1914. "Relación de la persecución del cristianismo en el Japón por Fr. Diego de San Francisco (1625-1628)." *Archivo ibero-americano* 1: 333–54.
- SCHOENBERGER, Karl. 1989. Nagasaki's Atomic Legacy: At Odds Over Demon of War's Past. *Los Angeles Times*, Aug. 6., 1, 8, 9.
- SHIJŌ, Chie 四條知恵. 2012. "Junshin joshi gakuen wo meguru genbaku no katari : Nagai Takashi kara Rōma Kyōkō e (Narratives of the a-Bomb At Nagasaki Junshin Educational Corporation: From Nagai Takashi to Pope John Paul II) 純心女子学園をめぐる原爆の語り—永井隆からローマ教皇へ—." *Religion and society* 18: 19–33.
- SHIJŌ, Chie. 2015. *Urakami no genbaku no katari : Nagai Takashi kara Rōma Kyōkō e* 浦上の原爆の語り永井隆からローマ教皇へ. Tōkyō: Miraisha 未來社.
- TANG, Kaijian. 2016. *Setting Off From Macau: Essays on Jesuit History During the Ming and Qing Dynasties*. Leiden; Boston: Brill.
- TEIXEIRA, Manuel. 1993. *Japoneses em Macau*. Macau: Instituto cultural de Macau, Comissão territorial para as comemorações dos descobrimentos portugueses.
- TZORTZI, Kali. 2015. *Museum Space: Where Architecture Meets Museology*. Farnham: Ashgate.
- URAKAWA, Wasaburō 浦川和三郎. 1915. *Nihon ni okeru kō-kyōkai no fukkatsu, zenpen (The Revival of the Official Church in Japan, First Part)* 日本に於ける公教会の復活:前篇. Nagasaki: Tenshudō 天主堂.
- URAKAWA, Wasaburō. 1927. *Kirishitan no fukkatsu zenpen (The Revival of the Kirishitan, First Part)* 切支丹の復活:前篇. Tōkyō: Nihon katorikku kankōkai 日本カトリック刊行会.
- VELARDE, Pedro Murillo. 1939. "Relics of Three Jesuit Japanese Martyrs, John, Paul and James, Preserved in the Church «san Ignacio» At Manila." *Monumenta Nipponica* 2 (1): 291–92.

- VU THANH, Hélène. 2017. "The Glorious Martyrdom of the Cross. The Franciscans and the Japanese Persecutions of 1597." *Culture & History Digital Journal*. 6 (1): e005.
- WETMORE, Kevin. J. 2002. "The Cross and the Bomb: Two Catholic Dramas in Response to Nagasaki." *The Journal of Religion and Theatre* 1 (1): 103–19.
- WYNOT, Jennifer J. *Keeping the Faith: Russian Orthodox Monasticism in the Soviet Union, 1917-1939*. College Station, Tex.: Texas A&M University Press.
- YAMAUCHI, Keisuke 山内継祐. 2005. *Yohane Pauro nisei. Nihon no yokkakan* (The Pope John Paul II: Four Days in Japan) ヨハネ・パウロ二世 日本の四日間. T  ky  : Freepress フリープレス.
- ŽUPANOV, Ines G. 2005. *Missionary Tropics : The Catholic Frontier in India (16th-17th Centuries)*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- ŽUPANOV, Ines G. 2009. "Une ville reliquaire : S  o Tomé de Meliapor, la politique et le sacré en Inde portugaise au XVI^e siècle." In *Reliques modernes : cultes et usages chrétiens des corps saints des Réformes aux révolutions, vol. 2*, edited by Philippe Boutry, Pierre Antoine Fabre, and Dominique Julia, 705–29. Paris: Éditions de l'  cole des hautes   tudes en sciences sociales.



Memories of a travelling painter: Fausto Sampaio and the Portuguese empire*

Maria João Castro**

Anais de História de Além-Mar XVIII (2017): 283-314. ISSN 0874-9671

Resumo

Pensar a produção artística colonial numa perspectiva pós-colonial equivale a problematizar as suas dimensões formais e conceptuais, inscritas, que se encontram no universo alargado do discurso visual. Nesse sentido, e tendo como âmbito a reflexão sobre o discurso imagético, que durante o século XX contribuiu para a construção de um imaginário do “império colonial português”, a pintura assume-se no domínio da colonialidade como um lugar privilegiado de leitura dessa Identidade, Memória e História, convocando uma multiplicidade de experiências e rotas. Os cruzamentos viáticos do pintor Fausto Sampaio (1893-1956) levaram-no de São Tomé a Macau, de Timor à Índia Portuguesa, passando por Portugal continental, colecionando um raro dossiê pictórico do império.

Palavras-chave: Pintura Colonial, Império, Viagem Ultramarina, Arte Contemporânea.

Data de submissão: 08/11/2016
Data de aprovação: 27/02/2018

Abstract

To reflect on colonial artistic production from a post-colonial perspective means problematising its formal and conceptual dimensions which are found within the wider universe of visual discourse. Thus, within the context of reflection on imagistic discourse, which during the 20th century contributed to the construction of an imagined view of the “Portuguese colonial empire”, painting holds a privileged place in the domain of coloniality to help us understand this identity, memory and history while calling upon a multiplicity of experiences and pathways. The travels of the painter Fausto Sampaio (1893-1956), taking him from São Tomé to Macau, from Timor to Portuguese India, as well as throughout mainland Portugal, enabled him to put together a rare pictorial dossier of the Empire.

Keywords: Colonial Painting, Empire, Overseas Travel, Contemporary Art.

Date of submission: 08/11/2016
Date of approval: 27/02/2018

*This article had the support of CHAM (NOVA FCSH-UAc), through the strategic project sponsored by FCT (UID/HIS/04666/2013).

**CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. Bolseira de Pós-Doutoramento da FCT (SRFH/BPD/107783/2015). *E-mail:* mariajoacastro@fch.unl.pt .

MEMORIES OF A TRAVELLING PAINTER: FAUSTO SAMPAIO AND THE PORTUGUESE EMPIRE

Maria João Castro

*Fausto Sampaio's paintbrush
has eyes, brain and soul.*
Ló-Pó-San

Introduction

The historiography of contemporary art has shown how important travelling has been to the rise and crossover of influences in artists since it involves a journey and the assimilation of new spaces and times; in other words, new atmospheres.

Within the context of this article it is important to begin by mentioning the *Grand Tour*. This phenomenon started in the 18th century and became widespread throughout the whole of the 19th century seeking to promote cultural and artistic travelling in a very particular way. Many of the *Grand Touristes* were also amateur artists or accompanied by painters whose job it was to record the places they visited in an age still a long way from the photography or video-making of today. Moreover, visually documented observations were of greater value in the emerging culture of the Enlightenment when empirical validation and the recording of such were prerequisites for the validity and reliability of the knowledge acquired. This idea was corroborated by the expedition of Napoleon Bonaparte (1769-1821) to Egypt in 1798-99 which opened up a huge field for new millennial landscapes and was later prolonged by the French conquest of Algeria, the commercial treaties with Japan and the exploration of Africa. In its turn, the greater accessibility of travelling together with the universal exhibitions that were held opened up a new field for the discovery of the “other”, thereby making the 19th century the “golden age” of the European empires. The travelling painter from the Old Continent responded to this call and journeyed to the Orient¹ in an attempt to interpret and reproduce this mythical world so that he could then bring it back to the metropole.

¹ Note that the 19th century Orient represented a rather vague concept with imprecise boundaries and included places that are not considered today as part of the East, such as Eastern Europe and Africa.

The canvases that were exhibited in the salons of Europe had a great impact in that the places they depicted became real for the urban public.

However, in the case of Portugal the scenario developed within a rather unique context. The 1755 earthquake, the French invasions, the civil war between the Liberals and the Absolutists and the abolition of the religious orders, the lack of efficient means of transport and passable access roads together with the relative tardiness in creating infrastructures to lend support to the traveller were all major obstacles to the circulation of foreign artists within Portugal as well as for Portuguese painters wishing to leave to go on the European *Grand Tour*. As a result, Portuguese Romantics did not venture abroad much. From among them only Silva Porto (1859-1893) visited Spain, Paris and Italy and in fact, enclosed as they were within the country's insularity, the artists of his generation mostly did not travel beyond the walls of the nation. Hence the works of some late naturalist Portuguese painters – such as Tomás da Anunciação (1818-1878), Cristino da Silva (1829-1877) and José Malhoa (1855-1933) – make us very much aware of an art of landscapes and customs, but all centred on an eminently rural specificity. If the Europe of the *Grand Tour* was practically unreachable, what could be said of the far-away territories of the Empire? The overseas possessions of Africa and Asia were an unattainable mirage, a myth only made real through the maps and compendiums of history, idealised but not experienced.

At the end of the 19th century the situation was highly complex. The Berlin Conference (1884-85) had not recognised the “historical rights” of the Portuguese in Africa, thereby accelerating the appetites of the great English, French and German empires who tried to divide up the lands of the Black Continent among themselves. At the Conference a new international law for Africa was decided which lay down conditions for the recognition of the rights of territorial occupation by European powers that were not at all favourable to Portuguese interests. As a result of this decision, Portugal was obliged to adopt a *de jure* and *de facto* position and from the consequences of this event emerged one absolute certainty – effective possession of their overseas lands was urgent as they had become a *sine qua non* for the survival of Portugal's project of nation.

In order to defend Portuguese interests in Africa, the *Sociedade de Geografia de Lisboa* [Lisbon Geographical Society] was created in 1875². It

² Similar to its European, especially English and French, counterparts, the *Sociedade de Geografia de Lisboa* promoted a huge number of studies, publications and events. Of particular importance were the 1901, 1924 and 1930 National Colonial Congresses (as a result of which the *Arquivo Histórico Colonial* [Colonial Historical Archive] was established in 1931).

embraced a series of undertakings that stimulated the gradual growth in commissions, explorations and expeditions, but artistic concerns were not forgotten either. In the 1890s, the British Ultimatum destroyed Portugal's aspiration to have an Africa stretching from coast to coast, and the proclamation of the Republic saw some colonial issues take a new direction since the rotation of consecutive governments in the First Republic meant it was unable to guarantee the necessary continuity. The *Agência Geral das Colónias* [General Agency for the Colonies]³ was set up but it was only with the revolution of 28th May 1926 and the consequent rise of the military dictatorship that priorities were redefined and, as a result, the whole question of overseas policy quickly became a priority. In fact it was in that very same year of 1926 that the international journey of a Portuguese painter began, which then introduced the fiery brightness of colonial landscapes into Portuguese art.

As mentioned above, it was during the *Estado Novo* that art found itself related in a singular way to the political power, serving as both a propaganda and indoctrination instrument for the nation and its empire. However, this relation was not always thought about and defined *a priori*; in fact in the case of the artist considered “the Painter of the Portuguese Empire”, it resulted from an uncommon personal artistic path that was only taken advantage of *a posteriori* as the pictorial ‘showcase’ of the overseas territory that was virtually unknown to the majority of the metropole's population. This meant there was no prior political intention to promote the journey of a Portuguese painter to the overseas provinces but rather that his colonial plastic production was taken advantage of afterwards. This makes all the difference when it comes to categorising an artist's work, forcing one to view it beyond the reductive labels of political alignment or allegiance. In fact, as will be shown, Fausto Sampaio's viatic path was primarily due to his urge to leave Portugal and record the Portuguese colonial experience and not to an overseas journey planned and subsidised beforehand by the *Estado Novo*. This, however, did not prevent its being appropriated by Salazar's government.

³ Decreto n.º 9944, de 29 de Julho de 1924. Under the 1951 Constitutional Revision, its name was changed to the *Agência Geral do Ultramar* [General Agency for the Overseas Territories] (Portaria n.º 13593, de 5 de Julho de 1951), but it was finally closed down in 1978 (Decreto-Lei n.º 208/78, de 27 de Julho de 1978).

Corpus

In 1926, encouraged by Columbano⁴, Malhoa⁵ and Sousa Pinto, Fausto Sampaio⁶ left for Paris where he enrolled in the Académie Julien, under the direction of Laurens. He visited museums and galleries and the following year, in 1927, he attended the Académie Renard where he was taught by Émile Renard. During his years in Paris, he submitted works for the 1928 and 1929 *Salons* and his paintings were accepted for exhibition. On his return to Lisbon in 1929, he held an individual exhibition at the Salão Bobone where he sold all his exhibited works, some thirty-nine canvases in all. These pictures in the naturalist style already show though the clear influence of French impressionism – this can be seen in *Pont Neuf no Inverno*, *Arco do Triunfo* and *Rio Sena com nevoeiro* – which, as Sousa Lopes said, “provides us with the weapons and the tools necessary to set off in search of our own form of expression, of our own art, that we want to be truly Portuguese”⁷. At the same time, the young painter “shows expressionist tendencies as in *Bairro piscatório*, Vigo (1930), where the chromatic contrasts and vigorous spatula-like brush strokes are similar to those of Joaquín Sorolla” (Silveira, 2009, 10). In 1930 he held a new exhibition at the Salão Bobone and added canvases inspired by the landscapes of Buçaco, Bairrada and Lisbon to the other examples of his work; in 1932, at the same gallery, it was the turn of his paintings with scenes from Porto. Then in 1934 he returned to Paris to enrol in the Académie La Grande Chaumière. In Paris he would certainly have seen works by Edouard Manet (1832-1883) and was influenced by the vibrant light of the exotic canvases of Eugène Delacroix (1789-1863), Paul Klee (1870-1940), Pierre-Auguste Renoir (1841-1919), Henri Matisse (1869-1954) and Paul Gauguin (1848-1903). All of these showed a new form of painting occasionally influenced by travel (especially Delacroix – North Africa –

⁴ Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), who was trained in the Lisbon Academia de Belas Artes and later became his teacher, belonged to the generation of Portuguese Romanticism. He painted landscapes, historical themes and still lifes but it was as a portrait painter that he excelled, painting figures from the early 20th century in Portugal.

⁵ José Malhoa (1855-1933), the pioneer of Portuguese Naturalism, was one of the Portuguese painters who came closest to Impressionism. A painter of rural Portugal and an interpreter of popular customs, he was openly anti-modern. In 1880, together with Columbano, he founded the *Grupo de Leão*, a gathering of young artists who met in the restaurant-bar in Lisbon with the same name, which influenced him in his choice to paint in the open air.

⁶ Fausto Sampaio attended the Instituto Araújo Porto in the city of the same name from the age of eight, later becoming a boarder at Casa Pia in Lisbon where he had drawing and painting classes.

⁷ Lecture given by Sousa Lopes transcribed in *Diário de Notícias*, 27 April 1929, n.p.

and Gauguin – French Polynesia) that would aid him in his own colonial journey which was just about to begin.

Colonial pilgrimage

Fausto Sampaio, one of the best interpreters of São Tomé, Macau, India and Timor:

Mário de Oliveira

São Tomé

Later in the year 1934 he set sail for São Tomé, establishing his first contact with the Portuguese colonial empire in a sojourn that would last for some months and from which resulted his first exhibition at the *Sociedade Nacional de Belas Artes* (SNBA) [National Society of Fine Arts] in 1935⁸. In a laudatory text on the occasion of this São Tomé series, Lopo Vaz de Sampaio e Melo (1848-1892)⁹, a professor at the *Escola Colonial* [Colonial School] went so far as to call him “the first¹⁰ national artist who knew how to see the colonial atmosphere” (Melo 1942, 26). Using the painter’s artistic journey, Sampaio e Melo developed a strategy for colonial propaganda and the political dissemination of art whereby painting assumes the role of an instrument of cultural propaganda for the “Lusitanian character”, in terms of both race and identity.

The pigments Sampaio chose and the tonalities he reproduced highlight the care he took in his figurative representation of the tropics, the people and landscapes, captured by an eye that observed the exoticism of customs that were strange and far removed from the metropolitan reality. The power of this evocation was so strong that the *Agência Geral das Colónias* bought *Fruta da Terra*¹¹, *Batuque de Moçambicanos* (Pereira 2011,

⁸ In addition to São Tomé motifs he also exhibited paintings of Paris and Portugal, namely of Batalha, Estarreja, Gerês, Leiria, Nazaré, Tondela and Rio Sul.

⁹ Professor at the *Escola Superior Colonial* where he was in charge of the following subjects: Portuguese Colonisation, Administration and Legislation, Indigenous Policies, and Ethnology and Ethnography.

¹⁰ Author’s bold.

¹¹ See *Exposição retrospectiva de Fausto Sampaio. Pinturas do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1973, n.p.

217) and *Pérola do Cacau* (Melo 1942, 26) three of the pictures from the São Tomé series mentioned above¹².

Later, the artist would once again call upon his images of São Tomé in a series of drawings he did to complement a text entitled *Outras Terras, Outras Gentes* by Henrique Galvão (1895-1970). In this series, what stands out is the graphic treatment achieved through parallel vertical lines that, varying in thickness and concentration, manage to mould the forms in terms of both light and volume. It is almost as if it were pointillism but using vertical lines instead of dots. This technique, which required great graphic mastery, also became known as dip pen [*Bico de Pena*] drawing allowing the thick and thin effect of the lines to give the drawing volume.



Drawing in Henrique Galvão's *Outras Terras, Outras Gentes*

Still in relation to São Tomé, it is significant to see what Lopo Vaz de Sampaio e Melo said about this series of paintings:

Fausto Sampaio had already shown his worth as an artist with the work he did in São Tomé and he had already provided the country with an important service for which all the Portuguese, even those who were insensible to the artistic vibration, should thank the first national artist who knew how to see and suggestively reproduce the colonial environment [...]. The artist can be really proud that with such truth and such strong evocative power he succeeded in reproducing the tropical landscape and the light of the tropics,

¹² According to the catalogue of the *Exposição retrospectiva de Fausto Sampaio. Pinturas do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1973, the *Agência Geral das Colónias* (later *do Ultramar*) also bought *Tipo de Nativa* (São Tomé, 1935), *No bazar* (Macau, 1936), *Avenida Almeida Ribeiro à noite*, *Farmácia China* (Macau, 1936), *Manhã nevoenta*, *Uma boa cachimbada*, *Vista da praia Grande* (all from Macau, 1937), *A caminho do poço*, *Baía de D. Paula*, *Capelinha em Margão*, *Castelo de Diu: Forte do mar e Gogolá*, *Fortaleza da Aguada*, *Machim e Machana*, *No Varadouro*, *Rua dos Banianes*, *Templos: conventos e ruínas*, *Portas de entrada do castelo* (all from India, 1944).

now with a ferocious cruelty, now gently blurred [...]. The polychrome hue of objects and people possesses a highly evocative power (Melo 1942, 32).

Macau

In 1936, he accepted an invitation from his brother, Carlos Sampaio, the Head of Civil Administration for the Colony of Macau, and left for the Orient. During his year in Macau, Sampaio organised drawing and painting classes and it was at this time that he began to sign his pictures with a Chinese brush.

In the pictures he painted there, “the old China, ancient, mysterious and distressing, is evoked [...], fragments of the faraway colony in the East. Fausto Sampaio’s journey to China was like an artistic embassy that Portugal sent to the ancient Middle Kingdom” (Jorge 1992, 21-27).

The painter produced a pictorial work that roamed between panoramic views of the city and the people and their ethnographic customs, which were far removed from those of Europeans, even though he always kept within the familiarity of non-defined figurative contours. However, quick impressionistic brushstrokes began to become more dominant in his work, with him managing to reproduce the hustle and bustle of the Macau streets as well as the stillness of the seascapes and the interiors of local everyday life. In a purely pictorial expression – before becoming a figurative image – this type of brushstroke would be repeated years later on his tour of the lands of Portugal. In a clear idealisation of the nation’s unity, Sampaio would achieve pictorially the cohesion of an empire that stretched “from Minho to Timor”¹³.

On the first floor of the Rua do Campo, the artist founded a school that brought Chinese and Portuguese students together and then in 1937 he held an exhibition in Macau in which he showed forty-two oils and six charcoal portraits.

¹³ One of the slogans that gained ground in the 1960s in Portugal at a time when the nationalist movements of various African countries were growing and the international community was pressuring Salazar’s government to abandon the empire.



Fausto Sampaio, *Fan-Tan Gambling Room*, Macau, 1937

The *Fan-Tan Gambling Room* is a notable example (similar to others in this article) of the gaze of an artist lacking any Orientalist sense¹⁴ in that both the plasticity of the figures' faces (which act almost like masks) and the atmosphere in the gambling room seem to be western if it were not for the detail of the Macanese features of those portrayed and their clothes. This characteristic was to be a permanent feature of all Fausto Sampaio's work, and perhaps here lies one of the fundamental reasons why his work was so well accepted by the *Estado Novo* and so well received by the public and the critics. Although a colonial experience is being depicted, the

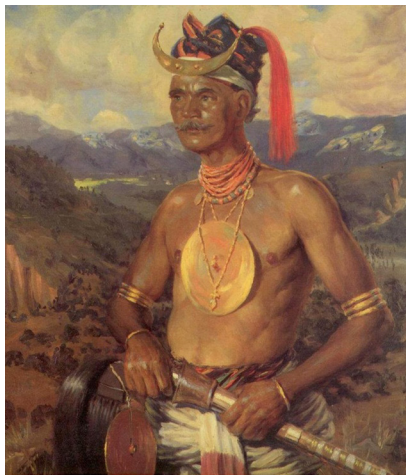
¹⁴ The fashion of Orientalism became the European way of relating to the Orient, influencing a new cultural wave more idealised than actually experienced. Thus started a rise in this literary *topos* which, allying itself to the Romantic movement and its fascination for ancient remains (ruins) and melancholic and/or sublime landscapes, meant that the countless travel narratives, produced from a culture of travelling to colonial territories, met with unusual success. Travel narratives and the fashion for Orientalism became fulchral in that they exerted a great influence over numerous painters who, after plunging into the narratives of certain works, grabbed their tubes of paint and their easels and departed for those destinations that had become synonymous with exoticism and seduction, but not always the Orient. It was through Orientalist canvases by, for example, Eugène Delacroix (1798-1863) of the north of Africa, Jean-Léon Gérôme (1824-1904) reproducing the atmosphere of Constantinople, Pierre-Auguste Renoir (1841-1919) painting Algeria, Étienne Dinet (1861-1929) in Egypt, David Roberts (1796-1864) in Cairo and John Frederick Lewis (1804-1876) in Morocco that the West 'saw' the Orient for the first time. Under the auspices of these painters' pictures exhibited in the imperial capitals, Europeans could actually see the concrete reality of the landscape described in travel accounts, experiencing the light and colour of a world as diaphanous as it was dreamlike. These paintings made faraway places 'visible' and made the specificities of the colonial territories known.

places and figures set within it are presented using a register that at the level of both line and expression (in other words, form and content) obeys a pattern that we could say bears a metropolitan stamp. It is as if there was a pattern, a typology of picture making, a mark that made the painting recognisable as being national. This is something that is very dissimilar to the painting done by his contemporaries.

Timor

In the same year, 1937, Sampaio travelled to Timor and some islands in Indonesia, visiting Dili, Baucau and Makassar. Later that year, he exhibited some works in the Town Hall in Dili that reflected the “acceptance of the objectives of a nationalist spirit [...] as seen from images of Portuguese lands in the East” (Silveira 2009, 15).

In 1939, the Timor series was shown at the SNBA in the capital of the Portuguese empire where they were very enthusiastically received. Álvaro de Fontoura (1891-1975), the Governor of Timor, said that “in his paintings there is not the slightest exaggeration, neither in the tones nor in the colour, since he has reproduced everything faithfully” (Fontoura 1942, 51). Along with other places, Sampaio painted the bay of Dili, the town and waterfalls of Baucau (at that time called Vila Salazar), the plain between Era and Manatuto, the Lacro Valley, Mount Libânia and the town of Hatolia (at that time Vila Celestino da Silva). However, he did not only do landscapes; he also portrayed local personages such as *Uma das rainhas de Timor* (a village chief) and *O Régulo D. Aleixo Corte Real*.



Fausto Sampaio, *Coronel D. Aleixo*, Timor 1937

This painting is worth analysing as it shows an example of loyalty since Aleixo was captured and immediately executed in the mountains of Timor by the Japanese invaders to whom he repeatedly refused to submit. For this he was posthumously awarded the rank of Comendador da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito [Commander of the Military Order of the Tower and the Sword, of Valour, Loyalty and Merit]. On Dom Aleixo's chest is the *belak*, which represents the Sun, over which hangs a crucifix, the symbol and justification for Portugal's colonising mission.

Portuguese India

In 1944, the artist also began a cultural pilgrimage through India, visiting Goa, Dadra, Nagar Haveli, Daman and Diu. The former Portuguese provinces were represented through their ruined fortresses and churches and shown in one hundred and fifteen canvases and sixteen drawings exhibited at the SNBA in 1945. The artist's pen and ink drawings that appear scattered throughout the catalogue of the *Estado da Índia* [State of India] Exhibition show a technique he had probably learnt in the lands of the East.

In 1954, the show *Assuntos da Índia* [Indian Affairs] was held in the exhibition room of the *Secretariado Nacional de Informação* (SNI) [National Secretariat for Information] in Palácio Foz in Lisbon. The pictures, painted on his tour of Portuguese India in 1944, depict landscapes and portraits from Diu, Daman and Goa¹⁵.

We should note how the atmospheres of Portuguese India painted by Sampaio, of which *Dancing Room* is an example, repeat the continued absence of an Orientalist gaze in the sense that no illusion of the exotic is reflected. As in his Macau and Timor canvases, Sampaio's idealisation of the colonial Indian environment is not accompanied by any corresponding plasticity. It is as if the painter refuses to plunge into the environment depicted, as if he sees it through the canonical filter of western scholasticism that is not in line with the reality of the new natural and human landscapes he experiences in overseas lands. This aspect is a constant in Sampaio's production. In other words, Sampaio's painting lacks an Orientalist stamp since, although he paints the Portuguese Orient, he does so within a context that is devoid of any type of exoticism.

¹⁵ It is worth adding here a note to say that of the 115 canvases in this exhibition, 9 referred to Mozambique (Niassa and Lourenço Marques), painted during his stay in South Africa in 1946.



Fausto Sampaio, *Dancing Room, Goa, 1944*

It is important to remember that, at the time of this exhibition, the political tensions between Portugal and the Indian Union were becoming more critical. Ever since 1950 the Indian Union had been formally demanding that the “Portuguese State of India” be integrated into its territory. As Fernando de Pamplona (1909-1989) pointed out: “Now that Portuguese India is in danger and has suffered unacceptable aggression from Hindu imperialism, the artist, obeying a noble patriotic imperative, wished to bring before our eyes a collection of canvases that speak to us of these Portuguese lands which are so far away yet so close to our hearts in these uncertain times of national provocation” (Pamplona 1954, 4).

It is important to say that Fausto Sampaio’s exhibition at the SNBA was part of a much wider series of events that counted on the support of the government despite the 1950s being a problematic decade for national politics. There was, for instance, the trip made by the minister Sarmiento Rodrigues (1899-1979) to the Portuguese provinces of India, Timor and Macau in 1952 on board the *Índia*, a ship that inaugurated with this voyage a regular route between Lisbon and Macau with a stopover in Mormugão, Goa (Oliveira 1953, 11), and there was also the Portuguese Art Exhibition held in London in 1955-56 which was an “art exhibition, a political exhibition” (Fernandes 2001, 14). Not only were the consequences of the British government having given India her independence in 1947 being felt but

there were also concerns about the aspiration of the newly independent India to incorporate the Portuguese territory. What was of even greater importance though was the fact that in 1955 Portugal had been accepted as a member of the United Nations where it was becoming increasingly difficult to defend maintaining its overseas empire.

Below is what an article published in *Diário de Lisboa* had to say about his Indian works:

More than fifty works are now on show in the exhibition in the Palace in Restauradores. It must be said before anything else that this is a series of works that it would be a crime to break up by selling them separately. In our view, the best thing would be for the State to buy all the pictures and keep them for a future *Palácio do Ultramar* [Overseas Palace] [...]. For the rest, sooner or later some of our museums will have to create aesthetic sections to be filled exclusively with colonial works [...]. If literature and historical studies of the overseas territories comply with their duty to be of an informative nature, and, therefore, pedagogic and cultural, painting completes this education through the eyes with, let us say, a transcendent patriotic meaning [...]. In the canvases of Fausto Sampaio one sees India, one feels India, we travel through India from picture to picture, at one moment discovering her from the sea, at another burying ourselves in her land (*Diário de Lisboa* 8.11.1954, 7).

South Africa

In 1946, a last intercontinental trip took him to Africa once again, but this time to South Africa. There he painted portraits and landscapes, and more than eighty canvases were shown in exhibitions in Johannesburg and later in Lourenço Marques (now Maputo).

The paintings in this series were exhibited in 1948 at the SNBA, mixed in with others showing the Portuguese islands, India, Macau, Paris, São Tomé and Timor. The following year, in 1949, a new exhibition in the Salão Silva Porto in Oporto provided another opportunity to exhibit the Johannesburg canvases.

Touring lusitanian lands

Fausto Sampaio did not limit himself to merely building up a pictorial album of the empire. He also showed a concern to add Portuguese landscapes to his work. Some of the places that gradually became recorded in his canvases and act as a guided tour to the country in the 1930s, 1940s and 1950s were: Águeda, Albufeira, Almourol, Anadia, Arouca, Arrábida, Aveiro, Azeitão, Azenhas do Mar, Batalha, Beja, Buçaco, Bairrada, Caramulo,

Cascais, Chaves, Coimbra, Costa Nova, Curia, Elvas, Estarreja, Estremoz, Évora, Gerês, Guimarães, Lamego, Leiria, Lisbon, Lagos, Mira, Monsanto, Nazaré, Olhão, Penacova, Peniche, Pinhão, Portalegre, Porto, Régua, Rio Sul, Sagres, Serra da Estrela, Setúbal, Sintra, Tomar, Tondela, Viana do Castelo, Vidago and Vila Real.

In an attempt to capture the diversity that made up the human geography and landscape of Continental Portugal, the painter developed a brushstroke technique that alternates between the textures of spatulated strokes and the flat surfaces of thin glaze, between monochromatic earth tones and the colours of a vegetation that filters both the ambient and the characters. He was magnetised by his journey through the country that “would hugely enrich our artistic baggage and contribute to elevating the level of Portuguese modern art, making it more varied and thereby freeing it from constant subjection to foreign schools” (Pires 1944, 330).

Indeed, and as Fernando de Pamplona wrote, “Fausto Sampaio interpreted not only the lands but also the people” (Pamplona 1954, 4).



Fausto Sampaio, *River Reflections*, Costa Nova, Portugal, 1941

Estado Novo, 'policy of the spirit', empire

From early on, it became noticeable that Fausto Sampaio's travels in both the overseas provinces and the metropole enabled a colourful image of the Portuguese overseas possessions to be constructed, which the *Estado Novo* did not refrain from taking advantage of. In effect, the 'Policy of the Spirit' [*Política do Espírito*] formulated by António Ferro (1895-1956) paid special attention to the importance of the Colonial Empire, heir to the Maritime Discoveries. Immediately following approval of the 1933 Constitution¹⁶, the *Secretariado de Propaganda Nacional* (SPN) [Secretariat of National Propaganda]¹⁷ publicised a programme whose theme was "Portugal is not a small country" [*Portugal não é um país pequeno*], a slogan presented shortly afterwards at the *Exposição Colonial Portuguesa* [Portuguese Colonial Exhibition] held in 1934, in other words, just one year after the SPN was set up. At this event, the coloured map of the Portuguese colonies, somatised within the European territorial space, embodied the idea of the extent of this European nation's great empire and highlighted the importance of the overseas colonies in the nation's ideology.

But there was a very important political instrument prior to 1933 which had prepared the path politically to bring into effect an imperial policy. In 1930, even before the *Estado Novo* had been constitutionally endorsed, the Colonial Act¹⁸ was drawn up — and would be republished at the time the 1933 Constitution came into effect — whereby the group of overseas territories possessed by the Portuguese were named the Portuguese Colonial Empire. This designation reflected the centralising nature of the government of Oliveira Salazar (1889-1970) and reinforced Portugal's historical right to possess, colonise and civilise. In general terms, this diploma ushered in a new phase in Portuguese colonial administration — its "imperial" and nationalistic phase — which would remain in effect until 1951. These years of "imperial mystique", ruled by the Colonial Act and

¹⁶ Founding document of the *Estado Novo* which came into effect on 11 April 1933, the date it was published in the *Diário do Governo* [Government Gazette].

¹⁷ This was an institution that played an active and decisive role in divulging the nationalist ideology and in standardising the culture and arts of the *Estado Novo* regime. It was this institution that devised a whole range of national events, such as exhibitions in Portugal (1934 *Exposição Colonial do Porto* and the 1940 *Exposição do Mundo Português*) and abroad (Portuguese representation in the Paris exhibition of 1937 and in those of New York and San Francisco in 1939). These events established an important ideological framework which was later replicated in the following decades.

¹⁸ Decreto n.º 18 570 de 8 de Julho de 1930 published in the *Diário do Governo* N.º 156, I Série. Online at <https://dre.pt/application/dir/pdfgratis/1930/07/15600.pdf> (accessed 8.2.2018).



Fausto Sampaio, *S. Francisco Cloister*,
Goa, 1944

embodied in the speeches and actions of the Minister for the Colonies, Armindo Monteiro (1931-1935), reflected Portugal's apprehension in the face of the major European powers who coveted the Portuguese overseas territories. This "mythification" of the empire in the interwar period was shared by other countries (Great Britain, France, Holland and Belgium) but in the case of Portugal, there was a sacralisation of the empire, capable of firmly establishing in the Portuguese people the ancestral, and therefore legitimate, idea of ownership.

It is worth digressing here to mention that in 1933 the Portuguese artistic situation was not the best. The Minister for the Colonies, with his ambitions and his resources, had been kindly disposed towards the project of a group of artists who presented a proposal in which they offered to travel to the overseas colonies to "paint, sculpt and draw", condensing the result of their work in a future exhibition of colonial art. The request was signed by Álvaro Canelas (1901-1953) and Jorge Barradas (1894-1971). However, and despite the Minister's recognition of the project's interest, there was no funding available to support any such action¹⁹.

¹⁹ "A situação precária em que vivem os artistas portugueses". *Diário de Lisboa* 1933 (March 22): 5.

Given this “precarious” situation of artists in Portugal and based on the idea proposed by the 1933 Colonial Act of a “multiracial pluricontinental empire”, it became urgent to create the conditions necessary for there to be a corresponding plastic image that would help people “see” this distant mythical territory. This aspiration was achieved through exhibiting the works of Fausto Sampaio and making them known to the public.

Where did this happen? This took place during the important commemorations of the Double Centenary of 1940 [the founding of the nation (1140) and the restoration of independence (1640)]. The event that became known as the *Grande Exposição do Mundo Português* [Great Exhibition of the Portuguese World] did not forget to provide a special place for the representation of the colonial empire. The event was the expression of a major documentary of civilisation that commemorated eight hundred years of independence and three hundred years since the restoration of independence from Spain. It brought light to Lisbon and especially the area of Belém, and was in marked contrast to the foreign political reality that was marked by the Spanish Civil War (1936-1939) and the Second World War (1939-1945), crises from which Portugal remained officially detached. It should be remembered that the Salazarist regime had been architecting a whole line of historical and patriotic legitimisation events which highlighted the triumphal moments of the nation’s past and of which the maritime discoveries and the building of the colonial empire were the jewels in the crown, and thus continually on show. As a result, the representations referring to the lands beyond the seas had the right to their own section, installed in the Tropical Garden, where the players were the indigenous peoples of the Portuguese colonies. This colonial section consisted of five pavilions (which represented the overseas territories) and two streets (from Macau and India) which gave the space a picturesque and exotic feel in a clearly fictionalised appropriation of the overseas possessions.

The cover of the colonial section’s catalogue reproduced one of Fausto Sampaio’s Macau paintings²⁰ and the following text appeared in the preface:

It seems to us to be in our greatest interest to create a school of Portuguese Colonial Art – the first in the last hundred years – not with the intent to resolve that huge problem but with the sincere desire to foment the interest that it could and should create.

²⁰ *Rua 5 de Outubro*, Macau.

Portuguese art does not bear a nationalist stamp – such a stamp that could and should be the reason for its originality. It merely finds here and there the support and effort of one or other artist whose creative spirit seeks to react against its internationalism – or rather, against its lack of defined expression. We write in the French way, we paint in the Spanish way, we build in the American way – but neither in the form nor in the motifs, neither in the technique nor in the inspiration is this so for the artists are Portuguese [...].

In fact, we can not see or understand any Portuguese art which has no overseas inspiration, no intervention from the colonies. It is overseas where our artists have to find the nationalist features of their art and the distinct stamp of their originality – because the fundamental elements of its greatness form part of the physiognomy of the Nation.

Unfortunately, our colonies have not been visited by artists. We can point to a Jorge Barradas, painting for some weeks in São Tomé and later showing – through his works – that the time he had was not sufficient to see and feel the island – and to a Fausto Sampaio, whose dedication and personal sacrifice is providing us with the first great and valuable artistic documentary of the Empire.

And so a decision has been taken to cultivate among the artists of the Colonial Section an appreciation of the motifs of Portuguese Colonial Art and to form the beginnings of a School that might well also be a school of Nationalist Art.

The public shall say whether these ideas have been achieved. The author has sought to give them the most extensive and widest practical projection, judging that the interests of the Nation would thus be best served²¹.

However, Galvão's wish that national artists should visit and paint the colonies took some time to materialise and, in its absence, a visual idealisation of the empire was created. Hence the work produced by Fausto Sampaio until then was extensively used to give colour to the area reserved for the Empire. A nucleus of ninety-one of his pictures figured as a "showcase" and a colourful album of the far distant places imagined by a population who were ignorant of the Empire. Forty had been painted in Macau, twenty-six in São Tomé, twenty-two in Timor, two in Makassar and one in Singapore. This was art assuming the role of a visual compromise between the ideology of the regime and the evocation of the distant colonial empire.

²¹ Preface by Henrique Galvão. *Exposição do Mundo Português de 1940, Secção Colonial*. 1940. Lisboa: Neogravura.



Cover of the Colonial Section Catalogue
Portuguese World Exhibition, 1940



Photograph of Macau Street in the Exhibition
Lisbon, Portugal, 1940

The Rua de Macau [Street in Macau], including an arch that can still be seen today in the Tropical Botanical Garden in Belém, was a typical street from the old colony in the East “with all the colour, movement, picturesqueness and the most important features that characterise it”²².

In this street – built to resemble Sampaio’s painting *Rua 5 de Outubro* – was the Colonial Pavilion inside which a wide range of documentation, several commercial establishments, a Fan-Tan lottery house, a pagoda temple and houses of the colony’s local people were on show. In a workshop recreated for the purpose, there were artisans who had come from Macau who worked in cedar and camphor wood; outside the workshop rickshaws carrying passengers went by. On the first floor of a special building next to the Colonial Pavilion, the “Fausto Sampaio Room” was installed in homage to the artist who had lent his paintings to the exhibition and “who is the first painter in the History of Portuguese Imperial Art who, on his own initiative, went to the colonies with the aim of undertaking a major artistic documentary of the Empire through painting”²³. There were also pictures by Fausto Sampaio dotted around the pavilion of the Colony of Macau, in the Pagoda and in the Pi-Pa-Chai Music Room, and in the pavilion of the Island

²² Idem, p. 277.

²³ Idem, p. 278.

Colonies (Cape Verde, São Tomé and Príncipe, and Timor) in the São Tomé Room and in the Timor Room as well as in the Exhibition Director's office.

The overseas experience that Sampaio's canvases recorded led shortly afterwards to Diogo de Macedo publicly defending the creation of a national Museum of Colonial Art. The purpose was not only preservation but also a preventive measure considering that, through educating the public, sensibility could be nourished and a taste for art promoted. This desire was based on some political requisites laid down by the reconfiguration of post-war Europe. When Portugal joined NATO in 1949, the UN in 1955 and EFTA in 1960 and signed trade agreements with the EEC as of 1972, this meant there had to be some changes made to colonial policy. It is in the light of these changes that the 1951 revision of the Constitution should be understood when it came to changing the term "colonies" to "overseas provinces" even though the provisions set out in the 1930 Colonial Act still remained. What is certain is that these political concerns and the configuration of the new post-war world diverted the attention of the Portuguese State away from questions of art. Thus it is understandable that although in 1952 there had been thoughts about planning a *Palácio do Ultramar* [Overseas Palace] to be built in the Praça do Império in Belém²⁴, this never went further than being an intention. Taking into consideration the commission as well as its function and location, one cannot help but view this intention as a bastion of colonialism, a monumental work flying in the face of the on-going international protests and the successive nationalist victories on the African continent and in Asia. Regardless of the fact that it never came to fruition, the project by the architect Luís Cristino da Silva reflected the concerns of the political power faced with a western world increasingly in conflict with the maintaining of colonial empires. The studies were finally suspended in 1959 allegedly because the idea, which dated back to 1951, was going to be rethought, but it was also due to a shortage of funds, alterations to the public works policy and the decision to remodel the whole of the Praça do Império and the riverside area of Belém²⁵.

²⁴ Decreto-Lei n.º 38.727, de 23 de April de 1952.

²⁵ It was above all the lack of political will that determined the failure of its realisation. This illustrates perfectly the ideological preoccupations of the regime in regard to the approaching Henry the Navigator Commemorations that were the driving force behind the increased scale of the project within the urban area of Belém, the bastion of the Discoveries and therefore of the Empire. In other words, the focal point remained within an area that was the mirror of Portugal's maritime calling and imperial dimension, a space for overseas representation.

The architectonic program had become extremely complicated when, in addition to the *Palácio do Ultramar*, a *Museu do Ultramar* [Overseas Museum], an *Escola Superior do Ultramar* [Advanced School for Overseas Studies] and an Institute of Tropical Medicine were also to be included. The whole complex encompassed a strong museological component linked to the overseas territories, thereby enhancing the relationship between colonist and colonised²⁶. In a certain way this would fulfil Diogo de Macedo's aspirations mentioned above and there would most certainly have been a prominent place kept for the work of Fausto Sampaio.

However, most of these projects never left the drawing board²⁷. The inescapable fact is that art had ceased to enjoy the special centrality that the Portuguese had become used to its having during the 1930s, and the removal of António Ferro, the director of the SPN/SNI, in 1949 was the swansong for a certain triangulation between politics, art and empire. From then on, those who succeeded him as head of the SNI did nothing more than maintain and continue with the same policy for the arts, albeit with a few exceptions.

It cannot be forgotten that up until then, the historically proven power of persuasion of the image had made the plastic arts (and in particular painting) a powerful ally of colonial propaganda in both its political and moral forms, acting as a symbolic standard that contributed to embedding cultural values and principles. Thus an "imperial art" that would make dissemination of the ideology possible and would simultaneously become an identity element justified its public defence, as can be seen from this citation in *O Mundo Português*: "Studying the primary causes for the unification of the Empire, we have noted that one of the main factors that influences it is Art. As long as Art is unified, the task is half done" (Pelayo 1939, 361).

The critics

The critics, more concerned with being in line with the regime than in producing any serious artistic analysis, showed their nationalist leanings, thereby reducing the scope of their work. For example, take the title of

²⁶ The project was designed taking into account an architectonic risk that oscillated between monumental form and a slimmer volumetry. See article by Vera Félix Mariz. 2013. "A encenação utópica da capital do império. O projeto de Luís Cristino da Silva para o Palácio do Ultramar 1951-1958". *Revista Rossio* 1: 124-138. Online at https://issuu.com/camara_municipal_lisboa/docs/revista_rossio/138%20 (accessed on 7.2.2018).

²⁷ With some exceptions such as the creation of the Instituto de Medicina Tropical and the Instituto de Investigação Científica e Tropical.



Fausto Sampaio, *Roça Pinheira, View from Monte Sameiro, São Tomé, 1935*

the book of lectures presented on the occasion of the 1942 exhibition in the SNBA which called Sampaio “the painter of overseas Portugal”. What must certainly have pleased the critics and contributed to a clear identification between the position of the State and the work of Sampaio was the fact that his appropriation of the overseas universe was not only thematic (colonial atmospheres) but also plastic (academic naturalism with a touch of impressionism) with no trace of tension between them. As Maria de Aires Silveira said in the catalogue *Fausto Sampaio, Viagens no Oriente*, “the colour and formal content of his foreign canvases contrasted with the grey national backdrop, based on the image as presented in newspapers, films and documentaries, all in black and white” (Silveira 2009, 17). In fact, the visual chromatic impact of Fausto Sampaio’s pictures brought colour to the monochrome taciturn national landscape as he brought his impressions of his travels overseas to life through colour.

Matos Sequeira, in an article in the newspaper *O Século*, refers to “the power of the artist who was able to capture and spiritualise those distant homes that were linked only by the Portuguese spirit” (Sequeira 1939, 2). By this he meant that the Portuguese presence was palpable and concrete in the overseas territories. Sequeira’s article ends with the promise that



Fausto Sampaio Exhibition, Palácio Foz, Lisbon, 1954

“the State will not fail in its duty towards the service provided by the artist and will purchase his paintings. It is necessary that it buys the artist himself in the good and honest meaning of the phrase. Fausto Sampaio, instead of travelling through the Empire at his own expense, should do so at the Government’s expense. Nobody asked us for this; it is our conscience that requests it”, meaning that the Portuguese presence was real in those far distant places.

According to Américo Jorge, his work was “an artistic ambassador that Portugal, this New Portugal in its upward movement towards renewal, sent to the old Middle Kingdom” (Jorge 1942, 17), referring to the colonial ethnographic fidelity that Sampaio reproduced in his Macau pictures, thus rendering “good service to the Empire’s propaganda”²⁸.

In the early 1940s his work received special prominence, reiterating his role as a painter of the overseas territories, especially after two exhibitions: the 1940 one (in the colonial section of the *Grande Exposição do Mundo Português*) and the 1942 one (in the SNBA). Later there was the 1954 SNI one (mentioned above) and a retrospective exhibition (1973).

²⁸ Francisco Machado, in the opening note to the artist’s 1942 exhibition, *Fausto Sampaio, pintor do ultramar português*, p. 7. 1942. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

In an article that appeared in the magazine *Viagem*, António Montês (1896-1967) called him “the painter of the Empire”, praising him for his “Portuguesism” and for the artistic and documentary value of his work with its truly patriotic flavour, and saying that “it is a genuine source of pride for all the Portuguese” and that his paintings “are a precious album of the Portuguese Empire” (Montez 1952, 8).

As for Américo Chaves de Almeida, he relates Gilberto Freyre’s Lusio-tropicalism²⁹ with Fausto Sampaio’s work, highlighting the faithfulness of his artistic “interpretation” to the “reciprocal exchange of cultures and not the dominance of one over the other” (Almeida 1992, 129-133).

Final reflections

Even though his travel painting incorporated fragments in line with the discourse of empire, this did not make it any less valid or relevant. In fact, the artist, who died on April 4th, the same day as he was born, lived for most of his 53 years elaborating a pictorial album which lasted beyond the end of the empire, showing that his work justified itself and did not need any political or ideological validation. Before committing himself to the Empire, Fausto Sampaio was committed to painting, but in many circles the idea still prevails that a committed painter is a “lesser” painter. However, as more recent studies in the field of contemporary art history have started to show (especially with regard to authoritarian regimes in Europe in the first half of the 20th century), the manipulation of art by the political power shows nothing more than an awareness of its force as a vehicle for the transmission of ideas. During the period in the 20th century when totalitarian European regimes were in power, such manipulation helped to implant, structure and disseminate knowledge of the single party ideology of the dictatorships on the Old Continent. This meant that art was used as the preferred means to communicate totalitarian values, transforming it into a remarkable vehicle for propaganda. The reason is that art is not neutral, with its value lying in the fact that it is recognised as “educational” and “transmissive” of values that allow principles to be moulded and customs to be moralised, all defined by strict guidance criteria that issued from the leaders of the single parties. Igor Golomstock in fact called our attention to the fact that “the culture

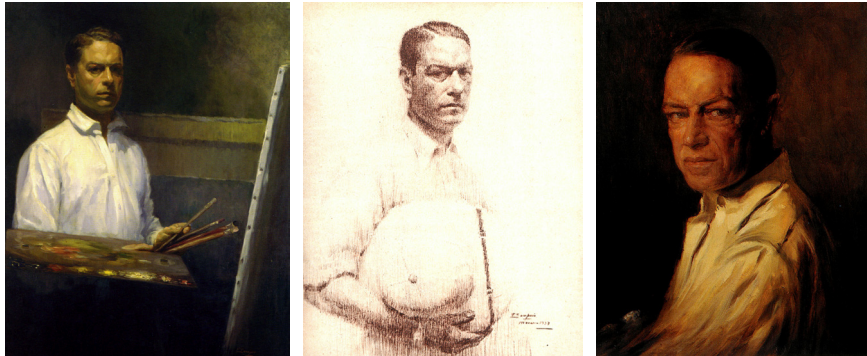
²⁹ A theory formulated in the 1930s in which Gilberto Freyre (1900-1987) praises Brazilian multiracialism as being the result of inter-racial breeding and the blending of cultures. This made the Portuguese case unique among colonisers by confirming the singular capacity of the Portuguese for miscegenation and adaptation to those they had colonised.

of European totalitarian states was transformed into a ‘magic mirror’ that reflected the actions carried out by their regimes” (Golomstock 1990, 55) and so showed that artistic works were not mere political indicators, but that they had real artistic value as well.

The truth is that the dictatorships “used” many of their artists, who had to align their aesthetic output to the directives issued. They were thus transformed into “official artists” who produced propaganda to order even if this “marriage” was often a forced one. In effect, a great number of artists only pretended to be committed in order to be able to continue to create. Three exhibitions, *The Art of the III Reich* (Frankfurt, 1974), *Realisms* (Georges Pompidou Centre, 1981), and *The 1930s – Art and Culture in Italy* (Milan, 1982), are only a few of the examples that illustrate the topicality of the theme, and show the re-thinking of contemporary culture through the values prescribed by non liberal-democratic states. At the end of the century, the *Art and Power: Europe under the Dictators 1930-1945* exhibition was organised by the Hayward Gallery in London under the auspices of the Council of Europe and in collaboration with the Centre for Contemporary Culture of Barcelona and the Deutsches Historisches Museum of Berlin to which the exhibition travelled in 1996. This exhibition reinforced the importance of the question of artistic creation in the service of the state, and as a language of propaganda for the dictatorial and totalitarian regimes of 1930s Europe. In addition, the recent exhibition, *A Question of Values: Art, Power and Freedom in Europe and Beyond 1939-2012*, promoted by the Council of Europe, was not merely another case. What stood out in this show was the proposal to take a new look at the art produced in totalitarian Europe, but now rethought in the light of the present day.

Strictly speaking, artists have always looked at the world and created proposals that were in accordance with their own experience of the political and aesthetic reality in an eternal dichotomy between the autonomy of art and an art *engagé* with the political power.

When we analyse Portuguese colonial art, especially painting, during the 1930s, 1940s and 1950s, it can be seen that this was always the result of an individual initiative taken by the artist himself although institutional organisations might support their exhibitions in specific cases. Such was the case of Fausto Sampaio’s exhibition in 1954 in Palácio Foz, the headquarters of the SNI. One must also not forget that the 1930s ended with the outbreak of the Second World War and, despite Portugal’s neutrality, national concerns were focused on political issues, with culture and art, especially colonial art, being relegated to the background. As a result, the



Self-portraits (1933, 1937 and 1947)

appeal made by Jorge Pelayo in 1939 and published in *O Mundo Português* when he said that “the need to create an imperial modern art is important at the present moment in order to oppose some curious demands” (Pelayo 1939, 359-361) can be understood and contextualised.

The response from the *Estado Novo* took some time to arrive as they were more concerned about constructing a univocal mythical image of Portuguese identity as a necessary strategy to combat the “disorder” into which Portugal had been plunged after sixteen years of republican government. But the mythification of an imperial and colonial existence notwithstanding, the representation of the overseas empire in its different manifestations and mediums assumed the role of being an extension and transmutation of the art of the metropole itself, which lies at the opposite extreme to an Orientalist view. Highlighting the ability of the plastic arts to portray the territories under Portuguese administration in a positive light, a proposal was made to develop a form of art along naturalist lines that was capable of being ‘read’ and understood by the urban public and which would be very much to the liking of the conservative-minded cultural elite. Fausto Sampaio’s painting not only fulfilled this requirement but also led to the idea of a Lusitanian ‘essence’, the identity of which was to be found in a pictorial Portuguese view of the lands where the Portuguese had roamed. His representation of the overseas lands led to the construction of a view of a nationalist and colonialist nature which, in a certain way, reflected the *Estado Novo*’s imperialist propaganda but did not, however, limit itself to this. Using an artistic language that was heir to the best representatives of Portuguese naturalism – Fausto Sampaio

was born in the year that Silva Porto, one of the founders of Portuguese naturalism, died – the painter produced a ‘classically inspired’³⁰ pictorial cartography of both overseas and home territories that endured for a long time even after the dismantling of the colonial empire. The conceptual support behind his painting is not therefore limited to mere art bound to the regime: it has its own worth *per se* as a representation of an overseas era and a colonial space which are linked in a Luso-tropical discourse of paint and have survived in the artistic-cultural hybridity of post-coloniality. “His paintings, where his spatula works with dollops of paint, making them highly expressive, and all superfluous detail disappears,” (Carvalho 1973) constitute a rare oeuvre documenting the overseas lands of the Portuguese empire. The artist compiled a sort of pictorial dossier of the Empire and his palette brings us the atmospheres of Africa, Asia and Europe with an intuitive perception of light and colour that characterises an artistic output divided between landscape and portraiture, most produced using paint but also some pen and ink drawings. Between his background in naturalism and his passion for Impressionism, Fausto Sampaio became the interpreter of an overseas aesthetic enjoying an unusual versatility that flows beyond the canvases and endures in their perpetual nature.

Sampaio’s work is an album of colonial Portugal and a documentary of painting. It illustrates what Reinaldo dos Santos (1880-1970) claimed some time before when he said that “art does not only express the Empire in the sense that it conveys its greatness [...] but it expresses the Empire in terms of the consequences of its expansion, in the discovery of new aspects of nature, men and customs” (Santos 1941, 21-22). He refers to art as the realisation of something that is truly capable of assimilating the empire’s hybridity, a reflection of the sensibility of national artists towards the new conquered lands. Reiterating this idea, consider what Lopo Vaz de Sampaio e Melo said at a conference in the *Sociedade Nacional de Belas Artes* back in 1935 (Melo 1935, 431):

The intervention of art, as a consequence or cause in the imperial expansion, is a double-edged sword that promotes, in the direction of uniformity, the phenomenon of exchanges of motifs and processes between the artistic manifestations of the metropole and the different parts of the Empire, and can be considered under different aspects. One of them, the most important for me, is that of the great services that Art can provide to the Empire, competing admirably through the dissemination and pictorial or plastic description of the Empire’s charms [...] to clarify minds about the worth and the

³⁰ In the sense that its plasticity was dissimilar to the “moderns”.

possibilities of the Empire, to intensify and generalise a great interest in the colonies in the national spirit. In a word, to tighten and strengthen imperial ties. But there are many aspects of the problem that it is legitimate, interesting and may be convenient to consider. Thus, while it is interesting to examine the influence the exotic motifs might come to exercise on imperial art, no less interesting and which should be considered too are the fundamental alterations, or simply improvements, or the new orientations that the influence of metropolitan art might inevitably have on the indigenous arts of the overseas colonies (Melo 1942, 32-33).

A hearing problem when he was a young child led to Fausto Sampaio becoming deaf. What for others would have been a disadvantage was for him an advantage that allowed him to plunge into a silent world free from the distractions of sound. “Enclosed within his own world, only his eyes became used to communicating with life [...] and from this isolation was born a poet of colour”³¹. He was “totally detached from everything, living intensely only the emotion of inspiration” (Carvalho 1973, n.p.). Consequently, he could channel all his senses and attention towards light and colour, which allowed him to hone his unusual sensibility and which produced works of an uncommon popular nature.

Despite not being able to hear, “Fausto Sampaio danced wonderfully” (Borges 1992, 46) just as he made the paints on his colonial canvases dance. Contemplating the world, he interiorised landscapes that, under the dance of his paints and brushes, he then returned to us in the shape of a work of art, diaphanous and mellifluous.

“Although given the opportunity to be able to hear again, Fausto Sampaio chose to remain in his world of silence in order to be able to continue to paint”³². He continued to give himself over totally to painting, which perhaps shows how true his commitment was not only to the identity, memory and history of metropolitan Portugal and overseas Portugal but above all to a multicultural art that honours him as the only travelling painter to visit and portray the overseas Portuguese empire in the 20th century.

³¹ C. C. Notícias (Lourenço Marques), 23 April 1944, *Exposição retrospectiva de Fausto Sampaio. Pinturas do Ultramar*, n.p., 1973. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

³² According to his daughter, Maria José Sampaio, in a statement on 19.8.2016.

Fausto Sampaio is represented in the following collections:

- Câmara Municipal de Lourenço Marques
- Casa Museu Fernando de Castro, Porto
- Fundação Medeiros e Almeida, Lisboa
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Lisboa
- Museu Regional de Aveiro, Aveiro
- Museu do Caramulo, Tondela
- Museu da Casa Pia, Lisboa
- Museu da Fundação Dionísio Pinheiro, Águeda
- Museu da Fundação Oriente, Lisboa
- Museu José Malhoa, Caldas da Rainha
- Museu de Macau, Macau
- Museu Marítimo de Ílhavo, Ílhavo
- Museu Nacional de Arte Contemporânea, Museu do Chiado, Lisboa
- Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra
- Museu Nacional Soares dos Reis, Porto
- Museu Santos Rocha, Figueira da Foz
- Museu Vasco da Gama, Goa

Bibliography

- Catálogo da Exposição do Mundo Português, Secção Colonial*. 1940. Lisboa: Neogravura.
- Fausto Sampaio, Pintor do Ultramar Português*. 1942. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Catálogo da Exposição de Fausto Sampaio (Estado da Índia 1944)*. 1945. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Exposição de Fausto Sampaio*, Catálogo da Sociedade Nacional de Belas Artes. 1945. Lisboa: SNBA.
- Relação da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente 1952*. 1953. Vol. 2. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Exposição retrospectiva de Fausto Sampaio. Pinturas do Ultramar*. 1973. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Fausto Sampaio, Catálogo da Câmara Municipal da Anadia*. 1993. Anadia: Gráfica Monumental.
- Fausto Sampaio. Viagens no Oriente*. 2009. Lisboa: Fundação Oriente.
- ALMEIDA, Américo Chaves de. 1992. *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*. Lisboa: M.M.
- BORGES, P. Albino Pacheco. 1992. “Em Memória de Fausto Sampaio”, *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*. Lisboa: M.M.
- CARVALHO, Mário. 1973. *Exposição retrospectiva de Fausto Sampaio. Pinturas do Ultramar*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- D’ORNELLAS, Carlos. 1952. *Viagem, Revista de Turismo, Divulgação e Cultura*. Ano XIII, N.º 135, January 1952.
- FERNANDES, Maria Amélia. 2001. *A Exposição de Arte Portuguesa em Londres 1955/56*. Lisboa: FL.
- FRANÇA, José-Augusto. 1991. *A Arte em Portugal no século XX*. Lisboa: Bertrand.
- GALVÃO, Henrique. 194- *Outras Terras, outras Gentes: Viagens na África Portuguesa*. Lisboa: Francisco Franco.
- GOLOMSTOCK, Igor. 1990. *Totalitarian Art in the Soviet Union, the Third Reich, Fascist Italy and the People’s Republic of China*. Great Britain: Icon Editions.
- JORGE, Américo. 1942. *Fausto Sampaio. Pintor do ultramar português*. Agência Geral das Colónias: Lisboa.
- MELO, Lopo Vaz de Sampaio. 1942. “A arte ao serviço do império” in *Fausto Sampaio. Pintor do Ultramar Português*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

- MONTEZ, António. 1952. “Fausto Sampaio Pintor do Império” in *Viagem, Revista de Turismo, Divulgação e Cultura*, dir. Carlos D’Ornellas, Ano XIII, N.º 135, January 1952.
- OLIVEIRA, Barradas de. 1953. *Roteiro do Oriente na viagem do Ministro do Ultramar, comandante Sarmento Rodrigues às províncias portuguesas da Índia, Timor e Macau, no ano de 1952*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- PAMPLONA, Fernando. 1954. *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*. Lisboa: Oficina Gráfica.
- PAMPLONA, Fernando. 1954. “Paisagens e Tipos da Índia Portuguesa na Pintura de Fausto Sampaio” in *Diário da Manhã*. November 11. 1954.
- PELAYO. 1939. “Necessidade da Criação de uma arte moderna imperial” in *O Mundo Português*, Vol. VI, N.º 69, Setember 1939.
- PEREIRA, Teresa. 2011. *Uma travessia da colonialidade. Intervisualidades da pintura, Portugal e Angola*. Lisboa: FBA.
- PIRES, Raul Saturio. 1944. “Motivos Coloniais da Pintura Portuguesa” in *O Mundo Português*, Vol. XI, N.º 123, March 1944.
- SAMPAIO, Maria José. 1992. *Macau que Fausto Sampaio sentiu: o pintor Fausto Sampaio e a sua obra*. Lisboa: M.M.
- SANTOS, Reinaldo dos. 1941. “O império português e a arte” in *Conferências de Arte*. Lisboa: Gazeta dos Caminhos de Ferro.
- SEQUEIRA, Matos. 1939. “A exposição do pintor Fausto Sampaio” in *O Século*, December 5, 1939. Online: <http://faustosampaio.weebly.com/> Accessed May 1, 2016.
- ROOM leaflets and exhibition catalogues from: 1929, 1930, 1932 (Salão Bobone), 1935, 1939, 1942, 1944, 1945, 1948, 1950, 1952 (SNBA), 1936-37 (Casa de Macau), 1946, 1949 (Salão Silva Porto), 1954 (SNI).

I would very much like to thank Maria José Sampaio for her willingness to talk about her father, Fausto Sampaio, and for her generosity in sharing information about his life and work. I am also very grateful for being able to visit her private collection and for the pictures reproduced here in this article.



da crítica
à contra-crítica



Réplica a «Discussão do artigo “Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?”, de Luís Filipe F. R. Thomaz», de Fernando Branco¹

Luís Filipe F. R. Thomaz *

Antes de entrar na contradita, em que tenciono ser implacável, recorrendo sempre que necessário me pareça ao método da redução ao absurdo, cum-pre-me endereçar ao Eng.^o Branco vários agradecimentos.

Primeiramente, agradeço-lhe *in genere* as observações que fez, que, embora em nada tenham abalado a minha posição, me forneceram uma ocasião para examinar de novo, com mais atenção, a documentação subsistente e fundar melhor a minha argumentação.

Agradeço-lhe em segundo lugar não me ter feito perder tempo com argumentos *cupistas*, que, como nos dois artigos que dediquei ao assunto² creio ter demonstrado cabalmente, não merecem sequer ser discutidos, nem com a ideia peregrina de um Colombo agente secreto de D. João II que, como creio ter igualmente mostrado, é um perfeito absurdo histórico, já que contradiz frontalmente tudo o que se sabe da geopolítica da época. Não é, por certo, por mero acaso que, tanto quanto sei, nenhum historiador sério a tenha perfilhado, nem mesmo os que creem vislumbrar qualquer mistério nas origens do descobridor. Não deixa de ser curioso que todos os partidários das teorias de Mascarenhas Barreto no ativo sejam engenheiros, bem assim como dois amigos meus que comigo têm discutido verbalmente, o que me leva a admitir que haja entre a sua formação científica e os princípios básicos da metodologia e da crítica histórica³ qualquer incompatibilidade epistemológica que não consigo entrever. Em face

* CEHR, Universidade Católica Portuguesa; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. E-mail: luisfilipethomaz@yahoo.com

¹ Fernando Branco. 2017. «Discussão do artigo “Cristóvão Colón: português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?” de Luís Filipe F. R. Thomaz». *Expresso*, 3 de junho de 2016. Disponível em linha: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-06-03-Texto-de-Fernando-Branco-1#gs.nrOcXXo>.

² “Cristóvão Colombo e a vila de Cuba”, in *Brotéria – Cristianismo e Cultura*, vol. 179, 4, out. 2014, pp. 231-240; “Cristóvão Colón, português, natural de Cuba, agente secreto de D. João II?”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol. XVI, pp. 484-537.

³ Sobre esta matéria aconselharia a releitura das *Lições de Metodologia e Crítica Histórica*, do saudoso Padre Doutor António da Silva Rego, publicadas pela malograda Junta de Investigações do Ultramar em 1963.

da entropia que têm gerado nos meios académicos, dir-se-ia que formam como que uma *Desordem dos Engenheiros...*

Agradeço-lhe em terceiro lugar ter escolhido a via da carta dirigida à redação dos *Anais de História de Além-Mar* para contestar o meu artigo. Com 203 títulos publicados e mais doze no prelo, após 47 anos de experiência de ensino da História em três universidades portuguesas (para além de curtos períodos, como professor visitante, na *École Pratique des Hautes Études*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* e no *Institut National des Langues et Civilisations Orientales*, de Paris, na *Universiti Kebangsaan Malaysia* ou *Universidade Nacional da Malásia*, na *Universidade da Ásia Oriental*, em Macau, na *Universidade de Bordéus* e na *Universidade de Santa Cruz*, em Ilhéus, Brasil), creio ter o direito de me considerar um historiador profissional e, como tal, sentir repugnância em discutir matéria científica na praça pública.

Agradeço-lhe, finalmente, ter trazido a discussão para o campo da crítica e interpretação dos documentos, o único em que aceito discutir, já que em geral me não comove demasiado o argumento da autoridade e menos ainda a eleição da verdade histórica por maioria de votos, por doutos que sejam os votantes. Seja como for, o que compromete cientificamente um historiador é aquilo que escreve nas suas publicações e não em bilhetes de boas-festas ou cartas de cortesia. Confesso que em História permaneço assaz próximo da metodologia positivista. Na minha formação devo muito a mestres como o Padre Manuel Antunes, Jorge Borges de Macedo, A. H. de Oliveira Marques, Denys Lombard e outros; é contudo possível que em muitos aspetos tenha sido mais marcado pela influência de Joaquim Veríssimo Serrão, que ao tempo que orientou a minha tese era um positivista ortodoxo da escola coimbrã, e sobretudo pela de Jean Aubin, meu professor na *École Pratique des Hautes Études*, que classificaria como um “neopositivista esclarecido”. Ao longo de meio século de investigação e ensino da História comportei-me, por assim dizer, as mais das vezes como um positivista mais pela necessidade de “partir pedra” em muitos terrenos ainda por desbravar do que por convicção ideológica. Ora convém não esquecer que, se enxergamos hoje mais longe do que os positivistas dos séculos XIX-XX — e do que os seus precursores das centúrias precedentes, como Du Cange (1610-88), Mabillon (1632-1707), D. António Caetano de Sousa (1674-1759) ou D. Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) —, é porque cavalgamos as suas espáduas. Prescindir do seu trabalho de publicação de fontes e apuramento dos factos seria como tentar construir um primeiro andar a uma casa sem rés-do-chão. Por isso prefiro reportar-me a Henry Harisse (1829-1910),

Cesare de Lollis (1863-1928), Alberto Salvagnini e seus continuadores como Consuelo Varela, do que às *tumbas de Mafoma* flutuando no espaço sem rés-do-chão, como a de Mascarenhas Barreto e sequazes seus. Se a História se não fizesse como estou habituado a fazê-la, procurando diligentemente os documentos e interrogando-os humildemente, eu não teria cometido um erro na vida: teria feito da minha vida inteira um erro! É ao nível dos factos que se situa a discussão sobre Colombo; por isso jamais se podem perder de vista os documentos e os eventos positivos. Será de um ponto de vista positivista que os irei discutir. Agradeço ao Eng.º Branco ter aceitado discutir nesse plano.

Entrando na discussão na generalidade das observações feitas pelo meu interlocutor, começo por notar que delas resulta evidente que a sua preocupação principal é demolir o meu artigo nos *Anais*, dizendo não só que é branco o que eu digo ser preto (o que se pode explicar por uma certa afinidade cromática) mas também que é preto o que eu digo ser branco (para o que não acho explicação plausível). Daí resulta uma metodologia ziguezagueante que ora erige o testemunho de Hernando Colón em verdade incontestável, negando o que ao encontro dele afirmam documentos autênticos, ora o rejeita alegremente por não concordar com o que sem base sólida imagina. O resultado é uma espécie de *niilismo histórico*, em que nada está provado, restando por conseguinte largo campo à invenção. Daí que pareçam por vezes ser as premissas que se deduzem da conclusão e não a conclusão das premissas; tal é nomeadamente o caso do ponto n.º 10, “Os pagamentos dos Reis Católicos”.

Há que notar, por outro lado, que em estudos de macro-história, em que domina o jogo de forças coletivas, incluindo a luta de classes e quejandos, embora se não possa prescindir da crítica do testemunho, pode em certa medida abstrair-se do estudo dos caracteres individuais; mas isso não é possível na micro-história nem, *a fortiori*, na biografia. Ora, na sua crítica destrutiva, o Eng.º Branco parece desprezar inteiramente quer a personalidade de Colombo e a sua psicologia, quer as de seu filho, bem como as circunstâncias em que este redigiu a biografia paterna, do que resulta uma história de que está totalmente ausente a dimensão humana. Abusa, por outro lado, de verbos no condicional (“Um tecelão jamais seria”, etc.), o que mostra que está constantemente a comparar factos com suposições. Tal operação é, de feito, imprescindível pelo menos em dois casos: para conferir a aceitabilidade de testemunhos aparentemente inverosímeis e para colmatar as lacunas da documentação subsistente. Exige, no entanto, um grande conhecimento das instituições, das estruturas sociais, da mentalidade e

da conjuntura política da época, sem o que se corre o risco de incorrer em enormes erros, como sucede nomeadamente no que o Eng.º Branco escreve sobre os possíveis estudos de Colombo em Pavia.

E no entanto a crítica ao testemunho de D. Hernando Colón⁴ é geralmente fácil de fazer: o autor mostra-se em regra bem informado e, salvo um ou outro erro pontual, controlável pela comparação com fontes históricas seguras, não há razões para rejeitar o seu testemunho; mas é evidente que tudo faz para engrandecer a memória de seu pai, de modo que há que utilizar com reservas o seu testemunho acerca de matérias como a nobreza da família, a instrução de Colombo e quejandos, em que, embora se não possa dizer que minta, resulta claro que umas vezes exagera, outras finge ignorar o que lhe não convém confessar.

A própria análise interna da obra, se lida atentamente e sem ideias *a priori*, o demonstra: nos capítulos iniciais D. Hernando preocupa-se sobretudo em contradizer o bispo de Nebbio, Agostino Giustiniani, que nas suas obras, talvez com algum exagero em sentido contrário, pintava Colombo como homem de cepa humilde saído “de família paupérrima”, e afirma desconhecer quer o nome de seus pais quer a sua pátria de origem (embora limite à Ligúria e à Lombardia o campo das possibilidades). Contudo, como várias vezes sucede em casos semelhantes, descaí-se mais tarde a afirmar o que fingia ignorar: depois de dar a crer que não sabia ao certo de onde era oriundo seu pai, aventando entre outros lugares Placência da Lombardia como sua pátria — o que lhe permitia insinuar o seu parentesco com os Colombos nobres dessa cidade —, descaí-se no capítulo v a dizer que, quando se salvou a nado da batalha do Cabo S. Vicente, se dirigiu a Lisboa *dove sapeva che si trovavano molti della sua nazione genovese*; [...] *essendo conosciuto da loro*... E depois de fingir ignorar o nome dos avós, declara no capítulo lxxii (=lxxiii) que Bartolomeu Colombo, irmão de Cristóvão, *adelantado* e governador das Índias durante a ausência deste

⁴ Por uma questão de rigor, embora me tenha também servido da versão castelhana de Luís Arranz, (Hernando Colón, *Historia del Almirante*, Historia 16, Madrid, 1984), prefiro reportar-me ao texto italiano (Don Fernando Colombo, *La Vita e Viaggi di Cristoforo Colombo*, a cura di Rinaldo Caddeo, Fasani, Milão, 1945), uma vez que as versões castelhana e latina não chegaram a ser publicadas, nem se conhecem manuscritos delas; fragmentos do original castelhana são provavelmente as citações que dele faz Frei Bartolomé de las Casas, que escreveu em 1559, portanto antes da publicação da versão italiana de Alfonso Ulloa em Veneza, 1571. Esta edição italiana tem para mais a vantagem de ser anotada por um bom especialista, Rinaldo Caddeo. Há que notar todavia que esta segue a numeração dos capítulos da 1.ª edição, em que por lapso aparecem dois seguidos com o n.º XII, de modo que daí em diante há um desfasamento de uma unidade entre uma e outra versão.

em Castela, havia dado o nome de *Santo Domingo* à cidade que fundara, *in commemorazione di suo padre, che se chiamava Domenico*⁵.

Quanto a Frei Bartolomé de las Casas, que o Eng.^o Branco esporadicamente também cita, há que notar que se mostra tão convicto da predestinação de Colombo para apóstolo do Novo Mundo como da sua própria para defensor dos índios, o que o leva a mitigar as críticas que se faziam ao descobridor e a escamotear as facetas menos ortodoxas da sua personalidade, como o seu pendor para a astrologia e para as especulações pitagóricas.

Seja como for — e é esse o principal defeito da argumentação do Eng.^o Branco —, as conclusões não se devem basear em frases soltas e elementos díspares respigados de aqui e de acolá, como melro a depenicar na horta, mas há que analisar cada texto no seu contexto e jamais perder de vista o seu conjunto. É por o não fazer que o Eng.^o Branco incorre em erros tão grosseiros como o de aplicar a Cristóvão Colombo o que o filho deste escreve de Nosso Senhor Jesus Cristo. A frase aparece no contexto de uma diatribe contra os que faziam do futuro descobridor um mesteiral de artes mecânicas; observa então o autor que, ainda que (por mera hipótese, evidentemente!) alguma vez o houvesse sido, não seria jamais isso a diminuir seu mérito como apóstolo que foi do Novo Mundo: havia o precedente dos apóstolos escolhidos por Jesus de entre pescadores, para não falar do próprio Cristo, que, sendo da régia estirpe de Judá, não desdenhou nascer na família de um carpinteiro: *Ma io mi ritrassi da questa fatica, credendo ch'egli fosse stato eletto dal Nostro Signore per una così gran cosa qual fu quella che fece, e perché aveva ad essere così vero apostolo suo quanto in effetto fu, volle che in questo caso imitasse gli altri [sc., apostoli], i quali per pubblicare il loro nome da mari e da riviere Egli elesse, e non già da altezze e da palagi, e che imitasse Lui stesso, ch'essendo i suoi maggiori del regal sangue di Gerusalemme, Gli piacque che i Suoi genitori fossero men conosciuti*⁶. E o Eng.^o a concluir daqui que corria nas veias de Colombo sangue dos antigos reis de Jerusalém...

Em qualquer caso há que começar por compreender o sentido literal do texto antes de lhe tentar achar significações ocultas. Quando Hernando

⁵ D. Hernando Colón, *Vida do Almirante*, cap. lxxii (lxxiii); Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés, *Historia General y Natural de Indias*, 5 vols., ed. y estudio preliminar de Juan Pérez de Tudela Bueso, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1959-92, II, xiii.

⁶ A versão castelhana é tão explícita quanto a italiana, pelo que o erro é indesculpável: [...] *pero yo me retiré deste trabajo, creyendo que él hubiese sido elegido de Nuestro Señor para una cosa tan grande como la que hizo; y porque había de ser así verdadero Apóstol suyo cuanto en efecto fue, quiso que en este caso imitase a los otros, los cuales para publicar su nombre, los eligió [Cristo] del mar y de la ribera, y no ya de altezas y palacios, y que al mismo imitase, que siendo sus antecesores de la sangre Real de Jerusalán, tuvo por bien que sus padres fuesen menos conocidos.*

Colón fala do *mistério* do nome paterno — *Christophorus*, ou seja, literalmente, “portador de Cristo”, *Columbus*, isto é “pombo”, figura do Espírito Santo —, não está certamente a pensar num mistério policial como o d’“A Marca Amarela” d’*O Cavaleiro Andante* da minha juventude, que qualquer Sherlock Holmes da nossa praça acaba por decifrar, mas de *mistério* no sentido original do termo, que é próprio da linguagem mística e religiosa, exprimindo profeticamente a predestinação de Colombo: *siccome la maggior parte delle sue cose furono operate per alcun mistero, così quello che tocca alla varietà di cotal nome e cognome non avvenne senza mistero. Molti nomi potremmo addurre in esempio che non senza occulta causa furono posti per indizi dell’effetto che aveva a provenire [...]. Perché, se abbiamo riguardo al cognome commune dei suoi maggiori, diremo che veramente fu colombo, in quanto portò la grazia dello Spirito Santo a quel novo mondo che egli scoprì*. O mistério ficou portanto esclarecido em finais do século XV, quando Colombo topou com uma terra onde se não ouvira ainda falar em Cristo; então se percebeu por que razão recebera, profeticamente, o nome de “portador de Cristo” e o sobrenome de “pombo”, prenunciando que para aquela gente havia de ser como que um Espírito Santo.

É por o Eng.º Branco não proceder a uma crítica histórica coerente, objetiva e racional das fontes que utiliza que jamais na sua argumentação apresenta uma alternativa sólida, consistente e bem fundamentada ao que ele designa por minha *hipótese*. Espero que pelo menos o diga no sentido do grego *hypothesis*, que se pode traduzir por “subtese”, que não no sentido do grego *hippothesis*, que seria uma “tese de cavalo”... Pessoalmente prefiro chamar-lhe a minha tese.

Passo agora a responder na especialidade, um a um, aos 16 capítulos numerados em que Eng.º Branco divide a sua exposição, o que facilitará a orientação ao leitor, dispensando inúteis repetições.

1. “A data do nascimento”

Quanto aos documentos que eu lamentavelmente omito, mas o Eng.º Branco cita:

- da primeira citação deduz-se que Colombo navegava desde c. 1461;
- da segunda, deduz-se que, tendo em 1461 a idade 14 anos, terá efetivamente nascido em 1447;
- da terceira, que navegava desde c. 1459, o que, se de facto começou a navegar aos 14 anos, conduz a 1445 como data de nascimento;
- da quarta, que se pôs ao serviço dos reis de Castela em 1486;
- da quinta, que se terá posto ao serviço deles em 1483;

- da sexta, que teria vindo para Castela em 1485;
- da sétima, finalmente, que, tendo 28 anos quando veio para Castela — o que, segundo as suas desvairadas contas sucedeu entre 1483 e 1486 —, nasceu entre 1455 e 1458.

Perante tais desencontros, que implicam uma imprecisão de treze anos para a data provável do seu nascimento (1445-1458), que preconiza o Eng.º Branco que se adote: a média, a mediana ou a moda?

Por mim, apenas posso concluir que se trata de expressões vagas, quiçá simbólicas, em que predominam as semanas de anos (*i. e.*, os períodos de sete anos ou de seus múltiplos, como 14 e 28), que não podem ser seriamente contrapostas a documentos notariais precisos.

2. “Os documentos de suporte do Cristoforo Colombo genovês”

Nunca ninguém pôs em dúvida que ele tenha sido tecelão. Não era, contudo, como o Eng.º Branco parece imaginar, um operário assalariado da indústria têxtil, com obrigação de trabalhar de sol a sol (não havia ainda a lei das 8 horas de trabalho), durante seis dias por semana, sob pena de perder o emprego, mas filho do proprietário de uma empresa têxtil familiar. Isso não o impedia de embarcar de quando em vez para uma ou outra expedição comercial ou mesmo corsária, como sucedia a quase toda a gente em Génova — tanto mais que em 1470, quando seu pai Domenico Colombo foi preso por dívidas de que Cristóvão teve de ficar por fiador, a situação da empresa familiar não era brilhante, pelo que era conveniente lançar mão a outras fontes de rendimento. Defini-lo como *lanerius* significa essencialmente que, dentro da organização corporativa de Génova, era membro da corporação dos tecelões, de que seu pai era, como no meu artigo disse, um dos notáveis. Seja como for, o último documento em que Cristóvão Colombo é definido como laneiro data de 1472 — o que parece mostrar que, mesmo que não tenha por então cessado inteiramente de colaborar com seu pai, se dedicou a partir daí mais ao curso e à mercancia que à indústria dos lanifícios.

Bartolomeo Senàrega⁷, chanceler e cronista oficial da república de Génova no período 1479-1514, expressou-o bem, no registo que faz em 1493 do regresso de Colombo da sua bem-sucedida expedição descobridora, cuja nova fora trazida de Espanha pelos dois embaixadores genoveses,

⁷ Bartholomaei Senaregae, *De Rebus Genuensibus Commentaria, ab anno MCDLXXXVIII usque ad annum MDXIV* (L. A. Muratori, *Raccolta degli storici italiani dal cinquecento al millecinquecento*, tomo XXIV, parte viii, Nicola Zanichelli, Bolonha, 1929-32), anno MCCCCXCVIII, p. 29.

Francesco Marchesio e Giovanni Antonio Grimaldi, de regresso à pátria: os irmãos Cristóvão e Bartolomeu, após terem trabalhado com o pai em seu mester, *puberes deinde facti, de more gentis nostrae in navigationes exiverant*; “tendo-se depois tornado adolescentes, segundo o costume de nossa gente saíram para navegações”. Tal era, de facto, o hábito em Génova, onde praticamente todos estavam ligados ao mar⁸.

Creio que nunca ninguém negou ter Colombo embarcado diversas vezes antes de se pôr ao serviço dos Reis Católicos. Sabe-se nomeadamente que navegou para Xio ou Quios, com toda a probabilidade na expedição comercial que zarpou de Savona a 25 de maio de 1474, em que participaram diversos empresários de indústrias têxteis, entre os quais representantes das casas Spinola e Di Negro, para venderem lá as suas mercadorias, quicá em parte produzidas por Domenico Colombo⁹. Cristóvão alude mais de uma vez nos seus escritos à almécega que encontrou no Novo Mundo, comparando-a à que vira em Quios, onde é extraída do lentisco ou aroeira, *Pistacia lentiscus*, L. da família das Anacardeáceas. A que viu nas Antilhas era provavelmente extraída do *Sideroxylon foetidissimum*, Jacq., ou *Mastichodendron sloaneanum*, Jacq., da família das Sapotáceas, já que o *Schinus molle*, L., da família das Anacardiáceas, de que se extrai também uma espécie de almécega, se encontra sobretudo na região andina.

Quanto à expedição em que terá participado ao serviço de Renato I de Nápoles, que o Eng.^o Branco data arbitrariamente de 1472, trata-se do passo mais misterioso da vida do futuro descobridor da América, e nada permite datá-la com precisão, já que nenhum outro documento conhecido se refere a tal empresa — nem sequer os minuciosos *Anales de Aragón* de Jerónimo Zurita. Não teve certamente lugar na época em que Renato reinou efetivamente em Nápoles (1435-42), porque Colombo ainda não era então nascido. As duas alusões a Marselha parecem mostrar que o episódio se passou no período subsequente, depois da conquista de Nápoles por Afonso V de Aragão (1442), em que Renato se retirou para o seu condado da Provença, que governou até à morte, em 1480, e que foi daí que a seu mando se organizou a expedição. Não é óbvio que tenha tido lugar durante

⁸ Para compreender como funcionavam as coisas, não será mal verem-se estudos monográficos sobre Génova, tais como por exemplo: Jacques Heers, *Gênes au XV^e siècle*, Flammarion, Paris, 1971; Gabriella Airaldi, *Genova e la Liguria nel Medioevo*, Utet Libreria, Turim, 1986; Claudio Costantini, *La Repubblica di Genova*, Utet Libreria, Turim, 1986; e, principalmente, os estudos especializados sobre a vida marítima que na abundante bibliografia que qualquer destas obras fornece se indicam.

⁹ Cf. Consuelo Varela, *Cristóbal Colón – De corsario a almirante*, Círculo de Lectores, Barcelona, 2006; Idem, *Cristóbal Colón – Retrato de un hombre*, Alianza Editorial, Madrid, 1992.

o período em que Renato disputou efetivamente a Coroa de Aragão (1466-72), pois, embora eleito rei pela *Generalitat*, ou cortes da Catalunha, jamais se deslocou a Espanha, delegando a defesa dos seus direitos, o comando das suas tropas e a administração do território em seu filho João II, duque da Lorena e da Calábria, a quem conferiu o título de príncipe de Gerona; e após a morte deste em seu neto Nicolau I, que sobreviveu apenas um ano, vindo a falecer em 1473. Ora Colombo não alude a nenhum deles, mas ao velho rei Renato, e este apenas assinou a paz com Aragão em janeiro de 1479.

O nome da galeaça, *Fernandina*, tanto pode sugerir que pertencesse a Fernando II da Sicília (r. 1468-1516), o futuro “Rei Católico”, como a Ferrante (Fernando) I de Nápoles (r. 1458-94), filho bastardo e sucessor de Afonso V de Aragão nos seus domínios napolitanos. No entanto a referência a Tunes como alvo da expedição pode antes indicar que se tratava de recuperar uma galeaça apresada por corsários barbarescos — o que, como o texto explica, ficou em águas de bacalhau, já que a guarnição se arreceou de duas naus e uma carraca que estavam com a galeaça. Deixando de lado os outros pormenores, põe-se o problema de saber se Colombo era ou não o comandante da expedição; sem o afirmar explicitamente, dá-o claramente a entender, ao usar o verbo *conceder* para indicar que anuiu aos desejos da tripulação arreçada, que preferia tornar a Marselha; mas não é impossível que fosse meramente o capitão da pequena força militar embarcada, ou mesmo uma espécie de caudilho ou líder carismático da chusma. Cristóvão Colombo era, na expressão de João de Barros, “homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades”, e “mui glorioso em seus negócios”; não há que tomar ao pé da letra tudo o que diz quando se gaba! É por conseguinte assaz imprudente retirar deste episódio, não controlável pelo recurso a outras fontes nem sequer datável, quaisquer conclusões.

Notemos de passagem que é falso o argumento, que vi já brandir, de que *ginovés* em castelhano antigo significava simplesmente “estrangeiro”: o que o *Diccionario* da Real Academia Española registra como significado antigo do termo *ginovés* ou *genovés* usado *lato sensu* é o de “banqueiro”, por óbvias razões históricas — o que de modo algum se pode aplicar a Colombo.

Graças a Deus, acerca do nosso homem, dispomos de infinitamente mais testemunhos do que acerca de alguns navegadores seus contemporâneos, como Diogo Cão e Bartolomeu Dias, sobre quem pouco mais se sabe do que aquilo que sessenta ou setenta anos mais tarde escreveu João de Barros. E, nove anos após a primeira viagem colombina, temos ainda o caso

da terceira expedição portuguesa à Índia, comandada por João da Nova, a respeito da qual não chegou até nós um único documento.

Ora em favor da identidade entre o tecelão de Génova e o descobridor da América, ou pelo menos em favor da *genovesidade* do Almirante, militam numerosos documentos, de há muito publicados, que na sua argumentação o Eng.º Branco transcura e não discute. Deixando-lhe de mão beijada o testemunho dos cronistas, como Rui de Pina (1440-1521), Andrés Bernáldez (c. 1450-1513), Bartolmeo Senàrega (*fl.* 1479-1514), Garcia de Resende (1470-1536), Agostino Giustiniani (1470-1536), Gonzalo Fernández de Oviedo y Valdés (1478-1557), António Galvão (1490-1557), João de Barros (1496-1570), Francisco López de Gómara (1511-66), Jerónimo Zurita (1512-80), Girolamo Benzoni (1519-70), Gaspar Frutuoso (1522-91), Antonio de Herrera Tordesillas (c. 1549-1625), etc., etc., etc.¹⁰, achamos as seguintes referências redigidas ainda em vida de Colombo:

- a carta em que, a 13.XI.1493, pouco tempo após o seu regresso da expedição descobridora, Pedro Mártir de Angléria (1457-1526) — humanista lombardo que em 1487 o Conde de Tendilla trouxera para a corte espanhola, onde se tornou capelão de Isabel *a Católica* — participa ao seu correspondente italiano o descobrimento da América, que reza assim: *Christophorus Colonus*, ligur vir, *Fernando et Elisabethæ regibus catholicis proposuit & suasit se ab occidente nostro finitimas Indiæ insulas inventurum...*¹¹;
- a relação de Miguel de Cuneo (1448-1503), de Savona, amigo da família do tecelão de Génova e companheiro do descobridor na sua segunda viagem (1493), de que produziu o relato mais completo que até nós chegou;
- o ato notarial de 11.X.1496, pelo qual os três primos do antigo tecelão se comprometem a partilhar as despesas da viagem de um deles a Espanha a tentar sacar algum dinheiro da bolsa do primo enriquecido;

¹⁰ Achar-se-á uma compilação de todos os testemunhos literários da origem genovesa de Colombo no volume Ciudad de Génova / Ville de Gênes, *Cristóbal Colón – Documentos y pruebas de su origen genovés / Christophe Colomb – Documents prouvant son origine génoise*, Edición hispano-francesa / Édition franco-espagnole [pub. também em ed. italiana e anglo-alemã], Génova, 1932: aí se enumeram as obras de 26 cronistas, cartógrafos, cosmógrafos, etc., não italianos, 52 italianos mas não lígures e 15 lígures, todos nascidos nos séculos XV e XVI e portanto contemporâneos ou quase contemporâneos de Colombo. Nessa obra se publicam em fac-símile quase todos os documentos que em seguida citamos.

¹¹ *De Orbe Novo* Petri Martyris ab Angleria Mediolanensis Protonotarii Cæsaris Senatoris *Decades*. Compluti [= Alcalá de Henares], 1530, I, i [reprodução anastática, com introdução do Dr. Erich Woldan: *Petrus Martyr de Angleria, Opera: Legatio Babylonica, De Orbe Novo Decades octo, Opus Epistolarum*, Akademische Druck-u. Verlagsanstalt, Graz, 1966]. Por mor de brevidade, limitamo-nos a dar as referências dos documentos não mencionados no nosso primitivo artigo, onde o leitor poderá facilmente achar as dos demais.

- a carta de 21.VII.1498 de Pedro de Ayala, embaixador espanhol na corte inglesa, aos Reis Católicos¹², em que noticia a preparação de uma expedição para descobrir terras a ocidente, afirmando: *yo he visto la carta que ha fecho el inventor, que es otro genoves como Colon*; tratava-se na realidade de Giovanni Caboto, que tudo leva a crer ser cidadão veneziano e não genovês;
- a relação da terceira viagem colombina (1498), em que se descreve Juán Antonio Colombo (*i. e.*, Giovanni di Antonio Colombo), o primo direito de Cristóvão, a quem este *sponte sua* havia confiado o comando de um dos navios da expedição, como *deúdo* (ou seja, “parente”) *del Almirante*;
- o documento judicial de 8.IV.1500, em que Cristóvão Colombo e seus irmãos são chamados a responder pelas dívidas de seu falecido pai, em que Giacomo (Iacobum) Colombo é explicitamente identificado como Diego Colón, como era conhecido em Espanha;
- a devassa (de que voltaremos a falar) feita por Francisco de Bobadilla, governador das Índias Ocidentais (1500-1503), ao comportamento dos Colombos, Cristóvão e Bartolomeu, em que quatro testemunhas afirmam que Bartolomeu mandou cortar a língua a duas mulheres que haviam afirmado que seu pai era tecelão e que Cristóvão ensinara o filho a tecer;
- o documento judicial de 26.I.1501, pelo qual os vizinhos do falecido Domenico Colombo são, segunda a lei vigente em Savona, responsabilizados por uma dívida daquele, visto seus três filhos *Christophorum, Bartholomeum & Jacobum de Columbus*, *i. e.*, Cristóvão, Bartolomeu e Diogo Colombo, se encontrarem *absentes [...], in partibus Hispaniae commorantes*¹³.
- o testemunho de Angelo Trevisan, secretário de Domenico Pisani, orador em Espanha da Sereníssima República de Veneza, que, a coberto de uma carta escrita de Granada a 21.VIII.1501 a Domenico Maripetro¹⁴ (em que *inter alia* afirma: *ho preso pratica et grandissima amicitia cum el Colombo*), lhe envia uma relação das viagens do descobridor que veio a ser impressa em Veneza em 1504, com o título *Libretto De Tutta La Nauigatione De Re De Spagna De Le Isole Et Terreni Nouamente Trouati*, que começa com um retrato de Colombo redigido nos seguintes termos: *Christophoro Colombo Zenouese, homo de alta & procera statura, rosso, de grande ingegno & faza longa...*;
- o facto de o descobridor, c. 1502, ao ver cerceados pelos Reis os seus privilégios, ter deles entregue duas cópias notariais autenticadas a Nicolò de Oderigo, embaixador de Génova em Castela, que os remeteu para lá, onde se conserva ainda um dos exemplares, encontrando-se o outro em Paris;
- o breve relatório apresentado pelo mesmo Nicolò de Oderigo à Senhora de Génova, em que refere a descoberta de muitos *incultos barbaros, et*

¹² Arquivo Geral de Simancas, *Real Patronato*, Tratado con Inglaterra, p. 9. Uma outra carta de teor semelhante que aí se conserva, atribuída ao embaixador Gonzalez de Puebla, parece ser simplesmente um resumo desta.

¹³ Atos do notário Tommaso de Moneglia, pub. por Henry Harisse, *Christophe Colomb: son origine, sa vie, ses voyages, sa famille & ses descendants, d'après des documents inédits tirés des archives de Gênes, de Savone, de Séville et de Madrid*, études d'histoire critique par..., 2 tomos, Ernest Leroux Éd., Paris, 1884, t. II, apêndice A, doc. xli, pp. 447-448.

¹⁴ Biblioteca Sneyd (Newcastle), *cod. in-4.º do século XVI*, 4, 2, 0, 168, 1.ª carta.

- retroactis seculis incognitos populos Colombo concive nostro*, “... por Colombo nosso concidadão”¹⁵;
- o mapa manuscrito de 1502, publicado por Konrad Kretschmer¹⁶, em que à ilha de Cuba está aposta a legenda *Omnes iste insule et terre inuente fuerunt ab uno genuensi xtpbro columbo...* (“todas estas ilhas e terras foram achadas por um genovês [chamado] Cristóvão Colombo...”);
 - o planisfério de Nicolau Canerio ou Caverio, desenhado entre 1503 e 1505 (adaptação do planisfério português de 1502 conhecido por “Mapa de Cantino”), em que às Antilhas aparece aposta a legenda “Has Antilhas del Rey de Castella descobertas por Colombo ianuense almirante que es delas...”¹⁷;
 - a resposta da *Banca San Giorgio* à carta de Colombo de 2.IV.1502, dada a 8.XII.1502, em que o trata por *concivis*, “concidadão”, e louva a sua afeição *a questa sua primogenia patria*, de que os legados que lhes fez são testemunho¹⁸;
 - o testemunho claríssimo de Antonio Gallo, chanceler da *Banca San Giorgio* de Génova, com que Colombo tinha relações, redigido em 1506, ainda em vida do Almirante, que preferimos transcrever uma vez mais na íntegra: *Christophorus et Bartholomeus Columbi, fratres, natione ligures, ac Genue plebeis orti parentibus, et qui ex lanificiis (nam textor pater) carminatores filii aliquando fuerunt, mercedibus victitarent, hoc tempore per totam Europam audacissimo ausu et in rebus humanis memorabili novitate, in magnam claritudinem evasere*;
 - a notícia transmitida por Raffaele Maffei de Volterra (1451-1522), nos seus *Commentariorum rerum urbanarum libri XXXVIII*, impressos em Roma em 1506;
 - o codicilo não datado (cuja autenticidade discutiremos mais abaixo), apenso ao testamento de 19.V.1506, pelo qual Colombo constitui seis legados, cinco dos quais a favor de genoveses;
 - o mapa-múndi de Martin Waldseemüller, estampado provavelmente em Estrasburgo (um dos primeiros três mapas impressos a mostrar o Novo Mundo, ao lado do de Giovanni Contarini e Francesco Roselli e do de Johann Ruysch, todos impressos em 1506-1507), em que junto à ilha da Trinidad, descoberta por Colombo na sua terceira viagem, aparece a legenda *Hec insule per Columbum genuensem almirantem ex mandato regis Castellae inuente sunt* (“Estas ilhas por Colombo genovês almirante a mando do rei de Castela foram achadas”)¹⁹;

¹⁵ Arquivo do Governo de Génova, *Registro*, vol. IV, p. 2.^a, p. 35, copiado por Antonio Doria, pub. por D. Luigi Grillo, *Elogi di Liguri Illustri*, 2.^a ed., Génova, 1846, pp. 276-277.

¹⁶ *Die Entdeckung Amerikas in ihrer Bedeutung für die Geschichte des Weltbildes*, Berlin, Londres e Paris, 1892, estampa VIII, à dt.^a.

¹⁷ Idem, *ibidem*, à esq.^a. Cf. Monique de la Roncière e Michel Mollat du Jourdin, *Les Portulans – Cartes marines du XIII^e au XVII^e siècle*, Nathan, Office du Livre, Friburgo da Suíça, 1984, e n.º 26, estampa 26 e pp. 215-217.

¹⁸ Minuta do notário Antonio Gallo, Chanceler do Banco, Arquivos do Estado, Génova, [*Registrum*] *Litterarum Officii Sancti Georgii*, 1499-1503, pp. 127-128; e carta dos Protetores do Banco da mesma data, apensa à precedente, Idem, *ibidem*, p. 128.

¹⁹ Rodney W. Shirley, *The Mapping of the World – Early Printed World Maps, 1472-1700*, The Holland Press Pub., Londres, 1984, n.º 26 e estampa 31, pp. 23-33.

- o testemunho dos *Paesi Nouamente Retrouati et Nouo Mondo da Alberico Vesputio intitulado*, coletânea de relatos de viagens coligida por Francanzano di Montalboddo e impressa pela primeira vez em Vicência em 1507, que conheceu numerosas edições e traduções em várias línguas²⁰, em cujo cap. lxxxiv se descreve a descoberta das Antilhas a mando del-rei de Espanha, por “Cristóvão Colombo, de nação itálico, de pátria genovês”;

A estes testemunhos produzidos durante a vida de Colombo podem acrescentar-se alguns posteriores mas não menos probatórios:

- os capítulos v e lxxii (lxxiii) da *Vida do Almirante* a que aludimos já;
- o capítulo xi da mesma obra, em que a propósito do mapa desenhado em Londres por Bartolomeu Colombo, com a legenda *Janua, cui patria est, nomen cui Bartholomaeus Columbus de Terra Rubra opus edidit istud Londiniis anno Domini MCCCCLXXX* (“um cuja pátria é Génova e cujo nome é Bartolomeu Colombo de Terra Rossa, editou esta obra em Londres no ano do Senhor 1480”), D. Hernando comenta que viu ele próprio algumas assinaturas de seu pai, antes de obter o título de almirante, em que subscrevia *Columbus de Terra Rubra*. *Terra Rubra* é a latinização de Terra Rossa, localidade do vale de Fontanabuona, perto de Moconesi, na parte oriental da Ligúria, onde viveu Giovanni Colombo, avô de Bartolomeu e de Cristóvão;
- a relação apresentada ao Senado de Veneza a 16.XI.1525 por Gasparo Contarini, embaixador da Sereníssima República nas Cortes de Portugal e Espanha (1519-1520), em que afirma que naquele momento era governador de Santo Domingo, com a vasta jurisdição outorgada a seu pai, o almirante [D. Diego] *figlio del Colombo genovese*²¹;
- a habilitação de D. Diego Colón, filho do almirante e vice-rei D. Diego, e portanto neto de D. Cristóvão, para ser admitido na Ordem de Santiago, em Madrid a 8.III.1535, em que três testemunhas, Diego Méndez, Pedro de Arana e Rodrigo Barreda, afirmam que o dito almirante vice-rei era filho de *Christoval Colon ginovés*, natural segundo a primeira testemunha de Savona, segundo as outras duas de um lugar da Senhoria de Génova que não sabiam identificar²²;
- o catálogo da biblioteca de D. Hernando Colón (hoje Biblioteca Colombina de Sevilla), de seu próprio punho, de que consta a vida do almirante escrita por Hernán Pérez de Oliva, hoje perdida: *Ferdinandi Perez de*

²⁰ A mais difundida foi a versão latina, impressa pela primeira vez em Milão em 1508 com o título *Itinerarium Portugallensium e Lusitania in Indiam et inde in occidentem et demum ad aquilonem*, reeditada em fac-símile pelos Serviços de Educação da Fundação Calouste Gulbenkian com um Estudo introdutório por Luís de Matos, Lisboa, 1992.

²¹ Arquivo de Estado de Turim, *Coleção Mongardino*, vol. 86 (outrora R. A. j. b. X. 25), pub. por Eugenio Albèri, *Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato*, série I, vol. II, Florença, 1840, pp. 48 e 50.

²² Arquivo Histórico Nacional de Madrid, Archivo Secreto de las Órdenes Militares, *legajo 172*, exp. 804. Cf. *ibidem*, a genealogia de D. Diego inclusa nas *Genealogias de los Caballeros que se han puesto el Habito de la Orden de Santiago desde el año de 1501 hasta el de 1599, inclusive*, tomo I, fl. 16.

*Oliua: Tractatus manu ex hispano sermone scriptus de vita et gestis Don Chrystophori Colon, primi Indiarum Admirantis et Maris Oceani domitoris. Dividitur in 9 enarrationes sive capitula, quorum primum incipit: Christoval Colon ginovez... textor*²³;

- o apontamento autógrafo de D. Hernando Colón²⁴, redigido no quadro dos Pleitos Colombinos, destinado aos advogados que elaborariam o *Magnus Memorialis Colombinus* (de que existem duas versões, conservada uma em Sevilha, outra em Madrid), em que rebate o argumento do Fiscal da Coroa que aduzia a ilegalidade das concessões feitas a Colombo pelos Reis Católicos, por irem contra as *Leis de Partidas*, o *Ordenamento de Alcalá* de 1348 e a *Lei de Toledo* de 1480, que proibiam a nomeação de estrangeiros para cargos de governação e administração de justiça: os cargos concedidos a Cristóvão Colombo não se destinavam a ser exercidos em território espanhol, mas nas Índias (que, ao tempo da celebração das *Capitulações de Santa Fé*, não pertenciam ainda à Coroa de Castela): *no obsta dezir que estrangeiros no pueden tener mercedes ni oficios, porque esto no es para las Indias, do tan estrangero es i era (esto es, al tiempo que se hizo la Capitulation) el castellano como el ginovés.*

3. “Os estudos universitários em Pavia”

É verdade que D. Hernando Colón não afirma que seu pai frequentara a Universidade; mas a menção de Pavia sugere-o imediatamente ao leitor, e era certamente isso o que o autor, sem mentir redondamente, queria insinuar com tal alusão. Também eu poderia dizer que tive um jardineiro que estudou em Coimbra, já que fez a terceira classe na escola primária da Bencanta, mas ninguém o entenderia em tal sentido... O testemunho de Las Casas é neste caso irrelevante, pois, como em muitos outros pontos, limita-se a reproduzir a primitiva versão castelhana, que conheceu, da *Vida do Almirante*.

Seja como for, se, como tudo indica, Colombo vivia em Génova, onde havia ensino primário e secundário, não se vê razão para ir estudar para Pavia senão para frequentar o ensino superior, tanto mais que, como nota Rinaldo Caddeo, a corporação dos laneiros de Génova tinha uma escola para os filhos dos seus sócios. E se por qualquer circunstância da vida, mal documentada para os seus primeiros anos, Colombo aprendeu as primeiras letras em Pavia, isso não se reveste de qualquer importância; o que é importante notar é que nada indica que tenha frequentado a universidade; nisso estão de acordo os investigadores que estudaram a sua vida, que não encontraram traço da sua presença na documentação referente à Universidade de Pavia.

²³ Biblioteca Colombina de Sevilla, *Catálogo*.

²⁴ Arquivo General de Indias, *Patronato Real*, 8 R 14, f. 26 v e R 15, f. 398 v, pub. por Anunciada Colón de Carvajal, *La Herencia de Cristóbal Colón*, p. 89.

Aliás, D. Hernando dá a entender que seu pai não foi muito longe nos estudos: *Dico adunque che nella sua piccola età imparò lettere e studiò in Pavia, tanto che gli bastava per intendere i cosmografi, alla cui lezione fu molto affezionato...*”.

Onde o Eng.^o Branco se engana redondamente é ao imaginar que matérias como a geometria, a astronomia, etc., apenas se ensinavam na universidade: essas matérias eram consideradas disciplinas preparatórias para a universidade, formando o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música), que no seu conjunto formavam as “sete artes liberais”, assim designadas desde Marciano Capela (séculos IV-V) por serem entendidas como a base da formação dos homens livres, ao contrário das artes mecânicas, destinadas à população servil. As artes liberais eram ensinadas desde a Alta Idade Média, muito antes de haver universidades (que só aparecem no século XI), nas escolas catedrais e também nos mosteiros (sobretudo nos mosteiros de tradição irlandesa); constituíam o ensino médio, *grosso modo* correspondente ao moderno ensino liceal. Foi para isso que em 1542 D. João III criou o Colégio das Artes, que começou a funcionar em 1547, junto à Universidade de Coimbra, de que permanecia independente, como estabelecimento secundário que era, destinado a preparar os estudantes que desejavam ingressar no ensino superior. A astronomia náutica e a marinharia eram ensinadas fora da universidade: era perante o *piloto-mor d’El-Rei* que os candidatos faziam exame. Não há aliás sinais do estudo das matemáticas aplicadas à náutica na Universidade antes de Pedro Nunes, na quinta década do século XVI.

Outro erro é imaginar que na época apenas os nobres e os clérigos estavam alfabetizados. A taxa de alfabetização era baixa mas, pelo menos nos meios urbanos, muito superior a zero: encontrei na Torre do Tombo folhas de pagamentos a soldados e marinheiros de armadas da Índia dos primeiros anos do século XVI em que boa parte deles, talvez metade, assina o recibo por sua mão, embora outros assinem de cruz. No caderno de recibos do almoxarifado dos mantimentos de Malaca em 1521-24²⁵, de que guardo cópia, de 47 despenseiros de outros tantos navios que partiram para diversas partes apenas 13 assinam de cruz. Aliás, se o ensino das primeiras letras estivesse limitado aos clérigos e aos nobres, para que manteria a corporação dos tecelões de Génova uma escola para os filhos dos seus sócios?

²⁵ Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, II-98-62.

Quanto aos nobres, pelo menos aos de algumas posses, raramente frequentavam as escolas públicas a qualquer nível, pois eram educados em casa por preceptores contratados para o efeito; os da Casa d’El-Rei eram educados na corte e não nas universidades — o que os não impedia de serem por vezes muito cultos, como é o caso de Luís de Camões. Não foi desse estrato social mas da burguesia que saiu a maior parte dos letrados e dos universitários de finais da Idade Média, que por vezes se guindaram a posições cimeiras, como foi em Portugal o caso de João das Regras, o do Dr. Diogo Afonso de Mangancha, que forneceu o suporte jurídico à regência do Infante D. Pedro, o do chanceler-mor Rui Gomes de Alvarenga, pai de Lopo Soares de Albergaria, governador da Índia, etc. Deste, lembro-me de ter lido algures num nobiliário que era “homem de tão baixa cepa que não é para se dizer”; seja como for, a *Pedatura Lusitana*²⁶ di-lo filho do Dr. Gomes Martins de Vasconcelos ou de Alvarenga, também chanceler-mor, e de sua mulher Catarina Teixeira, “camareira que foi depois da Infante D. Isabel, duquesa de Borgonha”, filha, ao que constava, de um sapateiro de Torres Vedras e de uma filha de um siseiro castelhano, e viúva já do Dr. Fernando Afonso da Silveira, progenitor dos Silveiras Lobos, mais tarde barões do Alvito.

Como acentuámos em estudos precedentes²⁷, a segunda metade do século XV foi uma época de crescimento demográfico e de desenvolvimento económico, o que, por muito que pesasse à ideologia nobiliária que procurava reimpor-se, aumentava as possibilidades de emprego, favorecendo, por conseguinte, a ascensão social.

Quanto aos bons conhecimentos de latim do nosso herói, não sei em que se baseia Las Casas para o pintar de tais cores; provavelmente não se quer referir ao que nesse idioma escreveu, mas tão-somente à facilidade com que lia e entendia livros escritos em latim — um conhecimento por conseguinte passivo e não ativo. Seja como for, nos documentos que nos chegaram, o latim de Colombo não é bom nem mesmo mau: é péssimo! Recorda até por vezes o do *Palito Métrico*, contendo nomeadamente:

²⁶ Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana – Nova edição reformulada*, Ed. Cavalhos de Basto, Braga, 1997, vol. II, p. 214.

²⁷ “Le Portugal et l’Afrique au XV^e siècle: les débuts de l’expansion”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1989, pp. 161 a 256; também pub. na série *Separatas* do Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, n.º 221, Lisboa, 1989, e em versão portuguesa correta e aumentada na nossa coletânea de estudos *De Ceuta a Timor*, DIFEL, Carnaxide, 1995, pp. 43-147; e *La expansión portuguesa: un prisma de muchas caras*, Ediciones Uniandes, Universidad de los Andes, Bogotá, 2016.

- abundantes erros de ortografia: *spera* em vez de *sphaera*, “esfera”; *arenoza* em vez de *arenosa*; *nauigacionis* em vez de *nauigationis*; *papiro* em vez de *papyro*; *fixicus* em vez de *physicus*; *equinoxialis* em vez de *aequinoctialis*; *ditus* em vez de *dictus*; *sertum* em vez de *certum*, etc.;
- vulgarismos de sabor tabeliônico: *anno de 88* em vez de *anno octogesimo octauo*; *habet castrum serenissimi regis Portugalie*, “há um castelo do sereníssimo rei de Portugal”, em vez de *est ibi castrum...*, etc.;
- termos românicos latinizados à pressão: *uiagium*, “viagem”; *malineros*, “marinheiros”; *in remolio*, “de remolho”; e inclusivamente (imagine-se!) um termo lígure latinizado: *porsimolum*, “salsa”, em vez de *petroselinum*;
- faltas à concordância gramatical: *Africa ... in aliquibus locis habitantur* em vez de *habitatur*; *ad comperendum altitudinem solis* em vez de *ad comperendam altitudinem solis*; *potest uideri quisquam mentientem* em vez de *quisquam mentiens*;
- complementos de lugar para onde ou de *terminus ad quem* em ablativo em vez de acusativo: *nauigando ex Ulixbona ad austrum in Guinea* em vez de *in Guineam*; *usque in Guinea* em vez de *usque in Guineam*; *de septentrione in austro*, “de norte a sul”, em vez de *in austrum*, etc.
- complementos diretos em nominativo: *Rex Portugalie misit in Guinea anno Domini 1485 magister Ihosepius, fixicus eius et astrologus*; *inueni locus temperatus esse* em vez do que seria correto numa proposição infinitiva: *inueni locum temperatum esse*;
- um complemento direto em ablativo: *pone [...] semine in aceto* em vez de *pone semen in aceto*;
- um complemento de matéria em genitivo com uma proposição que pede ablativo: *uide in nostris cartis a papiri*;
- ablativos misturados com acusativos no mesmo sintagma: *usque uno promontorium* em vez de *usque unum promontorium*; *cum quadrantem et aliis instrumentis* em vez de *cum quadrante et aliis instrumentis*, etc.
- sujeitos em acusativo: *nec [id] impedit maximum calorem* em vez de *nec id impedit maximus calor*; *ut solent [nauigare] naucleres et malineros* em vez de *ut solent naucleri et nautae*, já que *malineros* é de qualquer modo um barbarismo), etc.!

Valeu-lhe não ser eu o seu professor de latim em Pavia, senão chumbava...

Quando à cosmografia, navegação astronómica, etc., parece que Colombo não era brilhante em tais matérias, pois, além do monumental erro que cometeu na sua estimativa da circunferência da Terra, chega a admitir que esta tivesse a forma de uma pera, mais afilada num hemisfério que no outro! Além disso a maioria das latitudes que dá nos seus escritos está errada: as Bahamas não se situam a 42° N mas a c. 21°, a Islândia não fica a 73° N mas a uma latitude média de c. 65° N, a ilha de Trinidad não jaz à mesma latitude da Serra Leoa, mas uns 3° a 4° mais a norte, São Jorge da Mina não se situa sob a equinocial mas a 5° 10' N, o Cabo da Boa Esperança não fica a 45° mas a 34° 22' S, etc. Não há dúvida de que foi um

grande navegador; mas provavelmente navegava à maneira mediterrânica, por rumo e estima, e não, como ao tempo faziam já os portugueses, por latitudes (ou pelo menos pela conversão das diferenças de latitude em léguas, recorrendo, quando se não percorria em direitura um meridiano, à *toleta de marteloio*). Segundo o testemunho de Michele da Cuneo, seu companheiro na segunda viagem ao Novo Mundo, Colombo era um navegador exímio mas empírico, dotado de grande intuição náutica: *Poi che Genoa è Genoa no è nato uno omo tanto magnanimo e acuto del facto del navicare como il dicto signor ammirante; perciò che, navicando, solum a vedere una nuvola o una stella di nocte iudicava quello dovea sequire e se essere dovea mal tempo; lui proprio comandava e staxeva al temone; e poi che la fortuna era passata, lui alzava le velle, e li altri dormiano*. Os textos colombinos deixam-nos assim entrever mais um autodidata que um universitário. Aliás o próprio Almirante, numa carta de 1501 aos Reis Católicos²⁸ (parcialmente transcrita por D. Hernando²⁹), o dá a entender, ao explicar que aprendeu a navegar por *trauto y conversación [que] he tenido con gente sabia, heclesiásticos e seglares, latinos y griegos, judíos y moros y con otros muchos de otras setas*. Já na primeira metade do século XVI o cosmógrafo Jerónimo Girava o descrevia como *Christoval Colón, genoves, gran Marinero y mediocre cosmografo*³⁰. Não é, por outro lado, impossível que na sua formação tenha influído o mester de livreiro que terá exercido durante os seus primeiros tempos em Castela, como o dá a entender Andrés Bernáldez, que foi de 1487 a 1513 cura de Los Palácios, junto a Sevilha, e que o deve ter conhecido pessoalmente: *ovo un hombre de tierra de Génova, mercader de libros de estampa, que trataba en esta tierra de Andalucia, que llamaban Christobal Colon, hombre de muy alto ingenio sin saber muchas letras, muy diestro de la arte de Cosmographia é del repartir del mundo...*³¹.

Quanto a dizer Colombo numa carta à ama do príncipe D. João, D. Joana de Torres, que “não era o primeiro almirante da sua família”, não consta do texto da carta que chegou até nós; portanto ou foi extraído de uma outra carta, hoje perdida, ou trata-se de uma adunção de D. Hernando. Remonte ao pai ou ao filho, a bravata deve querer aludir ao imaginário parentesco dos

²⁸ Consuelo Varela, *Cristóbal Colón – Textos y documentos completos*, Alianza Editorial, Madrid, 1984, doc. xlv, p. 277.

²⁹ *Vida do Almirante*, cap. IV.

³⁰ Hieronymo Girava, *Dos libros de Cosmografía*, compuestos por..., Tarragones, Milão, 1556, p. 186.

³¹ *Historia de los Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, cap. cxviii, “De como fueron descubiertas las Indias”, in D. Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla desde Don Alfonso el Sabio hasta los Católicos Don Fernando y Doña Isabel*, t. III, Ed. Atlas, Madrid, 1953, p. 657.

nossos Colombos com o corsário grego (naturalizado francês a pedido de D. Afonso V, que escoltara até Portugal no seu regresso de França em 1477), alcunhado de “Colombo *o Moço*”, de que abaixo falaremos, ou aos vários Colombos que capitanearam navios — de que Salvagnini identificou em Génova oito, entre finais do século XII e a época do nosso homem, afora outros dezoito Colombos, os mais deles negociantes, estabelecidos em várias partes da Europa Ocidental³².

Passando à questão da nobreza de Filipa Moniz, sua esposa: se nela insisto é porque se tem feito cavalo de batalha do argumento da sua “alta estirpe” para negar a possibilidade do seu casamento com um burguês — que, aparentemente, se fazia passar por nobre, usando brasão de armas, como resulta claro da carta régia dos Reis Católicos que lhe conferem novo escudo, onde se fala das *armas vuestras que solíades tener*. Diga-se entre parêntesis que a sua mania das grandezas não se ficou por aí: os Reis Católicos autorizaram-no a intitular-se *don* no momento em que descobrisse alguma nova terra, mas ele tomou desde logo o título; e permitiram-lhe incluir no seu brasão os emblemas de Castela e Leão com as cores modificadas, mas ele reproduziu tal qual as cores das armas régias, como se vê nos dois cartulários com cópias certificadas dos 36 privilégios que recebera dos Reis, que confiou a Nicolò de Oderigo, embaixador genovês em Espanha, de que um exemplar, como dissemos, se conserva hoje em Génova e o outro em Paris.

Tornando a Filipa Moniz, é importante notar que D. Hernando Colón exagera a sua nobreza, descrevendo-a anacrònicamente como uma gentil-donna chamada Donna Filippa Mogniz: na realidade foi só em 1522 que D. João III autorizou a mulher e as noras do donatário Bartolomeu Perestrelo III a intitularem-se donas³³.

Quanto a seu pai, Bartolomeu Perestrelo, Gomes Eanes de Zurara³⁴ di-lo “fidalgo da casa do Infante D. João”, no sentido genérico do termo fidalgo, pois era de facto nobre por nascimento: seu pai Filipe recebera em 1433 a confirmação das suas armas de nobreza, por ter provado as origens nobres da sua família em Placência, onde tinham o estatuto de cavaleiros. Era no entanto, como os seus antepassados, um simples cavaleiro, como

³² Alberto Salvagnini, *Cristoforo Colombo e i Corsari Colombo suoi contemporanei*, Ministero della Pubblica Istruzione, Roma, 1893, pp. 14-17; cf. Henry Harisse, *Les Colombo de France et d'Italie, fameux marins du XV^e siècle, 1461-1492*, Lib. Tross, Paris, 1874.

³³ Vide Pe Fernando Augusto da Silva & Carlos de Azevedo de Meneses, *Elucidário Madeirense*, 3^a ed., 3 vols., Funchal, 1966, s. v. “Porto Santo, profetas e nobres do”; sobre as pretensões nobiliárias dos Perestrelas, vide art^o “Perestrelo, Bartolomeu”, *ibidem*, s. v.

³⁴ *Crónica dos Feitos da Guiné*, cap. lxxxiii.

consta de todos os documentos oficiais que o mencionam, nomeadamente a carta de 1.XI.1446, por que o infante D. Henrique lhe concede a capitania-donatária do Porto Santo, a carta régia de 17.VIII.1459 por que D. Afonso V autoriza o trespasse da capitania a Pero Correia, que desposara uma das suas filhas, a doação da capitania da ilha Terceira a Jácome de Bruges, no mesmo regime da do Porto Santo, a 2.III.1450, além de uma lista dos procuradores dos concelhos que participaram nas Cortes de Lisboa em Dezembro de 1439 e do aforamento de umas casas em Lisboa a 8.VI.1431³⁵. Estava portanto muito longe de ser um membro da alta nobreza: esta, herdeira dos ricos-homens da Idade Média, era constituída em primeiro lugar pelos titulares (duques, marqueses, etc.), e em seguida pelos fidalgos de solar, senhores de terras em que exerciam jurisdição, sem contudo possuírem títulos³⁶. Os cavaleiros e, abaixo deles, os escudeiros e os moços da câmara, eram os continuadores dos infanções de antanho, constituindo a baixa nobreza, muito mais numerosa³⁷, em que se integravam os Perestrelos. A seu lado havia ainda indivíduos considerados nobres, por mercê régia ou em razão das funções, por vezes assaz elevadas, que exerciam, sem contudo serem fidalgos³⁸.

Quanto a Filipa Moniz ser tia de condessas e marquesas, não é mentira nenhuma; mas manda a honestidade historiográfica que se explique como: através da falta de vergonha e do deboche. Com efeito, sua irmã Branca (ou segundo outros, Isabel) Dias Perestrelo foi amante do *castíssimo* arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, de quem pariu nada menos que oito filhos. Será que o facto de ir para a cama com um arcebispo prova a sua alta jerarquia? Prova apenas que era cabra ou pega, conforme a classe zoológica em que se prefira classificá-la; mas pegas há-as de todos os estratos sociais...³⁹. Se seus filhos receberam títulos de nobreza, receberam-nos

³⁵ *Monumenta Henricina*, vol. IX, doc. 143, vol. XIII, doc. 182, vol. X., doc. 134, vol. VII, doc. 15 e vol. VII, doc. 15.

³⁶ Vide João José Alves Dias, *Portugal – Do Renascimento à crise dinástica, Nova História de Portugal*, vol. V, Ed. Presença, Lisboa, 1998, pp. 277 & *sqq.*

³⁷ Cf. A. H. de Oliveira Marques, artº “Nobreza – Na Idade Média”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971, s. v.

³⁸ Cf. António Caetano do Amaral, *Para a história da legislação e costumes em Portugal*, 2ª ed. Livª Civilização, Porto 1945; António de Sousa Silva Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, 2ª ed., Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1979.

³⁹ Se me é permitido, em aparte, uma nota pessoal, direi que por minha trisavó materna, D. Antónia Joana Francisca Leite de Sousa Noronha, natural de Ribandar, Goa, Índia Portuguesa, sou longínquo descendente de tais amores — do que me não envergonho, já que Cristo era, segundo S. Mateus 1, 5-6, descendente de uma prostituta (Raab), de uma mulher adúltera (a de Urias, que concebeu del-rei David) e de uma estrangeira, quiçá incestuosa (Rute, que segundo uma das versões da história concebeu de seu próprio sogro).

em atenção ao pai — que era neto, ainda que por bastardia dos reis D. Fernando de Portugal e D. Henrique III de Castela — e não em atenção à mãe.

De qualquer modo Colombo nasceu na Europa e não na Índia; não estava por isso sujeito ao regime das castas, como o Eng.^o Branco parece imaginar. Neto de um sapateiro de Torres Vedras era o chanceler Rui Gomes de Alvarenga, mas isso não impediu que desposasse D. Melícia Soares de Melo, filha de Estêvão Soares de Melo, senhor de Melo, nem que seu filho Lopo Soares de Albergaria desposasse D. Joana de Albuquerque, filha de Nuno da Cunha, camareiro-mor do infante D. Fernando, pai del-rei D. Manuel. Quanto à licença do grão-mestre ou governador da ordem, que ao tempo era de facto D. João II, para as comendadeiras⁴⁰ poderem casar, era necessária para as segundas núpcias das viúvas⁴¹, não para as solteiras, como era o caso de Filipa.

Há sobretudo que notar que o Colombo que a desposou não era já o tecelão de antanho, mas o agente de poderosas casas comerciais genovesas que na prática detinham o monopólio da exportação do açúcar do arquipélago da Madeira. Nas Cortes de 1472-73 haviam-se queixado os habitantes do Funchal de que todo o comércio açucareiro estava nas mãos de genoveses e judeus, pedindo a liberalização do seu trato; e em 1481-82 insistiam em que se proibisse a residência de estrangeiros no arquipélago, mas em vão, pois a infanta D. Beatriz havia determinado que Battista Lomellini fosse considerado não como estrangeiro, mas como “natural e criado e servidor seu”; o mesmo sucederia a “Micer Leão”, Giovanni Antonio Cesare, Luigi Doria, Urbano Lomelino, Battista Catagno, Antonio Spinola e vários outros que se arraigaram na Madeira. Por suas mãos corriam pelo menos 63% da exportação açucareira. Numa época em que o arquipélago produzia cerca de 120 000 arrobas anuais de açúcar, Génova consumia 13 000 e colocava em Constantinopla, por intermédio do seu entreposto de Xio, mais 15 000; e há razões para crer que das 40 000 que embarcavam para a Flandres boa parte era aí conduzida por vasos genoveses⁴². É neste contexto que Cristóvão Colombo aparece em cena como agente de Paolo di Negro, mercador estante em Lisboa, fornecedor de açúcar a Lodisio Centurione,

⁴⁰ *Comendadoras*, como escreve o Eng.^o, não é português, é castelhano.

⁴¹ Veja-se a *Regra, statutos & diffinções [sic] da ordem de Sanctiaguo*, Em Setuual, por Herman de Kempis, 1509, f. 7v. Agradeço à minha prezada colega e ex-aluna Doutora Fernanda do Olival, especialista em história das ordens militares, esta referência.

⁴² Podem ver-se mais detalhes in Virgínia Rau e Jorge de Macedo, *O açúcar da Madeira nos fins do século XV – Problemas de produção e comércio*, Junta-Geral do Distrito Autónomo do Funchal, 1962.

que permanecia em Génova; tudo indica que andava ao seu serviço desde c. 1474 e que fora por sua conta que empreendera a viagem às Ilhas Britânicas e à Islândia em 1477.

Para os Perestrelos à beira da falência — haviam até, como vimos, vendido a donataria a um genro, venda que ao depois foi judicialmente anulada, por ter sido feita na menoridade do herdeiro legítimo —, estas relações acrescentavam uma nota de conveniência a um enlace que deve ter sido feito “por amores”, como costumam os nobiliários dizer das uniões desiguais: [*Colombo*] *era huomo di bella presenza* [...]; *Filippa Mogniz* [...] *prese tanta prattica et amicitia con lui, che diuenne sua moglie*⁴³.

Quanto às presunções nobiliárias de D. Hernando Colón, mesmo descontando a lamentável confusão que o Eng.º Branco estabelece entre Cristóvão Colombo e Nosso Senhor Jesus Cristo, é evidente que se não podem tomar a sério, não só quando atingem excessos como fazer descender Colombo de um cônsul romano do século I, com o nome estropiado para o efeito, mas também quando se ficam por meias-palavras, alusões indiretas e quejandos. É o que parece passar-se com a afirmação de que Colombo “não era o primeiro almirante da sua estirpe”, com que topámos acima, alusão oblíqua por que o biógrafo procura sugerir que seu pai era parente de um dos almirantes franceses conhecidos por *Coulons*, o que, como abaixo veremos, é ainda menos provável que o seu parentesco com os Colombos nobres de Placência.

Claro que à prosápia dos Colombos não agradavam muito as alusões às suas origens humildes. Do inquérito ao seu comportamento movido por Francisco de Bobadilla, primeiro governador das Índias nomeado pela Coroa, que exerceu funções de 1500 a 1503, consta a acusação de terem mandado cortar a língua a duas mulheres, Teresa de Baeça e Inês de Malaver, porque disseram que o pai de Cristóvão e Bartolomeu era tecelão. O facto consta dos testemunhos de Rodrigo Pérez, Francisco de Sesé, Rodrigo Manzorro e Juán de Salazar. É suficiente transcrevermos o primeiro:

El dicho Rodrigo Pérez, lugarteniente de justiçia, dize: que podía aver çinco años que Teresa de Baeça e Ynés de Malaver dixeron qu’el Almirante e sus hermanos eran de linaje de texedores, que [en] Moflín avía enseñado a texer a don Diego [i. e., a seu filho], e que por ello les cortaron las lenguas; e quando lo supo el Almirante [que estava em Castela] escrevió una carta al adelantado [Bartolomé Colón],

⁴³ Don Fernando Colombo, *Vita e Viaggi di Cristoforo Colombo*, cap. iv.

que leyó este testigo, que en una parte de ella dezía “eso que aveys fecho está bien, que quien dize mal de nos muerte meresçe e asy es el derecho”⁴⁴.

O castigo foi portanto infligido por Bartolomeu Colombo, mas Cristóvão aprovou-o, por defender a honra da família. Razão tem o ditado: “se queres ver o vilão, mete-lhe a vara na mão...”.

4. “O documento Assereto”

Vimos já que nem é certo que a viagem que Colombo empreendeu em busca da galeaça *Fernandina* se inscreva na guerra de Aragão, nem que seja datável de 1472, nem que nela fosse Colombo o capitão. E que o fosse? Não era possível ter participado em 1472 na guerra de Aragão, em 1476 na batalha do Cabo de São Vicente, ter em 1477 feito uma viagem ao Mar do Norte e em 1478 andar ocupado em negócios de açúcar na Madeira? Não são viagens que duram escassos meses e não anos? E 1472, 1476, 1477 e 1478 não são anos sucessivos? Para mais que, como mostrou Rinaldo Cadedo, a viagem ao Mar do Norte, em que terá atingido a Islândia, deve ter sido feita por conta dos mesmos patrões que a viagem a Xio, a viagem em que adregou aterrar em Portugal e a viagem da Madeira a Génova: as casas Spinola e Di Negro. Se o descobridor Colombo era pessoa distinta do Colombo referido no chamado “Documento Assereto”, e se era este (*Cristóvão Colombo*) e não o primeiro (*Cristóvão Colombo*) o agente das casas Di Negro e Centurione na Madeira, por que motivo contempla o descobridor (*Cristóvão Colombo*), nos codicilos do seu último testamento — cuja autenticidade discutiremos mais abaixo —, elementos daquelas duas casas comerciais com dois dos seis legados que institui, ou como compensação moral por auxílios recebidos ou, mais prosaicamente, para liquidação de empréstimos contraídos?

Embora não queira enveredar pelas sendas da especulação gratuita, avento até que a própria viagem à Guiné — que teve necessariamente lugar após 1481, uma vez que Colombo achou aí já concluída a fortaleza de São Jorge da Mina, construída no dito ano — tenha sido feita ao serviço das mesmas casas comerciais, já que D. João II era pouco propenso a autorizar a presença de simples curiosos nas suas expedições ultramarinas. Afirma o Eng.^o Branco, ironicamente, que Colombo, após desposar

⁴⁴ Arquivo Geral de Simancas, *Incorporado*, legajo 13, pub. por Consuelo Varela e Isabel Aguirre, *La caída de Cristóbal Colón – El juicio de Bobadilla*, Marcial Pons Historia, Madrid, 2006, pp. 242-243; cf. p. 232. Agradeço ao meu prezado amigo e colega Juan Gil que me chamou a atenção para este testemunho.

Filipa Moniz, “nos restantes 5 anos em que está em Portugal, de repente, torna-se capitão de navios, aprende toda a arte de navegar, vai aos Açores, costa de África, Cabo Verde, Mina, etc.”. Esta maneira de se exprimir é incompatível com o mínimo de objetividade histórica que se requer num debate científico: primeiro, porque ninguém afirmou que ele capitaneara qualquer das viagens referidas, nem que aprendera “de repente” a arte de navegar; segundo, porque a viagem referida é com toda a probabilidade uma só, pois, como nas nossas faculdades aprende qualquer estudante de história dos descobrimentos, o regime de ventos impõe que a *volta da Mina* (que fica na costa de África) se faça por Cabo Verde e pelos Açores; e terceiro, porque não há aí ocasião para qualquer *etc.*

Por outro lado: ainda que na guerra de Aragão Cristóvão Colombo *capitaneasse* um navio, isso obrigaria a que sempre que se embarcasse fosse ele o capitão? Não podia jamais a partir daí embarcar como passageiro? Não consta que na viagem a Xio, na viagem ao Mar do Norte nem muito menos na viagem à Mina fosse ele o capitão! Deve ter sido nessas viagens em que participou por assim dizer passivamente que, sendo, como de feito era, um espírito curioso, apurou os conhecimentos de navegação que em Génova apreendera na sua juventude. O Eng.º Branco parece imaginar ingenuamente que no século XV houvesse já postos militares, a que se podia ser promovido mas de que se não podia ser despromovido, como nos exércitos e nas marinhas modernas (repete até essa ideia mais abaixo, ao afirmar que Jorge Bissipat em 1475 “se tornou capitão da marinha francesa”). *Capitão* (de um corpo de tropas ou de um navio) era nesse tempo uma função, para que se era nomeado *ad hoc*; só com a generalização das “companhias à suíça”, formadas por profissionais, em meados do século XVI, já bem morto e enterrado o Almirante, começou o termo a adquirir os contornos mais precisos de “posto da hierarquia militar” que tem hoje.

5. “O Testamento de 1498”

Este documento, conhecido como *Institución de Mayorazgo* — que, como abaixo veremos, não é exatamente um testamento mas uma escritura pública, embora destinada a produzir efeitos *mortis causa* —, é, de facto, o mais problemático dos documentos colombinos, embora como vamos procurar mostrar não possa ser tido por integralmente falso. A ideia, avançada por um historiador desportivo cujo nome não recordo, de que se trataria de uma falsificação de D. Baltasar ou Baldassare Colombo, cai pela base perante a mera constatação de que existem duas cópias do documento em

papel e letra de começos do século XVI, quando nem D. Baltasar nem sequer talvez seu pai eram nascidos. Baldassare Colombo era um nobre de Cuccaro, no Piemonte, que em 1583, na sequência da morte de D. Diego Colón y Pravia, 4.º Almirante das Índias, bisneto e último descendente por varonia do descobridor do Novo Mundo, reivindicou para si o morgadio que este instituíra, com base numa alegada identidade entre um antepassado seu denominado Domenico Colombo e o pai do Almirante — impossível, uma vez que o primeiro faleceu em 1456 e o segundo era ainda vivo em 1494. D. Diego, 4.º almirante, falecido a 27.I.1578, era sobrinho e herdeiro do 3.º, D. Luís Colón y Toledo, neto do descobridor. O pleito que se seguiu foi na época objeto de duas publicações de tiragem reduzida, para uso dos advogados⁴⁵, que contêm uma série de documentos interessantes, de que nos não podemos ocupar aqui; entre eles figura uma cópia da *Institución del Mayorazgo*. As primeiras cópias manuscritas desta são, contudo, como adiantámos já, muito mais antigas, datando dos primeiros anos do século XVI: conserva-se uma no Archivo de Indias, em Sevilha, e a outra nos Archivi di Stato de Génova, e não apresentam entre si senão pequenas divergências, sobretudo de ortografia⁴⁶. Por outro lado, não pode ter sido D. Baltasar quem forjou a documento no contexto da demanda que intentou em 1583, pois uma cópia da *Institución* fora já entregue ao tribunal a 13.V.1578 pelo Dr. Hurtado, advogado de um outro candidato à herança, Cristóbal Colón y Carvajal, filho bastardo do 3.º almirante, D. Luís Colón y Toledo.

É verdade que já em começos do século XIX D. Martín Fernández de Navarrete (1765-1844) lamentava⁴⁷: *aunque no tenemos motivo fundado para desconfiar de la legitimidad de este documento [...] sin embargo carecemos de la satisfacción de haber encontrado en los Archivos [...] un original de letra del Almirante o una copia legalizada en toda forma...* Parece que foi mais tarde que o laborioso investigador encontrou no *Libro de registro del Sello de Corte*, em Simancas, a confirmação da criação do morgadio pelos Reis, outorgada

⁴⁵ *Demanda y Oposición de don Baltasar Colombo de Cucaro, para la sucesión que pretende del mayorazgo que fundó D. Christoval, primer Almirante de las Indias*, Pedro Madrugal impresor, Madrid 1590; e *Memorial del Pleyto sobre la sucession en possession del Estado y Mayorazgo de Veragua, Marquesado de Jamayca y Almirantazgo de las Indias que fundó don Christoval Colon, primero descubridor, Almirante, Virrey y Gobernador general de ellas* [Madrid, 1606].

⁴⁶ Pode ver-se o seu elenco in H. Harisse, *op. cit.*, vol. I, pp. 156 e sqq.

⁴⁷ *Colección de los Viajes y Descubrimientos que hicieron por mar los Españoles desde fines del siglo XV* [1.ª ed., 5 vols., Madrid, 1825-37] in D. Carlos Seco Serrano (ed.), *Obras de D. Martín Fernández de Navarrete*, vol. I (Biblioteca de Autores Españoles, tomo 75), Atlas, Madrid, 1954, pp. 442-443.

em Granada a 28.IX.1498, que transcreveu na introdução que redigiu à sua obra antes de a dar à estampa⁴⁸. Esse documento confirma tanto a existência da *Institución...* como a sua data (Sevilha, quinta-feira, 22.II.1498), embora não confirme apoditicamente o seu teor visto não o transcrever integralmente. O documento foi teoricamente anulado pelo testamento colombino de 1502, em cujo seguimento Colombo lhe apôs a verba: *no valga esta escritura y valga otra que yo hize el año de 1502 a primero d'Abril en el Monasterio de las Cuevas de Sevilla, que tiene fray D. Gaspar [Gorrício]*; é certamente por isso que não consta dos dois cartulários que Colombo enviou para Génova por mãos do embaixador genovês na corte espanhola, Nicolau Oderigo. No entanto esta nova escritura de 1502 (três meses posterior à elaboração dos cartulários, de que por conseguinte não podia constar) desapareceu sem deixar rastro, de modo que foi a de 1498 que acabou por ser tida por válida, sendo repetidamente utilizada nos *Pleitos Colombinos* de 1508-1535⁴⁹, como consta de uma boa vintena de minutas e de rogatórias anotadas no verso da sua cópia que foi presente em tribunal, o que mostra que, por então, a sua genuinidade não foi posta em dúvida. Apenas o veio a ser no *Pleito de Sucessão do ducado de Verágua*, de 1583, pelas filhas de D. Luís Colón, também candidatas à herança de seu bisavô, que, como fêmeas, quedavam pela *Institución* excluídas da sucessão do morgadio. No entanto o *Consejo de Indias* rejeitou por improcedente a sua alegação, considerando assim fidedigno o documento.

Seja como for, o que escreve Eng.^o Branco merece alguns reparos que fazemos desde já:

- um treslado é por definição uma cópia não autenticada; gabo a pachorra a quem mandou fazer análises caligráficas, sabendo-se *a priori* que não era o original! Já agora, porque não uma peritagem, pelo método do

⁴⁸ Ilustración 10, *op. cit.*, pp. 82-83.

⁴⁹ Remetemos o leitor curioso de pormenores sobre este ponto para o que escrevemos no nosso primitivo artigo e para a bibliografia que aí indicamos. Sobre os sucessivos pleitos movidos pela descendência de Colombo contra a Coroa, a obra mais completa é a de Anunciada Colón de Carvajal (dir.), *La herencia de Cristóbal Colón – Estudios y colección documental de los mal llamados pleitos colombinos (1492-1541)*, 4 vols., Fundación Mapfre e Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 2015, que publica numerosos documentos até aqui inéditos. Pode ver-se uma sùmula histórica dos pleitos na introdução de Cesáreo Fernández Duro à sua edição dos principais documentos que aí foram aduzidos: *Colección de documentos inéditos relativos al descubrimiento, conquista y organización de las antiguas posesiones españolas de ultramar*, 2.^a série, tomo 7 (2 vols.), Real Academia de la Historia / Establecimiento Tipográfico «Sucesores de Rivadeneyra», Impresores de la Real Casa, Madrid, 1892; cf. H. Harisse, *op. cit.*, vol. II, caps. vi-xv, pp. 180-391.

carbono 14, ao Centro Cultural de Belém, para verificar se, como dizem, data do século XX e não da época de Hamurábi?

- uma cópia não é necessariamente um documento falso: seriam então falsos todos os documentos conservados nas *Chancelarias* da Torre do Tombo, onde formam um conjunto de 1162 volumes, pois o original de cada carta régia, assinado, selado e com protocolo e escatocolo completos, era entregue ao beneficiário, que depois o registava na Chancelaria, onde ficava a cópia, em que protocolo e escatocolo eram geralmente abreviados; e é em geral apenas isso o que chegou até nós;
- é verdade que os italianos (glosando o *Rigoletto: italiani, vil razza dannata!*) são capazes de tudo! No entanto, se a cópia conservada em Génova não é fiel, nem a que se conserva em Sevilha, que parece ser a mais antiga, nem a cópia certificada que se acha no de Simancas⁵⁰ estiveram alguma vez em Itália ou ao alcance de italianos...
- a certeza da origem lígure de Colombo está muito longe de assentar apenas sobre este documento, embora seja ele o mais explícito: citámos, no *ponto 2*, 119 outros testemunhos dela, pelo que não vale a pena fazer cavalo de batalha da genuinidade da presente escritura.

Dito isto, há que reconhecer que o texto, tal como até nós chegou, levanta alguns problemas. No entanto:

- A alusão ao almirante D. Henrique não é dirimente. Há que ter em mente que Colombo não se refere ao almirante em funções no momento em que redigia o instrumento, mas ao primeiro que exerceu o cargo no mesmo regime hereditário em que lhe fora concedido a ele o almirantado das Índias — do que, por ordem dos Reis Católicos, dada em Burgos a 3.IV.1497, foram fornecidas a Colombo cópias autenticadas⁵¹. De feito, o almirantado de Castela, criado por Fernando III, *o Santo*, em 1247 nas vésperas da conquista de Sevilha, tornara-se em 1405, por decisão de Henrique III, hereditário na família Enríquez, descendente de D. Fradique Afonso, filho bastardo de Afonso XI. Como todos os almirantes eram Enríquez e Enríquez significa “filho de Enrique”, pode Colombo ter cuidado que o primeiro da linhagem, almirante de 1405 a 1429, se chamasse D. Enrique, quando na realidade se chamava D. Alonso Enríquez; uma vez que o documento que chegou até nós não é o original, nem é sequer impossível que se trate de um erro de copista, e que naquele se lesse “D. Alonso Enríquez” em vez de “D. Enrique”. De qualquer modo, esse pequeno erro histórico não é por si só suficiente para pôr em causa a genuinidade do documento.
- Quanto ao *Banco San Jorge* de Génova do nosso Eng.^o (que na realidade se chamava *Banca San Giorgio*) não estava tão inativo como ele nos dá a entender, já que Colombo lhe endereçou uma carta autógrafa, de autenticidade

⁵⁰ Arquivo Geral de Simancas, *Patronazgo*, 295, 101, pub. por Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, doc. xix, pp. 190 e sqq.

⁵¹ Pub. por Navarrete, *op. cit.*, vol. I, Apéndice de documentos relativos a la dignidad del Almirantazgo Mayor de Castilla, sus prerrogativas y jurisdicción, pp. 262-295.

incontestável, hoje exposta em Génova, e que o banco lhe respondeu por carta que chegou igualmente até nós.

- A alusão ao meridiano sito a 100 léguas das ilhas dos Açores e Cabo Verde nada tem a ver com o tratado de Tordesilhas, uma vez que se insere no historial da nomeação de Colombo como almirante e se reporta portanto a uma época anterior: ... *y así lo notifiqué al Rey Don Fernando y a la Reina Doña Isabel, nuestros Señores, y les plugo de me dar abiamiento y aparejo de gentes y navíos y de me hacer su Almirante en el dicho mar Océano alende de una raya que marcaron sobre las islas de Cabo Verde y aquellas de los Azores çien leguas, que pase de polo a polo*. A informação contém aparentemente um pequeno anacronismo, mas em sentido diametralmente oposto ao que o Eng.^o Branco imagina. De facto, a 17.IV.1492, nas *Capitulações de Santa Fé* Colombo rogara aos Reis: *que vuestras Altezas, como señores que son de las dichas mares oceanas, fagan desde aquí al dicho don Cristóbal Colón su Almirante en todas aquellas islas e tierras firmes...*; ao que a resposta foi: *Place a sus Altezas – Juan de Coloma*⁵². A nomeação formal, datada de 30.IV.1492, estabelece que Colombo seria considerado almirante e poderia usar o título de *don* (que, como acabamos de ver, entretanto se arrogara) desde o dia em que achasse e ganhasse quaisquer *islas e tierra firme en la dicha mar Océana*⁵³. A injunção de não ir à Mina nem se imiscuir nos tratos de Portugal — que, diga-se de passagem, mostram que os Reis Católicos respeitavam o tratado das Alcáçovas, que só a viagem de Colombo veio a pôr em causa — aparece nas instruções que na mesma data lhe foram dadas⁵⁴, mas sem a precisão das 100 léguas; esta só aparece no ano seguinte, nas conhecidas bulas *Inter Cætera* de Alexandre VI⁵⁵. A referência que lhe faz aqui Colombo no contexto da sua viagem de 1492 é por conseguinte uma simples proleptese.

A única dificuldade verdadeiramente séria que o documento levanta é assim a alusão ao príncipe D. João, falecido de febres em Salamanca a 4.X.1497; não é, contudo, impossível que, como sugere A. Ballesteros⁵⁶, o documento tenha sido redigido, no todo ou em parte, antes da morte de D. João, mas só tenha sido concluído e assinado em fevereiro do ano imediato.

A confusão que o Eng.^o Branco estabelece sobre as relações entre o presente documento e os testamentos colombinos posteriores parece resultar da sua falta de familiaridade com a história das instituições e do direito. A criação de um morgadio, embora participe do mesmo carácter de ato jurídico individual, unilateral, não sinalagmático e com efeitos apenas *mortis causa*, não é exatamente um testamento, e não queda, por isso, *ipso facto* revogada por um testamento posterior, como o Eng.^o Branco parece

⁵² Pub. por Navarrete, *op. cit.*, doc. V, pp. 302-303.

⁵³ *Ibidem*, doc. VI, pp. 304-305.

⁵⁴ *Ibidem*, doc. VII, pp. 305-307.

⁵⁵ *Ibidem*, docs. XVII e XVIII, pp. 312-319.

⁵⁶ *Historia de América*, vol. II, p. 308, cit. por Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, p. 192, nota 5.

crer. Difere sobretudo dele em carecer de autorização e confirmação por El-Rei (documentos que no caso vertente chegaram até nós), pelo que só por nova intervenção régia se podia tornar rata a sua anulação. Não se situa assim estritamente na área do direito privado, cavalgando em certa medida a do público. É verdade que a vinculação de propriedades (que engloba além dos morgadios a instituição de *capelas*), quando no século XIII surge em Castela e Portugal, se regula mais por princípios pouco explícitos, extraídas do direito justinianeu e visigótico uns, simplesmente costumeiros outros, do que por normas de direito positivo, à exceção de uma pequena disposição incluída nas *Leis de Partidas* de Afonso X, o Sábio (r. 1252-84). Foi pelas *Leis de Toro*, aprovadas em 1505, que veio a ser regulamentada e, de certo modo facilitada, em Castela e, por reflexo, em Portugal; mas essa regulamentação, posterior aos factos que nos ocupam, não nos interessa aqui⁵⁷.

A cronologia das disposições *post mortem* de Colombo é portanto a seguinte:

- autorização dos Reis para constituir um morgadio, Burgos 23.IV.1497;
- escritura de instituição do morgadio, Sevilha, 22.II.1498, de que apenas subsistem cópias;
- confirmação da instituição do morgadio pelos Reis Católicos, Granada 28.IX.1501;
- testamento e novo ordenamento do morgadio, por ato notarial de 1.IV.1502, de longa data desaparecido;
- codicilo⁵⁸ feito em Segóvia a 25.VIII.1505, subsumido pelo documento seguinte;
- testamento definitivo, lavrado perante notário a 19.V.1506 (dois dias antes da morte do Almirante), ratificando o codicilo de Segóvia⁵⁹, seguido de um codicilo não datável, copiado de um autógrafo do Almirante e autenticado pelo notário que o copiou em 1524.

⁵⁷ Sobre o regímen do morgadio em Castela, pode ver-se José Maria Font, art.º “Mayorazgos” in Germán Bleiberg (dir.), *Diccionario de Historia de España*, 3 vols., Alianza Editorial, Madrid, 1979, vol. II, s. v. Sobre o vigente em Portugal, que não é substancialmente diferente, Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2.ª ed., dir. por Torquato de Sousa Sares, Liv.ª Sá da Costa, Lisboa [1950], tomo VIII, cap. ii, pp. 227 e sqq.; Maria de Lurdes Rosa, *O Morgadio em Portugal, sécs. XIV-XV*, Ed. Estampa, Lisboa, 1995.

⁵⁸ *Codicillo*, como escreve o Eng.º Branco, é um castelhanismo, pois nessa forma o termo não existe em português.

⁵⁹ Pub., segundo a cópia autenticada por Pedro de Azcoitia conservada no arquivo do ducado de Verágua, por Navarrete, *op. cit.*, doc. clviii, pp. 489-491; e por Consuelo Varela, segundo a cópia autenticada conservada no Archivo General de Indias de Sevilha (295, 61), *Cristóbal Colón*, doc. xciii, pp. 359-363. Cf. H. Harisse, *op. cit.*, vol. 2, pp. 148-163.

Que Colombo recomece nesta época a falar de Génova, que parecia ter esquecido, não é estranho. Impedido, durante cinco anos, de navegar de novo para as terras que descobrira, autorizado em 1498 a fazer novos descobrimento, mas proibido de desembarcar na Espanhola onde fundara a cidade de Isabela, prestes a atingir a idade climatérica de sete semanas de anos (o que sucederia em 1500), devia sentir desilusão, senão remorso. É perfeitamente natural que tenha reconsiderado a sua postura para com a pátria que o vira nascer.

Seja como for, o nosso conhecimento sobre as origens de Colombo não assenta apenas sobre este documento, de modo que, ainda que se viesse um dia a provar a sua inautenticidade, restariam pelo menos os outros 119 testemunhos que citámos no *ponto 2*.

6. “A Assinatura do Almirante”

Três observações sobre a pretensa equivalência do ponto e vírgula a *Colón*, a que se seguirão dois pequenos esclarecimentos marginais.

Primeiro: No sentido de sinal de pontuação jamais será *colón* que se diz, mas *cólon*; entre *cólon* e *colón* a diferença é a mesma que entre *cágado* e *cagado*: uma questão de acento suficiente para alterar completamente o sentido...

Segundo: O termo *cólon* para designar a vírgula ou o ponto e vírgula é de uso raríssimo; apenas é corrente para designar as tripas... Na aceção de “sinal de pontuação” não é mencionado pelos melhores dicionários de latim, como Charlton T. Lewis e Charles Short, *A Latin Dictionary*, Clarendon Press, Oxford, 1907, nem por L. Quicherat e A. Daveluy, *Dictionnaire Latin-Français*, Lib. Hachette, Paris, 1879, nem sequer pelo monumental *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis*, de Charles Dufresne, Sieur du Cange em 6 vols, nova edição pelos monges beneditinos de S. Mauro, Veneza, 1737. Tampouco é seu étimo grego κῶλον registado nessa aceção por M. A. Bailly, *Dictionnaire Grec-Français*, 11.^a ed., Lib. Hachette, Paris, 1928. Não sei, portanto, onde foi Mascarenhas Barreto, musa inspiradora do Eng.^o Branco, buscar tal equivalência de um pontinho e uma barrinha a *cólon* e daí a *Colón*.

Terceiro: Se fosse parte integrante do nome, o ponto e vírgula nunca faltaria, como falta nomeadamente no documento de que reproduzi no meu artigo a assinatura em *fac-símile*.

E agora os esclarecimentos: Primeiro, um sintagma é por definição um conjunto sintaticamente ordenado de vocábulos: portanto *Christum ferens*, como escrevi, e não *Christumferens*, que além de não constituir um sintagma

seria até um erro de ortografia latina, já que antes de *f* a nasal implosiva é notada por *n* e não por *m*. Segundo: a primeira parte da assinatura vai com minúsculas provavelmente porque é uma abreviatura consagrada pelo uso, frequentíssima em toda a Idade Média e começos da Moderna, na forma em que aparece⁶⁰, pelo que é natural que Colombo a escrevesse como toda a gente o fazia.

7. “Em Portugal chamava-se Colombo”

Quem o dá a entender é seu filho, logo no capítulo I da *Vida do Almirante*, que não é ocioso citar *in extensu*: ... *perché in effetto questo [sc., Colombo, na frase anterior] era già l'usato cognome dei suoi maggiori, ancorché egli, conforme a la patria dove andò ad abitare e a cominciar nuovo stato, limò il vocabolo acciò che avesse conformità con l'antico, e distinse quelli che da esso discendessero da tutti gli altri che erano collateralì, e così si chiamò Colón*. E de facto a troca de apelido apenas se aplicou ao futuro descobridor, seus irmãos e seus filhos, continuando seus primos a ser designados, mesmo em Espanha, por Colombos, como se pode ver em diversas crónicas e documentos de arquivo. A mudança de apelido teve logicamente lugar quando se mudou de Portugal para Castela; se tivesse sido no momento em que se mudou de Génova para Lisboa teria provavelmente adotado uma forma portuguesa como *Colão* ou semelhante, ou então traduzido à letra o seu apelido por *Pombo*, que também é nome de gente. Há um fator psicológico, referido por seu filho, cujo testemunho neste caso não vemos razão para rejeitar, que parece explicar a sua mudança de nome: D. João II, não querendo aquiescer às exigências exorbitantes de Colombo (que Las Casas, como ficou dito, especifica), terá preferido mandar por sua conta uma caravela a explorar em segredo o Atlântico ocidental, a qual regressou a Cabo Verde sem nada ter achado, do que El-Rei houve paixão, pelo muito dinheiro que gastara em vão. Trata-se possivelmente da aventura de Fernão Domingues do Arco, que em 30.VI.1484 obteve de D. João II uma carta régia a doar-lhe a capitania de uma terra que se propunha descobrir a ocidente. *Il che essendo venuto a notizia dell'Amiraglio, ed essendogli già morta la moglie, prese tanto odio a quella città e nazione, che deliberò di andarsene in Castiglia*.

Seja como for, o momento em que mudou de nome é secundário: o que é importante é que antes de se denominar *Colón* se chamava *Colombo*.

⁶⁰ Vide Adriano Capelli, *Dizionario do Abbreviature Latine ed Italiane*, Editore Ulrico Hoepli, Milão, 1929, com numerosos fac-símiles.

Aduz-me o Eng.º Branco como prova de que em Portugal já se chamava *Colón* uma carta que em 1488, quando estava em Castela e mudara de nome havia talvez cinco anos, lhe endereçou D. João II, para Sevilha, como se lê no sobrescrito. Que eu saiba Sevilha não fica em Portugal...

Engenha-se em seguida o Eng.º a querer provar que só mais tarde entrou em uso a forma *Colombo*, e que foi por se conformarem com esse uso que ambos os cronistas de D. João II o designam desse modo. Infelizmente a evolução é exatamente no sentido oposto: os únicos autores a designá-lo por *Colombo* são os dois que o conheceram pessoalmente em Portugal, Garcia de Resende, secretário de D. João II, e Rui de Pina, um dos diplomatas que prepararam o tratado de Tordesilhas. Os escritores quinhentistas como João de Barros, António Galvão, Gaspar Frutuoso, etc., chamam-lhe *Colom*. João de Barros⁶¹ baseia-se em Gonzalo Fernández de Oviedo, e foi certamente por essa via que o nome que Colombo tomara em Castela passou a Portugal. Não conheço, aliás, nenhum texto quinhentista que em português o designe por *Colombo*, forma que só deve ter sido reintroduzida no século XVII ou mesmo no XVIII; não vale a pena perder tempo a investigar tal pormenor.

8. “Nunca assinou Colón”

Responde-me o Eng.º Branco em alhos quando lhe falo em bugalhos... Discute-se a assinatura de Colombo e em vez de uma assinatura apresenta o fac-símile do sobrescrito de uma carta, em que, ainda por cima, o sobrenome Colón nem sequer aparece aposto ao nome do Almirante, mas apenas ao do filho! E sugere que, para provar que em Portugal era conhecido por Colombo, eu deveria apresentar documentos redigidos em Espanha quando já se encontrava aí...

Mas alguma vez alguém pôs em dúvida que em Espanha não fosse designado por Colón? Se até Pedro Mártir de Angléria, logo em 1493, lhe latinizou o nome em *Colonus*...

9. “O nome original era Colombo”

Assim o diz seu filho, logo no cap. I da sua biografia, que linhas acima citámos *in extensu*. Dir-se-ia que o Eng.º Branco começou, por engano, a ler o livro pelo fim, e que quando chegou ao princípio estava já sem fôlego e via

⁶¹ Ásia – *Dos feitos que os Portugueses fizeram na Conquista e Descobrimto das Terras e Mares do Oriente*, Década I, Lisboa, 1552, iii, 11.

tudo turvo... Daí a sua afirmação: “não se pode discutir o verdadeiro nome do pai nem a sua origem com base nos textos de Hernando Colon”. Na realidade sabe-se o seu verdadeiro nome de família logo a partir do cap. I; não se sabe o nome do pai no cap. I, mas sabe-se já no lxxii (lxxiii); não se sabe a sua verdadeira pátria no cap. I, mas passa a saber-se mais depressa ainda: logo no capítulo V!

Mas, se o seu nome original não era Colombo, por que motivo logo em fevereiro de 1493 o diarista Alegretto degli Alegretti, de Sena, designa o descobridor da América por Cristoforo Colombo? Por influência de um laneiro de Génova, tão famoso em Sena que o seu nome se terá sobreposto ao do Almirante? E como se terá difundido tal tradução do nome se o texto do diarista senense permaneceu inédito até ao século XIX? E por que motivo traduziu, meses depois, da mesmíssima forma o poeta Giuliano Datti o seu nome, no poemeto em que glosou poeticamente a carta de 15.II.1493 de Colombo a Santángel? E por que motivo designa o *Bergamasco* — ou seja, o monge agostinho Giacomo ou Jacopo Filippo de Bérghamo (1434-1520) — na sua crónica geral do mundo⁶² o descobridor da América por *Christophorus Columbus*? E por que motivo traz a carta de 7.XII.1502 do Magistrado de São Jorge de Génova ao Almirante por cabeçalho “*Copia di lettera scritta dal Magistrato di S. Giorgio al Colombo*”? E porque aparece na primeira edição da *Vida do Almirante* o nome do autor na forma *Don Fernando Colombo*? Não podiam ter traduzido o castelhano *Colón* por *Colonne* ou por *Colono*? Ou ainda por *Colonna*, nome de uma família nobre romana, atestado desde 1101, que entre 1193 e o ano do descobrimento colombino dera já à igreja romana onze cardeais? Como nome de família devia ser mais conhecido em Itália que o de um tecelão genovês...

Quanto aos “registos de um corsário português Culon ou Culão, que podem facilmente gerar o nome Colon em castelhano”, confesso que os ignoro inteiramente; em vão os procurei nos índices alfabéticos d’*Os Descobrimientos Portugueses* de Silva Marques, onde o autor compendiou toda a documentação que achou sobre a atividade marítima em Portugal de 1000 a 1500 e nas crónicas que conheço: nada consta. Palpita-me, por isso, que o Eng.º Branco, não evidentemente para confundir o leitor, mas porque se tenha ele próprio confundido, imagina ver um português *Culon* nas fontes italianas que referem a presença em Lisboa de Guillaume Casenove dito

⁶² Jacobo Philippo Bergomense, *Nouissime Historiarum Omnium Repercussiones, nouiter a Reuerendissimo Patre..., ordinis heremitarum edite, que Supplementum Supplementi chronicarum nuncupantur* [reedição atualizada do *Supplementum chronicarum* cuja primeira edição datava de 1483], Veneza, 1502, liv.º XVI, fl. 440 v.

Coulon le Vieux em finais de 1476 e começos de 1477⁶³. Não é impossível que, de facto, jaça aí a origem do nome *Colón* que Colombo adotou ao trasladar-se para Castela pouco depois de falecer o velho corsário de que fora vítima⁶⁴ — não por identidade de pessoa ou de família, mas quiçá com o intuito de fazer crer em Castela que era herdeiro moral seu, ou então por simples desejo de em certa medida se identificar com um lobo do mar que no fundo admirava.

10. “Os pagamentos dos Reis Católicos”

O primeiro, segundo e quarto documentos aqui aduzidos pelo Eng.^o Branco são os que eu cito; não vi o original, mas na edição de Navarrete⁶⁵ vem das três vezes *Colomo*, com *-o* final; aliás em castelhano, como toda a gente sabe, não há palavras terminadas em *-m*. Se de facto é *Colom* o que se lê no original e não *Colomo*, como Navarrete escreve, há que entendê-lo como uma palavra que ficou incompleta, mas seria bom apresentar um fac-símile para que quem saiba paleografia possa ajuizar por si. Quanto aos “restantes registos de pagamentos” que eu não transcrevo por não apoiarem a minha hipótese, resumem-se assim à terceira verba, referente a um pagamento feito a uma pessoa cujo nome foi deixado em branco! Altamente probatório...

Quanto à afirmação de que, segundo Consuelo Varela, o nome *Colomo* em espanhol de forma nenhuma daria *Colombo* em italiano, convém notar que, como aliás é do domínio público, o italiano não deriva do espanhol. Por conseguinte *Colomo* em castelhano jamais poderia “dar” *Colombo* em italiano; é uma questão de linguística elementar, que queda liminarmente fora de questão: não se trata de derivação, trata-se de tradução. Neste caso a tradução implica a criação de um novo vocábulo, pelo mecanismo da analogia, o que é distinto da derivação. Basta consultar o livro básico do fundador da linguística moderna, Ferdinand de Saussure, traduzido em

⁶³ Vide Salvagnini, *op. cit.*, p. 81 e docs. lxiii, lxv e lxix.

⁶⁴ Casenove deve ter falecido em meados de 1483, pois conhece-se uma procuração de 10.IX.1483 passada pela “noble damoiselle Guillemette le Sec, Dame de Varelma et le Mesnil Pavyot, veufve de Guillaume de Casenove dit Coulomp, escuyer, visadmiral de France, et Jehan de Casenove, escuyer, son filz et filz du dit visadmiral defunct”, pub. por Harisse, *op. cit.*, doc. xxv, p. 100. Segundo D. Hernando (caps. xi-xii), seu pai abandonou Portugal em finais de 1483; parece contudo mais provável que o tenha feito em 1485 ou 1486, pois Colombo declara numa nota marginal ao seu exemplar da *Historia Rerum ubique gestarum* de Eneias Sílvio Piccolomini, futuro papa Pio II (Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, p. 11), que estava presente quando em 1485 Mestre José Vizinho, regressado da Guiné, apresentou a D. João II os resultados das medições astronómicas que ali fizera.

⁶⁵ *Op. cit.*, doc. II, p. 301.

português com o título de *Curso de Linguística Geral*⁶⁶. O que está em questão é que, embora em castelhano *Colomo* seja uma forma rara, a forma feminina *Coloma* é corrente, pelo menos no nome da santa virgem e mártir Santa Coloma (em português Santa Comba), cujo nome é em latim *Columba* e em italiano *Colomba*; por sinal que o secretário dos Reis Católicos, bastas vezes citado na documentação colombina, se chamava Juan de Coloma. Ora, se no feminino *Colomba* na língua de Dante se traduz por *Coloma* na de Cervantes, logicamente *Colomo* traduz *Colombo* e vice-versa! Como explica Saussure, a criação de vocábulos por analogia resulta de uma espécie de regra de três simples, que no caso vertente se pode escrever assim:

$$\frac{Coloma}{Colomba} = \frac{Colomo}{x} \quad \text{Portanto: } x = \frac{Colomb - a \times Colom - o}{Colom - a} = Colombo$$

Quanto à segunda entrada com o nome em branco (que é, evidentemente, mais probatória que os documentos em que o nome aparece com todas as letras, como qualquer aprendiz de historiador sabe de cor...), há que notar que, se os donativos que os Reis mandaram fazer a Colombo eram, como parecem ser, *grosso modo* semestrais, um pagamento três dias após o primeiro parece indicar por si só que não é feito à mesma pessoa, mas a um outro anónimo. Recorde-se, a título de comparação, que na época o pagamento aos soldados se fazia “aos quartéis do ano”, ou seja, trimestralmente.

Com o “pagamento feito por ordem do doutor Talavera” mergulhamos na engenharia textual, operação que a ninguém é lúdima, ainda que seja engenheiro: o que o documento diz é que o pagamento foi feito em sua presença por ordem verbal dos Reis; em parte alguma se diz que foi feito “por ordem do doutor Talavera”! Retocando o texto das fontes a pouco e pouco, chega-se aonde se quiser chegar. Mas é pouco honesto!

Afirma em seguida o Eng.º Branco: “É referido que nessa data ‘o português’ estava na corte (no Real) e o Almirante estava de facto na corte (pelo menos três dias antes estava, como mostra o pagamento anterior). O pagamento de 18/10/87 é assim um forte indício de o Almirante ser considerado português em Castela nesta altura”. Trata-se de uma verdadeira pescadinha-de-rabo-na-boca lógica e metodológica: prova-se que Colombo

⁶⁶ Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1999.

era considerado português porque há um pagamento a um anónimo que é qualificado de português; e prova-se que o português anónimo era Colombo... porque o anónimo é qualificado de português. E mais: se o pagamento anterior prova que Cristóvão Colombo estava no arraial, afinal é Cristóbal Colomo e não o português de nome em branco o futuro descobridor, e *Colomo* sempre é adaptação de Colombo, apesar de Consuelo Varela dizer que jamais o poderia ser!

Aliás não me admiraria muito de que a Colombo chamassem em Castela “o português”, pois viveu quase uma dezena de anos em Portugal e aqui casou; e por certo que, como mostram os textos que escreveu, se exprimia em *portinhol*. Na aldeia dos meus tios em Trás-os-Montes há uma velhota que é conhecida pela Senhora Africana — e nem é preta nem esteve jamais em África. Foi alcunha que herdou do pai, que viveu algum tempo em Angola! –

Notemos, já agora, que o *Real* não é propriamente a *Corte*: o termo é, em português como em castelhano, uma variante de *arraial*, “ajuntamento de povo, acampamento de tropas” (derivado sem dúvida de *arraia*, “povo, grei”, do árabe *ra’âyâ*, plural de *ra’îya*, “rebanho, povo, população”); no caso vertente o campo militar de Santa Fé. Não haveria mais portugueses em Santa Fé, para que o anónimo *português* mencionado seja obrigatoriamente Colombo, cuja portugalidade quedaria assim automaticamente provada? De memória estou a recordar-me pelo menos de mais um: D. Francisco de Almeida, futuro vice-rei da Índia.

O raciocínio do Eng.º Branco é tão tortuoso neste passo que me recorda a história do naturalista que fazia sucessivas experiências para estudar o comportamento das rãs. Tocava uma buzina e a rã saltava. Cortou as patas à rã, tocou a buzina e a rã não saltou. Daí concluiu, assaz logicamente, que as rãs sem patas não ouvem...

11. “O irmão Diego”

Escreve o nosso bom Eng.º: “ao contrário do que LT diz, o irmão do Almirante em Espanha sempre se chamou Diego e o seu nome é referido em cartas dos Reis pelo menos desde 5/5/1495 (e não 1504)”. A isso respondo que antes de discutir uma afirmação convém lê-la! O que eu escrevi foi: “Sabemos, igualmente, que seu irmão Giacomo ao mudar-se para Espanha — onde, por carta régia de 8 de fevereiro de 1504, registada no *Sello de Corte* do Real Arquivo de Simancas, foi feito *natural destes nuestros reinos de Castilla e de León* — se passara a chamar Diego”. *Passara* é

um mais-que-perfeito do indicativo, que denota uma ação anterior a outra, no caso vertente nove anos anterior!

O resto do que escreve o Eng.^o Branco queda prejudicado pelo facto de ignorar que *Diego* em castelhano e *Diogo* em português correspondem a *Giacomo* em italiano, pois são meras variantes de *Tiago* (extraído de *Santiago* por falso corte: *San Tiago* em vez de *Sant' Iago*); derivam em última análise do hebraico *Ya'kob*, por intermédio do grego dos Setenta e do latim litúrgico *Iacob* ou *Iacobus* — que por diversas vias deu em português, além de *Jacob*, também *Tiago*, *Diogo*, *Jácome*, *Jaime* e *Jaques*. Eu jamais afirmei que o mano do Cristóvão em Espanha se não denominasse Diego! É exatamente por isso que no presente documento, redigido em Génova, para evitar confusões, uma vez que a correspondência do nome *Giacomo* em italiano (ou *Iacobum* no acusativo latino) não é absolutamente óbvia como o é no caso de Cristoforo/Cristóbal, se esclarece: *Iacobum dictum [in Hispania] Diegho*. É verdade que por vezes *Diego* ou *Diogo* aparece latinizado em *Didacus*; mas esse vocábulo não existe em latim clássico nem como nome comum nem como antropónimo, parecendo a sua forma resultar de paronímia com o grego διδαχή, “ensino, instrução”, que não possui forma masculina correspondente; se a possuísse seria *διδαχός e daria em latim **Didachus*. No entanto a única forma masculina aparentada que existe é διδακτός, “instruído”, que jamais poderia dar *Diego*. Trata-se, por conseguinte, de uma latinização pedante, pseudo-etimológica, motivada pelo desconhecimento de que o verdadeiro étimo de *Diego* ou *Diogo* é *Ya'kob*.

Não se trata, pois, de uma mudança de nome mas da sua tradução corrente. De qualquer modo antes de, por assim dizer, acusar um documento de ser falso, ou, pior ainda, quem quer que seja de o ter falsificado, há que proceder à sua crítica interna e à sua crítica externa, como mandam as regras mais elementares da boa metodologia histórica; e esta requer que se examine o manuscrito.

Quanto aos ossos de Giacomo Colombo ou D. Diego Colón, irmão do almirante: tanto quanto sei o único documento que permite estimar o ano em que nasceu é um ato notarial de Savona, transcrito por Salinero (veja-se o meu art.^o “Cristóvão *Colón*, etc.”, nota 44), datado de 10.IX.1484, em que ele jura ter mais de 16 anos — o que implica ter nascido antes de 1468. Basta que tenha nascido em 1455 (sendo por conseguinte mais novo quatro anos que Cristóvão, o que é assaz plausível) para que à data da sua morte, em 1515, tivesse os tais 60 anos que os técnicos mediram no esqueleto.

12. “O desembarque em Santa Maria”

Acusa-me o Eng.º Branco de neste passo apresentar “uma incorrecção e uma falta de informação, já que o capitão se chamava João da Castanheira”, e de omitir o facto (de significação transcendente...) “de que este conhecia muito bem o Almirante”; e no entanto, começa o seu comentário ao que escrevi com uma citação de Las Casas que atribui a D. Hernando Colón, e em que, para mais, altera a seu talante o texto. Quem tem telhados de vidro... Não é impossível que no manuscrito de Las Casas se lesse algo como *Cast^l*, que os impressores tenham interpretado *Castañeda*, à espanhola. É, de facto, *Castanheira* e não *Castanheda* a forma que ocorre *passim* nas *Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso — e o seu nome perpetuou-se até no do Pico de João da Castanheira, um dos montes da ilha de Santa Maria. Contudo, mesmo se há todas as razões para considerar que é Gaspar Frutuoso e não Colombo ou Las Casas quem dá ao capitão de Santa Maria o nome correto, não é honesto, como já dissemos, praticar sub-reptícias obras de engenharia textual e adulterar, se tal nos convém, o texto de uma fonte histórica sem sequer pôr uma nota a justificar a correção! O que está escrito em todas as edições impressas que conheço do *Diário* (que como é bem sabido apenas chegou até nós através da transcrição de Las Casas e que D. Hernando neste passo não transcreve) é: ... *y truxeron otras cosas, que le enbiava el capitán de la isla, que se llamava Juan de Castañeda...* Quanto a D. Hernando, ao contrário do que o Eng.º afirma, jamais indica o nome do capitão da ilha, o que seria estranho se esse fosse tão preñado de signi-ficações quanto aquele insinua. De qualquer modo a cena passou-se em 1493 e não em 1472, como, transcrevendo sem a comentar uma anotação que não especifica ao texto de Gaspar Frutuoso, afirma o nosso bom engenheiro.

Quanto à relação entre João de Castanheda ou da Castanheira e os Ataídes de Castanheira do Ribatejo, eu diria que o Eng.º Branco vai a galope. Em primeiro lugar há muitas Castanheiras em Portugal: só a menos de 20 km de minha casa em Figueiró dos Vinhos há pelo menos três, a Castanheira de Figueiró, a da Arega e a de Pera... E o *Novo Dicionário Corográfico de Portugal*, de A. A. Dinis Cabral, publicado pela Editorial Domingos Barreira do Porto em 1981, regista 28 lugares com o nome de simplesmente *Castanheira*, além de nove outros com qualquer epíteto, como *Castanheira Fundeira*, *Castanheira do Vouga*, etc. — para não falar de 25 outras povoações em que ocorre o nome de *Castanheiro* (no masculino) ou de *Castanheiras* (no plural), que não estão em causa.

Em segundo lugar, quando um topónimo passa a antropónimo, perpetua-se na mesma linhagem por vezes durante séculos, pelo que jamais se pode afirmar que um indivíduo de nome Fulano seja de facto natural de fulana terra. Dois exemplos contemporâneos de Cristóvão Colombo: D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, era na realidade natural de Abrantes; e Afonso de Albuquerque, segundo governador dela, não era natural de Albuquerque, mas de Alhandra, conquanto usasse um apelido herdado por via materna de um antepassado que, sete gerações mais atrás, fora senhor de Albuquerque. Aliás, a não ser quando designam o senhor do lugar, estes topónimos que viraram antropónimos aplicam-se sobretudo a gente de fora-parte, que apenas fica conhecida pelo nome do seu torrão natal quando muda de domicílio. É assim que a primeira menção de sobrenome Almeida se acha nas Inquirições de 1258, não em Almeida, mas em Zurara, junto a Vila do Conde....

Quanto ao facto (sem dúvida importantíssimo!) de João de Castanheda ou da Castanheda dizer que conhecia bem Colombo, tomado à letra pode indicar simplesmente que o terá por exemplo encontrado em Lisboa ou na Madeira. Pode também ter sido dito manhosamente, para infundir confiança ao Almirante e mais facilmente poder cativar alguns dos seus homens, como de facto no dia seguinte fez a alguns que haviam ido em romagem a uma capela da ilha. Não vale a pena jogar ao Sherlock Holmes e especular sobre um episódio desprovido de significação. Com especulações gratuitas pode provar-se o que quer que seja!

Não é impossível que, como o Eng.^o sugere, o capitão de Santa Maria tenha tentado prender o Almirante a pretexto do problema pendente com a justiça que, como se deduz da carta de 1488, certamente tinha — talvez simplesmente dívidas por pagar, talvez, como foi já aventado mas sem provas documentais, por ter sido acusado de ter assassinado sua mulher; quanto ao dinheiro que D. João II gastara em vão com a caravela que mandara a explorar os mares ocidentais, não constituía evidentemente matéria crime, não exigindo portanto que lhe fosse passado um salvo-conduto. Contudo, quer o texto de Colombo quer o de seu filho dão antes claramente a entender que o pretexto para a detenção foi a viagem em si mesma, considerada uma intrusão nos domínios portugueses. Segundo D. Hernando, o capitão de Santa Maria declarou a Colombo que *tutto quello che faceva e aveva fatto il re suo signore glielo aveva commesso per lettere*. Ora sabemos por Las Casas que D. João II desconfiava de que o alvo da expedição fosse a Mina e por isso mandara prender Colombo em qualquer porto português que escalasse — o que era razão suficiente para que o tentassem deter em Santa Maria, onde

tanto poderia aparecer vindo da Mina como do Cipango! Possivelmente acabou por ser deixado ir em paz, ou simplesmente porque João da Castanheira tenha tido medo das ameaças de Colombo, *que les dió su fe y prometió, como quien era, de no descender ni salir de la caravela hasta que llevase un ciento de portugueses a Castilla y despoblar toda aquella isla*⁶⁷; ou então porque, além de lhe ter exibido a carta de recomendação de 1492 dos Reis Católicos, e quiçá também o salvo-conduto que D. João II lhe passara em 1488, o tenha persuadido de que fizera uma viagem para ocidente e não para a Mina, o que o capitão terá considerado poder constituir escusa bastante, acabando *in dubio* por o deixar para evitar problemas diplomáticos.

Foi, de facto, só após a chegada de Colombo ao Reino que D. João II, interpretando algo extensivamente o tratado das Alcáçovas, reivindicou a posse das terras descobertas por Colombo com o argumento de que a sua latitude era inferior à das Canárias. Há vários documentos (entre eles uma carta dos Reis ao Duque de Medina Sidónia⁶⁸) que mostram que, com efeito, D. João II chegou a preparar uma armada para ocupar, sob esse mesmo pretexto, as terras descobertas por Colombo — o que mostra claramente que, ao contrário do que imaginam certos visionários, este não agiu em conivência com ele. Não é impossível que tenha sido por prever esse argumento que Colombo atribuiu às Lucaias em que desembarcou no Novo Mundo a latitude de 42°, nitidamente superior à das Canárias (c. 28°), em vez dos c. 21° a que realmente jazem — embora, como vimos já, fosse vezeiro em errar a determinação de latitudes.

13. “A língua de Colombo”

Analisei cuidadosamente os textos de Colombo em italiano e detetei neles vários castelhanismos (o artigo *el* em vez de *il*, *de* em vez de *di*, *es çierto* em vez de *è certo*), mas nenhum lusismo. Desde já agradeço ao Eng.º Branco que me indique algum.

De qualquer modo deve ter-se passado com Colombo o que se passa hoje com muitos portugueses em França, que falam em casa francês com os filhos (que por vezes não chegam por isso a aprender português) e quando vêm de *vacanças* à terra falam uma mescla de francês e português; sei, por exemplo de um que “caiu de uma *chafurdagem*, ficou *handicapado* e teve de ir para a *retrete*...”.

⁶⁷ *Diario del Primer Viaje*, s. d. 19 de fevereiro; *Vida do Almirante*, cap. xxxviii (xxxix).

⁶⁸ Vide João M. da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, doc. 252; cf. docs. 262, 264, 271, 275, 279, 280, 281, 304 e 393.

Quanto à carta à Banca San Giorgio, é verdade que está em castelhano, mas é indubitável que é autógrafa, assinada pelo almirante com a sua famosa assinatura; e é como tal que está exposta em Génova. Atente-se no seu conteúdo, pelo menos no seu *incipit*: “*Muy nobles Señores: bien que el coerpo ande acá, el corazón está allí de continuo*”. São tais termos compatíveis com a afirmação de que nunca viveu em Génova? E se não tinha ligações a Génova, porque consignou 10% das suas rendas a favor dos pobres dessa cidade *en descuento de la renta del trigo y bino y otras bitualias comederas? Não havia pobres em Castela?* nem em Portugal?

Quanto à língua de Colombo, foi suficientemente estudada por Juan Gil⁶⁹, para quem remeto os eventuais interessados. O autor aponta aí não só lusismos fonéticos, vocabulares e sintáticos, mas também alguns italianismos (de que eu detetei mais três, como digo no meu artigo) e mesmo alguns catalanismos — o que mostra que a língua materna de Colombo era, como bastas vezes sucedia nos meios ligados ao mar, a *língua franca* do Mediterrâneo, mistura de vários romances.

14. “Chegada a Lisboa em 1476”

E continua o melro a depenicar na horta... Há que analisar as fontes com espírito crítico, sem perder de vista que a principal preocupação de D. Hernando Colón não é negar que Bartolomeu estivesse já em Portugal (o que pouca importância tinha, para ele como para nós), mas que Cristóvão tenha vindo para Lisboa para aprender com ele cosmografia. Dito isto, há que reconhecer que, quanto à cronologia relativa da chegada dos irmãos Colombos a este jardim à beira-mar plantado, é bem possível que, objetivamente, tenha desta vez razão o Eng.º Branco — não graças à minhoca que debicou no quintal de D. Hernando, mas à luz de um documento que provavelmente desconhece, que me passara despercebido: uma procuração que a Bartolomeu passou seu pai, em Savona a 16.VI.1480⁷⁰, o que indicia que nessa data se achava ainda na Ligúria.

Quanto à minhoca da crasta de Frei Bartolomeu, que permitiria datar de 1471 a vinda de Cristóvão Colombo para Lisboa, há que começar por notar que se trata de um extrato de uma carta deste, copiada por Las Casas⁷¹ do original, sem o que se fica sem compreender o uso da primeira

⁶⁹ *Columbiana – Estudios sobre Cristóbal Colón, 1984-2006*, Santo Domingo, 2007, pp. 168-213.

⁷⁰ Apenas conhecida por um resumo dado por Tommaso Belloro e transcrito por Harisse, *op. cit.*, vol. II, apêndice A, doc. xxxiii, p. 436.

⁷¹ *Historia de las Indias*, I, xxviii.

pessoa do singular. O texto impresso que possuo da crónica de Las Casas⁷² é um tanto diferente, mas as diferenças não são significativas, pelo que não vale a pena discuti-las. A referência aos 14 anos durante os quais D. João II o não quis escutar é, como muitas outras com que acima topámos, hiperbólica e simbólica, já que 14 corresponde a duas semanas de anos, conto muito da estima de Colombo. A tomar-se à letra haveria que entender que este não ofereceu os seus préstimos a D. João II (que só subiu ao trono em 1481) mas a D. Afonso V, que era quem reinava 14 anos antes de Colombo entre 1483 e 1486 se ter transferido para Castela, portanto entre 1469 e 1472.

Em 1469 o futuro D. João II tinha 14 anos e estava provavelmente mais interessado em jogar ao pião e aprender a caçar do que em descobrir o caminho para as Índias... Foi, com efeito, só cinco anos mais tarde, em 1474, que El-Rei seu pai lhe doou a exploração da Mina e da Guiné, como se lê na carta régia de 1481 que lhe confirma a doação, *para que tivesse causa e quase necessidade de se ocupar em algum bom e honesto eixercicio per que espertasse seu entender e houvesse a prática de como os reix e príncipes governam, negociom e desembargam as cousas sob sua mão, ordenança e mando* e assim o tirar do convívio dos *que em idade de adolescência e mancebia som, os quaes a natureza e assi os que com eles conversom por isso mesmo serem mancebos encrionom e trazem a outros eixarcicios e delectes e os arredom de toda ocupaçom e cuidado d'esprito*⁷³. Estes termos da lavra de seu próprio pai inclinam muito pouco a imaginar um príncipe D. João já sonhando com as Índias em 1469 ou mesmo em 1472.

De qualquer modo, quem diz que Colombo chegou a Portugal a nado, salvando-se da batalha do Cabo de São Vicente, é o filho, num capítulo da biografia paterna significativamente intitulado *La venuta dell'Amiraglio in Spagna e como se manifestò in Portogallo, da che ebbe causa lo scoprimento dell'Indie che egli fece*. Não se vê razão para que tenha inventado esta história, que ao fim e ao cabo não era muito honrosa para o pai, já que apenas lhe poderia granjear fama de bom nadador — o que nessa época em que não tinham ainda sido restabelecidos os Jogos Olímpicos, de pouco lhe valeria, tanto mais que se propunha alcançar as Índias de barco e não a nado...

⁷² Fray Bartolomé de las Casas, "Historia de las Indias", in *Obras Escogidas* de..., 5 vols., ed. de Juan Pérez de Tudela Bueso e Emilio López Oto, Biblioteca de Autores Españoles, Atlas, Madrid, 1957-58.

⁷³ Carta Régia de 4.V.1481, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv.º 26, fl. 102 v-103, pub. in *Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1993, doc. 128, pp. 272-274.

O caráter fortuito da aterragem de Colombo em Portugal parece de certo modo confirmado por ele próprio, que em carta a Fernando, *o Católico*, deixou escrito: *Dios nuestro Señor milagrosamente me enbió acá por que yo sirviese a Vuestra Alteza; dixé milagrosamente porque fui a aportar a Portugal...*⁷⁴.

15. “A participação na Batalha de S. Vicente”

Tem toda a razão o Eng.^o Branco ao dizer que havia da minha parte um grande desconhecimento do que se passara na batalha do Cabo de São Vicente. Se me é permitido um aparte, direi que na vida de um historiador — sei-o bem por experiência vivida, volvido já meio século sobre a publicação do meu primeiro livro e sobre a minha primeira aula na universidade — não se estudam muitas coisas que sonháramos estudar, e acabam por se estudar outras por motivos meramente ocasionais. Sobre a batalha do Cabo de São Vicente jamais me debruçara; forneceram-me agora as observações do Sr. Eng.^o um bom pretexto para o fazer. Examinei por isso as fontes que cita (com que se não deve misturar Charles de la Roncière, que é um historiador moderno, embora seja conveniente verificar as fontes primárias sobre que se baseou) e outras que não cita; mas de tal operação nada de novo resultou, ou seja, nada achei que contradiga o testemunho de D. Hernando Colón e de Bartolomé de las Casas sobre o salvamento de Colombo a nado, nem qualquer nova razão para o pôr em dúvida, embora contenham um erro histórico que se deve corrigir como abaixo faço. Uma vez que conhecia já os testemunhos que acabo de referir, verifiquei o de Rui de Pina, li atentamente o de Alonso de Palencia, a quem se deve o mais detalhado relato do combate⁷⁵, mas que para o nosso propósito nada adianta, procurei mas sem sucesso novos elementos em Garcia de Resende, Commynes (que apenas refere que Luís XI encarregou Jorge Bissipat, alcunhado de *Coulon le Jeune*, de escoltar D. Afonso V no seu regresso a Portugal)⁷⁶, D. Jerónimo de Mascarenhas⁷⁷ (que apenas

⁷⁴ Carta de c. 1505, pub. por Consuelo Varela, *Cristóbal Colón*, doc. lxxxix, p. 357.

⁷⁵ Alonso de Palencia, *Crónica de Enrique IV*, livro XXVII, cap. iv (Biblioteca de Autores Españoles, tomo CCLVIII), Atlas, Madrid, 1975.

⁷⁶ *Mémoires de Sire Philippe de Commynes*, V, viii: vide Albert Pauphilet (ed.), *Historiens et Chroniqueurs du Moyen Age*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, Paris, 1952, p. 1184.

⁷⁷ Afonso Dormelas (ed.), *Historia de la Ciudad de Ceuta por D. Jerónimo de Mascarenhas: sus sucesos militares y políticos – Memorias de sus Santos y Prelados y elogio de sus capitanes generales*, Academia das Ciencias de Lisboa, Lisboa, 1918.

refere o cerco de Ceuta), Damião de Góis⁷⁸, Jerónimo Zurita⁷⁹, Hernando del Pulgar, Andrés Bernáldez⁸⁰ e Duarte Nunes de Leão⁸¹ (que não referem o incidente, mas tão-somente a viagem de D. Afonso V a França), e uma série de testemunhos avulsos, de que o mais importante é o relatório oficial enviado pelo Conselho dos Anciãos e por Gian Francesco Palavino, vice-governador de Génova, a Galeazzo Maria Sforza, duque de Milão, de quem Génova ao tempo dependia, datado de 20.IX.1476⁸².

Até que novos elementos me apareçam, a minha conclusão continua, portanto, a ser precisamente a mesma: tudo “isso pouco significa pró ou contra a identificação proposta”. Pelo contrário, há até no relato de D. Fernando, que ora reli mais atentamente, uma frase descuidada que a confirma bastante: do Algarve dirigiu-se o futuro almirante a Lisboa, *dove sapeva che si trovavano molti della sua nazione genovese; [...] essendo conosciuto da loro, gli fu fatta tanta cortesia e sì buona accoglienza che mise casa in quella città e tolse moglie* —, o que não teria seguramente acontecido se acabasse de participar num ataque a cinco pacíficos vasos de comércio genoveses, metendo ao fundo três, causando a morte de 350 homens e um prejuízo avaliado em 100 000 ducados, o que corresponde a 345 kg de ouro!

Seja como for, é óbvio que D. Hernando, e na sua esteira Las Casas, misturam duas coisas: por um lado a batalha de 13.VIII.1476 (referida por Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. cxciv) em que os navios que vinham do descerco de Ceuta, comandados por Guillaume Casenove ou *Coulon le Vieux*, travaram batalha com cinco navios de comércio genoveses; por outro lado, a batalha de 21.VIII.1485 (referida por Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. xxi, por Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, XX, lxiv, etc.), em que uma frota francesa de sete navios, comandada por Jorge Paleólogo Bissipat, por alcunha *Coulon le Jeune* (ou Colombo o Moço)⁸³, que acabara de desembarcar na costa inglesa Henri Tudor, candidato ao trono

⁷⁸ Graça Almeida Rodrigues, *Crónica do Príncipe D. João de Damião de Góis*, edição crítica e comentada, Universidade Nova de Lisboa, Ciências Humanas e Sociais, Lisboa, 1977, cap. lxxxix, pp. 183-184.

⁷⁹ Jerónimo Zurita, *Anales de la Corona de Aragón*, edición preparada por Ángel Canellas López, vol. 8, Institución “Fernando el Católico” (C. S. I. C.), Zaragoza, 1977, XIX, I, li e lv, pp. 208 e sqq.

⁸⁰ Ambos pub. por Cayetano Rosell (ed.), *Crónicas de los Reyes de Castilla, desde Don Alfonso el Sabio hasta los Católicos D. Fernando y D. Isabel*, vol. III (Biblioteca de Autores Españoles, tomo LXX), Atlas, Madrid, 1953.

⁸¹ *Crónica e Vida del Rey D. Affonso o V*, cap. lix: vide Lopes de Almeida (ed.), *Crónicas dos Reis de Portugal reformadas pelo Licenciado Duarte Nunes de Leão*, Lello & Irmão, Ed., Porto, 1975, pp. 977-979.

⁸² Pub. por Salvagnini, *op. cit.*, doc. liii, p. 85.

⁸³ Vide Harisse, *op. cit.*, e Salvagnini, *op. cit.*, cap. III, pp. 49 e sqq.

britânico apoiado pela França, atacou nas mesmas paragens uma urca flamenga e quatro galés venezianas. É evidente que não foi desta segunda batalha, que se travou quando Cristóvão Colombo passara já uns sete anos em Portugal e estava em Castela haveria já uns dois, que ele se salvou a nado, mas da primeira. Sabe-se aliás que foi em 1485 e não em 1476 que veio a Portugal o primeiro embaixador veneziano de que há notícia, Jerónimo Donato, a que Colón e Las Casas erroneamente aludem neste passo, colocando portanto a sua vinda em 1476⁸⁴. A análise interna da *Vida do Almirante* torna evidente um anacronismo de que D. Hernando se não parece ter apercebido: depois de, no capítulo V, louvando-se em Marc’Antonio Sabellico, datar o combate *de vicino al tempo nel quale Massimiliano, figliuolo di Federico terzo imperatore fu eletto re dei Romani* (o que teve lugar a 16.II.1486 e é portanto *grosso modo* contemporâneo da segunda batalha), afirma no capítulo XII que seu pai *nel fine dell’ano 1483, col suo figliolino don Diego, si partì segretamente di Portogallo*; teria, por conseguinte, deixado Portugal antes de aí ter chegado...

Há que notar que *Coulon*, lit. “pombo” (substantivo atestado em francês antigo desde a *Cantilena de Santa Eulália*, do século IX ou X, depois substituído por *pigeon*, que de início se usava apenas para significar “borracho, cria de pomba”), remonta ao mesmo étimo latino, *columbus*, que Colombo em italiano. Já o português *pombo* e o castelhano *palomo* derivam de um outro termo latino, *palumbus*, que designava originariamente o pombo-torcaz (*Columba palumbus*, L., da família das Columbidae). É por isso que das armas de todos os Colombos — curiosamente, à exceção das do Cristóvão — constam pombas. Não se pode contudo deduzir daí que todos os que usaram tal nome — tal como o historiador brasileiro Rocha Pombo ou entre nós o P.^c Ruela Pombo — ou têm tal ave no brasão hajam saído da mesma família e tenham, por conseguinte, algo a ver com os Colombos, ainda que, ornitologicamente falando, o nome lhes seja aparentado.

Não se sabe ao certo porque davam tanto a Guillaume Casenove⁸⁵, vice-almirante da Normandia, como a três parentes seus o cognome de *Coulon*; talvez por serem aparentados a algum dos Coulons ou Colombos que aparecem na Normandia e na Gasconha a partir de 1152. Quanto ao epíteto *le Vieux*, é evidente que se destina a distingui-lo de Jorge Bissipat, dito *Coulon le Jeune*. Quanto a este, nem D. Hernando Colón nem o Eng.^o Branco

⁸⁴ Cf. Conde de Tovar, *Portugal e Veneza na Idade Média (até 1495)*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1933.

⁸⁵ Sobre esta personagem, *vide* Henri Harisse, *op. cit.*, e Salvagnini, *op. cit.*, cap. II, pp. 35 e sqq.

compreenderam que *Coulon le Jeune* não é nome mas alcunha, o que não permite estabelecer a partir dele quaisquer nexos genealógicos. Seria como deduzir do apelido do meu prezado colega e amigo José Luís Gordo Porfírio, antigo diretor do Museu Nacional de Arte Antiga, que descendia de D. Afonso II, *o Gordo*... O verdadeiro nome da criatura era Jorge Paleólogo Dissipat (ou de Bissipat ou ainda Bicipat como escreve Commynes), em que Dissipat ou Bissipat transcreve aproximadamente o grego δισπάτωρ, “duas vezes cônsul”, título usado no Império Bizantino entre o século VIII e o XI, que em seguida se tornou nome de família. Chamavam-lhe em Veneza *Colombo Zovane archipirata* talvez por ter sido nos primeiros anos da sua carreira em França companheiro de Guillaume de Casenove ou *Coulon le Vieux* (†1483), como o dão a entender alguns documentos venezianos⁸⁶, talvez por parecer a sua reedição — e tão famoso corsário que, segundo D. Hernando Colón, se metia até com seu nome medo às criancinhas que não queriam comer a papa. É desse cognome que provém a confusão, que alguns fizeram já na época, supondo-o sobrinho ou mesmo filho de *Coulon le Vieux*. Na realidade o sentido é, *mutatis mutandis*, o mesmo que o de chamar, como por exemplo faz D. Hernando, “um novo Tito Lívio” ao cronista véneto Marc’Antonio Sabellico. Não se pode daí concluir que tanto este como qualquer um de sobrenome Sabellico sejam na realidade aparentados a Tito Lívio Patavino!

Creio que Hernando Colón pura e simplesmente se equivocou; apesar da sua mania das grandezas, não tem por hábito mentir, mas tão-somente calar o que lhe não convém e insinuar obliquamente, geralmente através de um *dicono alcuni* ou expressão equivalente, o que lhe interessa veicular. Não creio que tenha retocado a história a seu talento para introduzir, como é seu costume, uma achega mais ao encómio de seu pai, neste caso o seu parentesco com Jorge Bissipat e, por seu intermédio, com os imperadores bizantinos; deve simplesmente ter aproveitado a deixa para timidamente insinuar que o corsário era *un uomo segnalato del suo nome e famiglia*. Aliás, imaginando que a batalha se travou entre franceses e venezianos, não podia logicamente dar o seu progenitor como embarcado num vaso genovês, já que na sua história não há genoveses em cena.

Na batalha de 1476 os franceses, aliados dos portugueses na guerra da sucessão de Castela que culminou na batalha de Toro (1.III.1476), não eram capitaneados por Jorge Bissipat, mas por Guillaume de Casenove; e os adversários não eram venezianos mas genoveses. A frota genovesa

⁸⁶ Vide Salvagnini, *op. cit.*, docs. xlv, xlvi e lxxi.

incluía o navio de Gioffredo Spinola, o de Nicolò Spinola e o de Gian Antonio di Negro, que no ano anterior tinham integrado a expedição a Xio em que participou Colombo, e dois outros navios (dos quais um, a nau *Bechalla*, transportava numerosos mercadores de Savona, onde residia o pai de Cristóvão, com bens no valor de 150 000 ducados). Era certamente a bordo desta frota que viajava o nosso homem. É impossível discernir se é propositadamente, para insistir no parentesco e amizade entre seu pai e Jorge Bissipat, se por mero equívoco que D. Hernando o diz embarcado ao lado deste na armada corsária francesa: *dico che mentre in compagnia del detto Colombo Giovane l'Amiraglio navigava, il che fece lungamente...* Com efeito, nem é certo que Jorge Bissipat tenha tomado parte na aventura de 1476, nem podia Cristóvão Colombo, recém-chegado de Xio, ter tido tempo para com ele ter entretanto “navegado longamente”; nem, sobretudo, teria este jamais recebido em Lisboa o bom acolhimento da colónia genovesa que seu filho diz ter tido, se de qualquer modo fosse conivente nas malfeitorias da frota francesa.

Dir-se-ia que o biógrafo do futuro descobridor mudou de cabo a meio da rota, pois começa o capítulo por dar a entender que a vinda de seu pai a Portugal ocorreu por acidente, em consequência de um inesperado ataque corsário ao navio em que viajava; o capítulo, com efeito, começa assim: *Quanto al principio e alla causa della venuta dell'Amiraglio in Ispagna, e di essersi egli dato alle cose del mare, ne fu cagione un uomo segnalato del suo nome e famiglia chiamato Colombo, molto nominato per mare per cagion dell'armata che conduceva contro gli infideli [...], la cui persona e armata è da creder che fosse molto grande, poichè una volta prese quattro galee grosse veneziane...* E entra incontinente na descrição da segunda batalha do Cabo de São Vicente, sem explicar nem como, nem quando, nem porquê seu pai se achava nela. É só duas páginas mais adiante que o faz cair do céu a bordo da armada de Bissipat que, como adiantámos já, não é certo ter participado naquela batalha, mas tão-somente na que nas mesmas paragens ocorreu volvidos exatamente nove anos. Embora haja indícios de que em meados de 1476 o corsário grego andava em companhia de Guillaume Casenove⁸⁷, parece que em seguida se separaram, pois há documentos que atestam que este estacionou durante alguns meses na zona de Lisboa sem porém falar de

⁸⁷ Trata-se de alertas contra os possíveis malefícios da frota corsária de “Colombo e Jorge o Grego” datados de Veneza, 1/VIII/1476, Salvagnini, *op. cit.*, docs. xlv e xlv, cf. doc. lxiii. Cf. o documento E-78 dos Archives des Basses-Pyrénées a que alude Charles de la Roncière, *Histoire de la Marine Française*, vol. II, “La Guerre de Cent Ans – Révolution Maritime”, Plon, Paris, 1900, p. 370, nota 2.

Jorge, *o Grego*, que um pouco mais tarde vamos encontrar em França, onde Luís XI o encarrega de escoltar D. Afonso V de regresso a Portugal.

Mas, se o futuro descobridor não chegou a Portugal nesta batalha e se vinha já a bordo da armada francesa como pretende o nosso Eng.º, porque deixou ele em testamento legados a favor de dois genoveses da frota de 1476 que aparentemente o ajudaram a salvar-se, Paolo di Negro, irmão de Gian Antonio di Negro, comandante da galeaça *Bettinella*, e Battista Spinola, filho de Nicolò Spinola, comandante de um barinel da mesma frota? E por que motivo não há nenhum documento de arquivo que ateste a sua presença na frota luso-francesa, onde, como aquele dá a entender, deveria ter uma posição cimeira, dada a sua alta jerarquia? Gostaria de saber, pois ignoro-o inteiramente, onde estão publicadas as listas de passageiros a que alude o meu interlocutor. Salvagnini, que publicou 122 documentos dos arquivos de Génova, Milão, Veneza, Florença, Lucca e Brescia sobre o assunto, nem as inclui no seu livro nem de qualquer forma lhes alude; como está fora de questão que o Eng.º Branco as tenha inventado, admito que tenham sido achadas posteriormente, e gostaria então de saber onde estão publicadas. Se permanecem inéditas, pediria a fineza de me informar do arquivo em que se encontram manuscritas, para as poder consultar, pois esse detalhe parece-me de importância.

Não será ocioso discutir aqui, ainda que brevemente, a autenticidade dos codicilos ao testamento colombino a que várias vezes aludimos, já que me recorda ter um dos luminares da *Desordem dos Engenheiros* alegado que eram espúrios, atribuindo a Baldassare ou D. Baltasar Colombo a sua falsificação. Em primeiro lugar, falsificaram-se e continuam a falsificar-se muitos documentos por interesse, mas não me parece que alguém se dê a tal trabalho apenas para confundir os historiadores que hão de vir ao mundo cerca de meio milénio mais tarde. Ora nem Baldassare Colombo nem nenhum outro dos candidatos à herança do descobridor da América tinham o mínimo interesse em inventar legados a favor de terceiros, a descontar no seu quinhão. É verdade que os legados não foram transcritos na cópia autenticada pelo Dr. Antonio Conejo em Aranda, a 22.IX.1517, feita a pedido do segundo almirante, D. Diego Colón, que apenas contém as cláusulas em favor deste⁸⁸; mas constam de uma outra cópia que se conserva em Sevilha⁸⁹, onde foram acrescentadas em 1524 ao testamento de 19.V.1506, lavrado pelo notário Pedro de Hinojedo, pelo notário Pedro de

⁸⁸ Arquivo Geral de Simancas, *Diversos de Castilla*, maço 37.

⁸⁹ Archivo General de Indias, 295, 61.

Azcoitia, seu sucessor no cartório, que deu sua fé de que o copiara de um autógrafo do Almirante. Constam igualmente da cópia autenticada existente no arquivo dos Duques de Verágua, publicada por Navarrete⁹⁰. Seja como for, D. Diego Colón sentiu-se moralmente obrigado a satisfazer os legados estabelecidos por seu progenitor; e como, ao que parece, não o fez em vida, em seu testamento⁹¹, lavrado no mosteiro de Las Cuevas a 16.III.1509, encomendou a seus herdeiros que o fizessem. De qualquer forma o documento foi incluído no memorial dos *Pleitos Colombinos* de 1508-1540, muito antes do nascimento de Baldassare Colombo, pelo que, ainda que interpolação houvesse, jamais poderia ter sido ele o seu autor.

Para terminar a discussão deste ponto, permito-me observar que *Flandres* é um topónimo e que como tal se escreve com maiúscula; o adjetivo (etnónimo) correspondente é *flamengo*, que se pode escrever com minúscula. Há que notar ainda que a Flandres não era um país independente, já que estava desde 1384 integrada no ducado da Borgonha.

De qualquer maneira o parentesco de Cristóvão com Jorge, *o Grego*, por alcunha *Colombo*, o Moço, e por seu intermédio com a derradeira família imperial bizantina, é tão imaginário quanto os outros que Hernando Colón brande para insinuar a origem nobre do pai, descendente de um cônsul romano, parente dos Colombos nobres de Placência, e, a dar fé ao Eng.º Branco, até dos antigos reis de Judá e, por conseguinte, de Nosso Senhor Jesus Cristo!

Conclusão

O Eng.º Branco baseia-se sistematicamente nos documentos que lhe convêm, deixando de lado os demais. Jamais procura explicar o facto insólito de durante quase 200 anos, quando havia mais documentos sobre a matéria do que os que subsistem hoje — nomeadamente os assinados por *Christophorus Columbus de Terra Rubra*, que seu filho viu mas ao depois se sumiram —, ninguém ter posto em dúvida a origem genovesa do descobridor, vindo as primeiras dúvidas a ser levantadas apenas quando já muita documentação havia desaparecido.

Faz o Eng.º Branco sobretudo fogo com a *Vida do Almirante*, escrita por seu filho, que analisa acriticamente, sem tentar discernir os pontos em que teria o autor razões para embelezar, exagerar, empolar ou mesmo distorcer um tanto certos rasgos da biografia paterna, dos pontos em que nenhum interesse em o fazer se deixa adivinhar. Dada a importância que confere a

⁹⁰ *Op. cit.*, doc. clviii, pp. 489-491.

⁹¹ Pub. por H. Harisse, *op. cit.*, vol. II, apêndice B, doc. I, pp. 455-463.

essa fonte, fica o leitor sem entender por que razão se há de dar fé a tudo quanto no livro se contém, exceto apenas à afirmação de que o pai do autor era o italiano Colombo e de que apenas ao mudar-se para Castela decidiu alterar para *Colón* seu apelido.

Se bem acompanho os meandros do seu pensamento, não haveria finalmente um Cristóvão Colombo mas dois — Cristóvão Colombo (ou Cristoforo Colombo) e Cristóvão Colombo' (ou Cristóbal Colón) — nascidos com cerca de quatro anos de intervalo. Um seria genovês, o outro não (embora não resulte claro de onde fosse natural); um não teria estudos, o outro, embora não fosse italiano, tê-los-ia feito em Pavia. E, no entanto, apesar de ter estudado em Itália, não falava italiano! Dir-se-ia que era burro para línguas; mas afinal não se lhe deve creditar senão uma burrice seletiva, pois falava bem latim... Ambos teriam por pai um tal Domingos, o de Génova, porque assim o provam numerosos documentos notariais, o descobridor porque se sabe que seu irmão Bartolomeu Colombo deu à cidade que fundou em 1498 na ilha de Haiti ou Espanhola o nome de Santo Domingo, em homenagem a seu pai. Ambos teriam dois irmãos, chamados um deles Bartolomeu, o outro Jácome, Tiago ou Diogo, que tudo vem a dar ao mesmo. Um teria falecido em 1506, o outro não longe disso, já que é *grosso modo* na mesma década que as fontes históricas disponíveis cessam de o mencionar. Não estou de crer que a Natureza gagueje tanto...

Para mais, bem lido o comentário do Eng.^o Branco, chega-se à conclusão de que a Natureza gaguejou mais ainda, pois ao fim e ao cabo não produziu apenas dois Cristóvãos Colombos, mas mesmo três — uma vez que o Cristóbal Colomo a quem foram feitos pagamentos no arraial dos Reis Católicos não é identificável com nenhum deles: nem com *Cristóvão Colombo*, o tecelão, que por um lado tinha um *b* a mais e por outro é apresentado como jamais tendo estado em Espanha, nem com *Cristóvão Colombo'*, o descobridor, que tinha não só um *o* mas também uma pata a menos na nasal final; seria, por conseguinte, o *Cristóvão Colombo*". O descobridor seria antes identificável com o português anónimo a quem foi feito um pagamento a 18.X.1487 — de cuja identidade parece ser prova insofismável o facto de ter sido pago na presença do doutor Francisco Maldonado de Talavera, que, como havia sido nomeado para examinar o potencial descobridor em matéria de astronomia, estava aparentemente proibido pelos médicos de assistir a outros pagamentos, inclusive ao que se fizesse a qualquer moço português que o futuro Almirante eventualmente trouxesse consigo... Dir-se-ia, por conseguinte, que os Colombos eram como as costelas: havia verdadeiros, falsos e flutuantes...

Ao cabo de toda esta discussão, é possível que o Eng.º Branco se sinta um pouco na situação de quem foi buscar lã e saiu tosquiado; a culpa, porém, não é minha, mas de certo laneiro de Génova...

Com o que escrevi e com o que ora escrevo procuro apenas repor a verdade dos factos, tal como os documentos que subsistem no-la deixam entrever, doa a quem doer, pois, como dizia João de Barros, “a melhor parte da História é a verdade dela” — pelo que já fui acusado, em documento que circula na *internet*, de ser movido e inspirado “pela clique trotskista e antipatriótica que domina o departamento de História da Universidade Nova de Lisboa”. Não importa. Prefiro o apodo de trotskista ao de galopskista, que assenta melhor aos que cavalgam tão céleres as asas da sua fantasia que perdem de vista a realidade das coisas.

Por mim, quando sucede enganar-me, estou pronto a dar a mão à palmatória, como faço em três passos da minha coletânea de artigos publicada em 1995 *De Ceuta a Timor*, em que agradeço a antigos alunos meus, que examinaram melhor certos pormenores que eu não estudara bem, as correções que me fizeram e prontamente aceitei.

Se me quisesse celebrar à força, dizendo o contrário do que toda a gente diz, como o mundo gosta de ouvir, não perderia tempo com Cristóvão Colombo, sobre quem praticamente tudo está já dito: dedicar-me-ia por exemplo ao almirante turco Piri Reis, figura igualmente cercada de mistérios, defendendo que era afinal português, chamado em sua terra Pires dos Reis, nado e criado em Viseu, onde adquirira experiência náutica pondo barquinhos de papel a vogar no rio Pavia. É muito possível que daí em diante contasse com o apoio incondicional da Câmara Municipal de Viseu para as minhas investigações...



notícia



Base de datos BRASILHIS (brasilhis.usal.es) — «Redes y Circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica, 1580-1640»

Los historiadores que trabajamos sobre el territorio de la América Portuguesa en el periodo 1580-1640 nos hemos encontrado siempre con la misma respuesta inicial a nuestras preguntas: es un periodo difícil de investigar. El problema radica en la falta de fuentes para esa época. Desde luego, si lo comparamos con la documentación que hay para el periodo post-Restauração las fuentes son muchas menos, pero eso no quiere decir que no existan. De hecho hay muchas, pero se hallan muy dispersas en archivos españoles, portugueses, brasileños, holandeses y probablemente también británicos y franceses. En realidad, al contrario de lo que se piensa, es un periodo muy rico en fuentes, muchas de ellas impresas, con momentos puntuales de gran efervescencia como la conquista y restauración de Salvador en 1624-25, la conquista de Pernambuco en 1630, o el periodo de los primeros años de Felipe III, cuando proliferan las relaciones, memoriales y arbitrios destinados al Rey para enviar recomendaciones de cómo se puede mejorar el gobierno y la situación general de Brasil en esos momentos. El problema no es la escasez sino la dispersión de los documentos. Con el objeto de superar esta situación, unificar fuentes y crear un gran depósito de informaciones y documentos sobre Brasil en tiempos de la Monarquía Hispánica (1580-1640), hemos puesto en marcha, desde la Universidad de Salamanca, la base de datos “BRASILHIS” (brasilhis.usal.es). Se trata de una base de datos MYSQL (base relacional de código abierto), financiada a través de los proyectos “*Redes políticas, comerciantes y militares en Brasil durante la Monarquía Hispánica y sus postrimerías (1580-1680)*” (ref. HAR2012-35978, hasta 2016) y “*Circulación de personas, libros, objetos y noticias entre Brasil y los territorios de la Monarquía Hispánica (1580-*

1668)” (ref. HAR2016-78099-P, desde 2017) del Ministerio español de Economía y Competitividad (MINECO). Está en funcionamiento desde 2014 y tiene garantizada su financiación en los próximos años.

El objetivo primero de la base de datos es almacenar información sobre “personajes” que tuvieron algún contacto o relación con el territorio de la América Portuguesa (Estado do Brasil y a partir de 1621 Estados do Brasil y Estado do Maranhão) entre 1580 y 1640, los años que comprenden los gobiernos filipinos, comúnmente conocido como “Unión Ibérica”. La información que se recoge se refiere a diversos datos de los personajes: lugar de nacimiento y defunción, bienes poseídos y lugar en el que se localizan, cargos (rango, fecha y lugar), relaciones (familiares, militares, sociales, profesionales, comerciales o políticas). De esta forma se conforman las “redes” de los personajes, algunas de ellas muy desarrolladas, como es el caso de Francisco de Sousa o Diogo de Campos Moreno. Todos los personajes tienen un breve comentario sobre sus trayectorias en el campo “observaciones”, lo que conforma múltiples “microbiografías”.

Una parte fundamental de los datos introducidos es la referida a los campos “viajes” y “estancia en la corte”. Se pretende así trazar la “circulación” que desarrollaron estas personas, que de esta forma conectaban los diferentes espacios de la monarquía. Es una buena manera también de estudiar la interacción entre los luso-brasileños y la corte y en general, el nivel de integración de los territorios de ultramar y Brasil en particular. En el futuro se visualizarán estos datos en mapas.

Cada una de las entradas de “personajes” tiene que estar obligatoriamente relacionada con una referencia bibliográfica y/o documental, que lógicamente, debe existir previamente en la base de datos. Esto hace de la base un depósito de información documental único, tal vez el más importante a escala mundial en estos momentos. La base de datos cuenta ahora (enero de 2018) con más de 2.300 personajes, más de 250 referencias bibliográficas y más de 900 referencias documentales, con datos de archivos españoles como Simancas, General de Indias, Biblioteca Nacional de Madrid, o Archivo de la Universidad de Salamanca; portugueses como Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional de Lisboa, o brasileños como Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro y Arquivo Nacional. Ni que decir tiene que todas las fuentes que ya están disponibles on-line se han vinculado en su respectiva ficha de *Brasilhis*.

La información se introduce en algunos casos de manera aleatoria (cada investigador en el transcurso de sus investigaciones encuentra un personaje y lo introduce en la base), pero también se han llevado a cabo introducciones sistemáticas de información desde fuentes contemporáneas, con la inserción de todos los personajes aparecidos en ellas. Este es el caso de la *História do Brasil* de Frei Vicente Salvador (352 personajes referenciados), el *Compendio Historial de la jornada del Brasil de Juan de Valencia y Guzmán* (283 referenciados), o la introducción de todas las fuentes del *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* referenciadas en el Inventario publicado por los Anais da Biblioteca Nacional en 1955 y que erróneamente fueron atribuidas a la Biblioteca Nacional de Lisboa (más de 900 referencias documentales).

Se puede decir que en estos momentos Brasilhis es el mayor depósito del mundo en internet con información específica sobre Brasil en el periodo 1580-1640, y tiene una fuerte expansión. Se desarrollan en la actualidad dos nuevas aplicaciones de la base: la parte cartográfica, con la representación en mapas de los datos geolocalizables (lugar de nacimiento y defunción, lugar del cargo, lugar de los bienes poseídos, viajes, y estancia en la corte); y la representación de las redes de relaciones a través de la aplicación Gephi.

La base de datos cuenta con José Manuel Santos como investigador principal y han contribuido a ella investigadores españoles y brasileños (ver ficha técnica). Desde aquí invito a cualquier investigador interesado a participar en la base, contactando en el email manuel@usal.es

Esperamos que Brasilhis contribuya para una nueva mirada al periodo de la Unión de Coronas y su impacto en el territorio de la América portuguesa.

Ficha técnica:

Nombre de la base de datos: Brasilhis. Redes y circulación en Brasil durante la Monarquía Hispánica (1580-1640).

Registro de la Propiedad intelectual: SA 294-2015.

Url: brasilhis.usal.es

Instituciones: Universidad de Salamanca y Ministerio de Economía y Competitividad (MINECO).

Financiación: Proyectos “*Redes políticas, comerciantes y militares en Brasil durante la Monarquía Hispánica y sus postrimerías (1580-1680)*” ref. HAR2012-35978 (hasta 2016) y “*Circulación de personas, libros, objetos y noticias entre Brasil y los territorios de la Monarquía Hispánica (1580-1668)*”, desde 2017, HAR2016-78099-P.

Coordinador del Proyecto: José Manuel Santos (USAL)

Investigadores participantes en los proyectos de investigación financiados: Kalina Vanderlei Silva (UPE), Ana Paula Megiani (USP), José Luis Ruíz-Peinado (UBA), Irene Vicente Martín (EUI) y Sylvia Brito (USAL).

Investigadores: German Sterling, Pablo Cañón (USAL), José Carlos Vilar-daga (UNIFESP), Rodrigo Bonciani (UNILA), Ana Hutz (PUCSP), Carlos Bittencourt (UPE), Rafaela Franklin (UNICAMP), Bruno Miranda (UFRPE), Hugo Coelho (UFPE e Instituto Ricardo Brennand), Elenize Trindade (UFRN).

Diseño y programación: Global Pc e Ignacio Moreta.

José Manuel Santos Pérez
Universidad de Salamanca, España. *E-mail*: manuel@usal.es

recensão



Diana Pelaz Flores, *La Casa de la Reina en la Corona de Castilla (1418-1496)*, Valladolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2017 (Igualdad, 3), 323 pp., ISBN: 978-84-8448-915-3.

As últimas duas décadas têm sido caracterizadas por um desenvolvimento exponencial dos estudos sobre a reginalidade¹, sendo a medievalidade uma das áreas mais beneficiadas a este respeito. A renovada importância dos papéis desempenhados pelas rainhas consortes ou a colocação das mesmas como figuras de influência num cenário político preponderante, anteriormente dominado pela figura masculina, determinam a essência destas investigações, que trazem, à luz de novos conceitos, novas e diferentes perspetivas historiográficas, dando um novo alento à História das Mulheres.

A obra de Diana Pelaz Flores insere-se nesta vanguarda, apresentando-se como pioneira no estudo intensivo sobre a reginalidade na Coroa de Castela do século XV. Fruto da sua tese de Doutoramento em História Medieval, premiada, em 2016, pela Associação Espanhola de Investigação em História das Mulheres (AEIHM)², este livro exhibe um pequeno vislumbre da complexa investigação levada a cabo pela autora, nomeadamente a terceira parte do trabalho, referente à definição da Casa da rainha,

¹ O termo original é *queenship* e refere-se à atuação da rainha enquanto figura feminina do poder político. Núria Silleras Fernández sugeriu as traduções *reginalidad* e *reginalitat*, para a língua espanhola e catalã, respetivamente (Silleras Fernández, Núria. 2003. «*Queenship* en la corona de Aragón en la Baja Edad Media: estudio y propuesta terminológica». *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures and Cultures* 32 (1): 119-133). No seguimento desta teorização, a historiografia portuguesa adotou a palavra «reginalidade».

² Pelaz Flores, Diana. 2015. «Reynante(s) en vno. Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV». Tese de Doutoramento, Instituto Universitário de História Simancas, Universidade de Valhadolid.

onde se incluem as funções desempenhadas pelos diferentes cargos nela registados³.

O livro inicia-se com dois pequenos capítulos. O prólogo da obra (pp. 11-14), assinado pela orientadora científica de Pelaz Flores, María Isabel del Val Valdivieso⁴, e o prefácio (pp. 17-21) anunciam, de antemão, conceitos-base, lacunas historiográficas e a própria estrutura do livro, definindo o campo de análise e introduzindo um objeto de estudo essencial: o catálogo prosopográfico da Casa da rainha, entre 1418 e 1496 (pp. 195-305). O terceiro capítulo (pp. 23-26) engloba o estado da arte sobre o estudo da Casa da rainha na atualidade e apresenta um vasto e diversificado conhecimento bibliográfico do tema, não se circunscrevendo ao espaço ibérico, antes fazendo várias referências à corte da Borgonha, por exemplo.

O quarto capítulo (pp. 27-144) é o grosso da obra. Com quase 120 páginas, dedica-se à estrutura e composição da Casa da rainha. Organizado por vários subcapítulos, começa por introduzir o tema da evolução institucional da Casa da rainha (pp. 27-33), explicitando conceitos e ideias como Casa, oficiais e a existência paralela de duas Casas – «la del rey y la de la reina» (p. 32). Segue-se-lhe a composição e organização da Casa da rainha (pp. 33-144), com 40 subcapítulos, que apresenta, quase um por um, os ofícios que a caracterizam. No geral, este grande subcapítulo agrupa os membros da Casa em seis áreas: 1. o Palácio, com mordomo, serviço de mesa, cozinha e caçador/falcoeiro; 2. a Câmara, com inúmeros oficiais, desde o camareiro-mor, passando pelos resposteiros, músicos, físicos, damas, donas e donzelas, alfaiates, lavadeiras e criados, até aos anões, loucos e escravos; 3. a Chancelaria, com cinco cargos distintos; 4. os ofícios de justiça (alcaides e governadores); 5. a Tesouraria; e 6. a Capela, que incluía cantores e organistas.

À medida que cita os ofícios, Pelaz Flores faz constantes ligações e comparações com a Casa do rei, de forma a dar a entender as diferenças e as semelhanças entre as duas Casas. Se ambas apresentavam, sensivelmente, os mesmos oficiais em termos qualitativos, a do rei obrigava a um maior número de oficiais, por razões quase óbvias, ficando a da rainha com «un porcentaje sustancialmente menor a la de los oficiales y criados que acompañan a su marido» (p. 35), o que se transparecia no valor monetário

³ Pelaz Flores, Diana. 2016. «Reynante(s) en vno. Poder y representación de la reina en la Corona de Castilla durante el siglo XV [resumo]». *Edad Media. Revista de Historia* 17: 409-412.

⁴ Pioneira nos estudos sobre as mulheres. Veja-se a sua tese de Doutoramento: Del Val Valdivieso, María Isabel. 1974. *Isabel la Católica, princesa (1468-1474)*. Valhadolid: Instituto de Historia Eclesiástica Isabel la Católica.

de cada cargo. Da mesma forma, a autora dá exemplos práticos das teorias e ideias que concebe. Ao analisar as funções de determinado cargo, Pelaz Flores traça o perfil sociopolítico de cada ofício através de figuras concretas, como é, por exemplo, o caso do mordomo-mor Diego Gómez de Sandoval (p. 40), e do caso-exceção (do mesmo ofício) de Gutierre Velázquez de Cuéllar (p. 41-42), aliando o texto aos dados do catálogo prosopográfico. Outros exemplos seriam, no séquito das damas, donas e donzelas (pp. 104-126), os casos de Beatriz de Avellaneda, esposa de Diego Gómez de Sandoval, e María Velázquez, filha de Gutierre Velázquez de Cuéllar.

Portanto, a estrutura é relativamente simples. Num primeiro momento, revela-se uma visão geral do cargo e, logo a seguir, dá-se um exemplo específico, de maneira a tornar mais descomplicada a compreensão de uma rede extremamente complexa e difícil de (des)construir. Os doze gráficos que acompanham o texto também ajudam neste sentido. Esta metodologia, acompanhada pela prosopografia, possibilita inúmeros estudos de caso, formando uma narrativa encadeada que, apesar da natureza «saltitante», leva à formação de um discurso claro sobre a influência e o poder político exercido «com», «pela» e «sobre» a rainha que, por sua vez, desenvolve a sua rede clientelar como bem lhe convier. Além disso, e pela mesma existência destes estudos de caso, este aspeto leva à criação de apontamentos que poderão levar a outras questões, tomando estas 320 páginas como um ponto de partida para outras investigações.

No quinto capítulo (pp. 145-190), Pelaz Flores traça o mapa das relações que a Casa da rainha tem com outras instituições políticas e administrativas. A autora destaca a construção de estratégias familiares de ascensão social, através da vinculação de oficiais da Casa da rainha com os da Casa do rei (pp. 145-165), uma vinculação semelhante à exposta no já referido subcapítulo das damas e donzelas. Porém, essa extensão envolve, não só a Casa do rei, como também os cargos administrativos da corte e a Casa do príncipe (pp. 165-177). O objetivo passa por escrutinar o nível de conectividade que se pode constatar entre as diferentes famílias de servidores que se cruzam, principalmente, nos círculos das Casas reais, tendo como referência dois conceitos: a promoção e as redes de relações. Para a historiadora, apenas se poderá compreender o funcionamento e a engrenagem interna que sustenta a máquina administrativa e a representação monárquica do reino através desta conceção de dois polos – Casas reais e organização administrativa do reino – como uma realidade interligada.

À semelhança do que acontece a nível interno (vejam-se os exemplos anteriormente mencionados de Diego Gómez de Sandoval e Beatriz de

Avellaneda, unidos pelo casamento, e de Gutierre Velázquez de Cuéllar e María Velázquez, pai e filha), as ligações por sangue e/ou casamento entre oficiais das duas Casas são cultivadas e apoiadas pelas famílias (e também pelos próprios monarcas). As vantagens para os «funcionários» são claras: a ascensão social e o prestígio da sua casa nobiliárquica são inegáveis. Para os monarcas, o facto de existirem ligações indiretas entre as duas Casas reinantes permite aos seus titulares um poder e uma rede de atuação muito maiores.

Contudo, estas ligações são, por vezes, substituídas por «empréstimos», isto é, no lugar do parentesco ou do matrimónio, há uma partilha de oficiais entre as Casas reais. A autora aponta os exemplos dos físicos e dos músicos. Os primeiros podem servir e receber quitação da Casa da rainha, mas serem incluídos no grupo de físicos do rei. Quanto aos segundos, poderiam ser «emprestados» por uma periodicidade limitada, com base numa petição prévia que justificasse o seu intercâmbio com outra Casa, para realçar, por exemplo, o seu aparato musical ou para incorporar temporariamente os serviços da capela.

Na Casa do príncipe, além de se abordarem estas questões, também é explorado o lado maternal da rainha enquanto ser humano político. Sem nos alargarmos demasiado, apenas acrescentamos que este é outro cenário onde o poder de atuação da rainha e da sua Casa é observável, pois a Casa do príncipe é politizada desde o início e pode, por vezes, originar fortes disputas entre o rei e a rainha, no que respeita à nomeação de oficiais que servirão o filho de ambos desde a infância até à idade adulta, moldando o seu sentido político.

Por fim, a autora transpõe a análise das redes clientelares para o plano internacional (pp. 177-182), aprofundando o estudo dos contactos e dos intercâmbios com as outras cortes (onde se inclui Portugal) e para o vetor senhorial da rainha (pp. 182-190).

O sexto capítulo (pp. 191-194) apresenta as conclusões, destacando-se a ideia de que a Casa da rainha não surge apenas como um grupo heterogéneo de servidores, mas também se revê como uma plataforma de ascensão social e, sobretudo, um instrumento de poder, à semelhança da Casa do rei. Há, portanto, a afirmação da importância da Casa da rainha, reforçadora da posição social dos seus elementos, como lugar de ascensão e de retroalimentação, e potenciadora, ao mesmo tempo, do prestígio da sua senhora. Há várias questões que são deixadas em aberto e a própria autora afirma-o no penúltimo parágrafo destas conclusões, ao escrever que o seu trabalho não deve ser considerado encerrado por completo.

Por último, no sétimo capítulo, é-nos mostrado o catálogo prosopográfico, ferramenta indispensável para um trabalho desta envergadura e que tanto permite pôr questões como responder a outras tantas. São apresentadas as listas dos oficiais de Maria de Aragão e de Isabel de Portugal. Os nomes estão organizados alfabeticamente pelo apelido. São apresentadas informações acerca do cargo e dos anos que o exerceram, seguidas da quantidade que auferiam ou que lhes foi deixada em testamento (ou ambas) e de uma nota biográfica sempre que possível, percebendo-se as disparidades de existência de fontes documentais.

Em suma, há três focos de análise basilares nesta obra: definição de Casa da rainha; enquadramento da Casa na esfera política; e poder de atuação da mesma. Traçando uma tênue fronteira entre o público e o privado, Pelaz Flores define a Casa da rainha como uma estrutura organizativa composta pelo oficialato burocrático, financeiro e doméstico que servia a figura reinante feminina, um conjunto de oficiais que, ao mesmo tempo, demonstrava, exprimia e representava administrativa, política e simbolicamente, a reginalidade perante a corte e o reino. A importância desta caracterização da Casa da rainha – que patenteia um dos corpos da monarquia – entrelaça-se com questões surgidas em relação à Casa do rei (enquadramento). Uma delas prende-se com o facto de muitos oficiais da Casa feminina penetrarem na Casa do rei ou até mesmo na do príncipe, além de também se imiscuírem noutras instituições do reino. Este é, portanto, um fator revelador da conversão da Casa da rainha numa peça complementa e enriquece a representação do rei e da própria monarquia, construindo uma imagem precisa da instituição «monarquia».

La Casa de la Reina en la Corona de Castilla (1418-1496) revela-se assim um essencial contributo para o estudo da reginalidade, das ligações entre as duas Casas da mesma Coroa e, no geral, para a História das Mulheres. Feita a partir de dados concretos e aliando a recente onda de investigações, esta obra abre um novo caminho na construção de uma historiografia que, cada vez mais, se emancipa dos estudos androcentristas e procura novas perspetivas, longe dos preconceitos há muito cunhados e que parecem começar, agora, a desvanecer-se.

Catarina Monteiro
Mestranda em História Moderna e dos Descobrimentos,
NOVA FCSH, Portugal.
catarina.monteiro1@gmail.com



procedimentos & normas editoriais

Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) são uma revista científica de periodicidade anual, publicada pelo CHAM – Centro de Humanidades (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores) e referenciada e indexada em bases de dados internacionais.

Foram fundados em 2000, por Artur Teodoro de Matos, com o objetivo principal de divulgar trabalhos académicos originais e relevantes sobre a expansão portuguesa, desde as primeiras «grandes navegações» (século xv) até ao final do «Império Ultramarino» (século xx), no seu enquadramento histórico, contemplando a comparação com fenómenos paralelos e as articulações entre as histórias e as sociedades dos espaços envolvidos. Apesar de a maioria dos artigos publicados focar a realidade portuguesa, os AHAM estão abertos à submissão de artigos sobre outras regiões, especialmente quando contenham visões inovadoras de uma perspectiva comparativa e analítica.

Os AHAM acolhem propostas de publicação de artigos originais, documentos/fontes inéditas, recensões críticas e notícias, em português, espanhol, francês, inglês e italiano. Aceitam, igualmente, propostas de *dossiers* de carácter temático.

Os *Anais de História de Além-Mar* (AHAM) (*Annals of Overseas History*) are a scientific journal published yearly by CHAM – Centre for the Humanities (FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores), referenced and indexed in international data bases.

The journal was founded in 2000 by Artur Teodoro de Matos with the main objective of publishing original and relevant academic works about the Portuguese overseas expansion, from the outset of the first “great navigations” (15th century) to the end of the “Overseas Empire” (20th century). The historical framework, and the comparison of parallel phenomena and articulations between the history and societies of the spaces involved should also be contemplated in these works. Although most of the articles published focus on the Portuguese reality, the AHAM are open to articles about other regions, especially if they offer innovative visions from a comparative and analytical perspective.

The AHAM welcome original articles, unpublished sources, critical reviews, and news in Portuguese, Spanish, French, English and Italian. They also accept proposals of thematic *dossiers*.

PROCEDIMENTOS EDITORIAIS

A fim de garantir as boas práticas e a sua transparência, explicitam-se abaixo os principais passos de todo o processo editorial, em particular dos procedimentos de avaliação.

ARTIGOS

1. submissão de propostas

- a) Proposta Espontânea: sem obediência a datas precisas. Os AHAM estão abertos, em permanência, a propostas espontâneas.
- b) Proposta em resposta a «chamadas para artigos» divulgadas no sítio Internet da revista e através dos canais oficiais do CHAM.
- c) Proposta por convite dos coordenadores de *dossiers* temáticos ou do Conselho de Redacção (CR).

2. notificação de recepção e breve explicação do processo

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR. Os autores podem ser informados, nesta fase, da necessidade de procederem a alterações formais aos textos, de forma a cumprir com as «normas para elaboração e apresentação de textos» dos AHAM.

3. primeira avaliação

A selecção dos textos cabe ao CR, que procede a uma primeira leitura de todas as propostas e decide sobre a sua passagem à avaliação científica externa.

Nesta primeira avaliação, o coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo Conselho, tem em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Na ausência de acordo, o caso pode ser debatido por todo o Conselho.

Todas as decisões tomadas sobre as propostas recebidas são comunicadas aos autores.

A notificação de recusa é feita até 15 dias depois de formalizada a recepção das propostas.

4. preparação da arbitragem externa

De acordo com os critérios em vigor nos periódicos científicos de circulação internacional, todas as propostas de artigos, seleccionadas na primeira avaliação, são submetidas à avaliação científica externa de dois árbitros, em regime de duplo anonimato (*double blind peer review*).

As propostas resultantes de convites formalizados por coordenadores de *dossiers* temáticos ou do CR são submetidas à leitura dos mesmos e do coordenador do CR, sendo igualmente consultado um árbitro externo em regime de duplo anonimato.

A direcção dos procedimentos de escolha dos árbitros cabe ao coordenador do CR, assessorado por outro integrante do mesmo conselho e, eventualmente, por um dos membros do Conselho Consultivo.

Os árbitros nomeados devem:

- ser externos à direcção e ao CR dos AHAM;
- não apresentar quaisquer impedimentos de natureza ética ou profissional para uma avaliação adequada e isenta – como, por exemplo, pertencerem à mesma instituição dos autores ou terem com eles trabalhado nos últimos três anos;
- ser de instituições distintas e, inclusive, de países diferentes.
- um dos avaliadores deverá ser da língua nativa do texto proposto.

Prazo estimado: uma semana.

5. preparação dos materiais necessários aos árbitros

Muito embora se peça aos autores que tenham o cuidado de omitir quaisquer elementos que possam indicar a sua identidade, o secretariado do CR procede a uma segunda despistagem desses indícios, antes da conversão dos ficheiros enviados aos AHAM num formato que garanta a integridade dos originais.

Ao secretariado do CR, cabe igualmente personalizar as fichas de avaliação.

6. árbitros seleccionados: verificação de disponibilidade

Os árbitros seleccionados são questionados pelo CR sobre o seu interesse pelo tema proposto e a sua disponibilidade para assumirem o compromisso de realizar a avaliação em cerca de um mês.

7. avaliação dos artigos

Após aceitação do convite, o secretariado do CR remete aos árbitros os materiais necessários à avaliação.

Os árbitros devem preencher todos os campos da «ficha de avaliação» e fundamentar o seu parecer sobre se os artigos se adequam ou não a publicação. Os árbitros são ainda encorajados a fazer sugestões ao autor, no sentido de proceder a alterações e ao desenvolvimento de ideias ou de aspectos particulares que melhorem significativamente o seu trabalho.

Após o seu preenchimento, a ficha de avaliação deve ser enviada ao CR, por correio electrónico, dentro do prazo acordado.

Cabe ao coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, interpretar a classificação resultante das avaliações recolhidas. Se os pareceres externos não forem unânimes, o desempate é feito pelo coordenador do CR, podendo ser solicitada uma avaliação a um terceiro árbitro.

Feita sempre com base nos mesmos quesitos, a avaliação deve ficar concluída em cerca de três meses.

8. comunicação de resultados

Os autores são notificados da aceitação ou recusa dos artigos para publicação nos AHAM no prazo de 15 dias após a conclusão do processo de avaliação.

No caso de serem necessárias alterações aos textos, estabelece-se um prazo de duas a quatro semanas para a sua entrega.

Se as alterações recomendadas forem substanciais, o artigo pode ser reencaminhado para o(s) árbitro(s) para reavaliação.

9. ajustes finais

A eventual permanência de aspectos menos precisos ou em desacordo com a avaliação realizada pode levar a um novo diálogo entre o coordenador do CR e os autores das propostas, para um conjunto de últimos ajustes.

Este passo não deve exceder duas semanas.

10. revisão de prova

Será facultada aos autores uma prova para revisão e eventual introdução de pequenas correcções. Nesta fase, não são permitidas alterações significativas à estrutura e à dimensão do texto. A prova deve ser devolvida à Redacção dos AHAM num prazo máximo de duas semanas.

11. oferta de separata e de exemplar

A cada autor será oferecido um exemplar impresso do volume da revista onde o seu texto for publicado, bem como uma separata do artigo em formato digital.

12. direito de autor e acesso aberto

O conteúdo dos trabalhos é da responsabilidade dos seus autores e não dos AHAM ou do CHAM.

A aceitação de um texto para publicação supõe a transmissão dos direitos de *copyright* para o editor da revista.

Os direitos sobre as eventuais imagens introduzidas nos artigos são da exclusiva responsabilidade dos autores, o que deverá ser referido nos casos em que se aplique.

Após a publicação de cada volume, o CHAM reserva-se o direito de disponibilizar todos os conteúdos em acesso aberto no sítio Web da revista e no RUN – Repositório da Universidade NOVA de Lisboa, abrangidos por uma Licença Creative Commons BY-NC 4.0.

A política de auto-arquivo em repositórios institucionais dos AHAM é a seguinte: o autor pode arquivar a versão pós-impressão/PDF do editor | cor RoMEO: azul.

DOCUMENTOS, RECENSÕES & NOTÍCIAS

A publicação de fontes inéditas (documentos), recensões críticas e notícias está sujeita aos mesmos procedimentos editoriais indicados nos pontos 1, 2, 10, 11 e 12 referentes aos ARTIGOS (ver 1.º capítulo dos PROCEDIMENTOS).

1. avaliação

A selecção dos textos cabe ao CR, que procede à leitura de todas as propostas e decide sobre a sua publicação.

O coordenador do CR, assessorado por um segundo integrante do mesmo conselho, tem em linha de conta a originalidade, a relevância, o rigor metodológico, a actualidade da bibliografia citada, a qualidade da redacção da proposta e a pertinência do tema escolhido para o perfil da revista.

Na ausência de acordo, o caso pode ser debatido por todo o Conselho e/ou ser solicitado um parecer externo.

Todas as decisões tomadas sobre as propostas recebidas são comunicadas aos autores.

2. livros para recensão

Os AHAM aceitam obras para recensão, devendo ser remetidas ao cuidado de João de Figueirôa-Rêgo, *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, FCSH/NOVA, Av. de Berna 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

DOSSIERSTEMÁTICOS

1. submissão de propostas

Os AHAM aceitam propostas para *dossiers* temáticos. Estas poderão ser submetidas por via espontânea ou a convite do CR.

As propostas devem considerar:

- a coordenação do *dossier* por, pelo menos, dois especialistas, um dos quais de uma instituição estrangeira;
- notas biográficas dos coordenadores (máximo de 200 palavras);
- um texto de apresentação do tema em português e inglês (máximo de 250 palavras cada);
- uma lista de tópicos de interesse;
- adicionalmente, os coordenadores poderão submeter uma lista de artigos a integrar o *dossier* por autores convidados.

2. notificação de recepção

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

3. apreciação

A selecção das propostas cabe ao CR, que decide sobre a originalidade, relevância e pertinência do tema para o perfil editorial dos AHAM e sobre a sua possível calendarização.

A decisão é comunicada aos proponentes até um mês depois de formalizada a recepção das propostas.

4. cronograma e chamada para artigos

Após a aprovação da proposta de *dossier* temático, o secretariado dos AHAM prepara o cronograma para a publicação e o documento para divulgação da «chamada para artigos», em colaboração com o coordenador do CR e os coordenadores do *dossier*.

A «chamada para artigos» é difundida através do sítio Web dos AHAM e dos canais oficiais do CHAM, recomendando-se a participação activa dos coordenadores do *dossier* nesta tarefa, com a divulgação através dos seus contactos e redes.

5. notificação de recepção de propostas de artigos

Realiza-se no prazo máximo de uma semana. Da responsabilidade do secretariado do CR.

6. avaliação prévia das propostas de artigos

A selecção das propostas cabe aos coordenadores do *dossier* e ao CR, que decidem sobre o interesse dos tópicos para a análise do tema.

A notificação de aceitação ou recusa das propostas é comunicada aos autores no prazo indicado na «chamada para artigos».

Depois de aceites as propostas, os artigos devem ser enviados pelos autores no prazo indicado na «chamada para artigos».

A partir desta fase, o procedimento é o mesmo seguido para os ARTIGOS (ver 1.º capítulo dos PROCEDIMENTOS).

NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

SUBMISSÃO E FORMATAÇÃO: DIRECTRIZES GERAIS

1. submissão

Todos os textos devem ser submetidos por *e-mail* para o endereço dos AHAM (anais.cham@fesh.unl.pt).

2. formatação

Os originais devem ser enviados em ficheiros Word, com a seguinte formatação: fonte Times New Roman, tamanho 12 pt, alinhamento justificado com espaçamento 1,5 pt, parágrafos não indentados, numeração das páginas sequencial, notas de rodapé em numeração automática.

3. extensão

É recomendável que os artigos não excedam as 10 000 palavras.

4. título, resumo e palavras-chave

O título deve ser claro e sintético, sendo opcional a escolha de um subtítulo.

Os resumos dos artigos, até 100 palavras (máximo), devem ser entregues em português e em inglês.

Para cada artigo deverão ser indicadas quatro a seis palavras-chave, em português e em inglês.

5. autoria

As propostas de artigo devem ser entregues livres de marcas de autoria, acompanhadas de um documento em separado com a indicação do nome do autor, afiliação institucional, endereço institucional e contacto de e-mail actualizados e breve nota biográfica (máximo de 200 palavras).

6. línguas de publicação e questões de estilo

Aceitam-se artigos em português, espanhol, francês, inglês e italiano.

Para cada uma das línguas de publicação devem seguir-se as normas ortográficas vigentes e as regras de estilo mais indicadas.

Nomes próprios e apelidos de origem europeia citados no corpo do texto têm a sua grafia modernizada.

Em cada circunstância, o tipo de aspas recomendado (angulares rectas, curvas ou plicas) varia de acordo com a língua de redacção. Em textos escritos em português, os AHAM recomendam, de um modo geral, o uso de aspas angulares rectas ou francesas («»), e aspas curvas ou inglesas (“”) em situações de aspas dentro de aspas.

Os subtítulos de divisões do texto devem ser grafados a negrito.

O uso de itálico restringe-se a expressões estrangeiras e a destaques realizados em citações. No caso de os artigos integrarem palavras em outros alfabetos ou com sinais diacríticos, os autores devem providenciar o respectivo *software* de leitura, no acto de entrega do texto.

7. referências bibliográficas

Aplica-se o sistema “Autor-Data” do Chicago Manual of Style.

No fim dos artigos, deve figurar a relação integral das fontes e bibliografia citadas ao longo do texto.

8. citações

As citações de documentos ou textos até três linhas figuram no corpo do texto, entre aspas. Com mais de três linhas, destacam-se em parágrafo próprio, tamanho 11, indentação de 1,25 cm à esquerda e espaço simples, sem aspas.

A introdução de palavras ou termos no corpo das citações assinala-se entre parênteses rectos - [].

Omissões de trechos de citações identificam-se por reticências, entre parênteses rectos — [...]. Citações em línguas estrangeiras devem fazer-se no original, disponibilizando-se em nota de rodapé a respectiva tradução para a língua do texto, sempre que o original seja em língua diversa das admitidas pelos AHAM (português, espanhol, francês, inglês e italiano).

9. transcrição de manuscritos

Accepta-se o estrito respeito pela grafia dos textos manuscritos, a sua modernização ou, ainda, uma via intermédia, desde que as normas de transliteração sejam expressas pelos autores.

10. notas de rodapé

Identificadas com algarismos indo-arábicos, as notas de rodapé devem ser escritas em letra de tamanho 10 e espaço simples.

11. ilustrações

Fotografias, desenhos, tabelas, gráficos, mapas devem ser fornecidos em ficheiros jpg. ou tiff. Com uma resolução mínima de 300 dpi's (mínimo). A revista é impressa a uma cor.

Deverá ser entregue um ficheiro independente com a lista de todas as ilustrações (imagens, tabelas, etc.) numeradas sequencialmente, com legenda e fontes/créditos associados, e menção ao seu local exacto a inserir no texto.

12. direitos relativos a ilustrações (copyright)

Cabe exclusivamente aos autores assegurarem que as imagens têm as autorizações exigidas pela legislação vigente em matéria de direitos de autor e assumir os eventuais encargos associados à sua obtenção.

13. recensões

As recensões críticas devem ter entre 500 e 2000 palavras.

A obra recenseada deverá ser identificada da seguinte forma: autor/coordenador. ano de publicação. *título*. local de edição: editora. ISBN:, DOI:

A citação de outras obras para além da recenseada deve ser feita em nota de rodapé.

Deve ser indicado no final do texto o nome do autor da recensão, afiliação institucional e contacto de *e-mail*.

As recensões deverão seguir as restantes normas dos artigos, designadamente: 1, 2, 6, 7, 8 e 10.

PUBLISHING PROCEDURES

In order to ensure good practices and transparency in the publishing process, listed below are the main steps, with emphasis on the evaluation stage.

ARTICLES

1. submission of proposals

- a) Spontaneous proposals: no specific deadline. The AHAM are permanently open to spontaneous proposals.
- b) Proposals resulting from “calls for articles” divulged in the journal’s website and through official channels of CHAM.
- c) Proposals of thematic dossiers by invitation of the coordinators and the Editorial Board (EB).

2. notification of reception and brief explanation of the procedure

The secretary of the EB is responsible for notifying authors within the space of a week. Authors may be advised at this stage to make formal alterations to their texts in order to comply with AHAM’s “norms of elaboration and presentation of texts”.

3. first evaluation

The selection of texts for publication is done by the EB. After an initial appraisal of all proposals those eligible for external scientific evaluation are chosen.

In this initial evaluation the coordinator of the EB, advised by a second member of the Board, evaluates the originality, relevance, methodological soundness, currentness of the bibliography, writing style and pertinence of the theme to the profile of the journal.

If an agreement is not reached, the case may be discussed by the full Board.

Authors are informed of all decisions taken concerning the proposals.

A rejection notification will be issued within 15 days after the receipt of proposals is formalized.

4. preparation of external referees

In accordance with standards for international scientific journals, all articles selected in the first evaluation are submitted to two referees for external scientific evaluation. This journal uses double blind peer review to provide double anonymity.

Proposals ensuing from formal invitations by coordinators of thematic *dossiers* or from the EB are submitted to review by the above mentioned coordinators and coordinator of the EB. An external referee is also consulted on a double anonymity basis.

Referees must:

- be external to the administration and EB of the AHAM;
- not have any impediments of an ethical or professional nature that could hinder a correct and impartial evaluation – like belonging to the same institution as an author, or having worked with them in the last three years;
- be from different institutions, or even from different countries.
- one of the evaluators must be a native speaker of the language of the text under evaluation.

Estimated deadline: one week.

5. preparation of materials necessary for the referees

Although the authors are requested to omit anything that could indicate their identity, the secretary of the EB does a second screening before the files sent to the AHAM are converted into a format that guaranties the integrity of the originals.

It is also the responsibility of the secretary of the EB to personalize the evaluation forms.

6. selection of referees: confirmation of availability

Selected referees are questioned by the EB about their interest in the proposed subject and their availability to commit to an evaluation within a month.

7. evaluation of articles

Once an invitation has been accepted, the secretary of the EB delivers the necessary evaluation material to the referees.

The referees must fill in all the fields of the “evaluation form” and substantiate their view about whether the articles are appropriate or not for publication. The referees are also encouraged to make suggestions to the author regarding alterations, development of ideas, or specific aspects that could significantly improve their work.

Once the evaluation form has been filled out, it must be sent to the EB by e-mail within an agreed time limit.

It is up to the EB, advised by a second member of the board, to interpret the classification resulting from the (collected) evaluations. If feedback from the external evaluators is not unanimous, a decision is taken by the coordinator of the EB, whereby an opinion may be solicited from a third referee.

Based always on the same criteria, the evaluation should be concluded within three months.

8. disclosure of results

Authors are notified of acceptance or rejection of their articles for publication in the AHAM within a 15 day period after the close of the evaluation process.

If alterations are necessary, an additional 2 – 3 week period will be allotted for submission.

If there is a substantial amount of recommended alterations, the article may be forwarded to the referee(s) for re-evaluation.

9. final adjustments

If any aspects are less precise or in divergence with the evaluation, there may be further dialogue between the EB coordinator and authors of proposals to decide on a set of final adjustments.

This stage should not exceed two weeks.

10. proof reading

A manuscript will be given to the authors for revision and possible inclusion of small corrections. In this stage major alterations in the structure and length of the text are not permitted. The manuscript should be returned to the editorial staff of the AHAM within a maximum period of two weeks.

11. free offprint and copy

Each author will be given a printed copy of the edition of the journal in which his/her text is published, as well as an offprint of the article in digital format.

12. copy right and open access

The content of all work is of the responsibility of the authors and not of the AHAM or CHAM. The acceptance of a text for publication infers transferal of the copyright to the publisher of the journal.

Rights over any images included in the articles are the exclusive responsibility of the authors, and should be mentioned.

After the publication of each volume, CHAM reserves the right to provide open access of the contents, making them available in the journal's website and RUN - Repositório da Universidade NOVA de Lisboa covered by a Creative Commons license BY-NC 4.0.

The policy of self-archiving in institutional repositories of the AHAM is as follows: the author may file a printed version/PDF to the publisher / colour RoMEO: blue.

DOCUMENTS, REVIEWS AND NEWS

Publication of unpublished sources (documents), critical reviews and news follows the publishing procedures indicated in points 1, 2, 10, 11 and 12 referring to Articles (see 1st chapter of the Procedures).

1. evaluation

Selection of texts is done by the EB, who read all the proposals and decide whether they will be published.

The coordinator of the EB, advised by a second member of the board, assesses the originality, relevance, methodological soundness, currentness of the bibliography, writing style and pertinence of the subject to the journal's profile.

In the absence of an agreement, the case may be debated by the full Board and/or an external opinion may be solicited.

Authors are informed of all decisions concerning the proposals.

2. book reviews

The AHAM accept works for review, which must be delivered to the care of João de Figueirôa-Rêgo, *Anais de História de Além-Mar*, CHAM, FCSH/NOVA, Av. de Berna 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal.

THEMATIC DOSSIERS

1. submission of proposals

The AHAM accepts proposals for thematic dossiers. These can be submitted spontaneously or by invitation of the EB.

Applications should consider:

- Coordination of the *dossier* by at least two specialists, one of which should be from a foreign institution;
- Biographical notes of the coordinators (maximum of 200 words);
- A text of presentation of the subject in Portuguese and in English (maximum of 250 words each);
- A list of important topics;
- In addition, the coordinators may submit a list of articles by invited authors to be part of the *dossier*.

2. notification of receipt

Notification takes place within a week. It is the responsibility of the secretary of the EB.

3. appraisal

Selection of proposals is done by the EB, who evaluate the originality, relevance and pertinence of the subject for the editorial profile of the AHAM and future scheduling.

Applicants are informed within a month after the receipt of proposals has been formalized.

4. schedule and call for articles

Once the proposal of a thematic *dossier* has been accepted, the secretary of the AHAM prepares the publication schedule and the document for putting out the “call for articles”, in collaboration with the EB coordinator and the *dossier* coordinators.

The “call for articles” is made known through the AHAM website and official channels of CHAM. *Dossier* coordinators are recommended to participate actively by divulging through their contacts and networks.

5. notification of receipt of article applications/proposals

Notification will be given within a week and is the responsibility of the EB secretary.

6. previous evaluation of submitted articles

Selection is done by the *dossier* coordinators and the EB, who assess the interest of the topics for analysis of the subject.

Authors are notified of acceptances or rejections before the closing date indicated in the “call for articles”.

Accepted articles must be sent by the authors before the closing date indicated in the “call for articles”.

After this phase the process is the same as for ARTICLES (see 1st chapter of PROCEDURES).

NORMS FOR ELABORATION AND SUBMISSION OF TEXTS

SUBMISSION AND FORMAT: GENERAL GUIDELINES

1. submission

All texts should be submitted by e-mail to the AHAM (anais.cham@fcsh.unl.pt).

2. format requirements

Originals should be sent in Word files, in the following format: font Times New Roman, size 12 pt, justified alignment with 1.5 pt spacing, non-indented paragraphs, pages numbered sequentially, and footnotes in automatic numeration.

3. length

It is recommended that articles do not exceed 10 000 words.

4. title, abstract and keywords

The title should be clear and concise. Use of a subtitle is optional.

The abstract, with a maximum of 100 words, must be submitted in Portuguese and in English. Each article should have between four and six keywords, in Portuguese and in English.

5. authorship

Articles must be submitted without any indication of the authors' identity (in a "blinded" version), and accompanied by a separate document with the name of the author, institutional affiliation, current institutional address and e-mail contact, and a brief biographical note (maximum of 200 words).

6. languages of publication and style

Articles can be submitted in Portuguese, Spanish, French, English and Italian.

Current spelling rules and appropriate style guidelines for each language must be followed.

First names and surnames of European origin cited in the body of the text must have updated spelling.

The type of quotation marks recommended (angled, curved or straight) will vary according to the language the text is written in. For Portuguese texts the AHAM generally recommend the use of straight angled or French quotation marks («»), and curved or English (") for quotations within quotations.

Section headings/subheadings in the text must be written in bold.

The use of italics is restricted to foreign expressions, and for emphasis in citations.

If an article contains words in other alphabets or with diacritical marks, the author must provide the respective software upon submission of the text.

7. bibliographical references

All references should abide by the Autor-Date System of the Chicago Manual of Style.

The entire list of sources and bibliography used throughout the text should figure at the end of the articles.

8. citations

Citations of documents or texts of up to three lines are included in the body of the text, in quotation marks. Citations that consist of more than three lines should be placed in a separate paragraph, size 11, left indentation of 1.25 cm, single spaced, without quotation marks.

Words or terms introduced in the body of citations must be indicated by square brackets - [].

Omissions of excerpts of citations are indicated by suspension points between square brackets - [.].

Citations in any language other than those accepted by the AHAM (Portuguese, Spanish, French, English and Italian) must be original, with a translation into the language of the text provided in a footnote.

9. transcription of manuscripts

Strict respect for the spelling of the manuscript texts is accepted, their modernization, or also, an intermediary way, as long as the norms of transliteration are specified by the authors.

10. footnotes

Identified in Hindu-Arabic numerals, footnotes must be written in size 10 and single-spaced.

11. illustrations

Photographs, drawings, tables, graphs, maps should be submitted in jpg. or tiff files.

A minimum resolution of 300 dpi's is required. The journal is printed in greyscale.

A separate file with the list of all the illustrations (images, tables, etc.) sequentially numbered, with captions and sources/ credits, and indication of their exact placement in the text.

12. copyrights regarding illustrations

It is exclusively the authors' responsibility to ensure that images have legal authorization to be reproduced according to their copyright status, and authors must assume any expenses incurred.

13. reviews

Critical reviews should have between 500 and 2000 words.

The reviewed work must be identified as follows: author/editor. year of publication. title. place of publication: publishing house. ISBN; DOI:

Citations of works other than the one being reviewed must be done in a footnote.

The name of the author of the review should be indicated at the end of the text, as well as his/her institutional affiliation and *e-mail* contact.

Reviews should follow the rest of the regulations for articles, namely 1, 2, 6, 7, 8 and 10.





FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

